



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Programa de Doutoramento em História

Nuno Miguel Silva Campos

***Os Teles:
uma linhagem entre Castela e Portugal
na Idade Média (1161-1385)***

***Orientador:
Professor Doutor Filipe Themudo Barata***

Évora / 2012

Esta tese inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

NUNO MIGUEL SILVA CAMPOS

***Os Teles:
uma linhagem entre Castela e Portugal
na Idade Média (1161-1385)***

*Tese de Doutoramento em História
apresentada à Universidade de Évora,
sob a orientação do Professor Doutor
Filipe Themudo Barata.*

Évora / 2012

Esta tese inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

The Teles: An aristocratic family between Castile and Portugal in Middle Age (1161-1385)

Abstract:

This thesis aims to study and analyze the power strategies of the Teles family members, working as individuals and as a family, in the kingdoms of Portugal and Castille, during the Late Middle Ages, between the years of 1161 and 1385.

Concerning this purpose, we have proceeded to the identification, analysis and interpretation of sources and expressions of these family members' power, as well as the process of its construction and reproduction within the two kingdoms, since the members of family operate in both political territories.

It was given special attention to the phenomenon of connections and circulation in the two kingdoms. The perception of this phenomenon is of utmost importance not only to identify the family's strategies but also to understand the peninsular society and policies relations', including the nature and the dynamics of established power.

Os Teles: uma linhagem entre Castela e Portugal na Idade Média (1161-1385)

Resumo:

A presente tese pretende fazer o estudo e análise das estratégias de reprodução de poder dos membros da família Teles, no território dos reinos de Portugal e de Castela, ao longo do final da Idade Média, entre os anos de 1161 e de 1385. Para tal, procedeu-se à identificação, análise e interpretação das fontes e expressões do seu poder, bem como o processo de construção e reprodução do mesmo ao nível dos dois reinos, uma vez que os membros da família actuam nos dois espaços políticos. Deu-se particular importância ao fenómeno das ligações e circulação no território em causa, cuja compreensão é da maior importância não apenas para o conhecimento da família observada mas também da sociedade e relações políticas medievais peninsulares, nomeadamente a natureza e dinâmica dos poderes existentes.

*Para a Francisca,
que me emprestou todo o tempo
para este trabalho.*

*«Solo ciò che è trascorso o mutato o scomparso
ci rivela il suo volto reale.»*

Cesare Pavese, *Terra d'esilio*

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	17
OBRAS CITADAS ABREVIADAMENTE E SIGLAS:.....	19
INTRODUÇÃO.....	29
QUESTÃO CENTRAL.....	29
OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	31
CAMPO E PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO	37
PONTO DA SITUAÇÃO	40
PLANO DA DISSERTAÇÃO	48
1. TELO PERES E A ORIGEM DA LINHAGEM.....	51
1.1. ORIGENS FAMILIARES.....	51
1.1.1. Os livros de linhagens	51
1.1.2. Origem paterna segundo Luis Salazar y Castro	53
1.1.3. Telo Peres, descendente do conde Pedro Ansúrez	55
1.2. ACÇÃO POLÍTICA DE TELO PERES.....	57
1.2.1. A fronteira ocidental do reino de Castela após a morte do Imperador.....	59
1.2.2. A participação na política de Afonso VIII	63
1.2.2.1. <i>A aproximação à corte e a expansão a sul</i>	63
1.2.2.2. <i>Novos conflitos com Leão</i>	68
1.2.2.3. <i>Organização dos poderes a Oeste — fundador de Matallana e</i> <i>Senhor de Meneses</i>	72
1.2.2.4. <i>Organização dos poderes a Oeste — refundador de Trianos e as</i> <i>tenências em Campos</i>	76
1.2.3. Os últimos anos e a preparação na sucessão na casa	85
2. AFONSO TELES, O VELHO E O ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA NO	
TOPO DA HIERARQUIA NOBILIÁRQUICA	93
2.1. O PODER EM CAMPOS E A INTEGRAÇÃO NA CORTE DE AFONSO VIII	93
2.2. PARTICIPAÇÃO NA RECONQUISTA: DE ALARCOS ÀS NAVAS.....	99
2.3. OS CONFLITOS DO FINAL DO REINADO DE HENRIQUE I E ACLAMAÇÃO DE	
FERNANDO III.....	105
2.4. A PARTICIPAÇÃO NA RECONQUISTA II: RUMO A ALBUQUERQUE — CONQUISTA E	
REPOVOAMENTO	115
2.5. A DEFESA DOS INTERESSES EM CAMPOS E A PROMOÇÃO DE CASAS RELIGIOSAS	124

2.6. A DESCENDÊNCIA DE AFONSO TELES E A SUCESSÃO NAS CASAS DE MENESES E DE ALBUQUERQUE.....	127
2.7. OUTROS FAMILIARES	132
2.7.1. Soeiro Teles	133
2.7.2. Telo Teles	137
3. OS SENHORES DE MENESES.....	141
3.1. A GUERRA E A FRONTEIRA MERIDIONAL	141
3.1.1. Telo Afonso e a glória guerreira	141
3.1.2. Afonso Teles de Córdova e as grandes conquistas	148
3.1.2.1. <i>A defesa dos interesses em Campos</i>	159
3.1.2.2. <i>Descendência de Afonso Teles de Córdova e a sucessão na casa</i>	160
3.2. AFONSO DE MENESES E A GRANDE CRISE CASTELHANA.....	165
3.2.1. Os reinados de Afonso X e de Sancho IV	165
3.2.1.1. <i>A participação na guerra civil de 1282-1284</i>	165
3.2.1.2. <i>Afonso de Meneses, irmão da rainha</i>	173
3.2.2. As minoridades de Fernando IV e Afonso XI.....	180
3.2.2.1. <i>A menoridade de Fernando IV e a guerra civil</i>	180
3.2.2.2. <i>A luta pela tutoria de Afonso XI e a extinção da linha varonil dos senhores de Meneses</i>	185
3.2.3. A união dos ramos de Meneses e Albuquerque	191
4. OS SENHORES DE ALBUQUERQUE.....	195
4.1. OS PRIMEIROS ALBUQUERQUES E A PASSAGEM POR PORTUGAL.....	195
4.1.1. Participação na Reconquista em Castela	195
4.1.2. A passagem para Portugal no contexto da crise de 1245.....	197
4.1.3. A presença em Portugal e o regresso a Castela	203
4.1.4. Ligações familiares e sucessores	207
4.2. JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE.....	211
4.2.1. As perturbações em Castela durante o reinado de Sancho IV	211
4.2.2. A vinda para a corte de D. Dinis.....	217
4.2.3. A herança do conde de Barcelos e os conflitos entre o infante D. Afonso e Afonso Sanches	223
4.3. JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, <i>O DO ATAÚDE</i> : AUGUE E QUEDA DOS MENESES E ALBUQUERQUES.....	229
4.3.1. A integração na corte de Afonso XI e a afirmação política.....	229

4.3.2. O reinado de Pedro I e a ascensão ao topo do poder.....	236
4.3.3. A queda de João Afonso de Albuquerque.....	242
4.3.4. A liderança da liga nobiliárquica	250
4.3.5. João Afonso de Albuquerque, o do Ataúde	254
4.4. MARTIM GIL E A EXTINÇÃO DOS MENESES E ALBUQUERQUES EM CASTELA.....	257
5. OS TELES PORTUGUESES	261
5.1. GONÇALO ANES RAPOSO E A ORIGEM DOS TELES PORTUGUESES	261
5.1.1. Descendência de Gonçalo Anes Raposo	262
5.2. AFONSO TELES E O ESTABELECIMENTO EM PORTUGAL	265
5.3. JOÃO AFONSO TELO E A ASCENSÃO DOS TELES EM PORTUGAL	268
5.3.1. A morte de Martim Afonso Telo.....	268
5.3.2. A ascensão de João Afonso Telo e a construção do bloco familiar	269
5.4. O REINADO DE D. FERNANDO E A HEGEMONIA DOS TELES	275
5.4.1. Leonor Teles, rainha de Portugal e o acrescentamento da linhagem	279
5.4.2. A desagregação do bloco familiar	289
5.5. A CRISE DE 1383-85 E O «FIM» DOS TELES.....	297
5.6. A «MORTE» DOS TELES E O RENASCIMENTO DOS MENESES E ALBUQUERQUES	306
6. O PODER	311
6.1. A IDENTIDADE.....	311
6.1.1. O nome	311
6.1.2. As armas.....	320
6.2. ESTRATÉGIAS E LIGAÇÕES FAMILIARES	328
6.3. O EXERCÍCIO DO PODER.....	338
6.3.1. Ofícios, dignidades e tenências	338
6.3.2. A implantação senhorial.....	346
6.3.2.1. <i>Telo Peres</i>	347
6.3.2.2. <i>Afonso Teles, o Velho</i>	352
6.3.2.3. <i>Os senhores de Meneses</i>	355
6.3.2.4. <i>Os senhores de Albuquerque</i>	357
6.3.2.5. <i>O casamento de João Afonso de Albuquerque e Isabel de Meneses e o reagrupamento do património familiar</i>	364
6.4. AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E AS RELAÇÕES COM O PODER REAL: CORTE, SERVIÇO E CIRCULAÇÃO	375
CONCLUSÃO.....	387

FONTES E BIBLIOGRAFIA	391
FONTES MANUSCRITAS	391
FONTES IMPRESSAS.....	391
BIBLIOGRAFIA	395

ÍNDICE DE ÁRVORES GENEALÓGICAS

Árvore Genealógica 1 – A ascendência materna de Telo Peres segundo os Livros de Linhagens	52
Árvore Genealógica 2 – A ascendência paterna de Telo Peres segundo Salazar y Castro.....	54
Árvore Genealógica 3 – Os antepassados de Telo Peres	56
Árvore Genealógica 4 – Os antepassados de Guntrodo Garcia.....	58
Árvore Genealógica 5 – Filhos de Telo Peres e Guntrodo Garcia	90
Árvore Genealógica 6 – Filhos de Afonso Teles e Elvira Rodrigues Girón	128
Árvore Genealógica 7 – Filhos de Afonso Teles e Teresa Sanches	131
Árvore Genealógica 8 – Filhos de Afonso Teles de Córdova e Maria Anes de Lima	161
Árvore Genealógica 9 – Fusão dos ramos familiares Meneses e Albuquerque	192
Árvore Genealógica 10 – Casamentos com os Limas	262
Árvore Genealógica 11 – Filhos de Gonçalo Anes Raposo	263
Árvore Genealógica 12 – Filhos de Afonso Teles.....	266
Árvore Genealógica 13 – Origens do bloco familiar tutelado por João Afonso Telo	274
Árvore Genealógica 14 – Os Senhores de Meneses	313
Árvore Genealógica 15 – Os Senhores de Albuquerque	317
Árvore Genealógica 16 – Os Teles Portugueses	319
Árvore Genealógica 17 – Ligações matrimoniais dos Meneses.....	330
Árvore Genealógica 18 – Ligações matrimoniais dos Albuquerque	333
Árvore Genealógica 19 – Casamentos com os Girón.....	334
Árvore Genealógica 10 – Casamentos com os Limas	335
Árvore Genealógica 20 – Ligações matrimoniais dos Teles	336
Árvore Genealógica 21 – Ligações a Sancho IV	378
Árvore Genealógica 22 – Rede social com base em Albuquerque.....	381
Árvore Genealógica 13 – Origens do bloco familiar tutelado por João Afonso Telo	383

AGRADECIMENTOS

Esta tese não teria chegado ao fim sem o importante incentivo e companheirismo da minha esposa, que acompanhou com interesse todo o projecto e me apoiou nos momentos mais necessários. Sempre que a fadiga ou o desânimo se aproximaram, a sua palavra de incentivo esteve presente.

Foi fundamental o apoio através de uma bolsa de investigação por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que me permitiu a disponibilidade necessária para proceder ao levantamento de informação em Espanha e a dedicação exclusiva a este trabalho.

Sendo uma dissertação um projecto que de certa forma culmina um longo processo de estudos, é imperativo que agradeça a todos os professores que, em momentos e locais diferentes, contribuíram para este percurso através de conselhos, ensinamentos, incentivos e correcções.

Agradeço profundamente a ajuda inestimável do Professor Doutor Vicente Ángel Alvarez Palenzuela, da Universidade Autónoma de Madrid, que se mostrou sempre disponível para me receber com amizade e interesse. As suas indicações, recomendações e interrogações foram essenciais para todo o trabalho.

Por último, e mais uma vez, ao meu orientador de sempre, o Professor Doutor Filipe Themudo Barata, que me tem acompanhado há vários anos e sempre de forma atenta e paciente. O seu estímulo constante, as valiosas sugestões, o comentário crítico estiveram, mais uma vez, disponíveis. Sou-lhe reconhecidamente devedor. Dificilmente se poderia encontrar melhor imagem que *nanos gigantium humeris insidentes*. Se este trabalho não permitir ver mais longe, a falha é apenas dos meus olhos, que os seus ombros estiveram sempre presentes.

E quero dedicar este trabalho à minha filha, que nasceu e cresceu ao mesmo tempo deste projecto. Dificilmente poderei compensá-la das horas que prescindi de passar com ela para o poder levar a cabo. Espero que um dia a Francisca perceba que se o fiz, foi também por ela.

OBRAS CITADAS ABREVIADAMENTE E SIGLAS:

Alfonso VIII — Julio González, *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*, 3 vols., Madrid, Escuela de Estudios Medievales, 1960.

Alfonso X — Manuel González Jiménez, *Alfonso X el Sabio: Historia de un reinado. 1252-1284*, 2ª ed. corrigida e aumentada, Palência, La Olmeda – Diputación Provincial, 1999.

Alfonso XI — José Sánchez-Arcilla Bernal, *Alfonso XI. 1312-1350*, Palencia, La Olmeda – Diputación Provincial, 1995.

Anales de Aragón — Jerónimo Zurita, *Anales de Aragón*, [em linha], ed. de Ángel Canellas López, ed. electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero, IFC, 2003. Disponível em URL: <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ebooks/id/2448>

ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Becerro de las Behetrías — *Libro becerro de las behetrías*, estudo e texto crítico por Gonzalo Martínez Diez, 3 vols., León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1981.

Brasões da Sala de Sintra — Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., s.l., Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1996. [Ed. fac-similada da ed. de 1973 (Imprensa Nacional — Casa da Moeda, a partir da ed. de 1921-1930, da Imprensa da Universidade de Coimbra)].

Bulário de Santiago —, D. Antonii Francisci Aguado de Cordova (org.), *Bullarium equestris ordinis S. Iacobi de Spatha*, Madrid, Tipografía de João de Ariztia, 1719.

Cartulário de Santa Clara de Vila do Conde — Carlos da Silva Tarouca, «O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde», *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. 4, 1947, pp. 11-119.

Casa Farnese — Luis de Salazar y Castro, *Índice de las glorias de la Casa Farnese, que consagra a la Augusta Reyna de las Españas Doña Isabel Farnes*, 2 vols., Ollobarren

(Navarra) Wilsen, 1997. [Ed. fac-similada da ed. de Madrid, Imp. de Francisco del Hierro, 1716].

CD Alfonso XI — Esther González Crespo, *Colección documental de Alfonso XI. Diplomas reales conservados en el Archivo Historico Nacional. Sección de clero. Pergaminos*, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

CD Benevívere — Luís Fernandez, *Colección diplomática de la Abadía de Santa María de Benevívere (Palencia). 1020-1561*, Madrid, s.n., 1967.

CD Gradefes — Taurino Burón Castro, *Colección documental del Monasterio de Gradefes*, 2 vols., León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1998-2000.

CD Matallana — Luis Fernández, «Colección Diplomática del Monasterio de Santa Maria de Matallana», *Hispania Sacra*, vol. XXV, 1972, pp. 391-435.

CD Pedro I — Luís Vicente Díaz Martín, *Colección Documental de Pedro I de Castilla. 1350-1369*, 4 vols., s.l., Junta de Castilla y León, 1997.

CD Sahagún — AA.VV., *Colección diplomática del Monasterio de Sahagún (857-1500)*, 7 vols, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»/Caja España de Inversiones, Caja de España y Monte de Piedad/Archivo Histórico Diocesano de León, León, 1976-1999.

CD Sancti Spiritus de Salamanca — María Echániz Sans, *El monasterio femenino de Sancti Spiritus de Salamanca. Colección diplomática (1268-1400)*, Salamanca, Ed. Universidade de Salamanca, 1993.

CD Tordesillas — Jonás Castro Toledo, *Colección Diplomática de Tordesillas*, Valladolid, Diputación Provincial, 1981.

CD Trianos — Josefa de la Fuente Crespo, *Colección documental del Monasterio de Trianos (1111-1520)*, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»/Caja España de Inversiones/Archivo Histórico Diocesano de León, 2000.

CD Villanueva de San Mancio — Luis Fernández, «Colección diplomática del Monasterio de Villanueva de San Mancio, filial de la abadía de Sahagún», *Archivos Leoneses*, nº 51, 1972, pp. 9-60.

Chancelaria de D. Afonso III – Livro 1 – Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Chancelaria de D. Afonso IV — *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3 vols., Lisboa, INIC / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990-1992.

Chancelaria de D. Pedro I — *Chancelaria de D. Pedro I. 1357-1367*, Lisboa, INIC / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1984.

Corpus Mediaevale Cordubense — Manuel Nieto Cumplido, *Corpus Mediaevale Cordubense*, 2 vols. [I - 1106-1255; II – 1256-1277], Córdoba, Monte de Piedady Caja de Ahorros de Córdoba, 1979.

Crónica Latina — *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, intr. e trad. de Luis Charlo Brea, Cadiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cadiz, 1984.

Crónica de Alcántara — in Rades y Andrada, Francisco de, *Crónica de las tres órdenes de Santiago, Calatrava y Alcántara*, com estudo sobre «La obra histórica de Rades y Andrada» por Derek W. Lomax, Barcelona, El Albir, 1980. [Reprod. facs. da ed. de Toledo, Imprenta de Juan de Ayala, 1572].

Crónica de Calatrava — in Rades y Andrada, Francisco de, *Crónica de las tres órdenes de Santiago, Calatrava y Alcántara*, com estudo sobre «La obra histórica de Rades y Andrada» por Derek W. Lomax, Barcelona, El Albir, 1980. [Reprod. facs. da ed. de Toledo, Imprenta de Juan de Ayala, 1572].

Crónica de Castilla — *Crónica de Castilla*, [em linha], ed. e apresent. de Patricia Rochwert-Zuilisemh, Paris, SEMH-Sorbonne, 2010. Disponível em URL: <http://e-spanialivres.revues.org/63>

Crónica de D. Afonso IV — Rui de Pina, *Crónicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, intr. e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos, 1977, pp. 319-476.

Crónica de D. Dinis — Rui de Pina, *Crónicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, intr. e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos, 1977, pp. 209-318.

Crónica de D. Fernando — Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giuliano Macchi, 2ª ed., Lisboa, INCM, 2004.

Crónica de Don Alfonso X — *Crónicas de los Reyes de Castilla: desde Don Alfonso El Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, 1º vol, Madrid, Atlas, 1953, pp. 1-66.

Crónica del Rei dom João I — Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I*, 2 vols., Lisboa, INCM, 1977.

Cronica de Don Alfonso XI — *Cronica de D. Alfonso el Onceno*, [em linha], ilustrada com apêndices e documentos por Francisco Cerdà y Rico, 2ª ed, Madrid, Imprensa de António de Sancha, 1787. Disponível em URL: http://books.google.pt/books?id=e8wWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Cronica+de+D.+Alfonso+el+Onceno&source=bl&ots=dpIp1sZdcF&sig=w3Tmgmz3R1Ak_CRUcvxrCHuH9XY&hl=pt-PT&ei=-GXkTPjqBsPPhAfm_GSDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDUQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false

Crónica de Don Fernando IV — *Crónicas de los Reyes de Castilla: desde Don Alfonso El Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, 1º vol, Madrid, Atlas, 1953, pp. 91-170.

Crónica de Don Pedro I — Pedro Lopes de Ayala, «Crónica Del Rey Dom Pedro», in *Crónicas de los Reyes de Castilla: desde Don Alfonso El Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, 1º vol, Madrid, Atlas, 1953, pp. 393-614.

Crónica de Don Sancho IV — *Crónicas de los Reyes de Castilla: desde Don Alfonso El Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, 1º vol, Madrid, Atlas, 1953, pp. 67-90.

Crónica de D. Pedro — Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, 2ª ed. revista, ed. Giuliano Macchi, Lisboa, INCM, 2007.

Crónica de España — Lucas de Tuy, *Crónica de España*, 1ª ed. do texto romanceado preparada e prologada por Julio Puyol, Madrid, Tip. da Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1926.

Crónica de Santiago — in Rades y Andrada, Francisco de, *Crónica de las tres órdenes de Santiago, Calatrava y Alcántara*, com estudo sobre «La obra histórica de Rades y Andrada» por Derek W. Lomax, Barcelona, El Albir, 1980. [Reprod. facs. da ed. de Toledo, Imprenta de Juan de Ayala, 1572].

Crónica de Vinte Reis — *Crónica de veinte reyes*, coord. de César Hernández Alonso, Burgos, Ayuntamiento de Burgos, 1991.

D. Afonso II — Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II. Um rei sem tempo*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.

D. Afonso III — Leontina Ventura, *D. Afonso III*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.

D. Afonso IV — Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.

DC Ávila — Angel Barrios García, *Documentos de la Catedral de Ávila (siglos XII-XIII)*, Ávila, Ediciones de la Obra Cultural de la Caja de Ahorros de Ávila, 2004.

D. Dinis — José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.

De Rebus Hispaniae —, Rodrigo Jiménez de Rada, *Historia de los hechos de España* [De Rebus Hispaniae], trad de Juan Fernandez Valverde, Madrid, Alianza editorial, 1989.

D. Fernando — Rita Costa Gomes, *D. Fernando*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.

Diplomatário Andaluz — Manuel González Jiménez (ed.), *Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, Sevilla, El Monte – Caja de Huelva y Sevilla, 1991.

D. João I — Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I o que re-colheu* Boa Memória, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.

Documentos da Igreja Colegial de Valladolid — *Documentos de la Iglesia Colegial de Santa María la Mayor: (hoy metropolitana) de Valladolid*, Manuel Mañueco Villalobos (transcrição) e José Zurita Nieto (notas), 3 vols., Valladolid, Imp. Castellana, 1917-1920.

Documentos da época de Afonso X — *Memorial Histórico Español: coleccion de documentos, opúsculos y antigüedades, que publica La Real Academia de la Historia*, tomo I, Madrid, Imprensa da Real Academia de la Historia, 1851, pp. 1-344.

Documentos de Sancho I — *Documentos de D. Sancho I*, ed. Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, 1º vol., Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979.

D. Pedro I — Cristina Pimenta, *D. Pedro I*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.

D. Sancho I — Maria João Violante Branco, *D. Sancho I. O filho do fundador*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.

D. Sancho II — Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II. Tragédia*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.

Fernando III — Julio González, *Reinado y Diplomas de Fernando III*, 3 vols., Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Cordoba, 1980-1986.

Fernando IV — Cesar González Minguéz, *Fernando IV. 1295-1312*, Palencia, La Olmeda – Diputación Provincial, 1995.

Gran Crónica de Alfonso XI — *Gran Crónica de Alfonso XI*, ed. crítica preparada por Diego Catalán, 2 tomos, Madrid, Ed. Gredos, 1976.

História do Mosteiro de Sahagún — Romualdo Escalona, *Historia del Real Monasterio de Sahagún sacada de la que dexó escrita el Padre Maestro Fr. Joseph Pérez corregida y aumentada con varias observaciones históricas y cronológicas y con muchas*

memorias muy conducentes a la Historia General de España, Madrid, Joaquín Ibarra, 1782.

La Consolidación de los Reinos Hispánicos — Vicente Álvarez Palenzuela e Luis Suárez Fernández, *Historia de España. Vol 6: La consolidación de los reinos hispánicos. (1157-1369)*, Madrid, Gredos, 1988.

La crisis de la Reconquista — Ramón Menéndez Pidal (dir.), *História de España. Tomo XIV: La crisis de la Reconquista (c. 1350-c.1410)*, 3ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1981.

Linhagens Medievais Portuguesas — José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, [em linha] 2 vols., Porto, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Disponível em URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023>

Livro Velho — *Livro Velho de Linhagens*, pub. em *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série*, ed. José Matoso e Joseph M. Piel, vol. I (Livros velhos de linhagens), Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Livro do Deão — *Livro de Linhagens do Deão*, pub. em *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série*, ed. José Matoso e Joseph M. Piel, vol. I (Livros velhos de linhagens), Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Livro de Linhagens — *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, pub. em *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série*, ed. José Matoso e Joseph M. Piel, vol. II (Livro de linhagens do Conde D. Pedro), 2 tomos, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Memorias de Fernando IV — António Benavides, *Memorias de D. Fernando IV de Castilla*, 2 tomos, Madrid, Imprensa de José Rodríguez, 1860.

Monarquia Lusitana IV — António Brandão, *Quarta Parte da Monarchia Lusitana. Que contem a Historia de Portugal desdo tempo delRey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado delRey D. Afonso III* [em linha], Lisboa, imp. Pedro Craesbeeck, 1632. Disponível em URL: <http://purl.pt/12677>

Monarquia Lusitana V — Francisco Brandão, *Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana que contem a historia dos primeiros 23 annos DelRey D. Dinis* [em linha], Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1650. Disponível em URL: <http://purl.pt/14191>

Monarquia Lusitana VI — Francisco Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lvsitana qve contem a historia dos vltimos vinte & tres annos delRey Dom Dinis* [em linha], Lisboa, João da Cista, 1672. Disponível em URL: <http://purl.pt/13364>

Monasterio de Gradefes — Aurélio Calvo, *El Monasterio de Gradefes: apuntes para su historia y la de algunos otros cenobios y pueblos del Concejo*, León, Ed. Celarayn, 1984. [Ed. facsímil de la ed. de León, Imprenta Provincial, 1936-1944].

Nobreza de Corte de Afonso III — Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

Nobleza del Andaluzia — Gonçalo Argote de Molina, *Nobleza del Andalucia*, [em linha], Sevilla, Fernando Diaz, 1588. Disponível em URL: http://books.google.pt/books?id=btPiv51Fss4C&pg=RA2-PT223&dq=nobleza+del+andaluzia&hl=pt-PT&ei=8JImTJn2B4uOjAfl2ZycAQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCgQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false

Patronos do Mosteiro de Grijó — José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre. Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto, 1995.

Pedro I — Luis Vicente Díaz Martin, *Pedro I. 1350-1369*, Palencia, La Olmeda – Diputación Provincial, 1995.

Primeira Cronica General — *Primera crónica general de España*, ed. Ramón Menéndez Pidal, com estudo de Diego Catalán, 2 vols., 3ª reimpressão, Madrid, Editorial Gredos, 1977.

Repartimiento de Sevilla — Julio González, *Repartimiento de Sevilla*, 2 vols., Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1998. [Reprod. facs. de la ed. de Madrid, Escuela de Estudios Medievales, 1951].

Salazar y Castro — Biblioteca da Real Academia de la Historia, *Colección Salazar y Castro*.

Sancho IV — Mercedes Gaibrois de Ballesteros, *Historia del reinado de Sancho IV de Castilla*, 3 vols., Madrid, Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1922-1928.

San Nicolás del Real Camino — Guillermo Castán Lanasa, «San Nicolás del Real Camino: Un Hospital de Leprosos Castellano-Leones en la Edad Media (Siglos XII-XV)», *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*, nº. 51, 1984, pp. 105-221.

Abreviaturas:

cap.	– capítulo
cf.	– confronto
cit.	– citada
coord.	– coordenação, coordenado
d.l.	– depósito legal
doc. / docs.	– documento / documentos
ed.	– edição, editado
fl. / fls.	– fólio / fólhos
liv. / livs.	– livro / livros
nº	– número
ob. cit.	– obra citada
org.	– organização, organizado
p. / pp.	– página / páginas
s.d.	– sem data
s.l.	– sem local
s.n.	– sem editor
t. / ts.	– tomo / tomos
vol. / vols.	– volume / volumes

INTRODUÇÃO

QUESTÃO CENTRAL

A questão central deste trabalho pode, de maneira sumária, definir-se como o estudo e análise da estruturação e estratégias de reprodução de poder dos membros da família Teles, bem como a própria família — concebida enquanto célula com identidade ao nível do poder social — no território dos reinos de Portugal e de Castela ao longo do final da Idade Média, com especial enfoque nos séculos XIII e XIV. Para tal será necessário identificar e entender as fontes e expressões do seu poder, bem como o processo de construção e reprodução do mesmo — um processo de dinâmica social — e isto ao nível dos dois reinos, pois, dada a realidade que caracteriza a mencionada família à época indicada, uma investigação que apenas tivesse como âmbito espacial um deles não poderia deixar de ser mutilador do objecto a estudar¹.

Com efeito, os Teles, de origem castelhana, encontram-se nos séculos XIII e XIV entre as quatro mais prestigiadas linhagens nobres do reino vizinho, a par dos Castro, Lara e Haro². Ao falar em Teles convém desde já esclarecer que dentro desta designação se incluem, para o período a tratar, os descendentes de Telo Peres através do seu primogénito Afonso Teles, primeiro senhor de Albuquerque e segundo senhor de Meneses. Inserem-se aí as famílias dos senhores de Meneses e dos senhores de Albuquerque, ramos procedentes

¹ Sobre o conceito de poder, da organização e das fontes do mesmo, cf. o ponto abaixo: «*Opções metodológicas*».

² Cf. Marie-Claude Gerbet, *Les noblesses espagnoles au Moyen Âge. XI^e-XV^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1994, p. 82.

Para o reino de Portugal, a bibliografia que faz a reconstrução da família, de uma forma geral ou parcial, é relativamente extensa. Veja-se: Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, pp. 103-138; Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, CIDEHUS – Colibri, 2004; Leontina Ventura, *A nobreza da corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, (dissertação de doutoramento policopiada), 1992; Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, s.l., Difel, 1995; J. A. de Sotto Mayor Pizarro, *Os patronos do mosteiro de Grijó. Evolução e estrutura da família nobre. Séculos XI a XIV*, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto, 1995; Carlos da Silva Tarouca, «História da Raça – História da Família», *Brotéria*, vol. XXX, fasc. 1 e 2, 1940, pp. 47-60 (1) e pp. 173-188 (2); *Idem*, «A Graça de Santarém – fundadores e fundações», *Brotéria*, vol. XXXV, fasc. 5, 1942, pp. 395-413; *Idem*, «O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde», *Arqueologia e História*, vol. IV, 8^a série, 1947, pp. 11-119.

Também há alguma bibliografia espanhola, designadamente: Modesto Salcedo, *La familia “Téllez de Meneses” en los tronos de Castilla y Portugal*, Palencia, Diputación de Palencia, 1999, que aborda sobretudo os primeiros tempos da família e num registo tendencialmente laudatório; *Idem*, «Vida de don Tello Téllez de Meneses, Obispo de Palencia», *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*, n.º 53, 1985, pp. 79-266; Esteban Rodríguez Amaya, «Dom Juan Alfonso de Alburquerque, canceller de D. Pedro el Cruel», *Sep. de Revista de Estudios Extremeños*, n.º 5, 1949; Rafael Fernández González, «Los hermanos Téllez de Meneses primeros alcaides de Córdoba en el siglo XIII», *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, n.º 92, 1972, pp. 93-126; e Pedro Fernández Martín, «El último señor de las behetrías de Campos», *Hispania*, tomo XIX, n.º LXXV, 1959, pp. 205-229.

daquele, e que tomam estes nomes a partir daqueles dois importantes senhorios. Inclui-se ainda neste estudo outra descendência, de ramos secundogénitos, que em momentos ulteriores se destacam no reino português, designadamente nos reinados de D. Pedro I e D. Fernando, aqui chamados *Teles portugueses*.

Durante o reinado de D. João I, estes descendentes por linha secundogénita chegam mesmo a adoptar, em muitos casos, os apelidos Meneses e Albuquerque, mesmo que não sejam detentores dos mencionados senhorios³. Tal revela, por parte destes membros, uma inegável consciência de pertença a um grupo familiar específico que parece ter como referência um antepassado comum, de modo que faz todo o sentido que consideremos enquanto organismo com alguma unidade social os Meneses, os Albuquerque — ramos principais — e os ramos secundários procedentes dos Teles. No âmbito deste trabalho observar-se-á um ramo secundogénito em particular, que descende de Gonçalo Anes Raposo, e que dará origem aos famosos Teles do reinado de D. Fernando.

Como limites temporais da investigação foram designados os anos de 1161 e de 1385. Tratam-se de datas que de certa forma simbolizam um início e um fim de um percurso político familiar. Em 1161, Telo Peres, primeiro senhor de Meneses e fundador da linhagem que tomou o seu nome, passava a sua carta de arras a Guntrodo Garcia. Deste casamento nasceria, como foi dito, Afonso Teles, que deu origem aos ramos familiares aqui estudados. E em 1385, depois de já extintos os ramos primogénitos dos senhores de Meneses e de Albuquerque, dava-se a batalha de Aljubarrota com a vitória de D. João I de Portugal. No campo de São Jorge findava um período durante o qual os Teles, um ramo secundário da família, ocupava o patamar mais elevado da nobreza portuguesa. A partir daí, os descendentes da família iriam de novo encetar um processo de recuperação de poder social, mas em moldes muito distintos do que até então fora comum.

Durante o período em estudo, e desde os anos mais remotos, podemos encontrar destacados membros da família com fortes ligações ao reino português, desempenhando mesmo cargos importantes na corte. A ligação aos dois reinos e às duas famílias reais, através de casamentos, desempenho de cargos e posse de senhorios, é mesmo uma

³ É o caso de D. Pedro de Meneses, 1º Capitão de Ceuta, que é filho de D. João Afonso Telo, e descendente directo por via masculina secundogénita de João Afonso, 2º Senhor de Albuquerque (cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 25-32). À imagem deste D. Pedro, os outros descendentes dos Teles em Portugal, após a crise de 1383-1385, irão adoptar preferencialmente o nome *Meneses*, sem que tenham outra relação com este senhorio além do facto de terem como antepassado comum o seu fundador, cerca de dois séculos antes (cf. Nuno Miguel Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 25-32; e Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal... cit.*, pp. 66-72.)

constante, verificando-se uma frequente e curiosa circulação de alguns dos membros da família entre os dois territórios, onde detêm uma posição social de bastante destaque.

Estas ligações e circulação por parte dos elementos da família colocam um problema de bastante interesse e da maior importância para a compreensão da sociedade e relações políticas medievais peninsulares, e que se prende com a própria natureza dos poderes existentes. É que, partindo do princípio que as monarquias tidas em conta se caracterizam por um «*poder régio que não distingue claramente o público do privado*»⁴ e que «*muitas das funções que mais tarde se haviam de considerar exclusivas dos reis ou do Estado são, de facto, exercidas por senhores*»⁵, o estudo do exercício destas funções por parte destes senhores e a relação das coroas com os mesmos é essencial para um melhor conhecimento da estrutura e dinâmica dos poderes medievais. Na medida em que os Teles se encontram nos dois reinos e aí detêm algumas das competências mencionadas, é necessário então compreender estas particularidades, o seu funcionamento, os mecanismos que proporcionam a sua existência.

A investigação estendeu-se aos dois reinos, pois encontram-se em ambos — e nunca apenas num só reino — as manifestações e fundamentos do poder dos ditos indivíduos. Torna-se claro que só tomando em consideração os dois territórios vizinhos se pode conseguir uma mais eficaz compreensibilidade dos comportamentos dos indivíduos e da família em estudo, identificando estratégias, expressões e suportes do seu poder.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

Convém de antemão definir algumas directrizes sobre a investigação. Parta-se, como convém, do início: estudo de caso sobre o poder social de uma família nobre nos reinos de Portugal e Castela, ao longo da época baixo-medieval.

Em primeiro lugar, este trabalho é, como foi dito, um estudo de caso sobre a nobreza medieval, que visa analisar uma situação concreta a um nível microsocial, com as virtudes e limites que este tipo de estudos encerra⁶. A análise de uma situação específica pode não

⁴ José Mattoso, «A consolidação da monarquia e a unidade política», in *A Monarquia Feudal (1096-1480). Segundo Volume da História de Portugal*, José Mattoso (coord.), s.l., Círculo de Leitores, pp. 269-309, *maxime* p. 269.

⁵ *Ibidem*, p. 269.

⁶ A redução da escala de análise, que tem as suas principais manifestações na microhistória e no tão badalado «retorno ao sujeito», tem vindo a ganhar adeptos e a fazer uma «revolução silenciosa» na historiografia internacional, nas palavras de Jean-Pierre Dedieu. Cf. «Prólogo», in José María Imízcoz (dir.), *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco. Servicio Editorial, 2001, pp. 9-13.

permitir uma «visão geral» da sociedade que as abordagens macrosociais revelam, mas, ao tomar em consideração um objecto mais reduzido, faculta uma mais exaustiva e melhor compreensão do comportamento efectivo dos indivíduos dessa sociedade. Convém ser mais preciso quanto ao que se considera como «comportamento». Numa sociedade podem-se distinguir vários níveis de organização do comportamento dos indivíduos: comportamento ideal, referencial normativo e comportamento real⁷. Dentro deste último nível as experiências podem ser variadas, aproximando-se mais ou menos dos dois primeiros. O que os estudos de caso devem ter como objectivo é precisamente — além de, como é evidente pela análise que se produz pela natureza da escala, fornecerem uma noção mais exacta da realidade intrínseca do objecto estudado — aferir a proximidade existente entre a prática efectiva e os níveis ideais e normativos do comportamento. Pode-se assim, através de um caso concreto, descrever e relacionar os ideais, as normas e as práticas de comportamento, de modo a entender a diversificação destas últimas — práticas, comportamento real — dentro dos dois primeiros níveis — comportamento ideal e referencial normativo —, o que nos permite ajudar a delimitar as possibilidades individuais concretas, os limites para a liberdade de acção dos indivíduos, as margens de actuação do seu campo político e social⁸, de um modo tanto mais eficaz quanto mais invulgar for o caso observado.

Torna-se também necessário delinear, em traços gerais, que enquadramento conceptual orientará toda a investigação ao nível da visão da «realidade»⁹ social que se prevê estudar. Foi dito atrás que se pretende estudar a estruturação e estratégias de poder dos Teles. É necessário então definir o que se entende por poder e aqui adopta-se, de um modo geral, a posição de Michael Mann¹⁰. Para este autor, o conceito central no estudo do poder é o «poder social», e, segundo o mesmo, «*Las sociedades están constituidas por múltiples redes socioespaciales de poder que se superponen y se intersectan*»¹¹. O seu

⁷ Christian Ghasarian, numa introdução e síntese de vários trabalhos e aproximações ao estudo do parentesco define três níveis de comportamento: comportamento ideal, norma e comportamento real. (*Introdução ao estudo do parentesco*, s.l., Terramar, 1999). O uso destes conceitos no estudo parentesco não me parecem ser impeditivos da sua igual aplicação noutros campos do social. Esta distinção de níveis talvez permita compreender a injustiça que é apontar a pouca capacidade de apreensão do real por parte dos historiadores do direito, na medida em que a descrição do «comportamento real» dos indivíduos nunca foi seu objectivo.

⁸ É esta uma das virtudes da biografia, exemplo modelar das análises microsociais. Cf. Giovanni Levi, «Les usages de la biographie», *Annales ESC*, nº 6, Novembro-Dezembro 1989, pp. 1325-1336.

⁹ Com todas as reticências necessárias para que a palavras «realidade» possa ser utilizada em História.

¹⁰ Definida sobretudo no primeiro capítulo – Las sociedades como redes organizadas de poder – da sua obra *Las fuentes del poder social, I. Una historia del poder desde los comienzos hasta 1760 d.C.*, Madrid, Alianza Editorial, 1991, pp. 13-58.

¹¹ *Ibidem*, p. 14.

ponto de vista sublinha que em todo o grupo humano existem sempre vários tipos de poder, com vários aspectos, que formam várias redes interrelacionadas presentes em toda a esfera social — «*redes superpuestas de interacción social*»¹²; e que constituem, ao mesmo tempo, as bases das principais formas de organização socioespacial — «*organizaciones, medios institucionales de alcanzar objetivos humanos*»¹³.

Mann define o poder social, no seu sentido mais geral, como a capacidade para perseguir e alcançar objectivos através do domínio do meio — pessoas, materiais e território — no qual se habita¹⁴, e classifica-o em quatro tipos, de acordo com a sua natureza e fonte¹⁵:

- *poder ideológico*: que tem a faculdade de actuar sobre a organização social dos significados e do conhecimento, sobre os valores em que se baseiam as normas sociais, e sobre as práticas estéticas e rituais;
- *poder económico*: que compreende a capacidade de controlar os circuitos de produção, transformação, distribuição, intercâmbio e consumo dos objectos da natureza;
- *poder militar*: derivado da capacidade de controlar meios de defesa organizada com utilidade também para a agressão;
- *poder político*: o poder do *Estado*, limitado às regulações e coerção centralizadas dentro de um limite territorial.

Esta classificação quanto às fontes do poder é, certamente, criticável, como o faz Justo J. Beramendi, que, apesar de considerar a posição de Mann das mais interessantes dos últimos anos, a aponta como um pouco confusa, pois, segundo a sua posição, aquela não dá o destaque suficiente ao poder político e «*equipara y separa uno de los instrumentos de la dimensión coactiva del poder político (el militar) com este último*»¹⁶. Quanto a esta última crítica, na medida em que o poder militar não é, para o período em causa, um simples instrumento, entre outros, ao serviço do poder político, é tomado nesta investigação como o foi concebido por Mann.

Ora os vários tipos de poder, segundo variados aspectos, estão presentes e tornam-se operativos nas e enquanto relações constituintes da rede social. É necessário observar que a noção de rede social não é uma concepção original de Michael Mann, e está intimamente ligada à percepção de uma dinâmica social. As análises e concepções de redes sociais

¹² *Ibidem*, p. 15.

¹³ *Ibidem*, p. 15.

¹⁴ *Ibidem*, p. 21.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 43-51.

¹⁶ *La Historia Política: algunos conceptos básicos*, s.l., Tórculo Edicións, 1999, p. 65.

surgem após a Segunda Guerra Mundial no campo de estudos da Antropologia e Sociologia, em reacção aos paradigmas estruturais-funcionalistas, que consideravam a sociedade como essencialmente estável, e que se revelavam insuficientes e inadequadas para a análise de realidades que se «redescobriam» dinâmicas e em constante mudança¹⁷. Esta perspectiva é-nos dada pela natureza das relações pessoais, e pelo modo como estas são entendidas, pelo que é necessário ainda, antes de avançar para uma melhor adequação do modelo ao caso a estudar, definir de que maneira os vínculos sociais organizam a sociedade em redes. Os vínculos sociais — entre indivíduos e/ou grupos —, atrás também denominados, numa perspectiva lata, de relações, ligações ou laços, são considerados os elementos básicos da organização social. Não constituem realidades fixas, uma vez que constantemente se criam e desfazem. São, simultaneamente: ligações por onde se difundem, circulam e se definem os referenciais normativos, sendo que a rede de relações condiciona e determina as possibilidades e capacidades de acção individual; e ligações pelas quais se transmitem e trocam bens e serviços, sendo então a rede manipulável pelo indivíduo com vista a objectivos pessoais¹⁸. Ou seja, a rede influencia e determina a acção do indivíduo, ao mesmo tempo que as relações constituem um elemento indispensável de acesso a capitais que aquele pode manipular para a obtenção de determinados fins. De acordo com esta última perspectiva, as ligações não só constituem um meio de acesso a capitais, como são, elas próprias, um capital valioso. As redes são então redes de poder, pelas quais o mesmo circula, se exerce e se difunde. São ainda, recorde-se, múltiplas, sobrepostas e interseccionais.

Na medida em que o poder foi definido atrás como a capacidade para perseguir e alcançar objectivos através do domínio do meio, e porque os objectivos humanos são múltiplos e variáveis, não é possível construir um modelo explicativo para os mesmos, e assim se justificam os estudos de caso. Porém, os meios utilizados para os atingir podem classificar-se ao nível dos poderes tipificados atrás. Os poderes ideológico, económico, militar e político são, então, considerados meios de alcançar o poder social, são fontes do poder social. Uma vez que aqueles se manifestam através das relações sociais, estas são o rosto visível das fontes do poder social.

¹⁷ Um quadro geral das análises de rede, onde se apontam as primeiras experiências do método e se comparam as principais linhas de pensamento pode ser visto em Fortunata Piselli, «Reti sociali e comunicative», in *Reti. L'Analisi di Network nelle Scienze Sociali*, Fortunata Piselli (ed.), Roma, Donzelli Editore, 1995, pp. VII-LXXIII.

¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. XX.

No caso concreto desta investigação, assume-se a inscrição da mesma no âmbito das análises de redes sociais. Porque visa analisar uma situação específica, o objectivo não passa só pela reconstrução das redes sociais concebidas em torno dos indivíduos observados, identificando relações pelas quais as fontes do poder se manifestem, de modo dinâmico e de importância variável consoante a relação e o momento, senão que também pela tentativa de aclarar os objectivos desses mesmos indivíduos e os processos pelos quais estes os tentam atingir. De outro modo não faria sentido falar em estratégias e dinâmica social.

Porque as relações se formam e se extinguem continuamente, existem em tempos diferentes e têm um desempenho e um protagonismo desigual em momentos distintos, porque a rede é dinâmica, é adequado tomar em conta a noção de *action-set*, tal como ela é concebida por Adrian Mayer: parte da rede pessoal que é activada, em determinadas situações, para um propósito específico e limitado no tempo¹⁹. Ou seja, para objectivos específicos teríamos o recurso, pelo indivíduo, de relações específicas, e não de toda a rede.

Explicitado, ainda que de um modo sumário, as noções de poder social, de rede social e de relações sociais, passemos então a articulá-las com os conceitos *família* e *nobreza*.

O sujeito desta investigação são os membros de uma determinada família, indivíduos, portanto, bem como a própria família em si. Não creio que existam muitas dúvidas quanto à operacionalidade do conceito «família» para análise das sociedades, e que a utilização do mesmo é, certamente, válida, não somente no campo demográfico e biológico como também no político, no económico, no ideológico, em todas as dimensões sociais, uma vez que o grupo familiar não se esgota no seu papel de célula de reprodução biológica. Com efeito, a família sempre teve um local de destaque enquanto objecto de estudo da Antropologia e da Sociologia, e tem vindo a reclamar o seu no campo da História, quer enquanto objecto, quer enquanto sujeito²⁰. Mas convém de antemão tornar mais claro o afirmado. Com facilidade se depreende pelo exposto acima, é conferida ao indivíduo, enquanto actor social, uma significativa margem de manobra, valoriza-se a sua capacidade de movimentação e manipulação da rede, sem que se ignorem os condicionamentos normativos desta. De facto, as redes são, como foi dito, as bases das

¹⁹ Cf. *ibidem*, p. XXVII.

²⁰ Cf. Jean-Pierre Dedieu, «Prólogo», in *Redes familiares... cit*, pp. 9-13; e Francisco Chacón Jiménez e Juan Hernández Franco, «Introducción», in *Familia, poderosos y oligarquías*, Francisco Chacón Jiménez e Juan Hernández Franco (eds.), Murcia, Universidad de Murcia, 2001, pp. 9-16, *maxime* pp. 9-10.

formas de organização socioespacial, organizam células sociais de dimensões e alcances diferentes. As células básicas são os grupos de parentesco, definidas pelos laços pessoais mais imediatos²¹. Dito de um modo sucinto, em todas as sociedades humanas o parentesco fornece ao indivíduo o seu referencial social básico, que lhe proporciona uma identidade e um estatuto social; «*uma pessoa sem parentes não tem posição social*»²².

A noção de parentesco é muito geral, podendo enunciar-se como o conjunto de relações nas quais se combinam a consanguinidade e a aliança de modo a fixar um grupo social²³. São geralmente grupos formados por vínculos sólidos, de grande capacidade organizacional²⁴. Porque o parentesco é entendido e considerado de forma diferente consoante as sociedades e as épocas²⁵, assim as organizações familiares — associações de parentes — que aquele determina são realidades situadas no campo da alteridade, variáveis no tempo e no espaço. Não se pretende aqui apresentar as várias definições operacionais para as organizações familiares medievais, como casa, linhagem, raça e mesmo família, embora os sujeitos da investigação sejam «*os descendentes de Afonso Teles*», e, portanto, se aproxime daquilo que é geralmente proposto como linhagem: «*conjunto de indivíduos que descendiam ou pretendiam descender de um antepassado comum, quer pelo lado masculino, quer pelo feminino*»²⁶. A principal característica da linhagem é que forma uma «*pessoa moral*», baseada na memória dos antepassados, e que inclui os vivos e os mortos²⁷. Está sobretudo ligada a uma cultura nobiliárquica, para quem um dos elementos ideológicos básicos é a consciência dos antepassados²⁸.

Porém, o que aqui é necessário, e que se vai tentar fazer, é procurar o equilíbrio entre grupo familiar e indivíduo enquanto actores sociais. Não se deseja que o facto da organização familiar poder ser tomada como tal vá esbater a dimensão social individual dos membros que a compõem. Da mesma maneira, não é adequado olhar a sociedade como uma soma de individualidades. O problema surge de maneira mais evidente a partir do

²¹ Cf. José María Imizcoz Beunza, «Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen», in *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*, José María Imizcoz Beunza (dir.), Universidad del País Vasco, 1996, pp. 13-50, *maxime* pp. 31-35.

²² Christian Ghasarian, *op. cit.*, p. 11.

²³ Cf. Christian Ghasarian, *op. cit.*, p. 14; e Anita Guerreau-Jalabert, «El sistema de parentesco medieval: sus formas (real/espiritual) y su dependencia con respecto a la organización del espacio», in *Relaciones de poder, de producción y de parentesco en la Edad Media y Moderna. Aproximación a su estudio*, Reyna Pastor (comp.) Madrid, C.S.I.C., 1990, pp. 85-105, *maxime* p. 89.

²⁴ Cf. José María Imizcoz Beunza, *op. cit.*, p. 31.

²⁵ Cf. Christian Ghasarian, *op. cit.*, p. 11-17.

²⁶ Jean-Louis Flandrin, *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, 2ª ed., Lisboa, Estampa, 1994, pp. 22-23.

²⁷ Cf. Christian Ghasarian, *op. cit.*, p. 69.

²⁸ Cf. Isabel Beceiro Pita, «La conciencia de los antepasados y la gloria del linage en la Castilla bajomedieval», in *Relaciones de poder...cit.*, pp. 329-349.

momento em que tomamos a sociedade como um conjunto de redes de poder que são, ao mesmo tempo, bases de organizações, meios institucionais de alcançar objectivos. Algumas destas organizações são os grupos familiares, desenhados pelos vínculos de parentesco, relações sólidas, que fazem com que aqueles sejam organizações com elevada unidade interna, e assim mais eficazes para o alcançar dos objectivos externos ao mesmo procurados pelos indivíduos que os constituem²⁹. Porém, na medida em que as relações de parentesco também são relações de poder, e porque há objectivos dentro do grupo familiar, a unidade não pode ser tida como permanente e estável, havendo então lugar a disputas de poder internas³⁰.

O estudo de linhagens, de famílias, é uma prática comum quando se pretende analisar a nobreza. Com efeito, não estamos perante uma categoria imposta. Os próprios nobres se reconheciam como pertencentes a uma linhagem e era esta uma das formas pelas quais se organizavam socialmente. Recordem-se os interessantes e úteis *Livros de linhagens*, uma manifestação ideologicamente emanada dos círculos nobiliárquicos. O problema aqui prende-se com facto de as análises de rede serem ou não adequadas para o estudo de famílias nobres, nomeadamente o estudo do poder destas e nestas famílias nobres. Segundo alguns autores, não só é adequado como é recomendável, pois só assim se pode compreender a dinâmica do poder³¹.

CAMPO E PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

Como foi referido, este trabalho, na medida em que visa identificar e estudar o poder social de elementos da nobreza medieval portuguesa e castelhana, integra-se, num primeiro momento, e como é óbvio, nos estudos sobre essa nobreza. Na medida em que se toma em consideração não só os indivíduos mas estes enquanto membros de um grupo familiar, nos estudos sobre a família nobre. Ao tomar como objecto o poder desses indivíduos, inscreve-

²⁹ Juan Pro Ruiz afirma que a família é o «núcleo en donde se fusionan las relaciones y contactos adquiridos por los individuos en todas las facetas de su actividad, es la pieza clave de la red de relaciones» (Socios, amigos y compadres: camarillas y redes personales en la sociedad liberal», in *Familia, poderosos y oligarquías...cit.*, pp. 153-173, *maxime* p. 159).

³⁰ Facto que é acentuado por Mauro Hernández, «Sobre familias, relaciones y estrategias familiares en una elite ciudadana (los regidores de Madrid, siglos XVI-XVIII), *Ibidem*, pp. 61-80, *maxime* pp. 78-80.

³¹ Cf. José María Imízcoz Beunza, *op. cit.*, pp. 14-18. Os artigos do livro pautam todos por esta análise. Cf. Juan Pro Ruiz, *op. cit.*, pp. 154-157 e 166-173. Este autor diz que a análise de redes é um passo decisivo e necessário na historiografia. Cf. ainda José María Imízcoz, «Introducción. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global», in *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen* (siglos XV-XIX), Bilbao, Universidad del País Vasco, 2001, pp. 19-30. Em boa verdade, também os artigos deste volume seguem as directrizes das análises de rede.

se ao mesmo tempo no campo de estudos do poder nobiliárquico na sociedade medieval. Seguindo directrizes já utilizadas por José Mattoso, os problemas históricos que se colocam quanto ao estudo da nobreza podem enquadrar-se em cinco grandes questões: as fontes do poder nobre; as relações da nobreza com o poder político; as relações da nobreza com as outras categorias sociais; as prerrogativas de classe; e a sua estrutura interna³². Os estudos de caso abrangem praticamente todas estas esferas, ou pelo menos têm de as ter presentes. A presente investigação não foge à regra. Convém contudo, fazer uma caracterização sumária do mesmo.

Em primeiro lugar, este estudo tem por sujeito e por objecto uma família nobre — os Teles — que apenas é conhecida de modo fragmentário, que ainda não foi alvo de um estudo aprofundado, o que é tanto mais estranho quanto se sabe que, como foi dito é uma das famílias nobres mais importantes da Península Ibérica no final da Idade Média, para já não falar de épocas posteriores. A ausência de um estudo sobre a mesma talvez se deva ao facto de muitos dos seus membros, designadamente do ramo dos senhores de Albuquerque, circularem pelos reinos de Portugal e Castela, de encontrarmos gerações que vivem em Castela e depois se verificar que há descendentes que se fixam em Portugal, ou vice-versa. A realidade desta família, que transcende as fronteiras dos reinos, tem necessariamente de ser analisada de uma forma que não encare a fronteira como um limite a essa mesma análise. Porém, o que encontramos como mais comum aos estudos sobre famílias nobres é a opção por uma família que se encontre em Portugal ou em Castela, nunca nos dois reinos. A fronteira é mesmo encarada como uma baliza para esses estudos³³. Ora o presente projecto não só não se limita a um reino — de outra forma seria apenas mais um estudo fragmentar — como tem por objectivo contribuir para uma melhor compreensão da forma como os nobres na Idade Média encaram a fronteira, de que forma é que esta limita, define as suas estratégias de alcance e manutenção de poder e supremacia social.

Falou-se em poder. Se o estudo do poder nobiliárquico é extremamente relevante quando consideramos os poderes políticos exercidos pelos senhores no interior de um reino, o caso dos Teles é particularmente interessante. A família compreende indivíduos que, porque implantados senhorialmente nos dois reinos, detêm concomitantemente

³² *Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa*, Revista de História das Ideias, vol. 19, 1998, p. 8.

³³ Veja-se o caso do estudo de Bernardo Vasconcelos e Sousa, que tem como término cronológico da sua investigação sobre os Pimentéis a partida do membro mais destacado da linhagem, João Afonso Pimentel, para Castela, na viragem do século XIV para o século XV. (*Os Pimentéis... cit. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [d.l. 2000])

aqueles poderes em ambos³⁴. Esta situação mais complexa — que não será, certamente, única, mas apenas menos comum —, e a sua compreensão, no contexto do estudo dos poderes — compreendidos aqui num nível global — e sociedades medievais não pode ser analisada pela separação dos aspectos respeitantes a cada um dos reinos e posterior adição, mas sim através da análise conjunta das expressões e fundamentos desses poderes ao nível territorial, material, institucional e relacional, articulados não apenas com uma coroa e um reino mas sim com duas coroas e dois reinos. É inegável que quando confrontados com estas circunstâncias, em que há uma concentração numa só pessoa ou instituição de funções politico-administrativas respeitantes a distintas entidades políticas como os reinos, não se podem conhecer as estratégias dessas pessoas ou instituições — tal como uma família — em relação a uma entidade tendo apenas esta como referencial, na medida em que aquelas são apenas aspectos de uma única realidade que abrange todo o comportamento e acção política.

Um dos aspectos visíveis deste comportamento é a circulação de indivíduos pelos dois reinos. Utilizando palavras de Rita Costa Gomes, observa-se «*uma tendência estrutural da sociedade de corte em Portugal no movimento de circulação de nobres entre as várias cortes peninsulares, implicando a permanente abertura deste meio à presença de estrangeiros. Um movimento que liga, no período final da Idade Média, a entourage dos reis portugueses à dos castelhanos, de modo capilar. Esta circulação, bem patente na trajectória dos Meneses e dos Albuquerque, mas também dos Castros e até dos Pachecos na corte portuguesa de Trezentos, antecedendo um movimento paralelo de envolvimento de linhagens portuguesas na corte castelhana de Quatrocentos, constitui um forte argumento a favor da existência de uma verdadeira comunidade nobiliárquica e cortesã peninsular não alicerçada apenas na contiguidade e na existência de ligações de parentesco fomentadas pelas alianças matrimoniais*»³⁵. É necessário então tentar perceber o alcance desta circulação de nobres, que estratégias estão por detrás deste comportamento, pois de outra forma não será possível compreender de uma forma mais plena a sociedade medieval, nomeadamente no que toca às esferas nobiliárquicas³⁶.

³⁴ Como o já referido D. João Afonso, simultaneamente Alferes-mor de Portugal e senhor de Albuquerque, em Castela.

³⁵ Rita Costa Gomes, *A corte... cit.*, p. 88.

³⁶ O melhor trabalho feito neste âmbito é de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro: *De e para Portugal: a circulação de Nobres na Hispânia Medieval: (séculos XII a XV)*, Sumário da lição síntese integrada na disciplina de História Medieval Peninsular, para prestação de Provas de Agregação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007 [pub. em *Anuario de estudios medievales*, nº 40, 2, 2010, pp. 889-924].

Convém contudo distinguir esta investigação de um outro aspecto da circulação de indivíduos, que se prende com o exílio. O objectivo não foi fazer uma história de refugiados políticos, embora não seja possível afastar da análise aqueles que o são e que pertencem à família.

O que se tentou levar a cabo foi colocar algumas perguntas que permitissem responder à questão central:

- quais são as bases materiais, territoriais e institucionais onde assenta o poder dos indivíduos estudados?
- quais as relações encetadas pelos indivíduos para alcançar e manter o seu poder?
- quais as relações que permitem a circulação dos indivíduos entre os dois reinos?
- conseguem definir-se, na família, estratégias diferenciadas para os dois reinos?
- a fronteira isola estratégias de poder distintas?
- até que ponto a família é um obstáculo ou apoio às estratégias individuais?
- a família é próxima das duas coroas. Como e quando se fazem a aproximação àquelas?

A resposta a todas estas questões forneceu a informação necessária para a resolução do problema central deste trabalho — qual as estratégias de construção e reprodução de poder levadas a cabo pelos membros da família, bem como a própria família, no território dos reinos de Portugal e de Castela ao longo do final da Idade Média? — que se pretende que contribua para o melhor conhecimento quer da família observada, quer da própria sociedade medieval e da sua organização ao nível do poder.

PONTO DA SITUAÇÃO

Em 1997 o professor José Mattoso escrevia que o estudo da nobreza medieval portuguesa constituía um dos campos historiográficos «...*mais pujantes e mais decisivamente explorados por meio de investigações aprofundadas e sistemáticas*»³⁷, quando fazia o ponto da situação acerca desse mesmo estudo. Com efeito, as três últimas décadas foram bastante generosas para com este tema, que atraiu de sobremaneira as atenções dos historiadores portugueses e espanhóis. Na medida em que a investigação não se limita ao âmbito português, é necessário também fazer aqui um ponto geral da situação

³⁷ *Perspectivas actuais... cit.*, p. 7.

sobre o tema ao nível dos reinos de Portugal e Castela para a época medieval, focando sobretudo as produções mais relevantes dos últimos anos.

Em primeiro lugar, e para Portugal, salientem-se os vários trabalhos do já referido José Mattoso, que dedicou praticamente toda a sua atenção ao estudo da nobreza portuguesa, estendendo os seus estudos aos séculos IX-XIV³⁸. Observou aspectos tão vastos como a reconstrução de genealogias, o poder nobre e as relações desse poder, as suas prerrogativas, a estrutura interna da nobreza, entre outros. A obra é notável o suficiente para que surja aqui destacada.

Para além dos trabalhos de José Mattoso, algumas investigações abrangentes a estes aspectos também foram realizadas em Portugal, destacando-se a obra – de fôlego – de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro sobre as linhagens portuguesas no reinado de D. Dinis³⁹. A nobreza de corte foi também alvo de atentas investigações, de que resultaram as obras de Leontina Ventura, para o reinado de Afonso III⁴⁰, e de Rita Costa Gomes, para os séculos XIV e XV⁴¹. Para o reinado de D. Fernando temos um trabalho de Fátima Regina Fernandes⁴².

Bastante mais antiga mas de uma utilidade muito actual, é incontornável a obra sobre as várias famílias nobres de Anselmo Braamcamp Freire, os *Brasões da sala de Sintra*⁴³, que constitui um ponto de partida essencial para o estudo das famílias nobres portuguesas.

Para os reinos vizinhos, note-se a obra de Salvador de Moxó, também ela dirigida para o estudo da nobreza. Observou variados aspectos, como generalidades⁴⁴,

³⁸ A sua obra mais importante é *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Ed., 1982. Destacam-se ainda os vários artigos coligidos em *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1980; *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [d.l. 1984]; e *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987.

³⁹ *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias, 1279-1325*, Porto, Universidade Moderna – Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999. Para este trabalho, pela fácil acessibilidade a todos, foi utilizada a versão em linha da dissertação que esteve na origem da obra:

José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, [em linha] 2 vols., Porto, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Disponível em URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023>

⁴⁰ *A nobreza da corte...cit.*

⁴¹ *A corte dos reis de Portugal...cit.*

⁴² *O Reinado de D. Fernando I no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

⁴³ *Brasões da sala de Sintra*, introd. de Luis Bivar Guerra, 3 vols., 3ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

⁴⁴ *Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2000; «La nobleza castellana en el siglo XIV», *Anuario de Estudios Medievales*, VII, 1970-1971, pp. 493-511.

problemáticas⁴⁵, transformações⁴⁶, os senhorios⁴⁷; algumas personagens em particular⁴⁸; ou a nobreza urbana⁴⁹. Vejam-se as investigações de Margarita Torre-Sevilla, para os séculos IX-XIII⁵⁰; de Marie-Claude Gerbet, que faz um quadro geral da nobreza⁵¹; de Isabel Beceiro Pita e Ricardo Cordoba de la Llave, uma referência obrigatória no tocante à nobreza castelhana⁵²; de Maria C. Quintanilla Raso, autora que também tem direccionado a sua atenção para a nobreza medieval⁵³; Luis Suárez Fernández, ao nível da relação entre nobreza e monarquia⁵⁴, aspecto também estudado por César González Mínguez⁵⁵; de Emílio Mitre Fernández sobre a nobreza durante o curto reinado de Henrique III⁵⁶; ou de M. I. Perez de Tudela sobre os infanções e cavaleiros⁵⁷.

As várias áreas regionais também foram alvo de estudos e arrolamentos de conjuntos de nobres, designadamente, e para Portugal, por A. de Almeida Fernandes⁵⁸, para a área de

⁴⁵ «La nobleza castellano-leonesa en la Edad Media: problemática que suscita su estudio en el marco de una historia social», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. XXX, nº 114, Enero- Abril 1970, pp. 5-68.

⁴⁶ «De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media», *Cuadernos de Historia*, nº 3, 1969, pp. 1-210.

⁴⁷ «Los señoríos. En torno a una problemática para el estudio del régimen señorial», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. XXX, nº 94, 1964, pp. 185-236; e 95, 1964, pp. 399-430; «Los señoríos: cuestiones metodológicas que plantea su estudio», *Anuario de Historia del derecho Español*, XLIII, 1973, 271-309; *Los Señoríos de Toledo*, Madrid, Centro Universitario de Toledo, 1972.

⁴⁸ «El patrimonio dominical de un consejero de Alfonso XI. Los señoríos de Fernán Sánchez de Valladolid», *Revista de la Universidad Complutense*, nº XXII, 1973, pp. 123-162; «Los Albornoz. La elevación de un linaje y su expansión dominical en el siglo XV», *Studia Albornoziana*, nº XII, 1970.

⁴⁹ «El auge de la nobleza urbana de Castilla y su proyección en el ámbito administrativo y rural a comienzos de la Baja Edad Media», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, nº 178, 1981, 407-510.

⁵⁰ *Linages nobiliarios en León y Castilla (siglos IX-XIII)*, Valladolid, Consejería de Educación y Cultura, 1999.

⁵¹ *Les noblesses espagnoles...cit..*

⁵² *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

⁵³ *Títulos, grandes del reino y grandeza en la sociedad política: sus fundamentos en la Castilla medieval*, Madrid, Sílex ediciones, 2006; *La nobleza señorial en la Corona de Castilla*, Granada, Universidad de Granada, 2008; «Élites de poder, redes nobiliarias y monarquía en la Castilla de fines de la Edad Media», *Anuario de estudios medievales*, nº 37, 2, 2007, pp. 957-981; *Nobleza y caballería en la Edad Media*, Madrid, Arco Libros, 1996; «El protagonismo nobiliario en la Castilla bajomedieval: Una revisión histórica (1984-1997)», *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 7, 1997, pp 187-234; «Nobleza y señoríos en Castilla durante la baja Edad Media. Aportaciones de la historiografía reciente», *Anuario de estudios medievales*, 14, 1984, pp. 613-642; e «Historiografía de una élite de poder: la nobleza castellana bajomedieval», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. L/2, nº 175, Mayo-Agosto 1990, pp. 719-736.

⁵⁴ *Nobleza y monarquía: entendimiento y rivalidad. El proceso de construcción de la Corona española*, La Esfera de los Libros, 2003.

⁵⁵ *Fernando IV (1295-1312): la guerra civil y el predominio de la nobleza*, Vitoria, Colegio Universitario de Álava, d.l. 1976.

⁵⁶ *Evolución de la nobleza en Castilla bajo Enrique III (1396-1406)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1968.

⁵⁷ *Infanzones y caballeros. Su proyección en la esfera nobiliaria castellano-leonesa (siglos XI-XIII)*, Madrid, Universidad Complutense, 1979.

⁵⁸ «A honra de Gouveães e a sua estirpe (séculos XII-XIII)», separata de *Armas e troféus*, Braga, 1971; «Acção dos Cisterienses de Tarouca. As granjas nos séculos XII e XIII», separata da *Revista de Guimarães*,

Guimarães; por Luís Filipe Marques da Gama⁵⁹, para a Estremadura; e por António de Castro Henriques para a Terra do Barroso⁶⁰;

A Estremadura castelhana foi alvo da tese de doutoramento de Marie-Claude Gerbet⁶¹. Salientem-se ainda os estudos de Maria Concepción Quintanilla Raso⁶² e de Margarita Cabrera Sánchez⁶³ para Córdoba; o de Salvador de Moxó⁶⁴ para Toledo; o de Ignacio Alvarez Borge⁶⁵ para Castilla la Vieja; os de María del Pilar Paredes Mirás⁶⁶ e de José Garcia Oro⁶⁷ para a Galiza; os de Rafael Sánchez Saus para a Andaluzia⁶⁸; o de José Ignacio Ortega Cervigón para Cuenca⁶⁹; e o de María Begoña Riesco de Iturri para a zona centro-oriental de Castela⁷⁰.

Um importante arrolamento de nobres foi feito por Humberto Baquero Moreno, não tendo como referência um espaço, mas um acontecimento, identificando aqueles que participaram na Batalha de Alfarrobeira⁷¹.

As famílias nobres e casas senhoriais também foram alvo de diversos estudos. Em Portugal destaque-se: o estudo de Bernardo de Vasconcelos e Sousa sobre os Pimentéis⁷²; o de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro sobre os patronos do Mosteiro de Grijó⁷³; o de

Guimarães, 1976; «A nobreza na época vimarano-portugalense. Parte I. *Problemata*», separata da *Revista de Guimarães*, Guimarães, 1981.

⁵⁹ *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste. Uma linhagem medieval inédita*, Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos, 1997.

⁶⁰ *O rei e a Terra do Barroso. Montanha, periferia e poder régio (séculos XII a XIV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

⁶¹ *La Noblesse dans le Royaume de Castille. Étude sur ses structures sociales en Estrémadoure de 1454 à 1516*, Paris, Sorbonne, 1979.

⁶² *Nobleza y señorios en el reino de Córdoba: la Casa de Aguilar (siglos XIV e XV)*, Córdoba, Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1979; e «Estructuras sociales y papel político de la nobleza cordobesa (siglos XIV y XV)», in *Andalucía medieval. Actas del I Coloquio de Historia de Andalucía*, Córdoba, Renta de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1982, pp. 245-257.

⁶³ *Nobleza, oligarquía y poder en Córdoba al final de la Edad Media*, Córdoba, Universidad – Cajasur, 1998.

⁶⁴ *Los Señoríos de Toledo*, cit.

⁶⁵ «Nobleza y señorios en Castilla la Vieja meridional a mediados del siglo XIV», *Brocar. Cuadernos de investigación histórica*, nº 21, 1997, pp. 55-117.

⁶⁶ *Mentalidade nobiliaria e nobreza galega: ideal e realidade na Baixa Idade Media*, Noia, Toxoutros, 2002.

⁶⁷ *La nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las casas nobles y sus relaciones estamentales*, Santiago de Compostela, Ed. Bibliófilos Gallegos, 1981.

⁶⁸ *La nobleza andaluza en la Edad Media*, Granada, Universidad de Cádiz, 2005; *Caballería y linaje en la Sevilla medieval. Estudio genealógico y social*, Sevilla, Disputación Provincial, 1989.

⁶⁹ La acción política y la proyección señorial de la nobleza territorial en el obispado de Cuenca durante la baja Edad Media, dissertação de doutoramento apresentada Universidad Complutense de Madrid, policopiada, 2006.

⁷⁰ Nobleza y Señoríos en la Castilla Centro-Oriental en la Baja Edad Media (Siglos XIV y XV), dissertação de doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid 1996.

⁷¹ *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado Histórico*, Lourenço Marques, s.n., 1973.

⁷² *Os Pimentéis... cit.*

⁷³ *Os patronos do mosteiro de Grijó... cit.*

Luís Filipe Oliveira para os Coutinhos⁷⁴; os de Mafalda Soares da Cunha sobre os Bragança, em dois momentos distintos – um deles inserido na Época Moderna –, analisando as suas relações e fontes de poder⁷⁵; o de João Silva de Sousa sobre a casa do Infante D. Henrique⁷⁶; o de José Mário Pavia Cumbre sobre os Melo⁷⁷; o de Odília Filiomena Alves Gameiro relativamente aos Sousa⁷⁸; o de Alice João Palma Borges Gago sobre os Albergaria⁷⁹; e o meu próprio estudo sobre a construção da casa de Vila Real⁸⁰. Outros trabalhos, menos aprofundados, também foram desenvolvidos dentro do mesmo âmbito, como o – já referido atrás – de Luís Gama para os Leais; o de Isabel Castro Pina para os Melo⁸¹; o de Manuel Artur Norton sobre os Bragações⁸²; de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira para os Briteiros⁸³; os de Leontina Ventura para o cavaleiro João Gondesendes⁸⁴ e D. João Peres de Aboim⁸⁵; os de Leontina Ventura e Maria Helena da Cruz Coelho para D. Vataça⁸⁶; ou o de Hermínia Vasconcelos Vilar para a casa de Abrantes⁸⁷. Por último, aponte-se ainda os estudos de Carlos Guilherme Riley sobre os Almadas, focando de maneira mais precisa a construção da memória da linhagem⁸⁸.

⁷⁴ *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimónia, 1999.

⁷⁵ *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990; *Redes clientelares da Casa de Bragança (1560-1640)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999.

⁷⁶ *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

⁷⁷ *Os Melo: trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII a XV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, 1997.

⁷⁸ *A construção das memórias nobiliárquicas medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

⁷⁹ *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, 2000.

⁸⁰ *D. Pedro de Menses...cit..*

⁸¹ «Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 12, 1993, pp. 9-26.

⁸² «Genealogias Medievais: Os Bragações», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Porto. 1985*, vol. III, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1989, pp. 861-874.

⁸³ «Os Briteiros (séculos XII-XIV). Trajectória social e política», *Revista Portuguesa de História*, nº 30, 1995, pp. 71-102.

⁸⁴ «O cavaleiro João Gondesendes. Sua trajectória político-social e económica», *Revista de história económica e social*, nº 15, pp. 31-69.

⁸⁵ «D. João Peres de Aboim. Da Terra da Nóbrega à corte de Afonso III», *Revista de história económica e social*, nº 18, pp. 57-73.

⁸⁶ «Vataça: uma dona na vida e na morte» in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Porto. 1985*, vol. I, Porto, INIC, 1987, pp. 159-194; e «Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência», *Revista de História das Ideias*, nº 9, 1987, pp. 33-77.

⁸⁷ «A ascensão de uma linhagem: a formação da casa senhorial de Abrantes», in *Comunicações I. Arqueologia do Estado*, Lisboa, 1988, pp. 331-344.

⁸⁸ «A Inglaterra como espaço de projecção da memória e imaginário linhagísticos da família Almada», in *Actas do Colóquio Comemorativo do IV Centenário do Tratado de Windsor. Porto. 1986*, Porto, Faculdade de Letras, 1988, pp. 161-172; e «Da origem inglesa dos Almadas: genealogia de uma ficção linhagística», *Arquipélago. História*, nº 11, 1989, pp. 153-169.

Para Espanha, vejam-se, entre outros, os estudos de C. Alvarez Alvarez⁸⁹ e de Francisco de Moxó y Montoliu⁹⁰ para a casa de Luna; de Simon Doubleday⁹¹ e de Antonio Sánchez de Mora⁹² para os Lara; de E. Cabrera Muñoz para o condado de Belalcázar⁹³; de J. A. Bonachia Hernando para o senhorio de Burgos⁹⁴; de P. Martínez Sopena para o senhorio de Medina de Rioseco⁹⁵; de F. J. Aguado González para os Teles Giron⁹⁶; de Isabel Beceiro Pita para o condado de Benavente⁹⁷; de José A. Marín Paredes para o solar de Oñaz e Loyola⁹⁸; de R. Montero Tejada para os Manrique⁹⁹; de J. Alabau Montoya para o senhorio de Utiel¹⁰⁰; de Gonzalo Francisco Fernández Suárez para os Sarmiento¹⁰¹; de José Luis López Sangil para os Froilaz-Trava¹⁰²; família que mereceu também a atenção de M. Carmen Pallarés e Ermelindo Portela¹⁰³.

Na verdade, os trabalhos enunciados analisam, na sua maioria, as várias temáticas gerais mencionadas atrás¹⁰⁴. Porém alguns trabalhos focam alguns aspectos em particular.

Uma das obras mais interessantes teve por autor Luís Krus, que analisa a concepção do espaço por parte dos nobres, com base nas narrativas dos livros de linhagens¹⁰⁵. O

⁸⁹ *El condado de Luna en la Baja Edad Media*, León, Colegio Universitario, 1982.

⁹⁰ *La Casa de Luna (1276-1348). Factor Político y Lazos de Sangre en la Ascensión de un Linage Aragonés*, Munster, 1990.

⁹¹ *Los Lara: nobleza y monarquía en la España medieval*, Madrid, Turner, 2004.

⁹² *La Nobleza Castellana en la Plena Edad Media: El Linaje de Lara (ss. XI-XIII)*, 2 vols., dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha, 2003.

⁹³ *El condado de Belalcázar (1444-1518). Aportación al estudio señorial en la Baja Edad Media*, Córdoba, 1977.

⁹⁴ *El señorío de Burgos durante la Baja Edad Media (1255-1508)*, Salamanca, 1988.

⁹⁵ *El estado señorial de Medina de Rioseco bajo el almirante Enríquez (1389-1430)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1977.

⁹⁶ *El ascenso de un linaje castellano, en la segunda mitad del siglo XV: los Tellez Girón, condes de Ureña. (el origen del Señorío de Osuria)*, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, D.L. 1991.

⁹⁷ *El condado de Benavente en el siglo XV*, Benavente, Centro de Estudios Benaventanos, 1998.

⁹⁸ "Semejante pariente mayor". *Parentesco, solar, comunidad y linaje en la institución de un pariente mayor en Gipuzkoa: los señores de el solar de Oñaz y Loyola (siglos XIV-XVI)*, Donostia, Disputación Foral de Gipuzkoa – Departamento de Cultura y Euskera, 1998.

⁹⁹ *Nobleza y sociedad en Castilla: el linaje Manrique (siglos XIV-XVI)*, Madrid, Caja de Madrid, 1996.

¹⁰⁰ *El señorío de Utiel. Un estudio biográfico y político de los distintos señores que ostentaron esta dignidad durante los siglos XIV y XV*, Utiel, Ayuntamiento, 1999.

¹⁰¹ *La nobleza gallega entre los siglos XIV-XV: Los Sarmiento Condes de Ribadavia*, Santiago de Compostela : El Eco Franciscano, 2002.

¹⁰² *La nobleza altomedieval gallega: la familia Froilaz-Traba, Noia (A Coruña), Toxosoutos*, 2002.

¹⁰³ «Aristocracia y sistema de parentesco en la Galicia de los siglos centrales de la Edad Media: el grupo de los Traba», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LIII/3, nº 185, Septiembre-Diciembre 1993, pp. 823-840.

¹⁰⁴ Cf. ponto IV – Campo e problema historiográfico.

¹⁰⁵ *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1994.

morgadio também já tem uma obra de referência em Portugal, através de Maria de Lurdes Rosa¹⁰⁶. Já a tinha em Espanha, por Bartolomé Clavero¹⁰⁷.

Quanto às fontes do poder nobre, vejamos-se ainda, para Portugal, trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho¹⁰⁸; de Luís Krus¹⁰⁹; e de Maria de Lurdes Rosa¹¹⁰. Para Espanha, observem-se investigações de Alfonso Franco Silva sobre as bases económicas da nobreza¹¹¹; de César González Mínguez¹¹²; e de Maria Concepción Quintanilla Raso, sobre a tenência de fortalezas¹¹³.

Quanto às relações com a coroa, sublinhem-se os trabalhos de José Marques¹¹⁴ e de Maria Teresa Nobre Veloso¹¹⁵ sobre as questões senhoriais; os de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, incidindo no reinado de D. Dinis¹¹⁶; e um artigo de Humberto Baquero Moreno, sobre as contestações nobres em relação ao poder político¹¹⁷. Para a segunda dinastia, nomeadamente em relação à questão da reestruturação da nobreza após a crise de 1383-1385, e das relações desta com a Coroa, devem destacar-se o trabalho de Mafalda Soares da Cunha, que analisa o percurso das mais importantes famílias nobres ao longo dos

¹⁰⁶ *O morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

¹⁰⁷ *Mayorazgo. Propriedad feudal en Castilla (1369-1836)*, Madrid, Siglo XXI, 1974.

¹⁰⁸ *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*, 2 vols, Lisboa, Horizonte, 1990; «O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV», *Revista de História* (Universidade do Porto), vol. VIII, 1988, pp. 35-51.

¹⁰⁹ *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia Historica, 1994.

¹¹⁰ «Quadros de organização do poder nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, patrimónios e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre», *A Cidade*, nº 6, 1991, pp. 47-65.

¹¹¹ *La fortuna y el poder: estudio sobre las bases económicas de la aristocracia castellana (s. XVI-XV)*, Cádiz, Universidad de Cádiz – Servicio de Publicaciones, 1996.

¹¹² Além da obra supra-citada, cf. «La nobleza castellano-leonesa en tiempos de Fernando IV (1295-1312): una aproximación desde la historia del poder», in *El Tratado de Alcañices. Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VIII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)*, Zamora y Alcañices, del 8 al 12 de Septiembre de 1997, coord. de José Sánchez Herrero, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 249-277.

¹¹³ «Tenencia de fortalezas en la Corona de Castilla (siglos XIII-XV): formalización institucional, política regia y actitudes nobiliarias en la Castilla bajomedieval», *Revista de historia militar*, nº extra 1, 2001, pp. 223-289; «La tenencia de fortalezas en Castilla durante la Baja Edad Media», in *En La España Medieval – IV. Estudios en memoria del professor Claudio Sanchez Alborno*, vol. II, Madrid, Universidad Complutense, 1986, pp. 861-897.

¹¹⁴ «D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Porto. 1985*, vol. 4, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – INIC, 1990, pp. 1527-1566;

¹¹⁵ «A questão entre Afonso II e as suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais, sep. de *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, nº 18, 1980.

¹¹⁶ «A nobreza portuguesa e as relações regio-nobiliárquicas no século de Alcanices (1250-1350)», in *El Tratado de Alcañices. Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VIII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)*, Zamora y Alcañices, del 8 al 12 de Septiembre de 1997, coord. de José Sánchez Herrero, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 279-298; e «D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII», *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, IIª série, vol. X, 1993, pp. 91-101.

¹¹⁷ «Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média», *Ler História*, nº 13, 1988, pp. 3-14.

reinados de D. Fernando e de D. João I¹¹⁸; e o estudo de Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, sobre a titulação nesta 2.ª dinastia¹¹⁹. Salientem-se ainda os estudos de Judite Antonieta Gonçalves de Freitas, que se debruçou sobre os oficiais da burocracia régia do reinado de D. Duarte e de parte do reinado de D. Afonso V¹²⁰. Para casos espanhóis, veja-se a investigação de Cristina Jular Peres-Alfaro, sobre oficiais da administração régia¹²¹; o trabalho, com alguns anos, de Luis Suárez Fernández, para o século XV¹²²; e um artigo de Ana Rodríguez López, para a primeira metade do século XIII¹²³.

Sobre a presença de nobres portugueses nos reinos vizinhos, os estudos não são muitos, sendo de salientar o trabalho de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro sobre a circulação de nobres no espaço peninsular¹²⁴ e a tese de Luís Adão da Fonseca sobre o condestável D. Pedro, focando a presença deste na Catalunha¹²⁵. Humberto Baquero Moreno, por sua vez, voltou a sua atenção para os nobres que acompanharam aquele condestável à Catalunha¹²⁶. Do mesmo historiador, note-se ainda um artigo que tem como assunto a presença perturbadora de nobres portugueses junto à fronteira¹²⁷. Maior atenção ao tema foi dada por Henrique David em dois artigos¹²⁸, e num outro de que é responsável, a par de J. A. de Sotto Mayor Pizarro¹²⁹. Pela escassez dos trabalhos, é ainda actual o

¹¹⁸ «A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 219-252.

¹¹⁹ «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia», *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril de 1988, pp. 77-114.

¹²⁰ *A Burocracia do “Eloquente” (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, Patrimonia, 1996; e «*Teemos por bem e mandamos*”: a burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos, 2 vols., Cascais, Patrimonia, 2001.

¹²¹ *Los adelantados y Merinos Mayores de León (siglos XIII-XV)*, León, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1990.

¹²² *Nobleza y monarquía: puntos de vista sobre la historia política castellana del siglo XV*, Valladolid, 1975.

¹²³ «Linajes nobiliarios y monarquía castellano-leonesa en la primera mitad del siglo XIII», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LIII/3, nº 185, Septiembre-Diciembre 1993, pp. 841-859.

¹²⁴ *De e para Portugal...cit.*

¹²⁵ *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

¹²⁶ «Portugueses na Catalunha durante a realeza do Condestável D. Pedro (1464-1466), in *Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo. Lisboa. 1987*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 99-120.

¹²⁷ «Bandos Nobiliárquicos em Olivença nos fins do século XV», *Revista de História* (Universidade do Porto), vol. VI, 1985, pp. 121-144.

¹²⁸ «Os portugueses nos livros de ‘repartimientos’ da Andaluzia (século XIII)», *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, IIª série, vol. III., 1986, pp. 51-75; e «Os Portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Porto. 1985*, vol. III, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – INIC, 1989, pp. 1029-1042.

¹²⁹ «Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII)», *Revista de História* (Universidade do Porto), vol. VII, 1986-1987, pp. 135-150.

artigo de Emilio Mitre Fernandez¹³⁰. Por último, aponte-se o caso específico dos trovadores portugueses, estudado por A. Resende de Oliveira¹³¹. Para a presença de nobres estrangeiros em Portugal, veja-se o artigo de Henrique David, Amândio Barros e João Antunes, sobre a família Cardona¹³².

Um aspecto específico da presença de nobres noutros reinos prende-se com o exílio. Para este aspecto particular, além do já citado artigo de Emilio Mitre Fernandez, vejam-se ainda os estudos de Humberto Baquero Moreno¹³³ e Manuela Mendonça¹³⁴.

No âmbito da História Social, e no que toca directamente à nobreza, uma importante questão historiográfica portuguesa está subordinada aos problemas referentes à participação e reestruturação desta após a crise de 1383-85. Realcem-se os trabalhos de Maria José Ferro Tavares, de um cariz mais geral¹³⁵; e para o comportamento político da nobreza, os de José Mattoso¹³⁶; de Carlos Riley¹³⁷ e um anterior trabalho de Maria José Ferro Tavares¹³⁸.

PLANO DA DISSERTAÇÃO

Grande parte da dissertação — os cinco primeiros capítulos — é essencialmente narrativa, fazendo uma exposição interpretativa dos percursos dos vários indivíduos ou grupos. Assim, o primeiro capítulo é dedicado a Telo Peres, fundador da linhagem, observando a génese da família, as suas bases de poder originais em Campos e no Cea e a

¹³⁰ «La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. XXVI, 1966, pp. 513-525.

¹³¹ «Trovadores Portugueses na Corte de Afonso X», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto. 1985, vol. IV, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – INIC, 1990, pp. 1335-1348.

¹³² «A família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis», *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, IIª série, vol. VI, 1987, pp. 69-87.

¹³³ «Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388)», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto. 1985, vol. I, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – INIC, 1987, pp. 69-101; e «Alguns acordos de extradição entre Portugal e Castela nos séculos XIII a XV», in *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1973, pp. 81-101.

¹³⁴ «Refugiados castelhanos e portugueses em Portugal e Castela no último quartel do século XV», in *Actas das I Jornadas Ibéricas de Investigadores en Ciencias Humanas y Sociales*. Olivenza. 1985, Badajoz, Disputación Provincial, 1987, pp. 399-411.

¹³⁵ «Conflitos sociais em Portugal no fim do século XIV», in *ibidem*, pp. 311-321.

¹³⁶ «A nobreza e a Revolução de 1383», in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV e XV – Actas das I Jornadas de História Medieval*. Lisboa. 20 a 22 de Junho de 1985, Lisboa, História & Crítica, 1985, pp. 391-402.

¹³⁷ «Aspectos da componente juvenil da fidalguia no contexto da crise de 1383-1385», in *ibidem*, pp. 297-305.

¹³⁸ «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, nº 12, Julho-Dezembro de 1983, pp. 45-89.

forma como através da associação a Afonso VIII consegue colocar a família nas altas esferas nobiliárquicas.

Segue-se um outro que se debruça no percurso de Afonso Teles, como cimenta a posição social da família e aumenta o seu âmbito de implantação senhorial, designadamente em Albuquerque e na Transierra castelhana. Os seus dois casamentos darão origem a dois ramos familiares de grande prestígio: os senhores de Meneses e os senhores de Albuquerque.

Cada uma destas ramificações será analisada em capítulo próprio, onde se observa a trajectória política dos seus membros ao longo de várias gerações e a forma como cada uma delas vai estruturando o seu poder de acordo com estratégias diferentes. Estratégias que também têm um campo de acção diferente, pois os senhores de Meneses apenas actuam em Castela mas os de Albuquerque encontram-se em Castela e em Portugal. Acontece que os dois ramos se vão reunir bastantes anos passados da morte de Afonso Teles através do casamento dos dois descendentes por linha principal de cada um deles, mas essa união irá anteceder em pouco a extinção destas duas casas, por motivos biológicos, durante o reinado de Pedro I de Castela.

Sobrevive uma linha familiar secundogénita analisada ao longo do quinto capítulo que mais ou menos no momento em que as outras duas principais desaparecem começa a ocupar os lugares cimeiros na corte portuguesa – os Teles portugueses. No reinado de D. Fernando terá um poder praticamente hegemónico em Portugal, mas que desaparecerá com a mudança dinástica.

Ao longo de todos estes capítulos vão-se articulando os vários factores que influem nas escolhas estratégicas e que delas derivam. Vai-se reconstruindo narrativamente um longo percurso, enquadrando-o nas várias conjunturas políticas e interpretando-o de forma a identificar e compreender o comportamento dos vários indivíduos.

O sexto e último capítulo é dedicado à descrição e explicação de alguns aspectos do poder da família. Faz-se a sistematização de muita da informação exposta ao longo dos capítulos anteriores. Observam-se a consciência de grupo, as alianças matrimoniais, a implantação senhorial e as relações com a coroa, aspectos fundamentais para se poderem retirar conclusões acerca da natureza do poder e das suas estratégias de manutenção e reprodução desse mesmo poder, de com vista a perceber quais as políticas adoptadas pelos vários ramos e em que circunstâncias o fazem.

1. TELO PERES E A ORIGEM DA LINHAGEM

1.1. ORIGENS FAMILIARES

O primeiro senhor de Meneses — na *Tierra de Campos*, a cerca de 20km a Oeste de Palência — foi Telo Peres, privado de D. Afonso VIII de Castela. Este mesmo monarca confirma-lhe os direitos sobre o lugar em 3 de Janeiro 1181¹ e terá sido esta circunstância que gerou o nome pelo qual a enorme família que dele descendeu ficou conhecida — «*Teles*» ou «*Teles de Meneses*» —, tendo sido adoptado o patronímico do fundador da casa e o topónimo do lugar onde esta teve a sua origem. Os seus descendentes também foram designados apenas por «*Meneses*» ou por «*Meneses de Campos*». Em Portugal, um ramo familiar que atingiu o cume da esfera social na segunda metade do século XIV será comumente tratado por «*Teles*».

Mas se a sua descendência é bem conhecida e documentada, já sobre os seus antepassados as propostas são muitas. Apenas uma coisa parece ser comum a todas elas: a aceitação de uma origem aristocrática da família, com antecessores familiares poderosos.

1.1.1. Os livros de linhagens

Segundo os livros de linhagens, Telo Peres teria sido filho de Pero Bernardes de Sahagún e de Maria Soares, filha de Soeiro Mendes da Maia, o *Bom*².

Não adiantam mais sobre os seus progenitores, mas, a ser verdade aquela filiação, não confirmada por outra informação conhecida, a família materna — Maia — está bem documentada, tendo sido uma das cinco linhagens apontadas no Livro Velho de Linhagens como «*dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal*»³. Dominava a zona da Maia, entre a foz do rio Ave e a foz do Douro, de onde adoptou o nome e terá sido a mais poderosa família portugalense dos finais do século XI e inícios do XII⁴. O seu mais antigo membro conhecido é Alboazar Lovesendes que, com sua esposa Unisco Godinhes, fundara o

¹ Cf. **Alfonso VIII**, doc. 354.

² Cf. **Livro Velho**, 2X7 (surge como «*Mor Soares*»); **Livro do Deão**, 6AY3-4 e **Livro de Linhagens**, 21A6-7. O **Livro do Deão** diz que Maria Soares é filha ilegítima de Soeiro Mendes («*filha de gaança*») mas o **Livro de Linhagens** aponta que este «houve ãa filha de sa molher», fazendo dela filha legítima. Salazar y Castro afirma que é filha de Guntrodo Moniz, esposa de Soeiro Mendes (cf. **Casa Farnese**, vol. 2, p. 575).

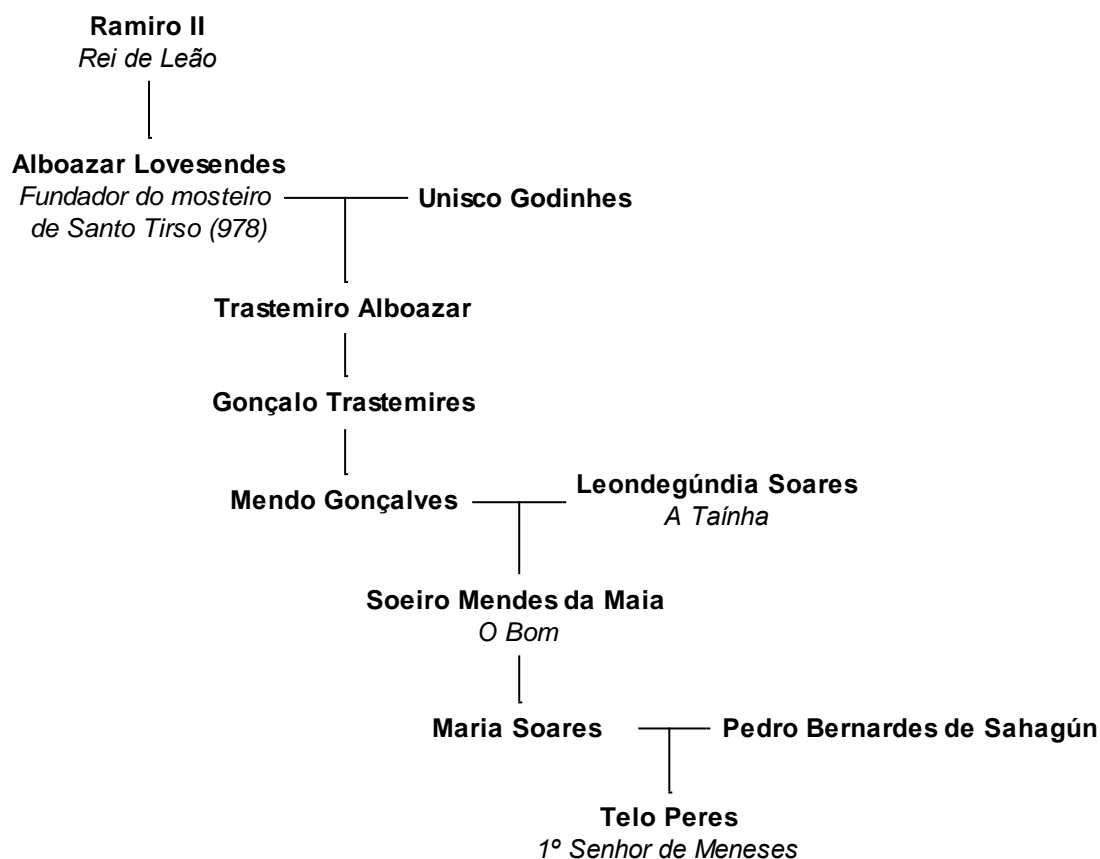
³ **Livro Velho**, Prólogo, 1.

⁴ Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1985, p. 50.

mosteiro de Santo Tirso em 978⁵. Segundo o *Livro Velho de Linhagens*, que com grande probabilidade terá sido escrito por um monge daquele mosteiro⁶, Alboazar Lovesendes teria sido filho do rei D. Ramiro⁷.

Assim sendo, e de acordo com os Livros de Linhagens, a ascendência materna de Telo Peres seria a seguinte⁸:

Árvore Genealógica 1 – A ascendência materna de Telo Peres segundo os Livros de Linhagens



A linhagem atingiu precisamente o auge do seu poder com Soeiro Mendes da Maia — justificando-se assim o epíteto de «Bom» —, trineto de Alboazar Lovesendes, que no dealbar do séc. XII surgia como o mais poderoso prócere portugalense e que nessa qualidade participava activamente na política do noroeste peninsular⁹.

⁵ Cf. *ibidem*, p. 51.

⁶ Cf. *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série*, ed. José Mattoso e Joseph M. Piel, vol. I (Livros velhos de linhagens), Lisboa, Academia das Ciências, 1980, pp. 12-14.

⁷ Cf. *Livro Velho*, 2A2.

⁸ Reconstrução a partir de José Mattoso, *Ricos-Homens...cit.*, p. 50-52.

⁹ Cf. *ibidem*, pp. 51-52.

1.1.2. Origem paterna segundo Luis Salazar y Castro

Ao contrário da família de Maria Soares, a família paterna enceta mais dificuldades, que não se prendem apenas com a dubiedade dos *Livros de Linhagens* para os anos mais remotos. Braancamp Freire, sempre criterioso nas suas afirmações¹⁰, e Modesto Salcedo, que se tem debruçado sobre os Teles em alguns estudos¹¹, seguem Salazar y Castro, que remete a ascendência paterna de Telo Peres para Froila II, rei de Oviedo (910-925) e Leão (924-925), e, portanto, para a casa real astur-leonesa¹².

Tal como os *Livros de Linhagens*, o famoso genealogista espanhol faz D. Telo filho de Pedro Bernardes de Sahagún («*S. Fagund*») e de D. Maria, filha de Soeiro Mendes da Maia e de Guntrudo Moniz. Segundo ele, Pedro Bernardes teria confirmado em 1124 uma doação que a condessa Maior Ansúrez — ou Maior Peres —, filha do conde Pedro Ansúrez, fazia ao mosteiro de Santo Isidro de Dueñas, perto de Palência. Era filho do conde Bernardo Dias e de uma senhora cujo nome não indica mas que seria filha de Afonso Teles, rico-homem, senhor de Montealegre e mordomo-mor de D. Afonso VI.

A ligação a D. Froila II fazia-se através do segundo filho deste, Ordonho Froilaz, chamado *o Cego* porque, tal como os seus irmãos Afonso Froilaz e Rodrigo Froilaz — todos filhos de Froila II —, fora mandado cegar por D. Ramiro II, rei de Leão, a fim de evitar pretensões dos primos em relação aos tronos das Astúrias, Leão ou Galiza¹³.

Do casamento de Ordonho Froilaz e Cristina nascera, entre outros filhos, o conde Afonso Ordonhes, que em 955, juntamente com sua esposa, D. Justa, teria fundado o mosteiro de Santa Maria de Liébana. Este casal teve por filho o conde Rodrigo Afonso, que terá desposado Gonía, pais do conde Diego Rodrigues, duque das Astúrias e conde de Oviedo, vivo em 1063 e casado com D. Ximena, filha ilegítima de D. Afonso V, rei de Leão e Castela.

¹⁰ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, vol. I, p. 104.

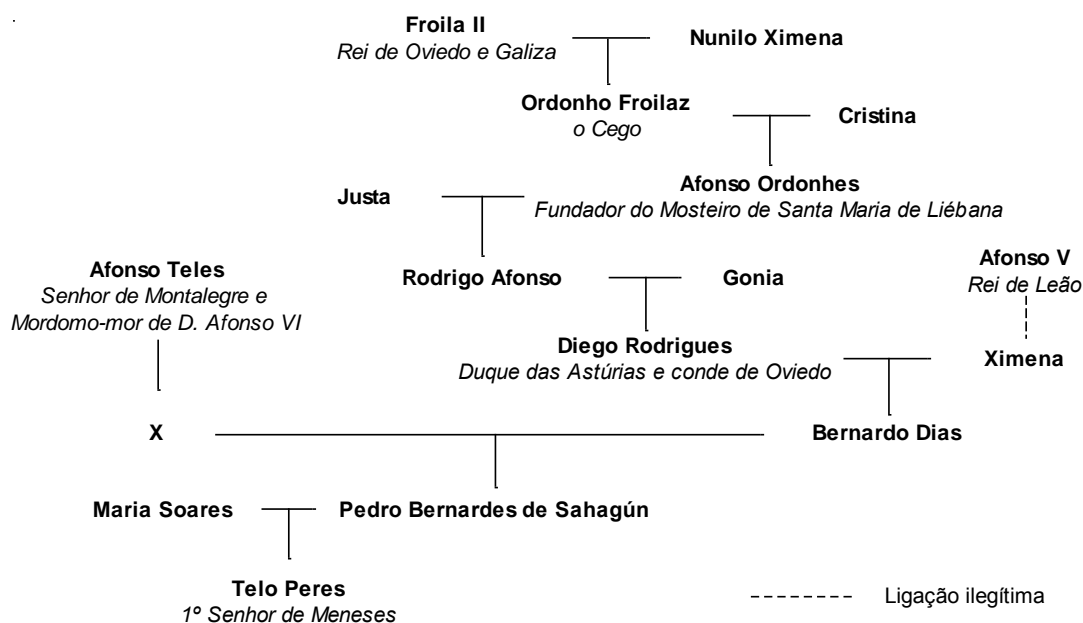
¹¹ Vejam-se *La familia “Téllez de Meneses” en los tronos de Castilla y Portugal*, Palencia, Diputación de Palencia, 1999, e «Vida de don Tello Téllez de Meneses, Obispo de Palencia», *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*, n.º 53, 1985, pp. 79-266.

¹² Cf. **Casa Farnese**, vol. 2, p. 575. Nos seguintes parágrafos as informações apresentadas sobre os antepassados são retirados desta obra.

Sobre Froila II, veja-se José María Manuel García-Osuna y Rodríguez, «El astur rey de León Fruela II Adefonsiz “El Leproso”», *Argutorio: revista de la Asociación Cultural “Monte Irato”*, Ano 9, nº 20, 2008, pp. 25-28.

¹³ Cf. José Mattoso, «Portugal no Reino Asturiano-Leonês» in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, 1º vol. [*Antes de Portugal*], s.l., Círculo de Leitores, 1992, p. 536.

Árvore Genealógica 2 – A ascendência paterna de Telo Peres segundo Salazar y Castro¹⁴



São precisamente Diego Rodrigues das Astúrias e D. Ximena que Salazar y Castro assinala como progenitores do conde Bernardo Dias, avô de Telo Peres. Além deste nobre, teriam ainda tido por filhos o conde Pedro Dias, pai da fundadora do Mosteiro de Vega, em Oviedo, Guntrodo Peres, mãe de Urraca Afonso (que houvera do imperador D. Afonso VII), segunda esposa de D. Garcia IV de Navarra; e de Ximena Dias, que em 1074 casava com Rodrigo Dias de Bivar, *o Cid*.

Segundo Modesto Salcedo, esta origem familiar de Telo Peres apresenta-se como bastante credível por alguns aspectos. O primeiro é o facto de ter como bisavô Afonso Teles, senhor de Montealegre, muito próximo de Meneses, o que explicaria os interesses senhoriais que D. Telo mantinha na região. Outro aspecto prende-se com o topónimo que se associava ao seu pai, Pedro Bernardes «*de San Fagund*», ou seja, de Sahagún, o que indicaria igualmente um vínculo senhorial a esta região, onde Telo Peres tinha domínios. Por último, alude à doação que Maior Peres, filha do conde Pedro Ansúrez, fazia em 4 de Junho 1124 ao mosteiro de Santo Isidro de Dueñas, confirmada por Pedro Bernardes. Aquela senhora doava então ao mosteiro toda a herdade que tinha em Messadas de

¹⁴ Reconstrução a partir de **Casa Farnese**, p. 575.

Palacios¹⁵. O interessante prendia-se com facto de, segundo Modesto Salcedo, Salazar y Castro ter incluído esta carta entre os documentos relativos à Casa de Meneses¹⁶ e de a confirmarem Pedro Martins, que aponta como filho do segundo casamento da doadora com Martim Peres de Tordesilhas, e o citado Pedro Bernardes, que estaria presente como representante de sua mulher, a filha de Afonso Teles de Montealegre¹⁷.

1.1.3. Telo Peres, descendente do conde Pedro Ansúrez

Contudo, investigações mais recentes apontam noutro sentido. Julio González faz Telo Peres descendente do conde Pedro Ansúrez, fundador de Valladolid¹⁸. De acordo com o seu estudo, que é seguido por Martinez Sopena¹⁹ e Álvarez Palenzuela²⁰, os antepassados de Telo Peres seriam significativamente diferentes dos propostos por Salazar y Castro. Fá-lo filho de Pedro Martins, o mesmo que em 1124 confirmava a doação de sua mãe, Maior Peres, ao mosteiro de Santo Isidro de Dueñas²¹. Esta senhora, filha de Pedro Ansúrez, e o seu segundo marido, Martim Peres de Tordesilhas, com quem teria casado em 1114²², seriam então os avós de Telo Peres²³.

¹⁵ Com grande probabilidade o actual lugar de Palacios de Campos, a cerca de 4km de Meneses e de Montealegre.

¹⁶ Encontra-se de facto a transcrição dessa escritura no volume D-16, fl. 41 da **Salazar y Castro**, volume onde Salazar y Castro compilou os documentos relativos aos Meneses.

¹⁷ *La familia "Téllez de Meneses"...*cit., pp. 15-16.

¹⁸ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol, p. 338.

¹⁹ *La Tierra de Campos Occidental: poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII*, Valladolid, Institución Cultural Simancas, 1985, pp. 391-393.

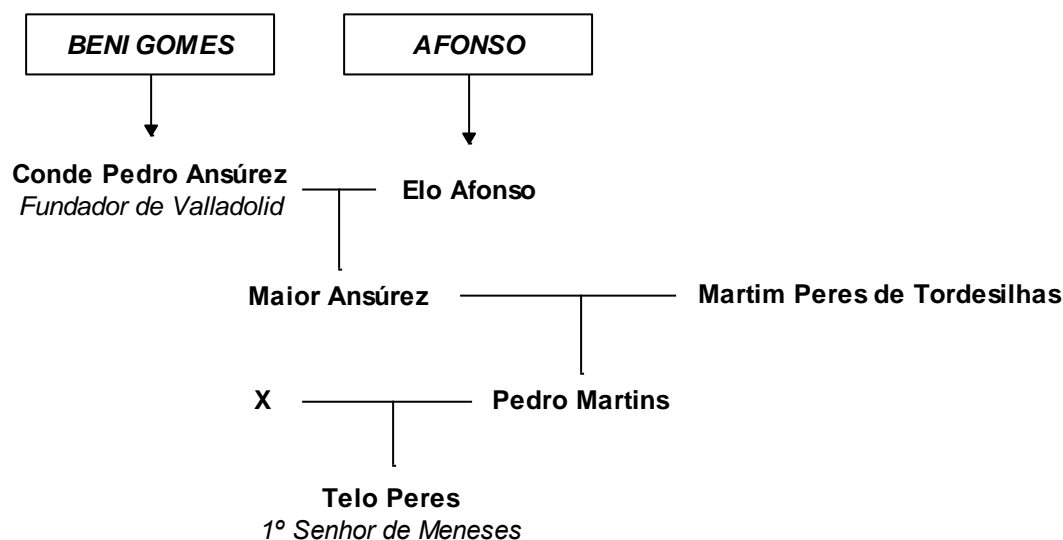
²⁰ «La nobleza del reino de León en la Alta Edad Media», in *El Reino de León en la Alta Edad Media*, León, Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", Colección Fuentes y Estudios de Historia leonesa - VIII, 1995, pp. 148-329, designadamente as p. 272.

²¹ Vemo-lo ainda a confirmar a par da sua meia-irmã Elo Alvares (filha de Álvaro Fáñez *Minaya*), um documento de 1 de Abril de 1146, quando a sua mãe, a condessa D. Maior Peres doa o lugar de Retuerta e os seus termos ao abade D. Sancho para construir um mosteiro segundo a regra de Santo Agostinho (**CD Tordesillas**, doc. 15). Em 23 de Julho de 1151 confirma a doação que a sua meia-irmã, a condessa D. Elo, casada com D. Rodrigo Fernandes de Castro, alferes de Afonso VII, faz, ao mesmo mosteiro, das terras que tinha no termo de Retuerta (**CD Tordesillas**, doc. 18), e fará a confirmação de doações semelhantes por parte da mesma dona em 23 de Julho de 1153 (**CD Tordesillas**, doc. 19) e em 21 de Outubro de 1153 (**CD Tordesillas**, doc. 20). Nesta última ocasião cedia ainda a sua parte numa pesqueira do rio Pisuerga e o que tinha em Traspinedo.

²² Em 17 de Setembro de 1114 já estavam casados, como se verifica a partir da carta de doação de várias herdades em Fuensaldaña que o conde Pedro Ansúrez cede à igreja de Santa María de Valladolid, pela alma de D. Elo Afonso, sua esposa. D. Maior e o seu esposo, Martim Peres de Tordesilhas, confirmam o documento (cf. **CD Tordesillas**, doc. 10).

²³ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol, p. 346-347. D. Maior Ansúrez tinha sido casada anteriormente com Álvaro Fáñez *Minaya*, dux de Toledo mas este falecera em 1114 (cf. Carlos Eduardo Soliveréz, «Álvar Fáñez, su familia y sus hechos» [em linha], versão corrigida e ampliada da publicada in *Revista Electrónica de la Academia Costarricense de Ciencias Genealógicas*, nº 11, Setembro de 2008, p. 50 [cit. em 11 de Maio de 2010 – 18:39]. Disponível em URL: <http://www.saber.es/web/biblioteca/libros/alvar-fanez-familia-hechos/alvar-fanez-familia-hechos.pdf>.)

Árvore Genealógica 3 – Os antepassados de Telo Peres



Tal como Salazar y Castro e Modesto Salcedo, não documenta o parentesco entre Telo Peres e o pai, afirmando apenas que o primeiro «*pasa por ser hijo de don Pedro Martín*»²⁴.

Assim sendo, e de acordo com esta proposta, Telo Peres seria descendente de duas das mais antigas e importantes casas condaís de Leão e Castela: os Beni Gomes, por parte de Pedro Ansúrez, uma família cuja base senhorial tivera origem em Saldaña e Liébana, mas que crescera decisivamente para Sul, dominando a zona oriental da Tierra de Campos ao longo do Pisuerga até Valladolid, tendo ainda interesses mais para oeste²⁵; e os Afonso, pela esposa de Pedro Ansúrez, Elo Afonso, uma família que teria tido também origem em Liébana e possivelmente aparentada aos Beni Gomes e que dominavam tradicionalmente as zonas de Cea e Granjal de Campos, cabeça do título condal, estendendo-se as

²⁴ Alfonso VIII, 1º vol., p. 347.

²⁵ Sobre os Beni Gomes veja-se uma boa síntese em Torres Sevilla, *Ob. cit.*, pp. 236-274. Para Pedro Ansúrez veja-se Justiniano Rodríguez Fernández, *Pedro Ansúrez*, León, Imprenta Provincial, 1966. Em relação à sua zona de influência senhorial, vejam-se as páginas 63-68 e Margarita Torres Sevilla, *Linajes nobiliários de León y Castilla. Siglos IX-XIII*, s.l., Junta de Castilla y León, 1999, pp. 355-356.

De acordo com Margarita Torres Sevilla, Pedro Ansúrez teria obtido a dignidade condal em 1071 e o governo de Santa Maria de Carrión desde 1074, de San Román de Entrepeñas (em parceria com o irmão, Diego Ansúrez) desde 1077 e de Saldaña, pelos mesmos anos. Em 1085 tem a tenência de Zamora e de Toro, que manterá nos anos seguintes, e em 1101 a de Liébana. Teria abandonado o reino por divergências com os condes Raimundo e Henrique de Borgonha até a morte de Afonso VI, em 1109, recebendo então novamente no final deste ano os condados de Saldaña, Carrión e San Román, que manterá até 1118, data do seu falecimento. Desde 1113 manterá em vida as tenências de Melgar, Simancas, Cabezón e Torremormojón. Martínez Sopena indica ainda que deteve as tenências de Tordesilhas, Valladolid, Iscar, Cuéllar e Madrid de forma mais ou menos duradoura (cf. «Parentesco y poder en León durante el siglo XI: La “casata” de Alfonso Díaz», *Studia Historica. Historia Medieval*, nº 5, 1987, pp. 80).

Rodríguez Fernandez aponta para o final dos anos 80 do século XI o momento em que Pedro Ansúrez terá começado a promover o desenvolvimento do lugar de Valladolid (*Ob. cit.*, pp- 63-65).

propriedades familiares, no momento de maior fulgor, desde Liébana à Extremadura e do Cea ao Pisuerga²⁶.

Também aqui a verosimilhança da proposta se pode basear no facto do primeiro senhor de Meneses deter parte significativa dos seus domínios na zona de principal influência quer dos Beni Gomes, quer dos Afonso, ou seja, na região meridional da Tierra de Campos.

1.2. ACÇÃO POLÍTICA DE TELO PERES

A 22 de Janeiro de 1161, Telo Peres passava a sua carta de arras relativa ao seu casamento com Guntrodo Garcia²⁷. O documento, de um simpático lirismo, fornece algumas interessantes informações sobre aquele rico-homem. Será já um homem adulto, uma vez que a carta é redigida em seu nome — «*Hoc est karta dotis arrarum quam ego tello petriz feci tibi dilecta sponsa meã gontrodo garciaz futura Coniux*» — e não pelos seus pais em sua representação, como era comum quando o doador era menor²⁸. Entregava à sua futura esposa as suas herdades de «*meneses, villa avia, villa liberno, barrio falcon, villa nova, scobar, castriello, villa vellidi, sancti martini, populatura, feres, molledes*»²⁹. Além de parecer ser significativo, dada a quantidade de terras envolvidas, o arras revela a implantação senhorial que Telo Peres manifestava na zona sul da Tierra de Campos, a maior parte cerca de Valladolid, mas que incluíam também lugares — pelo menos Escobar de Campos — na área do Cea, muito próximos de Sahágún. Exactamente as áreas tradicionais de influência dos Afonso e dos Beni Gomez, sobretudo Pedro Ansúrez.

Comprometia-se a entregar as ditas herdades e tudo o que nelas detinha por herdamento, quitando-as do seu domínio, e determinando, como era comum, que quem rompesse o declarado, fosse ele próprio, homem da sua família ou estranho, pagasse o dobro dos arras em lugar semelhante e cem libras de ouro — «*Et si Aliquis homo contra hunc meum scriptum ad dirumpendum venerit vel venero tam propinquis quan extranei*

²⁶ Cf. *ibidem*, pp. 274-282 e Martinez Sopena, «Parentesco y poder...cit.», pp. 33-34 e 54-56..

²⁷ Publicado em **CD Gradefes**, doc. 91; em **Monasterio de Gradefes**, doc. 11; e Salcedo, *La familia...* cit., pp. 325-326 e traduzida nesta mesma obra nas pp. 60-61.

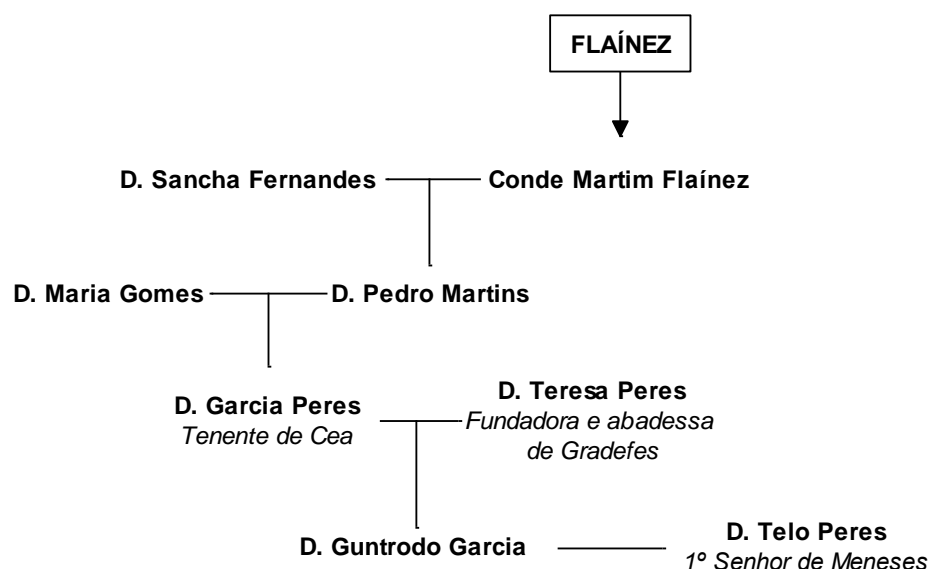
²⁸ Cf. por exemplo, a carta de arras dada em 1291 por Estêvão Fernandes de Castro, pertigueiro-mor de Santiago, em nome de seu filho, Fernando Rodrigues de Castro, a Violante Sanches, filha de Sancho IV e Maria Afonso de Ucero Valladolid (pub. **CD Sancti Spiritus de Salamanca**, doc. 36).

²⁹ Algumas localidades são identificáveis: *Meneses* é o actual lugar de Meneses de Campos; *Scobar* é Escobar de Campos; *Villa Vellidi* será relativo a Villavellid; e *Sancti Martini* tratar-se-á de San Martín de Valveni. Segundo Modesto Salcedo, *Villa Nova* não será Villanueva de San Mancio mas sim uma outra localidade perto desta, entre Meneses e Montealegre; *Populatura* poderá ser *Populatio*, mencionado noutros documentos, eventualmente Palacios de Campos; Villaliberno uma povoação entre Meneses e Castil de Vela; e *Villa Avia* corresponderá à actual Villerías (cf. *La familia "Téllez de Meneses...cit.*, p. 93, nota 130).

tam gens quan parentes, que pariat istas arras in duplo in símile tali loco et in coto centum centum libras aurei et desuper sedeat excomunitati et anatematizati».

Gutrodo Garcia era filha de Garcia Peres, servidor de Afonso VII que se havia destacado nas tomadas de Baeza e Almería — citado no documento como tenente de Cea, a par de Fernando Bravo: «*Garcia Petriz et Fernando Bravo in ceia*» — e de Teresa Peres, que em 1168, quatro anos após a morte do marido, se recolheria ao Mosteiro de Santa Maria de Gradefes, casa feminina de rito cisterciense fundada pelos dois, tornando-se depois aí abadessa até 1187, data do seu falecimento³⁰.

*Árvore Genealógica 4 – Os antepassados de Gutrodo Garcia*³¹



Garcia Peres descendia da poderosa família dos Flaínez, de raízes que remontavam à alta nobreza astur-leonesa, que tinham conseguido manter a sua posição de magnates ao longo do agitado século XI, e com uma base territorial de poder situada na zona Este do reino de Leão, fortalecida pelos casamentos que alguns membros da família fizeram com a casa condal de Cea. Essas ligações tinham feito com que o seu poder na zona do Cea se

³⁰ Sobre o casal, cf. Justiniano Rodríguez Fernández, «Los fundadores del Monasterio de Gradefes», *Archivos Leoneses*, nº. 47-48, 1970, pp. 209-242; Damián Yañez Neira, «El Monasterio de Santa María la Real de Gradefes y sus abadesas», *Tierras de León. Revista de la Diputación Provincial*, vol. 8, nº 9, 1968, p. 32 e «El Monasterio de Santa María la Real de Gradefes», *Tierras de León. Revista de la Diputación Provincial*, vol. 29, nº 74, 1989, pp. 29-48; Pascual Martínez Sopena, *La Tierra de Campos... cit.*, pp. 375-376; Aurélio Calvo, *El Monasterio de Gradefes: apuntes para su historia y la de algunos otros cenobios y pueblos del Concejo*, León, Ed. Celarayn, 1984. [Ed. facsímil de la ed. de León, Imprenta Provincial, 1936-1944], pp. 163-175; Torres Sevilla, *Linajes nobiliarios...cit.*, p. 153.

³¹ Árvore elaborada a partir da bibliografia citada na nota anterior.

tornasse mais efectivo, e que essa região se apresentasse como o centro e referência dos domínios da família³².

O casamento com Guntrodo Garcia e o falecimento poucos anos depois, em Setembro de 1164, do sogro, será certamente um factor decisivo para que Telo Peres alcance a tenência do Cea, com que já aparece em 24 Janeiro de 1166 – quando a sua sogra, Teresa Peres, compra a Miguel Cidiz e a Maria Peres uma herdade em Cea – a par de Fernando Bravo, que já detinha metade do Cea anteriormente com Garcia Peres — «*Fernando Brauoio et dom Tello in Ceia*»³³.

Com esta incumbência, os senhorios que já possuía e a rede familiar que o enquadrava, Telo Peres assumia-se como um poderoso nobre da Tierra de Campos, num momento em que esta se assumia como o palco e o motivo principais das rivalidades territoriais leonesas e castelhanas³⁴.

1.2.1. A fronteira ocidental do reino de Castela após a morte do Imperador

Com efeito, após a morte de Afonso VII, em 21 de Agosto de 1157³⁵, seguiu-se a já programada separação dos reinos de Castela e Leão, cabendo o primeiro a Sancho e o segundo a Fernando, seguindo uma demarcação elaborada antes pelo falecido monarca. Uma demarcação que colocava alguns problemas. Apesar das terras entre o Cea e o Pisuerga — que correspondem em grande medida à Tierra de Campos — poderem oscilar para Leão ou Castela, Afonso VII determina que a maior parte delas façam parte do reino de Castela³⁶. É precisamente nessa área, o Infantado de Campos³⁷, que vai residir o problema maior da divisão, uma vez que se tratava de uma região onde as elites leonesas e castelhanas detinham importantes interesses e que, exactamente por isso, podia pender para qualquer um dos dois reinos. Um território de conflitos e de oportunidades.

³² Cf. Torres Sevilla, *Op. cit.*, p. 133-166; Álvarez Palenzuela, «La nobreza...cit.», pp. 270-272; Pascual Martínez Sopena, «El conde Rodrigo de León y los suyos: herencia y expectativa del poder entre los siglos X y XII», in PASTOR DE TOGNERY, Reyna (coord.) *Relaciones de poder, de producción y de parentesco en la Edad Media y Moderna: aproximación a su estudio*, Madrid, CSIC, 1990, pp. 51-84; e Mariel V. Pérez, «Estrategias de alianza y reproducción social en la aristocracia medieval leonesa: los Flaínez (siglos X-XI)», *Mirabilia: Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*, nº. 9, 2009, pp. 91-107.

³³ DC Gradefes, doc. 98.

³⁴ Cf. Alfonso VIII, 1º vol., pp. 663-735.

³⁵ Bernard F. Reilly, *The Kingdom of Leon-Castilla under King Alfonso VII. 1126-1157*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1998, p. 134.

³⁶ Cf. Alfonso VIII, 1º vol., p. 665.

³⁷ A região que no século XII recebia a designação de «Infantazgo» era a zona de Campos próxima de Medina de Rioseco (cf. *ibidem*, p. 673, nota 25), que a infanta D. Sancha, irmã de Afonso VII, manteve até à data da sua morte, a 28 de Fevereiro de 1159 (cf. *ibidem*, p. 675). Era a principal zona de disputa entre os dois reis.

O facto de um nobre deter significativo poder senhorial numa região com elevado poder geoestratégico, como são as regiões fronteiriças, fazia com que pudesse retirar proveitos das pretensões e rivalidades políticas dos dois reinos. É que em relação a uma zona de fronteira definida desta forma, permeável e atravessada por diferentes influências, o rei que a detém está disposto a ceder o seu favor a quem sobre ela exerce algum domínio a fim de a manter sobre o seu senhorio. E quem a pretende está disposto a oferecer algo de modo a consegui-la atrair para a sua autoridade. Circunstância que os nobres não desconhecem e utilizam a seu favor, de acordo com as conveniências. E assim, neste jogo de poder, onde o principal objectivo é, como sempre, o aumento do mesmo, à época directamente ligado à posse de terra ou de direitos sobre os seus habitantes, os reis aliciam nobres, estes insinuam-se a reis, criam-se alianças e sustentam-se rivalidades. E é exactamente isso que irá acontecer após a morte do *Imperador*.

Logo na primeira metade de 1158, tensões entre os dois lados haviam levado à ocupação por Sancho III de territórios que cabiam a Leão, pelo que este se reunia com Fernando II de Leão em Sahagún, onde assinariam em 23 de Maio desse ano um tratado de paz³⁸. Contudo, a morte prematura de Sancho III, a 31 de Agosto³⁹, e a menoridade do novo rei, Afonso VIII, com apenas três anos, iriam alterar as condições de relacionamento entre os dois reinos, tornando-as favoráveis a Leão e levando ao agravamento da situação⁴⁰.

Prevendo a sua morte, Sancho III determinara que a tutela do novo rei ficasse a cargo de Gutierre Fernandes de Castro, decidindo ainda que os nobres mantivessem os domínios que lhes havia confiado até que Afonso VIII perfizesse quinze anos e que a regência de Castela ficasse ao conde Manrique Peres de Lara⁴¹. Ficavam assim entregues as duas principais responsabilidades às duas principais famílias do reino, os Lara e os Castro, cuja rivalidade se iria fazer sentir em seguida, pouco depois de D. Manrique convencer D. Gutierre a abdicar da tutela do jovem rei — argumentando que tal seria melhor para a harmonia no reino —, em favor de Garcia Garcia de Aza, seu meio-irmão por parte da

³⁸ Cf. *ibidem*, p. 669. Não apenas firmavam a paz e D. Sancho III se comprometia a entregar os povos ocupados mas ainda prometiam auxílio mútuo contra qualquer inimigo excepto o conde de Barcelona. Acordavam ainda não fazer qualquer acordo de aliança com o rei português, Afonso Henriques, e a divisão do território muçulmano, definindo a parte que caberia a cada um conquistar.

³⁹ Cf. *ibidem*, p. 147.

⁴⁰ Segundo a *CLRC*, p. 9: «*Tras su muerte [de Sancho III] quedo su hijo, el glorioso Alfonso, infante tierno de apenas tres años, y hubo tanta turbación en el reino de Castilla cuanta no había habido anteriormente en mucho tiempo*».

⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 149. Sobre Manrique de Lara, cf. Antonio Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana en la Plena Edad Media: El Linaje de Lara (ss. XI-XIII)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha, 2003, pp. 119-155.

mãe⁴², com a promessa de o continuar a tratar com a máxima deferência e deixar novamente a si a tutoria logo que ele assim o solicitasse⁴³.

A situação, aparentemente calma, precipita-se na primeira metade de 1160. A rivalidade entre Castros e Laras leva ao conflito armado entre as duas facções, tendo D. Nuno, irmão de D. Manrique, sido derrotado e capturado em Campos, em Março, por Fernando Rodrigues de Castro, com o apoio leonês⁴⁴. Com efeito, enquanto as duas famílias rivais se digladiavam, era Fernando II quem tirava maior proveito, estendendo a sua influência sobre a região oriental do Cea⁴⁵. Apesar de não se verificarem novos confrontos abertos após o episódio de Março, a rivalidade mantinha-se e viria a aumentar depois a passagem da tutela de D. Afonso VIII para D. Manrique, que depois da derrota do irmão certamente consideraria que a posse da pessoa do rei não poderia deixar de lhe ser benéfica. Para evitar que o Lara acumulasse a tutoria do rei e a regência do reino, e de acordo com o estabelecido anteriormente, D. Guterre reivindica a restituição da guarda do rei, que é recusada. A partir deste momento as disputas iriam agudizar-se, entrando-se mesmo numa escalada de violência⁴⁶, e o principal beneficiado só podia ser o rei leonês, de quem os Castro se irão aproximar, saindo para a sua corte⁴⁷. Nas palavras do cronista Jeronimo Zurita, «*comenzáronse a mover grandes alteraciones por la discordia y bando que hubo entre las casas de Castro y de Lara, que eran las mayores y más principales de Castilla. (...) Por esta causa fue prevaleciendo de cada día el partido del rey don Hernando de León, y ocupó algunos lugares no solamente de la otra parte del Duero y Pisuerga, pero desta otra parte que entonces llamaban Extremadura*»⁴⁸.

As posições da *Crónica Latina* e do arcebispo de Toledo, Rodrigo Ximenes de Rada, acerca do estado do reino sintetizam, de certa forma, os sentimentos das duas facções rivais. Enquanto a *Crónica Latina* justifica a actuação dos Castro afirmando que estes

⁴² Cf. Torres Sevilla, *Linajes nobiliários...cit.*, p. 105.

⁴³ Em 2 de Fevereiro de 1159 já D. Garcia é mencionado como tutor do jovem rei. Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol, pp. 150-155.

⁴⁴ Além de Nuno de Lara, o partido dos Lara era seriamente afectado. Também foi capturado D. Rodrigo Guterres Girón e Álvaro Rodrigues, irmão deste último, e o conde D. Osório, sogro de Fernando Rodrigues de Castro, pereceram na batalha, Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 153. D. Fernando Rodrigues era sobrinho de Guterre Fernandes (cf. Torres Sevilla, *Linajes nobiliários...cit.*, pp. 90-91).

⁴⁵ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol, pp. 678-679.

⁴⁶ Segundo a **Crónica Latina**, p. 10, «*Por aquel tiempo, matanzas innumerables e infinitas rapiñas, desordenada e indiscriminadamente, eran llevadas a cabo en todas las partes del reino*».

⁴⁷ Cf. **Alfonso VIII**, p. 157.

⁴⁸ **Anales de Aragón**, vol. I, liv. II, cap. XXI, p. 120 [cit. em 14 de Maio de 2010 – 14:32]. D. Ximenes de Rada também é bastante explícito: «*Y estallando entonces entre ambas casas, es decir, la de Castro y la de Lara, un largo enfrentamiento, se sucedieron graves peligros y numerosos asesinatos por los dos bandos, hasta el extremo de que esta contienda dio a los leoneses la ocasión de imponerse, llegando a hacerse con algunas zonas de Castilla y Extremadura*» (**De Rebus Hispaniae**, p. 284).

«formaron una facción, intentando huir de la persecución y opresión de los hijos del conde Pedro de Lara, es decir, del conde Manríquez y del conde Nuño y del conde Alvaro y de toda su parentela»⁴⁹ que «se apoderaron del rey Alfonso y retuvieron durante largo tiempo el reino, ya que intentaban sometérselo todo entero con el pretexto del niño, para honor, según decían, y provecho del mismo niño»⁵⁰, calando o apoio que os Castro deram a Fernando II de Leão no seu avanço sobre território castelhano, o arcebispo de Toledo apresenta uma versão mais favorável aos Lara e, correspondentemente, negativa dos Castro, relatando aqueles últimos sucessos e sublinhando a fidelidade de D. Manrique a D. Afonso VIII⁵¹.

Momento particularmente simbólico acontece em no Verão de 1162, quando Fernando Rodrigues de Castro consegue, com o apoio de alguns de Toledo, tomar conta desta cidade, cuja tenência pertencia a D. Manrique. No dia 9 de Agosto, D. Fernando II entrava em Toledo e no dia 15, certamente pelo seu desempenho a seu favor, o rei de Leão honrava o Castro com o mordomado-mor⁵². Mas o desempenho de Fernando Rodrigues não ficava por aqui. No ano seguinte, a 9 de Julho de 1164, perto de Huete, derrotava em batalha Manrique de Lara, que nela pereceria e com quem se encontrava Afonso VIII⁵³.

No ano seguinte continuam a verificar-se alguns conflitos, tendo a tutela do rei ficado a cabo de Nuno de Lara. Contudo, em 1166 parece haver um apaziguamento da situação, uma vez que Fernando II tinha conseguido obter ganhos territoriais significativos e deixara de reclamar a tutela do sobrinho⁵⁴. Nesse mesmo ano, Afonso VIII reavia Toledo⁵⁵ e outras terras, enquanto D. Fernando estava mais preocupado com a expansão a Sul e a forma como o reino de Portugal também o fazia. Os anos seguintes seriam mais pacíficos, e o rei de Castela, com os seus, aproveitaria para recuperar o seu poder⁵⁶.

⁴⁹ *Crónica Latina*, p. 9.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 9

⁵¹ D. Ximenes põe na boca de D. Manrique as seguintes palavras, depois deste ser confrontado com a acusação de não cumprimento de palavra por parte de Fernando II: «Desconozco si soy leal o traidor o feló, mas lo cierto es que, en la manera en que me fue possible, liberé al niño, mi señor natural.» (**De Rebus Hispaniae**, p. 286). Esta ocorrência tem lugar na sequência da reclamação, por parte de D. Fernando, nos finais de 1162, da tutela do seu jovem sobrinho, talvez com o objectivo de tomar posse da regência do reino castelhano. Essa tutela terá sido formalmente entregue. Porém, a guarda da pessoa do rei mantinha-se na posse do Lara. O rei castelhano pediu a entrega de Afonso VIII, mas através de um subterfúgio, os Lara conseguiram fazê-lo escapar e transportam-no desde Soria, onde os dois reis estavam, até Atienza (Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol, pp. 158-165).

⁵² Cf. *ibidem*, p. 159.

⁵³ Cf. *ibidem*, p. 168-169, e Antonio Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana...cit.*, p. 148.

⁵⁴ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol., p. 685.

⁵⁵ Cf. *ibidem*, p. 174.

⁵⁶ Cf. *ibidem*, pp. 683-685.

1.2.2. A participação na política de Afonso VIII

1.2.2.1. A aproximação à corte e a expansão a sul

Ora, como foi dito, é precisamente em 1166 que D. Telo Peres surge pela primeira vez mencionado como tenente de Cea, posição que ocupa até perto da sua morte. Aparece com esta tenência pela última vez, quando detinha também a de Grajal, em 14 de Dezembro de 1194, a confirmar uma decisão sobre uma pesquisa sobre os termos de Ledigos, localidade do senhorio de Santiago a pouco mais de 10km a Este de Sahagún, disposta e autorizada por ordem de Afonso VIII⁵⁷. Esta data tem lugar seis anos antes do seu falecimento, ocorrido provavelmente em 1200 ou nos primeiros meses de 1201⁵⁸.

Se considerarmos que a partir de Março de 1168⁵⁹ Telo Peres se encontra junto de Afonso VIII a confirmar documentos régios e que será aí presença frequente até 1179 e a partir de então ocasionalmente até 1193⁶⁰, é legítimo supor que poderá ter acompanhado o rei castelhano no período em que este tratou de recuperar as terras perdidas nos primeiros anos do seu reinado, depois de 1066. Como nobre com uma forte presença na fronteira Oeste do reino, e tendo em conta os conflitos havidos com Leão, era do interesse de Afonso VIII aliciá-lo para o seu lado. Pelas doações que se verificam por parte do rei castelhano, Telo Peres terá sido um fiel servidor ao longo dos anos.

Desta forma, é provável que depois de Março tivesse acompanhado o monarca desde Toledo na recuperação de Muñó, a Sudoeste de Burgos, em Julho de 1168, que se mantinha até então revoltada⁶¹. Porém, pelo facto de não testemunhar nenhum diploma, poderá ter regressado directamente à fronteira, onde em 29 de Agosto se encontrava Afonso VIII e em cuja corte ele confirmava mais um documento⁶².

Nos meses seguintes, os principais nobres decidiam a tomada do castelo de Zorita de los Canes, localizado a uns 70km a Oeste de Madrid, ocupada por Lope de Arenas,

⁵⁷ «Telo teniente Cea et Graiar» (*ibidem*, doc. 632).

⁵⁸ A última notícia que se tem de Telo Peres é desse ano, não tendo nem dia nem mês. Trata-se de uma doação que faz ao abade e ao mosteiro de Trianos de herdades em Aguilar de Campos (**CD Trianos**, doc. 72). Em 25 de Abril de 1201 Afonso Teles, seu filho primogénito, doava ao abade e ao mosteiro de Sahagún o lugar de Villanueva de San Mancio e o que tinham em Fuenteungrillo em troca de uma casa em Canaleja com a Igreja e 200 maravedis anuais, pela sua saúde e «*pro remedio patris et matris*», pelo que D. Telo já tinha falecido (cf. **CD Sahagún**, vol. V, doc. 1545).

⁵⁹ O primeiro documento de Afonso VIII que Telo Peres confirma é passado em Toledo no dia 27 Março 1168 (cf. **Alfonso VIII**, doc. 103).

⁶⁰ A última presença na corte de Afonso VIII corroborada pelo seu arrolamento enquanto confirmante de um documento data de 4 de Maio de 1193, quando o seu filho primogénito, Afonso Teles, já era presença regular nessa cúria (cf. *ibidem*, doc. 103).

⁶¹ Cf. *ibidem*, p. 177.

⁶² Cf. *ibidem*, doc. 109.

partidário dos Castro, que se sublevara⁶³. Na primeira fase do cerco, levada a cabo no início de 1169, Nuno de Lara e Ponce de Minerva, que lideravam a campanha, foram capturados por Lope de Arenas de forma traiçoeira⁶⁴, mas o sítio não foi desfeito, tendo-se o rei deslocado até lá. A fortaleza foi capturada e aqueles nobres resgatados em Maio⁶⁵. Entre os ricos-homens que acompanhavam o rei achava-se Telo Peres, que confirma um documento régio desse mesmo mês de 1169⁶⁶.

A importância política do tenente de Cea e a sua relevância junto do rei devem ter aumentado significativamente nestes anos, pois em Julho de 1170, tendo o rei atingido a maioridade, é um dos ricos-homens que em Saragoça ratifica, testemunha e jura fazer cumprir o tratado de paz composto no dia 4 de Junho entre Afonso VIII de Castela e Afonso II de Aragão, em Sahagún⁶⁷.

Que à época já é um dos principais nobres de Castela adianta-nos Zurita, ao relatar a embaixada que desde Saragoça e após a assinatura do tratado se dirige a Bordéus a fim de trazer ao reino a futura esposa de Afonso VIII, D. Leonor Plantageneta, filha de Henrique II de Inglaterra e Leonor da Aquitânia: «*Desde Zaragoza había el rey de Castilla enviado a Guiana al arzobispo de Toledo y al obispo de Palencia y los obispos de Segovia, Burgos y Calahorra, y a los condes don Nuño y don Ponce y a Gonzalo Ruiz y Pedro y Fernán Ruiz su hermano, Tel Pérez, Garci González, Gutier Fernández, principales ricos hombres de sus reinos. Estos perlados y caballeros fueron a Burdeos a donde estaba doña Leonor reina de Inglaterra, y recibieron a su hija, con la cual vinieron don Bernaldo arzobispo de Burdeos, Helías obispo Agenense y los obispos de Poitiers, Angulema, Xanton, Perigord y Vasatense, y muchos señores ingleses y de Gascuña, Bretaña y Normandía*»⁶⁸. Nesta enumeração, tal como na carta de arras de D. Leonor, passada em Setembro, que também confirma⁶⁹, Telo Peres surge arrolado na lista de nobres em sexto lugar, depois dos condes Nuno de Lara e Ponce de Minerva, de Gonçalo Rodrigues de Bureba, antigo alferes-mor e mordomo-mor de Sancho III⁷⁰, e dos irmãos Pedro — que viria a ocupar o mordomado-

⁶³ Cf. *ibidem*, 1º vol. p. 178.

⁶⁴ Cf. **Crónica de Veinte Reyes**, p. 272.

⁶⁵ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol. p. 179.

⁶⁶ Cf. *ibidem*, doc. 115.

⁶⁷ Cf. *ibidem*, docs. 147 e 140 (textos da ratificação e do tratado, respectivamente).

⁶⁸ **Anales de Aragón**, vol. I, liv. II, cap. XXI, p. 127 [cit. em 14 de Maio de 2010 – 17:39].

⁶⁹ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol. p. 192.

⁷⁰ Sobre este nobre veja-se Antonio Sánchez de Mora, Antonio, «Aproximación al estudio de la nobleza castellana: los llamados Salvadores-Manzanedo y sus relaciones con el linaje de Lara (ss. XI-XIII)», *Medievalismo*, nº 8, 1998, pp. 35-64, com particular incidência nas pp. 48-52.

mor de Afonso VIII entre 1194 e 1195⁷¹ — e Fernando Rodrigues de Gusmão, parentes dos Lara⁷², o que evidencia a sua elevada posição social.

Nos anos seguintes D. Telo continuaria a frequentar assiduamente a corte e a gozar do favor régio, que recebia em troca de uma constante fidelidade e apoio. Estava em Huete em Janeiro de 1172⁷³, meses antes desta vila ser assediada pelos almóadas em Junho⁷⁴, pelo que é provável que tenha acompanhado o rei no bem sucedido socorro que este conduziu a fim de libertar a praça.

Através de confirmações suas em documentos régios, sabe-se da presença de Telo Peres junto do rei — eventualmente constante, embora os hiatos de tempo dos documentos que ele testemunha induzam a pensar que se verificaram curtos afastamentos — desde Dezembro de 1172 até Abril de 1174⁷⁵, período durante o qual Afonso VIII esteve particularmente ocupado com as pressões muçulmana e navarra⁷⁶. Certamente que assistia o rei com as suas mesnadas, e os períodos em que não aparece a subscrever diplomas régios talvez se devessem a motivos relacionados com operações militares nas quais D. Telo parece ter sido entendido e participante bastante activo.

Um dos seus companheiros de armas terá sido Pedro Guterres. No dia 11 de de Abril de 1173, estando em Ávila, era-lhe entregue em doação perpétua, a meias com este último, o castelo e a vila de Ocaña⁷⁷, situada a cerca de 50km a Oeste de Toledo, bastante longe da sua zona de implantação senhorial original, bem próximo da fronteira com os reinos muçulmanos, com as vantagens e dificuldades que tal situação acarretava. O diploma era explícito ao mencionar que a cedência tinha como objectivo recompensar os muitos e bons serviços dos dois — *«pro multis et magnis seruiciis que uos mihi fecistis et facitis»*. A doação era feita com castelo, vila, todos os direitos e pertenças — colações, terras, pastos, vinhas, prados, rios, moinhos, pesqueiras e portagens — em juro de herdade, pelo que

⁷¹ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol., p. 242, Antonio Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana...cit.*, 1º vol., pp. 466, e Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliaria castellana en la baja Edad Media», Cuadernos de Historia – Anexos de la Revista Hispania, 3, 1969, p. 113.

⁷² Cf. *ibidem*, p. 113 e Antonio Sánchez de Mora, *ob. cit.*, 1º vol., pp. 465-466.

⁷³ Cf. **Alfonso VIII**, doc. 167.

⁷⁴ Cf. *ibidem*, 1º vol., pp. 910-918 e Vicente A. Álvarez Palenzuela e Luis Suárez Fernández, *La consolidación de los reinos hispánicos: (1157-1369)*, 6º vol. da *Historia de España* coord. por Ángel Montenegro Duque, Madrid, Gredos, 1988, p. 18.

⁷⁵ Diplomas de Atienza, a 18 de Dezembro de 1172; Almazán, a 27 de Janeiro de 1173; de 24 Março de 1173, em que é mencionado como «Tel Pedrez de Campos»; Toledo, a 30 Março de 1173; Ávila, a 11 Abril de 1173; Medina, a 28 de Junho de 1173; Burgos, a 10 de Novembro de 1173; Arévalo, a 9 de Janeiro de 1174; Arévalo, a 20 de Janeiro de 1174; Toledo, a 23 de Fevereiro de 1174; Segóvia, a 31 de Março de 1174; Alcalá, a 22 de Abril de 1174; e Medinaceli, a 30 de Abril de 1174. Respectivamente docs. 173, 174, 176, 177, 179, 183, 190, 195, 196, 199, 202, 203 e 204 pub. em **Alfonso VIII**.

⁷⁶ Cf. *ibidem*, 1º vol., pp. 919-923.

⁷⁷ Cf. *ibidem*, doc. 179.

podiam transmitir e doar Ocaña como bem lhes aprouvesse, e com o objectivo principal de repovoar a zona.

Foi levantada a hipótese de existirem ligações familiares entre Telo Peres e Pedro Guterres, mas que não se confirmam. Sabe-se que Pedro Guterres foi casado com Maria Bueso, filha de Diego Bueso (ou Busón) e Urraca Peres, e que confirma documentos de Afonso VIII entre 1165 e 1179⁷⁸. Julio González aventa a possibilidade desta Urraca Peres ser irmã de Telo Peres, embora não se conheçam documentos que atestem este parentesco⁷⁹. Esta hipotética ligação talvez explicasse o facto da cedência de Ocaña ser repartida pelos dois nobres, e de surgirem juntos em alguns actos, pois desta forma seriam parentes, tendo Pedro Guterres casado com uma sobrinha de Telo Peres. Sabe-se sim que Pedro Guterres era irmão de Rodrigo Guterres Girón, de onde adviria a linhagem com este nome, que no final do século XII e início do seguinte se iria associar estreitamente aos descendentes de Telo Peres através de vários casamentos, como se verá adiante.

D. Telo não manteria por muito tempo esta vila, pois passado menos de um ano, a 15 de Fevereiro de 1174, estando em Toledo e com o beneplácito régio, ele e Pedro Guterres doavam a quarta parte de Ocaña, com todos os seus direitos e pertenças tal como a haviam recebido, à Ordem de Calatrava e ao seu Mestre, Martim Peres de Siones⁸⁰. E três anos depois, em Janeiro de 1177, estando no cerco de Cuenca, Telo Peres e sua esposa doavam à mesma Ordem metade de Ocaña⁸¹, que eventualmente corresponderia ao resto da parte que lhe cabia, uma vez que desde a entrega anterior de um quarto do domínio ele e Pedro Guterres teriam mantido a meias as restantes três quartas partes.

Durante o cerco e tomada de Cuenca, D. Telo ter-se-ia não apenas destacado nos vários confrontos, mas comandaria ainda o assédio enquanto lugar-tenente do rei, sendo depois recompensado por este. Muñoz y Soliva adianta que durante o sítio «*governaba á la sazón Tello Perez, capitan que el Señor Rey mandava obedecieram y así todos lo facian y á este tiempo non tenían por do embestir*»⁸². Teria também sido um dos principais nobres que na noite de 20 para 21 de Setembro, furtivamente, se introduziram na fortaleza por um postigo que os muçulmanos usavam entrar e sair de Cuenca, dominaram as forças da vila e abriram as portas para os companheiros de armas. Na manhã do dia 21, D. Afonso VIII

⁷⁸ Cf. *ibidem.*, 1º vol., p. 355.

⁷⁹ Cf. *ibidem.*, p. 355.

⁸⁰ Cf. *Biblioteca da Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro*, vol. D-16, fl. 45.

⁸¹ Cf. *ibidem.*

⁸² *Historia de la muy Noble, Leal é Impertérrita Ciudad de Cuenca, y del territorio de su provincia y obispado, desde los tiempos primitivos hasta la edad presente*, 1º vol., Cuenca, Imprensa de el Eco, 1866, p. 586.

fazia a entrada triunfal na praça e era recebido, entre outros, por D. Telo, que a pedido do bispo de Burgos subiu ao muro sobre o Júcar para aí estender o estandarte daquele prelado⁸³. Pela narrativa, sabe-se que Telo Peres participava pessoalmente em operações militares de elevado risco. Também Juan Pablo Martir Rizo, na sua *Historia de la Muy Noble y Leal Ciudad de Cuenca*, acentua o papel de D. Telo na tomada da vila e o facto de ter sido recompensado pelos seus feitos, escrevendo que «*El Capitan Mayor desta cōquista, fue Tel Perez, y de grande importãcia en esta empresa, por cuyas hazañas le dio el Rey a el, y a su muger D. Gontroda las villas de Meneses, de dōde recibió el nombre, de la de Villanueva de S. Roman, Poblacion, Carrion, y Cabeçon, la mitad de Ocaña, y sus términos, la mitad de Lōdos, y unos Molinos en el rio Xucar: assi mismo le dio a Portillo, Moxados, Villalua, Villaliberno, Ecla, Ribaboya, el Alfoz de Cea, y el lugar de Matilla, aunque algunas dellas fueron en satisfacion del Castillo de Malagon, que era suyo: dotò el Hospital de Villa Martin cerca de Carrion, en el camino de Frances, que le dio la Orden de Santiago*»⁸⁴.

Depois da tomada, recebera nos arrabaldes desta cidade algumas propriedades, tal como Pedro Guterres, que manteriam até 13 de Março de 1182, quando os dois, com o aval régio, e a par das respectivas esposas, D. Guntrodo e D. Maria Bueso, doam à Ordem de Santiago o que tinham em Cuenca, salvo pontuais excepções, a fim de que fosse ali criado um hospital de remição de cativos⁸⁵.

Depois de tomada Cuenca, com a mobilização de bastantes recursos e tempo, Afonso VIII trata de continuar a marcha para Sul. Este avanço fazia-se também por iniciativa de outros além do rei, e Telo Peres, que demonstrara evidentes capacidades militares em Cuenca, certamente que teria empreendido acções por sua própria conta, ou também investiria no território fronteiro ao ocupado pelos muçulmanos. É o que se depreende do facto de deter o lugar e castelo de Malagón, a cerca de 80km a Sul de Toledo, que no dia 3 de Janeiro de 1181 trata de trocar com o rei por algumas terras e direitos⁸⁶. Estando Malagón próximo de Calatrava, teria sido uma das praças que, juntamente com Alarcos, Caracuel, Benavente, Figuerola, Almodovar e Mestanza, D. Afonso VII teria tomado em

⁸³ Para todo este relato, cf. *ibidem*, pp. 586-588.

⁸⁴ Madrid, 1629. Telo Peres esteve de facto no cerco de Cuenca ao longo de 1177, confirmando aí documentos desde Janeiro, como foi visto, até 14 de Setembro (Cf. **Afonso VIII**, doc. 289). Certamente que se teria aí mantido até 21 de Setembro, data da tomada da cidade.

⁸⁵ Cf. **Bulário de Santiago**, pp. 26-27. Eram doadas todas as propriedades recebidas de Afonso VIII naquela cidade, excepto Portella (Portilla?), da parte de Telo Peres, e uma jugada em Olmendiella, mantida por Pedro Guterres.

⁸⁶ Cf. **Afonso VIII**, doc. 354. Também pub. por Modesto Salcedo, *ob. cit.*, pp. 91-92, em Castelhana, e no original em Latim, nas pp. 332-333. Adiante se tomará em maior atenção este assunto.

1147, data da ocupação de todos estes castelos⁸⁷. Não se conhece a forma como o castelo de Malagón chegou à posse de Telo Peres, podendo acontecer que tenha sido doado pelo rei, apesar de este, como foi mencionado, o adquirir em 1181 em troca de outros domínios⁸⁸. Uma outra hipótese, pouco plausível, uma vez que D. Afonso VII teria derrubado os castelos da zona que não podia armar com guarnições adequadas⁸⁹, passa por aquele castelo ter ficado sem gentes e ter sido depois ocupado por D. Telo. Poderá ter sido cedido pela Ordem de Calatrava, eventualmente por falta de meios para manter a fortaleza, com quem D. Telo tinha relações de simpatia, visíveis na doação que lhes faz da metade de Ocaña, mas não se conhece documento que o indique. Certo é que o possui àquela data e que o aliena em troca de direitos que lhe seriam bastante mais vantajosos⁹⁰. Ademais, por essa altura, a situação junto à fronteira leonesa, na Tierra de Campos, mereceria mais a sua atenção e a atenção de Afonso VIII.

1.2.2.2. Novos conflitos com Leão

A amizade que se vinha a fazer sentir desde 1166 entre Castela e Leão teria saído reforçada com o encontro de Soria, no Verão de 1172, entre os líderes destes reinos e ainda Afonso II de Aragão, com a finalidade de confirmarem a paz mútua para poderem combater com maior eficácia a pressão almóada, que se fizera sentir em Huete⁹¹. Em Tarazona, no mês de Junho de 1177, durante o sítio de Cuenca, os mesmos três monarcas reuniam-se novamente para coordenarem as campanhas contra os muçulmanos⁹². Contudo, a partir desta data a situação parece alterar-se. Nuno Peres de Lara falecia nos combates junto aos muros de Cuenca, a 3 de Agosto de 1177⁹³, e, na sequência disso, a sua viúva, a galega Teresa Fernandes de Trava, meia-irmã de Afonso Henriques, filha da condessa D. Teresa e de Fernando Peres de Trava, decidia passar para a corte leonesa, vindo a casar com D. Fernando II⁹⁴. Tendo D. Nuno dirigido os assuntos castelhanos desde a morte do irmão, servido de contrapoder aos Castro e defendido os interesses castelhanos frente a Leão, esta situação era susceptível de poder criar sérios problemas para Castela, caso os

⁸⁷ *Cronica de Calatrava*, fl. 2v.

⁸⁸ Embora não fosse factó inaudito a aquisição de um domínio por parte de um rei após tê-lo doado.

⁸⁹ *Crónica de Calatrava*, fl. 2v.

⁹⁰ Cf. ponto 1.2.2.3.

⁹¹ Cf. *Alfonso VIII*, 1º vol., p. 686.

⁹² Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 687.

⁹³ Antonio Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana...cit.*, 1º vol., p. 183.,

⁹⁴ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 185. Já estavam casados em 7 de Outubro de 1178 (cf. *Alfonso VIII*, 1º vol., p. 688).

Lara, que mantinham poderosos domínios neste reino, passassem a actuar de acordo com os interesses do monarca vizinho.

No Verão e no Outono de 1178, Fernando II encontra-se junto à fronteira castelhana e Afonso VIII, em Outubro desse ano, reunia um significativo exército na Tierra de Campos entre Valladolid e Medina de Rioseco, penetrando no reino do leonês⁹⁵. Este vem ao seu encontro e dá-se a batalha, que tendo aparentemente um desfecho inconclusivo, não levou à continuidade dos combates, que não se conhecem até ao ano seguinte⁹⁶. Certamente que Telo Peres integrava a hoste do rei castelhano, sendo a campanha tão próxima do seu senhorio de Meneses e do Cea, cuja tenência detinha, e tratando-se ele de um elemento destacado na corte de Afonso VIII pelo seu estatuto e pela experiência militar. Além disso, confirma um documento real em Medina del Campo, a 19 de Dezembro⁹⁷, que o coloca no centro dos sucessos. Depois disso, seguirá o rei até Toledo⁹⁸.

A fim de poder conduzir a guerra com Leão de forma mais eficaz e cautelosa, e perante a sempre eminente ameaça muçulmana a Sul, Afonso VIII trata de garantir a paz na fronteira oriental. Assim, no final do Inverno de 1179 dirige-se aí e assina em Cazola — Soria —, a 20 de Março, dois tratados com Afonso II de Aragão: um determinando o direito de conquista nos reinos muçulmanos, e outro que institui uma aliança entre os dois contra o rei de Navarra⁹⁹. Apesar desta última coalizão, a 15 de Abril, os reis de Castela e de Navarra, estando um em Najéra e outro em Logroño, assinavam um tratado de paz que punha uma pausa a anos de hostilidades intermitentes entre os dois reinos¹⁰⁰.

Tal como Fernando II, também Sancho IV de Navarra tinha aproveitado as fragilidades de Castela após a morte de Sancho III, invadindo entre 1162 e 1163 certos territórios castelhanos, designadamente La Rioja, onde tomaram Logroño, alguns lugares das zonas baixas das bacias dos rios Iregua, Cidacos, Tirón e Oja, outros na região de

⁹⁵ Cf. *ibidem*, 1º vol., pp. 688-689. A 21 de Novembro estava cerca de Valladolid com o seu exército, devendo o recontro ter ocorrido em data posterior.

⁹⁶ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 689.

⁹⁷ Cf. *ibidem*, doc. 310.

⁹⁸ Testemunha outros diplomas de Afonso VIII em Arévalo, a sul de Medina del Campo, a 30 de Dezembro e em Toledo, a 9 de Março do ano seguinte. Cf. *ibidem*, docs. 312 e 317, respectivamente. No ano desta expedição já vinha a acompanhar o rei desde Março. Confirma cartas da chancelaria real em Palencia, a 10 de Março; em Cuenca, a 10 de Abril; em Cuellar, a 12 Maio; em Valladolid, a 21 Maio; em Carrión, a 13 de Agosto (2 cartas); e em Burgos, a 2 Setembro. Cf. *ibidem*, docs. 299, 300, 301, 302, 304, 305 e 306, respectivamente.

⁹⁹ Cf. *ibidem*, docs. 319 e 320. O primeiro fixava limites que colocavam Múrcia na órbita do reino castelhano e fazia com que Aragão fosse desobrigado da vassalagem que devia a Castela pelo reino de Saragoça.

¹⁰⁰ Cf. *ibidem*, doc. 321.

Miranda de Ebro, Bureba e Salinas de Añana¹⁰¹. Em 1167 tinham sido compostas umas tréguas de dez anos, que não se cumpriam, uma vez que entre 1173 e 1176 Afonso VIII empreendeu várias campanhas, vindo a recuperar alguns territórios que perdera e a ocupar ainda outros¹⁰². Apesar de se encontrar numa situação militar favorável, o rei castelhano estava mais preocupado em ganhar território muçulmano do que em continuar a guerrear Sancho IV, pelo que a 25 de Agosto de 1176¹⁰³ assinam ambos uma trégua de sete anos e aceitam uma arbitragem do rei Henrique II de Inglaterra em relação às disputas territoriais, cuja sentença seria conhecida em Março de 1177 mas que não seria seguida por nenhum dos dois, por não satisfazer nenhuma das partes¹⁰⁴. Apesar disso, e como foi visto, assinava-se em Najéra-Logroño o tratado de 15 de Abril de 1179, em grande medida porque Navarra estava pressionada pelo pacto castelhano-aragonês do mês anterior. Sancho IV de Navarra entregava as praças que ainda conservava em La Rioja, e decidia-se que a Biscaia cabia igualmente a Castela, estabelecendo-se de certa forma as fronteiras que existiam antes da conquista de Logroño, em 1162.

D. Telo Peres confirmava estes importantes tratados, designadamente os de Cazola e o de Najéra-Logroño de 1179 — não o de 1176 —, o que atesta com clareza a sua integração no círculo de próximos do monarca. Na realidade, é praticamente certo que o senhor de Meneses também se tenha associado a D. Afonso VIII naqueles conflitos com o reino navarro, pois encontramo-lo a acompanhar o rei na região oriental de Castela a 21 Julho de 1175, confirmando um documento em Belorado¹⁰⁵, precisamente o Verão em que os castelhanos recuperam Salinas de Añana, ocupam Portilla, tomam a bacia do Nervión e o castelo de Malvecín¹⁰⁶. No ano seguinte, um mês antes das pazes de 25 de Agosto, também o sabemos em Soria¹⁰⁷.

Libertado da pressão oriental, Afonso VIII encaminha-se para Oeste no Verão de 1179¹⁰⁸. Apesar de nada o documentar, é bastante provável que Telo Peres o servisse na investida que então faz na Tierra de Campos, em coordenação com tropas portuguesas

¹⁰¹ Cf. Luis Javier Fortún Pérez de Ciriza, «La quiebra de la soberanía navarra en Álava, Guipúzcoa y el Duranguesado (1199-1200)» [em linha], *RIEV. Revista Internacional de los Estudios Vascos*, n.º 45 – 2, 2000, pp. 448-449. [consultado em 19 de Maio de 2010 – 11:29] Disponível em URL: <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/riev/45439494.pdf>.

¹⁰² Cf. *ibidem*, p. 449. [consultado em 19 de Maio de 2010 – 11:45]

¹⁰³ Em Najéra e Logroño (cf. **Afonso VIII**, doc. 267).

¹⁰⁴ Cf. Luis Javier Fortún Pérez de Ciriza, *ob. cit.*, pp. 451-453. [consultado em 19 de Maio de 2010 – 11:55].

¹⁰⁵ Cf. **Afonso VIII**, doc. 229.

¹⁰⁶ Cf. Luis Javier Fortún Pérez de Ciriza, «La quiebra...cit.», p. 450.

¹⁰⁷ Mais precisamente no dia 22 Junho de 1176 (cf. **Afonso VIII**, doc. 260).

¹⁰⁸ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 690.

comandadas pelo infante D. Sancho que, entrando em Leão a atacar Ciudad Rodrigo, acabariam desbaratadas por Fernando II, apoiado pelos cavaleiros de Santiago, na batalha do Argañal¹⁰⁹. O rei de Leão teria deixado a maior parte das suas forças a bloquear o avanço de Afonso VIII¹¹⁰, que perante a derrota do seu aliado, acabaria por recuar para Palência¹¹¹.

Ao longo dos anos seguintes, apesar de a tensão se acumular e de se movimentarem exércitos dos dois reis junto às fronteiras, preparando a guerra, não se verificam confrontos de registo. E em Fevereiro de 1181, com a mediação do bispo de Palência e do prior da Ordem do Hospital, ter-se-ia chegado a uma plataforma de entendimento entre Afonso VIII e Fernando II que permitia tréguas com alguma solidez¹¹² e vantajosas sobretudo para os nobres com interesses na zona de Campos, a mais afectada, que com a guerra viam os seus domínios devastados. Essas tréguas foram instituídas formalmente com o tratado de paz e amizade assinado pelos dois monarcas em Medina de Rioseco no dia 21 de Março e que arrolava como testemunha castelhana, entre muitos outros, Telo Peres¹¹³. Decidia-se restabelecer as antigas fronteiras desenhadas por Afonso VII, entregando, cada um dos reis, cinco castelos como penhor de fidelidade ao mestre de Santiago e ao prior do Hospital. Entre os castelos castelhanos cedidos contava-se o de Cea, provavelmente na posse de Telo Peres, que à altura se mantinha como tenente daquele lugar¹¹⁴.

Apesar do ano de 1182 se passar sem confrontos significativos, havia certos detalhes que necessitavam ser esclarecidos em maior pormenor. Assim, no início de 1183 entabulavam-se novas negociações entre as duas partes. Além do mestre de Santiago e do prior do Hospital, que garantiam a fidelidade ao acordo de Medina de Roseco, encontravam-se reunidos em Paradinas¹¹⁵, para negociarem uma paz mais sólida, os arcebispos de Santiago de Compostela e de Toledo, os bispos de Ciudad Rodrigo e de Ávila e os nobres Fernando Rodrigues de Castro e Paio Tabladero, do lado de Leão, e Rodrigo Guterres Girón e Telo Peres, do lado castelhano. No dia 2 de Fevereiro chegavam

¹⁰⁹ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 690 e **D. Sancho I**, pp. 87-88.

¹¹⁰ Segundo Lucas de Tuy, «*Infestabat tunc temporis validissime regem Fernandum Adefonsus rex Castellae Sancii regis filius, et dimissa rex Fernandus maiori parte sui exercitus contra nepotem suum regem Castellae, obliavit portugalensibus in termino civitatis Roderici in loco qui dicitur Arganal*» (cf. **Crónica de España**, p. 404).

¹¹¹ Cf. **Afonso VIII**, 1º vol., p. 691.

¹¹² Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 694.

¹¹³ Cf. *ibidem*, doc. 362.

¹¹⁴ Numa carta de divisão de propriedades no termo do Cea, de 31 de Janeiro de 1181, apontava-se como referência ser então «*Tel Pedrez tenente Ceia*» (cf. **CD Sahagún**, 4º vol., doc. 1401).

¹¹⁵ Actual Paradinas de San Juan.

a um compromisso¹¹⁶, que seria confirmado pelos monarcas com a celebração do tratado de Fresno-Lavandera, a 1 de Junho de 1183¹¹⁷, robustecendo a conciliação entre os dois reinos.

Mais uma vez, Telo Peres evidenciava-se como destacado participante na política de Afonso VIII, agora não apenas no âmbito militar mas também no campo mais sinuoso da diplomacia. Ao mesmo tempo, e devido à sua lealdade e serviços ao rei, tinha vindo a consolidar a sua posição como rico-homem na Tierra de Campos.

1.2.2.3. Organização dos poderes a Oeste — fundador de Matallana e Senhor de Meneses

Sendo a atribuição de benefícios ferramenta fundamental não apenas enquanto forma de compensação de serviços mas ainda como criadora de laços de dependência e fidelidade que atravessa e de certa forma rege a sociedade da altura, não espanta que Telo Peres fosse tanto mais objecto de favor régio quanto mais importantes e destacados fossem os seus serviços e mais útil se revelasse para a prossecução dos objectivos políticos do rei. O seu desempenho nos conflitos contra Leão e os muçulmanos, de onde se salienta a relevante actuação no cerco e tomada de Cuenca, parece ter sido suficientemente preeminente para que Afonso VIII o fizesse alvo da sua generosidade por várias ocasiões.

Como foi visto atrás, em 1173 tinha recebido metade de Ocaña, a meias com Pedro Guterres, mas nesse mesmo ano, em 28 de Janeiro de 1173, já fora beneficiado pelo rei com a doação da herdade de Sandrones, situada na Tierra de Campos, entre Meneses, Villerías, Montealegre e Villanueva de San Mancio¹¹⁸; e a 10 de Novembro desse mesmo ano era agraciado com o infantado de Matallana, na actual Villalba de los Alcores, que havia pertencido à Ordem do Hospital¹¹⁹.

Matallana e Sandrones seriam terras utilizadas por D. Telo e D. Guntruda para instituir e dotar um mosteiro cisterciense pouco tempo depois. Em Dezembro de 1175, na cidade de Burgos, o casal e os respectivos filhos — Afonso Teles, Garcia Teles, Telo Teles, Soeiro Teles e Teresa Teles — entregavam ao abade Roberto, o primeiro abade desse Mosteiro, o lugar de Matallana, que haveria de dar o nome à casa religiosa, e a

¹¹⁶ Cf. **DC Ávila**, doc. 23.

¹¹⁷ Cf. **DC Ávila**, doc. 24.

¹¹⁸ A concessão era feita com todos os seus direitos, com terras, vinhas, prados, moinhos rios e termos (cf. **CD Matallana**, doc. 2).

¹¹⁹ Dada em Burgos (Cf. *ibidem*, doc. 3). D. Afonso VIII tinha conseguido Matallana em 24 de Agosto de 1171, cedendo aos Hospitalários Alcubilla, no vale do Esgueva (cf. *ibidem*, doc. 1)

herdade de Sandrones, com todas as suas pertenças e direitos¹²⁰. Com grande grau de certeza, no mesmo dia o rei D. Afonso VIII confirmava aquela doação e instituição, ao mesmo tempo que tomava o mosteiro sobre a sua protecção¹²¹. Este facto, bem como a circunstância da erecção do mosteiro ter sido feita com os meios proporcionados pelo rei, leva a crer que, mais do que por iniciativa própria, a fundação do mosteiro por Telo Peres e D. Guntrodo teria sido perpetrada por vontade do monarca, que lhes teria cedido aqueles domínios já com o objectivo de nele ser fundado um mosteiro de Cister¹²², e que procedendo assim beneficiava também o seu fiel vassalo, cuja memória ficava associada à fundação do cenóbio¹²³. Este procedimento por parte do rei castelhano inscrevia-se numa política de implantação de poder na região do infantado de Campos — que, como foi visto, constituía o principal foco de discórdia territorial entre Leão e Castela — utilizando os mosteiros¹²⁴ como instrumentos políticos de posse e controlo de lugares, ao mesmo tempo que recompensava os nobres que, detendo significativo poder nessas áreas, lhe eram fiéis. Grupo onde se incluía Telo Peres.

Assim, no mesmo mês de Dezembro de 1175, em Tordesilhas, Afonso VIII concede ainda a D. Telo o direito de recolher duas vezes ao ano o tributo chamado «serna» ou «facería» que os vizinhos de Villanueva, Meneses, Población, San Cipriano, Villería e Villalimbierno usavam pagar ao rei¹²⁵.

A ligação e proximidade com o rei teriam ficado reforçadas pela forma como D. Telo se destacara no sítio e conquista de Cuenca, onde, como foi visto, teria ocupado uma posição de comando nas operações no terreno. Este facto e as circunstâncias que caracterizavam as relações com Leão nos inícios de 1181 terão levado a que fosse alvo mais uma vez da graça de Afonso VIII. Embora o documento coloque alguns problemas de

¹²⁰ Cf. *ibidem*, doc. 6.

¹²¹ Cf. *ibidem*, doc. 5.

¹²² É o que se depreende dos dois documentos de Dezembro de 1175. Afonso VIII é explícito quando diz que é por seu mandado que a fundação e dotação inicial é feita: «*Concedo itaque et confirmo domino Roberto primo abbati Mataplane et succesoribus suis ipsum monasterium Mataplane quod Tellus Petri cum uxore sua Guntrude et filiis suis cum consilio et mandato meo vobis dederunt cum omnibus directuris et pertinentiis suis eisudem monasterii abbati et conventui...* [seguem-se os vários direitos e bens associados a Matallana]» (cf. *ibidem*, doc. 5, sublinhado meu). Um traslado de um documento da colecção diplomática de Matallana, datado de 1185 mas que com toda a certeza será de 1175, indica, em relação à herdade de Sandrones, que «*pues el rey se la había dado [a Telo Peres] para que la diesen a este monasterio*» (cf. *ibidem*, doc. 10).

¹²³ Cf. Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, *Monasterios Cistercienses en Castilla (siglos XII-XIII)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1978, pp. 108-111.

¹²⁴ Afonso VIII funda ou promove a fundação de outros com o mesmo objectivo, nomeadamente o Mosteiro de Benavides (1176), na fronteira leonesa, ou o de Bujedo (1172), na fronteira Navarra. (cf. *ibidem*, p. 241).

¹²⁵ **CD Matallana**, doc. 4. Estas povoações já pertenciam a Telo Peres, pois constam na sua carta de arras, observada atrás. O que monarca agora fazia era ceder o direito de cobrar tributos que cabiam à coroa.

datação¹²⁶, a 3 de Janeiro de 1181 D. Afonso VIII fez um escambo com D. Telo Peres que parece ser muito favorável a este último¹²⁷. Cedia-lhe metade de Ocaña¹²⁸; metade de Tondos; a metade de uns moinhos sobre o Júcar, perto de Cuenca; duas jugadas de herdade no Júcar; três jugadas em Portella; cinquenta *aranzadas* de vinha — trinta na vargem abaixo de Guia Altouro e vinte em Ribeira —; os lugar de Mojados com o seu termo, perto de Portillo; Polentinos com o seu termo, perto de Resova; a herdade de Sandrones e o seu termo; a igreja de Villanueva com o seu realengo, na vila e fora dela; e as três searas realengas de Montealegre. A carta designava os últimos domínios, cuja correspondência não se afigura fácil, como as *seis vilas* — «*Iste sex uille subscripte*» —, designadamente «*Villanoua, et Meneses, et Populatio, et Sanctus Ciprianus, et Villa auia, et Villaliuerno*»¹²⁹. Somavam-se ainda uns lugares nas proximidades de Cea com os seus direitos e termos: «*Eclam (...), et Ripam rubeam (...), et mediam de Rio de Cama*» e ainda Matellan¹³⁰ com o seu termo, entre Castro Maior e Galegos¹³¹. Todas estas localidades e os seus direitos eram doados de forma perpétua e hereditária, em troca de Malagón e dos seus direitos e pertenças.

Há porém neste privilégio lugares que já pertenciam a D. Telo. Villanueva de San Roman, Meneses de Campos, Palacios de Campos, Villerías e Villalimbierno haviam sido arrolados na carta de arras de D. Telo, em 1161; a herdade de Sandrones tinha sido doada em 28 de Janeiro de 1173; e Matellan — que se presume Matallana —, a 10 de Novembro de 1173, como foi visto. Além disso, embora sem a designação de *seis vilas*, e como foi visto, em Dezembro de 1175, Afonso VIII concedera a Telo Peres o direito de recolher duas vezes ao ano a serna ou facería aos vizinhos de Villanueva, Meneses, Población, San Cipriano, Villería e Villalimbierno. Tendo em conta este facto, o diploma de 3 de Janeiro de 1181, além de celebrar uma outorga de novos senhorios — que também era feito —

¹²⁶ Enrique Rodríguez-Picavea Matilla propõe a data de 1180, salientando uma passagem do documento que menciona que foi elaborado no «año cuarto de la conquista de Cuenca», afirmando que o ano quarto seria 1180 e não 1181. Contudo, tendo a tomada de Cuenca tido lugar em Setembro 1177, o ano quarto da sua conquista corresponderá ao ano de 1181 (Cf., «Documentos para el estudio de la Orden de Calatrava en la Meseta meridional castellana (1102-1302)» [em linha], *Cuadernos de Historia Medieval — Secc. Colecciones Documentales*, nº 2, 1999, doc. 606 [consultado em 18 de Maio de 2010 — 17:54] Disponível em URL:

<http://www.uam.es/departamentos/filoyletras/hmedieval/especifica/cuadernos/coldoc/cd2.pdf>

¹²⁷ Cf. **Alfonso VIII**, doc. 354. Também pub. por Modesto Salcedo, *ob. cit.*, pp. 91-92, em Castelhana, e no original em Latim, nas pp. 332-333. As citações são referentes à primeira obra.

¹²⁸ É estranha a doação de metade de Ocaña, uma vez que quem detinha a vila à data, pelo que se percebe nos documentos mencionados atrás, era a Ordem de Calatrava e Pedro Guterres.

¹²⁹ Respectivamente Villanueva de San Roman, Meneses de Campos, Palacios de Campos, San Cipriano (situado em Meneses, como se lê num documento de 24 de Junho de 1181 de que se falará adiante [**CD Matallana**, doc. 8]), Villerías e Villalimbierno.

¹³⁰ Eventualmente Matallana.

¹³¹ Não foram identificados estes últimos lugares.

sugere tratar-se ainda de uma concessão de novos direitos sobre terras que já eram de D. Telo Peres, que são agora designadas pela chancelaria real como as *seis vilas* e que com grande certeza correspondem ao senhorio conhecido por Meneses, que daria o nome à linhagem¹³².

A data do documento, como foi dito, coloca alguns problemas. Ou pelo menos há negociações em relação a alguns domínios que envolvem alguma complexidade.

Em primeiro lugar, a 3 de Janeiro de 1181 o castelo de Malagón parece já não pertencer a Telo Peres, dado que em 19 de Agosto de 1180 Afonso VIII cedera-o à Ordem de Calatrava, mantendo em sua posse a metade do mesmo durante a sua vida¹³³. Ademais, também a 3 de Janeiro de 1181 esta Ordem e o seu mestre cediam em usufruto vitalício a D. Telo, com a condição de proceder ao seu povoamento, Ocaña, ou o que nela possuíam, bem como várias herdades: quatro jugadas em Ciruelos, dez em Malagón, onze em Alarcos e 4 em Benavente, localidades próximas de Ciudad Real¹³⁴. Aparentemente, a Ordem já detinha Malagón, daí que entregassem a D. Telo as dez jugadas naquele lugar.

Apesar de tal não ser mencionado no documento, e da probabilidade não ser muito elevada, poderá ter acontecido que D. Afonso VIII houvesse negociado com Telo Peres, em data anterior a 3 Janeiro de 1181, a troca das várias terras por Malagón, e que, embora esta não tivesse sido efectuada, cedesse a vila à Ordem de Calatrava. É nesta data que a presença de D. Telo é confirmada na corte após mais de ano e meio de provável ausência¹³⁵, ou de presença menos assídua, pelo que poderia ocorrer que as partes optassem por esperar pela sua vinda à cúria a fim de oficializar a cedência. Desta forma, a Ordem de Calatrava recebia Malagón antes de este castelo ter sido formalmente entregue por D. Telo ao monarca, mas tendo já sido negociado entre estes dois e estando talvez mesmo D. Afonso VIII já na posse do mesmo. Caso assim sucedesse, explicam-se as permutas e cedências legalizadas a 3 de Janeiro. A ser assim, D. Telo libertava oficialmente Malagón — já entregue em data anterior a 19 de Agosto de 1180 — a D.

¹³² É o que se depreende da passagem «*et iste sex uille prefate habeant suum montem ubi habent illi de Montealegre, de lignis scicendis et adducendis, et de petra et de herbis et de pascuis ganatorum*», que juntamente com a designação de *seis vilas* e a entrega dos tributos em Dezembro de 1175, indicia tratar-se de uma carta de couto.

¹³³ Dada em Gatón de Campos. Cf. Enrique Rodríguez-Picavea Matilla, *op cit.*, doc. 57 [consultado em 18 de Maio de 2010 — 19:23].

¹³⁴ Pub. por, Blas Casado Quintanilla, «Un privilegio rodado del Maestre de Calatrava», *Cuadernos de Estudios Manchegos*, nº. 15, 1984, pp. 91-103. O entendimento acertava ainda a partição dos gados após a morte de Telo Peres, data em que tudo voltaria para a posse da Ordem. O primeiro ficava com a prole masculina do gado, além do queijo, manteiga e lã; ao morrer, a Ordem recobriria Ocaña com a metade dos gados que aí tivesse D. Telo.

¹³⁵ Não confirma documentos régios desde 18 de Abril de 1179, em Villafranca de Montes de Oca, a Oeste de Burgos (cf. **Alfonso VIII**, doc. 322).

Afonso VIII, que em troca lhe dava certos domínios e privilégios, incluindo metade de Ocaña, cuja posse só se pode explicar caso a Ordem de Calatrava a tivesse cedido ao rei, uma vez que, como foi visto e pelos documentos conhecidos, era detida à altura pela Ordem e por Pedro Guterres — três quartos para a primeira e um quarto para o último. Contudo, a entrega do rei causa ainda maior estranheza quando se observa o outro documento do mesmo dia, a cedência de Ocaña e algumas jugadas de terra por parte da Ordem de Calatrava a Telo Peres em usufruto vitalício. De facto, não se divisa como se repartia à altura a vila de Ocaña.

O que se lê perfeitamente nos documentos é que D. Telo participava activamente na empresa de avanço para sul, não apenas ao nível das operações militares, onde se distinguia, mas ainda ao nível do repovoamento, essencial para o sucesso da política de aquisição de terras. Uma participação que era alvo do reconhecimento do rei através da concessão de privilégios na zona Sul do reino e na sua região senhorial original. Além dos serviços na fronteira muçulmana, não eram de menor importância os que exercia na raia leonesa, a medir pelos benefícios que aí recebia de Afonso VIII. Nesta região, o senhor de Meneses, como tenente de Cea e magnate na Tierra de Campos, mantinha papel importante na defesa e superintendência da área, cenário, como sempre, de disputas com Leão.

1.2.2.4. Organização dos poderes a Oeste — refundador de Trianos e as tenências em Campos

Em Campos, Telo Peres trabalhava eficazmente para o aumento do seu poder, sempre com o apoio real. Ainda em 1181, no dia 24 de Junho, em Santistebán, Afonso VIII cedia-lhe a igreja de São Cipriano, em Meneses, e ainda seis jugadas de terra, vinte aranzadas de vinha e uma horta em troca da herdade de Castromayor, reservando D. Telo para si as casas que aí tinha¹³⁶. A 13 de Novembro doava-lhe quinze jugadas de terra mais a Norte, no alfoz de Cea, em Villapeceñil¹³⁷. Dois dias depois, a 15 de Novembro de 1181, eximia de tributos as casas que D. Telo mantivera em Castromayor¹³⁸. E nesse mesmo dia Telo Peres e D. Guntrodo cediam o que possuíam em Castromayor — que, de acordo com o documento de 24 de Junho, seria apenas as casas — ao mosteiro de Trianos, uma casa religiosa de origem beneditina, fundada, ao que parece, no início do século, mas que tinha

¹³⁶ Cf. **CD Matallana**, doc. 8. A freguesia e termos da igreja confinavam com a herdade de Sandrones e Villerías. Telo Peres reservava para si as casas que tinha em Castromayor.

¹³⁷ Cf. **CD Trianos**, doc. 13. A doação, passada em Ávila, era feita em juro de herdade, e as terras estavam localizadas a Norte de Sahagún, junto à vertente Este do Cea.

¹³⁸ Cf. *ibidem*, doc. 14. Passada em Ávila.

caído em decadência¹³⁹. Esta doação é geralmente tida como uma refundação do mosteiro¹⁴⁰. Ao longo dos anos seguintes, Telo Peres, o seu patrono principal, iria outorgar outros bens a esta instituição, salientando-se a doação feita em 1185, a par da esposa e filhos, de todas as herdades que lhe pertenciam em Trianos, Villacreces, Tordillos, San Nicolás e Fresno, pelas suas almas e as de seus pais¹⁴¹.

Esta refundação parece inscrever-se na mesma estratégia de reforço de poder sobre o território fronteiriço que havia norteado a criação do mosteiro de Matallana. Também neste caso, estando em Burgos, a 19 de Junho de 1187, Afonso VIII confirma as doações de Telo Peres ao mosteiro, designadamente os lugares de Villanueva, Tordillos, San Nicolás e algumas herdades em Villacreces e Trianos¹⁴². E é certo que pelo menos em relação a San Nicolás, fora ele quem adquirira a igreja do lugar à Ordem do Templo, em 26 de Janeiro de 1183¹⁴³. Contudo, não há nenhum documento em que se aponte, como acontece com o outro mosteiro, que esta ou aquela doação é feita por mandado ou patrocínio do rei. Acontece até que naquela confirmação de 19 de Junho a carta parece ser clara ao afirmar que as cedências foram feitas por D. Telo «*pro remedio anime sue*», expressão que não se encontra em relação a Matallana. Além disso, a prodigalidade com que o senhor de Meneses beneficia o Mosteiro de Trianos, doando-lhe alguns lugares que adquire sem intervenção do rei¹⁴⁴, leva a crer que neste caso a iniciativa teria partido de si, embora validada com o beneplácito régio, até porque servia os propósitos político-territoriais de Afonso VIII. Situado na diocese de Leão, o monarca castelhano e Telo Peres tinham feito as diligências necessárias para que a 1 de Outubro de 1194 o papa Celestino III concedesse ao abade e mosteiro de Trianos a isenção da autoridade episcopal correspondente, submetendo-o à jurisdição directa da Santa Sé, exceptuando algumas cerimónias, em troca do pagamento anual de três besantes de ouro em reconhecimento da dita dependência¹⁴⁵.

O domínio da zona do Cea era de fulcral importância para os objectivos de Afonso VIII em relação ao infantado de Campos, pelo que se percebem as doações que aí faz a

¹³⁹ Cf. Susana Royer de Cardinal, «El monasterio leonés de Santa María de Trianos y su articulación con otras instancias eclesiásticas (s. XII-XV)», *Hispania Sacra*, nº 119, Janeiro-Junho de 2007, p. 8.

¹⁴⁰ Cf. *ibidem*, p. 8, e Modesto Salcedo, *La familia "Téllez de Meneses" ...cit.*, pp. 100-102.

¹⁴¹ Cf. **CD Trianos**, doc. 23.

¹⁴² Cf. **CD Trianos**, doc. 25. Alguns doados dois anos antes.

¹⁴³ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 2.

¹⁴⁴ Como uma herdade em Carbajal, comprada a Martim Peres por 50 maravedis em 1187 (cf. *ibidem*, doc. 29) e doada a 25 de Junho desse mesmo ano ao mosteiro (cf. *ibidem*, doc. 26)

¹⁴⁵ Cf. **CD Trianos**, doc. 56. Na bula os dois solicitantes eram designados como «*filius noster Aldefonsus, rex Castellanorum illustris, et dilectus filius noster, nobilis uir Tellus, patronus ecclesie memorate*». Pelo menos formalmente o patrono da instituição era D. Telo. Pela bula sabe-se ainda que o mosteiro segue a regra de Santo Agostinho.

Telo Peres e o interesse que demonstra pelo Mosteiro de Trianos, designadamente na sua dispensa em relação à jurisdição do bispo de Leão. Em 1184, no dia 3 de Fevereiro, voltava a agraciar o senhor de Meneses com a entrega de uns moinhos no alfoz de Cea, no rio homónimo¹⁴⁶.

É dentro desta lógica mas mais a sul que, a 24 de Outubro de 1182, estando em Grajal de Campos, o rei castelhano concedia um privilégio aos vizinhos de Villagarcía para que fossem povoar Tordehumos e aí fundar igrejas¹⁴⁷. Tratava-se de um lugar próximo daquele e que teria eventualmente sido abandonado em resultado dos confrontos com Fernando II. Os novos moradores pagariam os dízimos da mesma maneira como o soíam fazer em Villagarcía, nomeadamente a D. Telo Peres, ao abade de Sahagún e ao Prior do Santo Sepulcro.

O facto das datas de muitos dos privilégios se situarem por volta de 1181, ano em que após violentas contendas com Leão se assinara o tratado de Medina de Rioseco, torna-as compreensíveis e reveladoras do afã com que Afonso VIII tratava de organizar os poderes naquela fronteira. Durante esse período a proximidade de Telo Peres com o monarca — e a identificação mútua dos objectivos políticos de cada um — era de tal forma evidente que sendo testemunha no documento de 12 de Novembro de 1181 que regista a doação da Igreja de Santa Maria de La Vega pelo bispo de Ávila à Ordem do Hospital, o escrivão o designa como «*Tel Petriz, familiarius regis*»¹⁴⁸.

Por estas alturas a presença de Telo Peres na corte já era menos regular, pelo menos assim o indiciam os diplomas da chancelaria real, onde as confirmações do senhor de Meneses tinham passado a ser cada vez em menor número desde 1178, precisamente o ano do reatamento dos conflitos com Leão. Em 1179 tinha apenas testemunhado, além dos tratados de Cazola de 20 de Março, com Aragão, e de Najera-Logroño, com Navarra, a 15 de Abril seguinte, já referidos, outros três documentos régios: um de 9 de Março, em Toledo; outro no mesmo dia dos tratados de Cazola; e um último no dia 18 de Abril, em Villafranca de Montes de Oca¹⁴⁹. E não será testemunha de mais nenhum até ao escambo de Malagón, a 3 de Janeiro de 1181. A situação na fronteira Oeste certamente que exigia a sua presença regular na área, como militar experimentado e homem de confiança de Afonso VIII, ausentando-se apenas para firmar os tratados com os reinos peninsulares

¹⁴⁶ Cf. **CD Trianos**, doc. 21.

¹⁴⁷ Cf. **CD Matallana**, doc. 9.

¹⁴⁸ **DC Ávila**, doc. 20.

¹⁴⁹ Cf. **Afonso VIII**, docs. 317, 318 e 322, respectivamente.

orientais, facto compreensível, uma vez que se tratava de um dos mais destacados ricos-homens do reino.

O progressivo afastamento de Telo Peres da corte de Afonso VIII parece ter mais a ver com a sua importância e utilidade política na Tierra de Campos do que com alguma perda de apreço e reconhecimento por parte do rei. Só assim se percebe que depois de se ter destacado em Cuenca «desapareça» de certa forma da chancelaria régia, apenas estando presente nos momentos em que testemunha importantes tratados com outros reinos, ou enquanto beneficiado do favor régio. A sua participação nas negociações de Paradinas com os emissários de Leão, em 1183, confirma exactamente isto. Mantinha-se no topo da esfera nobiliárquica e política, mas os seus préstimos e a fidelidade que demonstrava exigiam a sua presença na região conturbada de Campos, onde os seus serviços seriam de maior proveito para os objectivos políticos do rei.

Após o tratado de Fresno-Lavandera, a 1 de Junho de 1183, são poucas as ocasiões em que se sabe da presença do senhor de Meneses junto de Afonso VIII. Quase todas associadas ao domínio da Tierra de Campos, sendo as excepções tratados de paz e aliança com Aragão. Algumas, certificadas por dois diplomas régios, já foram indicadas atrás, designadamente a doação de uns moinhos no Cea a Telo Peres, em 1184¹⁵⁰ e a confirmação da cedência de alguns domínios — Villanueva, Tordillos, San Nicolás e algumas herdades em Vilacreces e Trianos — por parte deste último ao mosteiro de Trianos, em 1187¹⁵¹. Também já foi mencionado o requerimento ao papado para a isenção da autoridade episcopal sobre Trianos¹⁵², negociação que atesta a ligação que os unia através de objectivos políticos comuns.

Encontramos Telo Peres na corte em 18 de Outubro de 1185, em Tordehumos. Neste dia, Afonso VIII confirmava-lhe e a D. Guntrodo um negócio que estes haviam feito com o mosteiro de Gradefes, cuja abadessa era então Teresa Peres, mãe de D. Guntrodo¹⁵³. A confirmação era feita porque as terras adquiridas — o infantado de Villacreces, o realengo de Bustillo e a vila de Tordillos¹⁵⁴ — tinham pertencido ao rei.

¹⁵⁰ Feita em Burgos, a 3 de Fevereiro de 1184 (cf. **CD Trianos**, doc. 21).

¹⁵¹ Dada em Burgos, a 19 de Junho de 1187 (cf. **CD Trianos**, doc. 25).

¹⁵² Cf. **CD Trianos**, doc. 56.

¹⁵³ Cf. **CD Gradefes**, doc. 187. D. Teresa tinha vendido ao casal tudo o que tinha em Villacreces, o realengo de Bustillo de Cea e a vila de Tordillos, lugares que o Mosteiro de Gradefes havia adquirido do rei em escambo com Villavera (cf. *ibidem*, doc. 186).

¹⁵⁴ Quase certamente o actual Terradillos de los Templarios. Alguns destes senhorios, como Villacreces, e Tordillos são depois, em 1187, cedidas ao Mosteiro de Trianos como se vê no parágrafo anterior.

No ano seguinte, Telo Peres volta a confirmar tratados de paz e aliança com Aragão. O primeiro a 21 de Janeiro, em Agreda¹⁵⁵; e o segundo a 5 de Outubro, em Berdejo¹⁵⁶. O inimigo comum neste último era o de sempre, o rei de Navarra. Nesse ano não aparece mais na cúria e o seu afastamento poderá ter-se prolongado até 30 de Março de 1188, uma vez que não há notícia da sua presença até essa data, quando confirma mais uma carta de Afonso VIII, em Plasencia¹⁵⁷.

Certamente que, apesar do afastamento físico, as relações e a comunicação entre os dois se fazia com a normalidade que se esperava do rei e de um homem da sua confiança como Telo Peres. Não só se fazia como este continuava a ser favorecido, pois a 23 de Abril de 1189, e a seu pedido, o monarca outorgava aos moradores de Tordillos, lugar do Mosteiro de Trianos, isenções de alguns tributos e obrigações, como a fossadeira e o apelido¹⁵⁸. Aparentemente, as idas de Telo Peres à corte tinham adquirido quase uma regularidade anual, e só o vamos encontrar novamente no ano seguinte, em Março¹⁵⁹, na cidade de Palência. A sua última confirmação de uma carta régia data de 4 de Maio de 1193¹⁶⁰, altura em que o seu filho primogénito, Afonso Teles, que lhe sucederia na chefia da linhagem, já começava a frequentar com regularidade a corte de Afonso VIII¹⁶¹.

Este período de progressiva ausência de Telo Peres da cúria, explicado pela importância que representava para Afonso VIII ao nível do exercício do poder na Tierra de Campos, reflecte-se de forma visível nos documentos dos mosteiros dessa zona fronteiriça¹⁶² — sobretudo o Mosteiro de Sahagún, leonês —, que amiúde, em declarações e registos sobre propriedades, apontam o seu nome como poderoso nesse espaço e representante da autoridade real, designadamente em Cea. Também é citado na documentação como tenente de outras terras, nomeadamente Grajal, numa ocasião, Melgar, em três cartas diferentes, e Cantábria, em duas, como se observará em seguida. A designação mais comum é a de

¹⁵⁵ Cf. **Alfonso VIII**, doc. 449. O tema principal era a aliança contra o navarro Pedro Rodrigues de Azagra, senhor de Albarracín.

¹⁵⁶ Cf. *ibidem*, doc. 460. Telo Peres é arrolado em primeiro lugar na lista dos confirmantes nobres castelhanos. Além de pactuarem contra Pedro Rodrigues de Azagra, os dois reis combinavam ajuda mútua contra Navarra e prometiam não assinar novas pazes com este reino sem consentimento do outro.

¹⁵⁷ Trata-se de um pacto entre o rei e Pedro Garcia sobre os castelos de Agoncillo e Lodosa (cf. *ibidem*, doc. 495).

¹⁵⁸ Cf. **CD Trianos**, doc. 37. Recorde-se que Tordillos tinha sido uma doação de Telo Peres àquele mosteiro.

¹⁵⁹ Confirma documentos nos dias 6 (cf. **Salazar y Castro**, Maço B, pasta 8, doc. 25) e dia 22 (cf. **Alfonso VIII**, doc. 546).

¹⁶⁰ Cf. *ibidem*, doc. 615.

¹⁶¹ Afonso Teles, que sucederá ao pai na principal parte do senhorio de Meneses, confirmava documentos régios desde 17 de Setembro de 1191, em Valladolid (cf. *ibidem*, doc. 1028).

¹⁶² Mosteiros que reconhecem a importância de D. Telo na região. Em 16 de Agosto de 1188, o senhor de Meneses, que detinha a região de Villaverde, a norte de Cea, mediava um litígio existente entre o Abade de Sahagún e o Abade de Trianos sobre a vila de Dehesa, aí localizada (cf. **CD Trianos**, doc. 34).

«tenente» de Cea, embora também surja por uma ocasião a indicação como «*potestas in Ceia*»¹⁶³, aparentemente com sentido idêntico¹⁶⁴. Há situações em que apenas surge a preposição «*in*» seguida da terra — «*in Ceia*» — com o mesmo significado, como por exemplo nos dois primeiros diplomas em que Telo Peres é apresentado como tenente daquela terra, a meias com Fernando Bravo, ambos de 1166¹⁶⁵. Tratam-se de duas compras por parte de Teresa Peres, sogra de D. Telo, viúva há pouco mais de um ano, pela morte de Garcia Peres, seu esposo¹⁶⁶.

Como foi já visto atrás, Garcia Peres detinha em 1166 a tenência de Cea, também partilhada com Fernando Bravo¹⁶⁷. Apesar de não se tratar de um cargo hereditário, a ligação familiar teria certamente influído para que D. Telo sucedesse ao sogro naquela jurisdição, eventualmente logo em 1164. É porém em anos seguintes que a sua menção como tenente de Cea nos vários registos é mais frequente.

Duas vezes em 1173, a meias, uma vez com Martinho Garcia e outra com o conde Ponce de Minerva¹⁶⁸ e outras duas em 1175, a 5 de Julho e a 19 de Outubro, sendo que aqui não é assinalado como a dividir a tenência com ninguém¹⁶⁹, constituem a lista da década de 70. Se até aí e desde 1166 se encontram seis referências, nos decénios seguintes a sua frequência cresce exponencialmente, atingindo os 33 registos entre 1181 e 1194. É

¹⁶³ Cf. **CD Gradefes**, doc. 204. Documento de 1 de Fevereiro de 1189.

¹⁶⁴ O conceito de «tenente» pode ser bastante genérico, utilizando-se de forma comum com uma conotação jurisdicional, indicando geralmente o governador de concessões administrativas atribuídas pelo rei (cf. José Mattoso, «O léxico feudal», in *En torno al feudalismo hispanico: I Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, Fundación Sanchez-Albornoz, 1989, p. 308). Não sendo este o lugar para tratar esta questão, a definição de Luís García de Valdeavellano é aqui suficientemente adequada: «*el “rico-hombre” a quien el rey atribuía el gobierno de un territorio, población o plaza fuerte del reino, que dependían directamente de la autoridad o señorío real (“realengo”), recibía la administración de los mismos en honor o tenencia, o sea, como un “beneficio” que le otorgaba el monarca, y de ahí que en el siglo XII se diesen preferentemente en Castilla los nombres de honor y tenencia a las concesiones beneficiarias, que antes se habrían llamado también tierra, pero que ahora atribuían al concesionario funciones de gobierno y jurisdicción en un distrito, ciudad fortaleza o señorío, al propio tiempo que las rentas y gabelas debidas en los mismos al fisco regio. Por extensión se llamaron también honores y tenencias los territorios, ciudades, villas, señoríos y castillos objeto de esta concesión real, es decir, que habían sido cedidos por el rey en “beneficio” invistiendo al concesionario con poderes públicos y jurisdiccionales; y el nombre de tenencia se aplicó, sobre todo, a los castillos que el rey entregaba en prestimonio a un magnate o caballero para que los tuviese abastecidos en hombres y armas, cuidase del buen estado de sus defensas y percibiese por lo menos una parte de sus rentas.*» (cf. *Señores y burgueses en la Edad Media hispana*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2009, pp. 124-125).

¹⁶⁵ O primeiro é de 24 de Janeiro de 1166 (cf. **CD Gradefes**, doc. 98) e o segundo de 25 de Outubro (cf. *ibidem*, doc. 100). Nas duas são indicados, como referência jurisdicional, «*Fernando Brauoio et dom Tello in Ceia*».

¹⁶⁶ Garcia Peres tinha falecido em Setembro de 1164 (cf. Damián Yañez Neira, «El Monasterio de Santa María la Real de Gradefes y sus abadesas», *cit.*, p. 30).

¹⁶⁷ É assim mencionado num documento de 17 de Abril de 1161 — «*Garcia Petri tenentibus Ceiam per medium*» —, como já fora na carta de arras de D. Telo Peres, datada nesse mesmo ano, a 22 de Janeiro — «*Garcia Petriz et Fernando Bravo in ceia*». (cf. **CD Gradefes**, docs. 92 e 91, respectivamente).

¹⁶⁸ Cf. **CD Gradefes**, docs. 116 e 120. O primeiro é de 15 de Agosto, o outro não tem indicação do dia.

¹⁶⁹ Cf. **CD Sahagún**, t. IV, doc. 1383 e **CD Benevívere**, doc. 17.

mentionado como tenente de Cea três vezes em 1181¹⁷⁰; quatro em 1182, sendo que na primeira carta deste ano é também apontado como tendo a Cantábria¹⁷¹; uma em 1183¹⁷²; duas em 1184¹⁷³, ano em que também se encontra um outro documento que informa que tem a Cantábria¹⁷⁴; três em 1185¹⁷⁵; outras tantas em 1186¹⁷⁶; apenas uma no ano seguinte¹⁷⁷; duas em 1188¹⁷⁸; outras duas em 1189¹⁷⁹, ano em que surge por três vezes como tenente de Melgar¹⁸⁰; três em 1190¹⁸¹; apenas uma em 1192¹⁸²; três em 1193¹⁸³; e, por último, uma vez em 1194, quando também detém a tenência de Grajal¹⁸⁴.

Ou seja, tenente de Cea, eventualmente ininterruptamente, entre 1166 e 1194. Da Cantábria em 1182 e 1184, de Melgar em 1189 e de Grajal em 1194. A sucessão no trono leonês, com as disputas que depois advêm, merece alguma atenção, uma vez que durante este período as tenências da fronteira teriam certamente adquirido um acréscimo da sua importância.

Fernando II de Leão tinha falecido em em 22 de Janeiro de 1188, tendo sido aclamado Afonso IX, seu filho, havido de Urraca de Portugal, após curta disputa com Urraca Lopes de Haro, última esposa do falecido rei, que com o apoio dos seus irmãos, com importantes possessões em Leão, reclamava o trono para o seu filho, o infante D.

¹⁷⁰ Cf. **CD Sahagún**, t. IV, docs. 1401 e 1403, de 31 de Janeiro e 6 de Dezembro, e **CD Trianos**, doc. 45, sem indicação do dia.

¹⁷¹ Cf. **CD Gradefes**, docs. 160, 161 e 163, de 26 de Março, 27 de Março e 10 de Abril, e **CD Trianos**, doc. 16, de 21 de Julho. Estes diplomas de Gradefes utilizam a expressão «*Tellus Petriz in Cea*» e «*Tellus Petriz in Ceia et in Cantábria*», no caso do doc. 160. O de Trianos sublinha um aspecto mais bélico da tenência: «*Tellus Petriz, tenens turres Ceie*».

¹⁷² Datado de 15 de Maio: «*Tenente Ceia dom Tello*» (cf. **CD Trianos**, doc. 19)

¹⁷³ Cf. **CD Sahagún**, t. IV, doc., 1411, de 2 de Junho; e **CD Gradefes**, doc. 182, de 27 de Novembro.

¹⁷⁴ Cf. **CD Sahagún**, t. IV, doc. 1412, de 30 de Junho: «*Tello Petri Cantabriam*».

¹⁷⁵ A 17 de Fevereiro, 2 de Março e 30 de Novembro (cf. *ibidem*, docs. 1417, 1418 e 1421)

¹⁷⁶ A 24 de Abril, 15 de Junho, sendo que um dos documentos não menciona o dia (cf. *ibidem*, docs. 1425, 1427 e 1430)

¹⁷⁷ A 16 de Outubro (cf. *ibidem*, doc. 1432).

¹⁷⁸ A 1 de Maio e a 16 de Agosto, utilizando esta última carta a expressão «*domnus Tellus, qui tunc terram istam [Cea] tenebat*» (cf. *ibidem*, docs. 1437 e 1440).

¹⁷⁹ A primeira das quais a 1 de Fevereiro, apresentando-o como «*Dom Tello potestas in Ceia*» (**CD Gradefes**, doc. 204) e a segunda a 31 de Março (cf. **CD Sahagún**, t. IV, doc. 1447).

¹⁸⁰ A 25 de Maio (cf. *ibidem*, doc. 1448), a 26 de Julho (cf. Luis, Fernandez Martín «Colección diplomática del Monasterio de Santervás de Campos», *Archivos Leoneses*, 64, 1978, pp. 183-214, doc. 9) e a 18 de Novembro (cf. **CD Sahagún**, t. IV, doc. 1451). Curiosamente, neste último documento é indicado o seu filho primogénito, Afonso Teles, como tenente de Cea. Este facto não é novo, pois já em 1182 Afonso Teles surgira com esta tenência, no mesmo ano que o pai. Esse aspecto será analisado mais adiante.

¹⁸¹ Duas escrituras de 3 de Outubro e de 8 de Dezembro (cf. *ibidem*, doc. 1454 e **CD Gradefes**, doc. 209). A terceira apenas indica o ano (cf. **CD Sahagún**, t. IV, doc. 1458).

¹⁸² Cf. *ibidem*, doc. 1454.

¹⁸³ A 30 de Janeiro, 10 de Abril e 16 de Dezembro (cf. *ibidem*, docs. 1472, 1476 e 1491). Os últimos documentos são bastante interessantes, pois no segundo Afonso Teles é referido como tenente de Grajal mas em Dezembro ostenta a tenência de Melgar, sendo Fernando Mouro [Mauri] quem detém Grajal.

¹⁸⁴ Registo datado de 14 de Dezembro (cf. **Alfonso VIII**, doc. 632).

Sancho¹⁸⁵. Os castelhanos aproveitaram esta disputa, ocupando alguns castelos, designadamente Alba, Lima, Portilla e, na Tierra de Campos, Valderas, Bolanões, Santervás, Villavicencio e Melgar¹⁸⁶. É bastante provável que Telo Peres tenha intervindo nestas operações, algumas delas localizadas próximo da sua área de actuação. Talvez se justifique assim a tenência de Melgar que ostenta um ano depois.

O novo rei de Leão ter-se-á encontrado em meados de Maio de 1188, em Soto Hermoso, com o seu homólogo castelhano a fim de manter a paz acordada em 1183¹⁸⁷. Ficara decidido que Afonso IX casasse com uma das filhas de Afonso VIII, não obstante a consanguinidade, uma vez que eram ambos netos de Afonso VII. Em Junho de 1188, em Carrión, confirmavam-se as negociações para o enlace — embora a necessária dispensa papal para o celebrar se afigurasse como extremamente difícil — e o leonês era armado cavaleiro pelo futuro sogro numa cerimónia em que, como combinado, lhe beijava a mão, o que era obviamente visto como um rebaixamento ao castelhano¹⁸⁸. O casamento ficava combinado mas adiado. Contudo, dois anos depois, o monarca leonês cancelava este acordo matrimonial ao tratar do seu casamento com D. Teresa, infanta portuguesa, filha de Sancho I, apesar de também aqui se verificarem ligações de consanguinidade idênticas, uma vez que tanto ele como Teresa eram netos de Afonso Henriques. O que não impediu que fosse celebrado em 1191¹⁸⁹.

Criava-se assim uma aliança luso-leonesa a que se veio juntar depois Aragão, numa confederação formada em Huesca a 12 de Maio de 1193. Os três reinos combinavam não fazer pazes separadas com Castela sem mútuo consentimento de cada um deles, bem como auxílio numa guerra contra aquele reino. Durante este período de recrudescimento de tensões, e dada a sua ausência da corte, onde não testemunha documentos conhecidos, é quase seguro que Telo Peres se manteve na zona de Campos, bem no seguimento do que vinha a acontecer desde os conflitos havidos uma década antes com Leão.

Apesar de tudo, noutros campos, as forças pareciam favorecer Afonso VIII. A não dispensa papal e posterior anulação do enlace entre Afonso IX e Teresa de Portugal — uma vitória da diplomacia castelhana —, viria alterar aquela situação. Em 1194, o papa Celestino envia à península o cardeal de Santangelo que, conseguindo lograr a separação dos reis leoneses e as pazes de Castela e Aragão, consegue evitar que as tensões

¹⁸⁵ Cf. *ibidem*, 1º vol, pp. 702-703.

¹⁸⁶ Cf. *ibidem*, 1º vol, p. 703.

¹⁸⁷ Cf. *ibidem*, 1º vol, p. 704.

¹⁸⁸ Cf. *ibidem*, 1º vol, pp. 704-705.

¹⁸⁹ Cf. *ibidem*, 1º vol, pp. 719 e **D. Sancho I**, p. 149.

terminassem em guerra aberta. Além disso, consegue combinar um encontro entre Afonso VIII e Afonso IX, que se veio a realizar em Abril desse ano em Tordehumos, na Tierra de Campos¹⁹⁰.

Apesar da complexidade do problema da fronteira de Campos, que continuava a ser o principal ponto de discórdia, chegava-se a um entendimento, muito por pressão do enviado papal. Afonso VIII ficava obrigado a entregar a Leão, uns imediatamente e outros após a sua morte, os castelos ocupados durante o conflito entre D. Afonso IX e Urraca Lopes de Haro, excepto Melgar. Ora a tenência desta terra não fora mantida durante muito tempo por D. Telo. A 8 de Dezembro de 1190 era apresentado como tenente de Melgar um certo Martim Garcia¹⁹¹, ano que Afonso Teles também o era¹⁹². Este último também mantinha Melgar no ano seguinte, em dia incerto¹⁹³. Contudo, no mesmo mês em que se assinava o tratado de Tordehumos, em Maio de 1193, era indicado como sendo aí tenente Fernando Garcia, que também detinha Escobar¹⁹⁴. Curiosamente, no final do ano era Afonso Teles que surgia como tenente de Melgar¹⁹⁵, o que implica ou uma impressionante volatilidade dos cargos ou a possibilidade de Fernando Garcia e Martim Garcia serem dependentes de Telo Peres ou de Afonso Teles, que ocasionalmente teriam detido o comando, por delegação, da fortaleza de Melgar¹⁹⁶. Algo que a documentação não confirma e que não passa de uma hipótese de fundamento questionável¹⁹⁷.

Mas é Cea que D. Telo Peres tem durante mais anos, até 1194, como foi visto. A partir desta data não encontramos em mais nenhuma ocasião a indicação de Telo Peres como tenente de qualquer terra, e vemos o seu filho Afonso Teles a ocupar a tenência de Cea, situação que já se verificava desde muito antes. Este já em 1182 surgia num documento como tenente de Cea e a partir de 1187 começa a ser mencionado assim com

¹⁹⁰ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol., pp. 312-313.

¹⁹¹ Cf. **CD Gradefes**, doc. 209.

¹⁹² Na doação da de Igreja de San Miguel de Melgar, feita pelo concelho de Melgar ao mosteiro de Trianos, com todos os seus dízimos, primícias e direitos e com a terça, mencionava-se que «*entonces tenía a Melgar el señor don Allonzo Téllez*». Documento sem indicação do dia, pub. em **CD Trianos**, doc. 40.

¹⁹³ Cf. **CD Trianos**, doc. 46.

¹⁹⁴ Documento de 27 de Abril de 1193 (cf. **CD Sahagún**, t. IV, doc. 1477).

¹⁹⁵ Documento de 16 de Dezembro de 1193 (cf. *ibidem*, doc. 1481).

¹⁹⁶ José Mattoso já apontou o acentuado carácter transitório das tenências de fronteira e a concessão em préstamo ou subenfeudamento de tenências por parte do seu detentor (cf. *Ricos-Homens... cit.*, pp. 131-145).

¹⁹⁷ Não é fácil identificar este Martim Garcia. Quanto a Fernando Garcia, que pelo patronímico poderá até tratar-se de um parente do primeiro, deve tratar-se do mesmo nobre que se destacou nas Navas e que é, apesar da falta de documentos que o comprovem, apontado como pai de García Fernandes de Villamayor, que será mais tarde mordomo-mor das rainhas D. Leonor e D. Berenguela e do rei D. Fernando III (cf. Ignacio Álvarez Borge, «Los dominios de un noble de la corte castellana en la primera mitad del siglo XIII. García Fernández de Villamayor», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVIII, nº. 230, 2008, pp. 647-706).

alguma regularidade, inclusive nos anos em que o pai também o é¹⁹⁸. O facto poderia causar estranheza na medida em que sendo a tenência um benefício individual, outorgada segundo uma lógica coeva que não se pode eximir aos esquemas da mentalidade feudal, a circunstância de em determinados anos serem indicados como tenentes da mesma terra ora Telo Peres ora o seu filho faz desta cedência uma concessão quase «patrimonial». Ou pelo menos algo que parece pertencer ao âmbito familiar, podendo ser assumido pelo pai ou pelo filho que a ele se associa no desempenho das funções de tenente. Eventualmente ao filho quando o progenitor não estivesse presente, como uma delegação do senhor oficial ao detentor ocasional. Porém, a verdade é que a hereditariedade das tenências não era desconhecida, circunstância que acabava por associar-lhes conotações próprias de uma terra de posse privada¹⁹⁹.

É sobretudo significativo que o período em que Afonso Teles começa a ganhar notoriedade e a aparecer na documentação como tenente de Cea antecede em poucos anos a sua presença na corte de Afonso VIII, que começa a ser regular a partir de Setembro de 1191²⁰⁰. Algo bem diferente do vivido pelo seu pai, que, como foi observado, tinha vindo progressivamente a ausentar-se dela durante os últimos anos. É perfeitamente compreensível aceitar que talvez Telo Peres preparasse, como seria normal ao avançar na idade, a sua sucessão política na pessoa do seu primogénito²⁰¹.

1.2.3. Os últimos anos e a preparação na sucessão na casa

Os últimos anos de vida do senhor de Meneses parecem ser orientados pelas preocupações comuns de um homem que sabe que já percorreu a maior parte da sua vida. Um dos aspectos mais visíveis são os assuntos relacionados com mosteiros e hospitais, que desenvolve já não apenas pela continuação da política de intervenção nas zonas de fronteira, mas certamente também pela sua salvação, que a proximidade do fim da vida

¹⁹⁸ Por exemplo, no ano de 1188, num pequeno intervalo de tempo, vemos Afonso Teles como tenente de Cea num documento de 25 de Abril; poucos dias depois Telo Peres com o mesmo cargo, a 1 de Maio; e Afonso Teles a reaparecer com esta tenência logo de seguida, a 9 de Maio (cf. **CD Trianos**, doc. 31; **CD Sahagún**, t. IV, doc. 1437 e **CD Trianos**, doc. 32, respectivamente). O facto de se tratarem de documentos saídos de chancelarias distintas poderia ajudar a explicar a alteração do nome do tenente, não deixando de transmitir, porém, a ideia de que a tenência tem uma conotação com uma certa «patrimonialidade» familiar.

¹⁹⁹ Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens... cit.*, pp. 137

²⁰⁰ Como já foi referido, Afonso Teles estreia-se a confirmar documentos régios a 17 de Setembro de 1191, e a partir daí a sua presença na corte será constante (cf. **Alfonso VIII**, doc. 1028).

²⁰¹ Afonso Teles confirma o primeiro documento da chancelaria de Afonso VIII a 17 de Setembro de 1191 (cf. *ibidem* doc. 1028). Será uma presença regular e frequente no círculo curial até ao fim do reinado.

tornava agora objectivo com outro significado. O outro aspecto prendia-se com a sua sucessão na chefia da casa, já aflorada atrás.

Já foram focadas atrás as fundações dos mosteiros de Matallana, em 1175, e de Trianos, em 1181. Duas importantes casas monásticas que o fundador não descuidará neste período, mas onde se assiste a uma maior diversificação das suas doações a instituições religiosas.

É provavelmente Telo Peres quem, em 30 de Janeiro de 1191, doa ao Mosteiro de Morerueta toda a herdade que possuía em Vezdemarbán. O documento é emitido em nome de um Telo Afonso que Salazar y Castro identifica como Afonso Teles, mas no final do documento o outorgante afirma «*Ego Don Tello Alfonso e filij mei Gut. Tellez et Tel Tellez*»²⁰². Ora além de Telo Teles e Guterre Teles serem nomes que não coincidem com os dos filhos de Afonso Teles, correspondem aos dos seus dois irmãos, pelo que se tratará de um erro de transcrição e o doador em questão seja de facto Telo Peres.

Como foi visto atrás, algumas das terras doadas por D. Telo ao mosteiro de Trianos em 1185 San Nicolás e as herdades em Villacreces. Dez anos depois, a 28 de Junho de 1195, assinava-se um acordo entre D. Telo Peres, o abade e o mosteiro, pelo qual estas mesmas terras seriam cedidas pelo mosteiro para o sustento de 13 leprosos num hospital em San Nicolás, administrado por um prior nomeado pelo abade²⁰³. É possível que também aqui Afonso VIII estivesse por detrás desta fundação, na medida em que adquirira a igreja de San Nicolás aos templários em 26 de Janeiro de 1183²⁰⁴, e que o acordo assinado em 1195 se tratasse de um compromisso anteriormente assumido entre D. Telo, o rei e o mosteiro de Trianos²⁰⁵. O fundador, o promotor e o responsável. As doações ao hospital seriam depois alvo de favor de Afonso VIII, que os eximia de tributação e cargas²⁰⁶.

Pouco tempo depois, a 9 de Julho de 1195, Telo Peres, com o assentimento dos seus cinco filhos, pela sua alma e pela alma dos seus pais, fazia uma importante doação ao mosteiro de Sahagún: as igrejas de Villanueva de San Mancio e algumas propriedades e igrejas associadas, com a condição de haver sempre doze sacerdotes em San Mancio²⁰⁷. Estas igrejas constituíam o mosteiro de San Mancio, já existente desde pelo menos 1070, e

²⁰² Cf. **Salaraz y Castro**, mç. D-16, fl. 59.

²⁰³ Cf. **CD Trianos**, doc. 59.

²⁰⁴ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 2.

²⁰⁵ Cf. *ibidem*, p. 115.

²⁰⁶ Em data incerta este monarca iria isentar de tributação e cargas os «collazos» dados por D. Telo ao Hospital de San Nicolás (cf. **Alfonso VIII**, doc. 959). Deverão tratar-se das cedências mencionadas.

²⁰⁷ Cf. **CD Villanueva de San Mancio**, doc. 3. Tratam-se das herdades de Pinela, em San Mancio, de Escobar de Campos, e as igrejas de Pozuelos e de San Felices com as respectivas herdades. Todas elas já estavam associadas ao mosteiro de San Mancio.

que teria chegado à posse de Telo Peres de forma que não se conhece. Neste ano, com esta doação, passava à jurisdição e governo do abade de Sahagún²⁰⁸.

Nesse mesmo mês, feitas as pazes com os outros reinos cristãos e seguras as fronteiras, Afonso VIII retoma a luta contra os muçulmanos, vindo a ser derrotado a 19 de Julho de 1195 em Alarcos, onde quase perde a vida, iniciando a batalha antes de os reis de Leão e de Navarra, que haviam prometido ajuda, terem chegado junto de si²⁰⁹. É provável que pela idade avançada Telo Peres não tivesse acompanhado o monarca nesta desventurada expedição, mas é quase certo que o seu primogénito Afonso Teles nela participasse, uma vez que se encontra junto de Afonso VIII nove dias depois da batalha, em Toledo²¹⁰.

Afonso IX terá aproveitado este momento para fazer valer as suas reclamações relativamente a Castela, e para, de certa forma, desferrar-se da humilhação sofrida em Carrión, em Maio de 1188, fazendo não apenas as pazes com os muçulmanos mas ainda assinando com estes um tratado de aliança. No ano de 1196, a 24 de Abril, o rei leonês invade a Tierra de Campos, acompanhado por uma força islâmica, chegando a Villasirga, poucos quilómetros a este de Carrión, recolhendo depois aos seus territórios²¹¹. No dia anterior, em Olmedo, Afonso VIII tinha confirmado a Telo Peres as suas herdades de Villafrechós²¹², terra que pertencera anteriormente ao reino de Leão²¹³. Recompensava — ou garantia — assim, mais uma vez, a fidelidade do senhor de Meneses, que se terá eventualmente oposto ao avanço leonês dentro das suas capacidades, ao contrário de outros, como alguns indivíduos de Villagarcía, que ajudaram Afonso IX a tomar a vila. No

²⁰⁸ Cf. **História do Mosteiro de Sahagún**, p. 253. O facto de a doar em sua salvação e dos seus pais poderá indicar que teria recebido a igreja de San Mancio através de um dos progenitores. A passagem para a tutela do Mosteiro de Sahagún seria confirmada a 12 de Julho de 1199 pelo papa Inocêncio III (cf. **CD Villanueva de San Mancio**, doc. 5).

²⁰⁹ As crónicas apresentam versões não coincidentes, como seria natural. Enquanto o arcebispo D. Ximenes de Rada afirma que «*el rey Alfonso de León y el rey Sancho de Navarra habían fingido acudir en su ayuda a la batalla de Alarcos*» (**De Rebus Hispaniae**, p. 300), na **Crónica Latina**, p.13, diz-se que «*tampoco quiso el glorioso rey de Castilla esperar al rey de León, que marchaba en su ayuda y que se encontraba ya en tierras de Talavera, por más que este consejo le fuese dado por algunos hombres prudentes y expertos en cosas de guerra*» e na **Crónica de Veinte Reyes**, pp. 279-280, algo idêntico, adiantando que os nobres se sentiam desagradados por algumas observações do rei em relação à sua capacidade militar, que equiparava à das milícias concelhias, o que teria conduzido a um pior desempenho dos primeiros: «*[Afonso VIII] no quiso atender al rrey de León nin al rrey de Nauarra, mas atendiólos [os muçulmanos] com sus rricos omnes e com sus conçejos que pudo auer más a mano. E don Diego, señor de Vizcaya e todos los fijosdalgo no estauan pagados del rrey porque dixera que tan buenos eran los caualleros de las Estremaduras de las villas commo los fijosdalgo e tan bien caualgantes commo ellos, e que tanto bien faríen commo ellos. E por esta razón non lo ayudaron en aquella lid commo deuíen que non eran caualleros sus coraçones, porque touieran que les fizieran grand desonrra*».

²¹⁰ Documento de 28 de Julho (cf. **Alfonso VIII**, doc. 646).

²¹¹ Cf. *ibidem*, 1º vol., pp. 716-717.

²¹² Cf. *ibidem*, doc. 655.

²¹³ Cf. *ibidem*, 1º vol., pp. 717.

ano seguinte era precisamente a Telo Peres que Afonso VIII entregava umas herdades em Villagarcía, confiscadas aos mesmos indivíduos que a haviam entregado ao rei leonês²¹⁴. Não seria a última vez que receberia o obséquio régio, pois passados dois anos, em Palencia, a 8 de Maio de 1198, Afonso VII iria isentar de tributação os solares e «collazos» de Villacreces, pertencentes a D. Telo²¹⁵.

O seu interesse pelas instituições religiosas prolonga-se até ao fim da sua vida. A 6 de Dezembro de 1196 fundava um outro hospital de leprosos em Villamartín, perto de Carrión, confiando-o à Ordem de Santiago²¹⁶. No ano seguinte, a 20 de Julho de 1197, fazia um escambo — aprovado por Afonso VIII — com a Igreja de Santa Maria de Valladolid entregando uns terrenos e uma azenha em Cabezón, recebendo em troca a igreja de Santa Maria de Campo Raso e as herdades que a Igreja de Valladolid tinha em Boadilla de Rio Seco, com todas as suas pertenças²¹⁷. Noutras ocasiões beneficiava casas já erigidas, como acontece a 28 de Fevereiro de 1198, quando, com os seus filhos, doa ao hospital de San Nicolás uma terra que possuía no alfoz de Cea, no lugar denominado Molino de Orrio²¹⁸; ou a 17 de Março de 1198, quando doa ao mosteiro de San Mancio umas casas em Sahagún para que com as suas rendas se pagasse a iluminação dos altares da igreja de Villanueva de San Mancio²¹⁹. O seu último documento conhecido é mesmo uma doação ao mosteiro de Trianos, datada do ano de 1200, sem indicação do dia, das herdades em Aguilar de Campos que havia recebido de Afonso VIII²²⁰.

Terá falecido nesse mesmo ano ou no início de 1201, antes de 25 de Abril de 1201, pois neste dia Afonso Teles cedia ao mosteiro de Sahagún, pela sua saúde e «*pro remedio patris et matris*», o lugar de Villanueva de San Mancio e o que tinha em Fuenteungrillo, recebendo em troca, em prestimónio vitalício, a casa de Canaleja com a sua igreja e 200 maravedis²²¹. Esta doação já estaria a ser preparada pelo seu pai, pois inscreve-se na lógica de continuidade iniciada com a transferência da jurisdição do mosteiro de San Mancio para Sahagún. É bastante provável, todavia, que já não estivesse vivo a 23 de Junho de 1200,

²¹⁴ Doação de 21 de Agosto de 1196, passada em Palazuelos de Vedija (cf. *ibidem*, doc. 656).

²¹⁵ Cf. *ibidem*, doc. 666. Uma vez que nada o indica no documento, devem tratar-se de outras propriedades que não as cedidas ao mosteiro de Trianos em 1185 e depois associadas ao Hospital de San Nicolás em 1195.

²¹⁶ Pub. em Juan Uría Rúa, *Obra Completa, II. Las Peregrinaciones a Santiago y San Salvador*, vol. II, Oviedo, KRK Ed. / Universidade de Oviedo, 2006, pp. 1417-1418.

²¹⁷ Cf. **Documentos da Igreja Colegial de Valladolid**, 1º vol., doc. LXIII.

²¹⁸ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 3.

²¹⁹ Cf. **CD Villanueva de San Mancio**, doc. 4.

²²⁰ Cf. **CD Trianos**, doc. 72. Não se sabe quando recebera estes bens, que compreendiam casas, terras, vinhas, hortas, prados e respectivos direitos.

²²¹ (cf. **CD Sahagún**, vol. V, doc. 1545)

quando Afonso Teles, com o aval dos irmãos Telo Teles e Soeiro Teles, faz outro negócio com Sahagún, recebendo a vila de Boadilla de Rioseco, com a sua igreja e moinhos, e cedendo ao mosteiro 120 jugadas de terra em Villanueva de San Mancio²²². A concordância dos irmãos neste escambo faz supor que se tratava de propriedade familiar, que o chefe da família, agora Afonso Teles, empregava num trato anteriormente preparado pelo seu pai, ou pelo menos numa troca coerente com as suas acções.

Segundo Modesto Salcedo²²³, D. Telo sobrevivera alguns anos à esposa, D. Guntrodo, que teria falecido por volta do ano de 1195. Nesse ano, a 24 de Novembro D. Telo e os seus filhos outorgavam uma carta de manumissão à escrava Sancha Afonso e a toda a sua descendência pela alma do próprio D. Telo e pela da sua esposa²²⁴. De acordo com aquele autor, D. Guntrodo já teria falecido, uma vez que não é indicada como concessora no documento, e parece ter sido a sua morte a razão pela qual a alforria é efectuada. É possível que assim seja, mas é certo que a última vez que se tem notícia da existência de D. Guntrodo é dez anos antes, em 18 de Outubro de 1185, quando Afonso VIII confirma a D. Telo e a D. Guntrodo a compra do infantado de Villacreces, do realengo de Bustillo e da vila de Tordillos, feita pelo casal, ao mosteiro e abadessa de Gradefes, que na altura era D. Teresa Peres, mãe de D. Guntrodo²²⁵. Porém, a partir desta data, desaparece dos documentos em negócios semelhantes, nos quais sempre fora citada, como era comum. Em 1187, em dia não discriminado, a mencionada Teresa Peres e a sua sobrinha Escalona concertam um acordo sobre certos bens com os filhos de Telo Peres, designadamente Afonso Teles, Garcia Teles, Telo Teles e Soeiro Teles²²⁶. As duas primeiras entregavam algumas herdades que tinham em Villalmán, San Miguel, Vega e Villa Gaan (sic)²²⁷ ao Mosteiro de Gradefes e as herdades que deviam haver no rio Sequillo, em Villalmán com os filhos de Telo Peres, seus netos e primos — *«filiis Teli petriz meis neptis et primis de me eslonza lopez»* — davam-nas a estes últimos, que imediatamente as cediam ao mosteiro. É provável que D. Guntrodo tivesse direitos sobre as herdades do rio Sequillo e que, tendo falecido entre 18 de Outubro de 1185 e a data desta concórdia — 1187 —, os seus filhos se manifestassem agora, como seus legítimos

²²² Cf. **CD Gradefes**, doc. 73.

²²³ Cf. *La familia "Téllez de Meneses...cit.*, pp. 109-110.

²²⁴ Cf. **CD Gradefes**, doc. 233. Afonso Teles é então tenente de Cea e Grajal.

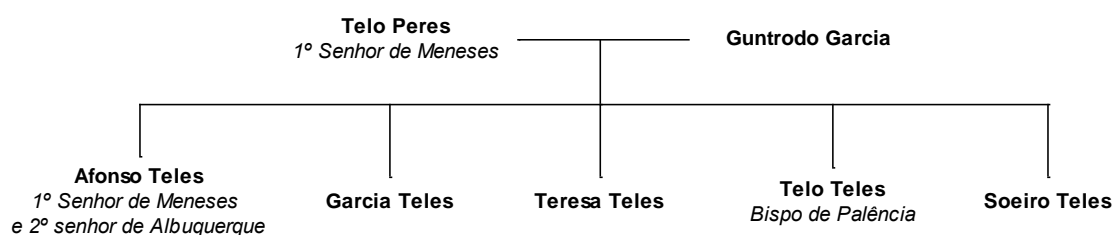
²²⁵ Cf. **CD Gradefes**, doc. 187.

²²⁶ Cf. **CD Gradefes**, doc. 198.

²²⁷ San Miguel deverá tratar-se de San Miguel de la Escalada, a sul de Gradefes. Vega é uma indicação muito vaga, dada a quantidade de localidades assim designadas na região, mas poderá tratar-se de Vega del Monasterio, a norte de Gradefes. «Villa Gaan» não foi identificada, podendo tratar-se da deturpação do nome «Villarán».

herdeiros e sucessores nesses mesmos direitos, junto das outras senhoras das herdades, D. Teresa e D. Eslonza, mãe e prima, respectivamente, da malograda D. Guntrodo. Neste acórdão não é mencionada Teresa Teles, a única filha conhecida de D. Telo, ao contrário do documento de alforria da escrava Sancha em 1195, onde surgem os cinco filhos dos senhores de Meneses, pela seguinte ordem, que muito provavelmente segue o critério de idades: Afonso, Garcia, Teresa, Telo e Soeiro²²⁸.

Árvore Genealógica 5 – *Filhos de Telo Peres e Guntrodo Garcia*



Os irmãos não irão confirmar mais documentos conjuntamente. Três anos depois, a 28 de Fevereiro de 1198, são apenas Afonso, Telo e Soeiro quem com o pai entregam a terra em Cea, no Molino de Orrio, ao hospital de San Nicolas²²⁹, desaparecendo Garcia e Teresa Teles da documentação. Modesto Salcedo defende que este desaparecimento indica que Garcia e Teresa deverão ter falecido entretanto, uma hipótese válida, apesar de inconclusiva²³⁰. Já os outros três, liderados pelo mais velho de entre eles, Afonso Teles, iriam viver um dos períodos de maior vigor e relevância sócio-política na história da família. Um período cujas sólidas bases, sobre as quais iriam assentar o prestígio e poder da linhagem, haviam sido lançadas pelo patriarca, Telo Peres.

Falecido na viragem de século, este conseguiu, não apenas pela sua origem, que apesar de obscura seria distinta, mas sobretudo através da sua participação activa nas políticas de Afonso VIII, alcançar uma posição social e política bastante relevante. Além de manter uma presença com alguma frequência — mas não constante — na corte, no centro de decisão política do reino, destaca-se na luta contra os muçulmanos e sobretudo na sua zona de origem, na região ocidental de Castela, onde o monarca, dadas as disputas com Leão, necessitava de alguém da sua confiança. Alguém que, além de deter um papel

²²⁸ Cf. **CD Gradefes**, doc. 233. Os mesmos cinco filhos já eram nascidos em 1175, constando pela mesma ordem no documento de fundação do mosteiro de Matallana (cf. **CD Matallana**, doc. 6).

²²⁹ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 3.

²³⁰ Cf. *La familia "Téllez de Meneses...cit.*, p. 110.

de supervisão, com competências militares e administrativas, neste caso particular, gerisse ainda as relações com as instituições estabelecidas localmente, designadamente os mosteiros, de forma a que determinados objectivos políticos fossem atingidos. Quando fosse caso disso, que esse alguém promovesse mesmo a erecção de mosteiros com o beneplácito e o capital régios, sempre com o mesmo fito: a criação de uma rede de solidariedades dominadas pelo rei, que lhe permitisse instalar de forma sólida o seu poder numa zona de importante interesse politico-estratégico para o reino.

São essas redes e ligação ao rei que constituirão as principais fontes de poder da família e que permitirão aos filhos de Telo Peres o acesso e permanência nas mais altas esferas sociais e políticas.

2. AFONSO TELES, *O VELHO* E O ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA NO TOPO DA HIERARQUIA NOBILIÁRQUICA

Afonso Teles, denominado como *O Velho* pelo Livro de Linhagens do conde D. Pedro¹, é o filho mais velho de Telo Peres. Como seria normal numa família prestigiada e influente, ganha notoriedade social e política ainda em vida do pai, promovida pelo constante alinhamento e fidelidade deste para com Afonso VIII. Ao longo da sua longa carreira política, iria alcançar e superar até a projecção alcançada por D. Telo, tornando-se um dos mais poderosos nobres castelhanos do final do século XII e inícios do século seguinte, dando não só continuidade ao brilhante percurso de afirmação social e política da família mas ainda iniciando um dos seus períodos de maior fulgor e poder.

2.1. O PODER EM CAMPOS E A INTEGRAÇÃO NA CORTE DE AFONSO VIII

Já foi visto atrás, apesar de Telo Peres participar na luta contra os muçulmanos e de ter sido durante algum tempo um frequentador assíduo da corte, tendo ganho significativa notabilidade em ambos os casos, é na Tierra de Campos, a sua zona de origem, e nas disputas com Leão na fronteira ocidental castelhana que, fazendo valer os seus serviços e capacidade de acção na região de acordo com os interesses políticos de Afonso VIII, consegue fortalecer o seu poder. O percurso de Afonso Teles será significativamente diferente, mas é também a partir daquela região que o irá construir.

Desde cedo, ainda em vida do pai, começa a ser mencionado como tenente de Cea, tendo ainda ocupado outras tenências de terras próximas, designadamente em Grajal, Melgar, Carrión, Mayorga, Cabezón, Tudela, Medina de Rioseco, Montealegre e Portillo. A observação dos períodos em que detém estes cargos ajudam a esboçar o seu papel na sua trajectória política. Aparece mencionado como tenente ou dominando Cea em 1182², de 1187 a 1197³, nos anos de 1199⁴, 1200⁵, 1204⁶, 1205⁷ e surge pelas últimas vezes em

¹ «dom Afonso Teliz, o Velho, d' Alboquerque» (**Livro de Linhagens**, 15B2). O **Livro Velho** chama-o ainda de «Afonso Teles de Castela» (2X7)

² Documento de 8 de Setembro. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1405.

³ Tratam-se dos documentos com as seguintes datas e referências:

- 25 de Novembro de 1187. Cf. **CD Trianos**, doc. 28;
- 24 de Abril de 1188. Cf. **CD Trianos**, doc. 30;
- 25 de Abril de 1188. Cf. **CD Trianos**, doc. 31;
- 9 de Maio de 1188. Cf. **CD Trianos**, doc. 32;
- 18 de Novembro de 1189. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1451;
- 1189, sem indicação do dia. Cf. **CD Trianos**, doc. 38;
- 6 de Novembro de 1190. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1455;

1210⁸. Durante estes anos, e em alguns dos documentos enumerados, é também apontado como tenente de Grajal, nomeadamente entre 1193 e 1197⁹, e nos anos de 1199¹⁰, 1200,

-
- 1191, sem indicação do dia. Cf. **CD Trianos**, doc. 43;
 - 1191, sem indicação do dia. Cf. **CD Trianos**, doc. 45;
 - Maio de 1192, sem indicação do dia. Cf. **CD Trianos**, doc. 47;
 - 26 de Agosto de 1192. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1470;
 - 5 de Fevereiro de 1193. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1473;
 - 8 de Março de 1193. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1474;
 - 31 de Março de 1193, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1475;
 - 27 de Abril de 1193, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1477;
 - 3 de Maio de 1193, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1478;
 - Setembro de 1193, duas cartas, sem indicação do dia. Cf. **CD Trianos**, docs. 49 e 50;
 - 1193, três cartas, sem indicação do dia. Cf. **CD Trianos**, docs. 51, 52 e 53;
 - 8 de Fevereiro de 1194, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1483;
 - 24 de Novembro de 1194, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1493;
 - 1194, sem indicação do dia. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1495;
 - 19 de Junho de 1195, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1499;
 - 20 de Junho de 1195, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1500;
 - 12 de Novembro de 1195. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1504;
 - 24 de Novembro de 1195, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Gradefes**, doc. 233;
 - 1195, sem indicação do dia, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Trianos**, doc. 60;
 - 16 de Setembro de 1196, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Gradefes**, doc. 234;
 - 1196, sem indicação do dia, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1509;
 - 11 de Março de 1197, detendo também a tenência de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1510.

⁴ Os três documentos conhecidos de 1199 registam Afonso Teles também como tenente de Grajal. Um deles é de 17 de Junho mas os outros dois não indicam o dia. Cf. **CD Trianos**, docs. 64, 66 e 67, respectivamente.

⁵ Também neste ano as cartas apontam Afonso Teles como detendo Grajal. São datadas de 8 de Janeiro (cf. **CD Gradefes**, doc. 259); 12 de Março (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1536); e 23 de Maio (cf. **CD Trianos**, doc. 71).

⁶ Uma escritura de 9 de Setembro e outra sem informação do dia, nas quais Afonso Teles detém ainda Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1561 e **CD Trianos**, doc. 79, respectivamente.

⁷ Apenas um documento, em que Afonso Teles tem igualmente Grajal, de 1 de Março. Cf. **CD Gradefes**, doc. 286.

⁸ Por duas ocasiões, a 11 de Outubro e uma outra sem a discriminação da data, ambas com a posse de Grajal. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, docs. 1577 e 1579, respectivamente.

⁹ As cartas são as seguintes, arrolando-se novamente algumas das já mencionadas para uma leitura mais fácil:

- 31 de Março de 1193, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1475;
- 10 de Abril de 1193. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1476;
- 27 de Abril de 1193, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1477;
- 3 de Maio de 1193, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1478;
- 8 de Fevereiro de 1194, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1483;
- 24 de Novembro de 1194, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1493;
- 19 de Junho de 1195, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1499;
- 20 de Junho de 1195, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1500;
- 24 de Novembro de 1195, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Gradefes**, doc. 233;
- 1195, sem indicação do dia, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Trianos**, doc. 60;
- 16 de Setembro de 1196, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Gradefes**, doc. 234;
- 1196, sem indicação do dia, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1509;
- 11 de Março de 1197, detendo também a tenência de Cea. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1510;
- 9 de Abril de 1197. Cf. **CD Gradefes**, doc. 236;
- 11 de Dezembro de 1197. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1515.

¹⁰ Há apenas dois documentos onde surge apenas com a tenência de Grajal: um de 4 de Fevereiro e outro de 5 de Junho (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, docs. 1522 e 1526). E os três documentos já mencionados na nota nº 3 deste capítulo.

1204, 1205 e 1210¹¹. Com menor frequência, é-lhe também atribuída o domínio sobre Carrión, em 1191¹², 1192¹³, 1193¹⁴, 1195¹⁵, 1196¹⁶ e 1202¹⁷. Esta tenência tem a particularidade de ser tida a meias com outro senhor, que nem sempre é o mesmo, pois nos anos de 1191-1193 é ocupada por Afonso Teles e Rodrigo Guterres Girón, mordomo-mor do reino; e em 1195, 1196 e 1202 já é detida conjuntamente com Gonçalo Rodrigues Girón, filho do primeiro, que entretanto havia falecido¹⁸. Esta transmissão do cargo surge como mais um argumento em favor da existência de uma perspectiva de tenência à qual a noção de hereditariedade não era, obviamente, alheia. Em 1191¹⁹ e 1193²⁰ tem ainda Melgar; e nos anos de 1197²¹ e 1200²² ocupa o cargo em relação a Mayorga.

Na região vallisoletana, Afonso Teles tem ainda a tenência de Cabezón, nos anos 1192, 1195, 1200 e 1201. Não se sabendo outros tenentes entre estes anos, é provável que dominasse esta terra ao longo de todos estes anos. Em 1228 também assim aparece, após um período — anos de 1208 e 1211 — em que o seu irmão Soeiro Teles ocupou o domínio desta terra²³. Contudo, é possível que este se trate de Afonso Teles, filho homónimo e secundogénito de Afonso Teles *o Velho*, e mais tarde conhecido por Afonso Teles de Córdoba. À data já o seu irmão mais velho, Telo Afonso, detém as tenências de Cea e Grajal²⁴, junto à fronteira leonesa, pelo que se pode aceitar que Cabezón fosse ocupado por si. Porém, as informações não são esclarecedoras.

Ainda na mesma área, próxima de Valladolid, Afonso Teles é assinalado no ano de 1202 como tenente de Medina de Rioseco e de Montealegre²⁵.

Há ainda uma interessante escritura de 17 de Maio de 1201 na qual Afonso Teles é mencionado como «*señor de Valladolid et de Cabezón, et de Tudela, et de Portillo*», todas

¹¹ Para estes quatro anos, vejam-se as notas 4 a 7 deste capítulo.

¹² Documento de 27 de Agosto. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1463.

¹³ Carta de 3 de Outubro. Cf. *ibidem*, vol. IV, doc. 1471.

¹⁴ Em duas escrituras de 5 de Junho. *ibidem*, vol. IV, docs. 1479 e 1480.

¹⁵ Uma carta de 25 de Agosto. Cf. *ibidem*, vol. IV, doc. 1503.

¹⁶ Três documentos, de 6 de Janeiro, 19 de Março e 1 de Maio. Cf. *ibidem*, vol. IV, docs. 1506, 1507 e 1508, respectivamente.

¹⁷ Apenas um diploma, de Fevereiro de 1202, sem indicação do dia. Cf. *ibidem*, vol. IV, doc. 1551.

¹⁸ D. Rodrigo Guterres falece em 1193. Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol. p. 360.

¹⁹ Documento sem indicação do dia. Cf. **CD Trianos**, doc. 46.

²⁰ Escritura de 16 de Dezembro. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1481.

²¹ Uma carta de 2 de Dezembro. Cf. **CD Gradefes**, doc. 237.

²² Dois documentos de 16 de Janeiro. Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, docs. 1534 e 1535.

²³ Para os dados relativos à tenência de Cabezón, cf. Carlos Manuel Reglero de la Fuente, *Espacio y poder en la Castilla medieval: los montes de Torozos (siglos X-XIV)*, Diputación Provincial de Valladolid, 1994, pp. 286.

²⁴ É assim apontado em Janeiro de 1228 (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1645). E já ocupava as tenências desde 5 de Setembro de 1225 (cf. *ibidem*, doc. 1635).

²⁵ Cf. Carlos Manuel Reglero de la Fuente, *ob. cit.*, p. 287.

povoações próximas e a Este de Valladolid²⁶. Porque Valladolid era à altura terra de juro e herdade do conde Armengol VIII de Urgel²⁷, cuja posse nele recaíra enquanto descendente de Pedro Ansúrez²⁸, e dada a sua quase permanente ausência desta região, mais preocupado com os seus estados orientais, é tradicionalmente defendido que Afonso Teles desempenhava então o papel de seu tenente em Valladolid²⁹. A verdade é que nada sugere que tenha conservado durante muitos mais anos aquela localidade. Em primeiro lugar, porque não se conhecem mais documentos que o enunciem, e depois porque Armengol VIII iria falecer em 1208, e com a morte deste a posse de Valladolid iria recair para a coroa³⁰. Isto apesar do seu testamento, no qual determinava deixar metade desta terra aos seus herdeiros e a outra metade ao papa Inocêncio III – «*hoc dimitto ei medietatem de Valladolid quod est hereditas mea et aliam medietatem dimitto heredi meo ut eam semper habeat per ecclesiam romanam et per celsitudinem suam et dominus papa faciat heredi meo tenere et possidere in pace*» –, a quem fazia também seu testamenteiro³¹. Em relação às outras terras, a tenência seria ocupada por delegação régia. Como visto atrás, manterá a de Cabezón por mais alguns anos. Quanto a Portillo, não se sabem outras notícias além desta de 1201, ao contrário de Tudela.

Neste caso, Afonso Teles surge ainda como tenente de Tudela em alguns momentos bastante afastados temporalmente, o que pode, tal como acontece com Cabezón, indiciar uma transmissão do cargo para o seu filho homónimo ou uma eventual não continuidade no cargo. Aparece como tal no início do século, numa escritura de em Fevereiro de 1203³² — «*Dominus in Tudela*» — e é possível que tenha mantido esta tenência durante algum tempo. A 8 de Junho de 1226, num privilégio deste rei expedido em Peñafiel e onde se estabelece, após inquirição ordenada pelo rei, a sentença sobre um pleito entre o abade de Santa Maria de Valladolid e o concelho de Tudela acerca da propriedade da aldeia de

²⁶ Trata-se da carta de venda da herdade de Quintanilla por Fernando Gonçalves e a sua mulher ao mosteiro de Retuerta. Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 51.

²⁷ Que assim o afirmava no seu testamento, de Setembro de 1208. Publicado por Diego Monfar y Sors, *Historia de los Condes de Urgel*, tomo I, Barcelona, tip. José Eusebio Monfort, 1853, pp. 433-437.

²⁸ D. Maria, filha segunda deste magnate, desposou Armengol V, conde de Urgel, e foram bisavós de Armengol VIII (cf. Margarita Torres Sevilla, *Linajes nobiliários de León y Castilla... cit.*, p. 357). Valladolid fizera parte do dote de D. Maria, passando assim para a Casa de Urgel (cf. Diego Monfar y Sors, *ob. cit.*, p. 358).

²⁹ Cf. Rafael de Floranes, *Origen de los estudios de Castilla, especialmente los de Valladolid, Palencia y Salamanca*, en que se vindica su mayor antigüedad, s.l., s.n., 1793 [pub. em Miguel Salvá e Pedro Sainz de Baranda, *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, tomo XX, Madrid, Imp. Viuda de Calero, 1852, pp. 51-279], pp. 121-122 e José María Quadrado, *Recuerdos y Bellezas de España. Valladolid, Palencia y Zamora*, Madrid, Imp. de Lopez, 1865, p. 31.

³⁰ Cf. Diego Monfar y Sors, *ob. cit.*, p. 433.

³¹ Cf. Diego Monfar y Sors, *ob. cit.*, p. 437.

³² Cf. **Documentos da Igreja Colegial de Valladolid**, 2º vol., doc. II.

Tovilla, é mencionado que a dita inquirição fora ordenada com o consenso e beneplácito de ambas as partes e de «*domini Aldefonsi Telli, qui tunc temporis Tudelam de manu nostra tenebat*»³³. Contudo, não é possível saber a data do início da disputa, que poderia reportar-se a alguns anos. Seria, contudo, conjuntamente com Cabezón, a única tenência que detinha após os primeiros anos do século XIII. Durante este período, como se viu, foi tenente muitas outras terras na região ocidental da Tierra de Campos.

Ou seja, ocupa tenências na região ocidental de Campos desde 1182, de forma praticamente contínua entre 1187 e 1205 e pela última vez no ano de 1210. Também as tem na área de Valladolid entre 1192 e 1203, e eventualmente, apenas em duas ocasiões conhecidas, em 1226 e 1228.

Nunca é demais recordar que o seu pai dominava Cea entre 1166 e 1194 e Grajal em 1194, em momentos simultâneos aos de Afonso Teles, e certamente de forma concomitante, e Melgar em 1189, em momento anterior àquele em que este tem esta terra.

Considerando que D. Telo, pela sua carta de arras, terá casado por volta de 1161 e que Afonso Teles é o mais velho dos seus filhos, terá no máximo uns 20 anos quando é mencionado pela primeira vez a ocupar a tenência de Cea — a 8 de Setembro de 1182 —, num momento em que as relações com Leão viviam alguma tranquilidade, após o tratado de Medina del Campo, de 21 de Março de 1181, e poucos meses antes das negociações de Paradinas, concluídas a 2 de Fevereiro de 1183. Contudo, nos anos seguintes não se sabem documentos que permitam dizer que a manteve.

A posse contínua de Cea parece iniciar-se nos finais de 1187, a 25 de Novembro, quase simultaneamente com a morte de Fernando II no Janeiro seguinte e a posterior aclamação de Afonso IX. Uma sucessão algo conturbada, durante a qual os castelhanos irão ocupar em Leão alguns castelos que serão motivo de disputa ulterior³⁴, incluindo Melgar, cuja tenência será depois confiada a Telo Peres, primeiro, e a Afonso Teles, depois. Apesar dos encontros de Soto Hermoso, em Maio de 1188, e da cúria de Carrion no mês seguinte terem apaziguado as relações, a tensão entre os dois reinos não seria eliminada, como bem se veria pela actuação de Afonso IX nos anos seguintes, aproximando-se de Portugal e preparando a ruptura com Castela³⁵. A entrada na vida política por parte de Afonso Teles, que se inicia enquanto tenente de Cea, faz-se

³³ Cf. *ibidem*, doc. XXIII.

³⁴ Veja-se o capítulo anterior, relativo a Telo Peres.

³⁵ Assunto já abordado no capítulo anterior.

enquadrada neste cenário de tensão, ao lado do pai, cuja importância nas relações de fronteira entre Castela e Leão já foram observadas.

É preciso observar que o papel de D. Telo em Campos levava a que, muito provavelmente por iniciativa sua mas com a aprovação régia, optasse por tornar mais intensa a sua presença nessa região a partir de 1179, tornando-se em contrapartida, uma figura mais ausente das zonas de conflito com os muçulmanos e do círculo cortesão, confirmando desde essa data um número bastante reduzido de documentos até 1196 — e que se tratam na maior parte das vezes de tratados com outros reinos, o que é revelador do seu prestígio³⁶, além daqueles em que é ele o beneficiado pelo rei. Porém, haveria certamente vantagens em integrar um membro da família na corte castelhana. A reputação da família exigia mesmo uma assistência mais permanente no centro de poder do reino. Essa função caberá a Afonso Teles.

Tenente de Cea a partir de 1182 e assim mencionado com maior frequência desde 1187, Afonso Teles beneficiava obviamente da ocupação do cargo, que lhe dava uma notabilidade acrescida pelo facto de ser tratar de uma região fulcral na disputa dos interesses entre Leão e Castela. Ao mesmo tempo, promovido pelo pai, a tenência não deixa de ser um reconhecimento por parte do rei para com a família, enquanto filho de um seu fiel servidor.

A distinção conseguida com a tenência de Cea e como filho de D. Telo proporcionavam-lhe pois uma excelente referência para o seu ingresso na corte como membro com significativo destaque. O que faz a partir de 17 de Setembro de 1191, data em que testemunha o seu primeiro documento régio³⁷. A partir desta data e até ao final do reinado, Afonso Teles passa a ser assíduo na corte de Afonso VIII, sendo aí, de certa forma, o representante da sua linhagem. Confirmará diplomas todos os anos até 25 de Maio de 1202³⁸ e de 7 de Dezembro de 1204³⁹ a 4 de Julho de 1214⁴⁰. A determinada altura irão juntar-se-lhe os seus irmãos Telo e Soeiro. Trata-se de uma opção política diferente daquela que D. Telo seguira, que se percebe enquanto este está vivo, pois Afonso Teles

³⁶ A partir de 1179 confirmará os tratados de Medina de Rioseco, a 21 de Março de 1181; de Fresno-Lavandera, a 1 de Junho de 1183, ambos com Leão; de Agreda, a 21 de Janeiro de 1186; e o de Berdejo, a 5 de Outubro do mesmo ano, os dois com Aragão (cf. Julio González, *ob. cit.*, docs. 362, 407, 449 e 160, respectivamente). Após estas datas apenas testemunhará quatro outros diplomas, datados de 30 de Março de 1188, 22 de Março de 1190, 4 de Maio de 1193 e 31 de Março de 1196 (cf. *ibidem*, docs. 495, 546, 615 e 653).

³⁷ Cf. Julio González, Julio González, *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII...cit.*, doc. 1026.

³⁸ Cf. *ibidem*, doc. 718.

³⁹ Cf. *ibidem*, doc. 768.

⁴⁰ Cf. *ibidem*, doc. 921.

pode escolher uma situação de constante presença na corte sem prejuízo para a família ao nível da capacidade de intervenção regional em Campos. Contudo, mesmo depois da morte de D. Telo por volta de 1200, Afonso Teles, que se torna o chefe da casa, continua a frequentar regularmente a corte, distinguindo-se perfeitamente do pai neste aspecto.

É curioso que a partir de 1210 já não surja como tenente de nenhuma terra, excepto talvez Tudela e Cabezón, como foi observado. Parece haver a partir deste momento quase que uma transferência de algumas das terras que antes detinha, designadamente Cea e Grajal, para o seu irmão Soeiro Teles, que começa a ser assim mencionado da documentação a partir de 1210⁴¹, no caso de Cea, e 1211⁴², em relação a Grajal. Já antes, em 1208, Soeiro Teles passara a ter Cabezón⁴³, e alguns anos depois, em 1217, ocupará a tenência de Montealegre⁴⁴. Também por essa altura Afonso Teles parece começar a envolver-se mais ou pelo menos a ter maior preponderância nas guerras a sul, contra os muçulmanos, o que sugere que a passagem destas tenências se fazia precisamente devido a este aspecto. O palco da Reconquista é precisamente um dos sítios onde adquire maior destaque e reputação e que lhe garantiria um dos senhorios pelo qual ficaria recordado: Albuquerque.

2.2. PARTICIPAÇÃO NA RECONQUISTA: DE ALARCOS ÀS NAVAS

Tal como o pai, também Afonso Teles e os irmãos irão participar nas empresas militares a sul, contra os muçulmanos, acompanhando Afonso VIII e depois Fernando III, ou por iniciativa própria.

Apesar de não haver testemunhos que o provem, é quase certo que Afonso Teles terá estado no desastre de Alarcos, a 19 de Julho de 1195, uma vez que se encontra junto de Afonso VIII antes e depois da batalha, em datas próximas, testemunhando documentos a 7 de Maio e a 28 de Julho, em Toledo, apenas nove dias passados do confronto⁴⁵. Nos anos subsequentes ter-se-á mantido junto de Afonso VIII, que após aquela batalha cuidava de preparar-se para eventuais ataques por parte dos reinos vizinhos. Além da derrota ter desestabilizado a fronteira sul e aberto caminho às tropas almóadas para o vale do Tejo, os problemas de Afonso VIII não ficavam por aqui, pois logo Afonso IX de Leão e Sancho

⁴¹ Cf. **CD Gradefes**, doc. 314.

⁴² Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1582.

⁴³ Cf. Carlos Manuel Reglero de la Fuente, *ob. cit.*, p. 286.

⁴⁴ Cf. *ob. cit.*, p. 287. As outras tenências de Soeiro Teles, bem como o seu papel na família serão observados em ponto próprio

⁴⁵ Cf. Julio Gonzalez, *ob. cit.*, docs. 643 e 646, respectivamente.

VII de Navarra tratariam de tentar retirar benefícios da situação atacando as fronteiras de Castela.

Afonso IX faz a paz e uma aliança com os muçulmanos e conta com o apoio destes na invasão de Castela na Primavera de 1196⁴⁶. Porém, Afonso VIII consegue assinar um tratado com Pedro II de Aragão em Maio desse mesmo ano, o que lhe permitiu, com a ajuda do rei aragonês, expulsar Afonso IX dos territórios castelhanos e invadir mesmo Leão, chegando a Astorga e Leão, tornando depois a Castela⁴⁷. No ano seguinte, os conflitos voltam a dominar a fronteira castelhano-leonesa, tendo Afonso VIII e Pedro II, com provável apoio português e após excomunhão de Afonso IX, penetrado novamente em Leão, tomando Alba de Aliste, devastando as terras salmantinas e ocupando ainda os castelos de Monreal, Carpio e Paradinas⁴⁸. Apesar de Afonso IX se preparar para a guerra, no Verão de 1197 Afonso VIII assinava tréguas com os almóadas⁴⁹, retirando assim um importante apoio ao leonês, que se via rodeado por adversários e tendo ainda contra si o papado. Seguir-se-iam aproximações entre as duas partes, que teriam o seu remate num tratado de paz⁵⁰ cimentado pelo casamento de Afonso IX com Berenguela, a filha mais velha de Afonso VIII, realizado no Outono desse ano em Valladolid⁵¹, apesar do óbvio impedimento pelo parentesco. As relações com Leão apaziguavam-se por alguns anos.

De forma semelhante agiu Sancho VII de Navarra, que aproveita para atacar algumas terras de Castela, nomeadamente Soria, Almazán e Logroño, entre 1196 e 1197, depois de aliado a leoneses e almóadas⁵². A resposta de Afonso VIII foi vigorosa. Com Pedro II preparou uma investida sobre Navarra e combinou a sua repartição no tratado de Calatayud, a 20 de Maio de 1198⁵³. As operações militares levadas a cabo pelos dois aliados ainda nesse mesmo ano resultaram na ocupação castelhana de Inzura e Miranda de Arga e aragonesa de Burgui e Aibar, obrigando Sancho VII a negociar e a assinar com ambos umas tréguas⁵⁴. Tréguas estas que não durariam muito, pois no ano seguinte Afonso

⁴⁶ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 717.

⁴⁷ Cf. *ibidem*, pp. 717-718.

⁴⁸ Cf. *ibidem*, pp. 721-722.

⁴⁹ Cf. *ibidem*, p. 722.

⁵⁰ Cf. *ibidem*, p. 723.

⁵¹ Cf. *ibidem*, p. 198.

⁵² Cf. Jon Andoni Fernández de Larrea Rojas, «La conquista castellana de Álava, Guipúzcoa y el Duranguesado (1199 y 1200)» [em linha], *RIEV. Revista Internacional de los Estudios Vascos*, n.º 45 – 2, 2000, p. 431. [consultado em 25 de Junho de 2010 – 14:26] Disponível em URL: <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/riev/45425438.pdf>

⁵³ Cf. *ibidem*, p. 432. Para maior solidez da aliança, cada uma das partes entregava uns castelos, que guardariam como fiança os cavaleiros mais fiéis. Um dos cavaleiros e subscritores do tratado foi Afonso Teles (Cf. Julio González, *ob. cit.*, doc. 667).

⁵⁴ Cf. Jon Andoni Fernández de Larrea Rojas, *ob. cit.*, p. 432.

VIII invadia novamente Navarra, apoderando-se dos territórios de Álava, Guipúzcoa e do Duranguesado, o que constituía uma amputação significativa de territórios navarros⁵⁵. Sancho VII via-se obrigado a negociar e em 1200 formavam-se tréguas mais sólidas entre Castela e Navarra, que acabariam por manter as terras ocupadas, salvos pequenos reajustes, com prejuízo para o reino oriental⁵⁶.

Em 1200, portanto, o clima de conflito afastava-se e, apesar de outras disputas nos anos seguintes com Leão e Navarra, a 28 de Março de 1206 Afonso VIII assinava com Afonso IX novo tratado de paz em Cabrer⁵⁷, a que se seguiria um outro em Valladolid, a 27 de Junho de 1209⁵⁸. Firmava ainda umas tréguas de cinco anos com Navarra em 1207⁵⁹.

Assim, quando em 1210 terminaram as tréguas com os almóadas, Afonso VIII estava em condições de reiniciar as hostilidades contra os almóadas⁶⁰. Nesse ano e acompanhado do filho, o infante D. Fernando, invadia o território muçulmano, correndo Baeza, Andújar e Jaen⁶¹ e dirigindo-se para terras murcianas⁶², não causando maiores danos porque não conduzia muitos homens. Ao mesmo tempo, Afonso Teles e Rodrigo Rodrigues Girón⁶³, com as suas mesnadas e alguns toledanos, assediaram a torre de Guadalerza, a cerca de 15 quilómetros a sul de Los Yébenes, e «*com las máquinas la tomaron por la fuerza*»⁶⁴. Este relato é assaz esclarecedor sobre a importância e empenho que Afonso Teles devotava à guerra a sul. Neste caso, não se tratava apenas de correr as terras em cavalgadas ou

⁵⁵ Cf. *ibidem* e Luis Javier Fortún Pérez de Ciriza, «La quiebra de la soberanía navarra en Álava, Guipúzcoa y el Duranguesado (1199-1200)» [em linha], RIEV. Revista Internacional de los Estudios Vascos, n.º 45 – 2, 2000, pp. 439-494 [consultado em 25 de Junho de 2010 – 14:45]. Disponível em URL: <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/riev/45439494.pdf>

⁵⁶ Cf. *ibidem*, p. 485.

⁵⁷ Cf. Julio González, *ob. cit.*, doc. 782. Este tratado procurava colocar um ponto final às reclamações leonesas sobre a posse dos castelos ocupados por Afonso VIII e dos castelos recebidos por D. Berenguela pelo seu casamento com Afonso IX, em 1197, entretanto dissolvido em 1204, após excomunhão papal. Afonso VIII entregava os castelos reclamados por Afonso IX ao seu neto Fernando, nascido daquele casamento, o mesmo fazendo D. Berenguela com os castelos do seu dote. Afonso IX também entregava algumas fortalezas ao filho. Definiam-se quais eram os castelos que pertenciam a Leão e a Castela e os nobres de ambos reinos que os iriam governar. Entre os catorze nobres castelhanos encontramos Afonso Teles e Soeiro Teles, signatários do tratado.

⁵⁸ Cf. *ibidem*, doc. 845. Este tratado vinha no seguimento do anterior e tinha os mesmos fins. Afonso IX entregava algumas vilas leonesas a D. Berenguela para usufruto vitalício, e acordava com Afonso VIII umas tréguas de cinquenta anos entre os dois reinos. Era rubricado por doze cavaleiros de cada reino, que se comprometiam a quebrar a fidelidade ao seu rei caso este rompesse o acordo, e servir o outro rei. Os prelados presentes comprometiam-se a excomungar o monarca que violasse o tratado. Entre os cavaleiros que o subscreviam encontrava-se Soeiro Teles; entre os prelados, o bispo de Palencia, Telo Peres.

⁵⁹ Trata-se do tratado de Guadalupe, de 29 de Outubro de 1207. Cf. *ibidem*, doc. n.º 813.

⁶⁰ É possível que tenha iniciado os confrontos antes mesmo das tréguas terem chegado ao seu fim. Cf. Francisco García Fitz, *Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*, Universidade de Sevilla, 2002, p. 142.

⁶¹ Cf. *De Rebus Hispaniae*, p. 304.

⁶² Cf. *Crónica Latina*, p. 23.

⁶³ Cunhados, pelo casamento de Afonso Teles com Elvira Rodrigues Girón.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 23.

fossados mas de uma operação de cerco, bastante mais complexa e exigente do ponto de vista logístico, ainda mais pela utilização de máquinas. Uma operação de elevados custos, que não poderia ser empreendida por quem não detivesse um significativo poder militar. Poder militar ao nível das gentes comandadas, da capacidade económica e logística para manter os arraiais, do conhecimento técnico necessário para a construção e manejo de máquinas de guerra. Certo é que os dois cunhados detinham a capacidade para levar a cabo o ataque. E tinham nos recentes domínios de Afonso Teles a sul uma excelente base para o lançarem.

De facto, a 5 de Fevereiro de 1209, o rei castelhano concedera a Afonso Teles a vila de Montalbán com os seus termos⁶⁵. Ao contrário do que o seu pai fizera com Ocaña e com Malagón, entregando-os à Ordem de Calatrava e ao rei, apesar de manter a primeira vila em prestimónio vitalício, Afonso Teles usará Montalbán como base para lançar os seus ataques sobre os territórios muçulmanos, ao mesmo tempo que promovia o povoamento da região e organizava a defesa dessa fronteira. A expedição de 1210 é disso exemplo. Premiado talvez o seu bom desempenho no ataque à torre de Guadalerza e como incentivo para que continuasse a desenvolver empresas semelhantes, Afonso VIII doava-lhe a 1 de Setembro de 1210 novos domínios, contíguos a Montalbán: a aldeia de Dos Hermanas e a torre de Malamonedá⁶⁶.

Perante aquelas agressões cristãs, tropas almóadas atravessavam o Estreito em 1211⁶⁷, ano em que Afonso VIII volta a conduzir, mais uma vez acompanhado do infante D. Fernando, os seus homens pelos territórios inimigos, nas regiões do levante⁶⁸. A

⁶⁵ Cf. *ibidem*, doc. 837. Segundo Jean-Pierre Molénat, e tendo a actual Puebla de Montalbán sido fundada no final do século XIII, esta vila deverá tratar-se do castelo que se levanta a cerca de quinze quilómetros daquela localidade, perto de San Martín de Montalbán, ou, em alternativa, poderá ser uma fortaleza cujas ruínas eram assinaladas no século XVI entre o castelo da Puebla de Montalbán e a igreja de Melque (cf. *Campagnes et monts de Tolède du XIIe au XVe siècle*, Madrid, Casa de Velázquez, 1997, p. 188).

⁶⁶ Cf. **Afonso VIII**, doc. 871. Situam-se perto das actuais localidades de Navahermosa e Hontanar, respectivamente, a cerca de trinta quilómetros a sul de Puebla de Montalbán. Estranhamente, há notícia de uma escritura datada de 2 de Fevereiro 1211, traslada por Salazar y Castro, que trata da permuta da vila de Villulíes, em posse de Afonso Teles, pela torre de Malamonedá, de Roberto de Wales (cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fº 54). Ora esta informação só é compreensível caso esta torre tivesse sido anteriormente entregue pelo primeiro ao segundo, e se trate agora de uma devolução por parte de Roberto de Wales, uma vez que Afonso Teles já detinha por doação régia, como foi visto, esta torre: «*Dono [Afonso VIII] itaque uobis et concedo aldeam illam que dicitur Dos Hermanas et Turre de Mala Moneda*» (Cf. **Afonso VIII**, doc. 871).

⁶⁷ Cf. Francisco García Fitz, *ob. cit.*, p. 142.

⁶⁸ Cf. Henrique Florez (pub.), «*Anales Toledanos I*» in *España Sagrada*, tomo XXIII, Madrid, Antonio Marin, 1767, pp. 394-395: «*1211. El Rey D. Alfonso, è su fillo el Infant D. Ferrando, con las gientes de Madrit, è de Guadalaajara, è de Huepte, & de Cuenca, fueron Alaxarch, è à Xativa, è allegaron à la mar en el mes de Mayo, è tornaronse ende.*»

resposta muçulmana não se fez esperar, e o seu exército monta cerco à fortaleza de Salvaterra, dos cavaleiros de Calatrava, que acaba por se render em Setembro desse ano⁶⁹.

Movimentavam-se os dois lados rumo à decisiva batalha das Navas, em Julho de 1212, que confirmaria o progressivo ascendente das armas cristãs na península e marcaria o início do declive definitivo do domínio muçulmano⁷⁰.

Afonso Teles e os dois irmãos, Telo Teles — bispo de Palência desde o início de 1208⁷¹ — e Soeiro Teles, acorreram à batalha. Seria estranho que numa campanha desta envergadura, para onde se canalizara a metade dos réditos anuais do clero castelhano⁷² e se convocavam as forças cristãs e se dirigiam os reis de Castela, Aragão e Navarra, bem como voluntários portugueses e leoneses, não se encontrassem os Teles.

Rodrigo Ximenes de Rada, que esteve na batalha, indica que o bispo de Palencia, D. Telo Teles e o seu irmão Soeiro Teles estavam junto de Afonso VIII⁷³, mas não menciona Afonso Teles, o que não deixa de ser estranho, uma vez que se tratava do mais destacado membro da família. Já *Crónica de Castilla* apenas menciona o mais velho dos irmãos, Afonso Teles, omitindo o nome dos outros⁷⁴. Por sua vez, a *Crónica de Veinte Reyes* diz também que o bispo de Palencia estava presente, adiantando ainda que Afonso Teles e Garcia Teles integravam o exército de D. Afonso VIII⁷⁵. Uma informação que poderá tratar-se de um erro de transcrição, pois Garcia Teles desaparecera há muito da documentação e talvez já tivesse mesmo falecido. É provável que se tratasse de Soeiro Teles. Argote de Molina, que compila de várias fontes os nomes dos nobres mais destacados presentes na batalha, coloca os três irmãos — Afonso, Telo e Soeiro — no corpo comandado directamente pelo rei⁷⁶, não mencionando o nome de Garcia, pelo que a indicação na *Crónica de Vinte Reis* deverá tratar-se mesmo de uma incorrecção.

O resultado do confronto é conhecido. O trunfo cristão irá permitir o avanço dos reinos setentrionais ao longo dos decénios seguintes e apresentava-se, perante todos, pela sua dimensão e pela importância da vitória, como um momento ímpar e marcante. A partir

⁶⁹ Cf. *De Rebus Hispaniae*, p. 305.

⁷⁰ Sobre a batalha das Navas de Tolosa a bibliografia é extensíssima. Como ponto de partida, veja-se Francisco García Fitz, *Las Navas de Tolosa*, Barcelona, Ariel, 2005.

⁷¹ Cf. Modesto Salcedo, «Vida de don Tello Téllez de Meneses, Obispo de Palencia», *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*, n.º 53, 1985, p. 128.

⁷² Cf. *Cronica Latina*, p. 28.

⁷³ Cf. *De Rebus Hispaniae*, pp. 310 e 320.

⁷⁴ Cf. *Crónica de Castilla*, p. 286.

⁷⁵ Cf. *Crónica de Veinte Reyes*, pp. 282 e 284. Esta informação acerca de Garcia Teles poderá tratar-se de um erro de transcrição, pois este desaparecera há muito da documentação. É provável que se tratasse de Soeiro Teles.

⁷⁶ Cf. *Nobleza del Andaluzia*, fl. 30v.

desse momento e nos séculos seguintes, a presença nas Navas de Tolosa irá constituir um elemento distintivo entre a nobreza⁷⁷.

Um dos exemplos da elevada projecção mental e ideológica que a batalha teve nas elites é a tradição segundo a qual o rei Sancho VII de Navarra e várias linhagens, tendo-se destacado em lide na irresistível carga sobre os inimigos, em memória desses feitos, teriam adoptado para o seu escudo de armas as correntes que prendiam tropas de elite muçulmanas e que aqueles haviam rompido e tomado como saque no ataque ao palanque do califa⁷⁸. Seria esta a origem desse elemento emblemático da iconografia real navarra. Um dos nobres que terá também adicionado as correntes seria Afonso Teles, que ao seu campo de ouro liso teria acrescentado uma corrente azul em banda⁷⁹.

Mas para Afonso Teles, que detinha Montalbán, Dos Hermanas e Malamonedá, as Navas, além do referencial simbólico e mítico, trazia outras vantagens, pois abria-lhe definitivamente as portas dos territórios meridionais da península, que passara a ser um dos seus cenários de actuação privilegiados. Todavia, os acontecimentos políticos que iriam ter lugar desde o final do reinado de Afonso VIII até à subida ao trono de Fernando III iriam afastá-lo entre 1214 e 1218 da fronteira muçulmana.

⁷⁷ Nas palavras de Martín Alvira Cabrer, «*Todas las versiones de la batalla de 1212 (...) demuestran el interés por un acontecimiento épico que la nobleza de la sociedad hispánica medieval y moderna conservó muy vivo en su memoria como una herencia de prestigio. La asociación de personajes al recuerdo de Las Navas de Tolosa y su participación real o inventada en los hechos más heroicos de aquella célebre jornada comenzó en el mismo siglo XIII, ampliándose después tanto geográfica como literariamente en tiempos bajomedievales y mucho más durante la Época Moderna. Los responsables de esta ampliación fueron autores de extracción social y cultural nobiliaria que escribían desde una perspectiva histórica aristocratizante, lo que explica que muchas veces prestaran menos atención a las hazañas que a quienes las protagonizaron, o, mejor dicho, a quienes debieron haberlo hecho. En no pocas ocasiones, esta concepción dio lugar a versiones de la batalla que eran poco más que meros listados de caballeros.*». Cf. *Guerra e ideología en la España medieval : cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglo XIII: batallas de las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)* [em linha], 2º vol., Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid, 2003, p. 387 [consultado em 28 de Junho de 2010 – 11:15].

Disponível em URL: <http://eprints.ucm.es/tesis/19972000/H/0/H0036902.pdf>

⁷⁸ A tradição é tardia, e o episódio não surge nos relatos cronologicamente mais próximos da batalha, surgindo as primeiras referências mais de cem anos depois (Cf. *ibidem*, pp. 366-369 [consultado em 28 de Junho de 2010 – 11:39]). Argote de Milina arrola vários nobres, incluindo Afonso Teles, que, à imagem do rei navarro, teriam adoptado as correntes para o seu escudo de armas (cf. **Nobleza del Andaluzia**, fl. 36v).

⁷⁹ «*Don Alfonso Tellez de Meneses puso en su escudo de Armas (que es en campo de oro) la Cadena azul atravesada, como se vee en su sepulcro en el Monasterio de Palaçuelos dos leguas de Valladolid.*» (*ibidem*, fl. 36v).

2.3. OS CONFLITOS DO FINAL DO REINADO DE HENRIQUE I E ACLAMAÇÃO DE FERNANDO III

Os acontecimentos ocorridos durante e imediatamente após o reinado de Henrique I iriam convocar Afonso Teles para o centro do xadrez político castelhano. Quando Afonso VIII morre, a 5 de Outubro de 1214⁸⁰, sobe ao trono Henrique I, um rapaz que mal ultrapassara os 11 anos⁸¹. A regência do reino e a tutela do jovem rei certamente caberiam à rainha D. Leonor, mas esta encontrava-se bastante doente e viria a sobreviver poucos dias ao marido. Faleceu a 31 de Outubro, pelo que aquelas funções recaíram nas mãos de D. Berenguela, coadjuvada pelo arcebispo de Toledo, D. Rodrigo Ximenes de Rada, e pelo bispo de Palência, D. Telo Peres⁸².

Contudo, alguns destacados nobres, de onde se salientavam Álvaro Nunes de Lara, alferes régio, e os seus irmãos, D. Fernando e D. Gonçalo, não concordavam com a situação, e, tornando mais explícitas as divergências, pediam para o primeiro a guarda do rei e o governo de Castela, a fim de tomarem as rédeas do poder no reino⁸³. Acabam por aliciar e convencer Garcia Lourenço, a quem fora confiada por D. Berenguela a custódia de Henrique I, a romper a fidelidade para com esta, e a entregar-lhes o rei, o que vem a fazer nos primeiros meses de 1215⁸⁴. Perante esta realidade e a fim de não agudizar as discordâncias, o que poderia conduzir a sérias perturbações no reino, D. Berenguela vê-se obrigada a entregar a tutoria do irmão e o governo do reino a Álvaro Nunes, fazendo-o jurar que não iria ultrapassar as suas atribuições e que a consultaria em relação aos assuntos de maior importância⁸⁵.

Porém, logo depois das juras verifica-se uma divisão entre os barões do reino. Por esta altura o mordomo-mor Gonçalo Rodrigues Girón e os irmãos ainda se encontram ao lado do Lara⁸⁶, certamente por considerarem que procedendo assim estavam a contribuir para a pacificação do reino, além de ser mais vantajoso para a linhagem. As acções seguintes de Álvaro Nunes iriam agravar as tensões. Vai cometer alguns agravos aos magnates, entre os quais Gonçalo Rodrigues Girón e Lopo Dias de Haro, ao querer que se

⁸⁰ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol., p. 213.

⁸¹ Cf. *ibidem*, p. 218.

⁸² Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 220 e **Crónica Latina**, p. 47.

⁸³ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol, p. 222, **De Rebus Hispaniae**, p. 332 e **Crónica Latina**, p. 47.

⁸⁴ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol, p. 223 e **De Rebus Hispaniae**, p. 332.

⁸⁵ Cf. **Aflonso VIII**, 1º vol, p. 223 e **De Rebus Hispaniae**, p. 332.

⁸⁶ Cf. **Crónica Latina**, p. 47 e **De Rebus Hispaniae**, p. 332.

fossem da corte e não tornassem a ela a não ser que fossem convocados⁸⁷. Radicaliza a sua posição ao destituir e nomear novos titulares para as tenências do reino⁸⁸ e, nas palavras do arcebispo de Toledo, «comenzó a sembrar el terror, a afrentar a los grandes y despojar a los ricos del común del pueblo, a sojuzgar a las órdenes religiosas y a las iglesias, y del mismo modo comenzó a confiscar el tercio de los diezmos que correspondía a las obras de las iglesias»⁸⁹. Viria a ser excomungado por esta última prática, sendo obrigado a restituir o que tomara e a não volver a agir da mesma forma, o que não o impediu de continuar a oprimir com novas taxas os clérigos que detinham imunidade régia de tributos após o levantamento da excomunhão⁹⁰.

A progressiva oposição ao Lara leva a que na Primavera de 1216 se reúna em Valladolid uma cúria de ricos-homens descontentes com o estado do reino e a política do tutor, de onde sobressaem Gonçalo Rodrigues e Rodrigo Rodrigues Girón, Lopo Dias de Haro, Álvaro Dias e Rodrigo Dias de los Cameros e Afonso e Soeiro Teles⁹¹. Estavam decididos a unir-se e a pedir a D. Berenguela que os ajudasse a defenderem-se do mal que Álvaro Nunes lhes fazia e ao reino. Cristalizavam-se assim duas poderosas facções, sendo que contra os Lara, à excepção dos Castro, ausentes de Castela⁹², se alinhavam as restantes principais linhagens do reino: Girón, Haro, Camero e Teles.

Após os ataques à Igreja, e reunida toda uma frente contra si, D. Álvaro começa a hostilizar D. Berenguela, à volta de quem se reunira essa frente, chegando mesmo a ocupar as terras que lhe haviam sido legadas pelo seu pai e exigindo-lhe que saísse do reino, o que a leva a procurar auxílio junto dos seus apoiantes, saindo de Burgos e refugiando-se no castelo de Autillo, que pertencia a Gonçalo Rodrigues Girón, onde ficará até à morte de Henrique I⁹³. Na medida em que o infante D. Fernando, filho de D. Berenguela e D. Afonso IX, poderia constituir um importante apoio para a mãe, o Lara faz com que D. Henrique peça à irmã para o mandar para fora do reino, pelo que este se dirige para junto do pai, em Leão, onde já se encontra em Maio de 1216⁹⁴. Porém, a presença de D. Fernando na corte leonesa era contrária às aspirações do regente, na medida em que fazia

⁸⁷ Cf. **Crónica de Vinte Reis**, p. 289.

⁸⁸ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *Fernando III — 1217-1252*, Palencia, Ed. La Olmeda / Diputación de Palencia, 1993, p. 24.

⁸⁹ **De Rebus Hispaniae**, p. 332.

⁹⁰ Cf. *ibidem*, p. 333.

⁹¹ Cf. *ibidem*, p. 333, **Crónica Latina**, p. 48 e **Crónica de Vinte Reis**, p. 289.

⁹² D. Pedro Fernandes de Castro, o Castelhana morrera em Marrocos em 1214 e o seu filho D. Álvaro Peres não apareceria na corte castelhana até 1219 (cf. **Fernando III**, 1º vol. pp. 140-141).

⁹³ Cf. **Crónica Latina**, p. 49 e **De Rebus Hispaniae**, p. 333.

⁹⁴ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 24 e **Alfonso VIII**, 1º vol., p. 226.

com que Leão se inclinasse a apoiar D. Berenguela⁹⁵. De forma a compensar este apoio, Álvaro Nunes negoceia com Afonso II de Portugal o casamento de Henrique I com D. Mafalda, irmã do rei português⁹⁶. Tratava-se de uma união que também interessaria a este último, que estreitaria as suas relações com Castela numa altura em que a morte, dois anos antes, do infante D. Fernando, filho de Afonso IX e Teresa de Portugal e possível herdeiro do trono leonês — e como tal rival do seu meio-irmão homónimo, filho de D. Berenguela — não beneficiara as relações de Portugal com Leão⁹⁷. Não obstante o sucesso das negociações, o enlace não chegaria a ser consumado, pois Henrique I não atingira a idade núbil. Além disso, após protesto de D. Berenguela, Inocêncio III ordenara aos bispos de Palencia, o conhecido Telo Teles, e de Burgos, D. Maurício, que anulassem o casamento devido ao grau de parentesco dos conjugues — decisão ratificada posteriormente por Honório III — Algo que apenas vieram a lograr após a promulgação da pena de excomunhão contra o casal⁹⁸. Fracassada esta união, Álvaro Nunes tenta então trazer Afonso IX para o seu lado, procurando casar Henrique I com a infanta D. Sancha, filha do rei leonês e de D. Teresa de Portugal, mas não obterá melhor resultado⁹⁹.

Um episódio no Outono de 1216 ilustra bem a que ponto se haviam radicalizado as posições. Tendo D. Berenguela enviado secretamente um mensageiro ao irmão para se inteirar do seu estado, aquele é descoberto por Álvaro Nunes, que o manda matar, não sem antes ter forjado uma carta que incriminava D. Berenguela e os seus apoiantes na Tierra de Campos numa suposta tentativa de assassinato do rei¹⁰⁰. A *Crónica Latina* descreve o episódio sublinhando que o regente e os seus apoiantes «*se esforzaban en probar que la reina intentaba conspirar a la muerte de su Hermano com Gonzalo Rodríguez y Alfonso Téllez y algunos otros magnates, para hacerlos así objectos del ódio del rey, cosa que, habiéndolo intentado antes de muchas maneras, nunca lo habían podido conseguir*»¹⁰¹. Afonso Teles era então um dos principais adversários do Lara e, por conseguinte, um dos alvos do ardid deste último.

D. Berenguela e os seus partidários procuram então recuperar a tutela de Henrique I, retirando-o da guarda de Álvaro Nunes, propósito com o qual o jovem monarca estava de acordo. Enviam então Rodrigo Gonçalves de Valverde para, à revelia do tutor, conduzir

⁹⁵ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 26 e **Alfonso VIII**, 1º vol., p. 228.

⁹⁶ Cf. **De Rebus Hispaniae**, p. 333, e **Crónica de Vinte Reis**, p. 290.

⁹⁷ Cf. **D. Afonso II**, p. 92.

⁹⁸ Cf. **De Rebus Hispaniae**, pp. 333-334 e **Alfonso VIII**, 1º vol., pp. 228-229.

⁹⁹ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 26 e **Alfonso VIII**, 1º vol., pp. 230-231.

¹⁰⁰ Cf. **De Rebus Hispaniae**, p. 334.

¹⁰¹ **Crónica Latina**, p. 49.

Henrique I para junto da irmã, mas a trama é descoberta e o enviado é capturado e aprisionado em Alarcón¹⁰². Por esta altura, nos finais de 1216, a corte encontrava-se a sul do Douro, pelas terras de Huete, Uclés e Alarcón. Álvaro Nunes procuraria então manter-se pelas regiões onde os seus principais apoios se localizavam, na Extremadura e na Transierra¹⁰³.

Este incidente terá despoletado a decisão de D. Álvaro em resolver pelas armas as profundas divergências que o opunham a D. Berenguela e aos seus aliados. O ano de 1217 começa com o afastamento de Gonçalo Rodrigues do mordomado, e os Girón e os Teles — Afonso e Soeiro Teles — abandonavam a corte¹⁰⁴, opção que pouco tempo depois era tomada por Lopo Dias de Haro¹⁰⁵.

Reunidas as forças que conseguiu, Álvaro Nunes parte para Valladolid na quaresma de 1217, e desde aí, depois da Páscoa, invade a Tierra de Campos, onde se encontrava D. Berenguela e que constituía o centro de poder dos seus principais inimigos, os Girón e os Teles, que aí tinham os seus principais domínios¹⁰⁶. Começam por correr Valdetrigueros — actualmente Trigueros del Valle —, destruindo os bens e possessões dos Girón e de outros magnates que seguiam D. Berenguela, dirigindo-se depois para Montealegre, onde montam cerco ao castelo, defendido por Soeiro Teles¹⁰⁷. Apesar de Afonso Teles e Gonçalo Rodrigues Girón disporem de forças mais numerosas, não atacam os sitiante por respeito ao rei, que estava presente no cerco¹⁰⁸. Pelo mesmo motivo e por pedi-lo Henrique I, Soeiro Teles acaba por entregar o castelo¹⁰⁹.

No início de Maio, o exército conduzido por Álvaro Nunes, sempre com o rei, e saqueando Campos, segue então para Carrión, onde permanecem durante alguns dias antes de marchar contra Afonso Teles, que se encontrava em Villalba de los Alcores¹¹⁰. Alguns cavaleiros que iam adiante do grosso das forças descobriram, já de noite, Afonso Teles fora das muralhas e conseguem capturar-lhe o cavalo e as armas e feri-lo antes que ele se conseguisse recolher aos muros¹¹¹. Mais uma vez, e apesar de deterem forças em número e

¹⁰² Cf. **De Rebus Hispaniae**, p. 334 e **Alfonso VIII**, 1º vol., p. 233.

¹⁰³ Cf. **Crónica Latina**, p. 49.

¹⁰⁴ Afonso Teles e o irmão, Soeiro Teles, confirmam um privilégio de Henrique I de 29 de Dezembro de 1216 mas já não estão presentes na lista de confirmantes de um outro diploma de 8 de Janeiro de 1217 (cf. **Alfonso VIII**, 3º vol., docs 1008 e 1009)

¹⁰⁵ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 233.

¹⁰⁶ Cf.

¹⁰⁷ Cf. **Crónica Latina**, p. 50 e **De Rebus Hispaniae**, p. 334.

¹⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. 335.

¹⁰⁹ Cf. **Crónica Latina**, p. 50 e **De Rebus Hispaniae**, p. 335.

¹¹⁰ Cf. **Crónica Latina**, p. 50 e **De Rebus Hispaniae**, p. 335.

¹¹¹ Cf. **Crónica Latina**, p. 50, **De Rebus Hispaniae**, p. 335 e **Crónica de Vinte Reis**, p. 291.

capacidade suficientes para levar de vencida o Lara, D. Berenguela e Gonçalo Rodrigues decidem manter-se em Autillo e em Cisneros e não ajudar Afonso Teles, para não atacarem as hostes entre as quais o rei de Castela se encontrava¹¹², embora não entreguem as suas fortalezas, pois argumentavam que estavam a defender-se de Álvaro Nunes, que lhes queria mal¹¹³. Apesar da escassez de gentes — a *Crónica de Vinte Reis* fala em «*ocho caualleros e com muy poça conpañã*»¹¹⁴ —, o senhor de Meneses consegue resistir ao assédio durante vários dias, pelo que D. Álvaro é obrigado a levantar arraial¹¹⁵. Dirige-se então para Palência, onde com o rei «*se alojo en la casa del obispo y gastaba y dilapidaba la hacienda de la iglesia como si fuera un enemigo*»¹¹⁶. Não é estranho que assim actuasse pois D. Telo Teles era irmão de dois dos seus principais inimigos, e certamente apoiante de D. Berenguela, tendo mesmo sido um dos mandatários papais que tinham anulado o casamento de D. Henrique com D. Mafalda.

A investida em Campos por parte de Álvaro Nunes procurava diminuir a capacidade dos Girón e dos Teles e o plano talvez passasse por atacar depois os outros poderosos apoiantes de D. Berenguela, Lope Dias de Haro e Rui Dias de los Cameros, cujas bases de poder se localizava na Rioja¹¹⁷.

Estando por esta altura seguro de se encontrar em vantagem, a morte súbita de Henrique I, a 6 de Junho, de forma fortuita e como consequência de um golpe na cabeça resultante da queda de uma telha enquanto brincava com rapazes da sua idade, ainda na casa do bispo de Palência¹¹⁸, irá alterar decisivamente a situação, pois D. Berenguela tornava-se então a herdeira legítima do trono castelhano. Tentando ocultar o sucedido a fim de ganhar tempo para planear a sua próxima acção, Álvaro Nunes leva o cadáver do

¹¹² Cf. *Crónica Latina*, p. 50, *De Rebus Hispaniae*, p. 335 e *Crónica de Vinte Reis*, pp. 291-292.

¹¹³ Cf. *Alfonso VIII*, 1º vol., p. 236, nota 332.

¹¹⁴ *Crónica de Vinte Reis*, p. 291.

¹¹⁵ Cf. *Crónica Latina*, p. 50, *De Rebus Hispaniae*, p. 335 e *Crónica de Vinte Reis*, p. 292. Segundo a *Crónica de Vinte Reis*, o exército régio teria levantado o cerco de Villalba de los Alcores e encaminhara-se para Autillo, onde D. Berenguela e os seus não saíram nem permitiram que se saísse contra as forças onde o rei estava e mandaram dizer a D. Álvaro isso mesmo, mas que lidariam de bom grado com ele e os seus homens. Este responde então que não fará isso e que, ao invés, arrasaria o castelo, opondo-se a esta decisão Henrique I, que não tinha por bem atacar a irmã. O cerco sobre Autillo não chega a ter lugar e D. Álvaro e o rei avançam então para Palência, destruindo pelo caminho umas casas de Rodrigo Rodrigues Girón. Anteriormente, logo que Afonso Teles fora sitiado em Villalba, D. Berenguela teria enviado Lopo Dias de Haro e Gonçalo Rodrigues Girón a Leão, pedindo ajuda a Afonso IX, junto de quem se encontrava o infante D. Fernando. Este intercede pela mãe e o rei leonês autoriza os seus cavaleiros a acompanharem o infante, tendo-se disponibilizado cerca de 500 deles. Todavia, quando estão a caminho encontram Afonso Teles, ainda a convalescer dos ferimentos, que os informa que D. Álvaro levantara o cerco e se dirigira para Palência, pelo que D. Fernando e o socorro regressam a Leão.

¹¹⁶ *De Rebus Hispaniae*, p. 335.

¹¹⁷ Cf. *Fernando III*, 1º vol., pp. 233-234.

¹¹⁸ Cf. *Crónica Latina*, p. 51, *De Rebus Hispaniae*, p. 335 e *Crónica de Vinte Reis*, p. 292.

monarca para o castelo de Tariego¹¹⁹. Não obstante esta tentativa desesperada, D. Berenguela viria a ter conhecimento do ocorrido¹²⁰, e irá utilizar o secretismo em torno da morte do irmão a seu favor. Prontamente, Lopo Dias de Haro e Gonçalo Rodrigues Girón partem para Toro¹²¹, onde se encontrava o infante D. Fernando, a fim de o trazerem para junto da mãe, que ainda se encontrava em Autillo, o que conseguem fazer omitindo a Afonso IX a morte de Henrique I, embora não seja conhecida a justificação que apresentam para conduzirem assim o infante¹²². Procediam desta forma porque, estando a coroa de Castela vaga, Afonso IX se apresentava como um candidato a essa mesma coroa e legítimo sucessor, se se excluísse o direito sucessório feminino¹²³. O objectivo passaria desde logo por conduzir o infante D. Fernando ao trono castelhano, através da abdicação da sua mãe a seu favor¹²⁴.

D. Berenguela, o filho e os seus apoiantes tomam então a iniciativa, e avançam para Palência, onde são recebidos pelo bispo Telo Teles em solene procissão, marchando depois sobre Dueñas, que tomam de assalto¹²⁵. Procurando terminar o conflito, os ricos-homens tratam então de encontrar-se com Álvaro Nunes, numa entrevista onde muito provavelmente se achavam os Teles, Afonso e Soeiro, mas as exigências do Lara, que pedia a tutela do infante D. Fernando nas mesmas condições em que tivera a de D. Henrique I, não eram passíveis de ser aceites, pelo que as negociações logicamente fracassam¹²⁶. Curiosamente, e observando as posições dos dois lados nesta conferência, percebe-se que ambos lados já reconheciam ao infante D. Fernando direitos sobre o trono castelhano.

Em seguida, D. Berenguela e os seus avançam para Valladolid, onde são bem acolhidos, antes de apontarem para sul, a fim de tentarem chamar para o seu lado os concelhos da Extremadura e Transierra, fundamentais para se superiorizarem definitivamente a Álvaro Nunes¹²⁷. Ao contrário do que poderiam estar à espera, não recebem um acolhimento caloroso, pois querendo pernoitar na vila de Coca, no caminho para Segóvia, é-lhes vedada a entrada na vila, sendo avisados para se afastarem das cidades

¹¹⁹ Cf. *Crónica Latina*, p. 51 e *De Rebus Hispaniae*, p. 336.

¹²⁰ Cf. *Crónica Latina*, p. 51 e *De Rebus Hispaniae*, p. 336.

¹²¹ A *Crónica de Vinte Reis* (p. 292) diz que além destes dois também seguia D. Afonso Teles.

¹²² Cf. *Crónica Latina*, p. 51, *De Rebus Hispaniae*, p. 336 e *Crónica de Vinte Reis*, p. 292.

¹²³ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *Fernando III...cit.*, p. 32.

¹²⁴ Cf. *Fernando III*, 1º vol., p. 235.

¹²⁵ Cf. *Crónica Latina*, p. 52 e *De Rebus Hispaniae*, p. 336.

¹²⁶ Cf. *De Rebus Hispaniae*, p. 336.

¹²⁷ Cf. *De Rebus Hispaniae*, p. 336 e Gonzalo Martinez Diez, *Fernando III...cit.*, p. 36.

da Extremadura, e levanta-se o rumor de que forças leonesas se reuniam para atacar D. Berenguela e o filho¹²⁸.

Preparava-se então um ajuntamento dos concelhos castelhanos que pretendiam chegar a um acordo e agir de forma concertada em relação ao problema provocado pela morte de Henrique I e a necessidade aclamação de um novo rei¹²⁹. Virá a ter lugar em Segóvia, e D. Berenguela tratará de enviar emissários seus a essa assembleia, para recordar aos concelhos o seu dever de lealdade e os atrair para o seu lado, sendo bem sucedida nestes aspectos¹³⁰.

Seguidamente, reúnem-se em Valladolid os magnates que apoiavam D. Berenguela e os concelhos. Apesar da diversidade de opiniões, chega-se a um consenso: reconhecia-se D. Berenguela como legítima soberana de Castela e, ao mesmo tempo, pedia-se-lhe que abdicasse do trono em favor do filho, o que vem a fazer¹³¹, pois esse teria sido o seu objectivo desde sempre¹³². Assim, a 2 de Julho de 1217, em Valladolid, o infante D. Fernando era proclamado rei de Castela, o terceiro com esse nome¹³³.

Mas a aclamação de Fernando III não trouxe a pacificação do reino. Álvaro Nunes de Lara mantinha a sua hostilidade ao novo rei e a D. Berenguela, pois a preponderância política que detivera durante o curto reinado de Henrique I era-lhe agora negada. Irá então instigar Afonso IX, que reclamava direitos sobre o trono castelhano, a intervir em Castela¹³⁴. Prontamente dois exércitos leoneses invadem o reino de Fernando III. Um, comandado pelo infante Sancho Fernandes, irmão do rei de Leão, penetra pelas terras de Ávila através da fronteira salmantina, vindo a retirar-se perante a eficaz resistência das milícias abulenses¹³⁵. Outro, mais poderoso e liderado pelo próprio monarca leonês, entrava pela Tierra de Campos, seguramente destruindo alguns dos bens dos Teles e dos Girón, ocupando Urueña, Villagarcía e Castromonte e, marchando contra Valladolid, iria acampar a 5 de Julho em Arroyo, a sete quilómetros do seu alvo¹³⁶.

Não há relatos que indiquem que Afonso IX tenha encontrado grande oposição ao longo do seu avanço e o facto de D. Berenguela e o filho terem enviado os bispos de Burgos e de Ávila ao seu acampamento a fim de lhe solicitarem que desistisse da sua

¹²⁸ Cf. *Crónica Latina*, p. 52 e *De Rebus Hispaniae*, p. 336.

¹²⁹ *Fernando III*, 1º vol., p. 237.

¹³⁰ Cf. *De Rebus Hispaniae*, p. 336.

¹³¹ Cf. *De Rebus Hispaniae*, p. 337 e *Fernando III*, 1º vol., p. 238.

¹³² Cf. Gonzalo Martínez Díez, *ob. cit.*, p. 39.

¹³³ Cf. *Fernando III*, 1º vol., p. 239.

¹³⁴ Cf. *Crónica Latina*, p. 52.

¹³⁵ Cf. Gonzalo Martínez Díez, *ob. cit.*, p. 43 e *Fernando III*, 1º vol., p. 240.

¹³⁶ Cf. Gonzalo Martínez Díez, *ob. cit.*, p. 44 e *Fernando III*, 1º vol., p. 240.

empresa e que reconhecesse os direitos de D. Fernando ao trono de Castela revelam que o lado castelhano buscava uma solução pacífica para o conflito¹³⁷. Afonso IX, todavia, não acede ao pedido e, confiante na possibilidade de se vir a apoderar do reino vizinho, levanta o seu arraial e atravessa o Pisuerga, acampando em Laguna del Duero¹³⁸. A *Crónica de Vinte Reis* refere que enquanto o rei de Leão aí permanecia, Afonso Teles, em representação de Fernando III, se terá a ele dirigido, pedindo novamente que saísse com o seu exército das terras de Castela. Sublinhava que o facto de o seu filho ser agora soberano deste reino era garantia de que daí em diante nunca viria mal para Leão¹³⁹. Mas Afonso IX responde com uma proposta, «*que fuessen amos señores de Castilla e de León todos sus dias, e después que fincare todo a su fijo*»¹⁴⁰, ao que D. Berenguela, sendo-lhe esta comunicada por Afonso Teles, irá retorquir que tal não poderá ser feito, pois Castela fora entregue ao seu filho por Deus e pelos homens-bons do reino¹⁴¹.

Afonso IX encaminha-se então para Burgos, devastando as terras até chegar a Arcos, a meros oito quilómetros daquela importante cidade, onde a maior parte dos magnates apoiantes de Fernando III a resistência castelhana se organizava¹⁴². O rei de Leão, sabendo do insucesso da expedição comandada pelo seu irmão, ciente da sua incapacidade em tomar Burgos e tomando conhecimento que se convocavam forças para o enfrentar, regressa ao seu reino¹⁴³, destruindo pelo caminho os domínios de D. Telo, bispo de Palência¹⁴⁴.

Apesar da evolução desfavorável dos acontecimentos, Álvaro Nunes não se resignava à perda de poder. Mas com a saída de cena de Afonso IX e o apoio das cidades da Extremadura e da Transierra, ficava dependente da sua capacidade militar e da da sua parentela, ao mesmo tempo que o reconhecimento de Fernando III por parte da maioria das forças castelhanas fazia com que o seu estado fosse agora o de um nobre rebelde. Assim que as hostes leonesas saem de Castela, o novo rei trata de vincar a sua superioridade sobre o Lara, sitiando o castelo de Muñó, ao mesmo tempo que reforçava a importante fronteira de Campos com as forças dos concelhos do sul do Douro, que se ajuntavam em Palência¹⁴⁵. Durante a primeira quinzena de Agosto, Muñó é tomado, e logo em seguida

¹³⁷ Cf. *Crónica Latina*, p. 54 e *De Rebus Hispaniae*, p. 337.

¹³⁸ Cf. *Crónica Latina*, p. 54 e *De Rebus Hispaniae*, p. 337.

¹³⁹ Cf. *Crónica de Vinte Reis*, p. 297.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 297.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 297.

¹⁴² Cf. *Crónica Latina*, p. 54, Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 44 e *Fernando III*, 1º vol., p. 240.

¹⁴³ Cf. *Crónica Latina*, p. 54 e *De Rebus Hispaniae*, p. 337.

¹⁴⁴ Cf. *Crónica de Vinte Reis*, p. 297, e Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 45.

¹⁴⁵ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 46 e *Fernando III*, 1º vol., p. 241.

Lerma e Lara, regressando Fernando III depois a Burgos¹⁴⁶. Tentará então tomar Belorado e Nájera ainda no mês de Agosto, mas perante as defesas aí colocadas por Gonçalo Nunes, irmão de D. Álvaro, e na impossibilidade de conquistar os castelos, apesar de serem bem recebidos pelas gentes das vilas, é obrigado a tornar de novo a Burgos¹⁴⁷. Como punição pelo bom acolhimento feito pelos habitantes de Belorado a Fernando III, Álvaro Nunes e os irmãos reúnem os seus homens e atacam a vila, saqueando-a, matando e aprisionando os seus moradores e arrasando parte das casas¹⁴⁸. Daí recolhem-se aos castelos de Herrera de Valdecañas e de Castrojeriz, entre Palência e Burgos, seguramente para dificultar as comunicações entre as duas cidades onde Fernando III e os seus detinham a maioria das suas forças¹⁴⁹.

Contudo, contava-se por dias a rebelião de Álvaro Nunes e estaria reservado para 20 de Setembro de 1217 o episódio fortuito que a iria aniquilar e onde teria papel de destaque Afonso Teles. Fernando III e D. Berenguela haviam decidido empreender viagem desde Burgos, onde ainda se encontravam, a Palência, e os Lara vieram a tomar conhecimento dessa deslocação, preparando-se para armar uma cilada sobre o séquito real, caso se proporcionasse oportunidade¹⁵⁰. Ora no dia assinalado, passando o grosso da coluna régia junto a Herrera, formou-se uma força avançada comandada por Afonso Teles e pelo seu irmão Soeiro, armados e preparados para qualquer eventualidade. Identificam Álvaro Nunes com alguns cavaleiros seus fora de cerca e lançam-se contra eles a galope, inflamados pelo ocorrido meses antes em Montealegre e Villalba del Alcor, conseguindo interceptá-lo antes que alcançasse a segurança das muralhas. Derrubam-no do cavalo e dominam-no, levando-o aprisionado, bem como alguns dos seus homens, a D. Berenguela e D. Fernando III¹⁵¹. A rebelião chegaria ao fim quase de seguida, ficando D. Álvaro aprisionado em Autillo, no mesmo castelo onde D. Berenguela se refugiara, até entregar ao rei castelhano certos castelos, sendo então posto em liberdade¹⁵².

Certamente que com estes acontecimentos Afonso IX reconhecia que dificilmente poderia concretizar o desejo de se apoderar do trono castelhano, não se estranhado assim que se negociassem e se viessem a assinar umas tréguas entre os dois reinos a 26 de

¹⁴⁶ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 47 e **Fernando III**, 1º vol., p. 241.

¹⁴⁷ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 48 e **Fernando III**, 1º vol., p. 241.

¹⁴⁸ Cf. **Crónica Latina**, p. 56 e **De Rebus Hispaniae**, p. 339.

¹⁴⁹ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 48.

¹⁵⁰ Cf. **Crónica Latina**, p. 56 e **De Rebus Hispaniae**, p. 339.

¹⁵¹ Cf. **Crónica Latina**, p. 56 e **De Rebus Hispaniae**, p. 339.

¹⁵² Cf. **Crónica Latina**, p. 57 e **De Rebus Hispaniae**, p. 340.

Novembro de 1217¹⁵³. Ao recuar na sua posição, o monarca leonês reconhecia ao seu filho os direitos à coroa castelhana. Iriam negociar-se depois umas pazes definitivas, onde Fernando III e a mãe reconheciam uma dívida anterior de Henrique I a Afonso IX, avaliada em 11.000 maravedis por Lopo Dias de Haro, Gonçalo Rodrigues Girón e Afonso Teles, os três principais ricos-homens da corte castelhana¹⁵⁴. As tréguas levaram ainda a que Fernando Nunes de Lara, irmão de D. Álvaro, entregasse a Fernando III as praças de Castrojeriz e Orcejón, onde pensara resistir-lhe, recebendo-as posteriormente como vassalo¹⁵⁵.

Apesar de tudo, Álvaro Peres de Lara não desistira de tentar recuperar a influência perdida e no início do Verão de 1218 prepara-se e subleva-se novamente desde Valdenebro, muito próximo dos domínios dos Teles, correndo e saqueando algumas terras de Campos¹⁵⁶, onde seguramente se incluíam alguns domínios dos seus adversários. Acorrendo Fernando III a Medina de Rioseco, D. Álvaro e os seus saem para Leão, onde convencem Afonso IX, que reclamava o pagamento da primeira prestação dos 11.000 maravedis — ainda por liquidar e tendo já sido ultrapassado o prazo estabelecido — a atacar Castela¹⁵⁷. O monarca leonês virá com o seu exército pela fronteira salmantina e sitia Castrejón, próximo de Medina del Campo, onde se tinham recolhido alguns magnates castelhanos após um primeiro recontro entre as forças dos dois reinos¹⁵⁸. Álvaro Nunes adoece durante este cerco e, retirando-se da lide, virá a falecer apenas sete meses depois, em Toro¹⁵⁹. A insistência de Fernando III junto do pai para se firmarem pazes definitivas entre Leão e Castela conduziu ao tratado assinado em Toro a 26 de Agosto de 1218 onde se confirmava a dívida dos 11.000 maravedis¹⁶⁰.

A guerra entre Afonso IX e Fernando III não viria a ser reatada e com o desaparecimento de Álvaro Nunes apaziguava-se finalmente o reino, podendo a partir daí quer o monarca quer os nobres e prelados dedicarem-se com maior ânimo aos seus interesses na fronteira sul e na luta contra os muçulmanos. Um desses nobres era Afonso Teles, que fora também um dos mais importantes e empenhados apoiantes de D. Berenguela na oposição ao Lara e de Fernando III na sua candidatura ao trono de Castela.

¹⁵³ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 45 e **Fernando III**, 1º vol., p. 244.

¹⁵⁴ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 51 e **Fernando III**, 1º vol., p. 245.

¹⁵⁵ Cf. **Crónica Latina**, p. 57 e **De Rebus Hispaniae**, p. 340.

¹⁵⁶ Cf. **Crónica Latina**, p. 58 e **De Rebus Hispaniae**, p. 340.

¹⁵⁷ Cf. **Crónica Latina**, p. 58 e **De Rebus Hispaniae**, p. 341.

¹⁵⁸ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, pp. 51-52 e **Fernando III**, 1º vol., p. 246.

¹⁵⁹ Cf. **Crónica Latina**, p. 58 e **De Rebus Hispaniae**, p. 341.

¹⁶⁰ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, p. 52 e **Fernando III**, 1º vol., p. 246.

2.4. A PARTICIPAÇÃO NA RECONQUISTA II: RUMO A ALBUQUERQUE — CONQUISTA E REPOVOAMENTO

Como foi visto atrás, em momento anterior às Navas, Afonso Teles tinha sido agraciado pelo rei, pelos seus serviços e fidelidade¹⁶¹, com as doações de Montalbán, em 1209, e, um ano depois, de Dos Hermanas e da torre de Malamonedá, nos Montes de Toledo. A partir destas localidades fortificadas terá certamente empreendido ataques contra localidades muçulmanas, uma vez que as fortalezas de fronteira, além de uma função defensiva, serviam paralelamente como bases de excelência para lançar ofensivas. A tomada de Guadalerza é disso perfeito exemplo. E esse fato está perfeitamente patente numa das cláusulas da cedência perpétua de Montalbán com os seus termos, pela qual Afonso VIII fomentava e incitava a guerra e conquista a sul, pois previa que as áreas que viessem a ser expugnadas aos muçulmanos por Afonso Teles lhe pertencessem, aumentando o domínio a expensas de território inimigo¹⁶². A doação de Dos Hermanas e Malamonedá era feita pelos mesmos motivos e, como foi visto atrás, em momento imediatamente posterior à tomada da torre de Guadalerza, sucesso que terá influído na concessão deste benefício. Porém, não estava consignada a doação dos territórios que ocupasse, o que não impedia que a aquisição por direito de conquista fosse válida.

Estes benefícios indicam que Afonso Teles agia favoravelmente em relação aos objectivos régios, sendo assim recompensado e estimulado a continuar o trabalho na fronteira, que passava sobretudo, mais do que o lançamento além de eventuais ofensivas militares, pelo seu repovoamento e defesa. É manifesto que, após a conquista de territórios e depois da implantação de sistemas aptos a defendê-los, um dos principais objectivos imediatos procurados pelos monarcas passava pelo seu repovoamento. As doações feitas pelo rei tinham muitas vezes associada a obrigação de promover o povoamento das terras, o que era do interesse de ambos, rei e beneficiado. E a verdade é que Afonso Teles irá alcançar alguma relevância nestes aspectos na área que recebera.

¹⁶¹ Segundo a escritura de cedência de Montalbán, «*pro multis et grátiis serviciis que mihi Diu et fideliter exhibuistis et quotidie exhibere non cessatis*» (Alfonso VIII, doc. 837). A da doação das outras terras tem uma fórmula semelhante.

¹⁶² Às terras indicadas na carta de doação, com todas as suas pertenças, e limites relativamente definidos, somava-se todas aquelas que conseguisse tomar aos muçulmanos: «*et deinde usque ad Paganos quantum potueritis acquirere*» (*ibidem*). Os termos do território cedido estendiam-se para Este, em direcção a Toledo e a Oeste, para Talavera.

Logo depois da grande batalha das Navas, tinham sido tomados pelos cristãos alguns castelos, nomeadamente Ferral, Tolosa, Baños e Vilches¹⁶³, e ainda Baeza, abandonada pelos muçulmanos, e Ubeda, onde muitos destes se haviam refugiado, que acabaria por ser arrasada, na impossibilidade de aqueles a conservarem¹⁶⁴. Apesar de os muçulmanos terem desocupado Baeza, não parece que as suas muralhas tenham sido destruídas, nem as forças cristãs decidiram mantê-la. Nova investida teria lugar no ano seguinte, quando Afonso VIII volta a comandar as suas forças na conquista de Alcaraz e Dueñas, depois chamada Calatrava La Nueva¹⁶⁵, e monta cerco a Baeza, já reocupada, ao mesmo tempo que Afonso IX, por sua parte, avançava sobre Alcântara, que cederia imediatamente aos frades de Calatrava¹⁶⁶. Porém, em Fevereiro de 1214, a falta de víveres e a fome que grassava no reino criavam uma situação suficientemente grave para obrigar Afonso VIII a assinar tréguas com o novo emir almóada e levantar o sítio de Baeza¹⁶⁷. Essas tréguas teriam uma duração de sete anos e seriam depois renovadas em 1221, já com Fernando III no trono castelhano, por mais três anos, estendendo-se até 1224¹⁶⁸. Durante este período de tempo, Afonso Teles aproveitaria para fortalecer o seu poder na fronteira meridional.

As terras a sul de Toledo encontravam-se, de uma forma geral, quase completamente despovoadas¹⁶⁹. A partir dos castelos recentemente recebidos, Afonso Teles podia vigiar o acesso a Montalbán e a Toledo e, ao mesmo tempo, aproveitar os terrenos para promover a criação e desenvolvimento de alguns povoados, ao permitir a prática da agricultura com alguma segurança e sobretudo da pastorícia, que tinha naqueles montes excelentes condições ao nível dos pastos e linhas de água¹⁷⁰. Teriam assim surgido algumas aldeias, entre as quais Hontanar, junto à torre de Malamonedas, e Navahermosa, que mais tarde iria mesmo absorver Dos Hermanas¹⁷¹.

Afonso Teles irá rapidamente reforçar o seu domínio sobre estas terras. De forma a tornar mais eficaz a vigilância da região, teria levantado em Malamonedas, como

¹⁶³ Cf. **De Rebus Hispaniae**, pp. 324-325.

¹⁶⁴ Cf. *ibidem*, p. 325.

¹⁶⁵ Cf. **Crónica Latina**, p. 36.

¹⁶⁶ Cf. **De Rebus Hispaniae**, p. 327.

¹⁶⁷ Cf. *ibidem*, pp. 327-328. As pazes também eram pretendidas pelos muçulmanos, pois Anasir, vencido nas Navas, falecera em Dezembro de 1213, sendo aclamado Almustansir bi-llah, que estava agora mais interessado em consolidar o seu poder nos seus domínios (cf. **Fernando III**, 1º vol., pp. 278-279).

¹⁶⁸ Cf. Gonzalo Martínez Díez, *Fernando III. 1217-1252*, Palência, La Olmeda – Diputación Provincial, 1993, pp. 63-65, e **Fernando III**, 1º vol., pp. 278-291.

¹⁶⁹ Julio Gonzalez aponta que os fracos recursos económicos e as limitações ao nível das vias de comunicação, que se reflectiam na escassez de fortificações, haviam tornado esta enorme região numa área pouco povoada, onde apenas se encontravam poucos e pequenos povoados. Cf. *Repoblación de Castilla la Nueva*, 1º vol., Madrid, Universidad Complutense, 1975, p. 322.

¹⁷⁰ Os principais recursos das terras seriam a caça, os pastos, o mel e a madeira. Cf. *ibidem*.

¹⁷¹ Cf. *ibidem*, p. 323.

importante complemento da torre já existente, um castelo a cerca de 100 metros desta¹⁷². Mas as construções iriam continuar e às duas bases de Dos Hermanas e Malamoneda terá sido mais tarde somado o castelo de Cedenilla, de localização incerta¹⁷³. Terá ainda, por iniciativa sua, tomado e reocupado, mais a sul, o castelo de Muro, também hoje desaparecido, na serra de Muro, vale do Estena, junto ao Guadiana¹⁷⁴.

Não é improvável que entre D. Rodrigo, arcebispo de Toledo e Afonso Teles pudesse surgir um conflito de interesses ou algumas desavenças sobre as áreas de expansão a sul, sobretudo a partir de 6 de Novembro de 1214, momento em que Henrique I doa Estena e os seus termos ao primeiro¹⁷⁵. Situando-se este vale imediatamente a sul dos domínios de Afonso Teles, criava-se assim, de certa forma, um tampão ao avanço deste último. Como tal, esta situação podia originar condições para o aparecimento de divergências entre os dois, arcebispo e magnate, caso decidissem não actuar de forma concertada. Mas esse apenas seria um eventual problema futuro — que não se veio a verificar —, pois a expansão para sul na raia castelhana estava momentaneamente suspensa.

Porém, apesar de vigentes as pazes na fronteira castelhana, na zona sul leonesa a guerra continuava a ter lugar. Aproveitando esta realidade, em 1218, cinco anos depois da tomada de Alcântara¹⁷⁶, Afonso Teles vai-se apoderar de Albuquerque, a sul daquela praça e a poucos quilómetros de Badajoz.

«*Dom Afonso Telez o Velho, o que pobrou Alboquerque, donde decenderom os Telos*»¹⁷⁷, é a designação pela qual o conde D. Pedro o apresenta no início do capítulo da linhagem, o que é bem revelador da importância que Albuquerque irá adquirir após a sua ocupação. A expressão «*o que povoou Albuquerque*» sugere, de certa forma, ter-se tratado de uma verdadeira ocupação. Seguindo este raciocínio, a vila estaria, portanto, abandonada pelos seus habitantes e Afonso Teles, com os seus homens, ter-se-ia assenhoreado da mesma, ocupando-a. Contudo, as coisas poderão ter-se passado de forma diferente. Uma

¹⁷² Cf. *ibidem*.

¹⁷³ Este castelo deveria situar-se no vale do Cedena, talvez nas proximidades da actual povoação homónima deste rio, cerca de 10 quilómetros a noroeste de Navahermosa. Cf. Jean-Pierre Molénat, *ob. cit.*, p. 241.

¹⁷⁴ Julio Gonzalez diz que é construção a mando de Afonso Teles (cf. *ob. cit.*, p. 323), mas Jean-Pierre Molénat adianta que o castelo já é mencionado no século XI em textos muçulmanos (cf. *ob. cit.*, p. 224).

¹⁷⁵ Cf. Julio González, *ob. cit.*, 3º vol., doc. 965. Tratar-se-ia do vale do rio Estena, então desabitado (Cf. Jean-Pierre Molénat, *ob. cit.*, p. 189).

¹⁷⁶ Cf. *Crónica de Alcântara*, fl. 5.

¹⁷⁷ *Livro de Linhagens*, título LVII. No *Livro do Deão*, 1A6 e 19X4 também é apontado como «*dom Afonso Teles, o que pobrou Albuquerque*».

cantiga de Afonso X¹⁷⁸ fala-nos que «*Na fronteira un castelo de mouros mui fort' avia / que combateron crischãos que sayan d' açaria / d' Ucres e de Calatrava con muita cavalaria; / e era y Don Affonssso Telez, ric-ome preçado / (...) / [Q]eu tragia gran conpanna de mui bõos cavaleiros, / ardidos e arrizados, e demais bõos guerreiros / e almogavares muitos, peões e baesteiros, / per que o castelo todo mui' agya foi entrado*»¹⁷⁹. Segundo este poema, o forte castelo de mouros acaba por ser tomado pela força, e é possível que se tratasse de Albuquerque¹⁸⁰. Se esta hipótese estiver certa, a fortaleza terá sido conquistada pelas armas, e num ataque coordenado das forças de Afonso Teles e das Ordens Militares de Santiago e de Calatrava¹⁸¹. Tal circunstância não deixaria de ser altamente provável, pois estranho seria que uma vila como Albuquerque, importante elemento do sistema de defesa de Badajoz, estivesse abandonada. De uma forma ou de outra, sendo que a versão da conquista pelas armas parece ser mais válida, a verdade é que D. Afonso Teles teria tomado posse e tratado de povoar Albuquerque por volta do ano de 1218¹⁸².

À primeira vista, a localização da vila poderia colocar algumas interrogações. Apesar de não ser estranha a presença de Afonso Teles nas regiões meridionais castelhanas, este episódio reveste-se de especial particularidade na medida em que a sua intervenção se fazia não nas tradicionais zonas de actuação castelhana, como sempre tinha acontecido, mas sim na área de expansão leonesa. Visto desta forma, um ataque a Albuquerque surgia quase como uma expedição avulsa, desconexa. Mas as relações temporariamente pacíficas na fronteira de Castela impediam que pudesse desenvolver aí operações militares, e privavam os nobres de aceder assim aos proveitos resultantes da guerra. Com Albuquerque, Afonso Teles tinha aberta uma porta para o sul podendo lançar ataques a partir de um local bem

¹⁷⁸ Cantiga nº 205. Cf. Afonso X, *Cantigas de Santa Maria*, ed. Walter Mettmann, vol. II, Universidade de Coimbra, 1961, p.265.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ A hipótese é avançada por Joseph F. O'Callaghan in *Afonso X and The Cantigas de Santa Maria: A Poetic Biography*, Brill Academic Publishers, 1998, pp. 89-90.

¹⁸¹ A cantiga indica o nome do mestre de Calatrava, Gonçalo Eanes, que governou a Ordem durante vinte anos, entre 1218 e 1238 (cf. **Crónica de Calatrava**, fls. 34v e 39), o que permite balizar o acontecimento narrado pela cantiga em limites que ainda compreendem o ano da tomada de Albuquerque. É certo que o Afonso Teles da cantiga poderia tratar-se do filho homónimo de Afonso Teles, Afonso Teles de Córdova, bastante activo na fronteira sul, como se verá adiante. Contudo, até 1238 Afonso Teles de Córdova surge sobretudo como parceiro privilegiado de Telo Afonso, seu irmão mais velho, que virá a morrer por estas datas, e não se conhece «castelo de mouros» que fosse tomado cuja tomada fosse por si empreendida. A sua vida será alvo de análise em capítulo seguinte, relativo aos senhores Meneses.

¹⁸² Este parece ser o ano da tomada, de acordo com documentos pontifícios de Honório III datados de 3 de Junho e de 15 de Julho 1225, que dizem que Afonso Teles, desde Albuquerque, fazia a guerra aos muçulmanos há sete anos: «*etiam per septem annos eis continue guerram de castro fuerit*». Cf. Demetrio Mansilla, *La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1965, docs. 559 e 569, respectivamente (citação do 2º doc.).

fortificado. Contudo, se é certo que em Albuquerque Afonso Teles tinha mais uma base de operações adequada à actividade guerreira, e agora numa fronteira que se eximia às tréguas entre Castela e os almóadas, não é menos verdade que a manutenção desta e das outras praças dos Montes de Toledo era extremamente exigente do ponto de vista financeiro.

Talvez assim se explique que, a 20 de Janeiro de 1222, Afonso Teles, com a sua esposa Teresa Sanches e os filhos Telo Afonso, Afonso Teles, Maior Afonso e Teresa Afonso¹⁸³, cedesse perpetuamente a D. Rodrigo e à catedral de Toledo os castelos de Dos Hermanas, Cenedilla, Malamonedas e Muro com todos os seus termos, pertenças e direitos¹⁸⁴; e fizesse ainda a demarcação do termo de Muro em relação a Cañamero, ficando o limite a meia distância de ambos. Todavia, reservava-se o direito de pastagem para os seus gados nos termos de todos os lugares entregues, o que é representativo da importância da região ao nível pastorício. Na realidade, esta não era a única compensação outorgada por D. Rodrigo e pelo cabido toledano, pois além disso obrigavam-se a pagar a Afonso Teles 8000 maravedis e 1000 *cahizes* de grão, metade cevada e metade trigo, em prazos estabelecidos e era instituída uma capela na catedral de Toledo com missa diária pela alma do doador e dos seus parentes¹⁸⁵. A venda fazia-se com a aquiescência de Fernando III, que a confirmava 3 dias depois, a 23 de Janeiro de 1222¹⁸⁶. Este pagamento estava liquidado quatro anos passados, pois a 7 de Outubro de 1226 o rei confirmava que a dívida fora convenientemente saldada¹⁸⁷. Os documentos são bastante explícitos acerca da existência de quatro castelos — «*quatuor castra, scilicet, Dos Hermanas, Malamonedas, Cedeniella et Murum*»¹⁸⁸ — e do facto de se tratarem de locais povoados — «*in frontaria sarracenorum castra aliqua populavi*»¹⁸⁹, o que é indicativo que Afonso Teles levava a cabo as tarefas de defesa e repovoamento do território com alguma eficácia. Nas cartas de venda, recordava que se havia dedicado à guerra contra os muçulmanos, a dilatar o território cristão e a povoá-lo a fim de recuperar a graça divina que colocara em causa nas guerras contra cristãos, onde cometera inumeráveis excessos: «*ego utaque Alfonsus Telli de Meneses propter innumeros excessus quos in guerra contra Christianos inconsulte comissi summe Maiestatis oculos provocando olim in frontaria Sarracenorum castra*

¹⁸³ Teresa Sanches era a sua segunda esposa e os filhos apontados haviam nascido todos do sseu casamento com D. Elvira Rodrigues Girón.

¹⁸⁴ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fº 57.

¹⁸⁵ Estabelecem-se as compensações pela entrega numa outra escritura do mesmo dia. Cf. *ibidem*, fº 56.

¹⁸⁶ Cf. **Fernando III**, 2º vol., doc. 153.

¹⁸⁷ Cf. *ibidem*, doc. 219.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fº 57.

aliqua (penitens) populavi»¹⁹⁰. As guerras a que se refere deverão com grande grau de probabilidade tratar-se dos conflitos com os reinos de Leão e Navarra que se seguiram ao desastre de Alarcos. Sobreretudo os combates com Leão, tendo em conta a implantação senhorial de Afonso Teles.

Estes negócios com o arcebispo de Toledo devem entender-se como uma opção tomada por Afonso Teles para aliviar o esforço financeiro necessário para manter tantas fortalezas aptas militarmente, sobretudo quando verificamos que as tréguas com os muçulmanos se mantinham válidas e que por isso a guerra, neste período e nesta área, não seria uma fonte de rendimento regular, ao contrário do que sucedia com Albuquerque. É provável que, sentindo dificuldades, optasse por alienar as que considerava menos vantajosas. Na medida em que escolhe vender as fortalezas da fronteira castelhana e manter aquela que se localizava numa frente militar activa, torna-se claro que a sua prioridade era fazer a guerra contra os muçulmanos. O que não implica que descuidasse outros negócios, pois apesar de se desfazer dos castelos e suas pertenças, Afonso Teles mantinha direitos de utilização dos pastos dos domínios cedidos que, como foi mencionado, detinham boas pastagens.

Mas não era só Afonso Teles que via vantagens em fazer a guerra. Esta começava a entrar nas cogitações de Fernando III. Em Junho de 1224, encontrando-se este rei em Muñó, acompanhado dos seus principais privados, de onde se destacavam Lopo Dias de Haro, os irmãos Gonçalo Rodrigues e Rodrigo Rodrigues Girón, Afonso Teles e outros dos mais importantes magnates, anuncia-lhes o seu propósito em não renovar as tréguas com os almóadas, advogando que a ocasião era propícia, e consulta-os a esse respeito, vindo a receber opinião unanimemente favorável por parte deles e de D. Berenguela, sua mãe¹⁹¹. É facilmente compreensível que aqueles nobres pretendessem por fim às pazes com os muçulmanos, a fim de adquirirem honra e proveito pelas armas. E certamente que essa pretensão não seria desconhecida pelo rei. Com toda a probabilidade, haveria mesmo importantes correntes de opinião junto dele que defendiam essa viragem política.

Na realidade, o facto de alguns deles empreenderem operações militares por iniciativa individual a partir das fronteiras dos reinos vizinhos já era revelador dessa vontade. É o caso do ataque a Albuquerque levado a cabo por Afonso Teles em 1218. Ou da expedição desenvolvida pelo arcebispo de Toledo, D. Rodrigo Ximenes, a partir de Aragão, em 1219, tendo como alvo Requena. Falha a tomada desta praça, mas consegue

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ Cf. *Crónica Latina*, p. 61 e *Fernando III*, 1º vol., pp. 292-293.

conquistar três castelos menos importantes: Sierra, Serrezuela e Mira¹⁹². Na medida em que algumas das mais relevantes figuras do reino já antes procuravam fazer a guerra com os muçulmanos, a proposta de Fernando III mais não vinha do que responder aos desejos desse sector da nobreza, que veria na guerra uma actividade bastante aliciante economicamente. Afonso Teles era um desses nobres, e certamente que em Muñó defenderia o fim das tréguas. No mês de Julho seguinte, em cúria reunida em Carrión, confirmava-se a posição adoptada em Muñó de não renovar as pazes e declarar guerra aos muçulmanos. Ainda em 1224, as milícias de Cuenca, Huete, Alarcón e Moya penetravam o território almóada e D. Fernando III reunia uma hoste de 500 cavaleiros bem armados sob o comando de Lopo Dias de Haro, Gonçalo Rodrigues Girón e Afonso Teles para que corressem as terras inimigas, vindo a tomar Quesada e outros castelos¹⁹³.

Apesar de não solucionar imediatamente os seus problemas em manter os seus domínios na fronteira de forma militarmente operacional — e em Albuquerque as dificuldades eram muitas, sobretudo pela falta de dinheiro — o retomar da guerra por Castela seria certamente favorável a Afonso Teles. A reactivação de toda uma extensa frente permitia, em primeiro lugar — não obstante ter cedido os seus domínios nos Montes de Toledo em 1222 a D. Rodrigo Ximenes — aumentar a franja de território apta a lançar possíveis expedições sobre todo o sul. Mas tão importante quanto isso era o facto dessa nova frente permitir de certa maneira aliviar a intensa pressão dos muçulmanos sobre Albuquerque, uma vez que estes tinham, a partir de agora, de repartir as suas forças por todas as fronteiras dos reinos cristãos.

Este último aspecto não era de somenos importância, quando se sabe que as dificuldades em manter e defender Albuquerque eram enormes, apesar de dirigir para aí, desde 1222, a maior parte das suas forças e recursos. De forma a conseguir atingir este propósito — manter a posse de Albuquerque — Afonso Teles vai procurar ajuda na Igreja, onde contava com o apoio de dois preciosos aliados: o arcebispo de Toledo, D. Rodrigo Ximenes de Rada, precisamente quem havia adquirido os seus castelos dos Montes de Toledo e que seguramente manteria consigo relações favoráveis; e sobretudo o seu irmão, bispo de Palência, D. Telo Teles. Em 1225, este último encontra-se em Roma¹⁹⁴, permanecendo aí durante alguns meses, onde entre outros assuntos relacionados com a sua diocese e sobretudo com a universidade palentina, cuja instituição havia promovido a partir

¹⁹² Cf. Gonzalo Martínez Díez, *Fernando III... cit.*, p. 66.

¹⁹³ Cf. *Crónica de Castilla*, p. 301.

¹⁹⁴ Cf. Modesto Salcedo, «Vida de don Tello Téllez de Meneses, Obispo de Palencia», Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses, n.º 53, 1985, pp. 202-205.

dos estudos já existentes¹⁹⁵, irá defender a causa do irmão. Terá sido ele a apresentar a Honório III o pedido de apoio de Afonso Teles, onde este lembrava que desde que tomara Albuquerque, há sete anos, fora constantemente assediado pelos muçulmanos, resistindo com imensas dificuldades, incluindo de víveres. Pretendia manter a fortaleza e estava empenhado em fazer a guerra aos infiéis para glória da fé cristã, mas a situação em que se encontrava não se iria alterar sem auxílio, e receava mesmo ver-se obrigado a abandonar o castelo. Estes argumentos são perfeitamente registados na bula que o papa envia aos cavaleiros de Santiago, a 15 de Julho de 1225, mandando-os socorrer Afonso Teles no seu castelo de Albuquerque sempre que este o solicitar: *«nobilis viri Alfonsi Tellii fuit nobis humiliter supplicatum ut cum castrum de Albocerque, quod sarracenorum est frequentia circumspertum, propter guerram eorum continuam et obsidionem, etiam deficiente pane et carnibus, et aqua dumtaxat, sub periculo capitis, ab eorudem infidelibus ad honorem fidei christianae diutibus defensaret, etiam per septem annos eis continue guerram de castro fuerit supradicto, et ipsos quoad vixenit infestare proponat»*¹⁹⁶. Além deste apoio militar, Honório III determinara ainda, a 3 de Junho, que cada igreja da província de Toledo adjudicasse uma carga de trigo dos seus dízimos durante dois anos para provimento de Albuquerque¹⁹⁷, concessão que pela quantidade que representava — cerca de três mil cargas anuais¹⁹⁸ — dificilmente poderia reunir-se com eficácia, mas que deverá ter constituído uma preciosa ajuda para manutenção daquela praça. É necessário observar que uma mercê desta envergadura certamente que se fazia apenas com a concordância do arcebispo de Toledo, o que confirma as boas relações entre ambos. Além disso, a 4 de Junho o papa dirigira uma outra bula aos arcebispos de Toledo e Tarragona e seus sufragâneos ordenando proteger Afonso Teles e a sua família enquanto se encontrava a lutar com os muçulmanos¹⁹⁹.

Através de todos estes despachos, identifica-se perfeitamente o interesse na defesa e posse da vila por parte da Igreja. De facto, Albuquerque estava muito bem situada para, a partir daí, lançar ataques às importantes vilas e cidades muçulmanas vizinhas. Assim, não

¹⁹⁵ Cf. *ibidem*, p. 153-156.

¹⁹⁶ Demetrio Mansilla, *La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1965, doc. 569. Esta guerra contínua de sete anos a que este e outros despachos papais aludem, com a indicação das dificuldades vividas por Afonso Teles para manter a praça, sob constante assédio inimigo, confirma que os muçulmanos reconheciam concebiam Albuquerque como uma posição estratégica importante, pelo que certamente não a abandonariam voluntariamente e deverá ter sido tomada pela força.

¹⁹⁷ Cf. *ibidem*, doc. 359.

¹⁹⁸ Julio González calcula-as neste valor. Cf. **Fernando III**, 1º vol, p. 164.

¹⁹⁹ Cf. Demetrio Mansilla, *ob. cit.*, p. 416.

se estranhará a conquista de Valência, em 1221, pelos cavaleiros de Alcântara, que rebaptizariam a vila; de Cáceres, em 1227, por Afonso IX e após várias tentativas; e sobretudo de Mérida e Badajoz em 1230, pelo mesmo rei²⁰⁰.

O reinício dos conflitos na fronteira castelhana e o apoio da Igreja, inclusive desde Roma, eram aspectos extremamente importantes na prossecução e sucesso da sua política pessoal, que continuava a passar por uma presença efectiva na fronteira, na luta contra os muçulmanos e na ocupação de novos territórios, apesar de todas as dificuldades. E sabe-se que, além das vezes em que integrava as forças do rei, Afonso Teles operava por iniciativa própria em zonas bastante afastadas. Assim, em Julho ou Agosto de 1225, depois de ter detido durante alguns anos importantes domínios nos Montes de Toledo, de ter tomado Albuquerque, mais a oeste, na fronteira leonesa, e ter participado na campanha de Quesada, unia as suas gentes às forças concelhias de Cuenca, Huete, Moya e Alarcón, lideradas pelo bispo de Cuenca e penetrava nas terras murcianas, na região oriental de Castela²⁰¹. Nessa expedição teriam sido enfrentados em algumas ocasiões pelos muçulmanos e montado assédio sobre uma praça: *«el noble soldado Alfonso Téllez y el bispo conquense con los consejos de aquel episcopado entraron en las tierras de Murcia, donde, después dela sedio de cierta fortaleza, entablaron com casi todos los moros de aquella frontera, es decir, una innumerable multitud, combate, en el que por virtud de nuestro Señor Jesucristo vencieron a los moros y mataron muchos miles de ellos en la batalla»*²⁰². A fortaleza mencionada deverá tratar-se do castelo de Aliaguilla, entre Moya e Requena e perto de Mira, pois nesse mesmo ano Afonso Teles estava empenhado em reconstruí-lo e repovoá-lo, conseguindo a ajuda do arcebispo de Toledo, o bem conhecido D. Rodrigo Ximenes de Rada, que 7 de Setembro desse ano concedia a quem fosse trabalhar durante um mês naquele castelo indulgência idêntica à dos combatentes contra os infiéis²⁰³.

Em 1226 o senhor de Albuquerque protagoniza uma das últimas acções de destaque no contexto da vida de fronteira, e que reflecte uma posição de um homem que se preocupa com outros aspectos da guerra. No dia 25 de Abril desse ano, junto com a sua esposa, Teresa Sanches, fundava um hospital de redenção de cativos em Talavera, por vontade espontânea e salvação das suas almas, que doavam ao mestre e Ordem de Santiago, e ao

²⁰⁰ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *ob. cit.*, pp. 99-100.

²⁰¹ Cf. **Fernando III**, 1º vol, p. 301.

²⁰² Cf. **Crónica Latina**, p. 68.

²⁰³ Cf. **Bulário de Santiago**, pp. 85-86: *«qui ad fabricam dicti Castri per vnum mensem operam dederint, indulgemus eadem remissionem, quam concedimus militantibus contra Mauros»*

qual associavam toda a herdade que tinham em Talavera, que consistia em quinze jugadas de terra cultivada no lugar de Lorviga e a vinha no lugar de Pastera, com todas as suas pertenças²⁰⁴. A cedência era feita com a condição de que quando os muçulmanos tivessem sido expulsos de todas as terras a sul e não houvesse mais cristãos para remir, se usassem as herdades para uso e alimento dos pobres. Por esta altura já Afonso Teles tinha atingido uma idade respeitável e esta instituição revelava as preocupações próprias dessa circunstância.

O último episódio de destaque na luta contra os muçulmanos é datado de 1227, quando socorre o seu filho Telo Afonso, que se encontrava cercado em Martos, na fronteira sul²⁰⁵. Mas a sua presença junto de Fernando III era frequente e fazia-se nas expedições que este lançava sobre os muçulmanos. Mesmo até ao fim da sua vida. Sabe-se, por exemplo, que em 1230, no próprio ano da sua morte²⁰⁶, se encontrava com o rei castelhano no cerco de Jaén, em 1230²⁰⁷, quando este toma conhecimento do falecimento do pai, Afonso IX. Acompanha o monarca depois quando este se dirige a Leão para fazer valer os seus direitos sobre este reino, naquela que será uma das suas últimas acções cortesãs²⁰⁸.

Da mesma forma que tinha acontecido consigo em relação ao seu pai, também os seus filhos Telo Afonso e Afonso Teles se preparavam para lhe suceder em certos domínios da vida pública, neste caso nos campos de batalha muçulmanos. Também eles beneficiariam da forte ligação do pai ao monarca reinante ao longo de toda a sua vida, com maior notoriedade nos sucessos que envolveram a subida ao trono castelhano por parte de Fernando III, de quem Afonso Teles fora um dos mais destacados apoiantes.

2.5. A DEFESA DOS INTERESSES EM CAMPOS E A PROMOÇÃO DE CASAS RELIGIOSAS

Apesar do empenho que demonstrava na luta contra os muçulmanos e do facto de se encontrar permanentemente junto do rei, sendo um frequentador constante da corte, o que obviamente levava a que estivesse mais afastado das regiões da Tierra de Campos, a verdade é que não podia descuidar nem descuidava os seus interesses nesta região.

²⁰⁴ Cf. *ibidem*, p. 86.

²⁰⁵ Este cerco e os sucessos relacionados serão observados em maior pormenor mais adiante.

²⁰⁶ Argote de Molina copiou o epitáfio no seu túmulo no mosteiro de Palazuelos, agora desaparecido, que data o falecimento de 1230: «OBIIT ALPHONSVS TELLI NOBILIS AMATOR TOTIVS BONITATIS FACTOR ISTIVS MONASTERII. ERA CIO.CC.LX.VIII.». Cf. **Nobleza del Andaluzia**, fl. 89v.

²⁰⁷ Cf. **De Rebus Hispaniae**, p. 347, e **Crónica de Vinte Reis**, p. 304.

²⁰⁸ Cf. **De Rebus Hispaniae**, pp. 347-348, e **Crónica de Vinte Reis**, pp. 304-305.

O auxílio prestado por Afonso Teles a Fernando III e a D. Bereguela no processo que culminou na aclamação do primeiro como rei de Castela não deixou de ser recompensado com a doação de alguns domínios. Assim, a 26 de Maio de 1225, o rei castelhano concedia-lhe várias possessões em Villa Mofol²⁰⁹ e a 5 de Janeiro do ano seguinte doava-lhe os domínios que tinha em Villalba del Alcor²¹⁰.

Como o seu pai, e seguindo uma direcção semelhante, também ele favoreceu algumas instituições religiosas e criou outras, mais uma vez com a ajuda de Afonso VIII. Isto indica que o monarca continuava a utilizar os mesmos esquemas de implantação de poder naquela zona, através da fundação de mosteiros por intermédio dos seus privados. A sua relação com algumas instituições monacais denuncia uma continuidade na política empreendida por Telo Peres, e faz-se sentir logo nos últimos anos de vida deste. Em 23 de Junho de 1200, Afonso Teles fazia um importante escambo com o abade e o convento de Sahagún, recebendo a vila de Boadilla de Rioseco, com a sua igreja e moinhos, em troca de 120 jugadas de terra em Villanueva de San Mancio²¹¹. A troca era feita com o aval e consentimento de D. Elvira, sua esposa, de D. Telo Teles e de Soeiro Teles, os seus irmãos ainda vivos. Esta doação era feita na sequência de uma outra datada de 9 de Julho de 1195²¹², já mencionada, na qual D. Telo Peres, com o assentimento dos seus filhos, doava ao mosteiro de Sahagún as igrejas de Villanueva de San Mancio e algumas propriedades e igrejas associadas que compunham o mosteiro de San Mancio. Fazia-se desta forma, em várias etapas, a passagem da jurisdição do mosteiro de San Mancio para o mosteiro de Sahagún. A terceira fase teria lugar a 25 de Abril de 1201, quando Afonso Teles e os irmãos doam a Sahagún a vila de Villanueva de San Mancio e o que tinham em Fuentes de Angriellos, em troca de algumas rendas²¹³. Esta transferência jurisdicional, iniciada por Telo Peres e depois continuada por Afonso Teles e os irmãos, faz supor a existência de uma estratégia política familiar que tem uma continuidade após o falecimento do líder da família e com a sucessão natural dos seus filhos na liderança dos interesses da mesma.

Há mesmo mecanismos que se reproduzem com Afonso Teles, decalcados dos vistos com Telo Peres, que não dependem apenas das acções destes nobres, e estão integradas num jogo político mais vasto conduzido por Afonso VIII. De forma idêntica ao pai, com forte ingerência régia, também Afonso Teles irá ter o seu nome associado a um mosteiro

²⁰⁹ Cf. **CD Matallana**, doc. 22.

²¹⁰ Cf. *ibidem*, doc. 23.

²¹¹ Cf. **CD Gradefes**, doc. 73.

²¹² Cf. **CD Villanueva de San Mancio**, doc. 3.

²¹³ Cf. *ibidem*, doc. 7.

enquanto principal benfeitor, no caso o mosteiro de Palazuelos. Em Palência, a 28 de Julho de 1213, Afonso VIII dava a Afonso Teles e a Teresa Sanches, sua esposa, a vila de Palazuelos²¹⁴. Estes, apenas quatro dias volvidos, com o beneplácito régio — e melhor seria dizer disposição régia — cediam a mesma vila ao mosteiro de San Andrés de Valvení, tal como a haviam recebido, com a condição de que a casa religiosa passasse para o lugar de Palazuelos e erigissem aí um novo cenóbio de rito cisterciense²¹⁵. Não deixa lugar a dúvidas que a cedência deste lugar pelo monarca castelhano ao senhor de Meneses era feita com a condição que ele o entregasse aos religiosos de San Andrés. Pelos seus serviços, doava-lhe não propriamente a terra mas a possibilidade de ser reconhecido como principal patrono — neste caso, dada a transferência, trata-se praticamente de um refundador — de uma casa religiosa que se viria mais tarde a tornar na cabeça da Ordem de Cister em Castela²¹⁶. Afonso VIII fazia com Afonso Teles o mesmo que fizera com Telo Peres relativamente aos mosteiros de Matallana e de Trianos. Ao proporcionar-lhes domínios que seriam depois direccionados para mosteiros, criava laços que uniam solidamente as três partes e que cimentavam o seu poder — e o poder dessa rede — na região, então ainda uma fronteira potencialmente exposta a conflitos, dados os interesses que os dois reinos vizinhos tinham nela. Concomitantemente, estas manobras do rei castelhano acabavam por beneficiar os senhores de Meneses e os mosteiros, pois também eles, ao integrar a rede de poder, se afirmavam naquele território.

Dentro da mesma rede encontrava-se o Hospital de San Nicolás del Real Camino, fundado por D. Telo, e pelo qual Afonso Teles parece ter uma especial afeição, fazendo-lhe doações e intervindo no seu funcionamento em algumas ocasiões. A 15 de Julho de 1210, com Elvira Rodrigues, sua esposa, cedia ao hospital as suas propriedades em Villalmán e Aguilar de Campos, com todas as suas pertenças e direitos, três vinhas e uma horta em Sahagún, um monte em Castrillo e outro em Rioseco, uma herdade em Villasanzo e outra em Murera²¹⁷. No ano de 1221, o já então senhor de Albuquerque e D. Telo Teles, seu irmão e bispo de Palência, faziam outra concessão ao mesmo hospital. D. Telo doava, pela salvação da alma dos seus pais, o solar que tinha em Villasanzo e Afonso Teles as herdades que possuía em Villasanzo e em Carvajal, pela alma de D. Elvira, falecida

²¹⁴ Cf. **Afonso VIII**, doc. 907.

²¹⁵ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 44. O mosteiro de San Andrés de Valvení tinha um pasado beneditino mas à data desta doação já seguiriam orientação cisterciense (cf. Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, *Monasterios Cistercienses en Castilla...cit.*, p. 118).

²¹⁶ Cf. Jesús Urrea Fernández, *Catálogo Monumental de la Provincia de Valladolid: Antiguo Partido Judicial de Voloria la Buena*, Diputación de Valladolid, 2003, p. 51.

²¹⁷ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 7.

entretanto, e dos seus pais²¹⁸. E em 1225, Afonso Teles e Teresa Sanches, sua segunda esposa, iriam intervir directamente na gerência do hospital, estabelecendo para os religiosos e enfermos do local as normas pela qual este se devia reger²¹⁹. Em data incerta, doara ainda a esta casa algumas terras em Villa Acevedo, favor que seria em 1247 confirmado por Maior Afonso, sua filha²²⁰.

Por esta altura já havia muito que Afonso Teles se dedicava com maior empenho na defesa dos interesses que tinha a sul. Voltaria definitivamente a Campos em 1230, para repousar eternamente no mosteiro de Palazuelos, deixando atrás de si uma memória que fazia de si um dos mais reputados e poderosos nobres castelhanos dos primeiros anos do século.

2.6. A DESCENDÊNCIA DE AFONSO TELES E A SUCESSÃO NAS CASAS DE MENESES E DE ALBUQUERQUE

Afonso Teles foi progenitor de uma numerosa e prestigiada prole que ocupará nos anos após a sua morte lugares de destaque no seio das elites peninsulares. Alguns deles irão ser os primeiros membros da família a passar as fronteiras de Castela rumo a Portugal, garantindo neste reino posições de grande relevo.

Casou em primeiras núpcias com Elvira Rodrigues Girón, filha de Rodrigo Guterres Girón, rico-homem, e de D. Maior²²¹ ou Maria Gusmão²²². Rodrigo Gomes era o mais destacado membro daquela família, cujos principais domínios se situavam na Tierra de Campos. Tratava-se, portanto, de uma dama de uma linhagem cuja base de poder senhorial se situava na mesma região de origem da sua. Rodrigo Guterres fora um importante rico-homem da corte de Afonso VIII, vindo a ser seu mordomo-mor entre 1173 e 1193²²³, cargo que somara às tenências de Montealegre, em 1173; Gatón de Campos, em 1181; Monzón, entre 1166 e 1183; Torre Mormojón, em 1192; e de metade de Carrión, em 1186²²⁴. Tratava-se por isso de um dos mais poderosos e destacados nobres da cúria castelhana, onde convivia com Telo Peres, com quem partilhava o facto de deter importantes domínios

²¹⁸ Cf. *ibidem*, doc. 10.

²¹⁹ Cf. *ibidem*, doc. 12.

²²⁰ Documento de 19 de Abril. Cf. *ibidem*, doc. 20.

²²¹ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 553, **Livro do Deão**, 6AY6 e **Livro de Linhagens**, 15B2, 21A9. O conde D. Pedro chama-lhe erradamente Teresa Rodrigues. Chama à sua mãe D. Maior.

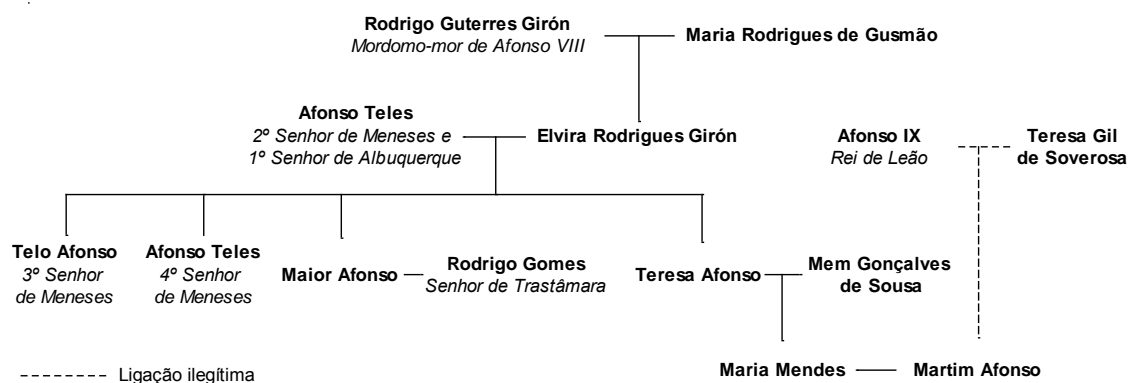
²²² Julio González diz que a primeira esposa de Rodrigo Girón é Maria Gusmão, tendo desta a maioria dos filhos, incluindo a esposa de Afonso Teles. Cf. **Afonso VIII**, 1º vol., p. 359.

²²³ Cf. *ibidem*, p. 242.

²²⁴ Para todas estas tenências, cf. *ibidem*, p. 357.

na zona oeste do reino. A aliança entre as duas linhagens era certamente favorável a ambas.

Árvore Genealógica 6 – Filhos de Afonso Teles e Elvira Rodrigues Girón



Com D. Elvira o senhor de Meneses e de Albuquerque teve quatro filhos: Telo Afonso, Afonso Teles, Maior Afonso e Teresa Afonso²²⁵. Irão destacar-se os dois varões, cada um deles, em determinada altura, líderes da linhagem. Serão presença assídua na corte e nas campanhas de Fernando III; Afonso Teles notabilizar-se-á ainda no reinado de Afonso X²²⁶.

As duas filhas de Afonso Teles e Elvira Rodrigues, D. Maior e D. Teresa, casarão com dois destacados ricos-homens da Galiza e de Portugal: Rodrigo Gomes, Senhor de Trastâmara²²⁷; e Mem Gonçalves de Sousa, respectivamente²²⁸.

Rodrigo Gomes, filho do conde Gomes Gonçalves e de Elvira Peres, talvez o mais poderoso nobre galego na Galiza da primeira metade do século XIII, como apontado em alguns documentos, que o diziam «*tenente principatur Gallecie*»²²⁹, era o líder da importante linhagem de Trava, família com estreitos laços às coroas de Leão e de Portugal, sobretudo no século anterior²³⁰. Detinha importantes tenências no reino leonês,

²²⁵ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, **Livro do Deão**, 6AY6 e **Livro de Linhagens**, 15B2, 57A1.

²²⁶ O percurso de ambos será analisado mais adiante.

²²⁷ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, **Livro do Deão**, 19X4 e **Livro de Linhagens**, 13B2 (como Rui Gomes).

²²⁸ Cf. **Casa Farnese**, p. 576, **Livro do Deão**, 1A6 e **Livro de Linhagens**, 22D12.

²²⁹ Cf. **Fernando III**, 1º vol. p. 172.

²³⁰ Sobre a família, veja-se María del Carmen Pallarés, e Ermelindo Portela, «Aristocracia y sistema de parentesco en la Galicia de los siglos centrales de la Edad Media: el grupo de los Traba», *Hispania: Revista española de historia*, vol. 53, nº 185, 1993 pp. 823-840; Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... cit.», pp. 88-90; Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, Margarita, *Linajes nobiliários de León y Castilla... cit.*, pp. 312-341; *idem*, «Relaciones fronterizas entre Portugal y León en tiempos de Alfonso VII: el ejemplo de la casa de Traba», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Historia*, nº.

designadamente a Galiza, Trastâmara, Monterroso, Montenegro, Lemos e Sarria²³¹. Importante membro da corte de Afonso IX, é um dos primeiros magnates de Leão a encontrar-se junto de Fernando III após a aclamação deste, logo em 1230, confirmando documentos até 1252 e sendo arrolado nas listas como um dos principais nobres leoneses²³². O seu casamento foi tratado anteriormente à união dos dois reinos e à integração dos nobres leoneses na corte de Fernando III, pois em 1222 já estava casado com Maior Afonso²³³. Associou-se às campanhas de Fernando III contra os muçulmanos, tendo-se distinguido na expedição a Jerez²³⁴, na tomada de Córdoba²³⁵ e no cerco de Sevilha²³⁶, vindo a ser beneficiado no *repartimiento* desta última cidade²³⁷.

Após a sua morte, que terá acontecido pouco depois de deixar de subscrever os diplomas de Fernando III, em 1252, a sua viúva, D. Maior, irá entregar, no dia 16 de Julho de 1261, Villa Sardón²³⁸ à Ordem de Santiago, de quem a tinha em vida. Dará ainda outras herdades que ela e o marido, Rodrigo Gomes, deveriam ceder conforme anteriormente combinado, e onde se incluía Santa Vocalla. O mestre de Santiago, à altura o famoso Paio Peres Correia, em nome da ordem, entrega-lhe em contrapartida 300 maravedis anuais a receber na portagem de Castrotorafe, pelo Natal²³⁹.

Junto de D. Maior, Rodrigo Gomes tinha anteriormente, a 19 de Abril de 1247, confirmado a doação de Villa Acevedo ao hospital de San Nicolás feita por Afonso Teles, doando o casal quanto possuíam em herdades na mesma vila²⁴⁰. E em 1255, a 26 de Dezembro, tinham efectuado uma permuta com a Ordem de Calatrava, doando alguns bens não enumerados no documento, mas que deveriam ter sido consideráveis, dado aquilo que recebiam em troca. A ordem transferia para a sua posse, em vida, a vila de Santa María de Bedoya; o que tinha em Peñafiel e no seu termo; os lugares de Lengai e Canaleias; tudo o que tinham em Olmos e no seu termo com todos os direitos e pertenças; tudo o que tinham

15, 1, 1998, pp. 301-312; Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, «La nobleza del reino de León... cit.», pp. 283-284. Para o período e indivíduo em questão, **Fernando III**, 1º vol., pp. 171-173.

²³¹ Cf. *ibidem*, p. 172 e Margarita Torres Sevilla-Quñones de León, Margarita, *Linajes nobiliários de León y Castilla...* cit., p. 339.

²³² Cf. **Fernando III**, 1º vol., pp. 171-173.

²³³ Cf. *ibidem*, p. 172. Margarita Torres Sevilla (*ob. cit.*, p. 339), seguindo trabalho de María del Carmen Pallarés, e Ermelindo Portela (*ob. cit.*, p. 838) toma a esposa de D. Rodrigo Gomes como D. Maior Afonso, filha de D. Afonso IX, ao contrário do que indicam os livros de linhagens, já citados, e Salazar e Castro, que fazem de D. Maior Afonso filha de Afonso Teles (cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576).

²³⁴ Cf. **Crónica de Vinte Reis**, p. 308.

²³⁵ Cf. **Crónica Latina**, p. 101.

²³⁶ Cf. **Primera Crónica General**, tomo II, pp. 758-759.

²³⁷ Cf. **Fernando III**, 1º vol., pp. 172.

²³⁸ Deverá tratar-se da actual localidade de Sardón de los Frailes, no vale do Douro, a oeste de Salamanca.

²³⁹ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 82.

²⁴⁰ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 20.

em Castriello; e o que tinham em Valadolid, casas e vinhas e herdades com todos os seus direitos. Quando morressem, tudo reverteria a favor da Ordem²⁴¹. Não houve descendência deste enlace.

Quanto ao esposo de Teresa Afonso, Mem Gonçalves de Sousa, filho de Gonçalo Mendes de Sousa e de Teresa Soares de Riba Douro²⁴² era, também ele, um membro distinto da sua família, fortemente implantada no vale do rio Sousa, que lhe daria o nome²⁴³. Os Sousa eram uma das cinco linhagens apontadas pelo Livro Velho de Linhagens como «*dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal*»²⁴⁴. Uma família que se manteve ao longo dos séculos XII e XIII no topo da hierarquia nobiliárquica portuguesa, detendo durante este período, por várias ocasiões, importantes cargos da administração central²⁴⁵.

É possível que Mem Gonçalves tenha falecido em vida do seu pai²⁴⁶, o que impediu que viesse a ocupar a chefia da linhagem, detida por este último. D. Gonçalo Mendes de Sousa fora mordomo-mor de Sancho I entre 1292 e 1211, monarca de quem foi importante privado²⁴⁷. Afastado na corte no início do reinado de Afonso II, viria a tornar-se seu opositor, saindo para o reino Leão durante alguns anos²⁴⁸ e apoiando as infantas Teresa, Sancha e Mafalda nas disputas que estas mantiveram com o rei português²⁴⁹. Iria recuperar a sua preponderância política no reinado seguinte, reocupando o mordomado em 1224²⁵⁰ e detendo várias tenências na Beira²⁵¹.

Considerando as relações do seu pai com Afonso II, é estranho que Mem Gonçalves de Sousa seja apontado como um dos cavaleiros que por volta de 1220 liderou as forças de Afonso II nos combates que se seguiram à invasão de Martim Sanches ao território de Portugal, reclamando a reparação dos ataques de que fora alvo por parte de alguns

²⁴¹ Cf. **Salazar y Castro**, maço I-40, fls. 95-95v.

²⁴² Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, vol. 1, p. 211.

²⁴³ Para esta família, veja-se, como ponto de partida, Odília Filomena Alves Gameiro, *A construção das memórias nobiliárquicas medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

²⁴⁴ **Livro Velho**, prólogo, 1.

²⁴⁵ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, vol. 1, p. 203.

²⁴⁶ Cf. *ibidem*, pp. 210-211.

²⁴⁷ Cf. **D. Sancho I**, p. 271.

²⁴⁸ Em 1219, porém, já confirma documentos de Afonso II. Cf. **D. Afonso II**, pp. 70-72.

²⁴⁹ Cf. *ibidem*, pp. 70-72, e **Linhagens Medievais Portuguesas**, vol. 1, pp. 210-211.

²⁵⁰ Cf. **D. Sancho II**, p. 276.

²⁵¹ Designadamente Lamego (1221-1222 e 1234-1236), Pinhel (1223), Trancoso (1219-1225) e Viseu (1235). Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, vol. 1, p. 211, nota 35.

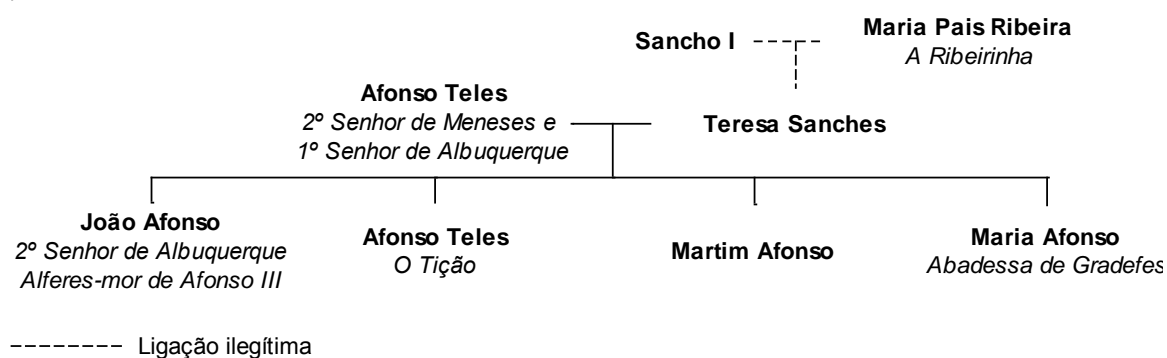
apoiantes do rei português²⁵². No reinado seguinte confirma alguns documentos de Sancho II até 1224²⁵³, e a partir daí não se conhecem mais notícias suas, pelo que terá falecido nesse mesmo ano ou pouco depois.

A morte precoce poderá explicar o facto de ter tido apenas uma filha do seu casamento com Teresa Afonso: Maria Mendes, que desposaria Martim Afonso, filho ilegítimo de Afonso IX de Leão com D. Teresa Gil de Soverosa²⁵⁴. Este casal, que não deixaria descendência, seria o fundador, em 1268, do mosteiro santiaguista feminino de Sancti Spiritus de Salamanca²⁵⁵.

Observadas as ligações, percebe-se que no momento de combinar casamentos Afonso Teles mantinha-se ambicioso. Os cônjuges das suas filhas tratavam-se tão-só dos líderes — no caso de Mem Gonçalves, presumível líder, uma vez que viria a falecer em vida do pai — das linhagens de Trava e Sousa, as mais poderosas então na Galiza e em Portugal, respectivamente.

Após a morte de D. Elvira Rodrigues Girón, que terá tido lugar pouco depois de 2 de Fevereiro 1211²⁵⁶, o senhor de Meneses casa com D. Teresa Sanches, filha bastarda de D. Sancho I de Portugal e de D. Maria Pais Ribeira, a famosa *Ribeirinha*²⁵⁷.

Árvore Genealógica 7 – Filhos de Afonso Teles e Teresa Sanches



²⁵² Cf. **D. Afonso II**, p. 230-231, **Monarquia Lusitana IV**, fls. 78-79, e **Livro de Linhagens**, 25G3. Martim Sanches era filho bastardo de Sancho I e encontrava-se então na corte de Afonso IX.

²⁵³ Cf. **D. Sancho II**, p. 128.

²⁵⁴ Cf. **Livro Velho**, 1M10, **Livro do Deão**, 1A6, 14I11, e **Livro de Linhagens**, 22D12-13, 25A4. Segundo Rades e Andrada, D. Maria Mendes era a terceira esposa de D. Martim Afonso. Cf. **Crónica de Santiago**, fls. 33v-34.

²⁵⁵ Cf. *ibidem*, fls. 33v-34, e **CD Sancti Spiritus de Salamanca**, pp. 11-16.

²⁵⁶ Neste dia D. Elvira ainda está viva e confirma a troca de Villulíes, em posse de Afonso Teles, pela torre de Malamonedá, tida por Roberto de Wales Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fº 54. Sobre este assunto, veja-se a nota nº 66 deste capítulo.

²⁵⁷ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, vol. I, pp. 105-106. Já estavam casados a 28 de Julho de 1213, quando Afonso VIII cede a Afonso Teles e à sua esposa Teresa Sanches a vila de Palazuelos (cf **Alfonso VIII**, doc. 907).

Deste enlace nasceram quatro filhos: João Afonso; Afonso Teles, o *Tiçã* (Tizón); Martim Afonso; e Maria Afonso²⁵⁸. Nada mais se sabe sobre esta última, além do facto de ter seguido a vida religiosa, vindo a ser abadessa de Gradefes²⁵⁹.

Os três varões ganharam destaque não em Castela mas no reino de Portugal, para onde os dois primeiros se terão dirigido na década de 1240 em apoio de Afonso, conde Boulogne, na sua pugna pela coroa portuguesa, sendo seguidos anos depois por Martim Afonso²⁶⁰.

Com a morte de Afonso Teles, os seus extensos senhorios — de onde se destacavam Meneses de Campos e Albuquerque — viriam a ser repartidos pelos seus filhos. Apesar de aparentemente estes herdarem os vários domínios de forma partilhada, vão-se criar dois ramos familiares a partir dos seus dois casamentos. Este aspecto veio provocar uma divisão na família, vindo os filhos do primeiro casamento de Afonso Teles a ficar associados ao primeiro senhorio — muito provavelmente porque terão herdado a maioria dos domínios em Campos — e a ser conhecidos como senhores de Meneses, e os filhos do segundo casamento, por razões idênticas, a ser associado ao senhorio de Albuquerque²⁶¹.

Mais do que a divisão do senhorio, que será observada mais adiante e que, como referido, parece ter-se feito por todos os filhos, independentemente do casamento que os gerou, o que se veio a verificar com a morte de Afonso Teles, *o Velho*, foi o aparecimento de duas importantes linhas familiares, os Meneses e os Albuquerques, que viriam a ganhar grande protagonismo nas décadas seguintes nos reinos de Castela e de Portugal. Apesar do estreito vínculo entre as duas, os percursos políticos das duas casas seria marcado por características muito próprias, reveladores de duas estratégias políticas diferentes e que serão observados nos capítulos seguintes deste trabalho.

2.7. OUTROS FAMILIARES

Na medida em que é necessário impor limites aos ramos familiares a estudar, analisaram-se apenas alguns descendentes de Afonso Teles, como foi apontado na

²⁵⁸ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 184-185.

²⁵⁹ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, **Livro Velho**, 1AO11, **Livro do Deão**, 6BF6, **Livro de Linhagens**, 57D1 e Modesto Salcedo, *La familia “Télez de Meneses”...cit.*, p. 64. Tratar-se-á certamente da sétima abadessa de Gradefes, que dirigiu esta casa entre 1253 e 1255, segundo Yáñez Neira (cf. «El Monasterio de Santa María la Real de Gradefes y sus abadesas», *Tierras de León. Revista de la Diputación Provincial*, vol. 8, nº 9, 1968, p. 42).

²⁶⁰ O trajecto político dos três será analisado mais adiante no capítulo sobre os Albuquerque.

²⁶¹ Por estas mesmas razões e para melhor operacionalidade dos conceitos, apesar de ambos ramos familiares deterem domínios ou direitos em Campos ou em Albuquerque, tratar-se-ão os líderes de um ramo como senhores de Meneses e os de outro como senhores de Albuquerque.

introdução. Contudo, não se podem ignorar alguns membros da família que tiveram, em determinada altura, um papel preponderante na estratégia de poder da mesma, colaborando neste sentido a par dos indivíduos analisados. É o caso de Telo Teles e de Soeiro Teles que, a par de Afonso Teles, fizeram dos Teles de Meneses uma das mais poderosas famílias castelhanas da primeira metade do século XIII.

2.7.1. *Soeiro Teles*

Soeiro Teles, o mais jovem dos filhos de Telo Peres, na senda do pai e do irmão mais velho, será um distinto nobre das cortes de Afonso VIII, Henrique I e Fernando III.

O seu primeiro momento de alguma evidência dá-se aquando do tratado de paz de Cabrerós, assinado com Leão a 26 de Março de 1206, do qual é um dos signatários²⁶². Mas não só testemunhava o documento como ainda era, tal como o seu irmão Afonso Teles, um dos catorze cavaleiros castelhanos — e eram outros tantos leoneses — que ficavam incumbidos de governar um dos castelos entregues ao infante D. Fernando por D. Berenguela, D. Afonso VIII e D. Afonso IX. Três anos passados, a 27 de Junho de 1209, em Valladolid, seria ainda um dos doze cavaleiros castelhanos que certificavam um outro tratado de paz com o rei de Leão²⁶³.

É curioso que, testemunhando pela primeira vez documentos de Afonso VIII a 12 Maio de 1207 — exclua-se aqui o tratado de Cabrerós —, o faça precisamente quando o seu irmão Afonso Teles não surge arrolado como confirmante²⁶⁴. E essa parece ser quase uma norma ao longo deste reinado e do seguinte: Soeiro Teles confirma diplomas reais quando o irmão o não faz. A partir da data mencionada acima e até à morte de Henrique I, dos setenta e cinco documentos identificados de Afonso VIII e Henrique I subscritos pelos dois irmãos — concomitantemente ou apenas por um deles —²⁶⁵, apenas em sete ocasiões surgem cartas confirmadas pelos dois simultaneamente²⁶⁶. De certa forma, Soeiro Teles age como substituto de Afonso Teles na representação da linhagem na lista de testemunhas dos despachos régios. As excepções, como vimos, são mínimas²⁶⁷. É possível que

²⁶² Cf. Afonso VIII, doc. 782.

²⁶³ Cf. *ibidem*, doc. 845.

²⁶⁴ Cf. **Afonso VIII**, doc. 802.

²⁶⁵ Entre 12 de Maio de 1207 e 29 de Dezembro de 1216 (cf. *ibidem*, doc. 1008).

²⁶⁶ Designadamente em 12 de Setembro de 1210, 27 de Novembro de 1211, 3 e 4 de Julho de 1214, 23 de Junho, 4 de Outubro e 29 de Dezembro de 1216 (cf. *ibidem*, docs. 872, 886, 920, 921, 1002, 1007 e 1008).

²⁶⁷ De uma forma geral, e salvo uma ocasião a 20 de Março de 1210 (cf. *ibidem*, doc. 863), Afonso Teles deixa de aparecer arrolado como testemunha de cartas reais a partir de 12 de Maio de 1207 (cf. *ibidem*, doc. 802) até ao final de 1211 (carta de 13 de Setembro, cf. *ibidem*, doc. 881), e neste intervalo de tempo Soeiro

alternasse a presença na corte com o irmão, mas é mais provável que estendesse essa presença para outros períodos, e apenas confirmasse documentos quando este último aí não se encontrasse. A situação altera-se com o reinado de Fernando III, quando os dois irmãos passam a figurar conjuntamente na lista de testemunhas dos diplomas reais. Mas nesta altura, como foi visto atrás, já Soeiro Teles, pelo seu empenho e actuação na luta contra Álvaro Nunes de Lara ao longo de 1217, garantira para si um prestígio individual suficiente para deixar de ser um mero substituto do irmão.

Esta ideia de que, em determinados momentos, Soeiro Teles teve na família um papel de reserva de Afonso Teles é reforçada pelo facto de suceder ao irmão em muitas das tenências que este anteriormente detinha, ou, pelo menos, de as ocupar na ausência do irmão, que na altura poderia estar mais empenhado em defender os seus interesses na fronteira a sul. Das várias tenências destacam-se as de Cea e de Grajal, que já vinham sendo mantidas na família desde atrás, e que surgem como suas em maior número de ocasiões. De acordo com a documentação, Soeiro Teles terá sido, entre 1206 e 1223, tenente de várias terras: de Grajal nos anos de 1206²⁶⁸, 1211²⁶⁹, 1213-1215²⁷⁰ e 1217-1220²⁷¹; de Cea, nos anos de 1210²⁷², 1211²⁷³, 1213-1215²⁷⁴ e 1218-1220²⁷⁵; de Tordehumo em 1208 e 1209²⁷⁶; de Cabezón em 1208 e 1211²⁷⁷; de Vega em 1214²⁷⁸ e 1223²⁷⁹; do Infantado, em 1216²⁸⁰; e de Montealegre, em 1217²⁸¹. Recorde-se que algumas destas terras, como Cea, Grajal, Cabezón, e Montealegre já haviam sido detidas pelo seu irmão Afonso Teles, pelo que havia uma continuidade na família ao nível da ocupação

Teles, que nunca confirmara nenhum documento deste tipo até então, passa a assiná-los com regularidade, ocupando o lugar do seu irmão. A partir desta data, os ciclos de confirmação de cada um dos irmãos são mais curtos, e no reinado de Henrique I, sobretudo em 1217, há mesmo muitos documentos onde nenhum dos dois está presente, facto que se justifica porque faziam parte do partido de D. Berenguela e tinham entrado em conflito com D. Álvaro Nunes de Lara, tutor do rei.

²⁶⁸ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1568.

²⁶⁹ Cf. *ibidem*, doc. 1582.

²⁷⁰ Cf. **CD Trianos**, doc. 83, de Abril de 1213; **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1598, de 1214, e docs. 1600 e 1601, de 1 de Maio e de 23 de Agosto de 1215, respectivamente; e, ainda de 1215, **CD Trianos**, docs. 87 e 88 e **CD Gradefes**, doc. 348.

²⁷¹ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1607, de 11 de Março de 1217; **CD Gradefes**, doc. 373, de 1218; e **CD Trianos**, docs. 91 e 94, de 1219 e 1220, respectivamente.

²⁷² Cf. **CD Gradefes**, doc. 314.

²⁷³ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1582.

²⁷⁴ Cf. **CD Trianos**, doc. 83, de Abril de 1213; **CD Sahagún**, vol. IV, docs. 1596 e 1598, de 1214, e docs. 1600 e 1601, de 1 de Maio e de 23 de Agosto de 1215, respectivamente; e, ainda de 1215, **CD Trianos**, docs. 87 e 88 e **CD Gradefes**, doc. 348.

²⁷⁵ Cf. **CD Gradefes**, doc. 373, de 1218; e **CD Trianos**, docs. 91 e 94, de 1219 e 1220, respectivamente.

²⁷⁶ Cf. Carlos Manuel Reglero de la Fuente, *Espacio y poder em la Castilla Medieval...cit.*, p. 288.

²⁷⁷ Cf. *ibidem*, p. 286.

²⁷⁸ Cf. **CD Trianos**, doc. 84, de Outubro de 1214.

²⁷⁹ Cf. *ibidem*, doc. 98.

²⁸⁰ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1603, de 19 de Abril de 1216.

²⁸¹ Cf. Carlos Manuel Reglero de la Fuente, *ob. cit.*, p. 287.

destas tenências. A partir de 1223²⁸² as tenências de Cea e de Grajal passam a ser apresentadas como detidas por Telo Afonso, primogénito de Afonso Teles e seu sobrinho, pelo que desta forma se mantinham no domínio do ramo principal da família. A posse destas terras por Soeiro Teles parece ter sido um momento de transição, um intervalo que tem o seu início no momento em que Afonso Teles passa a dedicar-se com maior empenho aos seus interesses na fronteira e que se estende até à passagem à maioridade de Telo Afonso. Atingindo este a idade necessária, transferem-se aquelas tenências para este último. Esta circunstância leva mais uma vez a admitir que Soeiro Teles actuava como reserva de Afonso Teles, indubitavelmente o chefe da linhagem.

Mas Soeiro tinha também importantes interesses em Campos além das tenências, herdado que seguramente fora dos significativos domínios dos pais. É, por exemplo, um dos senhores que com o mosteiro de Sahagún outorgam, a 1 de Março de 1221, foros a Villavicencio²⁸³. Mantinha igualmente uma relação próxima com os mosteiros ligados à família. Em 1220, com D. Sancha Guterres, sua esposa, fazia alguns negócios com o abade e mosteiro de Trianos. Num deles, o casal concedia perpetuamente ao mosteiro a parte que lhe correspondia na igreja de S. Salvador de Gordaliza, pela salvação das suas almas e das dos seus pais²⁸⁴. Em outro, escambava alguns bens, entregando certas herdades em Vega de Ruiponce e Villalvín, uma parte do moinho de Villalvín, uma terra de labor de três bois e dez obradas de terra e um solar em Gordaliza, perto da igreja, recebendo do mosteiro uma herdade em Villaverde²⁸⁵. Viriam ainda a beneficiar esta casa em outras ocasiões: em 1223 doavam perpetuamente toda a herdade que lhes pertencia no Cea e seus termos²⁸⁶; e em 1225 cediam perpetuamente uma herdade em Fontamián, duas jugadas de vinha em Gordaliza em troca de missas diárias em sua honra²⁸⁷.

Soeiro Teles tem ainda o seu nome associado à criação do mosteiro de S. Pedro de La Espina, instituído por Fernando III em Valladolid, a 20 de Fevereiro de 1223²⁸⁸. Tal como é assinalado na carta de fundação, tinha sido destacado com Gonçalo Rodrigues Girón, por ordem do rei, para calcular os termos e pertenças do mosteiro.

²⁸² A primeira menção nesse sentido data desse ano, num documento do Mosteiro de Trianos que não especifica o dia mas que apresenta Soeiro Teles como tenente de Vega e Telo Afonso tenente de Cea e Grajal. Cf. **CD Trianos**, doc. 98.

²⁸³ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1623..

²⁸⁴ Cf. **CD Trianos**, doc. 92.

²⁸⁵ Cf. *ibidem*, doc. 93.

²⁸⁶ Cf. *ibidem*, doc. 101.

²⁸⁷ Cf. *ibidem*, doc. 102.

²⁸⁸ Cf. **Fernando III**, doc. 850.

A sua posição no seio familiar terá, de certa forma, feito com que tivesse seguido um caminho diferente do irmão ao nível da actividade guerreira contra os muçulmanos. Até porque na ausência deste teria a seu encargo a «representação» familiar na corte. Não terá acompanhado Afonso Teles nas frequentes expedições que este lançou por iniciativa própria, mas não desconheceu os campos de guerra. Esteve nas Navas, como foi visto, e terá tido oportunidade de se destacar também na fronteira, pois a 26 de Abril de 1216 Henrique I doava-lhe perpetuamente no extremo do reino, pelos serviços prestados a si e a seu pai, a herdade da Osa, nos termos de Alcaraz e de San Felices, com todos os seus direitos e pertenças²⁸⁹.

Desaparece da documentação em 1226, sendo subscritor pela última vez de um diploma de Fernando III a 22 de Fevereiro²⁹⁰, pelo que terá falecido pouco depois²⁹¹.

Casara com Sancha Guterres, filha de Guterre Rodrigues de Castro, *O Escalavrado*, senhor de Lemos²⁹². Não terá sido um casamento combinado, de acordo com o conde D. Pedro, que chama esta dama de Maria Guterres erradamente, pois os documentos mencionados designam-na como Sancha Guterres. No seu Livro de Linhagens narra que «*criou-o dom Guter Rodriguez, o Escalavrado, e em criando-o, fogio-lhe com ãa sa filha que havia nome dona Maria Goterrez, e casou depois com ela, e eixerdou-a porem o padre*»²⁹³. Assim, Segundo o conde, Soeiro Teles teria sido criado na casa de D. Guterre Rodrigues e raptara a filha deste, casando depois com ela. Certamente mais pelo rapto que pela posição social de Soeiro Teles, aquele nobre desaprovava o casamento, deserdando a filha.

Da sua larga descendência irão notabilizar-se vários indivíduos. É pai de Garcia Soares de Meneses, adelantado de Múrcia; avô de Telo Garcia, aguazil-mor de Toledo — origem da Casa dos Teles de Toledo — e de Telo Guterres, justiça-mor de Afonso X e de Sancho IV e testamenteiro de Afonso X. É seu descendente mais distante Guterre Teles de Meneses, comendador de Calatrava. Por linha feminina é antepassado de Guterre Álvares de Toledo, bispo de Palência, arcebispo de Toledo e cardeal; de Garcia Álvares de Toledo, de

²⁸⁹ Cf. **Afonso VIII**, doc. 1000. Esta doação seria confirmada pelo rei Fernando III a Soeiro Teles e à sua esposa, D. Sancha Guterres, em 2 de Março de 1222 (cf. **Fernando III**, doc. 157).

²⁹⁰ Cf. **Fernando III**, doc. 210.

²⁹¹ Ao contrário do que vinha sendo comum, já não testemunha o documento da chancelaria daquele rei de 11 de Março. Cf. *ibidem*, doc. 211.

²⁹² Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 578.

²⁹³ **Livro de Linhagens**, 57H1. No título dos Castro o conde D. Pedro narra que «*Dona Maria Goterrez (...) sendo donzela em casa de dom Guter Rodriguez, seu padre, criav'a dom Suer Telez de Meneses, e leuou-lhe a filha e fugio-lhe com ella, e o padre exerdou-o [sic] por elo*» (cf. 11G8).

onde provêm os condes de Oropesa; e de Fernando Álvares de Toledo, primeiro marechal de Castela e progenitor dos duques de Alba²⁹⁴.

2.7.2. Telo Teles

Telo Teles²⁹⁵, o terceiro filho de Telo Peres, segue a carreira eclesiástica, uma opção que, a nível familiar, surge como uma variação estratégica do rumo tomado pelos irmãos mas que se inscreve de forma extremamente válida e importante no processo de reforço e reprodução de poder da família levado a cabo pelos seus membros ao longo da primeira metade do século XIII.

Nascido provavelmente por volta de 1170²⁹⁶, é possível que tivesse feito a sua formação junto dos monges de Matallana, cujo mosteiro seu pai fundara. Daí teria seguido para os estudos episcopais — *Studium Generale* — em Palência, que conheciam com Afonso VIII um interessante desenvolvimento, vindo depois a tornar-se clérigo do cabido palentino²⁹⁷. O seu interesse pelos estudos de Palência levou a que os tivesse patrocinado antes mesmo de ser eleito bispo dessa cidade, o que viria a ter lugar em 1207 ou 1208²⁹⁸. Não seriam certamente alheios a esta escolha o poder e influência que a família detinha na região. Continuaría a fomentar o desenvolvimento do *Studium Generale*, que iria conduzir à criação da universidade de Palência, a primeira da Península Ibérica, contribuindo assim de forma significativa para o enriquecimento cultural desta região. A universidade viria a conhecer os seus anos áureos durante o seu episcopado, decaindo — até à extinção — após a sua morte²⁹⁹.

Já como bispo, a partir de 25 de Fevereiro de 1208³⁰⁰ começa a subscrever os diplomas de Afonso VIII e manter-se-á como signatário regular dos documentos régios até à data da sua morte, sendo que a partir de 15 de Junho de 1212³⁰¹ a sua posição relativa na

²⁹⁴ Cf. **Casa Farnese**, vol. 1, p. 578.

²⁹⁵ Modesto Salcedo publicou uma cuidadosa biografia sobre D. Telo que constitui o melhor trabalho sobre este personagem. Cf. «Vida de don Tello Téllez de Meneses, Obispo de Palencia», *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*, n.º 53, 1985, pp. 79-266.

²⁹⁶ No documento de fundação do mosteiro de Matallana, de Dezembro de 1175 (cf. **CD Matallana**, doc. 6), estão presentes os cinco filhos de Telo Peres — Afonso, Garcia, Telo, Soeiro e Teresa — e Telo Teles é o terceiro, havendo dois filhos mais novos. Assim, D. Telo teria pelo menos uns três anos, sendo aceitável conjecturar que tivesse mais alguns.

²⁹⁷ Cf. Modesto Salcedo, *ob. cit.*, p. 23.

²⁹⁸ Cf. *ibidem*, p. 128.

²⁹⁹ Cf. *ibidem*, pp. 153-156 e 188-192.

³⁰⁰ Cf. **Afonso VIII**, doc. 817.

³⁰¹ Cf. *ibidem*, doc. 896.

lista se alterou totalmente, uma vez que em 1208 surgia em último lugar na lista de bispos, e a partir daí passa para primeiro lugar, apenas atrás do arcebispo de Toledo.

Não desconheceu a guerra contra os muçulmanos, onde os irmãos e sobrinhos se evidenciavam e iriam notabilizar. Nos finais de 1210 ou princípios de 1211 empreendia uma viagem a Roma, onde junto do papa pedia apoios para a guerra contra os muçulmanos, apoios esses que seriam depois concedidos³⁰². E participaria activamente nas Navas³⁰³ ao lado de Afonso VIII, após ter ajudado a canalizar recursos para tal³⁰⁴.

A par de Afonso e Soeiro Teles, o bispo de Palência Telo Peres é o terceiro elemento a compor o poderoso bloco familiar que constituirá um dos principais apoios de D. Berenguela na luta contra contra Álvaro Nunes de Lara e, depois da morte de Henrique I, na ajuda a Fernando III na pacificação do reino e na defesa contra as investidas de Afonso IX. No início do reinado de Henrique I coadjuvou D. Berenguela na tutoria ao jovem rei e foi mais tarde um importante partidário seu nas disputas com Álvaro Nunes de Lara, tendo mesmo sido um dos bispos — a par do de Burgos — mandatado por Inocêncio III para anular o enlace entre o jovem rei e D. Mafalda, pretendido pelo Lara. Mesmo durante os anos de conflito mais acentuado com este último, apesar de ter continuado a ocupar o seu lugar na cúria, ao contrário dos irmãos, terá apoiado abertamente D. Berenguela, vendo os seus bens delapidados por aquele como retaliação, como foi apontado. Com a subida ao poder de Fernando III, tal como os seus irmãos, beneficiará de um clima político mais favorável, sendo beneficiado por este rei, a 7 de Junho de 1223, com a doação de várias vilas, designadamente Castofarne, Villar de Canraso e Villafaceta³⁰⁵.

Da mesma forma que os irmãos e sobrinhos se distinguiram no campo de batalha, Telo Teles alcançou prestígio idêntico na arena política, o que faria com que fosse encomendado pelo papado em várias ocasiões para arbitrar disputas na península, algumas delas em Portugal³⁰⁶. Como foi visto, terá intervindo junto de Honório III para que o seu irmão Afonso Teles recebesse auxílio na defesa de Albuquerque, como veio a acontecer, e terá contribuído para a vinda para Portugal dos seus sobrinhos João Afonso e Afonso Teles, *O Tição*, em apoio de Afonso de Boulogne, durante a crise do final do reinado de Sancho II³⁰⁷. Esta terá sido uma das suas últimas importantes intervenções, pois é provável

³⁰² Cf. Modesto Salcedo, *ob. cit.*, pp. 140-144.

³⁰³ Cf. **De Rebus Hispaniae**, p. 310.

³⁰⁴ Cf. Modesto Salcedo, *ob. cit.*, pp. 144-150.

³⁰⁵ Cf. **CD Matallana**, doc. 21. Os lugares não foram identificados.

³⁰⁶ Cf. Modesto Salcedo, *ob. cit.*, pp. 226-229.

³⁰⁷ Mais adiante este aspecto será analisado com maior pormenor, em capítulo dedicado aos senhores de Albuquerque.

que tenha falecido por volta de 1246³⁰⁸, confirmando o seu último documento real a 10 de Maio deste ano³⁰⁹.

³⁰⁸ Cf. Modesto salcedo, *ob. cit.*, p. 244.

³⁰⁹ Cf. **Fernando III**, doc. 740.

3. OS SENHORES DE MENESES

3.1. A GUERRA E A FRONTEIRA MERIDIONAL

O relançamento da ofensiva contra os muçulmanos por Fernando III, em 1224, além de vantajosa para alguns magnates, será uma oportunidade para os muitos jovens nobres se destacarem em feitos militares, elemento que constituía um momento extremamente relevante no *cursus honorum* das elites nobiliárquicas. De entre os muitos jovens que nas guerras contra o infiel conseguem granjear significativa notabilidade encontramos os dois filhos maiores de Afonso Teles: Telo Afonso e Afonso Teles. Naturalmente, Telo Afonso, mais velho e sendo como tal o provável herdeiro da chefia da família, atinge antes do irmão o destaque mencionado.

3.1.1. Telo Afonso e a glória guerreira

O primogénito de Afonso Teles, O *Velho*, parece seguir um percurso com pontos análogos ao do pai, iniciando a sua carreira política como tenente de alguns castelos na Tierra de Campos. Certamente por causa da idade, não sucede imediatamente ao pai na posse de algumas tenências que este detinha, designadamente de Cea e de Grajal. O domínio sobre estas terras passa de Afonso Teles para Soeiro Teles, como já foi visto, e apenas depois para Telo Afonso. Tenências que já antes haviam sido ocupadas por Telo Peres. A continuidade familiar na posse destes domínios era um reflexo do poder e dos interesses da família na região, sendo os domínios, ao mesmo tempo, instrumentos desse mesmo poder. Todavia, ao contrário dos seus antecessores nestes cargos, não se lhe conhecem outras terras de que tenha sido tenente. Sabe-se que Telo Afonso tem as terras de Cea e de Grajal desde 1223¹ e tê-las-á até falecer, pois em Setembro de 1237, poucos meses antes da sua morte, ainda assim surge mencionado².

Por coincidência ou não, é no mesmo ano de 1223 que confirma pela primeira vez um documento régio³. Porém, ao contrário da posse de tenências, esta situação é pontual e a sua presença na lista de subscritores de diplomas de Fernando III não terá continuidade nos anos imediatamente posteriores, designadamente até 1228. A partir deste ano, Telo

¹ Cf. **CD Trianos**, doc. 98.

² É apontado pela última vez como tenente de Grajal em Junho de 1237 e como tenente de Cea em Setembro do mesmo ano. Cf. *ibidem*, doc. 132 e **CD Gradefes**, doc. 458, respectivamente.

³ A 9 de Agosto de 1223. Cf. Fernando III, doc. 186.

Afonso é frequentemente arrolado como testemunha nos privilégios reais⁴, e continuará a sê-lo até 15 de Março 1238⁵, data em que subitamente deixa de aparecer como tal e em quaisquer outros documentos, pelo que presume ter falecido pouco depois. Não fazia mais do que, na senda dos seus antepassados, frequentar regularmente a corte dos reis castelhanos. Mas durante a sua vida, que não terá sido muito longa, irá destacar-se sobretudo nos campos de batalha da Reconquista, onde depois de ter garantido alguma notoriedade se lhe iria juntar o seu irmão Afonso Teles.

Retomada a guerra contra os almóadas, Fernando III, com o apoio do rei muçulmano de Baeza, tinha conseguido avanços significativos na fronteira meridional, chegando mesmo a destruir algumas fortalezas no território de Jaén ainda em 1224⁶. Em 1225 apoderara-se das praças de Andújar e Martos, cedidas, com outras menores, pelo mencionado rei de Baeza, que se tornara seu vassalo⁷. O monarca castelhano confiaria a tenência dos dois castelos a Álvaro Peres de Castro⁸, apesar deste, em anos anteriores não muito distantes, se ter encontrado ao serviço dos muçulmanos⁹. A partir destas praças, Álvaro Peres e os seus homens, apoiado pelos cavaleiros de Calatrava e os de Uclés, que também tinham deixado homens naquelas fortalezas, e de alguns muçulmanos vassalos do rei de Baeza, desenvolviam operações de saque e destruição aos territórios inimigos. Chegaram mesmo a correr terras de Sevilha, infligindo aos almóadas uma pesada derrota no final do Verão de 1225¹⁰. É possível que Telo Afonso já acompanhasse Álvaro Peres¹¹ por esta altura, algo que é uma certeza em 1227, quando, na defesa de Martos, vive um dos seus episódios militares mais célebres.

Tendo o rei de Baeza, figura importante nestes primeiros anos de conflitos, sido assassinado pelos mouros de Córdoba no Verão de 1226, os muçulmanos de Baeza, Andújar e Martos alçaram armas, tentando expulsar as guarnições cristãs destas cidades. Fernando III envia então Álvaro Peres e Telo Afonso a Andújar para liquidar o levantamento, optando os muçulmanos por abandonar as cidades¹². Contudo, mesmo conseguindo manter os castelos, os cristãos ficavam numa posição extremamente delicada.

⁴ mas só a partir de 6 de Janeiro de 1228 é que começa a surgir assim com mais frequência. Cf. **Fernando III**, docs. 186 e 229, respectivamente.

⁵ Cf. *ibidem*, doc. 620.

⁶ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 294.

⁷ Cf. *ibidem*, p. 299.

⁸ Cf. *ibidem*, p. 299, e Gonzalo Martinez Diez, *Fernando III... cit.*, p. 79.

⁹ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 141.

¹⁰ Cf. *ibidem*, p. 300, e Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, p. 80.

¹¹ Ao contrário do que aponta Modesto Salcedo (*La familia "Téllez de Meneses"... cit.*, p. 166), seguindo a **Primera Crónica General** (tomo II, p. 737), Telo Afonso não é sobrinho de Álvaro Peres.

¹² Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 307 e Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, p. 86.

Localizada bem no extremo do reino castelhano, Martos, além de não dispor de muralhas com a solidez que a sua condição exigia, tinha outros problemas ao nível do abastecimento, pois a região era ainda, em grande medida, dominada pelos muçulmanos, e os homens da praça estavam impossibilitados de cultivar as terras e criar animais em segurança, ainda para mais sendo esta vila um local de onde partiam muitas razias e que era por isso alvo de ataques retaliatórios. Em 1227, em mês incerto, Álvaro Peres desloca-se a norte com o objectivo de transportar víveres para as fortalezas fronteiriças. Telo Afonso, que ficara em Martos a comandar a guarnição, empreende uma cavalgada pelos campos inimigos de Baena, Lucena e Castro del Rio¹³, com o duplo fito de devastá-los e saqueá-los, o que sempre ajudava a atenuar as dificuldades de abastecimento de mantimentos. No momento em que o local se encontrava mais vulnerável, estando ausentes os dois nobres e significativa parte dos cavaleiros, os muçulmanos de Sevilha desencadeiam um ataque sobre Martos de que Telo Afonso vem a ter conhecimento através de um mouro cativo¹⁴. D. Telo e os seus homens tentam regressar rapidamente à vila, encontrando-a cercada pelos muçulmanos, que lhes impediam a entrada no castelo, defendido por uma guarnição diminuída onde ficara a esposa de Álvaro Peres, que a *Primera Crónica General* e a *Crónica de Vinte Reis* dizem tratar-se da condessa Aurembiaix¹⁵. Atestando que era a única solução para entrar nos muros e reforçar a guarnição, o que seria talvez a única possibilidade de manter Martos, Telo Afonso lidera então uma investida que ficou registada pela sua intrepidez. Carregando violentamente sobre os sitiados, consegue furar o cerco apesar da resistência adversária e de algumas baixas¹⁶ e entrar na vila, tomando a chefia da defesa¹⁷. Em Baeza tomam conhecimento de que Martos estava cercada e com fortes riscos de se perder para os muçulmanos, pelo que prontamente decidem enviar um emissário ao rei a reportar a situação e uma ajuda à vila de

¹³ Cf. **Crónica de Vinte Reis**, p. 303.

¹⁴ Cf. *ibidem*.

¹⁵ Cf. *ibidem*, p. 320-321; e **Primera Cronica General**, tomo II, pp. 737-739. É deste episódio que se constrói a história, muito possivelmente fictícia, da defesa de Martos pela condessa Aurembiaix e pelas damas que estavam na praça, que, mandadas pela primeira, se teriam destocado, vestido como homens, e armado e tomado posições nas muralhas da vila. Não seria estranho nem inaudito que as mulheres participassem na defesa de uma fortaleza, mas mesmo que neste caso o não tivessem feito, o episódio revelaria a fragilidade da defesa perante este ataque. É possível que Álvaro Peres de Castro ainda estivesse então casado com D. Aurembiaix, filha do conde Armengol VIII, sabendo-se contudo que se iria separar depois de 1225 por impedimento de parentesco (cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 141). Desposaria em 1233 D. Mécia Lopes de Haro, mais tarde esposa de D. Sancho II e rainha de Portugal (cf. **Crónica Latina**, p. 88), pelo que, a ter acontecido o narrado pelas crónicas, seria a condessa de Urgel quem estaria no castelo de Martos.

¹⁶ Uma dos homens caídos foi Fernão Guterres de Padilla, vassalo e alferes de Telo Afonso. Cf. **Crónica de Vinte Reis**, p. 303.

¹⁷ Cf. *ibidem*.

setenta cavaleiros, que conseguem, também eles, furar o cerco e integrar a defesa que Telo Afonso dirigia com competência¹⁸. O sítio mantém-se, tendo os defensores de refugiar-se na cerca interior. É nesta situação que se encontram quando chega a ajuda enviada por Fernando III e liderada por Álvaro Peres, Afonso Teles e os mestres de Santiago e de Calatrava, que no fim de contas eram os mais interessados em salvar os cristãos sitiados e expulsar os muçulmanos¹⁹.

É de facto na vertente bélica que Telo Afonso mais se destaca, estando presente ao longo da sua vida em outras operações militares. Após a morte do pai, em 1230, e assumindo a posição de líder da família, ocupará junto do rei o lugar de que a dignidade desta era merecedora. Mas não deixava de participar na guerra a sul, actuando como até aí, a par de Álvaro Peres de Castro ou acompanhando Fernando III nas suas incisivas incursões, lideradas pelo próprio monarca ou por ele organizadas, que iriam, paulatinamente, provocar a desintegração dos territórios muçulmanos.

Em algumas destas expedições alcançará lugar de destaque, como a campanha de 1231, liderada por Álvaro Peres de Castro, e onde se encontra o infante D. Afonso, futuro Afonso X, então apenas com nove anos²⁰. A partir de Andújar, dirigiram-se a Córdova, destruindo e saqueando as terras, prosseguindo a marcha mesmo diante da majestosa cidade. Assaltaram Palma del Rio, onde passaram a fio de espada todos os seus habitantes, e avançaram para Sevilha, contornando-a rumo a Jerez, indo montar acampamento em Guadalete, a partir de onde começaram a estender as suas razias. É enquanto aí se encontram que os muçulmanos, tendo reunido forças suficientes para os enfrentar, se aproximam, decididos a dar-lhes batalha. Os cristãos, organizados num só az — Álvaro Peres e os restantes comandantes, onde se incluía Telo Afonso, decidiram utilizar apenas a cavalaria, ordenando que os peões se afastassem da lide, montassem as mulas e guardassem o saque —, carregam furiosamente e rompem a frente adversária, que se começa a desfazer, e os muçulmanos, desorganizados, fogem em debandada²¹. O saque terá sido imenso e a vitória marcante, sendo registado na *Crónica de Vinte Reis* que «*la cosa del mundo que más quebrantó a los moros, por que el Andaluía ovieron a perder e la ganaron los christianos dellos, fue esta caualgada de Xerez, ca de de guisa fincaron*

¹⁸ Cf. *ibidem*.

¹⁹ Cf. *ibidem*. Veja-se também, para este episódio, Fernando III, 1º vol., pp. 307-308.

²⁰ Gonzalo Martínez Díez, *op. cit.*, pp. 124-125.

²¹ Para toda a expedição, cf. *Crónica de Vinte Reis*, p. 309.

quebrantados los moros, que non pudieron después auer el atreuimineto nin el esfuerço que ante avien contra los christianos»²².

Um episódio contado pelo conde D. Pedro no seu *Livro de Linhagens* ilustra com perfeição a fama que Telo Afonso ganhou nos campos de batalha meridionais: «*E este dom Telo Afonso, suso dito, foi o que lidou com os Filhos d'Escalhola, a par d'Arjona, sobre as pareas, cento por cento. E estes Filhos d'Escalhola foram os melhores cavaleiros que houve antre os Mouros em aquel tempo. E matarom-se os cavalos todos de ùa parte e da outra, e britarom em si as lanças e as espadas e as maças e os cuitelos (punhaes) e nunca se vencerom ùus nem outros. E os Mouros e os cristãos todos andavam armados de perpontos e de lorigas e de brafoneiras. E depois que lhe falecerom as armas, descalçarom as brafoneiras e davom-se com elas ataa que cansarom ùus e os outros, e nom foram vencidos ùa parte nem a outra, pero que gaanharom os cristãos o campo aos Mouros quanto poderia seer ùa braça ou pouco mais, e assim se partirom per cansaço, entrante aa noite, como mui boos cavaleiros»²³.*

Assim, apesar de jovem, Telo Afonso já era um homem experimentado na guerra quando, ao lado de seu irmão Afonso Teles, acompanha o rei D. Fernando III em Fevereiro de 1236 no assédio decisivo sobre Córdova²⁴. A cidade seria entregue em Junho e, depois de todas as cerimónias associadas, o rei castelhano tomava as disposições necessárias à sua manutenção, entregando a sua defesa precisamente a Telo Afonso, que ficava em Córdova com o seu irmão: «*Puso demás al frente de todos los que se quedaban en la ciudad el rei a Tello Alfonso, com el que se quedó su hermano Alfonso Téllez, ambos jóvenes, valerosos con las armas, dispuestos a morir o defender la ciudad»²⁵*. Os dois irmãos ter-se-iam destacado na conquista, ou Fernando III premiava assim o desempenho militar de Telo Afonso ao longo dos últimos anos. Além do comando da defesa da cidade, Telo Afonso seria ainda beneficiado, bem como o irmão, com algumas doações em Córdova²⁶. Sabe-se que a 1 de Fevereiro de 1237 o monarca castelhano doava a Telo Afonso, Afonso Teles e a D. Gonçalo, bispo de Cuenca, quatro rodas de azenha no Guadalquivir, cabendo duas delas a Telo Afonso e uma a cada um dos outros²⁷, mas há outras propriedades suas mencionadas

²² *Ibidem*.

²³ **Livro de Linhagens**, 15B3.

²⁴ Cf. **Fernando III**, 1º. vol., p. 327 e **Crónica Latina**, p. 96.

²⁵ *Ibidem*, p. 102.

²⁶ A topografia dos herdamentos foi feita por Rafael Fernández González, «Los hermanos Tellez de Meneses primeros alcaides de Córdoba en el siglo XIII», *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, nº 92, 1972, pp. 93-126.

²⁷ Cf. **Fernando III**, doc. 592.

em outros documentos de onde se pode inferir que terá sido contemplado com outras terras e bens no repartimento de Córdoba²⁸.

A Crónica de Castilla, todavia, dá uma versão diferente, ao apontar que o tenente de Córdoba era Afonso Peres de Castro: «*commoquier que Tello Alfonso y estaua [em Córdoba] e que lo dexara y el rey quando la tomara, don Áluar Pérez avía el poder todo de la tenençia, e él la tenía por el rey desde la primera vez que lo el rey allá enbiara*»²⁹. Na medida em que Telo Afonso tinha operado na fronteira sul castelhana ao lado de Álvaro Peres — que detinha as tenências de Andújar e de Martos e actuava como fronteiro —, de certa forma como seu braço direito, é possível que se passasse em relação a Córdoba uma situação semelhante. Certo é que, logo após a conquista — onde também se destacara Álvaro Peres³⁰ — e por delegação régia directa, Telo Afonso ficara com o encargo de comandar a guarnição de Córdoba. É provável que Álvaro Peres detivesse a tenência da cidade e Telo Afonso a alcaidaria³¹. Este último deverá ter ostentado este cargo, uma vez que Afonso Teles, seu irmão e sucessor, é mencionado como tal num documento de 7 de Março de 1242³².

Independentemente do carácter do cargo, é inegável que a experiência militar de Telo Afonso constituía um factor fundamental para que lhe fosse outorgada a tarefa de liderar a defesa da cidade, de inegável prestígio. Porém, é curioso verificar que apesar de ficar com este encargo, Telo Afonso não o desempenhava pessoalmente e não ficaria em Córdoba, seguindo antes a corte de Fernando III. Desta forma, e depois da permanência do monarca nesta cidade durante um significativo período após a tomada, veremos Telo Afonso acompanhá-lo para norte, e encontramo-lo junto do rei, a confirmar os seus dilomas, em Toledo, de 5 de Setembro³³ a 17 de Outubro³⁴ de 1236; em Burgos, de 8 de Dezembro³⁵ a 4 de Fevereiro de 1237³⁶; em Vitória, a 10 de Março³⁷; novamente em Burgos, a 26 de Maio³⁸ e entre 2 de Setembro³⁹ e 20 de Novembro⁴⁰; em Toledo, entre 29 de Janeiro⁴¹ e 9

²⁸ Este aspecto será analisado em maior pormenor em capítulo específico.

²⁹ **Crónica de Castilla**, p. 320.

³⁰ Cf. **Crónica Latina**, pp. 96 e 101.

³¹ Rafael Fernández González identifica como «alcaide» o cargo de Telo Afonso e depois de Afonso Teles em Córdoba. Cf. *op. cit.*

³² Cf. *ibidem*, p. 117, doc. 3.

³³ Cf. **Fernando III**, doc. 574.

³⁴ Cf. *ibidem*, doc. 576.

³⁵ Cf. *ibidem*, doc. 578.

³⁶ Cf. *ibidem*, doc. 593.

³⁷ Cf. *ibidem*, doc. 597.

³⁸ Cf. *ibidem*, doc. 604.

³⁹ Cf. *ibidem*, doc. 609.

⁴⁰ Cf. *ibidem*, doc. 614.

de Fevereiro de 1238⁴²; e finalmente em Valladolid, a 15 de Março desse mesmo ano⁴³, naquele que é o último documento de Fernando III que subscreve. Ou seja, apesar de ser possível que, no intervalo que medeia entre 26 de Maio e 2 de Setembro de 1237, Telo Afonso pudesse regressar a Córdova para tratar de assuntos relacionados com a função que lhe fora confiada, é bastante mais provável, pelo que se lê desta documentação, que durante dois anos — desde Julho de 1236, quando Córdova é tomada, até Março de 1238, data do seu presumível falecimento — nunca tivesse de facto exercido a gestão defensiva da cidade, uma vez que se encontrava na maior parte do tempo no norte da Meseta, muito longe de Córdova. Talvez esta ficasse, efectivamente, nas mãos do seu irmão Afonso Teles, de quem, por ocupar um lugar secundário em relação a Telo Afonso, não temos informação de qualquer paradeiro desde a tomada de Córdova, em Junho de 1236, até 7 de Julho de 1238⁴⁴, quando começa a testemunhar privilégios de Fernando III no lugar do irmão, por morte deste último. Esta última possibilidade faz com que a designação que os livros de linhagens utilizam para identificar de Afonso Teles — «*Afonso Teles de Córdova*»⁴⁵ — tenha ainda mais sentido.

Como já foi dito atrás, Telo Afonso terá falecido nos finais de Março de 1238. O último documento que testemunha ainda com vida é um diploma régio de 15 de Março de 1238, em Valladolid⁴⁶. Segundo Julio Gonzalez, o seu desaparecimento teria ocorrido antes de 19 de Março de 1238⁴⁷, e sabe-se que em Maio desse mesmo ano já o seu irmão Afonso Teles era mencionado pela primeira vez como tenente de Cea e de Grajal⁴⁸, terras que em 9 de Dezembro de 1237 Telo Afonso ainda detinha⁴⁹. A sua morte, de certa forma inesperada, se considerarmos que deverá ter ocorrido longe dos campos de batalha onde amiúde arriscava a vida a cruzar armas com os muçulmanos e onde seria vista com maior naturalidade, seria cantada por Pero da Ponte⁵⁰.

Com o irmão, e seguindo disposições que o pai lhes fizera em vida, teria beneficiado a Ordem de Santiago, cedendo perpetuamente a favor do hospital de cativos em Toledo —

⁴¹ Cf. *ibidem*, doc. 615.

⁴² Cf. *ibidem*, doc. 616.

⁴³ Cf. *ibidem*, doc. 620.

⁴⁴ Cf. *ibidem*, doc. 625.

⁴⁵ Cf. **Livro do Deão**, 6AY6-8 e **Livro de Linhagens**, 13A4, 13B6, 21A9-10, 33F3, 57A1-2.

⁴⁶ Cf. **Fernando III**, doc. 620.

⁴⁷ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 165.

⁴⁸ Cf. **CD Trianos**, doc. 133.

⁴⁹ Cf. **San Nicolas del Real Camino**, doc. 18. Teria certamente também a de Grajal, embora não surja mencionado como tal no documento.

⁵⁰ Cf. Pedro da Ponte, «!Que mal s'este mundo guisou», in *Cancioneiro da Ajuda*, ed. crítica e comentada de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, 1º vol., Hidesheim – Nova Iorque, Georg Olms Verlag, 1980, pp. 902-903 [ed. fac-similada da ed. de Halle, Max Niemeyer, 1904].

que certamente se tratará do hospital de Talavera, fundado por Afonso Teles em 25 de Abril de 1226⁵¹ — uma herdade para dois jugos de bois no campo de Alarcos, em Ballesteros⁵², a 27 de Maio de 1233⁵³. A doação era feita «*así como nuestro padre Don Alfonso la mando y damosla al Hospital de Toledo de los Cativos*»⁵⁴. Nesse mesmo mês, no dia 10, já havia entregue ao mestre de Santiago, Pedro Gonçalves, metade de aquilo que lhe pertencia nesse mesmo lugar de Ballesteros — e que não incluiria as duas jugadas legadas pouco depois —, metade do que tinha em Cañete e quanta herdade tinha em Moya como penhor de uma dívida de 500 maravedis que mantinha para com este⁵⁵. As várias propriedades ficariam na posse da Ordem até que fosse saldada a dívida⁵⁶.

Não terá contraído matrimónio e não deixou descendentes⁵⁷. Sem filhos, sucede-lhe na chefia da família e como representante desta na corte o irmão, Afonso Teles, que se tornava assim no quarto senhor de Meneses. Apesar de associado a menos episódios notáveis, teria uma carreira cortesã e militar mais longa, durante a qual a família cimentou o estatuto que granjeara ao longo dos anos anteriores.

3.1.2. Afonso Teles de Córdoba e as grandes conquistas

Apesar de nunca assim surgir em qualquer documento coevo, os livros de linhagens denominam-no de Afonso Teles de Córdoba⁵⁸, distinguindo-o assim de outros homónimos da família, certamente fundamentado no facto desta cidade lhe ter sido confiada, bem como ao seu irmão, e eventualmente porque parece aí ter permanecido durante períodos significativos, como os seus negócios parecem denunciar. Com o mesmo propósito do

⁵¹ Cf. **Bulário de Santiago**, p. 86.

⁵² Deverá tratar-se da actual localidade de Ballesteros de Calatrava, a poucos quilómetros a sul de Ciudad Real.

⁵³ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fls. 40 e 68. Tratam-se de duas cópias com diferenças pontuais, sendo que a do fl. 40 atribui erradamente ao documento a data de 17 de Março 1232 ao invés de 1233, como acontece com a segunda cópia. Contudo, a primeira indica que esta carta de doação é elaborada quando o rei D. Fernando III cercava Ubeda, pelo que o ano correcto é o de 1233, uma vez que este cerco decorreu entre Janeiro e Julho de 1233 (cf. Cf. Gonzalo Martinez Diez, *Fernando III... cit.*, pp. 130-131).

⁵⁴ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 68.

⁵⁵ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 59.

⁵⁶ Cf. *ibidem*.

⁵⁷ Salazar y Castro (cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576) e o conde D. Pedro (cf. **Livro de Linhagens**, 37A3) afirmam que desposou D. Beatriz, filha do infante D. Fradique e, por isso, neta de D. Fernando III. Porém, estão certamente a confundir-lo com o seu sobrinho homónimo, filho de Afonso Teles de Córdoba, e que o Livro do Deão aponta como tendo casado com a mencionada D. Beatriz (Cf. **Livro do Deão**, 6AY8). A ligação que os dois autores propõem seria impossível, uma vez que D. Fradique nasceu por volta de 1223 (cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 108) e Telo Afonso faleceu, como foi visto, em 1238, quando aquele andava pelos seus quinze anos e não tinha certamente uma filha em idade núbil.

⁵⁸ Cf. nota 45 deste capítulo.

redactor do Livro do Deão e do conde D. Pedro, será aqui utilizada, sempre que necessário, essa mesma designação.

Como o pai e o irmão, a região sul do reino e os campos de guerra que aí se abriam parecem ter sido a sua área preferencial de actuação. Terá feito o seu baptismo militar ao lado de Telo Afonso, que acompanharia em algumas ocasiões, destacando-se na campanha liderada pelo próprio rei e que culminaria conquista de Córdova, em Junho de 1236. Ficaria nesta cidade, como já foi várias vezes referido, como um dos comandantes da guarnição, a par do irmão, que na sua curta vida conseguira granjear larga reputação guerreira. É crível supor que, além do aspecto familiar, também do ponto de vista militar Afonso Teles estivesse destinado a uma secundarização em relação ao irmão, mas a súbita morte deste, e o seu acesso à liderança da casa irão alterar as coisas. Afonso Teles conseguirá, também ele e na senda dos seus antepassados, distinguir-se nos cenários bélicos.

Pouco depois da morte de Telo Afonso, Afonso Teles começa a ostentar as tenências tradicionalmente nas mãos da família, antes detidas pelo primeiro, e a ser listado na lista de subscritores de diplomas régios no lugar que aquele ocupava, pois o prestígio da família obrigava a que o seu líder tomasse o seu lugar junto do rei. Assim, confirma pela primeira vez um diploma de Fernando III a 7 de Julho de 1238⁵⁹, em Toledo, circunstância que se tornará frequente, como antes sucedera com o pai e o irmão, e logo em Maio de 1238 surge apontado num documento do mosteiro de Trianos⁶⁰ como tenente de Cea e de Grajal, terras que, com grande grau de probabilidade, ficarão sob o seu domínio até à sua morte, em 1268⁶¹. Desta forma, a tenência de Cea, tida por D. Telo Peres em 1166 — que começa a

⁵⁹ Cf. **Fernando III**, doc. 625.

⁶⁰ Cf. **CD Trianos**, doc. 133.

⁶¹ A última menção neste sentido data de três cartas de Abril de 1264 (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, docs. 1796, 1797 e 1798), quatro anos antes do seu falecimento.

Durante o período compreendido entre Maio de 1238 e Abril de 1264, Afonso Teles de Córdova é apontado como tenente destas duas terras em muitas ocasiões: em Agosto de 1238 (cf. **CD Trianos**, doc. 134); em outro documento desse mesmo ano (cf. *ibidem*, doc. 135); em Maio de 1240 (cf. *ibidem*, doc. 139); em Maio de 1241 (cf. *ibidem*, doc. 141); a 18 de Julho de 1241 (cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 18); a 2 de Junho de 1241 (cf. **CD Trianos**, doc. 142); a 20 de Janeiro de 1242 (cf. *ibidem*, doc. 145); a 24 de Agosto de 1242 (cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 19); em Maio de 1245 (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1698); a 11 de Novembro de 1245 (cf. **CD Trianos**, doc. 147); a 19 de Abril de 1247 (cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 20); em 1249 (cf. *ibidem*, doc. 21); em Agosto de 1250 (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1712); em Outubro de 1252 (cf. *ibidem*, doc. 1714); a 18 de Junho de 1254, sendo mencionado como «*Don Alffonso Telez de Campos teniente Cea ye Grayar*» (cf. *ibidem*, doc. 1724); em Dezembro de 1254 (cf. *ibidem*, doc. 1728); em Janeiro de 1256 (cf. *ibidem*, doc. 1757); a 28 de Abril de 1256, apenas como tenente de Cea (cf. **CD Trianos**, doc. 160); a 19 de Dezembro de 1256 (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1758); em Fevereiro de 1257 (cf. *ibidem*, doc. 1759); em Fevereiro de 1258 (cf. *ibidem*, doc. 1766); em Dezembro de 1258, apenas como tenente do Cea (cf. **CD Trianos**, docs. 162 e 163); a 16 de Fevereiro de 1259 (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1768); em Abril de 1260 (cf. *ibidem*, doc. 1774); em Novembro de 1262 (cf. *ibidem*, doc. 1790); e a 29 de Dezembro de 1262 (cf. *ibidem*, docs. 1791 e 1792).

ostentar a de Grajal em 1194 —, mantinha-se durante um século nas mãos dos Teles de Meneses. Em apenas duas ocasiões Afonso Teles de Córdoba é mencionado como tenente de outras terras, designadamente Tordesilhas, num documento de 1 de Junho de 1237⁶², e Medellín, a 29 de Agosto de 1259⁶³.

Como foi visto no ponto anterior, Telo Afonso não tratou pessoalmente da defesa de Córdoba. Teria delegado esse encargo, sendo possível que Afonso Teles tivesse sido o escolhido para tal. O facto de apenas começar a testemunhar os diplomas reais a 7 de Junho, tendo a morte do irmão ocorrido em Março, pode querer indicar que não estaria ao mesmo tempo que o seu irmão na corte, pois de outra forma substituí-lo-ia imediatamente. A hipótese de ter permanecido em Córdoba, partindo para junto do monarca apenas após saber da morte do irmão e liberto dos encargos que tinha na cidade é aceitável.

Tal como Telo Afonso, também Afonso Teles recebeu bens em Córdoba após a tomada. Além da roda de azenha que lhe é doada a 1 de Fevereiro de 1237, já mencionada, ao mesmo tempo que o irmão é beneficiado com duas, irá ser favorecido com outras mercês régias. No que resta do livro das doações outorgadas por Fernando III nessa cidade e em Castro del Rio, entre 1241 e 1242, são mencionadas doze jugadas de terra de Afonso Teles entre Castro e Jaén⁶⁴. Por volta da mesma altura, a 20 de Fevereiro de 1241, e estando o rei em Córdoba, este entregava-lhe trinta arañçadas de vinha, sete arañçadas de horta, um forno, doze jugadas de herdade — que poderão tratar-se das doze jugadas apontadas atrás — e as casas que tinha em Córdoba⁶⁵. Cedia-lhe ainda a torre de Diezmayuza, que lhe caberia apenas em parte, pois era doada a todos os cavaleiros a quem o rei havia concedido terras naquele lugar. Pouco mais de um mês depois, a 8 de Abril, Fernando III fazia-lhe novamente uma doação, desta vez de seis jugadas de terra e de um par de casas em Castro del Rio⁶⁶.

A tomada de Córdoba representou não apenas a conquista de uma cidade emblemática para os muçulmanos mas ainda a possibilidade de ocupar o território que era dominado pelo governador aí residente⁶⁷. Apesar do monarca castelhano se afastar até 1240 das terras andaluzas, as guarnições cristãs das várias praças levaram a cabo o

⁶² Cf. **CD Tordesillas**, doc. 36.

⁶³ Cf. Bonifácio Palácios Martín, *Collecion Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494)*, 1º vol., Madrid, Fundación San Benito de Alcántara – Editorial Complutense, 2000, doc. 300.

⁶⁴ Cf. **Corpus Mediaevale Cordubense**, doc. 227.

⁶⁵ O documento indica «*las casas que auedes en Cordoua*» pelo que deverá tratar-se de casas que Afonso Teles gozava em Córdoba mas que ainda não estariam legalmente na sua posse. Cf. **Fernando III**, doc. 669.

⁶⁶ Cf. *ibidem*, doc. 676. Afonso Teles terá ainda outras propriedades em Córdoba, mencionadas em documentos que não lhe dizem directamente respeito, e que serão tratadas em ponto específico deste trabalho.

⁶⁷ Cf. Gonzalo Martínez Díez, *Fernando III... cit.*, p. 154.

domínio da região a ocupação de muitas terras⁶⁸. Incluindo a guarnição de Córdoba, onde possivelmente se poderia encontrar Afonso Teles, pelo menos até à sua ascensão à liderança da casa, em 1238, pois a partir daí, como se disse, passa a acompanhar o rei. Um rei que dedica bastante tempo à fronteira e à guerra contra os muçulmanos, espaço e área de actuação tradicional dos senhores de Meneses nos quais o quarto senhor se movimentava com à-vontade. Apesar de destacado em Córdoba, Afonso Teles viria a ter o seu momento guerreiro mais alto no cerco de Sevilha.

O território circundante a Córdoba teria ficado entregue a si mesmo ou fora incluído nas cedências aos cristãos, aquando das negociações para a capitulação da cidade⁶⁹. Após alguns anos em que se dedicou a outras questões e circulou por outras regiões, Fernando III volta a interessar-se logo depois pelos territórios muçulmanos. Tinha combinado, durante o cerco de Córdoba, umas tréguas de seis anos com Ibn Hud, rei de Múrcia e de Sevilha, que além de se ver impossibilitado de trazer àquela cidade um socorro eficaz, se veria obrigado a pagar como preço daquelas tréguas um pesado tributo ao rei castelhano⁷⁰. Simultaneamente, o monarca castelhano havia ainda tratado uma aliança com Ibn Nasr, rei de Arjona e Jaén e inimigo de Ibn Hud e dos mouros cordoveses⁷¹, pelo que a guarnição cristã que permanecia nesta cidade imediatamente após a sua conquista não se encontrava numa situação de guerra aberta com os reis muçulmanos vizinhos, realidade que poderia explicar a ausência de Telo Afonso desta região.

O pesado tributo imposto a Ibn Hud e a rivalidade de Ibn Nasr, que se conseguira apoderar de Granada, acabaria por conduzir à desagregação total dos territórios muçulmanos. A morte à traição de Ibn Hud em Almeria, até aí sob o seu domínio, pelo governador desta cidade, a 12 de Janeiro de 1238, veio acelerar o processo⁷². De todos estes sucessos resultaram quatro grandes reinos taifa: o de Jaén, o mais poderoso, onde reinava Ibn Nasr, que incluía ainda Arjona, Granada, Málaga e Almeria; o de Múrcia; o de Sevilha; e o de Niebla, vassalo de Fernando III⁷³. Morto Ibn Hud, terminavam as tréguas e os reinos de Múrcia e de Sevilha abriam-se novamente ao avanço cristão.

Na sequência destes acontecimentos, e enquanto Fernando III cimentava o seu poder na serra cordovesa, o infante D. Afonso — futuro Afonso X — projecta em 1239 uma campanha contra Múrcia, embora ela só venha a ter lugar a partir de 1240 e se estenda

⁶⁸ Cf. *ibidem*, p. 155.

⁶⁹ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 332.

⁷⁰ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 328.

⁷¹ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 328 e Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, p. 150.

⁷² Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 333 e Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, p. 155.

⁷³ Cf. **Fernando III**, 1º vol., pp. 333-334 e Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, pp. 155-156.

pelos anos seguintes⁷⁴. Assediado a norte por Jaime I Aragão, que tomara o reino de Valência, e com sublevações internas, o reino de Múrcia ia perdendo seu domínio, sendo que na fronteira castelhana eram a Ordem de Santiago e os concelhos de fronteira que aproveitaram para capturar territórios⁷⁵. Ao longo dos anos seguintes e até à Primavera de 1245, quando as forças castelhanas cercam e tomam Cartagena, através de conquistas ou por submissão voluntária dos muçulmanos, o infante D. Afonso irá, lentamente, apoderar-se do reino de Múrcia.

Sabe-se que Afonso Teles foi um dos ricos-homens que acompanhou o infante castelhano na campanha de Múrcia, sendo indicado como tal por Jerónimo Zurita, que o aponta como «*don Alonso Téllez que tenía entonces el gobierno de Córdoba*»⁷⁶. Confirma-se portanto que tinha a seu cargo esta cidade. Não sendo certo que tenha participado na investida de 1240, sabe-se que se encontrava ao lado do infante em Múrcia, em Março e em Setembro de 1244. A 26 de Março era uma das testemunhas do tratado de Almisra, assinado entre Jaime I de Aragão e o infante D. Afonso, que estabelecia as fronteiras entre os reinos de Valência e de Múrcia, e, portanto, definia o limite do avanço castelhano, ao mesmo tempo que marcava o fim da expansão aragonesa para o sul da península⁷⁷. A 30 de Setembro de 1244, ainda ao lado do infante castelhano, confirma um outro documento, em Múrcia, designadamente um acordo sobre a posse de certos castelos concertado entre os mouros deste reino, já submetidos à autoridade castelhana, e o mestre de Santiago, Paio Peres⁷⁸. Também confirma este documento um João Afonso, sendo possível que se trate do senhor de Albuquerque, meio-irmão de Afonso Teles⁷⁹.

Pode afirmar-se com um grande grau de certeza que Afonso Teles de Córdova não acompanhou o infante nos primeiros anos da jornada de Múrcia, pois confirma

⁷⁴ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 339. Terá participado nessa expedição o infante português Fernando de Serpa, obrigado pelo papa Gregório IX a combater os mouros como remissão penitencial pelas suas violentas acções em Portugal contra os bens e os homens da Igreja, e que a 25 de Novembro de 1239 obtinha daquele papa os mesmos privilégios que tinham os cruzados na Terra Santa enquanto integrasse a hoste que o infante D. Afonso de Castela reunia para combater os mouros de Múrcia (cf. *ibidem*, p. 339 e **D. Sancho II**, pp. 250-253).

⁷⁵ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, p. 167.

⁷⁶ Cf. **Anales de Aragón**, vol. I, liv. III, cap. XLI, p. 269 [cit. em 21 de Junho de 2010 – 22:15]. O cronista arrolava na lista de ricos-homens que acompanhava o infante D. Afonso «*don Alonso Téllez que tenía entonces el gobierno de Córdoba y don Juan Alfonso su hijo*» (*ibidem*). Há um erro em relação a João Afonso, que deverá tratar-se não de um filho de Afonso Teles, pois não há registo de nenhum filho deste senhor assim chamado, mas si do seu meio-irmão, filho de Afonso Teles, o *Velho* e D. Teresa Sanches.

⁷⁷ Cf. **Fernando III**, doc. 721.

⁷⁸ Cf. **Bulário de Santiago**, pp. 138-139.

⁷⁹ Durante esta longa campanha, o infante D. Afonso confiara a alguns cavaleiros que o acompanhavam algumas tenências. A 5 de Julho de 1243 entregava alguns castelos e vilas, cabendo Callosa e Crevillente a João Afonso (cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 346, e **Diplomatário Andaluz**, doc. 1).

regularmente documentos régios até ao dia 13 de Setembro de 1243⁸⁰, desaparecendo desde aí até ao dia 8 de Agosto de 1245, já no cerco de Jaén⁸¹. Daqui se deduz que se terá dirigido, eventualmente no final de 1243 e certamente nos anos de 1244 e 1245, para junto do infante D. Afonso, tendo regressado com este para participar no cerco de Jaén.

Em 1243, enquanto o infante castelhano impunha o seu domínio sobre Múrcia, Fernando III aponta as suas atenções para Jaén, tendo as pazes com este reino chegado ao fim do seu prazo. Assim, em 1244, lança alguns ataques sobre Arjona e as zonas circundantes àquela cidade, adivinhando-se para breve uma tentativa de tomada desta última. O monarca passa o inverno em Córdova e em Junho de 1245 conduz o seu exército novamente para Jaén, acossando várias terras e dirigindo-se depois para Martos. É para este local que também parte o mestre de Santiago, Paio Peres Correia, vindo de Múrcia, onde estivera a acompanhar D. Afonso, vindo a combinar com o monarca o assédio a Jaén, uma operação que se calculava longa e custosa, que o rei quis comandar pessoalmente e que já estava em pé no início de Agosto desse ano⁸². Para ajudar o cerco, o infante D. Afonso veio das terras murcianas, totalmente submetidas. Já se encontra junto a Jaén a 8 de Agosto, outorgando a Mula — que tomara em Maio de 1244⁸³ — o foro de Córdova. Entre os signatários deste diploma encontra-se Afonso Teles de Córdova, que teria vindo com o infante. O cerco iria estender-se por vários meses, tendo-se a cidade rendido em Fevereiro de 1246 e Ibn Nasr optado por declarar-se vassalo de Fernando III⁸⁴.

Os conflitos andaluzes iriam ter o seu próximo episódio com a ruptura das hostilidades com os mouros de Sevilha. O rei castelhano começa então a preparar o assédio a esta cidade, mandando organizar uma frota que se percebia necessária para o levar a cabo com sucesso⁸⁵. Tratava-se de uma tarefa que requeria algum tempo, pelo que, logo desde o Verão de 1246 e enquanto a frota não estivesse disponível, os cristãos faziam as suas razias aos campos inimigos, destruindo e saqueando bens e cativando alguns indivíduos⁸⁶.

Na Primavera do ano seguinte estavam reunidas as imensas tropas — ricos-homens, ordens militares e concelhos — que se iriam encaminhar em seguida para a cidade do Guadalquivir e se julgavam necessárias para efectuar o cerco de forma eficaz àquela

⁸⁰ Cf. *ibidem*, doc. 717.

⁸¹ Cf. *ibidem*, doc. 728.

⁸² Para todos estes acontecimentos, cf. *ibidem*, 1º vol., pp. 354-358.

⁸³ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, p. 175.

⁸⁴ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 361-363.

⁸⁵ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, pp. 206-207.

⁸⁶ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 368-369.

prestigiosa urbe⁸⁷. Apesar de acompanhar o infante herdeiro até ao reino de Leão no Verão de 1246, onde este organizava a sua intervenção em Portugal⁸⁸, Afonso Teles ocorre «*con sus caualleros bien aparejados*»⁸⁹, e irá ganhar algum renome neste assédio. Sendo um senhor que parece operar sobretudo na fronteira, era natural que tivesse a seu cargo um número significativo de homens de armas, tal como havia acontecido com os anteriores chefes da casa.

A hora do cerco aproximava-se. Estando D. Fernando III em Alcalá, em Julho de 1247⁹⁰, recebe notícia da aproximação da frota castelhana, mas que a mesma corria sério perigo, pois tinham sido convocadas contra ela forças sevilhanas e magrebina⁹¹. Prontamente o rei castelhano envia em seu socorro Afonso Teles, Rodrigo Froilaz e Fernando Anes de Lima — dois poderosos ricos-homens leoneses, sendo que o último era cunhado de Afonso Teles⁹² — com grande cavalaria sua e dos concelhos, que regressam a Alcalá ao não avistarem qualquer presença inimiga. Os sevilhanos acabam por atacar a armada castelhana, mas esta consegue não só defender-se como ainda destruir alguns vasos inimigos e seguir o seu caminho⁹³.

Afonso Teles, Fernando Anes de Lima e Rodrigo Froilaz, com cem ginetes, irão depois ser enviados pelo rei para reforçarem as posições castelhanas na margem direita do Guadalquivir, onde se encontrava Paio Peres Correia e os cavaleiros da sua ordem⁹⁴. Ao lado do mestre e dos freires de Santiago, aqueles três magnates, que «*fueron buenos ayuadores a estos freyres*»⁹⁵ irão entrar em escaramuças com os muçulmanos. Em distintas ocasiões, cavalgaram contra os mouros de Galves e de Triana, na margem onde se encontravam, matando e capturando muitos deles⁹⁶.

O sítio prolongava-se e os dois lados levavam a cabo várias operações de desgaste, como ciladas e ataques intensivos contra posições fragilizadas. É dentro deste contexto que

⁸⁷ Cf. *ibidem*, pp. 370-371.

⁸⁸ Afonso Teles está com o infante em Zamora a 15 de Agosto de 1246 (cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 274), mas depois dirige-se para sul, para junto de Fernando III. Não terá participado na campanha portuguesa, pois no dia 24 de Dezembro desse ano, quando Afonso de Castela se preparava para entrar em Portugal (cf. *ibidem*, p. 275), o senhor de Meneses estava em Jaén testemunhando um documento do rei castelhano (cf. *ibidem*, doc. 745).

⁸⁹ Cf. **Crónica de España**, p. 433. No dia 28 de Agosto já Afonso Teles está em Jaén, ao lado do rei (cf. **Fernando III**, doc. 742).

⁹⁰ Cf. Gonzalo Martinez Diez, *op. cit.*, p. 211.

⁹¹ Cf. **Primera Crónica General**, tomo II, p. 750. O melhor relato do cerco de Sevilha é o que nos é proporcionado por esta crónica.

⁹² Afonso Teles era casado com Maria Anes de Lima, meia-irmã pelo lado paterno de Fernando Anes de Lima.

⁹³ Cf. *ibidem*, p. 750.

⁹⁴ Cf. *ibidem*, p. 751.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 751.

⁹⁶ Cf. *ibidem*, p. 753.

Paio Correia, Afonso Teles, Rodrigo Froilaz e Fernando Anes de Lima armam uma emboscada aos mouros de Aznalfarrache que resulta em mais de trezentos inimigos mortos ou feridos⁹⁷. Mais tarde, são também eles que comandam as operações para minar os muros de Triana, que, apesar de tudo, não seriam concluídas⁹⁸. Por esta altura, em Maio de 1248, já o infante D. Afonso tinha vindo com as suas forças reforçar o sector da margem esquerda, e Afonso Teles, Rodrigo Froilaz e Pedro Ponce haviam sido encaminhados para apoio ao bispo de Compostela, entretanto também ele chegado ao cerco e sendo o seu acampamento alvo de alguns ataques adversários⁹⁹. Os três iriam montar uma cilada que resultou na morte de mais de cinquenta cavaleiros e quinhentos peões muçulmanos¹⁰⁰.

O longo bloqueio à cidade começava a fazer efeito e a ausência de socorros africanos fazia com que a sua rendição fosse uma questão de tempo. À aproximação do inverno, os muçulmanos procuram um entendimento, mas o rei castelhano, depois de um exigente investimento de praticamente dois anos, não pedia menos que a entrega total da cidade, íntegra e desocupada — «*libre e quita*»¹⁰¹ — pelos seus habitantes, a quem se permitia a evacuação e transporte dos bens móveis¹⁰². No dia 23 de Novembro de 1148 o alcácer de Sevilha era entregue a Fernando III¹⁰³.

Pela forma como a *Primera Crónica General* descreve as acções de Afonso Teles de Córdoba ao longo do assédio a Sevilha, dando-lhe bastante protagonismo, leva a crer que estaria incumbido, com os outros nobres mencionados, de comandar um corpo militar de intervenção rápida, deslocando-se para as zonas do cerco que necessitassem de maior apoio. Era à altura um homem experimentado na guerra, que passara na fronteira grande parte da sua vida adulta, pelo que se percebe que as suas capacidades fossem aproveitadas desta forma pelo rei.

Da mesma forma que sucedera em Córdoba, seria beneficiado em Sevilha pelo seu importante desempenho militar, recebendo bens consideráveis. O livro do repartimento de Sevilha aponta o seguinte, no campo das doações maiores: «*Este es el heredamiento que fizo el rey a don Alfonso Tellez: Diol Gilien, a que puso el rey nombre Villalva, ques en término de Aznalfarache; e avia en ella veinte mil pies de olivar e de figueral, e por medida çiento e treinta e tres arançadas, que fué asinada a doçientas arançadas de sano;*

⁹⁷ Cf. *ibidem*, p. 753.

⁹⁸ Cf. *ibidem*, p. 762.

⁹⁹ Cf. *ibidem*, p. 764.

¹⁰⁰ Cf. *ibidem*, pp. 763-764.

¹⁰¹ Cf. *ibidem*, p. 766.

¹⁰² Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 386.

¹⁰³ Cf. *ibidem*.

e diol veinte yugadas de heredad para pan, anno y vez, en Villanova»¹⁰⁴. Nas doações menores indica ainda «*A don Alfons Téllez, Gilixien e há nonbre Villalva* [as doações mencionadas acima]; *e en Almaznoa, término de Faznalcáçar, veynte yugadas*»¹⁰⁵.

Afonso Teles permanecerá na corte em Sevilha ao longo dos anos seguintes, confirmando a grande totalidade dos documentos de Fernando III e, depois do falecimento deste, de Afonso X. Será uma presença regular na corte do Sábio até à sua morte, ocorrida certamente por volta dos últimos meses de 1268, pois subscreve diplomas régios pela última vez a 9 de Outubro desse mesmo ano¹⁰⁶. Apesar da sua assiduidade cortesã, que se faz sentir desde 1238, é bastante provável que tenha passado temporadas significativas em Córdoba.

Mas os serviços que Afonso Teles de Córdoba presta a Afonso X não se faziam sentir apenas nas frentes de batalha onde, pela sua experiência de guerra adquirida ao longo de uma vivência de muitos anos, era um elemento de extrema utilidade. Em 1260, o rei Jaime I de Aragão tinha comunicado a Afonso X que pretendia casar o filho, o infante herdeiro Pedro¹⁰⁷, com Constança de Hohenstaufen, filha de Manfredo da Sicília. O rei castelhano envia então Afonso Teles a Aragão como embaixador, transportando uma credencial — «*nos vos embiamos outra nuestra carta abierta de creencia com Don Alffonso Tellez, nuestro rico omne*»¹⁰⁸ — para comunicar ao monarca aragonês o seu conselho acerca daquele enlace — «*aquellas cosas que nos vos enviamos dezir et aconsejar sobresta razon com Don Alffonso Tellez (...) et aconsejamos vos que fagades assi como vos dixo de nuestra parte Don Alffonso Tellez (...) et sobresto creed á D. Alffonso Tellez*»¹⁰⁹. Afonso X mostrava-se muito contrário àquela união, informando que «*si vos desto [do conselho transmitido por Afonso Teles] non uos quisiessedes creer de conseio, (...) et el casamiento com la fija del Princep quissiesedes lebar adelante, daqui nos desculpamos ende, que de ninguna cosa non podriedes seer tan mal aconsejado, nine n que mas fiziessedes vuestro danno. Et quanto en lo nuestro, terniemos que ningun omne del mundo tan grande tuerto nunca recibió de otro como nos recibriemos de vos*»¹¹⁰. Aquele casamento era bastante inconveniente para as ambições que o monarca castelhano

¹⁰⁴ **Repartimiento de Sevilla**, 2º vol., p. 22.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 230.

¹⁰⁶ Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 352.

¹⁰⁷ O seu filho mais velho, D. Afonso, falecera nesse mesmo ano. Cf. **Anales de Aragón**, vol. I, liv. III, cap. LX, p. 295 [cit. em 20 de Junho de 2010 – 13:24].

¹⁰⁸ O texto da credencial pode encontrar-se em **Documentos da época de Afonso X**, doc. LXXX.

¹⁰⁹ *Ibidem*, doc. LXXX.

¹¹⁰ *Ibidem*, doc. LXXX.

tinha sobre o Império¹¹¹, tratando-se de um assunto extremamente importante para a sua política. Daqui pode ler-se que Afonso Teles, sendo-lhe entregue esta tarefa, era certamente alguém em quem o rei depositava imensa confiança e que oferecia garantias de competência.

Aparentemente, e mesmo tendo o último período do reinado do Sábio sido fértil em discórdias entre o rei e a nobreza, a confiança que o primeiro depositava em Afonso Teles terá sido justificada e satisfeita pela lealdade deste último.

É curioso que em Maio de 1252, mês em que Fernando III falece e Afonso X sobe ao poder, Afonso Teles de Córdoba e o seu meio-irmão Martim Afonso — à data o líder do ramo familiar Albuquerque em Castela pela ausência do reino de João Afonso e Afonso Teles *Tiçã*,¹¹² — façam uma carta de concórdia, acordando ajuda mútua contra quem seja excepto o rei, os irmãos e os primos irmãos: «*facemos entre nos tal pleito de nos andar contra todos los omes del mundo fueras sobre señor y nuestros hermanos y nuestros primos cormanos fijos de Dom Suero, Dom Gotierre y Dom Suero [sic] que tenemos en lugar de hermanos*»¹¹³. Além disso, Afonso Teles doava a Martim Afonso metade dos direitos sobre o castelo de Albuquerque que tinha comprado a D. Maior Afonso e a D. Maria Mendes por 1700 maravedis, a serem pagos aquando da entrega do castelo, em troca de metade dessa verba¹¹⁴.

É possível que a aliança entre os dois irmãos apenas se tratasse de uma disposição circunstancial e somente como forma de fortalecer o negócio que então se realizava. Na realidade, o reino castelhano parecia atravessar um período pacífico e esta singular concórdia parece mais saída de uma época atravessada por convulsões. Porém, não é inaceitável admitir que, aproximando-se o final do reinado de Fernando III, se notassem certas tensões latentes e cisões entre alguns nobres que previam alterações nos cargos

¹¹¹ Manfredo da Sicília era o líder dos gibelinos radicais italianos, que se encontrava num campo político bem diferente do «*gibelinismo descafeinado*»* de Afonso X. O rei castelhano assistira, desde 1255, a uma aproximação a si por parte dos sectores gibelinos italianos contrários a Manfredo, designadamente de Pisa, e do papa Alexandre IV, formando assim um bloco de gibelinos moderados e guelfos contra os gibelinos radicais. Com esta tripla aliança, Alexandre IV buscava ajuda na luta contra Manfredo; Pisa influência para contrariar Génova, aliada de Manfredo, e Afonso X apoios para conseguir o título imperial. Como é óbvio, não convinha ao rei castelhano que Jaime I se aliasse a Manfredo da Sicília. Cf. Carlos de Ayala Martínez, *Directrices Fundamentales de la Política Peninsular de Alfonso X (Relaciones castellano-aragonesas de 1252 a 1263)*, Madrid, Antiqua et Mediaevalia, 1986, pp. 168-186.

* A deliciosa expressão é de Carlos de Ayala Martínez, *ibidem*, p. 173.

¹¹² Em relação a esta situação, veja-se o capítulo seguinte, referente aos Albuquerques.

¹¹³ **Salazar y Castro**, maço D-16, fls. 62-62v.

¹¹⁴ Entenda-se aqui metade da parte de cabia às senhoras mencionadas, a primeira irmã dos dois e a segunda sua sobrinha, filha de D. Teresa Afonso, e não metade dos direitos totais sobre Albuquerque.

cortesãos e da administração régia, como aliás se veio a verificar¹¹⁵. Tome-se por exemplo o caso de Rodrigo Gonçalves Girón, destituído do mordomado e substituído por João Garcia de Villamayor¹¹⁶ com a subida ao poder de Afonso X, perdendo assim os Girón um cargo que ostentavam havia décadas. Uma outra situação prende-se com o facto de Nuno Gonçalves de Lara começar a surgir com alguma preponderância entre os nobres castelhanos. O rei parece inclinado a ceder-lhe uma certa preferência, em desfavor de algumas famílias. Uma preferência que provocaria o descontentamento de Diogo Lopes de Haro, alferes do reino e senhor da Biscaia, a ponto de este ter decidido abandonar o reino em Agosto de 1254 rumo a Aragão, fazendo-se vassalo de Jaime I¹¹⁷. Em Outubro de 1255, aparentemente com o incentivo de Jaime I, estalava uma sublevação em Castela a partir da Biscaia, liderada por Lopo Dias de Haro, filho de D. Diogo, e da Andaluzia, encabeçada pelo infante D. Henrique, irmão de Afonso X¹¹⁸. Seria prontamente repelida na zona biscaina pelo próprio rei e na Andaluzia pelas forças de Nuno Gonçalves de Lara e pelas milícias concelhias de Córdoba¹¹⁹. Afonso Teles não se encontra junto das forças da cidade onde detinha a alcaidaria, pois está junto do rei ao longo do final de 1255 e início de 1256¹²⁰, alinhando assim nesta expedição contra Lopo Dias. Apesar da célere submissão do levantamento, o problema não era meramente accidental e tratava-se de uma resposta às políticas de reforço do poder real levadas a cabo por Afonso X logo desde o início do seu reinado, que estavam a criar sérios descontentamentos no seio de grandes sectores da nobreza. Um sentimento que não desapareceria com este episódio e iria voltar com maior vigor anos mais tarde, em 1272, já depois do falecimento de Afonso Teles.

Apesar de tudo, não parece que os senhores de Meneses — primeiro Afonso Teles de Córdoba e depois o seu filho — tenham participado em sublevações contra o monarca, fazendo antes parte do grupo de fiéis de Afonso X. No fundo, uma estratégia de aproximação ao rei e das suas políticas através de uma constante fidelidade que já fora utilizada pelos membros da família anteriormente e que dera tão bons resultados. Se considerarmos que as tensões poderiam fazer-se sentir logo em 1252, pode lançar-se a

¹¹⁵ Cf. **Alfonso X**, p. 55.

¹¹⁶ Cf. *ibidem*, p. 56.

¹¹⁷ Cf. *ibidem*, p. 67 e **Anales de Aragón**, vol. I, liv. III, cap. LI, p. 285 [cit. em 21 de Junho de 2010 – 23:43]. Diogo Lopes de Haro viria a falecer pouco tempo depois do seu exílio.

¹¹⁸ Cf. **Alfonso X**, p. 66. Estes dois nobres tinham anteriormente ido ao reino de Aragão encontrar-se com Jaime I para «*ofrecerse a su servicio y confederarse contra el rey de Castilla*». Cf. **Anales de Aragón**, vol. I, liv. III, cap. LII, p. 286 [cit. em 21 de Junho de 2010 – 21:57].

¹¹⁹ Cf. **Alfonso X**, pp. 67-68.

¹²⁰ Confirma documentos de Afonso X em Burgos a 2 e a 3 de Novembro de 1255 (Cf. **Diplomatário Andaluz**, docs. 163 e 165), em Vitória a 22 de Janeiro de 1256 (cf. *ibidem*, doc. 171), em San Estebán de Gormaz a 13 de Fevereiro (cf. *ibidem*, doc. 173) e em Soria a 20 de Março (cf. *ibidem*, docs. 176 e 177).

hipótese da aliança entre Afonso Teles de Córdova e Martim Afonso se apresentar como um mecanismo de defesa preventivo contra eventuais agressões vindas de fora do seio familiar ou de outrem que não o rei, num momento em que se vislumbrava alguma inquietação.

É porém interessante verificar que Afonso Teles de Córdova terá sido um amigo bastante próximo do infante D. Filipe, que se opôs, a determinada altura, ao rei. Este irmão de Afonso X encabeçava em 1272 um ajuntamento de nobres castelhanos reunido em Lerma, descontentes com a política de reforço do poder real levada a cabo pelo monarca¹²¹. Um descontentamento que iria gerar o afastamento de muitos dos principais ricos-homens de Castela para o reino de Granada em desserviço do rei e uma generalizada sublevação que marcaria os últimos anos deste reinado e que em última instância antecederia a guerra civil que oporia Afonso X ao infante D. Sancho¹²². Instado pelo rei a justificar aquela reunião com os ricos-homens — onde se encontravam membros das principais famílias, como Nuno de Lara e os seus filhos João Nunes e Nuno Gonçalves; Lopo Dias de Haro, senhor da Biscaia e o irmão, Diego Lopes; Simão Rodrigues de Cameros; Estevão Fernandes de Castro e Fernando Rodrigues de Castro, seu filho; e Álvaro Dias das Astúrias, entre outros¹²³ —, o infante D. Filipe respondia *«que bien sabía el Rey que los amigos que él avia fasta en aquel tiempo fueran don Juan García é don Alfonso Tellez é don Juan Alfonso é don Rodrigo Florez, en los cuales avia muy gran fiucia por muchas buenas obras que les él ficiera, é que pues eran finados, que él non podia estar sin aver algunos amigos que le ayudassen é le aconsejasen»*¹²⁴. Através da crónica fica-se a saber, portanto, que em 1272 Afonso Teles já tinha falecido, o que apenas comprova o que a sua ausência dos documentos de Afonso X já indiciava.

3.1.2.1. A defesa dos interesses em Campos

Apesar de uma presença mais intensa na região sul do reino, Afonso Teles de Córdova não deixava de ser o líder da linhagem, com importantes interesses estabelecidos em Campos, como as tenências que já foram apontadas. Patrono das casas religiosas ligadas à família, não deixou de as tomar em atenção, favorecendo-as em algumas ocasiões. Assim, em 1244, Afonso Teles e Maria Anes, sua esposa, doavam ao mosteiro e

¹²¹ Cf. **Crónica de don Alfonso X**, p. 16.

¹²² Para esta sublevação nobiliárquica, veja-se a **Crónica de don Alfonso X**, pp. 15-47. Uma boa síntese pode ser encontrada em **Alfonso X**, pp. 125-162.

¹²³ Cf. **Crónica de don Alfonso X**, p. 17.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 16.

ao abade de Matallana o monte de Navatomada no lugar de Foyos de Galindo e Cameral¹²⁵. Dez anos passados, a 8 de Agosto de 1254, o casal doava ao mosteiro de San Mancio — cuja jurisdição, recorde-se, cabia ao mosteiro de Sahagún após sucessivas doações de Telo Peres e Afonso Teles, *o Velho* — o mosteiro e a vila de Villa Colancio¹²⁶ com todas as suas pertenças: igrejas, casas, hortas, terras, vinhas, prados, pastos, exidos, termos, rios, montes, fontes, entradas e saídas, mais o que tem em Mudarra e Bañuelos, como o tivera o seu pai, Afonso Teles¹²⁷. Esta doação era feita pela alma deste último e dos seus parentes, e por sua ordem, apesar de terem passado vinte e quatro anos da sua morte. E, a 14 de Setembro de 1256, Afonso Teles, mediante uma carta dirigida ao alcaide e ao concelho de Albuquerque, declara sob a sua protecção os frades, pastores e gados do Hospital de San Nicolás.¹²⁸

3.1.2.2. *Descendência de Afonso Teles de Córdoba e a sucessão na casa*

Afonso Teles de Córdoba contrai matrimónio com Maria Anes de Lima, que teria sido anteriormente amante de Fernando III¹²⁹, filha de João Fernandes de Lima, *O Bom*, alferes de Afonso IX e mordomo de Sancho II, tenente de Neiva e Faria em Portugal¹³⁰ e de Maria Pais Ribeira¹³¹. Maria Anes era assim, por parte da mãe, meia-irmã de Teresa Sanches, que, recorde-se era a segunda esposa de Afonso Teles, *O Velho*.

Sabe-se que Maria Anes de Lima sobreviveu ao marido e voltou a casar. Desta feita com Álvaro Dias das Astúrias¹³², como se percebe de uma resposta do infante D. Sancho a um requerimento deste nobre que solicitava o pagamento da renda referente a uma herdade que Maria Anes e Afonso Teles de Córdoba haviam recebido de D. Fernando III¹³³. Como

¹²⁵ Cf. **CD Matallana**, doc. 24. Os lugares não foram identificados.

¹²⁶ Actual Villaconancio.

¹²⁷ Cf. **Villanueva de San Mancio**, doc. 10.

¹²⁸ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 26.

¹²⁹ Cf. **Livro do Deão**, 6AY7.

¹³⁰ Cf. **D. Sancho II**, pp. 92 e 276.

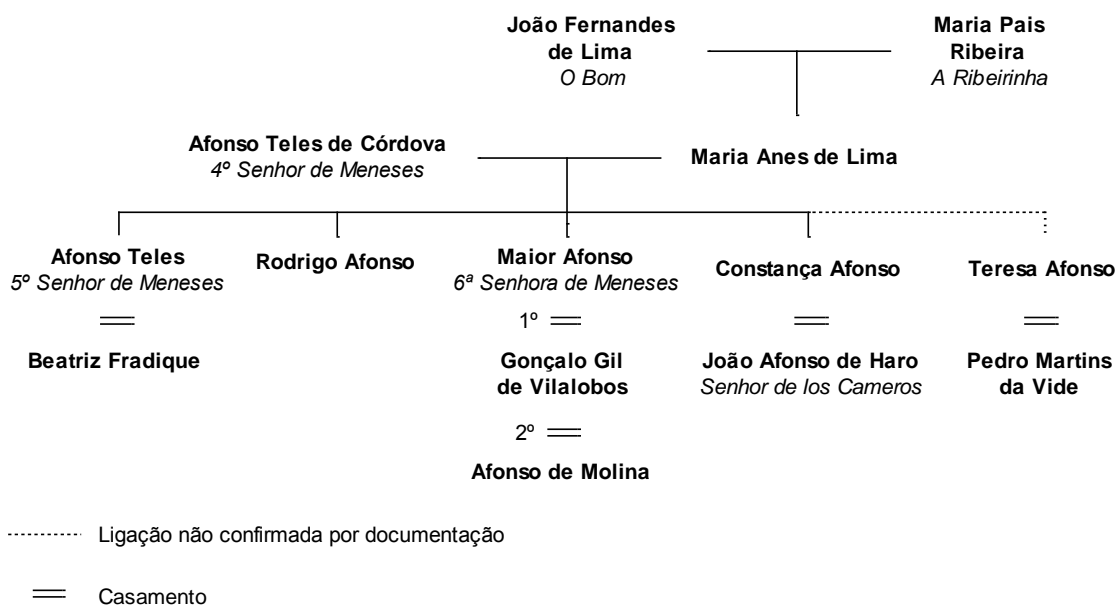
¹³¹ Cf. **Livro do Deão**, 6AY7, 20B3 e **Livro de Linhagens**, 13A4, 21A10, 57A2.

¹³² Um dos ricos-homens presentes na tomada de Sevilha e aí herdado com cem aranças de olival e dez jugadas de terra (cf. **Repartimiento de Sevilla**, p. 37). Antes teria casado com D. Teresa Peres Girón (cf. **Livro do Deão**, 1D7, 10B4, **Livro de Linhagens**, 24A5, 36AV8).

¹³³ A resposta contém a expressão «*don alvar diaz de asturias me dijo que donna mary yvannes su mujer avia un heredamiento y en Cordova que diera el rey don ferrando a don alfonso tellez et a ella*» (cf. Rafael Fernández González, «Los hermanos Tellez de Meneses... cit.», doc. 12). O pagamento desse dinheiro encontrava-se penhorado para saldar uma dívida antiga de Afonso Teles de Córdoba relativa à compra de um cavalo (cf. **Corpus Mediaevale Cordubense**, doc. 951).

já foi apontado atrás, Álvaro Dias foi um dos nobres que em 1172 se reúne com o infante D. Filipe¹³⁴ e depois se exila em Granada¹³⁵.

Árvore Genealógica 8 – *Filhos de Afonso Teles de Córdova e Maria Anes de Lima*



Do seu casamento com Maria Anes, Afonso Teles teve vários filhos, sobre os quais os genealogistas não estão de acordo. O conde D. Pedro atribui ao casal quatro filhos: Afonso Teles, Rodrigo Afonso, Maior Afonso e Teresa Afonso¹³⁶. Já Salazar e Castro não indica nenhuma filha de Afonso Teles de Córdova chamada Teresa Afonso, mas sim Constança Afonso¹³⁷. Poderá tratar-se de um erro de um dos genealogistas, e tratarem-se da mesma pessoa, mas as ligações matrimoniais e descendência proposta a cada uma delas leva a crer o contrário. Tratando-se de duas damas diferentes, o número de filhos do casamento entre Afonso Teles e Maria Anes passaria a cinco.

Para Teresa Afonso, os livros de linhagem indicam o seu casamento com Pedro Martins da Vide, de quem teria tido dois filhos: Martim Pires da Vide e Sancha Pires da Vide¹³⁸. Acontece porém que não foram encontradas outras provas documentais que atestem o enlace e a existência de D. Teresa, ao contrário do que se passa com D. Constança.

¹³⁴ Cf. *Crónica de don Alfonso X*, pp. 16-17.

¹³⁵ Cf. *ibidem*, pp. 28-29.

¹³⁶ Cf. *Livro de Linhagens*, 57A2. O mesmo avança o *Livro do Deão*, 6AY7.

¹³⁷ Cf. *Casa Farnese*, 2º vol., p. 576.

¹³⁸ Cf. *Livro do Deão*, 7I7 e *Livro de Linhagens*, 33F3, 37E7, 57B3.

Constança Afonso casou com João Afonso de Haro, filho Maria Afonso de los Cameros e de Afonso Lopes de Haro, que detinha a tenência de Calahorra e seria mais tarde senhor de Cameros pelo matrimónio¹³⁹. Sabe-se que D. Constança e João Afonso estavam casados a 8 de Fevereiro de 1268, quando concordam dispensar do pagamento de determinados tributos os vassallos do mosteiro de Santa Maria de Herce¹⁴⁰, e em 17 de Julho de 1272 reconheciam ao mosteiro de Santa Maria de Nájera a propriedade da vila de Urturi¹⁴¹. João Afonso de Haro foi um dos nobres que permaneceram fiéis a Afonso X nos últimos anos do seu reinado mas logo se aproxima de Sancho IV após a subida deste ao trono¹⁴².

Afonso Teles, o mais velho dos filhos de Afonso Teles de Córdoba, casou com D. Beatriz, filha do infante D. Fradique, mas morreu jovem e sem deixar descendência¹⁴³. É bastante provável que se trate do Afonso Teles de Villalva que se sabe confirmar documentos de Afonso X entre 15 de Julho de 1272, em Cuenca, e 6 de Junho 1274, estando em Zamora¹⁴⁴. O sobrenome «*de Villalva*» poderia justificar-se pelo facto de lhe ser associado o importante herdamento recebido pelo pai em Sevilha que, recorde-se, se passou a chamar Villalva, ou pela localidade de Villalba del Alcor, na posse da família desde 5 de Janeiro de 1226, por doação de Fernando III a Afonso Teles, o Velho¹⁴⁵.

Segue a estratégia familiar de constante lealdade e proximidade ao rei, e observando as datas em que efectua confirmações de documentos régios pode afirmar-se que se mantém ao lado de Afonso X durante a insurreição nobiliárquica de 1272 iniciada no ajuntamento de Lerma já mencionado atrás. A crónica de Afonso X confirma isso mesmo. Durante o exílio dos nobres castelhanos em Granada, o monarca castelhano vai tentar uma

¹³⁹ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... cit.», p. 57, e Máximo Diago Hernando, «Los Haro de Cameros en los siglos XIII y XIV: Análisis del proceso de su afianzamiento político en el ámbito regional», *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 24, 1994, p. 782 *et passim*.

¹⁴⁰ Cf. Pedro Pérez Carazo, *Colección diplomática medieval de Santa María de Herce y su abadengo en la Edad Media*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos / Universidad de La Rioja, 2008, doc. 38. O documento aponta os doadores desta imunidade como sendo «*Iohannis Alfonsi (...) et domna Constancia Alfonsi uxor eius*».

¹⁴¹ Cf. Ildelfonso Rodríguez R. de Rama, *Colección diplomática medieval de La Rioja*, 4º vol., Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1990, doc. 296.

¹⁴² Cf. Máximo Diago Hernando, *ob. cit.*, p. 783.

¹⁴³ Cf. **Livro do Deão**, 6AY8.

¹⁴⁴ Cf. **Diplomatário Andaluz**, docs. 397 e 412, respectivamente. O número de documentos que testemunha é tão pequeno que se podem mencionar aqui todos eles. Além dos dois mencionados, surge no rol de signatários de documentos régios em Urbión, a 3 Janeiro 1273 (cf. *ibidem*, doc. 399); em Ávila, a 4 e a 27 de Maio de 1273 (cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1810; e **CD Sancti Spiritus de Salamanca**, doc. 25); em Guadalajara, a 3 de Julho de 1273 (cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 404); e em Santo Domingo de la Calzada, a 24 de Janeiro de 1274 (cf. *ibidem*, doc. 405).

¹⁴⁵ Cf. **CD Matallana**, doc. 23.

aproximação ao convocar uma reunião em Almagro, no campo de Calatrava, uma localidade bastante próxima de Granada e que permitia àqueles o envio de emissários¹⁴⁶. Interessava ao rei castelhano chegar a um entendimento com os revoltosos pois este conflito impedia que lançasse a sua candidatura ao Império¹⁴⁷. Neste ajuntamento convocado pelo rei, composta por «*ricos omes é infazones é caballeros fijosdalgo, é otros caballeros fijosdalgo de las cibdades é villas*»¹⁴⁸, encontrava-se um Afonso Teles. Tendo já falecido Afonso Teles de Córdoba, trata-se certamente do seu filho¹⁴⁹. Após uma série de negociações, o conflito resolve-se com a arbitragem da rainha D. Violante e do infante D. Fernando, tendo os nobres saído desta crise com parte das suas reivindicações atendidas, preço que Afonso X teve de pagar para se dedicar à sua candidatura ao trono imperial¹⁵⁰. Antes de partir para reclamar junto de Gregório X os direitos a que se julgava digno, o rei castelhano reúne em Toledo os principais personagens do reino, encontrando-se aí quer os nobres que sempre se haviam mantido a seu lado, quer aqueles que agora já tinham entrado em entendimento consigo após o mencionado exílio. No primeiro grupo achava-se Afonso Teles. É possível que tenha falecido pouco depois, pois desaparece da documentação em 6 de Junho 1274, como já foi dito.

O seu irmão Rodrigo Afonso terá muito provavelmente falecido antes de si, pois não se tem notícias dele a não ser as referências apresentadas pelos genealogistas que o dão como filho de Afonso Teles de Córdoba e Maria Anes de Lima¹⁵¹ e uma presença sua enquanto testemunha num privilégio de Afonso X datado de 25 de Março de 1254, em Toledo¹⁵². Confirmava o diploma num dia em que o pai o não fazia, ao contrário do que era comum¹⁵³, o que indica que estaria ao lado do pai na corte castelhana.

Com a morte de Afonso Teles e o eventual desaparecimento prematuro de Rodrigo Afonso, a liderança da linhagem passa para D. Afonso, filho de Maior Afonso, irmã dos falecidos Afonso Teles e Rodrigo Afonso¹⁵⁴.

¹⁴⁶ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 35.

¹⁴⁷ Cf. **Alfonso X**, p. 137.

¹⁴⁸ **Crónica de Don Alfonso X**, p. 35.

¹⁴⁹ Cf. *ibidem*.

¹⁵⁰ Cf. **Alfonso X**, pp. 138-142.

¹⁵¹ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, **Livro do Deão**, 6AY7 e **Livro de Linhagens**, 57A2.

¹⁵² Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 124. Através deste diploma Afonso X concedia ao concelho de Ubeda as aldeias de Cabra e San Esteban, com todos os seus termos.

¹⁵³ Afonso Teles de Córdoba subscreve muitos documentos neste mês excepto este, designadamente, nos dias 18, 22, 23, 27, e 28 Março (cf. *ibidem*, docs. 122, 123, 125, 128 e 129), voltando a fazê-lo nos meses seguintes.

¹⁵⁴ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576.

D. Maior Afonso tinha casado em primeiras núpcias com Gonçalo Gil de Vilalobos¹⁵⁵, rico-homem e *adelantado-mor* de Leão, filho de Gil Manrique de Manzanedo e Teresa Fernandes, senhora de Villalobos¹⁵⁶. Esteve na tomada de Sevilha, onde foi beneficiado com cem aranças de olival e dez jugadas de herdade¹⁵⁷. O seu pai, Gil Manrique de Manzanedo, deteve as tenências de Toro, Castronuevo e Mayorga entre 1219 e 1233, mas em 1228, antes da morte de Afonso IX, já se encontra em Castela, onde confirma documentos de Fernando III¹⁵⁸. Aproxima-se assim dos círculos onde se movimentam os Meneses. Logo em 25 de Abril de 1226 testemunhara a fundação do hospital de redenção de cativos de Talavera por Afonso Teles, *o Velho*¹⁵⁹; em 1231 acompanha Telo Afonso e Rodrigo Gomes de Trastâmara — que, recorde-se, casara com Maior Afonso, filha de Afonso Teles, *o Velho* — na expedição a Jerez, liderada pelo infante D. Afonso e Álvaro Peres de Castro¹⁶⁰; e em 1236, no cerco e tomada de Córdoba, está ao lado de Telo Afonso e de Afonso Teles de Córdoba, que haveria de ser seu consogro.

Do casamento entre Maior Afonso e Gonçalo Gil não resultou qualquer filho. Tendo este falecido, Maior Afonso desposa depois o infante Afonso de Molina¹⁶¹, irmão de Fernando III, de quem será a terceira esposa¹⁶². Afonso de Molina foi durante o reinado do irmão o seu principal aliado, acompanhando-o desde o início nos campos de batalha. Depois da morte de D. Berenguela, em 1246, substitui Fernando III, mais empenhado então no avanço a sul, na administração na Castela setentrional, recebendo pelos seus bons serviços avultadas doações na Andaluzia¹⁶³.

Manterá a mesma postura no reinado do sobrinho até à sua morte¹⁶⁴, que deverá ter ocorrido no início de 1272, uma vez que confirma pela última vez um diploma de Afonso X a 14 de Janeiro desse ano¹⁶⁵. A 15 de Julho já aparecia na corte o filho do seu casamento com Maria Afonso, D. Afonso, arrolado num diploma de Afonso X como «*Don Alfonso*,

¹⁵⁵ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576 e **Livro do Deão**, 6AZ8.

¹⁵⁶ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 156 e **Livro de Linhagens**, 18A6.

¹⁵⁷ Cf. **Repartimento de Sevilla**, 2º vol., p. 236.

¹⁵⁸ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 155.

¹⁵⁹ Cf. **Bulário de Santiago**, p. 86.

¹⁶⁰ Cf. **Crónica de Vinte Reis**, p. 308.

¹⁶¹ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576 e **Livro do Deão**, 6AZ8.

¹⁶² O infante D. Afonso de Molina, filho de Afonso IX de Leão e Berenguela de Castela, casara antes por duas vezes com duas damas da casa de Lara. Primeiro com D. Mafalda Gonçalves e depois com D. Teresa Gonçalves (cf. António Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana... cit.*, 1º vol., pp. 354-355).

¹⁶³ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 90 e Gonzalo Martínez Díez, *Fernando III... cit.*, p. 256.

¹⁶⁴ Cf. **Alfonso X**, p. 114.

¹⁶⁵ Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 391. No documento seguinte de Afonso X, de 14 de Março, já não aparece na lista de signatários (cf. *ibidem*, doc. 392).

*fijo del infante don Alfonso de Molina»*¹⁶⁶. Deste casamento nasceu ainda D. Maria, que viria a ser rainha de Castela pelo seu casamento com Sancho IV.

3.2. AFONSO DE MENESES E A GRANDE CRISE CASTELHANA

3.2.1. Os reinados de Afonso X e de Sancho IV

3.2.1.1. A participação na guerra civil de 1282-1284

Sendo o mais velho dos varões da família após a morte de Afonso Teles de Villalva — filho de Afonso Teles de Córdoba —, Afonso de Meneses ascende à liderança da família num momento de particular inquietação, apesar dos nobres exilados em Castela já terem regressado ao reino. Primo de Afonso X e depois cunhado do infante D. Sancho pelo casamento deste com a sua irmã D. Maria, teve de movimentar-se com habilidade durante a guerra civil que opôs aqueles dois no final do reinado do *Sábio*.

Sabe-se que confirma documentos reais desde 15 de Julho de 1272 e irá fazê-lo ao longo dos anos seguintes, não fazendo por isso, também ele, parte dos nobres que se exilam em Granada sublevados contra Afonso X. Permanece ao lado do rei e essa sua opção, na ausência de nobres mais importantes, far-se-á notar nos vários privilégios rodados ao longo do final do reinado, ocupando, entre os signatários, desde 1273 — por algumas vezes — e a partir de 1277 — em todos os documentos conhecidos —, o primeiro lugar da lista na coluna dos nobres castelhanos¹⁶⁷. Porém, em 1282, a situação altera-se, pois deixa de surgir nesses privilégios, num momento em que ainda ocupava o lugar cimeiro da lista de testemunhas. Confirma o último diploma de Afonso X em Sevilha, a 3 de Julho¹⁶⁸, desaparecendo deste tipo de documentos até ao reinado de Sancho IV, pelo que terá em data imediatamente posterior deixado de ser apoiante do rei castelhano, passando para o partido do infante. Por esta altura já o enfrentamento entre estes dois, por várias circunstâncias, tinha ganho dimensões de bastante gravidade. A passagem de um partido

¹⁶⁶ *Ibidem*, doc. 397. Por se tornar o líder da casa de Meneses e por facilidade de identificação, até porque surge sempre mencionado nos documentos como filho do infante de Molina, denominar-se-á este senhor neste trabalho como Afonso de Meneses.

¹⁶⁷ Testemunha vários documentos de Afonso X como primeira testemunha na coluna dos nobres castelhanos entre 3 Janeiro 1273 (Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 399) e 13 Julho 1282 (cf. *ibidem*, doc. 501). A partir de 3 Junho 1277 (cf. Juan Torres Fontes, «El monasterio cisterciense de Santa María la Real de Murcia, in *Medievo Hispano. Estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax*, Madrid, SEEM, 1995, pp. 369-383, doc. I) e até 13 de Julho de 1282 testemunha todos os documentos reais conhecidos em primeiro lugar daquela coluna.

¹⁶⁸ Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 501.

para o outro, que denotava uma mudança profunda da estratégia política familiar ao longo de todo o século, tinha, porém, uma justificação bastante simples e que se prendia com as solidariedades familiares.

Já foi aflorado o facto do final do reinado de Afonso X ter sido atravessado por um descontentamento generalizado de um largo sector da nobreza para com os resultados da sua obra legislativa que conduziu a inequívocas medidas de centralização e reforço do poder monárquico face ao nobiliárquico¹⁶⁹. Este descontentamento resultou em vários episódios de sublevação nobiliárquica, mais vigorosos nos últimos anos. Para entender o posicionamento político de Afonso de Meneses torna-se necessário observar com alguma atenção os acontecimentos que marcaram este período.

A morte do infante Fernando de Lacerda, primogénito de Afonso X e herdeiro do trono castelhano, em Julho de 1275, estando o monarca ausente do reino a reivindicar no papado os seus direitos sobre o Império, abre um sério problema ao nível da sucessão. Por um lado, era defensável que se pensasse que o herdeiro da coroa à morte do rei devia ser Afonso de Lacerda, filho maior do malgrado D. Fernando, pois, segundo as *Partidas*, os direitos deste passavam automaticamente aos seus filhos. Contudo, o direito tradicional sugeria que a condição de herdeiro deveria transitar para o filho maior do rei, que era então o infante D. Sancho¹⁷⁰. Logo após a inesperada morte do irmão, este último não havia perdido tempo a reclamar a sua legitimidade sobre o trono¹⁷¹. Foi apoiado imediatamente por Lopo Dias de Haro¹⁷², e a sua candidatura saiu bastante reforçada das Cortes de Burgos, realizadas em 1276. Aqui, adeptos das duas perspectivas esgrimiram os seus argumentos, e os concelhos de Castela e grande parte da nobreza reconheceram o infante D. Sancho como sucessor de Afonso X¹⁷³. A decisão não foi aceite pelos partidários dos infantes de Lacerda — os dois irmãos D. Afonso e D. Fernando —, que continuaram a defender a sua causa. Encontravam-se entre eles os Lara, liderados por João Nunes, a quem Fernando de Lacerda havia encomendado, antes de morrer e adivinhando as contendas que se viriam a verificar, a defesa dos direitos sucessórios dos filhos¹⁷⁴; a rainha D. Violante, esposa de D. Afonso X¹⁷⁵; e Filipe III de França, tio dos infantes. Seria precisamente junto

¹⁶⁹ Cf. Afonso X, pp. 264-269, e Miguel Angel Ladero Quesada, «La situación política de Castilla a finales del siglo XIII», *Anales de la Universidad de Alicante. Historia medieval*, nº 11, 1996-1997, pp. 241-264.

¹⁷⁰ Cf. **Afonso X**, p. 167.

¹⁷¹ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 51.

¹⁷² Cf. *ibidem*.

¹⁷³ Cf. *ibidem*, p. 170.

¹⁷⁴ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 51.

¹⁷⁵ Cf. *ibidem*, p. 53.

deste monarca que se exilariam, após as Cortes de Burgos e em acentuada discordância com o aí decidido, os irmãos João Nunes e Nuno Gonçalves de Lara, com bastantes cavaleiros¹⁷⁶. Perante a crise que se criava no reino, Afonso X não se pronuncia sobre o assunto e adia uma decisão, apreciando os argumentos das duas partes e calculando os problemas que poderiam advir da sua posição.

Esta indecisão do rei criava um acumular de tensão que levaria a várias movimentações, como a saída de alguns nobres do reino, incluindo os já citados Lara, mas em 1277 outros faziam o mesmo caminho para França, como Fernão Peres Ponce e Lopo Dias de Haro¹⁷⁷. Na ausência dos mais importantes membros das linhagens de Lara e Haro, Afonso de Meneses era indubitavelmente, salvo os infantes, o mais ilustre nobre da corte de Afonso X e, como tal, passava a ocupar em todos os diplomas régios o primeiro lugar da lista de testemunhas¹⁷⁸. Mas o episódio mais representativo da situação de descontentamento e tensão em que o reino se encontrava foi a conjura protagonizada pelo infante D. Fradique e Simão Rodrigues de Cameros, que viriam a ser mortos por ordem do rei em 1278, após as Cortes de Segóvia¹⁷⁹.

As divergências entre os partidários do infante D. Sancho e os apoiantes dos infantes de Lacerda faziam-se sentir nos círculos mais próximos do rei, e a própria rainha D. Violante abandonava o reino, depois das mencionadas cortes de Segóvia, rumo a Aragão com os dois netos, os jovens Afonso e Fernando, tentando obter o apoio do irmão, Pedro III¹⁸⁰. Obviamente, D. Sancho não negligenciava a defesa da sua posição, que ainda não estava segura. Aproxima-se do monarca aragonês, seu tio, conseguindo em 1279 que este se pronunciasse como seu aliado. D. Violante vê-se assim obrigada a regressar a Castela deixando os netos em Aragão, onde seriam retidos à guarda do rei aragonês, que não

¹⁷⁶ Cf. **Alfonso X**, p. 171.

¹⁷⁷ Cf. *ibidem*, p. 172.

¹⁷⁸ Cf. nota 165.

¹⁷⁹ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 53. A trama que rodeia este caso que tem como desfecho a morte dos dois nobres é bastante obscura. Foram apontadas algumas justificações para que Afonso X tivesse mandado matar o irmão e o senhor de Cameros de forma aparentemente arbitrária. A crónica mencionada atrás diz sucintamente que «*el rey sopo algunas cosas del infante don Fradique, su hermano, é de don Ximon Ruiz de los Cameros, el Rey mandó al infante don Sancho que fuese prender á don Ximon Ruiz de los Cameros, é que le ficiese loégo matar. É don Sancho salió luego de Búrgos, é fue á Logroño, é falló y á don Ximon Ruiz, é prendióle; é este mismo dia que lo prendieron prendió Diego Lopez de Salcedo en Búrgos á don Fadrique, por mandado del rey. É don Sancho fue á Treviño, é mandó quemar allí á don Ximon Ruiz; é el rey mando ahogar á don Fadrique*». Já foi sugerido que se trataria de uma conspiração em apoio aos infantes de Lacerda; que, pelo contrário, eram partidários do infante D. Sancho; que, vendo a indecisão do rei e as cisões sociais do reino, preparavam a deposição de Afonso X e a sua substituição pelo infante D. Fradique com o apoio de Lopo Dias de Haro e outros importantes magnates; que a execução era um castigo pela suposta homossexualidade dos dois; e até que a condenação era por serem hereges (cf. **Alfonso X**, pp. 172-177, que apresenta uma boa síntese destas teorias).

¹⁸⁰ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 53.

prescindia de manter sob a sua alçada um precioso trunfo nas lutas que se travavam em Castela¹⁸¹.

Apesar de tudo, os infantes de Lacerda continuavam a ter aliados de peso, como o tio Filipe III de França¹⁸² e os nobres exilados na corte francesa. Este monarca pressionava continuamente Afonso X para que os sobrinhos fossem mantidos de acordo com o que o seu estatuto exigia¹⁸³. Nos finais de 1280 os emissários dos dois reinos encontravam-se para tratar de vários assuntos, destacando-se a situação dos infantes, mas em relação a estes as negociações chegavam ao fim sem qualquer acordo¹⁸⁴.

Em 1281, promovidas pelo infante D. Sancho, que veria num eventual acordo com Filipe III uma possível redução da sua herança, fazia-se uma aproximação entre Castela e Aragão, à data de relações tensas com o reino francês, vindo a resultar no tratado de Campillo-Ágreda de 27 e 28 de Março¹⁸⁵. Em Campillo, no dia 27, a representação castelhana integrava, além do rei e do infante D. Sancho, os infantes D. Manuel, irmão do monarca, e D. Jaime, filho menor de Afonso X. O rol de nobres era encabeçado por Afonso de Meneses, encontrando-se ainda aí João Afonso de Haro, seu tio pelo casamento com Constança Afonso¹⁸⁶. Nesse primeiro dia assinavam-se vários acordos, incluindo um de aliança e auxílio mútuos contra inimigos comuns excepto os muçulmanos, válido para os dois reis e seus sucessores, considerando como tal o infante D. Sancho¹⁸⁷. Combinavam e comprometiam-se a conquistar o reino de Navarra, e o Afonso X obrigava-se ainda a entregar a Aragão várias terras e castelos, recebendo somente em troca o reconhecimento por parte do seu congénere aragonês da pertença a Castela do castelo de Albarracín, cujo titular era então João Nunes de Lara, vassalo de Filipe III e defensor de Afonso de Lacerda¹⁸⁸.

Todavia, no dia seguinte, em Ágreda, já sem a presença de Afonso X e da maior parte das suas testemunhas, reviam-se as combinações feitas antes. O único negociador castelhano era o infante D. Sancho que, nas costas de Afonso X, alterava e anulava as

¹⁸¹ Cf. *ibidem*, p. 55.

¹⁸² Branca de França, a mãe dos jovens Afonso e Fernando e viúva de Fernando de Lacerda era irmã de Filipe III de França.

¹⁸³ Segundo a **Crónica de Don Alfonso X**, p. 58, «*el Rey Felipe de Francia, fijo del rey Sant Luis, enviára mover por muchas veces pleitesía al rey don Alfonso que quisiese catar alguna manera por que oviese alguna cosa con que viviese don Alfonso, fijo del infante don Fernando*». Não se exigindo a coroa, tratava-se certamente de domínios dignos de um antigo candidato a essa coroa.

¹⁸⁴ Cf. **Alfonso X**, pp. 178-179.

¹⁸⁵ Cf. Carlos de Ayala Martínez, «Paces castellano-aragonesas de Campillo-Ágreda (1281)», *En la España medieval*, nº 8, 1986, pp. 151-168.

¹⁸⁶ Cf. *ibidem*, p. 157.

¹⁸⁷ Cf. *ibidem*, pp. 158-159.

¹⁸⁸ Cf. *ibidem*, p. 159.

disposições que aquele havia negociado. Os aspectos mais relevantes retirados desta «farsa diplomática»¹⁸⁹ são, desde logo, o facto de Pedro III de Aragão conseguir obter importantes concessões territoriais e, dada a posição castelhana, ascender ao papel de líder político peninsular, conseguindo no reino castelhano um importante aliado efectivo contra França, com quem disputava a supremacia no Mediterrâneo Ocidental. No fundo, criava-se um bloco comum gibelino-peninsular encabeçado pelo rei aragonês que se apresentava contra o pró-guelfo Filipe III de França¹⁹⁰. Em contrapartida, através de uma descarada marginalização política do titular da coroa castelhana e das muitas cedências, o infante D. Sancho garantia um importante apoio à sua candidatura a essa mesma coroa, pois logo após o tratado Pedro III «*mandó poner en el castillo de Játiva a don Alonso y don Fernando, hijos del infante don Fernando, a donde estuvieron algún tiempo*»¹⁹¹. Além disso, a aliança colocava uma significativa pressão sobre o monarca francês, que com a ameaça sobre Navarra via aumentar a frente de disputa gelfo-gibelina à qual tinha de dar cobertura, desviando assim um pouco a atenção da defesa dos direitos dos sobrinhos; ao mesmo tempo, a cedência a Aragão dos direitos sobre Albarracín robustecia a eficácia da oposição a João Nunes de Lara. A situação de D. Sancho parecia de facto tornar-se mais sólida, se bem que a sua actuação no tratado fosse obviamente susceptível de produzir uma decisiva ruptura entre si e o pai.

Essa ruptura não demorou muito a ter lugar, vindo a acontecer nas Cortes de Sevilha de 1281, quando a questão dos direitos dos infantes de Lacerda veio a lume e o rei se mostrou disposto a ceder o reino de Jaén ao infante D. Afonso, o mais velho dos dois, salvaguardando assim os interesses do neto e aliviando as pressões do rei francês¹⁹². O infante D. Sancho responde ao pai, de forma insolente, que «*non fablase en este pleito nin gelo mandase, ca non avia en el mundo cosa por que en ello consintiese*»¹⁹³. Despeitado com a resposta do filho, Afonso X replica que faria o que fosse sua vontade, e que não seria impedido de o fazer nem por ele nem pelos que o haviam reconhecido como seu sucessor, nem que para isso o tivesse de deserdar. Algo que faria com a mesma facilidade com que o tinha reconhecido como seu legítimo herdeiro. Perante esta ameaça do pai, o infante responde ainda de forma mais contundente, dizendo-lhe o seguinte: «*Señor, non me fecistes vos [seu sucessor legítimo], mas fizóme Dios, é fizo mucho por me facer, ca mato á*

¹⁸⁹ A expressão é de Ayala Martinez. Cf. *ibidem*, p. 163.

¹⁹⁰ Cf. *ibidem*, pp. 164-167.

¹⁹¹ *Anales de Aragón*, vol. II, liv. IV, cap. XII, p. 15 [cit. em 23 de Agosto de 2010 – 12:55]

¹⁹² Cf. *Crónica de Don Alfonso X*, p. 60, e *Alfonso X*, p. 165.

¹⁹³ *Crónica de Don Alfonso X*, p. 60.

*un mi Hermano, que era mayor que yo, é que era vuestro heredero destos reinos, si él viviera más que vos; é non le mató por al, si non porque lo heredase yo despues de vuestros dias; é esta palabra que dejistes pudiérades la muy bien escusar, é tiempo verná que la non querriédes aver dicho»*¹⁹⁴. Consumava-se a divergência entre pai e filho, e Sancho via aliarem-se a seu lado grande parte das camadas superiores da nobreza, incluindo os irmãos, os infantes D. Pedro e D. João, bem como o alto clero¹⁹⁵.

O ano de 1282 iria conhecer a radicalização da posição de D. Sancho. Envia o infante D. João para o reino de Leão a fim de reunir o apoio das cidades e levá-las a tomar voz por si contra o rei¹⁹⁶. Uma tarefa que o infante irá desempenhar a tarefa com especial competência, uma vez que a região mais afecta a D. Sancho parece ter sido a leonesa¹⁹⁷. Ao mesmo tempo, D. Sancho convocava para Valladolid umas cortes, que se realizariam a partir de 21 de Abril¹⁹⁸. Entre os que respondiam à chamada, encontravam-se a rainha D. Violante e o infante D. Manuel¹⁹⁹. O infante assumia-se desta forma como o governante efectivo do reino, apesar de nunca permitir que «*en vida de su padre se llamasse rey de los sus reinos*»²⁰⁰.

Não se sabe se Afonso de Meneses esteve presente ou se permaneceu junto de Afonso X. O facto de subscrever um documento real em Sevilha, a 13 de Junho²⁰¹, poderia significar que se havia mantido junto do rei e que não teria participado naquela reunião. Todavia, testemunhavam esse mesmo documento muitos dos que haviam ocorrido à convocatória de Valladolid, designadamente os infantes D. João, D. Pedro, D. Jaime e D. Manuel²⁰². Aparentemente, a unidade em relação ao infante não era tão sólida quanto parecia ser. Embora não se possa confirmar, Afonso de Meneses podia ter procedido da mesma forma, sendo possível que o tenha feito e que se inclinasse a apoiar o infante. Este documento de 13 de Junho é o último diploma de Afonso X que confirma e é certamente neste mês que se torna decididamente partidário de D. Sancho.

Em Junho de 1282, D. Sancho desposava D. Maria, irmã de Afonso de Meneses, que ficaria conhecida para a história como Maria de Molina²⁰³. É possível que a proximidade

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 60.

¹⁹⁵ Cf. **Afonso X**, p. 183.

¹⁹⁶ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, pp. 60-61.

¹⁹⁷ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 8.

¹⁹⁸ Cf. **Afonso X**, p. 176.

¹⁹⁹ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 61.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 61.

²⁰¹ Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 501.

²⁰² Excluindo o infante D. Sancho e os nobres exilados, testemunhavam o documento em questão os personagens habituais dos privilégios rodados daquela época.

²⁰³ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 28.

entre o infante e D. Maria já viesse de trás, pois esta tinha sido madrinha de baptismo de Violante Sanches, filha do infante com uma sua parente, Maria Afonso²⁰⁴. Percebe-se perfeitamente que o líder da linhagem de Meneses optasse por passar a apoiar o infante, a partir daí seu cunhado, em desfavor do rei. Este enlace, além de atrair para o lado de D. Sancho o mais destacado nobre castelhano que se mantinha — ao que tudo indica — leal a Afonso X²⁰⁵, representava uma ofensa à autoridade do rei, pois o casamento com D. Maria quebrava o acordo matrimonial negociado anos antes com Guilherma de Moncada²⁰⁶. D. Guilherma era filha de Gastón de Bearne, tio de Lopo Dias de Haro, o que podia fazer com que este se sentisse inclinado a opor-se a D. Maria²⁰⁷. Talvez como forma de entendimento, D. Sancho vai fazer o casamento da irmã D. Violante com Diego Lopes de Haro, irmão de D. Lopo²⁰⁸. Já o pai da noiva repudiada irá enviar tropas suas em apoio de Afonso X²⁰⁹.

A situação encontrava-se bastante tensa e a posição de D. Sancho fragilizava-se, pois os seus irmãos D. Pedro e D. João corriam o reino de Leão contactando os concelhos e procurando que estes os apoiassem em benefício próprio e não em favor do infante primogénito ou mesmo do rei, além de que Lopo Dias de Haro parecia voltar a actuar de forma favorável a Afonso X²¹⁰. Tudo isto parecia fazer inclinar a balança para o lado do rei, que a 8 de Novembro de 1282 deserdava o infante D. Sancho através do seu testamento²¹¹. Declarava-o infame e traidor e fazia herdeiro da coroa Afonso de Lacerda. No dia seguinte pronunciava-lhe ainda uma sentença condenatória²¹².

O conflito internacionalizava-se e no início de 1283 o papa Martinho IV ameaçava excomungar D. Sancho e D. Maria²¹³ pelo impedimento de parentesco existente entre os dois²¹⁴. Nesse mesmo ano, Afonso X conseguia atrair de novo para o seu lado os infantes D. Pedro, D. Jaime e D. João bem como outros destacados nobres²¹⁵. Além de vitórias diplomáticas, o monarca levava também a melhor no campo militar: Fernão Peres Ponce, à

²⁰⁴ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 31. Maria Afonso era filha de Afonso Teles, *o Tição*, e, por isso, neta de Afonso Teles, o Velho.

²⁰⁵ Recorde-se que desde 1277 que Afonso de Meneses era arrolado como o primeiro dos nobres castelhanos subscritores dos privilégios rodados.

²⁰⁶ Cf. **Anales de Aragón**, vol. II, liv. IV, cap. XLVII, p. 80 [cit. em 15 de Agosto de 2010 – 14:35].

²⁰⁷ Cf. *ibidem*.

²⁰⁸ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 61.

²⁰⁹ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 48.

²¹⁰ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 62.

²¹¹ Cf. **Afonso X**, p. 194 e **Diplomatário Andaluz**, doc. 518.

²¹² Cf. *ibidem*, doc. 503bis.

²¹³ Cf. Luis Vicente Díaz Martín, *María de Molina*, Valladolid, Obra Cultural de la Caja de Ahorros Popular, 1984, p. 88.

²¹⁴ D. Sancho era bisneto de Afonso IX e Berenguela de Castela e D. Maria era neta do mesmo casal.

²¹⁵ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 63.

frente das forças de Sevilha, derrotava as forças de Córdoba, reforçada por muitos nobres que apoiavam D. Sancho²¹⁶. Parecia que Afonso de Meneses tinha feito a sua opção — e era perfeitamente compreensível apoiar o cunhado — numa má altura, quando a balança da contenda se começava a inclinar para o lado de Afonso X. Este voltava a reunir na sua corte a maior parte dos grandes do reino²¹⁷ depois de em Agosto o papa ter pronunciado uma sentença condenatória e um interdito contra o infante D. Sancho e os seus seguidores²¹⁸.

Não espanta portanto que, encontrando-se numa situação bastante complicada, o infante D. Sancho procurasse uma aproximação ao pai. No dia 1 de Novembro de 1283, reunia-se em Palência com os seus mais importantes apoiantes para tentarem descobrir uma forma de concretizar um entendimento com o rei. Entre aqueles que ali se encontravam estava Afonso de Meneses, a par de outros importantes magnates, como Lopo Dias de Haro e o irmão Diogo, João Fernandes de Lima e Pedro Álvares das Astúrias, entre outros²¹⁹. O infante encontrava-se numa situação bastante delicada, mas percebia-se que muitos dos que o acompanhavam tivessem menos vontade em fazer as pazes com o rei, sentindo-se seguros no norte de Castela e temendo perder, caso se desse a reconciliação entre pai e filho, o que haviam conseguido e o que previam obter com a guerra entre os dois.

A aproximação entre pai e filho acaba por fazer-se através de duas senhoras, que tentaram um entendimento: D. Maria, do lado do seu esposo; e D. Beatriz, viúva de Afonso III e filha de Afonso X²²⁰. Não tiveram sucesso e não se conseguiam tréguas.

No início de 1284, a 10 de Janeiro, Afonso X fazia as últimas alterações ao seu testamento²²¹, mantendo o afastamento do infante D. Sancho. Contudo, e porque tinham voltado à sua obediência, legava ao infante D. João os reinos de Sevilha e de Badajoz e ao infante D. Jaime o reino de Múrcia, com a condição de reconhecerem como senhor quem viesse a herdar os reinos de Leão e Castela.

Apesar de não se conhecerem alterações àquelas disposições testamentárias, a crónica de Afonso X — que apresenta sempre uma perspectiva muito favorável do infante D. Sancho — diz que antes de morrer se terá reconciliado com o filho, perdendo-o e a todos os seus seguidores: *«cuando fué afincado de la dolência dijo ante todos que*

²¹⁶ Cf. *ibidem*, p. 63.

²¹⁷ Cf. *ibidem*, pp. 63-66 e **Afonso X**, p. 198.

²¹⁸ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 65.

²¹⁹ Cf. Antonio Ballesteros Beretta, *Afonso X el Sabio*, Barcelona, Ed. El Albir, 1984, pp. 1039-1040.

²²⁰ Cf. **Crónica de Don Alfonso X**, p. 65.

²²¹ Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 518.

*perdonaba al infante don Sancho, su fijo heredero, que lo ficiera con mancebia, é que perdonaba á todos los sus naturales de los reinos el yerro que ficieron contra él»*²²². Sendo certas ou não estas palavras, a verdade é que tendo o rei falecido a 4 de Abril de 1284, logo depois o infante tratava de se intitular rei de Castela, Leão, Toledo, Galiza, Sevilha, Córdova, Múrcia, Jaén e Algarve, ordenando reconhecer D. Maria, sua esposa, e a filha de ambos, D. Isabel, como herdeira dsses reinos²²³. Faz-se depois coroar em Toledo e daí segue para Córdova. Estando nesta cidade, dirigem-se a ele, encabeçados pelo infante D. João, os nobres que tinham ficado ao lado de Afonso X, reconhecendo-o como rei e fazendo-lhe homenagem como legítimo senhor²²⁴.

Durante o período imediatamente anterior, designadamente desde meados de 1282, Afonso de Meneses, até aí um destacado nobre da corte de Afonso X, opta a determinada altura por apoiar o infante revoltoso, participando nos vários conflitos com as suas gentes. Ao contrário do que fora a estratégia normal da família ao longo de mais de um século, e que passava por uma proximidade e fidelidade constantes ao monarca reinante, Afonso de Meneses escolhe nesta ocasião o partido rebelde contra o lado legítimo de Afonso X²²⁵. O elemento que tinha provocado a alteração estratégica fora o facto do infante D. Sancho ter casado com a sua irmã. Um motivo de âmbito pessoal tinha sido razão para alterar o que tinha sido até aí uma bem-sucedida estratégia política familiar.

3.2.1.2. Afonso de Meneses, irmão da rainha

Curiosamente, apesar de durante alguns anos ter sido o mais distinto rico-homem da corte de Afonso X — exceptuando os infantes — e de se ter depois tornado, durante a guerra civil, num dos mais importantes apoiantes do infante D. Sancho, Afonso de Meneses foi sempre um personagem relativamente discreto. Algo que não deixa de gerar alguma estranheza, tratando-se do líder da linhagem de Meneses, filho de um dos mais poderosos infantes de meados do século XIII e irmão da rainha. Apesar disso, pode afirmar-se que teve um papel bastante relevante no reinado de Sancho I e nos reinados seguintes, sobretudo nas lutas travadas pela irmã, D. Maria, em defesa dos direitos da coroa.

²²² *Crónica de Don Alfonso X*, p. 66.

²²³ Cf. *Crónica de Don Sancho IV*, p. 69.

²²⁴ Cf. *Crónica de Don Sancho IV*, pp. 69-70.

²²⁵ É certo, como foi visto, que em 1217 Afonso Teles e Soeiro Teles haviam entrado em conflito com as forças de Henrique I, comandadas por Álvaro Nunes de Lara, mas aí não se tinham declarado opositores do rei mas sim deste nobre. E o seu objectivo nunca passou pela deposição do rei mas sim pelo afastamento do privado, que terá iniciado as hostilidades.

Como seria natural, Afonso de Meneses começa a testemunhar documentos de Sancho IV logo desde o começo do seu reinado²²⁶, tal como o faz João Afonso de Albuquerque, seu parente do ramo familiar de Albuquerque, cujo percurso político seria bem mais conturbado que o seu. Ora a corte castelhana, reunindo agora a maior parte dos nobres pouco tempo antes desavindos, exigia do rei determinadas medidas que garantissem a sua fidelidade e satisfação. Para tal, vai outorgar alguns ofícios a certos fidalgos que se tinham mantido sempre ao lado do pai, o que, com grande grau de probabilidade, terá de certa forma provocado alguma sensação de injustiça entre aqueles que tinham corrido o risco de o apoiar²²⁷. Afonso de Meneses não é distinguido com nenhum ofício ou cargo. Mas é Lopo Dias de Haro — que estivera ao lado do infante desde sempre — quem se vai lentamente assumir como o indivíduo de maior influência política junto do rei²²⁸. No início de 1287, após alguns anos em que reforça a sua posição na corte e como privado, Lopo Dias vai conseguir ser nomeado mordomo-mor do reino e receber o título de conde²²⁹, num processo em que vai afastando os seus inimigos do caminho para tomar as rédeas do poder no reino²³⁰. Paulatinamente, e com o aval do rei, que vai acedendo às suas pretensões, Lopo Dias torna-se no mais poderoso nobre castelhano e na influência mais determinante nos assuntos políticos de Castela²³¹. O seu poder assentava tanto nos domínios que detinha como nas relações familiares que conseguira traçar: estava casado com D. Joana, filha do infante Afonso de Molina e por isso meia-irmã da rainha; uma filha sua, Maria Dias, desposara o volúvel infante D. João; e o seu irmão Diogo Lopes estava casado com a infanta D. Violante, irmã de D. Sancho IV²³². Além disso, este poderoso bloco ocupava os principais ofícios. Lopo Dias era mordomo e chanceler do rei, além de deter as fortalezas que a coroa tinha em Castela e Diogo Lopes era alferes do rei e adelantado-mor de Castela²³³. Segundo a crónica, «*el Conde tan apoderado estaba de todos los reinos, lo uno com el infante D. Juan, su yerno, que era muy poderoso en el reino de León, é lo otro con*

²²⁶ Testemunha o primeiro diploma de Sancho IV a 10 de Agosto de 1284, em Sevilha. Cf. Diego Ortiz de Zúñiga, *Anales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*, tomo I, Madrid, Imprensa Real, 1795, pp. 348-356.

²²⁷ José-Manuel Nieto Soria, *Sancho IV. 1284-1295*, Palência, La Olmeda – Diputación Provincial, 1994, P. 59. Entre outros, o infante D. João recebe o cargo de mordomo-mor; Garcia Jufre será adelantado-mor de Múrcia e João Fernandes será meirinho-mor da Galiza. Todos estes tinham permanecido em apoio de Afonso X.

²²⁸ Cf. *ibidem*, pp.59-60.

²²⁹ O mordomo anterior, Pedro Álvares das Astúrias, sogro de Afonso de Meneses, falecera a 25 de Outubro de 1296. Cf. **Sancho IV**, 1º vol, pp. 125.

²³⁰ Cf. **Sancho IV**, 1º vol, pp. 141-143.

²³¹ Cf. Nieto Soria, *ob. cit.*, pp. 85-87.

²³² Cf. *ibidem*, p. 86.

²³³ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 141.

*D. Diego, su hermano, que era adelantado de la frontera, é lo otro por todos los castillos del Rey que tenía el Conde en Castilla, que el Rey no podría salir de su consejo nin de su poder en todo lo que él quisiese»*²³⁴.

Contudo, Sancho IV apercebe-se que o Haro se começa a tornar num factor de instabilidade no reino, ao gerar sérios descontentamentos junto dos outros nobres, que o viam receber tantos benefícios²³⁵. Sobre os perigos do cumular de poder de Lopo Dias avisa-o precisamente o seu sobrinho, o rei D. Dinis, aquando do cerco de Arronches, entre Outubro e Dezembro de 1287²³⁶. O rei português diz-lhe que fez mal em favorecer de tal maneira o seu mordomo, aconselhando-o a recuperar novamente e depressa as rédeas do poder do reino, pois de outra forma não poderia reinar de forma independente e colocava mesmo em risco os direitos sucessórios do filho, o infante D. Fernando²³⁷.

Mas por esta altura já o conde Lopo Dias, na sua incessante busca pelo reforço do seu poder, tinha cometido aquele que terá sido o seu principal erro estratégico, ao hostilizar abertamente um rival cuja habilidade política não era inferior à sua: a rainha D. Maria. A rainha opusera-se desde o início ao favorecimento excessivo de que Lopo Dias era alvo, temendo que o rei ficasse refém das suas vontades e que aquele acabasse por fazer com que D. Sancho se separasse de si. O temor tinha razão de ser, pois o casal ainda não tinha obtido a dispensa papal necessária à legitimação do casamento²³⁸. Caso tal nunca viesse a ter lugar, a rainha receava que o marido a deixasse e casasse com D. Guilherma de Moncada, que era prima de D. Lopo²³⁹. Não deixaria, por isso, de persuadir D. Sancho contra o Haro.

O próprio monarca começava a tratar de desprender-se da influência de Lopo Dias. Logo que termina o cerco de Arronches, faz as pazes com Álvaro Nunes de Lara, rival do mordomo, para desagrado deste²⁴⁰. Uma concórdia que não duraria muito, pois D. Álvaro morreria pouco depois²⁴¹. Todavia, certamente incentivado pela esposa e pelos restantes adversários políticos de Lopo Dias, chama à corte o irmão do falecido D. Álvaro, João

²³⁴ *Crónica de Don Sancho IV*, p. 75.

²³⁵ Cf. *ibidem*, p. 76.

²³⁶ O rei português cercava o irmão, o infante D. Afonso, que se rebelara nas suas possessões raianas. Junto deste encontrava-se Álvaro Nunes de Lara, pelo que os dois reis se unem para liquidar aquele levantamento. Cf. *D. Dinis*, p. 85.

²³⁷ Cf. *Crónica de Don Sancho IV*, p. 76.

²³⁸ Dispensa que só seria obtida em 1301, já depois da morte de Sancho IV. Cf. Díaz Martín, *María de Molina...cit.*, p. 90.

²³⁹ Cf. *Crónica de Don Sancho IV*, pp. 74-75.

²⁴⁰ Cf. *ibidem*, p. 77.

²⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 77.

Nunes, a quem doa os domínios do primeiro²⁴². Desprazido com esta atitude por parte do rei, que beneficiava quem lhe era contrário, o conde D. Lopo une-se ao genro, o infante D. João, e ambos mandam Diogo Lopes de Campos, primo do primeiro, correr e devastar algumas terras no reino de Leão²⁴³. Seguir-se-iam outros abusos por parte do conde, do infante e dos seus correligionários, que conduziriam o monarca à decisão de retirar ao Haro o poder que ele próprio lhe havia proporcionado, com a ajuda dos opositores daquele: «*de alli adelante comenzó el rey à catar por cuantas maneras pudo para Salir de su poder dellos, é allegó consigo cuantos caballeros é omes pudo aver en toda la tierra por si. É ellos ficiéronlo de muy buena mente, porque querian muy mal al Conde*»²⁴⁴.

Em Junho de 1384, com o argumento de discutir o caminho diplomático a seguir depois de recebidas propostas de paz por parte dos reinos de França e de Aragão — Lopo Dias de Haro e o infante defendiam uma aliança com Aragão; D. Maria, o arcebispo de Toledo e a esmagadora maioria dos conselheiros propunham um pacto com o reino francês²⁴⁵ — Sancho IV convoca o seu conselho para Alfaro, castelo nas mãos de D. Lopo. Na tarde de 8 de Junho²⁴⁶, encontrando-se numa câmara o conde, o infante D. João e Diogo Lopes de Campos, D. Sancho sai e diz-lhes para ficarem ali e para discutirem o assunto para o qual tinham sido reunidos. Verificando que as suas gentes estavam em maior número que as do Haro, torna à sala e pergunta-lhes se já chegaram a uma decisão, ao que o conde diz que sim, e que entrando lhe dariam a resposta. O rei, sentindo-se fortalecido ao verificar que os que o acompanhavam eram em maior número que as gentes de D. Lopo, do infante e de Diogo Lopes, responde-lhe que pretendia detê-los até que lhes devolvessem as fortalezas que tinham por si: «*Entónces aina lo acordastes, é yo com outro acuerdo vengo, é es que vos amos que fiquedes aquí conmigo fasta que me dedes mis castillos*»²⁴⁷. Surpreendido pela ordem de prisão de D. Sancho, o conde levanta-se e acomete em direcção do rei de adaga em riste, sendo imitado de pronto pelo infante D. João. Segue-se uma luta entre estes e alguns nobres e os homens de armas do rei. Segundo a crónica, com uma espadeirada cortam a mão a Lopo Dias, que é morto logo de seguida com um golpe de maça, apesar de o rei não chegar a dar essa ordem; o próprio monarca mata Diogo Lopes

²⁴² Cf. *ibidem*, p. 77.

²⁴³ Cf. *ibidem*, pp. 77-78.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 78.

²⁴⁵ Cf. *ibidem*, p. 90, e José-Manuel Nieto Soria, *ob. cit.*, pp. 93.

²⁴⁶ Cf. *ibidem*, p. 95.

²⁴⁷ **Crónica de Don Sancho IV**, p. 79.

com três estocadas; e o infante D. João apenas não tem sorte idêntica por intervenção da rainha, ficando detido²⁴⁸.

Não se deve, contudo, atribuir de forma precipitada à rainha o papel de apaziguadora neste dramático episódio. A eventual intenção do conde em separar o rei de D. Maria e em casá-lo com Guilherma de Moncada, apontada atrás, tornara-a na principal inimiga de D. Lopo. E não se tratava de uma antagonista qualquer, mas sim de uma das personagens com maior talento político da corte castelhana, como os anos seguintes se encarregariam de demonstrar. Não será por isso forçado supor que D. Maria manobrava as suas peças a fim de minar o poder de Lopo Dias, apoiando decididamente a resolução do marido em subtrair-se à sua influência, através da diminuição da sua capacidade militar e política. A preparação da explosiva situação em Alfaro poderá muito bem ter sido do conhecimento da rainha, sendo bastante plausível que a tivesse ajudado a delinear. A crónica diz-nos o nome de alguns dos indivíduos que assistiam o rei em Alfaro, que suportam e muito provavelmente incentivam a decisão de deter os três magnates. Enumera Afonso de Meneses, João Afonso de Haro e Gonçalo Gomes de Manzanedo, sendo ainda mencionados Sancho Martins de Leiva e vários eclesiásticos, designadamente o arcebispo de Toledo, D. Gonçalo, o bispo João Afonso de Palência e os bispos de Calahorra, de Osmá, de Tuy, o deão de Sevilha e o abade de Valência²⁴⁹. Os primeiros dois ricos-homens são o irmão e um tio da rainha — pelo casamento com Constança Afonso —, dois familiares bastante próximos da D. Maria, que deveriam apoiá-la politicamente, certamente pelos laços familiares mas também pela animosidade geral criada pelo Lara junto das outras linhagens. Sem se poder afirmar que a rainha teria sido a principal instigadora da decisão mencionada — embora também não se possa afastar tal hipótese — é contudo plausível admitir que não estava alheada do processo que conduziu à tragédia narrada.

Morto Lopo Dias e aprisionado o infante D. João, até aí os dois principais elementos destabilizadores do reino, Sancho IV necessitava agora de se reapoderar das fortalezas havidas pelo primeiro e de garantir que os partidários dos dois não encetariam represálias pelo ocorrido. Era igualmente necessário rodear-se desta vez de homens de confiança e não voltar a cometer o mesmo erro de entregar demasiado poder a apenas um indivíduo. A queda de D. Lopo vai assim provocar alterações significativas nos ofícios da corte. O mordomado virá a ser ocupado por João Fernandes, primo do rei e neto de Afonso IX, logo

²⁴⁸ Cf. *ibidem*, p. 79.

²⁴⁹ Cf. *ibidem*, pp. 78-79.

a partir de 8 de Agosto²⁵⁰, e mais tarde Afonso de Meneses seria nomeado alferes-mor²⁵¹. Esta é a primeira nomeação de um senhor de Meneses para um ofício da administração cortesã em Castela. Apesar do poder e prestígio da família, até aqui apenas tinham detido tenências e alcaldarias. Para esta nomeação em concreto, não sendo alheio o facto de Afonso de Meneses ter sido um dos apoiantes de Sancho IV desde os tempos da rua revolta enquanto infante, contribuía decisivamente o facto de ser irmão da rainha, que acabara de afastar o seu mais perigoso inimigo no reino. A verdade é que esta nomeação, como escreveu Gaibrois de Ballesteros, se revelou uma escolha acertada²⁵².

Afonso de Meneses não demoraria muito a tornar-se útil ao cunhado enquanto alferes-mor, pois anunciavam-se conflitos com os inimigos de Sancho IV. Em Jaca, a 18 de Setembro de 1288, Afonso III de Aragão, Diogo Lopes de Haro — irmão de Lopo Dias que saíra para Aragão decidido a fazer a guerra ao rei castelhano como vingança pelas mortes em Alfaro —, Gastón de Bearne — pai da repudiada Guilherma de Moncada — e Afonso de Lacerda assinavam um convénio contra Sancho IV, proclamando o último dos signatários como rei de Castela²⁵³. Como resposta, o monarca castelhano vai assegurar as boas relações com Portugal e França²⁵⁴. O ano terminava com guerra declarada entre Castela e Aragão, cujo rei dirigira cartas a muitos ricos-homens castelhanos para que tomassem por monarca Afonso de Lacerda²⁵⁵. Logo no início de 1289, marchava desde Portugal um exército enviado por D. Dinis em apoio de Sancho IV, um auxílio militar conseguido após encontro entre os dois em Sabugal²⁵⁶.

O primeiro palco de acção deste exército e do novo alferes seria precisamente a guerra castelhano-aragonesa em 1289. Em Abril deste ano, estando Sancho IV em Almazán de caminho para Bayonne a fim de se encontrar com o seu homólogo francês, deixa a chancelaria e os seus oficiais em Burgos e entrega o comando das suas hostes ao recentemente nomeado alferes, assistido por João Afonso de Haro, Fernão Peres Ponce e João Fernandes de Lima: «[Sancho IV] *dejó por mayoral de la hueste para en la guerra á don Alfonso, hermano de la Reina, é que Fernand Perez, amo del infante don Fernando, é don Juan Alonso de Haro, é don Juan Ferrandez de Limia, é todos los otros ricos omnes*

²⁵⁰ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., 219.

²⁵¹ Cf. *ibidem*, p. 219. Já surge como tal a 10 de Dezembro de 1288, ao confirmar um privilégio de Sancho IV em Burgos (cf. *ibidem*, doc. 225), apesar de poder ter recebido o ofício em data anterior.

²⁵² Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 219.

²⁵³ Cf. **Crónica de Don Sancho IV**, p. 79 e Nieto Soria, *ob. cit.*, p. 98.

²⁵⁴ Cf. *ibidem*, p. 97.

²⁵⁵ Cf. *ibidem*, p. 80.

²⁵⁶ Cf. **D. Dinis**, p. 106.

*que y eran que el aconsejasen, porque las hustes fuese guiadas así como cumpla»*²⁵⁷. Ao tomar conhecimento que Afonso III de Aragão, Afonso de Lacerda e Gastón de Bearne se encontravam em Calatayud, Afonso de Meneses conduz o exército real para Monteagudo, enquanto as forças adversárias avançavam para Monreal de Ariza, distando uma localidade da outra não mais de uns dez quilómetros. Assim permanecem durante mais de vinte dias, desafiando-se mutuamente para a lide²⁵⁸. Sancho IV acaba por não se encontrar com o monarca francês e regressa rapidamente para junto do seu exército. Este, ainda em Monteagudo e liderado por Afonso de Meneses, trava o avanço das forças inimigas, que pareciam querer fazer-se à batalha²⁵⁹. Uma vez reunido ao seu exército, Sancho IV opta por passar ao ataque. Depois de os seus adversários regressarem a Aragão, invade este reino, entrando pelas terras de Agreda em direcção a Tarrazona e ao vale do Ebro sem que lhe seja dada batalha, assolando muitas terras antes de tornar a Castela²⁶⁰. Ao longo dos meses seguintes irão ter lugar operações de menor monta de parte a parte ao longo da fronteira aragonesa, mas então o monarca castelhano estava mais interessado em retomar e concluir as negociações com Filipe IV de França, vindo a ratificar com este a aliança entre os dois reinos, a 9 de Abril de 1290, em Baiona²⁶¹. Com este acordo Sancho IV conseguia que o rei francês desistisse da causa dos infantes de Lacerda, garantindo uma quase total segurança política.

Até ao final deste reinado, Afonso de Meneses irá desempenhar o ofício de alferes régio, mantendo a mesma discrição que parece ter sido seu apanágio. Poucas mais notícias se têm das suas acções políticas, apesar de se saber que terá estado ao lado do rei como fiel vassalo ao longo do período.

Surge ainda mais uma vez com algum destaque em 1290. Depois da aliança com Filipe IV, João Nunes de Lara, o defensor dos direitos dos infantes de Lacerda que se encontrava exilado em França, reconcilia-se com Sancho IV e vem para Castela²⁶². Contudo, geram-se novamente alguns desaguisados entre os dois que vêm a ser resolvidos após negociações onde a rainha D. Maria tem um papel de relevo. Combina-se então o casamento do filho de João Nunes, de nome idêntico ao do pai, com D. Isabel de Molina, levando esta senhora algumas fortalezas para o casamento, nomeadamente San Estebán de Gormaz, Castrojeriz, Fermoselle e Trastámara. Enquanto estas não fossem cedidas seriam

²⁵⁷ *Crónica de Don Sancho IV*, p. 80.

²⁵⁸ Cf. *ibidem*, p. 80.

²⁵⁹ Cf. *ibidem*, p. 81.

²⁶⁰ Cf. *ibidem*, p. 81.

²⁶¹ Cf. Nieto Soria, *ob. cit.*, pp. 104-105.

²⁶² Cf. *ibidem*, pp. 108-110.

entregues como reféns alguns nobres escolhidos por João Nunes²⁶³. Entre eles estava Afonso de Meneses, que seria de imediato libertado após a transferência dos castelos.

O facto de João Nunes o ter escolhido como refém devia-se obviamente ao facto de ser um dos mais importantes homens da *entourage* real, não apenas um destacado oficial e poderoso magnate ao serviço do rei mas ainda o principal aliado político da sua irmã, a rainha, que tinha conduzido as negociações. Com efeito, D. Maria começava a apresentar as qualidades que lhe seriam tão úteis — e úteis à coroa castelhana — nos reinados seguintes, criando uma sólida rede de relações que sustentavam a sua influência e onde Afonso de Meneses tinha papel determinante. Qualidades que seriam brevemente necessárias, pois D. Sancho IV iria falecer a 25 de Abril de 1295, deixando como herdeiro um filho que ainda não completara dez anos²⁶⁴.

3.2.2. *As menoridades de Fernando IV e Afonso XI*

3.2.2.1. *A menoridade de Fernando IV e a guerra civil*

Os últimos anos do reinado de Sancho IV foram relativamente tranquilos, sobretudo após a reconciliação, em 1290, com os Lara e depois do falecimento, em Junho de 1291²⁶⁵, de Afonso III de Aragão. Sucederia-lhe o seu irmão Jaime II que, mais interessado nos assuntos mediterrânicos, toma a iniciativa de procurar as pazes com Castela, assinadas em Monteagudo, a 29 de Novembro de 1291²⁶⁶. Mas o início do reinado de Fernando IV seria muito diferente, marcado por conflitos bastante intensos. Aproveitando o facto do rei ser uma criança e de só ter como apoio constante a sua mãe, a rainha D. Maria, e os apoiantes desta, a nobreza castelhana vai tentar retirar da instabilidade política e do limitado poder do rei os maiores proveitos possíveis. Segundo César González Minguez, durante este período «*la nobleza vieja, que desde los años 70 del siglo XIII habia dado muestras de una indissimulada inquietud y ambición políticas, protagonizó un definitivo asalto al poder, com el objectivo de estructurar el gobierno de Castilla de forma que quedara firmemente consolidada la posición hegemónica de la nobleza, desde el punto de vista político, social y económico*»²⁶⁷. Assim, os nobres — ou pelo menos grande parte deles — vagueiam entre o apoio ao rei, ao infante D. João, a Afonso de Lacerda, oscilando ao sabor das

²⁶³ Cf. **Crónica de Don Sancho IV**, p. 84, e **Sancho IV**, 2º vol., p. 78.

²⁶⁴ Cf. **Fernando IV**, p. 25.

²⁶⁵ Cf. Nieto Soria, *ob. cit.*, p. 111.

²⁶⁶ Cf. **Sancho IV**, doc. 384.

²⁶⁷ **Fernando IV**, p. 274.

conveniências políticas e económicas e de acordo com os benefícios que lhes são outorgados.

Não cabe aqui examinar em pormenor os sucessos da guerra civil que ocupa grande parte do reinado de Fernando IV e onde o desempenho da rainha D. Maria irá ser decisivo para que o filho mantenha a coroa. Contudo, é necessário traçar um quadro geral da situação. Apesar da guerra civil se estender até 1304, o seu momento mais intenso decorreu no início do reinado, sendo o ano de 1296 o mais crítico para o rei. Logo após o falecimento do marido, D. Maria irá tentar garantir a homenagem e fidelidade ao jovem monarca por parte dos principais nobres do reino, designadamente o infante D. João, Diogo Lopes de Haro, João Nunes de Lara e o irmão deste, Nuno Gonçalves, através de elevadas concessões, ao mesmo tempo que assiste ao crescimento da influência do infante D. Henrique — filho de Fernando III —, que pretendia conseguir a guarda e a tutoria de D. Fernando²⁶⁸. A situação, relativamente controlada, irá alterar-se com a decisão de Jaime II de Aragão em quebrar as boas relações com Castela e em apoiar Afonso de Lacerda na sua pugna pela coroa castelhana²⁶⁹. Em seguida, o infante D. João, sempre imprevisível, contacta Afonso de Lacerda e ambos concordam a repartição dos reinos de Fernando IV: ao infante D. João caberia Leão, Galiza e Sevilha; Afonso ficava com Castela, Toledo, Córdoba, Múrcia e Jaén²⁷⁰. Mas outros se iriam juntar a estes dois.

No início de 1296, Jaime II, que se tinha pronunciado a favor das reclamações de Afonso de Lacerda sobre o reino castelhano, declarava formalmente guerra a Castela. Em seu nome e «*por el rey de Francia, é por el rey Cárlos de Çeçilia, é por don Alfonso, fijo del infante don Fernando, á que él llamaba rey de los reinos de Castilla é de León, é por don Fernando, su hermano, é por ele rey de Portugal é por el rey de Granada*»²⁷¹. Fernando IV estava cercado e muitos dos poderosos do reino optavam por abandonar Castela e passar ao serviço de Afonso de Lacerda. Enquanto isto, D. Maria tentava desesperadamente atrair para o seu lado Diogo Lopes de Haro e Nuno Gonçalves de Lara e garantir a sua lealdade, prometendo-lhes os domínios dos nobres desertores²⁷².

Na Primavera de 1296, um poderoso exército aragonês comandado pelo infante D. Pedro de Aragão, assistido por Afonso de Lacerda, invadia Castela rumo à Tierra de

²⁶⁸ Cf. **Fernando IV**, pp. 26-30.

²⁶⁹ Cf. *ibidem*, p. 31.

²⁷⁰ Cf. *ibidem*, p. 31.

²⁷¹ **Crónica de Dom Fernando IV**, p. 100.

²⁷² Cf. **Fernando IV**, pp. 34-35.

Campos, provocando imensas destruições²⁷³. Não era por acaso que se dirigiam para Campos, uma vez que era precisamente aí que D. Maria e um dos seus principais partidários, Afonso de Meneses, tinham os seus principais domínios, tratando-se portanto de territórios tendencialmente favoráveis a Fernando IV. O exército avança para Leão, onde o infante D. João é proclamado rei de Leão, da Galiza e de Sevilha, e pouco depois acontecia o mesmo em Sahagún, com Afonso de Lacerda a ser aclamado rei de Castela, Toledo, Córdova, Múrcia e Jaén²⁷⁴. Planeiam apoderar-se de Mayorga de Campos, mas D. Maria fortifica a vila com numerosas gentes que conseguem resistir ao assédio inimigo, pelo que dirigem a atenção para Campos, onde tomam várias localidades, designadamente Tordehumos, Villagarcía de Campos, Tordesillas, Medina de Rioseco, Mota del Marqués e Villafáfila²⁷⁵. A rainha reúne a sua hoste em Valladolid, composta pela mesnada real, pelas gentes dos nobres fiéis — entre os quais o infante D. Henrique e Diogo Lopes de Haro, que lideravam o exército — e com uma forte presença das milícias da Extremadura²⁷⁶. Apesar de não ser citado pelas crónicas, também estaria ali presente Afonso de Meneses, sobretudo quando os confrontos se passavam numa zona onde detinha particular influência e a maior parte dos seus senhorios se localizava. Mas os ataques faziam-se em outras regiões: Jaime II entrava em Múrcia, apoderando-se de muitas vilas e castelos; os muçulmanos atacavam desde Granada, sendo combatidos pelas milícias andaluzes; e D. Dinis, desde Portugal, penetrava pela fronteira oeste²⁷⁷.

A situação de Fernando IV era verdadeiramente crítica, e apenas factores acidentais impediram que a grande frente de inimigos que se levantava contra si o derrotasse definitivamente. Mantendo-se o cerco de Mayorga de Campos, que resistia contra todas as previsões, um fulminante surto de peste ataca o exército sitiante, provocando a morte de muitos homens — incluindo o infante D. Pedro de Aragão — e a sua retirada²⁷⁸. Apesar desta contrariedade, D. Dinis chega a Salamanca, continua a progredir e recusa encontrar-se com os emissários de D. Maria, após lhe terem sido prometidas recompensas territoriais pelo infante D. João e por Afonso de Lacerda²⁷⁹. Pára em Simancas no seu rumo a Valladolid, e aí, de forma um pouco surpreendente, opta por não atacar a cidade, tornando

²⁷³ Cf. **Crónica de Dom Fernando IV**, p. 102.

²⁷⁴ Cf. *ibidem*, p. 102.

²⁷⁵ Cf. **Fernando IV**, pp. 36-37.

²⁷⁶ Cf. *ibidem*, p. 37.

²⁷⁷ Cf. *ibidem*, p. 38 e **Crónica de Dom Fernando IV**, pp. 102-103.

²⁷⁸ Cf. **Fernando IV**, pp. 38-39.

²⁷⁹ Cf. **Crónica de Dom Fernando IV**, pp. 103-105.

a Portugal²⁸⁰. O regresso de D. Dinis a Portugal e a peste de Mayorga de Campos marcam um ponto de inflexão na tendência da guerra civil, que a partir daqui já permite a Fernando IV tomar a iniciativa.

A actuação de Afonso de Meneses ao longo destes primeiros anos do reinado de Fernando IV passou, mais uma vez, quase despercebida. De tal forma que não merece qualquer referência nas crónicas. Porém, é certo que a guerra se passava na sua área principal de implantação senhorial e que ele se tratava de um dos nobres fiéis ao rei, seu sobrinho, como se percebe pelo facto de testemunhar os diplomas reais durante esse conturbado período²⁸¹. E apoiava D. Fernando apesar de não se conhecer nenhum benefício que tivesse então obtido. Bem pelo contrário, pois perdera na passagem de reinado a alferesia para Nuno Gonçalves de Lara, a quem era necessário atrair para o lado de Fernando IV²⁸². A justificação para a sua opção opolítica prende-se, obviamente, com a ligação familiar que o unia ao rei e à rainha.

É estranho que, ao contrário do que acontecia nos privilégios rodados, não esteja presente aquando da assinatura do tratado de Alcanizes, a 2 de Setembro de 1297²⁸³. É possível que se encontrasse em regiões onde fosse necessário manter uma vigilância apertada, mas mesmo assim causa alguma perplexidade que o irmão da rainha e um distinto cortesão não estivesse presente na assinatura de um tratado com a importância deste, que permitia a Fernando IV preocupar-se com a guerra em outras fronteiras.

Ao tratado de Alcanizes segue-se a captura de João Nunes de Haro, em Maio de 1299²⁸⁴; a reconciliação com o infante D. João, por iniciativa deste, a 26 de Junho de 1300²⁸⁵; as pazes com Granada, conseguidas em Agosto de 1303²⁸⁶; e finalmente as tréguas

²⁸⁰ Como justificações para esta aparentemente inesperada decisão do rei português César González Dominguez identifica as exigências financeiras da guerra; o fortalecimento do partido de Fernando IV, que teria atraído para o seu lado vários nobres, com destaque para João Afonso de Haro — tio da rainha — com a cedência do senhorio de Cameros, que este requeria há muito; a habilidade política de D. Maria, ao ameaçar o monarca português com a ruptura do casamento já negociado entre D. Constança de Portugal e D. Fernando IV; e a fragmentação do bloco que se opunha ao rei castelhano. Cf. **Fernando IV**, pp. 39-40.

²⁸¹ Além de em 1295 testemunhar vários documentos entre 3 de Agosto (cf. **Memorias de Fernando IV**, 2º vol., doc. VIII) e 30 de Agosto de 1295 (cf. **Salazar y Castro**, maço I-40, fls. 348 v. a 353), volta a aparecer na corte no ano seguinte, a 16 de Junho (cf. **Memorias de Fernando IV**, 2º vol., doc. LXIII), mantendo-se aí até ao final do ano (confirma documentos a 30 de Junho [cf. *ibidem*, doc. LXIV], 27 de Outubro [cf. *ibidem*, doc. LXXIII] e 12 de Dezembro [cf. *ibidem*, doc. LXXIX]).

²⁸² Nuno Gonçalves ostenta o ofício de alferes logo em 3 de Agosto de 1295. Cf. *ibidem*, doc. VIII.

²⁸³ O texto do tratado é publicado em **Monarquia Lusitana V**, fl. 254-256. Contudo, no mês seguinte, a 13 de Outubro, testemunhava um diploma de Fernando IV, em Toro (cf. **Memorias de Fernando IV**, 2º vol., doc. CII), o que demonstra que não tinha e não se afastou do partido do rei. Apesar disso, a Crónica de 1419 (ed. crítica, introd. e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, p. 174) indica que esteve presente: «e vinha com ele [Fernando IV] (...) dom Afonso, filho do iffante dom Afonso de Molina».

²⁸⁴ Cf. **Fernando IV**, p. 67, e **Crónica de Dom Fernando IV**, pp. 115-117.

²⁸⁵ Cf. *ibidem*, p. 117.

com Afonso de Lacerda e Jaime II de Aragão, assinadas a 15 de Abril de 1304²⁸⁷. As pazes definitivas seriam firmadas em Torellas, a 8 de Agosto de 1304, após intensas conversações e arbitragem de D. Dinis, colocando um fim à guerra civil castelhana e ao conflito castelhano-aragonês²⁸⁸. Faziam-se amizades sólidas entre os dois reinos e procedia-se a determinações fronteiriças nos locais mais controversos, como o reino de Múrcia. Afonso de Lacerda renunciava aos seus direitos sobre o trono castelhano, devolvendo a Fernando IV algumas praças tomadas e recebendo uma série de vilas e lugares cujas rendas ascendiam a 400.000 maravedis anuais²⁸⁹.

A paz era conseguida mas as ambições da nobreza não desapareciam e viriam a fazer-se sentir em outros episódios ao longo do reinado. Sobressaem os conflitos de 1307 entre o rei, João Nunes de Lara e Diogo Lopes de Haro²⁹⁰, instigados, em grande medida, pelo infante D. João, que se tornará no nobre mais influente junto do rei mas que na realidade lidera um poderoso bloco nobiliárquico que buscava incessantemente o reforço do seu poder à custa da coroa²⁹¹. Não há notícias do senhor de Meneses no âmbito destes conflitos ou em outros acontecimentos no reino. A sua existência é apenas denunciada pelos documentos da chancelaria real, onde está sempre presente e que revelam a sua elevada posição na hierarquia nobiliárquica: figura geralmente em segundo ou terceiro lugar, logo abaixo de D. João Manuel e de Diogo Lopes de Haro, na coluna dos nobres castelhanos²⁹².

Apesar da sua discrição, a lealdade que oferecia à irmã era para esta extremamente útil e viria a sê-lo dentro em pouco, quando, uma vez mais, a ascensão ao trono de um rei menor proporcionava um novo assalto ao poder por parte da nobreza. A 7 de Setembro de 1312, falecia D. Fernando IV. O seu curto reinado foi marcado, como se viu, por longos períodos de violentas disputas que muito empobreceram o reino, agravados pelo facto da paz, sobretudo com os nobres, ter sido paga com inúmeras doações retiradas dos bens da coroa. O espectro de um novo período de agitados conflitos surgia perante todos na medida em que, mais uma vez, se vivia uma menoridade régia. Acontecera assim nas menoridades

²⁸⁶ Cf. **Fernando IV**, pp. 117-121.

²⁸⁷ Cf. **Memorias de Fernando IV**, 2º vol., doc. CCLXIII.

²⁸⁸ Cf. **Fernando IV**, pp. 130-140 e **Crónica de Dom Fernando IV**, pp. 134-136.

²⁸⁹ Cf. **Fernando IV**, pp. 136-138.

²⁹⁰ Cf. **Crónica de Dom Fernando IV**, pp. 143-150.

²⁹¹ Cf. **Fernando IV**, pp. 161 e 183-188.

²⁹² O número de documentos, mesmo se se contarem apenas os publicados em **Memorias de Fernando IV**, são demasiados para se poderem aqui enumerar. Testemunha pela última vez um diploma de Fernando IV em Valladolid, a 25 de Abril de 1312, quando é arrolado em primeiro lugar na coluna de confirmantes castelhanos, por baixo dos mestres das ordens (cf. **Memorias de Fernando IV**, 2º vol., doc. DLXXVIII).

de Afonso VIII, de Henrique I, de Fernando IV e agora tudo previa que viesse a suceder o mesmo com Afonso XI. A nobreza nunca deixaria de aproveitar a existência de um monarca frágil para retirar dividendos e aumentar o seu poder.

3.2.2.2. A luta pela tutoria de Afonso XI e a extinção da linha varonil dos senhores de Meneses

Morto D. Fernando IV, logo se levanta uma violenta disputa sobre a guarda e tutoria do novo rei, o jovem Afonso XI. Formam-se dois grupos em torno dos indivíduos que a reclamam. Um tem como líder o sempre turbulento infante D. João, apoiado por João Nunes de Lara, reforçado mais tarde com o apoio do infante D. Filipe, tio de Afonso X, de João Manuel e de Fernando de Lacerda, entre outros. O outro é encabeçado pelo infante D. Pedro, também tio do rei, que tinha a seu lado Afonso de Meneses e o filho deste, D. Telo; e ainda Rodrigo Dias das Astúrias²⁹³. Nesta pugna, os senhores de Meneses irão ter um papel mais destacado, embora curto.

Pouco depois do falecimento do rei, o infante D. João e João Nunes dirigem-se à rainha D. Maria propondo-lhe que a tutoria recaia nela para evitarem confrontos entre as duas facções rivais. D. Maria não aceita logo, e diz que apenas para evitar uma guerra civil tomaria aquela responsabilidade e só se fosse necessário, tentando ainda, antes de aceitar definitivamente, que o infante D. Pedro concorde com um acordo²⁹⁴.

Como a posse da pessoa do rei era de extrema importância para conseguir reclamar com sucesso a tutoria, ambas as partes tentam apoderar-se do menino. É com este objectivo que o infante D. Pedro, acompanhado da rainha D. Constança, mãe de Afonso XI, e João Nunes de Lara partem para Ávila, onde o jovem rei se encontrava. Mas D. Maria envia antes um mensageiro ao bispo daquela cidade para que este tomasse conta do rei e não o entregasse a ninguém enquanto a decisão acerca da tutoria não fosse tomada em reunião de cortes²⁹⁵. Obviamente que a partir daí as duas facções se vão multiplicar para conseguir apoios em cortes. Nos finais de 1312, João Nunes ganhava Burgos para o seu lado e o infante D. Pedro conseguia que a mãe o apoiasse²⁹⁶.

Os dois partidos começavam a definir-se. Em Fevereiro de 1313 o infante D. João reunia-se em Sahagún com os seus partidários. Entre eles contavam-se João Nunes de

²⁹³ Cf. Salvador de Moxó, «La sociedad política castellana en la época de Alfonso XI», *Cuadernos de Historia — Anexos de la Revista Hispania*, Madrid, nº 6, 1975, pp. 202-203.

²⁹⁴ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º vol., p. 276.

²⁹⁵ Cf. *ibidem*, pp. 276-279.

²⁹⁶ Cf. *ibidem*, p. 280.

Lara; o infante D. Filipe, irmão de D. Pedro; Afonso e Fernando de Lacerda; Pero Ponce e Garcia de Vilamaior²⁹⁷. Aí ajuntados ficam a saber que o infante D. Pedro se tinha dirigido a Aragão para se encontrar com o seu sogro, Jaime II, e que no regresso tinha conseguido ainda que João Afonso de Haro, senhor de Cameros e primo da rainha D. Maria e de Afonso de Meneses²⁹⁸, alinhasse a seu lado. D. Pedro reunira uma grande força — 500 cavaleiros e 3000 peões — com que se dirigia para Campos a fim de confrontar o grupo rival²⁹⁹. Será o infante Filipe a pedir ao irmão que não provoque nenhuma batalha com o infante D. João, pelo que D. Pedro se encaminha então para Toro, onde se encontra a sua mãe³⁰⁰.

A rivalidade entre os dois partidos fazia com que se reunissem gentes e se processasse uma escalada de tensão, ganhando contornos que adivinhavam violentos conflitos. Será mais uma vez o infante D. Filipe a aliviar um pouco a situação, ao contactar a mãe e propondo, em nome do seu lado, uma tutoria partilhada entre a própria D. Maria e os infantes D. João e D. Pedro até à reunião de cortes. Proposta que será imediatamente aceite³⁰¹.

Convocam-se então umas cortes para Abril de 1313, a realizar em Palência. Seriam assembleias bem diferentes das usuais. A rainha D. Maria é a primeira a chegar à cidade, vindo depois o infante D. João com todos os seus apoiantes e que tentará, sem sucesso, pressionar a rainha a sair da cidade. O infante D. Pedro tardava, até porque se preocupava entretanto em reunir as suas gentes, o que levava os membros rivais a lançar rumores de que não vinha a Palência por medo de quem já lá se encontrava³⁰². Mas à notícia da sua aproximação alteram o discurso, dizendo que a concentração dos dois grupos naquela cidade sem que existissem tréguas prévias não era possível. Com efeito, havia gente a mais para umas simples cortes. O infante D. Pedro marchava à frente de um poderoso exército de mais de 12000 homens, acompanhado de Afonso de Meneses e do filho deste, Telo Afonso, de João Afonso de Haro, de Rodrigo Álvares das Astúrias e de Fernão Rodrigues de Saldanha³⁰³. Mais uma vez, e sem qualquer surpresa, o senhor de Meneses — e agora também o seu filho — encontrava-se ao lado da irmã nas disputas políticas. Na verdade, ao

²⁹⁷ Cf. *ibidem*, p. 280.

²⁹⁸ Trata-se do filho de João Afonso de Haro e de Constança Afonso, tia de D. Maria.

²⁹⁹ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º vol., p. 280.

³⁰⁰ Cf. *ibidem*, p. 281.

³⁰¹ Cf. *ibidem*, p. 281.

³⁰² Segundo a **Gran Crónica**, 1º vol., p. 282, «*andauam diziendo ellos que el ynfante don Pedro non dexaua de venir ay ni se tardaua sino por medo dellos e por su rreçelo; e cuidando ellos que no vernia, andauan muy sueltos en sus palabras e en sus fechos*».

³⁰³ Cf. *ibidem*, p. 282.

olharmos para o grupo dos nobres alinhados ao infante D. Pedro não se pode deixar de verificar que é um partido onde as ligações familiares constituem uma componente de ligação bastante forte: Afonso de Meneses é tio do infante D. Pedro e Telo Afonso seu primo: João Afonso de Haro, filho de Constança Afonso, é primo de Afonso de Meneses e do infante; Rodrigo Álvares das Astúrias é cunhado de Afonso de Meneses, uma vez que este tinha casado com Teresa Álvares, sua irmã; e por sua vez Fernão Rodrigues de Saldanha é cunhado de Rodrigo Álvares³⁰⁴.

Negoceiam-se as tréguas por intercessão de D. Maria e acorda-se que cada grupo possa levar para a cidade 1300 homens, o que será logo desrespeitado pelo infante D. João, que introduz cerca de 4000 seguidores em Palência. D. Pedro faz o mesmo e leva para dentro dos muros todos os seus cavaleiros e 5000 peões, gerando-se assim uma situação de tal forma delicada que leva a que João Nunes de Lara não arrisque permanecer na cidade³⁰⁵. É neste clima que se desenrolam as cortes de Palencia, umas assembleias verdadeiramente invulgares na medida em os dois lados rivais não se chegam a juntar e se celebram duas reuniões simultaneamente na mesma cidade. Uma levada a cabo pelos partidários do infante D. João, na Igreja de S. Paulo, e outra pelos do infante D. Pedro, na Igreja de S. Francisco. Sem qualquer entendimento entre cada uma delas, resultaram em duas ordenações distintas³⁰⁶. Obviamente que, determinando cada uma das reuniões soluções diferentes para a tutoria — umas D. Maria e o infante D. Pedro e a outra o infante D. João —, se mantinha a divisão no reino e a ameaça da guerra civil. Uma divisão que se tornara ainda mais nítida, pois durante a permanência na cidade a rainha D. Constança, mãe de Afonso XI, e D. João Manuel, que permanecera de certo modo alheado à controvérsia, tinham optado pelo apoio ao infante D. João³⁰⁷. Além disso, percebia-se que este infante conseguia uma maior preferência junto das cidades de Castela, Leão, Aragão e Astúrias, enquanto D. Pedro e D. Maria prevaleciam na Transierra e na Andaluzia, além de terem o apoio dos mestres das Ordens e da maioria dos bispos e prelados³⁰⁸.

³⁰⁴ Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... cit.», p. 144 e 158.

³⁰⁵ Cf. *ibidem*, p. 283.

³⁰⁶ A promovida pelo infante D. João a 5 de Junho e a do infante D. Pedro a 15 do mesmo mês. Ordenamentos publicados em *Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla*, tomo I, Madrid, Real Academia de la Historia, 1861, pp. 221-247.

³⁰⁷ D. Constança passava então a defender abertamente um partido que recolhia maior simpatia em por parte do pai, o rei D. Dinis. Cf. Manuel García Fernández, «Don Dionis de Portugal y la Minoría de Alfonso XI de Castilla», *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, nº 9, 1992, pp. 25-52.

³⁰⁸ Cf. Manuel Colmeiro, *Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla. Introducción escrita y publicada de orden de la Real Academia de la Historia*, 1º vol., Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1883, cap. XV.

Na medida em que nenhum dos lados se superioriza e encontrando-se o rei ainda em Ávila, à guarda do bispo que se recusa a entregá-lo a qualquer um dos candidatos enquanto não chegarem a acordo, os partidos começam a tomar posições para o conflito que se torna cada vez mais provável. Rodrigo Álvares das Astúrias tenta tomar, sem sucesso, as torres de León, cidade favorável ao infante D. João, mas D. Pedro tem melhor sorte em Palência³⁰⁹. Este, com as suas gentes, onde se encontravam os Meneses, corta a passagem a João Manuel, que se dirigia de Penafiel a Carrión para unir forças com o infante D. João, obrigando-o a recuar³¹⁰. Apesar do infante D. João receber os reforços de João Nunes de Lara e do infante D. Pedro ser ajudado pelos mestres de Santiago e de Calatrava, a batalha não se dá³¹¹.

Sendo a Tierra de Campos uma região onde detinham grandes interesses, os Meneses mostraram grande empenho nas lutas que aí tiveram lugar. Como a rainha D. Constança e João Nunes de Lara tivessem ido a Ávila com o fito de conseguirem a guarda de Afonso XI, D. Maria decide partir rapidamente para o mesmo local, acompanhada do sobrinho Telo Afonso e dos mestres de Santiago e de Calatrava, vindo a montar acampamento junto às muralhas da cidade³¹². É logo seguida pelo infante D. Pedro, que deixa Palência à guarda do tio Afonso de Meneses e, optando por não chegar a Ávila, assenta arraiais em Cuellar. Estando a situação nestes termos, e contra a opinião de muitos dos seus seguidores, o infante D. João decide encontrar-se com D. Maria e com D. Pedro em Arévalo, combinando todos, em segredo, que cada um exercesse o papel de tutor nas cidades que os haviam reconhecido como tal³¹³. D. Maria e D. Pedro não perdem tempo e conseguem ver reconhecida a sua tutoria em Ávila, em Toledo e em todo o sul do reino, num processo que se prolongou até ao final de 1313³¹⁴. Em Agosto de 1314, depois do infante D. João o ter solicitado, reuniam-se novamente os três tutores no mosteiro de Palazuelos, de que os Meneses eram os principais patronos, oficializando o acordo de Arévalo, decidindo que cada um usasse os direitos de tutor como acordado e que a guarda do rei ficasse a D. Maria³¹⁵.

Apesar de tudo, a situação no reino estava longe de se encontrar totalmente calma. Depois de em Outubro de 1214 D. Maria ter levado o neto para Toro — uma vez que

³⁰⁹ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º vol., p. 285.

³¹⁰ Cf. *ibidem*, p. 285.

³¹¹ Cf. *ibidem*, p. 286.

³¹² Cf. *ibidem*, p. 287.

³¹³ Cf. *ibidem*, p. 288.

³¹⁴ Cf. *ibidem*, p. 289.

³¹⁵ Cf. *ibidem*, pp. 290-191. Esta última cláusula era perfeitamente compreensível, até porque a rainha D. Constança tinha falecido em Novembro de 1313 (cf. *ibidem*, p. 290).

tinham chegado a acordo, D. Sancho, o bispo de Ávila, tinha entregado o menino, como prometera —, Telo Afonso, o filho do senhor de Meneses, ter-se-á rebelado. Segundo a Gran Crónica de Alfonso XI, «*don Tello sobrino de la rreyna por algunas cosas que le fizieron e começo a fazer guerra luego desde la tierra de Tiedra e de Monte Alegre e de Sant Rroman e de otros logares que tenia. E luego rrecudieron a esta guerra el ynfante don Joan y el ynfante don Felipe y el ynfante don Pedro e don Joan Nuñez, y punaron de lo asosegar. E des que fue asosegado, fuese el ynfante don Joan paea Valençia y el ynfante don Pedro e don Joan Nuñez fueronse para Enpudia*»³¹⁶. Não é fácil identificar as «*cosas que le fizieron*» assim que a rainha chegou a Toro e que justificassem o seu levantamento, precisamente quando o reino se começava a pacificar. Ainda mais quando acorrem a fazê-lo parar os infantes D. João, D. Pedro, D. Filipe e ainda D. João Nunes de Lara, elementos das duas facções rivais. O seu comportamento poderá ter estado relacionado com eventuais incumprimentos de promessas de entrega de terras ou rendas pela sua participação nos conflitos, e não é de todo improvável que tenha surgido como revolta por possíveis danos que tivessem sido feitos às suas terras. Contudo, não há indícios que favoreçam estas duas hipóteses.

Sabe-se sim que não é o único nobre a sublevar-se por estas alturas. No final de 1314, D. João Manuel, sentindo-se despeitado pelo infante D. Pedro — que comprara umas terras à infanta D. Branca de Portugal, filha de Afonso III, às quais aquele se julgava com direito de preferência³¹⁷ — despede-se da corte e corre as terras de Huete, Guadalajara e Hita, provocando grandes danos e fazendo igual nas terras de Escalona, que lhe pertencia e usa para lançar os seus ataques³¹⁸. Curiosamente, é com a ajuda de Telo Afonso, já perfeitamente sossegado, que o infante D. Pedro marcha contra D. João Manuel, a fim de terminar com as acções depredatórias deste. Tomam vários castelos na zona de Huete até que, por intervenção do mestre de Calatrava, D. Pedro e D. João Manuel decidem chegar a acordo sobre os bens que a infanta D. Branca lhes vendera, dividindo-os e comprometendo-se a pagar, cada um deles, a respectiva parte³¹⁹.

Enquanto isso, D. Afonso, filho do infante D. João, unia-se a Pero Ponce e preparavam-se para atacar as terras do infante D. Filipe, que se havia aproximado do irmão. O infante enfrenta-os mas eles recusam a batalha e encaminham-se para Leão,

³¹⁶ *Ibidem*, p. 292

³¹⁷ A infanta D. Branca tinha negociado algumas terras a D. João Manuel, mas como este não liquidara a dívida no prazo acordado, seguindo o acordo de venda, que lhe permitia tal, a infanta opta por vendê-las novamente ao infante D. Pedro. Cf. *ibidem*, p. 293.

³¹⁸ Cf. *ibidem*, p. 292.

³¹⁹ Cf. *ibidem*, p. 293.

destruindo algumas propriedades pelo caminho³²⁰. Como se percebe, apesar da concórdia entre os líderes das facções, os restantes nobres, perante um rei menor e tutorias parciais, aproveitavam para dar largas aos abusos.

No final deste ano de 1314, D. Pedro e Telo Afonso dirigem-se daquelas lutas com D. João Manuel para se encontrarem com o infante D. João e João Nunes de Lara e convocarem cortes para Burgos. Depois de combinadas, D. Pedro segue para Toro, onde se encontra a rainha D. Maria com Afonso XI, e daí partem rumo a Burgos³²¹. Quando chegam a Valladolid recebem a notícia de que Afonso de Meneses tinha falecido: «*e yendo su camino para Burgos, llegando a Valladolid, llegole mandado en como don Alfonso su hermano era muerto, de lo que ella ovo muy gran pesar*»³²². Não obstante já ter uma idade avançada, a morte de Afonso de Meneses terá constituído um severo golpe para D. Maria. Não apenas porque se tratava de um seu irmão, mas sobretudo porque sempre fora o seu mais fiel apoiante político, acompanhando-a em todas as crises que viveu. É certo que deixava um filho que mantinha a mesma orientação política e continuava a apoiá-la, tendo mesmo ganho já algum destaque, a fazer fé nas crónicas. Mas D. Telo parecia revelar um carácter mais expósito, a ver pela revolta de Outubro de 1314, bem diferente da recatada constância do pai, que parece ter aceitado e adoptado com sobriedade e despretensão uma atenta discrição e secundarização, de grande utilidade para os monarcas que serviu, à imagem da atitude que o seu pai, o infante Afonso de Molina, tomara em relação a Fernando III e Afonso X.

Apesar de tudo, o golpe seria certamente menos violento se Telo Afonso não viesse a seguir o caminho do pai poucos meses depois. Com efeito, no ano seguinte, o novo senhor de Meneses, acompanhado de muitas gentes suas, encaminhava-se para as cortes em Burgos, onde se iriam aperfeiçoar as regras da tutoria, quando adoece gravemente. Aloja-se em Tardajos, já próximo daquela cidade, onde vem a falecer³²³. Tal como o pai, seria transportado para o mosteiro de Matallana, onde recebeu sepultura³²⁴. Para a linhagem, tratou-se de um pesado infortúnio, pois em menos de um ano perdia os seus dois líderes. E foi um revés igualmente importante para D. Maria e D. Pedro, na medida em que ficavam sem os seus mais poderosos e leais aliados. Morto D. Telo Afonso, a liderança da casa caía em seu filho, Afonso Teles, ainda bastante novo, o que fazia com que a família ficasse

³²⁰ Cf. *ibidem*, p. 293.

³²¹ Cf. *ibidem*, p. 293.

³²² *Ibidem*, p. 293.

³²³ Cf. *ibidem*, p. 295.

³²⁴ Cf. Modesto Salcedo, *La familia "Téllez de Meneses" ...cit.*, p. 264.

ausente dos palcos de decisão política durante alguns anos, vindo a reaparecer mais tarde, associada aos parentes Albuquerque, com redobrado vigor.

3.2.3. A união dos ramos de Meneses e Albuquerque

Afonso de Meneses, irmão de D. Maria, casou com Teresa Álvares das Astúrias³²⁵, filha de Pedro Álvares das Astúrias, chefe desta poderosa família leonesa, e de Sancha Rodrigues de Lara³²⁶. Pedro Álvares estivera inicialmente ao lado de Afonso X aquando da sublevação nobiliárquica de 1272³²⁷ onde, paradoxalmente, o seu pai participara³²⁸. Irá depois alterar a sua posição, podendo ter estado ligado aos malogrados D. Fradique e Simão Rodrigues de los Cameros antes de sair do reino em ruptura com o monarca³²⁹ e de apoiar abertamente o infante D. Sancho nas lutas que opuseram ao pai³³⁰. É, durante o reinado deste último, um personagem de elevado relevo na corte, ocupando o cargo de mordomo-mor nos primeiros anos, até à sua morte³³¹.

Do matrimónio entre D. Afonso e D. Teresa teriam nascido o já mencionado Telo Afonso e ainda uma filha, a fazer fé no frei Angel Manrique, que nos seus Anales Cisterciences, ao referir-se aos sepulcros do Mosteiro de Matallana, hoje em ruínas, dizia que «*se vem en la iglesia de Matallana los sepulcros de los príncipes biznietos del ilustre rey don Alfonso. Don Alfonso, llamado de Molina, de su mujer Doña Teresa, y de sus hijos don Tello y doña Juana*»³³². Terá falecido muito jovem, pois não é mencionada pelos genealogistas, que identificam D. Telo como único filho do casal³³³.

Telo Afonso desposou Maria Afonso, filha do infante Afonso de Portalegre e de Violante Manuel, filha do infante D. Manuel³³⁴. Era por isso neta de Afonso III e de Afonso X. Como foi visto, D. Telo faleceu pouco depois do pai e ainda muito jovem,

³²⁵ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, **Livro do Deão**, 6BD9 e **Livro de Linhagens**, 10C13, 21D12, 24D7.

³²⁶ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, **Livro do Deão**, 6BD9, **Livro de Linhagens**, 24C6, Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... cit.», p. 144.

³²⁷ Cf. **Crónica de Alfonso X**, p. 35.

³²⁸ Cf. *ibidem*, pp. 28-29.

³²⁹ Cf. *ibidem*, p. 61.

³³⁰ Cf. *ibidem*, p. 42.

³³¹ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 195 e Salvador de Moxó, *ob. cit.*, p. 144.

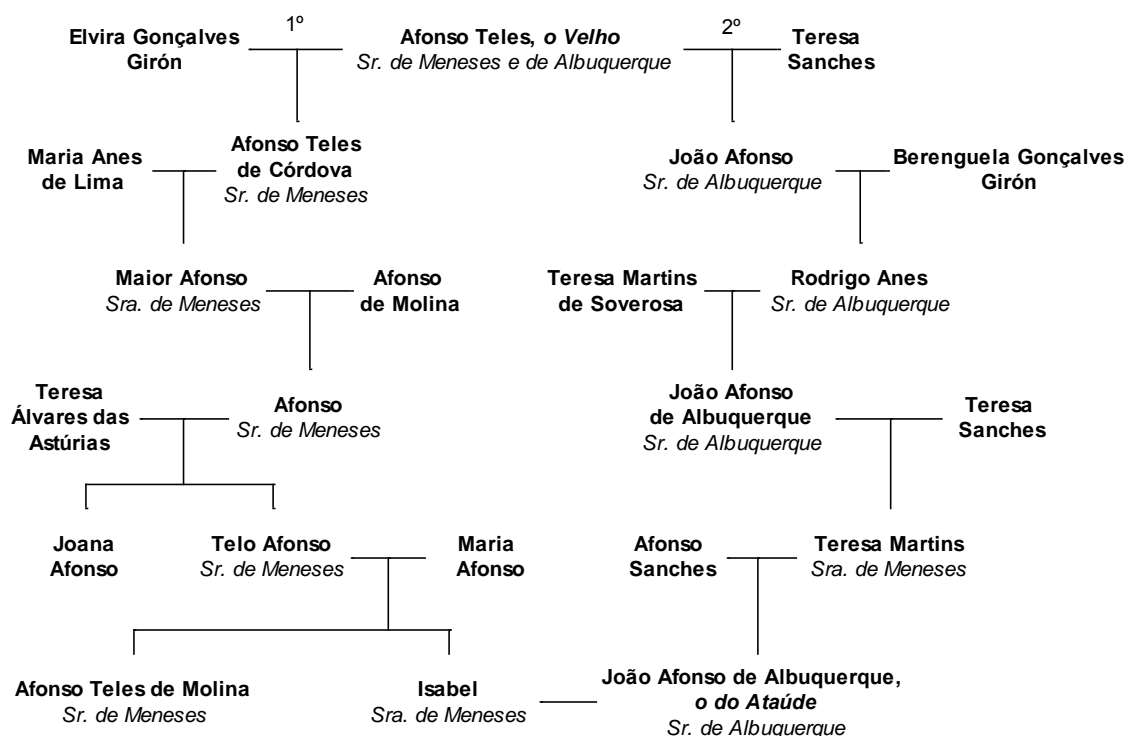
³³² Tradução de Modesto Salcedo (*ob. cit.*, p. 264) de Ángel Manrique, *Cisterciensium seu verius ecclesiasticorum: annalium a condito cistercio*, tomo III, Lyon, G. Boissat, & Laurent. Anisson, 1659, cap. VI.

³³³ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576, **Livro do Deão**, 6BD9-10 e **Livro de Linhagens**, 10C13-14, 21D12-13, 24D7.

³³⁴ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576 e **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 171.

deixando apenas dois filhos: Afonso Teles, que assim herda a chefia da linhagem, e D. Isabel³³⁵.

Árvore Genealógica 9 – *Fusão dos ramos familiares Meneses e Albuquerque*



Este Afonso Teles deverá ser, com grande grau de certeza, o Afonso Teles de Molina que confirma diplomas régios de Afonso XI, em Valladolid, a 2 de Agosto de 1318 e a 14 de Abril de 1320³³⁶. É um pouco estranho que tenha o apelido «de Molina»³³⁷, uma vez que o senhorio de Molina não fazia parte dos domínios da família, mas poderia tê-lo adoptado a partir do avô³³⁸. Salazar y Castro diz sucintamente que Afonso Teles, filho de Telo Afonso, confirma documentos em 1318³³⁹, o que coincide com um dos anos em que

³³⁵ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576. Os livros de linhagens portuguesas não indicam qualquer outro filho além de D. Isabel.

³³⁶ Cf. **CD Alfonso XI**, docs. 70 e 73, respectivamente.

³³⁷ O conde D. Pedro designa por duas vezes Afonso de Meneses, filho do infante D. Afonso de Molina, como «*Afonso de Molina*» (cf. **Livro de Linhagens**, 10C13, 24D7), mas na documentação coeva e nas crónicas este nunca é assim mencionado, surgindo apenas como «*Dom Afonso*». Em relação ao seu filho Telo Afonso, nunca o apelido toponímico «*de Molina*» é utilizado, seja na documentação, nas crónicas ou nos livros de linhagem.

³³⁸ Fora detido pelo seu bisavô, o infante Afonso, que recebeu o senhorio pelo seu casamento com D. Mafalda de Lara, que era de facto a senhora de Molina, mas passara para a filha destes, D. Branca (cf. Salvador de Moxó, *ob. cit.*, p. 45.). Não tendo esta deixado descendência, o senhorio de Molina foi incorporado na coroa, e mais tarde entregue à rainha D. Maria a 23 de Maio de 1293, advindo daí o nome por que ficou depois conhecida (cf. *ibidem*, p. 46 e Luis Vicente Díaz Martín, *María de Molina*, Valladolid, Obra Cultural de la Caja de Ahorros Popular, 1984, p. 92).

³³⁹ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576.

este Afonso Teles de Molina também o faz, contribuindo para corroborar esta hipótese. Além disso, este é arrolado nos dois documentos mencionados na coluna dos nobres castelhanos e em terceiro lugar, após João Manuel e João Afonso de Haro, senhor de los Cameros, numa posição elevada, igual à que os senhores de Meneses costumavam ocupar. Mais uma vez, um senhor de Meneses iria falecer bastante jovem e sem descendência, não se lhe conhecendo qualquer casamento.

Assim, o grande património desta casa era transmitido a D. Isabel, que mais tarde iria casar com João Afonso de Albuquerque, tal como ela descendente de Afonso Teles, *o Velho*. Com este matrimónio voltavam a reunir-se, cerca de cem anos depois da morte deste último, os dois grandes senhorios de Meneses e de Albuquerque, o que fazia do casal um dos mais poderosos do reino castelhano. E algo que mais tarde, no peculiar reinado de Pedro I, se revelaria pouco saudável³⁴⁰.

³⁴⁰ Este assunto será analisado em maior pormenor no capítulo seguinte.

4. OS SENHORES DE ALBUQUERQUE

4.1. OS PRIMEIROS ALBUQUERQUES E A PASSAGEM POR PORTUGAL

4.1.1. Participação na Reconquista em Castela

Como já foi aflorado atrás, João Afonso, Afonso Teles Tição e Martim Afonso notabilizaram-se sobretudo em Portugal, de onde a sua mãe, Teresa Sanches, era natural. Por passarem grande parte da vida adulta neste reino, poucos registos se conhecem da sua presença em Castela, onde os seus meios-irmãos Telo Afonso e Afonso Teles de Córdova se destacavam no tecido nobiliárquico. Os Albuquerque¹ não fariam menos em Portugal.

É bastante provável que aqueles três irmãos tenham participado nas campanhas militares de Fernando III, embora esta afirmação não seja de fácil confirmação pela ausência de registos que o atestem. Acontece que o mais velho, João Afonso, a quem poderia caber o privilégio de surgir nas listas de confirmantes dos documentos reais, não é mencionado em nenhum deles, tal como os seus dois irmãos, o que se pode dever a várias razões: uma delas é a eventualidade de nenhum deles frequentar a corte, algo de pouco plausível; outra é a possibilidade de não lhes ser reconhecido suficiente distinção para figurar nos documentos reais, o que também não é muito crível, mas que podia justificar-se caso os Albuquerque fossem considerados como membros da mesma linhagem que Afonso Teles de Córdova, o que faria com que apenas este, na qualidade de líder dessa mesma linhagem, fosse arrolado nos diplomas. Certo é que nenhum deles vai figurar em documentos régios castelhanos.

Contudo, João Afonso terá tido a oportunidade de participar nas lutas contra os muçulmanos, o cenário de actuação favorito de Fernando III. Isto caso este senhor de Albuquerque se trate, como assim aparenta ser, do João Afonso que, a determinada altura, acompanhou o infante D. Afonso na longa campanha de Múrcia. Quando Zurita enumera os nomes dos ricos-homens que estão ao lado do infante nessa expedição diz que este *«tenía en Murcia gran número de gente de caballo y de pie; y estaban con él don Gonzalo obispo de Cuenca, Pelay Pérez Correa maestro de la caballería de Santiago, Martín Martínez que era maestro del Temple en los reinos de Castilla, Portugal y Navarra, don Gonzalo Ramírez hijo de don Ramiro Fruela, Hernán Ruiz de Manzanedo, don Diego*

¹ Apesar de não serem tratados como tal nos documentos coevos, esta designação não deixa de ser adequada, uma vez que se trata do principal senhorio que lhes está associado. Ademais, não é uma designação inédita, tendo sido utilizada em trabalhos recentes (cf. **D. Afonso III**, p. 74).

López de Haro señor de Vizcaya alférez del rey de Castilla, don Lope López hijo de don Lope Díaz de Haro, don Alonso Téllez que tenía entonces el gobierno de Córdoba y don Juan Alfonso su hijo, don Pedro Núñez de Guzmán, don Alvar Gil hijo de don Gil Malrique y Pedro López de Franco, que le sirvieron en esta entrada»². Não se conhecendo nem havendo qualquer registo de um filho de Afonso Teles chamado João Afonso, é altamente provável que se trate do seu meio-irmão, João Afonso de Albuquerque. Nesta campanha, João Afonso teria sido agraciado com as tenências de Callosa e Crevillent, a este de Múrcia, no dia 5 de Julho de 1243, a par de outros nobres que recebiam, também eles, alguns castelos³. Encontra-se ao lado do infante a 30 de Setembro de 1244, quando se assina, em Múrcia, um acordo entre os mouros deste reino e Paio Peres Correia, Mestre de Santiago, sobre a posse de determinados castelos⁴. Afonso Teles de Córdoba também confirma este documento, pelo que se pode colocar a hipótese de a entrada de João Afonso nas operações militares contra os muçulmanos, de a sua iniciação na guerra — que no final de contas era a actividade que conferia o carácter distintivo da nobreza — se fazer sob o apadrinhamento do irmão mais velho. No fundo, nada diferente do que acontecera para Afonso Teles de Córdoba em relação a Telo Afonso, já falecido.

Depois da expedição de Múrcia é provável que, tal como Afonso Teles de Córdoba, siga o infante para o cerco de Jaén, no Verão de 1245, e que aí se tenha mantido até à tomada da cidade, no início do ano seguinte. Todavia, esta possibilidade é meramente conjectural, na medida em que, mais uma vez, não há documentos que a confirmem. Tomada a cidade, João Afonso ter-se-á dirigido para Portugal, onde o infante D. Afonso se preparava para tomar o governo do reino. Não é impróprio supor que o seu irmão Afonso Teles *Tiçã* estivesse ao seu lado ao longo destas operações, na medida em que vem para Portugal consigo.

Sabe-se, porém, que nem todos os irmãos Albuquerques saíram para Portugal por esta altura, pois o mais jovem deles, Martim Afonso, foi herdado em Sevilha, pelo que terá estado no longo cerco desta cidade andaluza, que decorreu nos anos de 1247 e 1248. Recebeu aí cem arañadas e dez jugadas e terra⁵, como prémio pelo seu desempenho. Também neste caso é forte a hipótese de se ter iniciado na carreira das armas sob o patronato de Afonso Teles de Cordova, que se destacou neste mesmo sítio de Sevilha,

² Cf. **Anales de Aragón**, vol. I, liv. III, cap. XLI, p. 269 [cit. em 2 de Agosto de 2010 – 15:45].

³ Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 1, e **Fernando III**, 1º vol., p. 346.

⁴ Cf. **Bulário de Santiago**, pp. 138-139.

⁵ Cf. **Repartimiento de Sevilla**, 2º vol., p. 236.

como foi observado. Poucos anos passados, em Maio de 1252, estes dois irmãos assinavam a já mencionada carta de concórdia e aliança contra todos excepto o rei, os irmãos e os primos irmãos⁶. Martim Afonso comprava ainda ao irmão, por 850 maravedis, metade dos direitos sobre o castelo de Albuquerque que este tinha adquirido anteriormente a Maior Afonso, irmã de ambos, e a Maria Mendes, sobrinha igualmente dos dois⁷, a serem pagos aquando da entrega do castelo⁸. Deve observar-se que, se até aí Martim Afonso podia ter estado numa certa posição de subalternidade em relação ao irmão, esta carta transmite uma ideia de paridade entre os dois, não apenas subjacente à noção da aliança militar acordada, como ainda em relação ao negócio efectuado a meias. Relembre-se que estando João Afonso e Afonso Teles *Tiçã* então na corte de Afonso III de Portugal, cabia a Martim Afonso, de certo modo, liderar o ramo de Albuquerque em Castela, pelo que a aliança que ali se fazia, mais do que um pacto entre dois irmãos, era uma coalizão entre dois ramos familiares cujo poder se estendia então pelos reinos de Castela, de onde eram originários, e de Portugal, para onde tinham vindo no contexto da crise sucessória portuguesa.

4.1.2. A passagem para Portugal no contexto da crise de 1245

A vinda de João Afonso e de Afonso Teles *Tiçã* para Portugal em auxílio de Afonso de Boulogne é tida como assente⁹, embora não se saiba quando teve lugar. Poderá ter ocorrido logo aquando do regresso daquele a Portugal, no final de 1245, ou posteriormente, o que será mais provável, caso os dois irmãos tenham participado no cerco e tomada de Jaén. Tentar identificar o que terá originado a sua vinda é um aspecto que merece uma análise com algum pormenor.

A participação dos Albuquerque ao lado do infante D. Afonso não teria a sua causa directa na ligação de parentesco que os unia, uma vez que era a mesma que os ligava ao rei de Portugal, D. Sancho II. Eram todos netos de D. Sancho I e, por isso, primos. Não é descabido pensar que Afonso os poderá ter aliciado para o apoiarem, uma vez que se tratavam de nobres relativamente poderosos, mas os espaços em que se moviam dificultava

⁶ Segundo o texto, «*facemos entre nos tal pleito de nos andar contra todos los omes del mundo fueras sobre señor y nuestros hermanos y nuestros primos cormanos fijos de Dom Suero, Dom Gotierre y Dom Suero [sic] que tenemos en lugar de hermanos*». Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fls. 62-62v.

⁷ Trata-se da filha de D. Teresa Afonso e de Mem Gonçalves de Sousa.

⁸ Afonso Teles de Córdoba tinha antes tratado da compra dos direitos das duas senhoras pela quantia de 1700 maravedis, mas ainda não os tinha pago. Agora cedia a Martim Afonso metade dos direitos em questão em troca de metade do dinheiro em dívida.

⁹ Cf. **D. Afonso III**, p. 74.

a tarefa se feita directamente, uma vez que uns se encontravam em Castela e o outro na corte francesa. Mas havia pontos de contacto bastante importantes.

É sabido que as forças que, a determinada altura, se opunham a D. Sancho II eram extremamente poderosas e que se vão movimentando das mais variadas formas possíveis de modo a minar a autoridade daquele rei¹⁰. Curiosamente, parece ter sido o seu casamento com Mécia Lopez de Haro o percutor dos sucessos que levaram à sua queda. Segundo a *Crónica de Portugal de 1419*, o rei D. Sancho II «*começou de ser bõo rey e depois, por sua synpreza e maos comselheyros, ya-se a tera toda a perder, fazendo-se todo mal em ela, e sayo-se do mandado da raynha Berengena, sua tya, e casou-se com dona Meçia Lopez, filha de dom Lopo de Biscaya*»¹¹. O texto leva a crer que o casamento não seria totalmente do agrado de D. Berenguela, sua tia, a figura tutelar que fora desde sempre um importante suporte do rei português, ou seria feito sem que esta fosse consultada, o que teria levado ao seu afastamento, facto que se revelaria decisivo no avanço da candidatura do infante D. Afonso¹².

Da mesma forma que D. Berenguela havia tido alguma influência sobre Sancho II — de outra forma a expressão «*sayo-se do mandado*» não faria qualquer sentido —, a irmã desta, D. Branca, rainha de França, tinha tomado a seu cargo o sobrinho Afonso de Portugal na corte francesa¹³, onde o instruíra e tratara de lhe arranjar casamento, bastante favorável, com Matilde de Boulogne, em 1239¹⁴. Os conflitos entre Sancho II e os bispos portugueses¹⁵, a situação tumultuosa do reino¹⁶ e o fim da protecção de D. Berenguela abrem uma oportunidade a Afonso para alcançar o trono português. A sua indicação, pelos nobres portugueses, como cabeça da sua revolta contra Sancho II justificava-se à partida pelo facto de se encontrar em segundo lugar na linha de sucessão, mas não era factor de pouca monta o destaque que Afonso tinha obtido na corte francesa e na batalha de Saintes, em 1242, ao lado do primo Luís IX¹⁷. Outro elemento favorável era a ligação que o unia aos monarcas franceses, dada a importante influência destes junto do papado, de quem eram principais aliados nas disputas que este levava a cabo com o imperador Frederico II.

¹⁰ Cf. **D. Sancho II**, pp. 258-262.

¹¹ **Crónica de 1419**, p. 119.

¹² Esta é também a leitura de Hermenegildo Fernandes. Cf. **D. Sancho II**, pp. 253-256.

¹³ A sua presença na corte francesa encontra-se documentada desde 1234, mas há várias teorias que apontam para anos anteriores, nomeadamente 1226. Acerca desta questão, veja-se **D. Afonso III**, p. 44-51.

¹⁴ Cf. *ibidem*, p. 56.

¹⁵ Cf. **D. Sancho II**, p. 260.

¹⁶ Sobre os vários conflitos que atravessavam o reino, cf. José Mattoso, «A crise de 1245», in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, pp. 65-69.

¹⁷ Cf. **D. Afonso III**, pp. 58-60.

Na realidade, a crise portuguesa não era alheia ao conflito entre o papado e o Império, ou, pelo menos, deve ser compreendida dentro da lógica desta violenta disputa.

Assim, enquanto a situação política de Sancho II se deteriorava, o infante D. Afonso, com o apoio de grande parte da nobreza e dos bispos portugueses, da tia D. Branca e do primo Luís IX e do papa Inocêncio IV, ficava numa posição extremamente vantajosa para reclamar o governo do reino de Portugal¹⁸. A situação frágil em que o D. Sancho II se encontrava desequilibrar-se-á de forma definitiva a partir do momento em que perde uma importante aliada, D. Berenguela de Castela. Esta poderia, eventualmente e caso tivesse continuado a manter a «tutela»¹⁹ sobre o sobrinho, travar a candidatura do infante D. Afonso, intercedendo junto da irmã. Ora parece suceder precisamente o contrário. Desta forma, depois do Concílio de Lyon, a 24 de Julho de 1245, perante as muitas queixas contra Sancho II apresentadas pelos prelados portugueses, Inocêncio IV promulga a bula *Grandi non immerito*, que afasta o rei do governo de Portugal e exorta todos a obedecerem ao infante D. Afonso, a quem confia a administração do reino, designando-o ainda como legítimo herdeiro ao trono português, caso o seu irmão morresse sem herdeiros²⁰.

É preciso observar que a luta pelo reino de Portugal teve, a determinada altura, outros protagonistas além de D. Sancho II e o conde D. Afonso. Também terão aspirado à coroa portuguesa Pedro Sanches, rei de Maiorca, filho de Sancho II e por isso tio daqueles dois, que acabaria, após a decisão papal, por apoiar Afonso de Boulogne²¹; e o infante D. Afonso de Castela²². É possível que o descontentamento de D. Berenguela em relação ao casamento do rei português com Mécia Lopes de Haro estivesse ligado a este último aspecto. É certo que a rainha castelhana podia apenas considerar que o matrimónio era feito a um nível inferior ao que a dignidade real de Sancho II impunha, mas não deixa de ser uma forte hipótese a de que estaria a vislumbrar uma boa oportunidade para que o infante castelhano, seu neto, pudesse conseguir o reino de Portugal²³. Estando D. Berenguela obviamente empenhada no reforço do poder castelhano face aos outros reinos peninsulares, não será descabido pensar que estaria a projectar uma futura subida do seu neto Afonso ao trono de Portugal. Ora a chave de uma bem-sucedida candidatura estava

¹⁸ Sobre os apoios do infante D. Afonso ao trono português, veja-se *ibidem*, pp. 59-72.

¹⁹ Sobre a influência que as filhas de Afonso VIII exercem sobre as várias casas reais ocidentais, cf. **D. Sancho II**, pp. 25-26, 179-181, 253-256

²⁰ Cf. **D. Afonso III**, pp. 66-67.

²¹ Cf. **D. Sancho II**, p. 261.

²² Cf. *ibidem*. É possível que o infante Fernando de Serpa também tivesse pensado em alcançar o trono português (cf. **D. Afonso III**, pp. 62-64).

²³ Como aponta Hermenegildo Fernandes, as duas hipóteses não se excluem. Cf. **D. Sancho II**, pp. 253-254.

directamente ligada ao casamento do rei português, pois o nascimento de um herdeiro diminuía de forma exponencial as hipóteses dessa candidatura. Algo que não deixaria, caso fosse realmente aquele o objectivo da rainha castelhana, de ser alvo do seu desagrado.

É precisamente por esta razão que o conde de Boulogne denunciava ao papa, em 1244, o casamento de Sancho II com D. Mécia, argumentando impedimento de consanguinidade²⁴. Não era vantajoso para nenhum dos candidatos a existência de filhos legítimos do rei português. O rapto de D. Mécia, no Verão de 1246²⁵, parece inscrever-se nesta lógica. Além de demonstrar a incapacidade do rei português em manter a segurança no reino e até nos seus círculos pessoais, parece levar a crer que o objectivo principal da manobra passava por assegurar que do seu casamento não surgiriam descendentes. Porém, é pouco crível que o rapto tivesse sido levado a cabo sem a cumplicidade da rainha, o que complica a questão. Quais as vantagens de D. Mécia em afastar-se do marido sabendo que isso lhe seria prejudicial e, por conseguinte, favorável aos candidatos ao trono, incluindo o infante castelhano? Só é possível conceber a sua conivência se fosse objectivo seu favorecer um rival do marido, que, à partida, não seria Afonso de Boulogne mas sim Afonso de Castela, que mantinha com a família de D. Mécia estreita proximidade²⁶. A ser assim, a intervenção de Afonso de Castela em Portugal em auxílio de Sancho II, no final de 1246, acompanhado de vários ricos-homens, entre os quais Diogo Lopes de Haro, irmão de D. Mécia²⁷, pode ter outro sentido. Mais do que impedir a destituição de Sancho II, que lançara um apelo a Fernando III²⁸, talvez o infante D. Afonso estivesse sobretudo interessado em boicotar a aclamação de Afonso de Boulogne, garantida que estava, por enquanto, a ausência de descendentes do rei português. Uma situação que, a longo prazo, lhe poderia ser benéfica. Mesmo que para tal tivesse de se mover em desrespeito pelas determinações papais²⁹. Mas isto não seria problema para quem mais tarde encabeçaria o partido dos simpatizantes gibelinos na península.

Apesar do evidente desentendimento entre Sancho II e D. Berenguela, provocado pelo casamento do primeiro, é difícil afirmar que esta estivesse ligada à campanha

²⁴ Cf. **D. Afonso III**, p. 59.

²⁵ Cf. *ibidem*, p. 76.

²⁶ Dois irmãos de D. Mécia, Diogo Lopes, senhor da Biscaia e Lopo Dias, *el Chico* (cf. Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... cit.», p. 47) estavam ao lado do infante D. Afonso na sua campanha por Múrcia, que teve lugar na primeira metade da década de quarenta (cf. **Anales de Aragón**, vol. I, liv. III, cap. XLI, p. 269 [cit. em 15 de Setembro de 2010 – 11:23]).

²⁷ Cf. **D. Afonso III**, pp. 76-77.

²⁸ Cf. *ibidem*, p. 76.

²⁹ Cf. **Fernando III**, 1º vol., pp. 272-275.

portuguesa de Afonso de Castela, até porque tinha falecido a 8 de Novembro de 1246³⁰. Ao mesmo tempo, a iniciativa não era aprovada por Fernando III, mais interessado em lançar um decisivo cerco sobre Sevilha³¹. Depois de conseguir penetrar no reino português até Leiria, onde ao lado das forças de Sancho II iria derrotar apoiantes do conde de Boulogne, o infante castelhano regressa a Castela levando consigo o rei português³². Como é sabido, Afonso de Boulogne saía vencedor da disputa e ascenderia ao trono no início de 1248, após a morte do irmão, em Toledo; quanto a Afonso de Castela, se de facto o seu intuito fora outro além de defender a autoridade de Sancho II e passava por tentar alcançar a coroa portuguesa, a verdade é que nunca reivindicaria sobre ela quaisquer direitos.

Narrados os acontecimentos de forma sucinta, é necessário agora tentar entender de que forma se faz a entrada dos Albuquerque no reino português. Em primeiro lugar, é particularmente curioso que D. Tibúrcio, um dos executores do mandato pontifical para o afastamento de Sancho II do poder³³, tenha sido escolar em Palência, e que haja uma grande probabilidade de ele ter passado pela sua região de origem em 1245, antes de regressar a Portugal, no final desse mesmo ano³⁴. É possível que tenha procurado aconselhamento e apoio efectivo de forma a levar a cabo a tarefa de que fora incumbido pelo papa junto do velho bispo D. Telo Teles, que além de ser irmão do falecido Afonso Teles, *o Velho* — e por isso tio dos Albuquerque —, fora ao longo dos anos bastante próximo de D. Berenguela³⁵. Ora o bispo de Palência não era um desconhecido nos assuntos referentes a Portugal, pois já tinha sido nomeado em Abril de 1229 pelo papa Gregório IX para arbitrar, conjuntamente com o arcebispo de Toledo, D. Rodrigo, a contenda entre D. Sancho II e o bispo de Lisboa³⁶. E fora encarregue pelo mesmo papa, juntamente com os arcediagos de Carrión e de Cerrato, através da bula *Si quam horribile*, emitida a 26 de Maio de 1233³⁷, de fazer várias admoestações ao rei português no sentido deste proteger com maior eficácia os bens do clero. Podia ter acontecido que, decidida por decreto papal a deposição do rei, D. Telo Teles intercedesse junto dos sobrinhos para que

³⁰ Cf. *ibidem*, p. 84.

³¹ Cf. *ibidem*, p. 274, e **Alfonso X**, p. 28.

³² Cf. **D. Afonso III**, p. 77.

³³ Cf. *ibidem*, p. 70 e 75. Ou outro é o arcebispo de Braga.

³⁴ Esta possibilidade já foi levantada por Leontina Ventura. Cf. **D. Afonso III**, p. 74.

³⁵ Recordem-se, por exemplo, os acontecimentos que conduzem à subida ao trono de D. Fernando, filho de D. Berenguela, como rei de Castela.

³⁶ Cf. Modesto Salcedo, *Vida de Don Tello Téllez de Meneses, Obispo de Palencia*, Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses, nº 53, 1985, pp. 79-266, p. 226.

³⁷ Cf. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, continuado por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo 9º, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1864, p. 117.

estes dessem o seu apoio militar à causa do conde de Boulogne e ao cumprimento daquela decisão de cuja execução estava encarregue um seu antigo escolar. O facto de Albuquerque se encontrar junto do reino português, não sendo determinante, era um elemento bastante favorável à convocação de forças com vista à participação nas campanhas na luta pelo trono português.

É possível, porém, que a vinda dos Albuquerque para Portugal se tivesse feito através da activação de outras ligações. Ao lado do conde de Boulogne encontram-se, no início de 1247, entre outros, a rainha D. Teresa e o seu irmão Pedro Sanches, o infante Fernando de Serpa e os Albuquerque, João Afonso e Afonso Teles *Tiçã*³⁸. Todos eles ligados por estreitos laços de parentesco, pois estes últimos eram sobrinhos dos dois primeiros e primos do terceiro. Mas entre Fernando de Serpa e João Afonso é provável que existisse outro vínculo, pois tinham cooperado ambos na conquista do reino de Múrcia por Afonso de Castela. Já acima foi visto como João Afonso terá auxiliado o infante nessa comprida expedição, e sabe-se que o infante Fernando de Serpa, seu primo, condenado pela violência praticada em Portugal contra os homens e os bens da Igreja, fora obrigado pelo papa Gregório IX a combater os mouros como remissão penitencial. A 25 de Novembro de 1239 obtinha deste papa idênticos privilégios aos dos cruzados na Terra Santa enquanto integrasse a hoste que o infante D. Afonso de Castela reunia para combater os mouros de Múrcia³⁹. Estavam portanto juntos nesta campanha, pelo que é possível que esta coexistência possa ter criado condições para que, quando as duas facções rivais que disputam o trono de Portugal se cristalizam, e do lado de Afonso de Boulogne se alinha Fernando de Serpa, este possa atrair para o seu lado João Afonso e o irmão.

Mas o grande bloco familiar que se opõe a Sancho II indicado acima, formado por indivíduos vindos de fora do reino, poderia ter ainda outro elemento. Trata-se de Rodrigo Sanches, filho de Sancho I e de Maria Pais Ribeira, e, portanto, irmão de Teresa Sanches e tio dos Albuquerque. Rodrigo Sanches morrera na lide de Gaia, em Junho de 1245⁴⁰ — que de certa forma encetara o conflito armado entre o rei português e os partidários de D. Afonso — em confronto com Martim Gil de Soverosa, líder da hoste régia. Tinha-se levantado em correria por aquelas terras acompanhado por Abril Peres de Lumiares, o mais poderoso nobre das Beiras e que faleceria também nesta peleja, em flagrante ofensa à

³⁸ Cf. **D. Afonso III**, p. 82.

³⁹ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 339 e **D. Sancho II**, pp. 250-253.

⁴⁰ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 183.

autoridade régia⁴¹. Não deixa filhos, pelo que a vinda dos Albuquerque poderia passar pela reivindicação de alguns dos seus bens, na medida em que se tratavam de familiares próximos.

Todos estes motivos para a entrada dos Albuquerque em Portugal — a intercessão do bispo de Palência; a ligação ao infante Fernando de Serpa; a apresentação como herdeiros de Rodrigo Sanches —, que não se excluem uns aos outros, a par da existência de estreitos laços de parentesco que os uniam a um dos mais importantes apoiantes de Afonso de Boulogne, designadamente Rodrigo Sanches, terão contribuído para a migração destes nobres, que lhes acabaria por ser bastante favorável.

4.1.3. A presença em Portugal e o regresso a Castela

Como foi visto, João Afonso e Afonso Teles *Tiçã*o, de quem até então desconhecemos a presença em Portugal, estarão junto de D. Afonso imediatamente após a sua subida ao trono, ocupando lugar de destaque na corte, e é altamente provável que a sua presença junto ao conde de Boulogne se fizesse sentir logo desde o início da guerra civil⁴². A recompensa por esta participação activa nas lutas contra Sancho II viria logo de seguida.

Na primeira cúria solene de Afonso III, em Ourém, em Novembro de 1248, encontramos os Albuquerque no primeiro lugar da lista de confirmantes, com João Afonso a ocupar o lugar de alferes-mor⁴³. Terá certamente sido o primeiro alferes-mor de D. Afonso III, posto que ocupou até Julho de 1255⁴⁴, participando como tal na conquista definitiva do Algarve⁴⁵. É a primeira vez que um membro da família detém um cargo curial, que acumula entre os anos de 1250 e 1255 com a tenência de Ribaminho⁴⁶.

Em 1253, a 3 de Junho, o rei dar-lhe-á a herdade de Benavila, perto de Avis⁴⁷. Em certa medida, esta doação sustenta algumas observações feitas atrás. Em primeiro lugar, o rei é bastante claro quando afirma que faz a doação se faz «*pro multo et bono ac fidei servitio et auxilio quod michi fecit cum corpore vassalis et amicis*». João Afonso tinha intervindo activamente com os seus homens na guerra civil em ajuda de Afonso III. Depois, trata-se de uma herdade que havia pertencido ao malogrado Rodrigo Sanches, o

⁴¹ Cf. **D. Afonso III**, p. 73 e **D. Sancho II**, p. 260.

⁴² Cf. **D. Afonso III**, p. 74.

⁴³ Cf. **D. Afonso III**, pp. 86.

⁴⁴ Cf. **A Nobreza de Corte de Afonso III**, 2º vol., p. 576.

⁴⁵ Cf. **Monarquia Lusitana IV**, fl. 186-187.

⁴⁶ Cf. **A Nobreza de Corte de Afonso III**, 2º vol., p. 576.

⁴⁷ Cf. **ANTT, Chancelaria de Afonso III**, liv. 1, fl. 2v. pub. em **Chancelaria de D. Afonso III - Livro 1**, doc. 8.

que faz crer que a hipótese da vinda para Portugal dos senhores de Albuquerque a fim de reclamar a herança de Rodrigo Sanches é muito válida.

Sendo o cargo de alferes geralmente vitalício, presumia-se que tivesse falecido pouco depois da data em que deixa de ocupar o cargo, em 1255⁴⁸. Contudo, a 24 de Abril de 1268, Berenguela Gonçalves, sua viúva, e os seus três filhos, Rodrigo Anes, Gonçalo Anes e Telo Afonso, doavam a pesqueira de Gozón e várias herdades ao Mosteiro de Palazuelos, de quem eram patronos, como oferta da missa dos vinte dias dita pela alma de João Afonso⁴⁹. Tratando-se de uma missa de vinte dias, teria falecido no início desse mês de Abril. Telo Afonso, o seu terceiro filho, é ainda muito novo, tendo-se os irmãos e a mãe responsabilizado pela sua anuência à doação. A fazer fé neste documento, falecera então em 1268, tendo eventualmente partido para Castela em 1255, após deixar o cargo de alferes. É esta a posição de Anselmo Braamcamp Freire, que adianta que após o seu regresso a Castela João Afonso terá ingressado na corte de Afonso X e ocupado o cargo de pertigueiro-mor de Santiago⁵⁰.

Sabe-se que João Afonso e a sua esposa, Berenguela Gonçalves, doavam a 28 de Setembro de 1256, estando na Galiza, metade de Villavelasco — localidade situada a norte de Cea — com todas as suas pertenças, a Gonçalo Anes Coronel⁵¹, pelo que terá desde então permanecido em Castela. Contudo, não há notícias da sua presença na corte castelhana. A partir de 1260 há um João Afonso a confirmar documentos de Afonso X⁵², mas, apesar de não se indicar um apelido familiar, não se trata de João Afonso de Albuquerque e sim de João Afonso de Haro⁵³, pois está arrolado na coluna dos nobres castelhanos⁵⁴. Ora o senhor de Albuquerque, não obstante a sua origem familiar castelhana,

⁴⁸ Cf. **A Nobreza de Corte de Afonso III**, 2º vol., p. 578.

⁴⁹ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 80v.

⁵⁰ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 106

⁵¹ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 80 e maço M-52, fº 126v.

⁵² Designadamente a partir de 21 de Novembro. Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 233.

⁵³ Trata-se do já mencionado esposo de Constança Afonso, filha de Afonso Teles de Córdova e sobrinha de João Afonso de Albuquerque.

⁵⁴ Após a união de Leão e Castela, os diplomas reais dos reis castelhanos, nomeadamente os privilégios rodados, seguem geralmente a mesma norma ao nível do arrolamento dos confirmantes: no corpo de texto, depois da confirmação real, seguem-se geralmente os infantes, os arcebispos e indivíduos de evidente notabilidade, como os detentores de cargos curiais — que por vezes aparecem em outras zonas do diploma — ou destacados vassallos — no caso de Afonso X, são comuns os reis muçulmanos de estados vassallos de Castela. O grosso das testemunhas — os prelados e magnates do reino — vem registado em seguida em quatro colunas: a dos bispos castelhanos, a dos nobres castelhanos, a dos bispos leoneses e a dos nobres leoneses. Geralmente por esta ordem ou primeiro as duas colunas dos bispos e depois as duas dos magnates, mas sempre fazendo a separação entre bispos e ricos-homens e entre leoneses e castelhanos. Um bom exemplo da análise de um privilégio rodado, onde se observam estes aspectos, pode ser encontrado em Gonzalo Crespi de Valldaura, «Privilegio rodado de Alfonso X concediendo mercado semanal a Santa Cruz de Campezo (Estudio paleográfico y diplomático)», *Sancho el sabio: Revista de cultura e investigación vasca*, nº 14, 2001, pp. 145-154.

para todos os efeitos e porque o seu principal senhorio se situa no reino de Leão, é um nobre leonês. É assim que todos os Albuquerque serão inscritos nos privilégios rodados do reino de Leão e Castela: enquanto magnates leoneses.

Mas a 11 de Novembro de 1266, num documento de Afonso X, na coluna dos nobres leoneses, surge um João Afonso a ocupar o cargo de pertigueiro de Santiago⁵⁵, aparecendo de novo como tal e pela última vez a 27 de Janeiro de 1268⁵⁶. É muito provável que se trate do senhor de Albuquerque. No mesmo documento estão o já citado João Afonso, inscrito na coluna dos barões castelhanos, e um outro João Afonso, no final do documento, notário do rei em Leão e arcediogo de Santiago. Manuel González Jiménez diz que o João Afonso pertigueiro de Santiago entre 1266 e 1268 deverá ser um filho do rei que este tentou promover sem êxito ao arcebispado compostelano, que é entre 1259 e 1278 arcediogo de Santiago e notário-mor de Leão, e que alcançará a mitra de Palência a partir deste ano, acumulando-a em 1284 com o cargo de chanceler real⁵⁷. Não será assim, e o pertigueiro de Santiago e o arcediogo de Santiago serão dois indivíduos homónimos distintos, pois surgem os dois no mesmo documento.

Além disso, a coincidência entre o ano provável da morte de João Afonso de Albuquerque e o ano em que João Afonso, pertiguero de Santiago, deixa de aparecer nos documentos — 1268 — leva a crer, muito justificadamente, que são a mesma pessoa. Ademais, a partir de Agosto de 1268 e até 1275 ou 1276 terá ocupado este cargo Rodrigo Anes⁵⁸, que deverá tratar-se do filho primogénito de João Afonso de Albuquerque, o que representaria a passagem do cargo dentro da mesma família, um fenómeno bastante comum. Assim, e apesar das reticências necessárias, pode afirmar-se com alguma segurança que os senhores de Albuquerque — primeiro João Afonso e depois o filho, Rodrigo Anes — terão ocupado o cargo de pertiguero de Santiago entre aproximadamente 1266 e 1276.

Relativamente a D. Afonso Teles *Tiçã*o, que acompanha o irmão na vinda para Portugal e para a corte de Afonso III, onde é membro destacado, sabe-se que teve a tenência de várias terras, designadamente Viseu entre 1250 e 1256; Riba Minho, em 1256, sucedendo ao seu irmão; e Bragança, entre 1256 e 1257⁵⁹. Terá falecido ou regressado a Castela depois de 1257, pois desaparece da documentação.

⁵⁵ Cf. **Documentos da época de Afonso X**, doc. CVI.

⁵⁶ Cf. *ibidem*, doc. CIX.

⁵⁷ Cf. **Alfonso X**, pp. 273-274 e 318.

⁵⁸ Cf. *ibidem*, p. 318, nota 19.

⁵⁹ Cf. **A Nobreza de Corte de Afonso III**, 2º vol., 1992, p. 574.

O mais novo dos três Albuquerque, Martim Afonso, não veio ao mesmo tempo para Portugal que os seus irmãos e sabemo-lo em Castela no ano de 1252, como foi visto atrás. Porém, será introduzido na cúria de Afonso III pelos seus irmãos mais velhos. Irá deter as tenências de Santa Maria, entre 1255 e 1257; de Lafões, nos anos de 1256 e 1257; de Bragança, desde 1258 a 1262; de Montemor-o-Velho, entre 1270 e 1271; de Chaves, desde 1273 a 1277 e depois desde 1279 a 1282; e de Montenegro, em 1278⁶⁰.

Como se percebe, enquanto em Portugal, os irmãos não descaram os seus interesses. Os benefícios recebidos de Afonso III são prova de que não negligenciavam, longe disso, a hipótese de reforço do seu poder. Ademais, não esqueciam os direitos que tinham no reino enquanto herdeiros de Maria Pais Ribeiro, sua avó materna. Assim, Martim Afonso e Afonso Teles, conjuntamente com sua tia Constança Sanches⁶¹, vão disputar com Teresa Anes de Lima — filha de Maria Pais Ribeiro e de João Fernandes de Lima, *o Bom* — e com o seu filho Gonçalo Anes de Sousa, os direitos sobre as herdades de Parada, Pousadela e Vila do Conde, doadas por Sancho I a D. Maria⁶². D. Afonso III decidia, a 26 de Fevereiro de 1257, a favor dos três primeiros, a quem eram entregues aquelas herdades⁶³.

A presença em Portugal dos três irmãos — tendo na origem uma crise sucessória e sendo «provocada» por um conjunto de factores articulados, nomeadamente a localização geográfica da sua fonte de poder senhorial e as ligações de parentesco e de solidariedade com os principais apoiantes de Afonso de Boulogne — foi bastante vantajosa, não obstante terem optado por regressar, todos eles, a Castela. Tinham em Portugal o destaque que não lhes era dado no reino vizinho, onde eram elementos discretos dentro da poderosa nobreza castelhana. Enquanto em Portugal João Afonso era alferes-mor do reino e o mais distinto dos nobres da corte, surgindo em primeiro lugar na lista de signatários dos diplomas régios, em Castela só integra a lista das testemunhas de documentos idênticos quando passa a deter o cargo de pertigueiro; Afonso Teles *Tiçã*o e Martim Afonso ostentavam no reino português uma quantidade de tenências absolutamente incomuns em filhos segundos. E apesar de tudo, deixam o reino. Certamente que os interesses que tinham em Castela eram suficientemente importantes para que assim procedessem. Seria neste reino onde, apesar de

⁶⁰ Cf. *ibidem*, pp. 578 e **Os Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 185.

⁶¹ D. Constança Sanches era então a única sobrevivente dos filhos de D. Sancho I e D. Maria Pais, pois D. Rodrigo Sanches morrera na lide de Gaia, em Junho de 1245.

⁶² As vilas de Parada e de Pousadela tinham sido doadas a 23 de Abril de 1200 (cf. Documentos de Sancho I, doc. 125) e Vila do Conde tinha sido uma doação não a D. Maria Pais Ribeira mas sim aos filhos desta com o rei, outorgada em Julho de 1207 (cf. *ibidem*, doc. 169).

⁶³ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 19-19v, pub. em **Chancelaria de D. Afonso III - Livro 1**, doc. 105.

todos os anos passados em Portugal, tinham a base do seu poder, designadamente os seus principais senhorios.

4.1.4. Ligações familiares e sucessores

Afonso Teles *Tiçã*o, que passa por ser o filho segundo de Afonso Teles, *o Velho* e de Teresa Sanches, teve por esposa Maior Gonçalves Girón⁶⁴, irmã de Berenguela Gonçalves, que casou com o seu irmão João Afonso, e de cuja família se falará adiante. Tratou-se, assim, de um casamento entre os dois irmãos e as duas irmãs Girón. Segundo Salazar y Castro, deste casamento nasceram Maria Afonso e Martim Afonso *Tiçã*o⁶⁵, mas o conde D. Pedro diz que este último é filho de relação ilegítima⁶⁶. Neste ponto segue-se a reconstrução genealógica proposta por Salazar y Castro⁶⁷.

Maria Afonso desposou João Garcia, senhor de Uceró, do qual não teve descendência e de quem herdou aquele senhorio, que viria recair numa filha que teve do rei Sancho IV, Violante Sanches⁶⁸. Ao contrário do conde D. Pedro, Salazar y Castro afirma que Maria Afonso teve duas filhas de D. Sancho IV: Violante Sanches, que herdaria o senhorio de Uceró; e Teresa Sanches⁶⁹, de quem se falará em seguida por ter contraído matrimónio com João Afonso, 4º senhor de Albuquerque e 1º conde de Barcelos. D. Violante casou com Fernão Rodrigues de Castro, senhor de Lemos, e entre os seus filhos destaca-se Pedro Fernandes de Castro, que seria o progenitor por via ilegítima de Inês de Castro e de Álvaro Pires de Castro, mais tarde conde de Arraiolos e de Viana da Foz do Lima.

Relativamente a Martim Afonso *Tiçã*o, seria nomeado alcaide de Jerez, e casou com uma filha de Jofre de Loaisa, adelantado-mor de Múrcia. Este ramo teria sucessão apenas por linha feminina, nomeadamente por Marinha Afonso *Tiçã*o, resultante desta ligação.

Quanto a Martim Afonso, os livros de linhagens são muito lacónicos. No Livro Velho lemos que desposou com uma filha de João de Aboim⁷⁰, o poderoso privado e

⁶⁴ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576 e **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 189.

⁶⁵ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576.

⁶⁶ Cf. **Livro de Linhagens**, 57G2.

⁶⁷ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 576.

⁶⁸ O conde D. Pedro avança o mesmo. Cf. **Livro de Linhagens**, 57G2.

⁶⁹ Quanto a Teresa Sanches, o conde D. Pedro diz que foi «*filha d'el rei dom Sancho de Castela e de ãa dona de Burova*», cf. *ibidem*, 57J4.

⁷⁰ Cf. **Livro Velho**, 1AP12,

mordomo-mor de Afonso III⁷¹, e no Livro do Deão que foi casado por duas vezes, não se identificando as esposas e não havendo dos enlaces qualquer filho⁷². O conde D. Pedro confirma o casamento com uma filha de João de Aboim, esclarecendo que se trata de Maria Anes, adiantando que não tiveram filhos e que esta sobreviveu ao marido, vindo a casar posteriormente com João Fernandes de Lima, *o Pão Centeio*⁷³. Mais adiante, no capítulo dos descendentes de Afonso Teles, *o Velho*, o mesmo D. Pedro diz que Martim Afonso casou em primeiras núpcias com uma dama que não identifica, vindo depois a contrair matrimónio com Maria Anes⁷⁴. Contudo, este casamento deverá ter sido bastante curto.

Sabe-se que a 21 de Janeiro de 1262 Martim Afonso está casado com Mécia Rodrigues⁷⁵, que será a primeira esposa não identificada pelos livros de linhagens e de quem não se sabe nada além do nome. D. Mécia ainda está viva quando Martim Afonso elabora o seu testamento, em 15 de Junho de 1285, estando em Zamora⁷⁶. Neste, entre outras determinações, escrevia: «*mando a mia muger Donna Mencia quanto he e devo aver de derecho en Villa de Conde e en Regusi e en Avellaneda e en Pedra Redonda e en Nabaes*»⁷⁷.

E também se sabe que dois anos depois, no dia 25 de Junho de 1287, os dois filhos de João de Aboim, Pedro Anes e Maria Anes, faziam uma composição sobre a herança do pai, já falecido⁷⁸. Neste documento, Pedro Anes era enunciado a par da esposa, Constança Mendes de Sousa, mas Maria Anes surgia sem qualquer menção à existência de um cônjuge.

Estas datas colocam alguns problemas. Estando Martim Afonso casado com D. Mécia Rodrigues em 15 de Junho de 1285 e sabendo que Maria Anes estava solteira a 25 de Junho de 1287, quando teria tido lugar o matrimónio entre aquele e a filha de João de

⁷¹ Sobre este famoso personagem, cf. uma boa síntese biográfica em **A Nobreza de Corte de Afonso III**, 2º vol., 1992, pp. 578-580 e a indispensável «Notícia histórica» de Anselmo Braamcamp Freire em *Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII*, pub. por Pedro A. de Azevedo, Lisboa, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003, pp. VII-XCVI [ed. fac-similada da ed. de Lisboa, Archivo Historico Portuguez, 1906-1910].

⁷² Cf. **Livro do Deão**, 6BI7.

⁷³ Cf. **Livro de Linhagens**, 36Y10.

⁷⁴ Cf. *ibidem*, 57F3.

⁷⁵ Nesta data, em Lisboa, fazia-se um convénio entre Martim Afonso e a Ordem de Santiago sobre alguns bens que aquele doava à ordem. Fazia-se referência ao facto de D. Mécia Rodrigues, esposa de D. Martim Afonso, poder participar no entendimento com bens próprios. Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fls. 70.

⁷⁶ Cf. José Luís Rodríguez de Diego, *El Tumbo del Monasterio Cisterciense de la Espina*, Valladolid, Secretariado de Publicações da Universidade, 1982, doc. 17.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ Cf. Anselmo, Braamcamp Freire, «Notícia histórica», in *Livro dos Bens de D. João de Portel...cit.*, doc. II.

Aboim? Tendo em conta que Martim Afonso tratava de elaborar o seu testamento, o que pode ser um indício de que sentia aproximar-se o fim da sua vida, a questão ainda se torna mais complicada. Não se conhece a idade do filho mais novo de Afonso Teles, mas sabendo que este falecera em 1230 tinha obrigatoriamente de ter ultrapassado os 55 anos, sendo provável que tivesse mais. Ter-se-á realizado o casamento com Maria Anes em data posterior? É possível que assim seja, e que Martim Afonso seja o Martim Afonso de Albuquerque que se encontra em Coimbra, a 27 de Abril de 1297, a confirmar a doação da vila de Cacela feita por D. Dinis à Ordem de Santiago⁷⁹, embora por esta altura fosse muito adiantado na idade. Mas esta solução não é pacífica.

Apesar de não lhe ser atribuída descendência, no testamento de 15 de Junho de 1285 são mencionados cinco filhos de Martim Afonso: Teresa Martins, D. Maria, Afonso Martins, Vasco Martins e Gil Martins. Não se faz referência ao facto de D. Mécia ser mãe desta prole, pelo que é bem possível que se tratem de filhos ilegítimos, apesar de uma delas ser indicada com o pronome de tratamento «dona» — «*Donna Maria, mia fija*» — o que poderia supor um nascimento com algum prestígio. Os muitos bens cedidos aos sobrinhos Afonso de Meneses, líder do ramo de Meneses; Gonçalo Anes, filho de João Afonso; e Maria Afonso, filha de Afonso Teles de Córdova e mãe de Afonso de Meneses, levam a crer que os seus cinco filhos não sejam, de facto, legítimos.

Como se viu acima, o segundo senhor de Albuquerque, João Afonso, falece em Castela, no ano de 1268, deixando viúva D. Berenguela Gonçalves. Esta senhora — tal como Maior Gonçalves, casada com Afonso Teles Tição — era filha de Gonçalo Rodrigues Girón, irmão de Elvira Rodrigues, primeira esposa de Afonso Teles, *o Velho*⁸⁰. O conde D. Pedro indica que a mãe de Berenguela Gonçalves é Elvira Dias de Castanheda⁸¹, mas Salazar y Castro não adianta qualquer conclusão acerca dos pais desta senhora⁸². A ser verdadeiro o enlace, reforçava-se assim a ligação aos Girón, também eles poderosos em Campos.

Gonçalo Rodrigues foi um personagem de grande prestígio no início do século XIII. Desde 1198 que ocupa o cargo de mordomo-mor, sucedendo ao pai, Rodrigo Guterres

⁷⁹ Cf. **Monarquia Lusitana V**, fl. 251-251v. Frei Francisco Brandão coloca a hipótese que seja Martim Afonso Telo, pai de a rainha D. Leonor Teles. Não se trata certamente deste nobre, que não teria ainda nascido por esta data.

⁸⁰ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 577. O **Livro do Deão**, 6BF7, chama-a correctamente Berenguela Girón, mas o **Livro de Linhagens**, 15A3 e 57D2, chama-lhe Elvira, confundindo-a com a tia.

⁸¹ Cf. *ibidem*, 15A2.

⁸² Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 554.

Girón, detendo-o até ao final de 1216, já no reinado de Henrique I⁸³. Também lhe sucede na tenência de Carrión, detida a meias com Afonso Teles⁸⁴. Foi com este último, e como já foi analisado, um dos principais partidários de D. Berenguela nos conflitos com Álvaro Nunes de Lara, em 1217. No reinado de Fernando III volta a ocupar o mordomado, logo desde o início até à sua morte, em 1231⁸⁵.

Do enlace entre João Afonso e Berenguela Gonçalves resultaram então os três filhos varões assinalados no documento de 1268: Rodrigo Anes, Gonçalo Anes, *o Raposo* — epíteto que lhe foi atribuído pelos seus ardis militares⁸⁶ — e Telo Afonso. Este último falece sem deixar descendência conhecida, provavelmente em idade ainda jovem. O mesmo não acontece com os outros dois.

Rodrigo Anes, o primogénito, sucedeu ao pai na chefia do ramo familiar de Albuquerque e enquanto pertiguero de Santiago, cargo que ocupa entre 1268 e 1276⁸⁷, como já foi visto. Terá falecido pouco depois deste ano, deixando apenas um filho do seu matrimónio com Teresa Martins de Soverosa: João Afonso de Albuquerque, que mais tarde viria a ser o primeiro conde de Barcelos⁸⁸ e de quem se tratará adiante. D. Teresa era filha de Inês Fernandes de Castro e de Martim Gil de Soverosa⁸⁹, principal privado de Sancho II no final do seu reinado⁹⁰, o mesmo que no Verão de 1245, à frente de forças leais ao rei português, vencera na lide de Gaia ou do Porto as gentes de Rodrigo Sanches e de Abril Peres de Lumiares, que faleceram na batalha ou de ferimentos dela resultantes⁹¹. Martim Gil acompanha Sancho II no seu exílio em Castela, em Março de 1247⁹², e é possível que o casamento tenha sido tratado durante este o período⁹³.

Gonçalo Anes Raposo tem uma prole numerosa, e de entre os seus descendentes encontram-se os Teles que nos reinados de D. Pedro I e D. Fernando irão ascender ao lugar

⁸³ Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol., p. 360.

⁸⁴ Cf. 2.1.

⁸⁵ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 118.

⁸⁶ Cf. **Nobleza del Andaluzia**, fl. 91.

⁸⁷ Cf. **Alfonso X**, p. 318, nota 19. Embora por vezes surja sem a indicação do cargo nos diplomas régios, como acontece a 3 de Agosto de 1274 (cf. **Documentos da época de Afonso X**, doc. CXXXV).

⁸⁸ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 577; **Os patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 186; **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., p. 808.

⁸⁹ Cf. **Livro Velho**, 1N10, **Livro do Deão**, 6BF8 e **Livro de Linhagens**, 11J9, 25F3-4 e 57J3.

⁹⁰ Cf. **D. Sancho II**, p. 250.

⁹¹ Cf. *ibidem*, p. 260 e **D. Afonso III**, p. 73.

⁹² Cf. *ibidem*, p. 83 e **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., p. 807.

⁹³ José Augusto Pizarro aponta que Martim Gil terá sido presença assídua na corte de Afonso X entre 1252 e 1259 (cf. *ibidem*, p. 808, nota 30), mas Manuel Gonzalez Gimenez advoga que este Martim Gil em causa poderá antes ser filho de Gil Manrique de Manzanedo (cf. **Alfonso X**, p. 58).

cimeiro da hierarquia nobiliárquica portuguesa. Na medida em que estes são tratados em capítulo próprio, também se falará aí deste senhor⁹⁴.

4.2. JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE

4.2.1. *As perturbações em Castela durante o reinado de Sancho IV*

João Afonso de Albuquerque, filho de Rodrigo Anes e 4º senhor de Albuquerque, é o primeiro membro da família a quem, na documentação coeva, se associa ao seu nome o topónimo do domínio mais importante da família — Albuquerque. Iria transformar-se a partir daí no apelido deste ramo familiar.

Com a morte de seu pai, João Afonso não é conduzido ao cargo de Pertigueiro de Santiago, que aquele antes detivera e que já anteriormente fora do 2º senhor de Albuquerque, João Afonso. Começa desde o início do reinado de Sancho IV a confirmar documentos régios⁹⁵, sendo arrolado como «*João Afonso de Albuquerque*» nas listas de confirmantes, na coluna dos nobres leoneses. O facto de surgir de imediato na corte permite supor que tenha apoiado Sancho IV enquanto infante durante a dissidência havida com Afonso X, embora nada o confirme e a sua ligação ao infante D. João — que após muitas mudanças de partido, está ao lado do pai aquando da morte deste — defenda o contrário.

Certo é que não vai seguir a discrição paterna. Faz-se notar logo em 1285 quando, em favor do turbulento infante D. João, de quem seria próximo, entra com algumas gentes suas e alguns cavaleiros portugueses em Badajoz a fim de fazer valer os direitos que o infante aí reclamava, baseado no testamento de Afonso X⁹⁶. Não obstante o determinado pelo falecido rei, talvez por incumprimento desta outorga por parte de Sancho IV, as gentes de Badajoz não aceitavam o domínio do infante D. João e apresentavam-se mais afectas ao rei⁹⁷. Seria esta a razão que conduzira ao ataque por parte do Albuquerque, que visava impor a autoridade do infante sobre a cidade, advindo daí grandes «*contendas, danos e*

⁹⁴ Cf. Capítulo 5.

⁹⁵ Cf. **Sancho IV**, doc. 12, de 20 de Agosto de 1284, em Sevilla.

⁹⁶ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 56. O rei Sábio, a 10 de Janeiro de 1284, tinha-lhe deixado em testamento os reinos de Sevilha e Badajoz com todas as vilas, castelos e pertenças, excepto o que havia sido dado nesses territórios, mandando que obedecesse a quem herdasse os reinos de Castela e Leão, salvo se fosse o infante D. Sancho a suceder-lhe (cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 521). Apesar de reconhecer o irmão como rei de Castela e Leão, o infante D. João não parecia estar disposto a esquecer o que lhe fora dado pelo pai, então ainda em clara oposição ao infante D. Sancho.

⁹⁷ Apesar de não o terem apoiado na sublevação contra o seu pai, a partir de 1282. Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 17.

roubos»⁹⁸. Segundo Frei Francisco Brandão, que denomina o episódio como as «*guerras entre Badajoz e Albuquerque*»⁹⁹, os cavaleiros portugueses que estavam ao lado de João Afonso de Albuquerque faziam-no por ordem de D. Dinis ou pelo menos com a sua aprovação. O objectivo do rei português em apoiar as reclamações do infante D. João, «*a quem elRey Dõ Dinis foi afeiçoado, & agasalhou por vezes em Portugal*»¹⁰⁰, seria o de deteriorar a autoridade de Sancho IV, pois ser-lhe-ia mais vantajoso ter por vizinho um rei fragilizado que poderoso¹⁰¹.

Dada a gravidade dos confrontos, o monarca castelhano, que então preparava desde Burgos uma expedição contra a ameaça muçulmana que se levantava, é obrigado a dirigir-se à fronteira antes de seguir para sul¹⁰². Com a intervenção de Sancho IV, a situação terá ficado temporariamente sanada¹⁰³, mas em resultado desses sucessos o infante D. João perderá o cargo de mordomo-mor, que exercia desde o início do reinado, para Pedro Álvares das Astúrias¹⁰⁴. Quanto a João Afonso, continuará na corte, testemunhando os privilégios rodados¹⁰⁵.

Sendo, como tudo indica, um partidário do infante D. João, poderia suceder que tivesse participado nas várias correrias deste pelas terras leonesas no período imediatamente anterior à tragédia de Alfaro¹⁰⁶. Todavia, o facto de continuar após este episódio e ao longo de 1288 a testemunhar diplomas de Sancho IV¹⁰⁷, bem como aparecer nas contas deste rei como tendo recebido neste mesmo ano 150.000 maravedis¹⁰⁸, fazem supor que não estivesse ao lado do infante nestas acções depredatórias. Acontece mesmo que em Abril de 1289 o senhor de Albuquerque passa a ostentar o cargo de adelantado-mor

⁹⁸ **Monarquia Lusitana V**, fl. 102.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*, fl. 102v.

¹⁰¹ Cf. *ibidem*.

¹⁰² Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 59.

¹⁰³ Apesar de tudo, Badajoz seria palco de novos confrontos mais tarde, nos finais de 1289 e inícios de 1290. Aparentemente, as rivalidades criadas ao longo dos anos nesta região iriam irromper na luta entre dois partidos que se opunham, os Bejaranos e os Portugueses, que disputavam direitos sobre algumas terras. Depois de violentos confrontos, os Bejaranos acabam por tomar a cidade e por matar muitos opositores. Apercebendo-se do grave delito que haviam cometido, fortificam-se na zona alta da cidade e tomam voz por Afonso de Lacerda. O rei, tomando conhecimento do sucedido, manda logo sobre a cidade todas as Ordens, bem como as milícias de Sevilha e Córdoba, que sitiavam Badajoz. Os rebeldes só se entregam quando lhes asseguram a vida em nome do rei. Porém, devido aos excessos cometidos, e ao facto de se mostrarem favoráveis ao Lacerda, o rei acaba por condenar à morte muitos deles após a rendição. Sobre estes acontecimentos, cf. **Sancho IV**, 2º vol., pp. 8-17, e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 82.

¹⁰⁴ Cf. **Sancho IV**, 1º vol., p. 56.

¹⁰⁵ A 14 de Novembro de 1285, no final do ano em que terão ocorrido os confrontos, está junto do rei em Sevilha, pelo que as dissidências teriam sido resolvidas. Cf. *ibidem*, doc. 91.

¹⁰⁶ Cf. e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 77.

¹⁰⁷ Testemunha, nesse ano, documentos a 8 de Agosto, a 10 e a 12 de Dezembro. Cf. **Sancho IV**, docs. 211 e 225; e **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1846, respectivamente.

¹⁰⁸ Cf. José-Manuel Nieto Soria, *Sancho IV...cit.*, p. 197.

da Galiza¹⁰⁹. Isto num momento em que o infante ainda se encontra aprisionado¹¹⁰ e em que, após uma fase durante a qual, como foi visto, entregara imenso poder em Lopo Dias de Haro, o rei D. Sancho optara por colocar nos cargos políticos principais do reino pessoas da sua confiança, entre os quais Afonso de Meneses, como seu alferes. Tal como este último beneficiara certamente do facto de ser irmão da rainha, é possível que o parentesco de João Afonso com D. Maria fosse um factor importante para a sua nomeação para o cargo de adelantado. Mas não é impróprio pensar que ao proporcionar ao senhor de Albuquerque esta distinção, o rei castelhano tentava serenar e atrair para a sua esfera de influência aquele que surgia como o principal apoiante do detido infante D. João.

Não obstante o favor que lhe fora confiado, João Afonso não tardará em desafiar novamente a autoridade régia. No ano de 1290, após ruptura entre o rei e João Nunes de Lara, *o Moço*, que se haviam aproximado ainda antes de Alfaro, este nobre sai do reino para Navarra e depois para Aragão, vindo a levantar armas contra Sancho IV e a correr as terras de Cuenca, Alarcón, Molina, Sigüenza, Atienza, Berlanga e Almazán, antes de voltar a fazer novamente as pazes com o rei, por intervenção da rainha D. Maria¹¹¹. Todavia, no ano seguinte, chegavam notícias ao rei de que João Nunes se voltava a sublevar em Castela e que «*don Juan Alfonso de Alburquerque andaba alborozándose en Galicia por consejo de don Juan Nuñez é en su ayuda*»¹¹². O comportamento de João Afonso, já de si pouco louvável de um ponto de vista da lógica senhorial, era ainda mais grave na medida em que era então adelantado na Galiza, de quem se esperava que ajudasse a defender e a pacificar a região, e não criar alvoroço e provocar devastação.

Ao mesmo tempo que Sancho IV tomava conhecimento dos levantamentos, corria o rumor de que D. Dinis, até aí um seu apoiante¹¹³, queria afastar-se de si¹¹⁴. Sendo ou não verdade este boato, é curioso que o rei português surja novamente associado a episódios de problemas em Castela, de levantamentos nobiliárquicos onde emerge o nome do senhor de Albuquerque. Ao observarmos que posteriormente João Afonso vai sair de Castela rumo à corte portuguesa, onde D. Dinis o fará conde de Barcelos e seu mordomo-mor, não é descabido admitir que estivesse por trás das acções do Albuquerque. A sublevação poderia ainda estar ligada à prisão do infante D. João, detido desde Agosto de 1288, no seguimento de Alfaro, que seria susceptível de provocar o desagrado dos seus partidários. Pelo menos é

¹⁰⁹ Cf. **Sancho IV**, doc. 274, de 20 de Abril de 1289, em Toledo.

¹¹⁰ Só será libertado a 24 de Agosto de 1291. Cf. *ibidem*, 2º vol., p. 119.

¹¹¹ Cf. **Crónica de Don Sancho IV**, p. 83.

¹¹² *Ibidem*, p. 85.

¹¹³ Cf. **D. Dinis**, pp. 78-80 e 105-108.

¹¹⁴ **Crónica de Don Sancho IV**, p. 85.

o que faz supor a resposta de Sancho IV à notícia dos acontecimentos relatados: «*pues que así es, que éstos [João Afonso de Albuquerque, João Nunes de Lara, o Moço, e D. Dinis de Portugal] andan catando estas maneras contra mí, sacaré al infante don Juan de la prisión é pararse a á todo esto*»¹¹⁵. Se, segundo o rei, a libertação do tumultuoso infante pararia tudo o que estava a ocorrer, depreende-se então que os levantamentos se faziam por causa da sua prisão. O infante é libertado pelo monarca mas a situação não se acalma imediatamente e Sancho IV tem de ir pessoalmente à Galiza a fim de liquidar a revolta¹¹⁶, depois de ter anteriormente enviado para o efeito o nobre português Mem Rodrigues de Briteiros¹¹⁷, então exilado em Castela¹¹⁸.

Os acontecimentos desta Primavera de 1291 levariam a que João Afonso fosse afastado do cargo de adelantado da Galiza¹¹⁹, embora continuasse a frequentar a corte¹²⁰. No final do ano, a 29 de Novembro, estava com o rei em Monteagudo, onde este tratava com Jaime II de Aragão uma aliança entre os dois reinos cuja união se estreitasse pelo matrimónio do monarca aragonês com a infanta D. Isabel de Castela, então apenas com 8 anos de idade¹²¹. Para maior firmeza do acordo, Jaime II dava como penhor vinte castelos e o seu homólogo castelhano metade desse número. Dez ricos-homens de cada reino juravam guardar e fazer cumprir as condições de paz. Do lado castelhano, João Afonso de Albuquerque era um dos que faziam esse juramento¹²².

Pouco tempo durou a harmonia no reino e entre o rei e o senhor de Albuquerque. No final de Fevereiro de 1293, o infante D. João e João Nunes de Lara tinham-se alçado novamente em armas¹²³. Desta feita, a sublevação prendia-se com o senhorio de Molina. D. Isabel, presuntiva herdeira deste senhorio e esposa de João Nunes, falecia em vida da mãe, D. Branca — cunhada de Sancho IV por ser irmã da rainha D. Maria — que detinha este domínio. O rei requer a esta última que o nomeasse seu herdeiro, o que a sua cunhada acaba por fazer, para desgosto do Lara, que projectava vir a conseguir aquele importante senhorio. Como manifestação do seu descontentamento, revolta-se, acompanhado do

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 85.

¹¹⁶ Cf. *ibidem*, p. 85.

¹¹⁷ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 106.

¹¹⁸ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., pp. 759-760.

¹¹⁹ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 114. Confirma o último documento como tal a 9 de Maio de 1291 (cf. *ibidem*, doc. 355).

¹²⁰ Confirma diplomas a partir de 15 de Novembro de 1291, já sem o cargo de adelantado (cf. *ibidem*, doc. 383).

¹²¹ O tratado era assinado naquela data e o casamento realizava-se logo a 1 de Dezembro. Determinava-se que a noiva residiria em Aragão até atingir a idade núbil. Cf. *ibidem*, 2º vol., pp. 139-141.

¹²² Cf. *ibidem*, 2º vol., p. 143 e **Anales de Aragón**, vol. II, liv. IV, cap. CXXIV, p. 208 [cit. em 13 de Julho de 2010 – 14:20].

¹²³ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 205, e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 87.

infante. Decidido a sufocar a rebelião, Sancho IV convoca numerosos cavaleiros e dirige-se contra os revoltosos, tendo o Lara recuado para Castrotorafe, a partir de onde lança ataques sobre as regiões de Zamora, Toro e Benavente, e o infante para Valencia de Don Juan, deslocando-se depois para a zona de Bragança e daí para Albuquerque, onde se acolhe junto do seu poderoso aliado¹²⁴. O monarca acaba por fazer as pazes com João Nunes, propondo-lhe algumas rendas como compensação pela perda de Molina¹²⁵. Verificando que ficava sem o apoio do Lara, o infante D. João busca a reconciliação com o irmão, enviando mensageiros, mas ao mesmo tempo mantinha-se afastado em terras leonesas, na companhia de João Afonso de Albuquerque¹²⁶.

Nesta Primavera de 1293, tinha regressado do seu exílio em França o velho João Nunes de Lara, o defensor dos direitos dos infantes de Lacerda e pai do João Nunes que ao longo dos últimos anos tantos problemas tinha criado a Sancho IV pelas constantes insurreições, tendo sido acolhido de forma muito amigável pelo rei¹²⁷. Sabedor dos levantamentos e correrias do infante D. João e da aparente vontade deste em reconciliar-se com o monarca, João Nunes propõe-se entrar em contacto com ele, a fim de fazer um bom serviço a Sancho IV. Assim faz, saindo em nome do rei de Burgos para Zamora, e daí para Fuentesauco, onde D. João e João Afonso tinham o seu quartel-general com as suas mesnadas e onde se lhes reuniam muitos cavaleiros galegos desavindos com o monarca¹²⁸. Acompanhado por cerca de sessenta homens a cavalo, é atacado na sua marcha entre Zamora e Salamanca pelas forças do infante e eventualmente pelas do Albuquerque, sendo facilmente derrotado e feito prisioneiro¹²⁹. Os dois revoltosos, temendo retaliações por parte do rei e dos outros membros da Casa de Lara, conduzem o prisioneiro para o castelo de Albuquerque, onde o poderiam vigiar e defender-se com maior eficácia¹³⁰.

João Nunes tenta ludibriar os seus dois captores, garantindo a D. João que em troca da sua liberdade alinharia a seu lado contra o rei até que este lhe entregasse o senhorio da Biscaia, uma reivindicação antiga do infante. Propõe ainda que se encontrassem ambos com o rei português e que perante ele jurassem este pacto, conseguindo convencê-los, através destas promessas, a libertá-lo, dirigindo-se depois para Portugal¹³¹. Porém, junto de

¹²⁴ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., pp. 206-208, e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 87.

¹²⁵ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 208, e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 87.

¹²⁶ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 209.

¹²⁷ **Crónica de Don Sancho IV**, p. 87.

¹²⁸ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 249. A **Crónica de Don Sancho IV**, p. 87, fala em seiscentos cavaleiros que estavam junto dos dois.

¹²⁹ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 249, e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 88.

¹³⁰ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., p. 250, e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 88.

¹³¹ Cf. **Sancho IV**, 2º vol., pp. 251-252, e **Crónica de Don Sancho IV**, p. 88.

D. Dinis, apela à protecção deste, pedindo que o coloque a salvo em Castela, o que vem a suceder. Já na corte castelhana, Sancho IV iria desobrigar João Nunes do jurado ao infante D. João.

É neste contexto, pouco tempo depois destes acontecimentos, que João Afonso de Albuquerque é aprisionado pelo rei castelhano, depois de ter sido capturado na Galiza por Paio Gomes Churruchano, apenas escapando ao cadafalso, como era vontade do rei, pela intervenção da rainha D. Maria¹³². Por sua vez, o infante D. João é obrigado a sair do reino. Primeiro para Portugal; depois irá colocar-se ao serviço dos muçulmanos¹³³.

O senhor de Albuquerque será somente libertado no Verão de 1295, bem depois da morte do monarca castelhano, ocorrida a 25 de Abril desse ano. Por altura das cortes de Valladolid, «*el maestro de Calatrava don Rodrigo é los otros ricos omes que y eran trabajaron mucho con la Reina que soltase de la prisión á don Juan Alfonso de Alburquerque, que fuera preso en tiempo del rey don Sancho*»¹³⁴. D. Maria acaba por ceder ao pedido e João Afonso, «*despues que fué suelto, fizo pleito é omenaje que serviria al rey siempre, mas non le guardó, é fuese para el rey de Portugal é desirvió al rey don Fernando mucho*»¹³⁵. Pelas circunstâncias em que o reino castelhano se encontrava após a morte de Sancho IV, com os infantes de Lacerda a manterem a pugna pela reivindicação da coroa e a menoridade e ilegitimidade de Fernando IV a ser aproveitada para grande parte da nobreza tentar obter vantagens políticas da situação, D. Maria não podia, de forma alguma, deixar de estar interessada em manter em seu serviço um nobre com o poder de João Afonso de Albuquerque. Este não abandona o reino assim que é libertado, e confirma mesmo alguns diplomas de Fernando IV em Agosto, estando em Valladolid¹³⁶. Poderia, com o apoio da rainha, que fizera com que fosse poupado à justiça do marido, recuperar a posição de destaque que tivera anos antes. Contudo, apesar de todas essas possibilidades e de manter uma dívida moral para com a regente sua prima, pouco tempo depois iria para Portugal, para a corte de D. Dinis, onde já se encontra a 9 de Dezembro de 1295¹³⁷.

¹³² Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 94 e **Monarquia Lusitana V**, fl. 102v.

¹³³ Cf. **Crónica de Don Sancho IV**, pp. 88-89.

¹³⁴ **Crónica de Don Fernando IV**, p. 94

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ O primeiro a 3 de Agosto (cf. **Memorias de D. Fernando IV**, tomo II, doc. VIII), outra vez no dia 12 (cf. **Salazar y Castro**, maço I-40, fls. 345-347), novamente a 15 (cf. **CD Sahagún**, vol. V, doc. 1882), e por último a 30 desse mesmo mês (cf. **Salazar y Castro**, maço I-40, fls. 348-353).

¹³⁷ Confirma nesta data os forais de Moura e Serpa que D. Dinis outorgava em Beja. (Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fls. 111v-112).

4.2.2. A vinda para a corte de D. Dinis

A ligação entre João Afonso de Albuquerque e D. Dinis parece vir desde as «guerras entre Badajoz e Albuquerque», como foi visto. É muito provável que as perturbações que o Albuquerque e o infante D. João levavam a cabo tivessem a cobertura ou talvez mesmo o apoio do monarca português, não tão interessado na legitimidade das reclamações quanto na possibilidade de debilitar a coroa castelhana. Assim, é facilmente compreensível que D. Dinis possa ter aliciado João Afonso a passar à corte portuguesa, ao ver no poderoso nobre estremenho alguém que, pela localização do seu principal senhorio, interessava atrair para o seu campo. É particularmente interessante que tentasse beneficiar de uma realidade senhorial — a vassalagem de um nobre que detinha um potentado territorial no espaço fronteiro ao reino português — que antes tivera de combater dentro das suas fronteiras, designadamente o senhorio detido pelo infante D. Afonso — Marvão, Portalegre, Arronches e Vide—, não descansando enquanto este não aceitou trocar os seus domínios fronteiriços por outros, localizados bem no interior do reino e que seriam até mais povoados e, por isso, mais rentáveis, mas sem o mesmo valor político-estratégico¹³⁸.

Os reis não veriam com agrado a existência de importantes senhorios nobiliárquicos junto à fronteira, pois eram propícios às tentativas dos seus senhores em desafiar a autoridade real. Os exemplos disso são demasiados. Era mais vantajoso para o rei que os senhores tivessem os seus domínios em zonas de menos importância estratégica e, se possível, não contíguos. Obviamente, e para reforço do seu poder, os nobres procuravam exactamente o contrário, ou seja, ampliar o seu património e domínio e fazer com que os seus senhorios tivessem alguma unidade territorial, objectivo que tentavam levar a cabo através de uma política de vendas, trocas e aquisições. Os senhorios de fronteira eram domínios duplamente perigosos para os reis caso, como muitas vezes acontecia, os seus

¹³⁸ Sobre este infante e as disputas mantidas com o irmão, cf. **D. Dinis**, p. 82-86; Bernardo de Sá Nogueira, «A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271: antecedentes regionais e significado político», *A Cidade: revista cultural de Portalegre*, nº 6, 1991, p. 19-45; e F. Félix Lopes, «O infante D. Afonso irmão de el-rei D. Dinis», *Itinerarium*, nº 43, 1964, pp. 190-220.

Recorde-se que um dos factores que levou a que D. Dinis entrasse por diversas vezes em conflito com o irmão, o infante D. Afonso, senhor de Portalegre, era precisamente o facto da base de poder senhorial deste se situar junto da fronteira castelhana, o que abria espaço à possibilidade da criação, dentro do seu reino, de um potentado feudal hereditário capaz de aproveitar a sua extensão e virtudes geoestratégicas a fim de obter benefícios do rei castelhano ou do rei português, de acordo com as suas conveniências (cf. José Mattoso, «A Guerra civil de 1319-1224» in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, INCM, 1984, p. 294). O infante D. Afonso, seguro das potencialidades dos seus senhorios, acaba por desafiar e combater o irmão, que não hesita em assediá-los. Será mesmo obrigado, a 14 de Janeiro de 1288, a ceder a D. Dinis o castelo e vila de Arronches em troca da terra de Armamar (cf. **D. Dinis**, p. 86) e a fazer o mesmo com Portalegre e Marvão, a 1 de Junho de 1300, recebendo em troca Sintra e Ourém (cf. *ibidem*, p. 127).

senhores entrassem em disputas abertas com o poder real. Porque não só era o poder do nobre que era necessário enfrentar mas a eventualidade do monarca vizinho poder apoiar esse mesmo nobre, a fim de criar algumas dificuldades governativas ao outro rei. Daí que os reis tentassem fomentar, nas zonas de fronteira, a instalação de forças como as ordens militares e a criação de concelhos.

Se é certo que D. Dinis tentava por todos os meios impedir que tal acontecesse no seu reino, certamente que veria com bons olhos a presença na sua corte e o alinhamento como seu vassalo e privado de um nobre com forte presença senhorial na zona fronteiriça do reino vizinho. A lógica é simples: impedir que se criem situações que fragilizem o seu reino e criar condições para que isso ocorra no reino vizinho. Um vizinho com fraquezas era geralmente um vizinho mais apreciado. É dentro desta lógica que D. Dinis promove a vinda de João Afonso de Albuquerque, e a verdade é que este, que tantos problemas causara a D. Sancho IV, virá a revelar-se um bom vassalo do rei português.

O início do reinado de D. Fernando IV foi bastante conturbado, como já foi observado atrás, pelas movimentações de várias forças que visavam extrair os maiores benefícios possíveis da fragilidade do monarca. Um político como D. Dinis não iria desaproveitar a oportunidade. Se durante a vida de D. Sancho tinha promovido, como tudo leva a crer, algumas contendas internas no reino vizinho — como aquelas em que participara o senhor de Albuquerque —, na presença de um rei menor de idade não vai hesitar em agir de forma mais veemente.

Logo após a morte do tio, Sancho IV, o rei português dirige-se para a fronteira, estando na cidade da Guarda no final de Junho de 1295¹³⁹. Encontra-se nessa localidade com o infante D. João de Castela, que reclamava a coroa de Leão e da Galiza como filho de Afonso X, invocando a ilegitimidade de Fernando IV porque nascido de um casamento ilegal por falta de dispensa papal. Defendia ainda a invalidade da candidatura de Afonso de Lacerda, que considera já afastado da sucessão¹⁴⁰. D. Dinis decide apoiar o infante, certamente porque favorecia os seus interesses, mas ao mesmo tempo não prescindia da realização do casamento acordado anteriormente, em 1291, entre Fernando IV e a sua filha Constança. Envia neste sentido emissários à corte castelhana, que levavam também ordens para reclamar em seu nome algumas terras que o falecido Sancho IV prometera ceder a Portugal, designadamente Serpa, Moura e Mourão¹⁴¹. Desta forma, diversificando as

¹³⁹ Cf. **D. Dinis**, p. 108.

¹⁴⁰ Cf. **Monarquia Lusitana V**, fl. 229-229v.

¹⁴¹ Cf. **D. Dinis**, p. 108.

ligações, o monarca português aumentava as possibilidades de conseguir um vínculo privilegiado ao rei castelhano, mantivesse-se ele Fernando IV ou logrando os seus intentos o infante D. João. O infante D. Henrique, *o senador*, será encarregado de se encontrar com D. Dinis e, não podendo a coroa castelhana permitir-se criar um inimigo no monarca português, cede às exigências deste. No entanto, consegue na mesma viagem convencer o infante D. João a reconhecer o sobrinho como rei de Castela em troca da devolução de todos os senhorios que antes detivera¹⁴². O facto do entendimento com D. Dinis ter sido feito em primeiro lugar deve ter contribuído decisivamente para que o infante D. João revisse as suas reclamações.

Ainda em 1395, a 20 de Outubro, e no seguimento deste acordo entre o infante D. Henrique e o rei português, a rainha D. Maria vai dirigir-se a Ciudad Rodrigo para se entrevistar com este último, resultado daí o reconhecimento de D. Fernando IV como rei de Leão e Castela por parte do seu homólogo português. D. Dinis comprometia-se a ajudá-lo em troca das mencionadas vilas de Serpa, Moura e Mourão, e da marcação do casamento entre o monarca castelhano e D. Constança¹⁴³. Terá sido por esta altura que João Afonso de Albuquerque passa ao reino português. De Ciudad Rodrigo D. Dinis irá deslocar-se para Beja, onde a 9 de Dezembro vai outorgar forais a Moura e a Serpa, recentemente obtidas, nos quais já consta o nome do senhor de Albuquerque¹⁴⁴.

Pouco tempo duraram as pazes luso-castelhanas. Em Março de 1296 chegava à corte de Fernando IV um emissário aragonês com uma declaração formal de guerra da parte de Jaime II de Aragão em seu nome e em nome de Filipe IV de França; de Afonso de Lacerda, nomeado como rei de Leão e Castela; do rei de Granada e de D. Dinis¹⁴⁵. Esta viragem do rei português é, no mínimo, surpreendente, considerando os acordos de Ciudad Rodrigo. É possível que o fizesse porque as cláusulas neles compreendidas não tinham sido cumpridas por Fernando IV, como advoga frei Francisco Brandão¹⁴⁶, mas é provável que lhe parecesse estrategicamente mais vantajosa a hipótese de uma desagregação do reino de Leão e Castela¹⁴⁷, bem como a perspectiva de conseguir novos benefícios territoriais à custa do reino vizinho. É pelo menos isso que se depreende das palavras da crónica de Fernando IV, aquando da entrada de D. Dinis em território castelhano, meses depois da declaração de guerra: «*el rey de Portugal com gran cobdicia que avie ende non cato el*

¹⁴² Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 96; **D. Dinis**, p. 109; e **Fernando IV**, p. 30.

¹⁴³ Cf. *ibidem*, p. 30; **Crónica de Don Fernando IV**, pp. 96-97; e **Monarquia Lusitana V**, fls. 232-232v.

¹⁴⁴ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fls. 111v-112.

¹⁴⁵ Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 100.

¹⁴⁶ Cf. **Monarquia Lusitana V**, fls. 236v-237.

¹⁴⁷ Cf. **D. Dinis**, p. 110.

*pleyto que avie fecho al Rey de le ayudar, é commo tomara dél Mora é Serpia é Moron, é sin le desafiar vino luégo com todo su poder commmo aquel que venía á partir los reinos de Castilla é de León é tomara él ende su parte»*¹⁴⁸.

Pouco tempo passado da declaração de guerra, o infante D. Pedro de Aragão e Afonso de Lacerda lideravam uma invasão a Castela e aliavam-se-lhes o infante D. João e João Nunes de Lara. Montavam cerco a Mayorga e corriam a *Tierra de Campos*¹⁴⁹. A longa resistência daquela fortaleza leva a que o infante D. João e Afonso de Lacerda solicitem a ajuda do rei português, que penetra em Castela no início de Setembro, pouco depois do surto de peste que dizimou grande parte do exército sitiante¹⁵⁰. Apesar de marchar até Simancas com o propósito aparente de atacar Valladolid e de ajudar os sublevados castelhanos a tomar a cidade onde se encontravam Fernando IV e D. Maria, com a promessa de obter benefícios territoriais por parte dos revoltosos, a verdade é que D. Dinis não avança além daquela localidade, abandonando Castela em direcção a Portugal¹⁵¹ e tomando no regresso posse de Castelo Rodrigo, Alfaiates, Sabugal e outras terras de Riba-Côa¹⁵². Nesta expedição teria participado João Afonso de Albuquerque, que pouco depois do regresso de Simancas, a 1 de Março de 1297, já era apresentado como mordomo-mor do reino, confirmando como tal o foral de Alfaiates¹⁵³. Isto numa altura em que D. Dinis, inflectindo mais uma vez a sua política, decidira novamente aproximar-se do rei castelhano, precisamente através do senhor de Albuquerque.

Em Abril, e estando a corte castelhana em Valladolid, D. Maria é informada por João Fernandes, filho do deão de Santiago, de que o rei D. Dinis de Portugal estava disposto a fazer não apenas umas tréguas com Castela mas ainda uma aliança entre os dois reinos contra qualquer outro. Para as negociações, em representação do monarca português, vinha João Afonso de Albuquerque¹⁵⁴. As exigências de D. Dinis parecem confirmar que os benefícios territoriais eram o principal móbil da sua estratégia política, pois como condição para assinar a aliança pedia, ainda e mais uma vez, a manutenção do compromisso matrimonial de Fernando IV e D. Constança e a entrega de um dote de várias terras à

¹⁴⁸ **Crónica de Don Fernando IV**, p. 103.

¹⁴⁹ Cf. **Fernando IV**, pp. 34-36.

¹⁵⁰ Cf. *ibidem*, p. 38; e **Crónica de Don Fernando IV**, pp. 102-103.

¹⁵¹ As razões apresentadas para tal recuo são muitas e podem encontrar-se sintetizadas em **D. Dinis**, p. 111 e **Fernando IV**, p. 39, estando subjacentes a todas elas a ideia de que a empresa comportava bastantes riscos para que o rei português a levasse a cabo de forma descuidada.

¹⁵² Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 105 e **D. Dinis**, p. 110.

¹⁵³ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 126.

¹⁵⁴ Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 108 e **Monarquia Lusitana V**, fls. 249v-250v

noiva, que deveriam ficar perpetuamente para o reino português¹⁵⁵. Apesar do estranho pedido, pois o que era comum era as noivas trazerem o dote consigo para o seu casamento, a rainha D. Maria não estava em condições de o poder recusar, pois necessitava da paz com Portugal. Assim, a 12 de Setembro de 1297 assinava-se o tratado de Alcanizes, um tratado de definição de fronteiras para Portugal e um acordo de paz para Castela¹⁵⁶.

Era um tratado vantajoso para Portugal, conduzido com eficácia por João Afonso de Albuquerque, que o confirmava como mordomo-mor de D. Dinis. Entre as várias cláusulas, que compreendiam matrimónios entre as duas casas reais e cedências territoriais, combinava-se que o rei português disponibilizaria trezentos cavaleiros a Fernando IV para o ajudar nos conflitos no seu reino¹⁵⁷. Este contingente, prontamente disponibilizado pelos portugueses, iria entrar em acção logo de seguida sob o comando de João Afonso de Albuquerque, que em poucos anos se destacava na corte portuguesa pela importância e relevo das tarefas que lhe eram confiadas.

Entre Outubro e Novembro de 1297, a tutora D. Maria iria tomar a iniciativa da guerra, dirigindo parte significativa das forças militares disponíveis — incluindo os trezentos cavaleiros portugueses sob o comando de João Afonso — para o reino de Leão, com o objectivo de combater o infante D. João. Este recua, pois não pretende oferecer batalha, e o mordomo-mor de D. Dinis regressa a Portugal¹⁵⁸. Mas, no ano seguinte, a pedido de D. Maria, os cavaleiros portugueses vão novamente intervir em Castela. Nesta ocasião era o próprio monarca que os comandava e iriam participar, aparentemente pouco empenhados no sucesso da operação, no cerco ao castelo de Mota do Marquês, na posse de apoiantes de Afonso de Lacerda¹⁵⁹. D. Dinis iria propor a cedência da Galiza ao infante D. João, mas esta hipótese seria terminantemente recusada por D. Maria, conduzindo à retirada do primeiro¹⁶⁰. Esta sugestão e o pouco empenho no cerco levam a crer que o grande objectivo estratégico de D. Dinis subjacente à sua intervenção na política castelhana passava por promover a divisão do reino¹⁶¹.

Nos meses seguintes iria ver-se que D. Dinis estava empenhado em apoiar o infante D. João. Depois da retirada do monarca português, Fernando Rodrigues de Castro,

¹⁵⁵ Cf. *ibidem*, p. 109.

¹⁵⁶ Cf. Manuel González Jiménez, «Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII», *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, nº 15, 1º vol., 1998, pp. 1-24. Texto publicado em **Monarquia Lusitana** V, fl. 254-256.

¹⁵⁷ Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 109.

¹⁵⁸ Cf. *ibidem*, p. 109 e **Fernando IV**, pp. 52-53.

¹⁵⁹ Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 111 e **Fernando IV**, pp. 56-57.

¹⁶⁰ Cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 112 e **Fernando IV**, pp. 56-57.

¹⁶¹ Cf. **D. Dinis**, p. 110.

pertigueiro de Santiago e aliado do infante, solicita a D. Maria os domínios que tinham estado associados ao condado de Tratâmara, doados entretanto a outros cavaleiros por Afonso X, Sancho IV e Fernando IV. Fazia o pedido como condição para passar ao serviço do jovem rei castelhano. D. Maria considera o pedido inaceitável, até porque muitas das terras, como foi dito, já tinham sido distribuídas a outros senhores. Na realidade, este pedido fugia muito à razoabilidade, o que leva a crer que não se pretendia outra coisa que uma resposta negativa que justificasse posteriores acções. Com efeito, logo de seguida Fernando Rodrigues alça o seu pendão e lança correrias na Galiza, que coloca em guerra. Ao seu lado nessas devastações encontrava-se o mordomo-mor de Portugal, João Afonso de Albuquerque, o mesmo que meses antes liderava trezentos cavaleiros em favor do rei castelhano¹⁶². Ao que parece, todas estas manobras eram orquestradas por D. Dinis: *«é esto se facie todo com consejo del rey de Portogal, porque el infante don Juan, que se llamaba rey de Leon, oviese el reino de Galicia, porque este don Ferrand Rodriguez era muy poderoso en Galicia é era pertiguero; é luego el rey de Portogal avino al conde don Juan Alfonso é á este don Ferrand Rodriguez porque amos ficiesen guerra en Galicia»*¹⁶³.

João Afonso de Albuquerque revelara-se uma ferramenta fundamental na política do rei português, pelo que não espanta que fosse beneficiado por este, que tinha todo o interesse em mantê-lo no seu serviço. Assim, depois do mordomado-mor do reino, o senhor de Albuquerque recebe de D. Dinis, a 8 de Maio de 1298, a vila de Barcelos em forma de condado, tornando-se assim o primeiro conde «moderno» em Portugal¹⁶⁴. Certamente que esta generosidade vinha em retribuição da sua vinda para Portugal e da sua participação nos conflitos promovidos por D. Dinis em Castela, bem como nos sucessos e negociações que conduziram à assinatura do tratado de Alcanizes, onde participara activamente¹⁶⁵. Em pouco mais de dois anos tornara-se o mais importante nobre da corte de portuguesa, ocupando o principal cargo curial e detendo um título. Conseguira-o, em grande medida, porque era senhor de Albuquerque, cujas potencialidades estratégicas seriam seguramente apreciadas pelo monarca luso. Mas D. Dinis, que conhecia bem a volubilidade da orientação política dos nobres, criava o condado numa região bem longe daquela onde João Afonso tinha interesses, no *norte senhorial*, concedendo assim uma

¹⁶² Para todo este episódio, cf. **Crónica de Don Fernando IV**, p. 113 e **Fernando IV**, p. 57.

¹⁶³ **Crónica de Don Fernando IV**, p. 113.

¹⁶⁴ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, vol. I, pp. 106.

¹⁶⁵ Cf. **D. Dinis**, p. 157-156.

importante dignidade cuja possibilidade de expansão dominial ficava desde logo anulada¹⁶⁶.

4.2.3. A herança do conde de Barcelos e os conflitos entre o infante D. Afonso e Afonso Sanches

João Afonso de Albuquerque e muito provavelmente o rei tratarão de combinar casamento das duas únicas filhas do novo conde, que não tinha filhos varões: Teresa Martins e Violante. Estas duas damas eram fruto do seu casamento com Teresa Sanches, filha de Sancho IV¹⁶⁷. Teresa Martins desposou Afonso Sanches, filho ilegítimo de D. Dinis que este tivera com Aldonça Rodrigues Talha e que cumulara de benefícios a ponto de inspirar a inveja do herdeiro do reino, o infante D. Afonso¹⁶⁸. D. Violante, por sua vez, casará com Martim Gil, alferes-mor do reino¹⁶⁹. O monarca português tratava pois de criar sólidas alianças entre as descendentes do senhor de Albuquerque e dois importantes nobres da sua cúria, criando condições para que aquele continuasse a seu serviço.

O conde de Barcelos manterá o seu lugar de privado e de principal nobre da cúria desempenhando outras funções como a de embaixador, liderando uma comitiva a Castela em 1302¹⁷⁰, dois anos antes de falecer, em 1304¹⁷¹. Prevendo a sua morte, elabora o seu testamento a 5 de Maio de 1304, que é particularmente interessante. Nele, além de outras determinações comuns, como mandar pagar algumas dívidas, recorda ao rei português a forma como soía fazer-se a passagem do castelo de Albuquerque — pelos filhos maiores —, ao colocar todo o seu senhorio nas mãos do rei português, o seu senhor, incluindo esse mesmo o castelo: *«mamdo a Gómez Paaez que de o meu castello Dalbuquerque, que de my tem, a meu senhor el Rey. E vos, senhor, devedes saber que o feito de Alboquerque se passou sempre assy em guisa que o overam sempre os filhos mayores. E peço vos, senhor, per merçee que o entreguedes a Thareyja Martinz, minha filha e vossa criada. E, senhor,*

¹⁶⁶ Cf. *ibidem*, 149.

¹⁶⁷ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 186. Salazar y Castro adianta que a mãe de Teresa Sanches é Maria Afonso Tição, mas o conde D. Pedro afirma que a mãe é outra senhora. Cf. nota 69 deste capítulo.

¹⁶⁸ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., pp. 189-191..

¹⁶⁹ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., pp. 551-552. Ocupa o cargo entre 1295 e 1312.

¹⁷⁰ Cf. **Monarquia Lusitana VI**, p. 7.

¹⁷¹ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 107 e **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 186. Após o seu falecimento, D. Teresa Sanches irá casar com Rui Gil de Vilalobos (cf. Fátima Regina Fernandes, «A extinção da descendência varonil dos Menezes de Albuquerque em Castela e suas implicações na administração do seu património em Portugal», in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2º vol, Porto, 1998, pp. 1454), enlace de onde nascerá D. Maria Rodrigues de Vilalobos, segunda esposa de Lopo Rodrigues Pacheco (cf. Vanda Lourenço, «Lopo Fernandes Pacheco: un valido de D. Alfonso IV», *Estudios humanísticos. Historia*, nº 5, 2006, p. 52).

*bem sabe Deus e vós que sobre la minha fazenda nom ey outrem se nom vós, e por feuzo que em vós avia, leixo todo em vós»*¹⁷². O facto não seria estranho não se não se tratasse de uma fortaleza em território castelhano, pelo que esta disposição testamentária leva a crer que havia neste momento o perigo real de Albuquerque poder passar para a coroa portuguesa, embora a memória do Tratado de Alcanizes, que visava de certa forma estabelecer uma definição concreta e sólida da fronteira entre os dois reinos estivesse ainda bastante viva e, não esqueçamos, se tratasse de um senhorio com direitos partilhados, pois Afonso de Meneses ainda tinha direitos sobre metade de Albuquerque. A ser verdade, João Afonso excedia em muito as suas prerrogativas sobre o território, mas sempre fora um homem de excessos.

Seria o domínio sobre Albuquerque o objectivo que D. Dinis perseguira com o aliciamento de João Afonso para a sua corte? Seria uma jogada de mestre, mas é uma proposta forçada. O testamento de João Afonso talvez seja mais linear. É bastante mais plausível que a entrega do castelo ao rei fosse feita pelo simples facto de assim ter maiores garantias de que as indicações nele estabelecidas, sobretudo a entrega do mesmo à sua filha Teresa Martins, fossem cumpridas. Fazia-o com o claro conhecimento que D. Dinis não iria deixar de entregar esses domínios àquela que se tornaria pouco depois na esposa do seu filho preferido, Afonso Sanches, sendo essa entrega em benefício desse mesmo filho¹⁷³. Com aquele testamento, João Afonso estava menos a entregar o castelo nas mãos do rei português — o que, a suceder, seria um acto de traição à coroa castelhana — do que, e porque a sua filha teria o casamento tratado com Afonso Sanches, a convocar a ajuda do monarca português para que a entrega do castelo a Teresa Martins fosse, de facto, realizada. O que veio a suceder. Mas a herança do primeiro conde de Barcelos viria a causar grande discussão entre os seus genros.

Martim Gil recebeu de D. Dinis, logo a 15 de Outubro de 1304, a vila de Barcelos, tendo já anteriormente recebido o título de o condado de Barcelos¹⁷⁴. Somava estas mercês aos ofícios de alferes-mor, que já ostentava desde 1295¹⁷⁵ e de mordomo-mor do infante herdeiro, D. Afonso, que detinha desde 1302¹⁷⁶. Contudo, Afonso Sanches recebia

¹⁷² Testamento publicado em Esteban Rodríguez Amaya, «Dom Juan Alfonso de Alburquerque, canceller de D. Pedro el Cruel», Sep. de *Revista de Estudios Extremeños*, nº 5, 1949, pp. 80-81, aqui transcrito, e em **Monarquia Lusitana VI**, pp. 30-31.

¹⁷³ O casamento teria tido lugar em 1204. Não se realizara em vida do D. João Afonso mas teria ficado combinado. Cf. Esteban Rodríguez Amaya, *ob. cit.*, p. 24, e **Monarquia Lusitana VI**, p. 31.

¹⁷⁴ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 550, nota 95. Detém o condado entre esta data e 1312.

¹⁷⁵ Cf. *ibidem*, p. 550.

¹⁷⁶ Cf. *ibidem*, p. 550. E que também vai deter até 1312.

Albuquerque, muito mais importante¹⁷⁷. Quanto aos restantes bens do falecido João Afonso, a divisão da herança não foi pacífica, e será motivo de discórdia entre os seus dois genros, uma disputa que será arbitrada pelo rei. A decisão foi tomada a 13 de Janeiro de 1312¹⁷⁸ — ano em que Afonso Sanches passa a ocupar o cargo de mordomo-mor do reino¹⁷⁹ e tendo D. Violante já falecido¹⁸⁰. Terá sido o facto de se ter sentido prejudicado em relação ao bastardo régio que levou a que Martim Gil se tivesse incompatibilizado com o rei e saído do reino e do serviço de D. Dinis, passando a Castela e fazendo-se vassalo de D. Fernando IV nesse mesmo ano, ao qual não sobreviveria¹⁸¹. O seu testamento, datado de 23 de Novembro de 1312¹⁸², pouco antes da sua morte, mostra bem a preocupação com o legado, na ausência de herdeiros, e revela claramente o antagonismo para com o cunhado, ao mandar que nenhum dos seus lugares fosse vendido a Afonso Sanches ou a qualquer outro dos filhos de D. Dinis, excepto ao infante herdeiro: «*nom vendam esse herdamento a Affonso Sanches, nem a nenhum dos outros filhos delRey de Portugal, saluo ao Infante Dom Affonso, se alguns dos logares quizer comprar, ou todos, mando que lhos vendam*»¹⁸³.

Já Afonso Sanches, uma vez senhor de metade de Albuquerque, vai tentar conseguir os direitos sobre a totalidade do senhorio, negociando a parte então ainda detida por Afonso de Meneses. A 17 de Outubro de 1304, D. Dinis doara ao filho a vila de San Felices de los Gallegos, situada a oeste de Salamanca e que fora entregue a Portugal pelo tratado de Alcanizes¹⁸⁴. Afonso Sanches irá dar essa vila e ainda 60.000 maravedis que o monarca português lhe cedia pela metade que D. Afonso, senhor de Meneses, ainda possuía do senhorio de Albuquerque¹⁸⁵. Os pormenores do negócio podem conhecer-se na carta de fundação de um morgadio associado à metade do senhorio de Albuquerque que Afonso Sanches acabava de adquirir e que institui em Lisboa, a 9 de Abril de 1310¹⁸⁶. O

¹⁷⁷ Cf. José Mattoso, «A Guerra civil de 1319-1224» in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, INCM, 1984, p. 298, **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 191, e **D. Dinis**, p. 181.

¹⁷⁸ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fls. 78-78v.

¹⁷⁹ Cf. **D. Dinis**, p. 242.

¹⁸⁰ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 552, nota 102.

¹⁸¹ Cf. **Monarquia Lusitana VI**, pp. 186-191 e **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., pp. 550-553.

¹⁸² Publicado em **Monarquia Lusitana VI**, pp. 578-582

¹⁸³ *Ibidem*, p. 579.

¹⁸⁴ Doação feita em Coimbra, a 12 de Outubro de 1304. Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 36.

¹⁸⁵ O escambo é confirmado por D. Dinis em Trancoso, a 25 de Maio de 1308. Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 62.

¹⁸⁶ Nesse morgadio, Afonso Sanches, determinava que, caso não deixasse herdeiros, a metade de Albuquerque fosse entregue seguindo linhas de sucessão bem definidas, que se substituíam, não havendo descendentes numa delas, e sempre seguindo as mesmas condições: em primeiro, ao seu irmão Pedro Afonso; em seguida ao seu irmão Fernão Sanches; em terceiro a João Afonso, também seu irmão; depois a Maria Afonso, igualmente sua irmã; e depois para Afonso Dinis, seu tio, irmão do seu pai. Caso não se

elevado valor pelo qual metade de Albuquerque era negociado e a instituição de um morgadio, um mecanismo eficaz para garantir a herança de domínios segundo parâmetros bem definidos, são elucidativos da importância daquela vila. Com o negócio, Afonso Sanches e Teresa Martins tornavam-se os únicos senhores de Albuquerque. De acordo com o testamento do falecido sogro¹⁸⁷, mas parecendo antever o que o esperava com a prevista subida ao trono do infante herdeiro, logo trata de proceder a recuperações e remodelações no sistema defensivo de Albuquerque, levadas a cabo nos anos de 1306 e de 1314¹⁸⁸. Poucos anos depois, ser-lhe-iam bastante úteis.

As políticas de reforço do poder régio, impulsionadas por D. Dinis mas que já vinham de momentos anteriores, não acolhiam obviamente grande simpatia junto da nobreza, que manifestava o seu descontentamento sempre que tinha oportunidade. O evidente desconforto de que o infante D. Afonso dava mostras pela predilecção do pai em relação ao meio-irmão Afonso Sanches será motivo para que se comece a criar uma clivagem entre os dois, rei e herdeiro. Perante este cenário, os nobres descontentes com as medidas centralizadoras do monarca começam a associar-se ao herdeiro, o que concorria para um agravamento da tensão entre as duas partes¹⁸⁹.

A disputa e rivalidade entre Martim Gil — aio do infante D. Afonso — e Afonso Sanches, alvo de favor permanente por parte de D. Dinis, surge como o percutor das graves questões entre as duas facções que vão atravessar a fase final do reinado d'o *Lavrador*, designadamente a guerra civil de 1319-1324¹⁹⁰, desenlace óbvio das tensões e conflitualidades que se faziam sentir entre rei e nobreza e que atravessavam o reino.

O infante D. Afonso acaba por se apaziguar com o pai mas a sua hostilidade para com Afonso Sanches levará a que exigisse a sua destituição dos cargos que desempenhava na corte, nomeadamente o mordomado, e o seu afastamento, levando-o a sair do reino rumo a Albuquerque¹⁹¹. Em Castela, Afonso Sanches juntou-se ao infante D. Filipe, que depois do desastre de Vega de Granada, a 25 de Junho de 1319, e que resultara na morte

encontrassem sucessores em todos estes ramos familiares, curiosamente todos eles bastardos régios, caberia ao rei que estivesse no poder vender o castelo e usar o dinheiro para mandar rezar pela sua alma e a dos seus. Cf. **Salazar y Castro**, *maço D-16*, fls. 84-84v.

¹⁸⁷ No testamento de D. João Afonso de Albuquerque, este mencionava «*os dinheyros que estan em Alboquerque pera lavrar essa vila*». Cf. Esteban Rodríguez Amaya, *ob. cit.*, p. 81.

¹⁸⁸ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, pp. 1406-1407.

¹⁸⁹ Cf. José Mattoso, «A Guerra civil de 1319-1224» in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, INCM, 1984, p. 299.

¹⁹⁰ Cf. **D. Dinis**, pp. 189-190 e **D. Afonso IV**, pp. 58-62.

¹⁹¹ Cf. **D. Dinis**, p. 194.

dos infantes D. Pedro e D. João¹⁹² — sobrinho e tio, respectivamente, e tutores de Afonso XI —, se assumira como um dos três principais candidatos à tutoria, a par de D. João, o *Torto*, filho do infante D. João, e de D. João Manuel. Mais uma vez, candidaturas que vão resultar em sérios confrontos. Está ao lado de D. Filipe em 1324, quando este, com as suas forças, acode a Zamora para aí defender a sua causa¹⁹³. Porém, pouco depois D. Dinis falecia e Afonso Sanches teria de se preocupar com os seus próprios domínios.

A hostilidade que o infante D. Afonso sempre nutrira contra Afonso Sanches irá emergir com toda a sua força após a morte do pai. Assim, mal sobe ao trono, logo decidiu, arguindo que o meio-irmão o tentara matar e que o difamara junto do papa a fim de reivindicar o trono português, que «*fosse do Reyno de Portugal desterrado, & perdesse todos os officios, honras, & terras que tinha, as quays todas sem cõtradiçam lhe mandou logo tomar*»¹⁹⁴. Afonso Sanches pede a restituição das terras, reclamando nada ter feito para que fossem apreendidas e afirmando ser um bom servidor, mas Afonso IV não altera a decisão.

Perante e irredutibilidade do meio-irmão, Afonso Sanches convoca as suas gentes e entra no reino português, correndo as terras de Bragança, pilhando e queimando muitos lugares, e enviando ao mesmo tempo outras forças desde Albuquerque e Medellín a fazerem o mesmo na raia alentejana, onde os confrontos se prolongam. É aí que virá a derrotar em batalha, de forma categórica, Gonçalo Vaz, Mestre de Avis, a quem Afonso IV havia colocado por fronteiro em Ouguela. Infelizmente para si, adoece e tem de recolher-se a Medellín, oportunidade que o rei português vai aproveitar para tomar a iniciativa, penetrando em Castela e sitiando o castelo de La Codosera, que acabará por tomar e arrasar em Outubro de 1325, antes de regressar a Portugal¹⁹⁵. Os conflitos armados não terão mais episódios, mas Afonso Sanches não mais voltará ao reino em vida, preferindo manter-se na corte castelhana¹⁹⁶.

Por esta altura, Afonso IX debatia-se com levantamentos nobiliárquicos — uma constante em Castela desde 1272 — liderados desta feita por João Manuel. Os conflitos entre várias facções tinham sido uma constante durante a sua menoridade, e o rei castelhano, quando atinge a maioridade, em 1325, trata de tentar impor a sua autoridade,

¹⁹² Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º vol., pp. 316-319.

¹⁹³ Cf. *ibidem*, pp. 355 e 359.

¹⁹⁴ **Crónica de D. Afonso IV**, p. 337.

¹⁹⁵ Cf. a evolução dos conflitos em *ibidem*, pp. 337-338 e em Mariña Arbor Aldea, *O cancionero de Afonso Sanchez: edición e estudio*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2001, pp. 51-52.

¹⁹⁶ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 191.

algo que era obviamente difícil perante nobres que durante vários anos se tinham dado a muitas liberdades e abusos. A organização que Afonso XI promove na sua Casa e a manutenção perto de si do infante D. Filipe — junto que quem se encontrava Afonso Sanches —, em 1325¹⁹⁷, faz com que João Manuel e D. João, *o Torto* esboquem uma aliança contra si, alicerçada no casamento deste último com D. Constança, a filha do primeiro, sugerindo mesmo a hipótese de apoiar uma eventual candidatura a Afonso de Lacerda ao trono castelhano e o seu afastamento da coroa¹⁹⁸. Antecipando-se a este casamento, Afonso XI propõe rapidamente a João Manuel o seu casamento com D. Constança, anulando assim aquela aliança¹⁹⁹. Contudo, apesar de se fazerem as negociações deste matrimónio em Outubro e Novembro de 1325, e de João Manuel receber o *adelantamiento* da fronteira²⁰⁰, o monarca castelhano iria aceitar a proposta de casamento com D. Maria, filha de Afonso IV, que este lhe envia em Outubro de 1327. Para mais, mandava que D. Constança fosse detida em Todo²⁰¹. O enlace com a infanta portuguesa iria realizar-se em Setembro de 1328²⁰² e todo o processo tinha conduzido à revolta de João Manuel, que desde a sua fortaleza de Escalona lançava, mais uma vez, a devastação sobre as terras vizinhas. Afonso XI vai então cercar este castelo e é durante esta operação que Afonso Sanches, aí presente, vem a falecer²⁰³. O seu corpo seria depois trasladado para o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, que havia fundado com Teresa Martins, e onde repousa²⁰⁴. Depois da sua morte a sua esposa viria a conseguir de Afonso IV a restituição da quase totalidade dos bens que este havia apreendido²⁰⁵.

¹⁹⁷ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º vol., p. 376-379.

¹⁹⁸ Cf. *ibidem*, pp. 379-380.

¹⁹⁹ Cf. *ibidem*, p. 380.

²⁰⁰ Cf. *ibidem*, pp. 381-382.

²⁰¹ Cf. *ibidem*, pp. 416-418.

²⁰² Cf. *ibidem*, pp. 455-456.

²⁰³ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º tomo, p. 435.

²⁰⁴ Cf. Mariña Arbor Aldea, *ob. cit.*, pp. 51-52 e **D. Dinis**, p. 242.

²⁰⁵ O processo de recuperação do património está sintetizado em **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 193, nota 161.

4.3. JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, *O DO ATAÚDE*: AUGE E QUEDA DOS MENESES E ALBUQUERQUES

4.3.1. *A integração na corte de Afonso XI e a afirmação política*

Pela morte de Afonso Sanches, Albuquerque é passado ao seu único filho, que, como costume na família, terá o nome do avô: João Afonso²⁰⁶. Teria nascido na primeira década do século e acompanhou o pai no seu exílio forçado e nas lutas contra o tio, D. Afonso IV, após ter sido criado em Portugal, tendo por aio D. João Simão de Urrô, meirinho-mor de D. Dinis²⁰⁷. Teria, após a morte do pai, passado um curto período de tempo em Portugal, onde tinha interesses significativos, mas acabará por passar a Castela, vindo a ocupar uma posição de enorme relevância nos reinados de Afonso XI e Pedro I.

Se o seu poder senhorial por herança era já significativo, aumentou bastante com o seu casamento. Vai contrair matrimónio em 1323 ou 1324 com Isabel de Meneses, descendente, também ela, de Afonso Teles, o *Velho*²⁰⁸. O parentesco entre os dois vinha ainda do lado português, pois ambos eram bisnetos de D. Afonso III. Mas o aspecto mais relevante deste enlace era o facto de se reunirem de novo e sob o domínio dos mesmos senhores, cerca de cem anos volvidos da morte de Afonso Teles, os importantes senhorios de Meneses e de Albuquerque. Uma realidade que fazia do casal uns dos mais poderosos de Castela e de Portugal.

O casamento da infanta D. Maria, filha de D. Afonso IV, com Afonso XI de Castela, em 1328²⁰⁹, será uma vantagem para João Afonso. A partir de 6 de Julho de 1329²¹⁰ começa a aparecer em lugar de evidência nas listas de confirmantes dos diplomas de D. Afonso XI, passando a ser presença assídua nesta corte. Apesar de conflitos entre os pais de ambos, ajudava que a sua prima fosse rainha de Castela. Seria com o patrocínio desta que encetaria uma ascensão na cúria régia castelhana que o levaria ao patamar mais elevado da esfera nobiliárquica do reino.

²⁰⁶ Sobre este senhor o principal trabalho continua a ser a biografia, num tom apologético, de Esteban Rodríguez Amaya: «Dom Juan Alfonso de Alburquerque, canceller de D. Pedro el Cruel», Sep. de *Revista de Estudios Extremeños*, nº 5, 1949.

²⁰⁷ Cf. *ibidem*, pp. 24-25 e **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 188.

²⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. 188.

²⁰⁹ Cf. **D. Afonso IV**, p. 190, e **Alfonso XI**, p. 149.

²¹⁰ João Afonso surge como testemunha de um diploma de Afonso XI na coluna dos nobres leoneses, num distinto segundo lugar, após D. Pedro Fernandes de Castro, Pertigueiro de Santiago, o que não deixa de ser relevante. Cf. **CD Alfonso XI**, doc. 136.

No Verão de 1332, em Burgos, Afonso XI fazia-se coroar solenemente. Passados uns dias, ainda como elemento das cerimónias oficiais do acontecimento, o monarca armava muitos dos nobres da sua corte como cavaleiros. Na lista de ricos-homens arrolados como tendo recebido essa mercê encontra-se João Afonso de Albuquerque, surgindo na segunda posição após Pedro Fernandes de Castro, o que é indiciador do seu estatuto na corte²¹¹. Como o é o lugar que ocupa no cortejo equestre que antecede a coroação, em que cavalga ao lado de Rui Peres Ponce de León, próximos do rei²¹².

No início de 1331 é nomeado mordomo-mor da rainha D. Maria²¹³, cargo que ainda não ocupava em Dezembro do ano anterior²¹⁴. Irá deter esta função até ao final de 1332, quando terá nascido o infante D. Fernando, o primeiro filho dos monarcas, passando a então a desempenhar ofício idêntico mas na casa deste infante²¹⁵. O falecimento do jovem príncipe em 1333 fará com que perca o lugar²¹⁶.

O apoio de João Afonso ao rei castelhano nos conflitos deste com João Manuel e João Nunes de Lara vão-lhe granjear o favor régio. Em 1333, uns escudeiros de João Nunes de Lara, então desavindo com Afonso XI²¹⁷, tinham-se apoderado do castelo de Avia, no meirinhado de Carrión, que pertencia a Garcia Fernandes Manrique, e a partir dele faziam grande dano àquela região. Prontamente o rei castelhano, então em Valladolid, dirige-se para lá, acompanhado de João Afonso de Albuquerque e de Pedro Fernandes de Castro e monta cerco ao castelo. Passados alguns dias, vendo os sitiados que o rei dispunha de engenhos para atacar os muros, buscam um entendimento que aquele acaba por aceitar: a entrega da fortaleza em troca de poderem ir a salvo²¹⁸.

²¹¹ Sobre estes cerimoniais, cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º tomo, p. 511. Mais tarde seria o próprio João Afonso quem armava por sua mão onze cavaleiros, a quem deu panos e armas (cf. *ibidem*, pp. 513-514)

²¹² Cf. *ibidem*, p. 513.

²¹³ Aparece ocupando este ofício num privilégio rodado de Afonso XI de 27 de Janeiro, passado em Sevilha. Cf. **CD Alfonso XI**, doc. 164.

²¹⁴ Designadamente num privilégio rodado de 28 de Dezembro de 1330, em Sevilha, que João Afonso de Albuquerque confirma mas no qual não ostenta qualquer cargo. Cf. *ibidem*, doc. 162.

²¹⁵ Em Setembro de 1332 ainda é mordomo da rainha, mas a 8 de Janeiro do ano seguinte já não ocupa aquele cargo, sendo sim mordomo do infante D. Fernando. Cf. *ibidem*, docs. 209 e 213, respectivamente.

²¹⁶ Confirma o último documento como mordomo-mor do infante D. Fernando a 15 de Setembro de 1333, em Valladolid. Cf. **Salazar y Castro**, maço O-5, fls. 37-43.

²¹⁷ João Nunes de Lara, era cunhado de João Manuel e casara no início de 1229 com D. Maria, filha de D. João, o Torto, e reclamava os bens que haviam pertencido a este e que o rei castelhano arrestara. Este enlace teria sido proposto por João Manuel, para garantir apoios contra Afonso XI. Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 1º vol, pp. 470-471.

²¹⁸ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 2º vol., pp. 13-14.

Nesse mesmo ano, o Albuquerque irá estar presente nos teatros de operações andaluzes, designadamente no socorro a Gibraltar, em 1333, onde, além da sua mesnada, levava e conduzia o pendão do infante D. Fernando, de quem era mordomo e aio²¹⁹.

Contudo, tinha-se dado um facto que iria alterar a relação que João Afonso mantinha com o monarca castelhano. Por volta de Setembro de 1330, Afonso XI conhece e inicia um relacionamento amoroso com Leonor de Gusmão, que leva a um progressivo afastamento entre aquele e a rainha D. Maria. Como já foi dito, a rainha era prima de João Afonso, e a sua vinda para Castela teria contribuído para que ele se decidisse estabelecer neste reino. Além disso, esta ligação reforçara-se quando este desempenhara o cargo de mordomo na sua casa, pelo que é forçoso pensar que o senhor de Albuquerque era desfavorável à promoção de D. Leonor. Mas a situação podia tornar-se mais grave para Afonso XI, pois da mesma forma que a anulação do casamento já tratado com D. Constança Manuel tinha provocado uma séria sublevação do pai desta, o afastamento de D. Maria de Portugal do papel de rainha provocava idêntica revolta em Afonso IV²²⁰.

No início de 1336, chegam notícias a Afonso XI de que João Manuel e João Nunes de Lara podiam estar a preparar novos levantamentos e que outros ricos-homens se dispunham a reunir-se e a apoiar aqueles nobres. O monarca temia que aproveitassem o descontentamento de Afonso IV para conseguir apoios, o que, considerando que as relações com Navarra — tradicional aliada de França — estavam num momento particularmente delicado, poderia dar azo a significativo perigo contra o reino²²¹. Ao mesmo tempo, também soava o rumor, aparentemente fundamentado, de que Pedro Fernandes de Castro e João Afonso de Albuquerque, dois dos seus tradicionalmente fiéis servidores, se encontravam em conversações com os dois magnates rebeldes e com Afonso IV de Portugal para se unirem todos contra si. O argumento era o de ele trazer como amante Leonor de Gusmão, afastando-se de D. Maria²²². Percebe-se portanto que João Afonso, apesar de manter uma relação cortesã regular com o rei castelhano, servindo-o em várias ocasiões, quer em conflitos contra outros ricos-homens quer na guerra aos muçulmanos, mantinha um vínculo privilegiado com D. Maria apesar da secundarização desta, podendo mesmo preferi-lo a uma ligação amigável com o monarca, ainda que isso implicasse uma ruptura com este. E tudo indicia que os contactos com Afonso IV, susceptíveis de provocar essa ruptura, terão mesmo ocorrido.

²¹⁹ Cf. *ibidem*, pp. 36 e 52.

²²⁰ Cf. **D. Afonso IV**, pp. 194-195.

²²¹ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 2º vol., p. 117.

²²² Cf. *ibidem*, p. 117.

O rei português, em resposta ao comportamento do genro, decide romper a combinação do casamento do seu filho, o infante D. Pedro, com D. Branca de Castela — filha do infante D. Pedro de Castela e prima do rei — e negociar um enlace entre o infante português precisamente com Constança Manuel, filha de D. João Manuel, que seria realizado por procuração a 28 de Fevereiro de 1336, em Évora. Concluía-se assim a aliança com D. João Manuel. Ora este casamento era do completo desagrado de Afonso XI, levando-o a reter D. Constança em Toro para que esta não se pudesse deslocar a Portugal e consumir o enlace²²³. Afonso IV envia então cartas aos principais ricos-homens de Castela para que o ajudassem a trazer D. Constança para o reino e para que se unissem a ele e fizessem guerra a Afonso XI²²⁴. Entre os nobres que o monarca português contacta está João Afonso, que, segundo a *Gran Crónica de Alfonso XI*, lhe responde que não obstante o rei castelhano lhe ter feito muita mercê, acrescentado terras e dado ofícios na sua corte, sendo seu sobrinho o ajudaria, oferecendo-se para o auxiliar e para conduzir D. Constança a Portugal na companhia de D. João Manuel. Da mesma forma se disponibilizam Pedro Fernandes de Castro e João Nunes de Lara. A aliança era ainda composta por Pedro IV de Aragão, de quem D. João Manuel se tinha feito vassalo²²⁵.

Verificando que o alinhamento que se levantava contra si ganhava contornos de extrema perigosidade, Afonso XI tenta e consegue atrair para o seu lado Pedro Fernandes de Castro através da promessa de benefícios. Este, depois de conciliado com o rei, comunica-lhe que iria falar com João Afonso de Albuquerque para o convencer a que, também ele, volvesse ao bom serviço e a não apoiar o monarca português ou qualquer um dos outros revoltosos²²⁶. A recuperação destes dois nobres para o seu serviço iria revelar-se decisiva para que Afonso XI conseguisse derrotar as forças que se perfilavam contra si. Desde logo, convoca os seus vassalos para se juntarem em Junho de 1236, pois queria atacar o castelo de Lerma, onde João Nunes de Lara se encontrava²²⁷. É justamente quando já está montado um apertado cerco à fortaleza que João Afonso de Albuquerque, que estaria até aí afastado de Afonso XI²²⁸ — embora não em guerra aberta como os nobres amotinados — volta ao serviço deste com a sua hoste, por influência de Pedro Fernandes

²²³ Sobre o casamento entre D. Pedro e D. Constança e o seu enquadramento político, é de extrema utilidade a síntese de Bernardo Vasconcelos e Sousa em **D. Afonso IV**, pp. 188-206.

²²⁴ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 2º tomo, p. 120.

²²⁵ Cf. *ibidem*, p. 121.

²²⁶ Cf. *ibidem*, p. 124.

²²⁷ Cf. *ibidem*, p. 127.

²²⁸ De facto, não confirma documentos de Afonso XI entre 8 de Maio de 1355 e 21 de Março de 1237 (cf. **CD Afonso XI**, docs. 230 e 245, respectivamente), facto que se que poderá explicar pelos motivos aludidos. Em qualquer dos casos, não ostenta nenhum cargo.

de Castro: «*Porque don Pero Ferrandes de Castro auie posto com el rrei que farie que don Joan Alonso de Albuquerque que viniesse a la su merced e serviçio, este dom Joan Alonso vino en su seruicio alli a la hueste, y truxo muchas conpañas de caualla et de pie*»²²⁹. Pela sua ajuda, «*el rrey fizole mucha onrra, e diole por heredad lo que auie la horden del Temple en el lugar de Villalua del Alcor por le fazer onrra de allí adelante el rrey le llamo don Joan Alonso, ca de antes no le llamauan si no Joan Alonso*»²³⁰. O senhor de Albuquerque acaba por destacar-se no cerco, liderando como alferes as manobras — o rei proporcionara-lhe a dignidade de ostentar o pendão real — e envolvendo-se directamente nas mesmas, chegando o seu cavalo ser ferido numa ocasião²³¹.

Sabendo do cerco do seu tradicional aliado, D. João Manuel dirige-se para tentar ajudá-lo. Afonso XI vai então ao seu encontro para montar, sem sucesso, uma cilada, tornando depois a Lerma, delegando durante a sua ausência o comando do assédio a esta cidade a João Afonso, que permanece aí à frente dos seus homens, das milícias concelhias e de alguns outros cavaleiros²³². Com efeito, sempre que o rei se ausenta, geralmente com o objectivo de tentar capturar D. João Manuel, é Albuquerque quem fica à frente da hoste régia a capitanear o sítio. Numa ocasião, tendo conhecimento de que o rei se ausentava, João Nunes decide armar os seus homens e dispô-los para a batalha fora da vila mas no interior da cerca. João Afonso levanta o seu pendão e também movimenta as suas tropas, disposto a romper as portas exteriores e iniciar a lide, mas alguns dos homens do rei aconselham-no a não correr riscos e a preocupar-se apenas em impedir qualquer saída até ao regresso do monarca. Assim, apesar dos homens de ambos os lados estarem preparados para o choque, este não vem a ter lugar²³³.

Ao mesmo tempo que estes acontecimentos se passavam, outras forças intervinham. Pedro Fernandes de Castro vem a Penafiel ajudar o rei a montar cerco a João Manuel²³⁴. Afonso IV, em apoio dos dois nobres sublevados e porque D. Afonso XI não libertava D. Constança Manuel para que pudesse vir a Portugal e consumir o casamento com o infante D. Pedro, entrava em Castela e assediava Badajoz, mandando aos seus que fizessem o

²²⁹ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 2º tomo, p. 140.

²³⁰ Cf. *ibidem*, 2º tomo, p. 140. É no mínimo estranho que João Afonso de Albuquerque, sendo um dos poderosos do reino e com a distinta ascendência que se conhece — senhor de Albuquerque e casado com a senhora de Meneses, neto de D. Dinis e bisneto de D. Sancho IV — não fosse reconhecido socialmente pela designação de «dom», como seria natural em qualquer rico-homem.

²³¹ Cf. *ibidem*, pp. 140-141.

²³² Cf. *ibidem*, p. 143.

²³³ Cf. *ibidem*, pp. 144-145.

²³⁴ Cf. *ibidem*, p. 149.

maior dano na região até que não fosse levantado o cerco sobre Lerma²³⁵. Após uma derrota do corpo avançado português às mãos das milícias andaluzas, era obrigado a retirar para Portugal. Pouco depois, Pedro Fernandes de Castro retirava-se de Penafiel e entrava no Minho, provocando grande destruição²³⁶.

O prolongar do cerco a Lerma, que já durava desde 14 de Junho, e a retirada de Afonso IV fazem com que D. João Manuel saia do reino em direcção a Aragão²³⁷. Em Novembro de 1336, faltando-lhe os víveres e consciente de que não receberia auxílio de qualquer dos seus aliados, João Nunes de Lara decide pedir perdão ao rei, enviando mensageiros a pedir que o poupasse, prometendo, ele e os que o acompanhavam, passar a seu serviço e servi-lo daí em diante como bons vassalos²³⁸. O rei acaba por perdoar o Lara, que abre as portas do Castelo a 4 de Dezembro, pondo assim fim à revolta²³⁹.

Dada a reaproximação de João Afonso ao rei castelhano em 1336, é provável que o tenha acompanhado na invasão que este conduz no ano seguinte a Portugal, após a aniquilação da sublevação nobiliárquica, a submissão de João Nunes e o afastamento de João Manuel para Aragão²⁴⁰. Afonso XI corre e devasta as terras do norte alentejano, fronteiras a Albuquerque, pelo que era natural que o senhor desta terra o assistisse.

As pazes entre os dois reinos acabam por fazer-se, tal como a reconciliação com João Manuel, e Afonso XI, liquidadas as sedições nobiliárquicas e afastado o perigo português, dirige a sua atenção para sul, para a ameaça muçulmana, decidido a fazer-lhe guerra. Estava presente em Sevilha, em meados de 1339, organizando a campanha que se levantava e que teria o seu grande remate no Salado. Acompanhava-o a esmagadora maioria da grande nobreza, onde se destacavam João Manuel, João Nunes de Lara, Pedro Fernandes de Castro e João Afonso de Albuquerque²⁴¹. Crescia a tensão com os muçulmanos e adivinhava-se a grande batalha de 1340 em resposta ao cerco mouro de Tarifa, acontecimento onde aqueles quatro magnates e os reis português e castelhano, quatro anos antes em campos opostos, estariam presentes e que anularia para sempre a hipótese de um avanço muçulmano para norte.

²³⁵ Cf. *ibidem*, p. 152.

²³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 153-156.

²³⁷ Cf. *ibidem*, p. 160.

²³⁸ Cf. *ibidem*, pp. 162-163.

²³⁹ Cf. *ibidem*, p. 163.

²⁴⁰ Cf. *ibidem*, pp. 182-186.

²⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 260.

O rei castelhano convocara todas as forças que o reino podia apresentar, onde obviamente se encontrava João Afonso de Albuquerque²⁴², que então já ocupava os ofícios de mordomo e amo do infante D. Pedro²⁴³. Encontravam-se em Sevilha em Setembro de 1340. Juntar-se-lhes-ia mais mais tarde o contingente comandado por Afonso IV. No alinhamento da grande batalha, algumas forças castelhanas, num total de cerca de três mil cavaleiros, ficavam no az de Afonso VI. Era o caso de João Afonso de Albuquerque e de Pedro Fernandes de Castro²⁴⁴. O resultado é conhecido.

O senhor de Albuquerque vai-se manter nos palcos de guerra meridionais ao longo dos anos seguintes. Convocado pelo rei ao cerco de Algeciras, que se inicia em Agosto de 1342²⁴⁵ e se estenderá até 26 de Março de 1344²⁴⁶, quando a cidade é entregue, João Afonso vai acorrer prontamente, sendo um dos primeiros ricos-homens a chegar ao local, logo em Setembro²⁴⁷. Tinha a seu cargo a sua própria hoste e os homens do infante D. Pedro e participa activamente nas várias operações de cerco, armando ciladas²⁴⁸, cruzando armas em escaramuças²⁴⁹ e em patrulhamentos²⁵⁰, incluindo patrulhamentos navais²⁵¹. Também o encontraremos na expedição a Gibraltar²⁵², onde D. Afonso XI haveria de contrair a peste, vindo a falecer na passagem do dia 25 para 26 de Março de 1350²⁵³.

A mudança de reinado abria a João Afonso de Albuquerque uma porta para um período que se oferecia muito auspicioso, depois de um reinado durante o qual, progressivamente, conseguira colocar-se numa posição bastante favorável, demonstrativa da sua capacidade política. Por um lado, conseguira manter-se muito próximo do rei, sendo um dos principais servidores que o tinham acompanhado nas lutas que aquele enceta com João Manuel e João Nunes de Lara; ao mesmo tempo, continuara a ter uma relação de algum valimento com a rainha, não deixando, como tal, de situar-se como opositor à favorita do rei, D. Leonor de Gusmão; por último, os ofícios de mordomo e aio do infante

²⁴² Cf. *ibidem*, p. 349.

²⁴³ Confirmava documentos como tal desde 28 de Abril de 1339. Cf. **CD Alfonso XI**, doc. 268.

²⁴⁴ Cf. **Gran Crónica de Alfonso XI**, 2º tomo, pp. 410-412. Nas forças castelhanas seleccionadas para auxiliar o rei português estavam outros ricos-homens, as Ordens de Calatrava e de Alcântara e as milícias de Salamanca, Ciudad Rodrigo, Badajoz, Ayllón, Olmedo, Carrión, Belorado e Saldaña.

²⁴⁵ Cf. **Alfonso XI**, p. 242.

²⁴⁶ Cf. *ibidem*, p. 254.

²⁴⁷ Cf. **Crónica de Don Alfonso XI**, p. 501-502.

²⁴⁸ Cf. *ibidem*, pp. 507, 518 e 576.

²⁴⁹ Cf. *ibidem*, pp. 509, 539, 590, 609-610. Em uma dessas ocasiões viria a colocar a vida em sério risco (cf. *ibidem*, p. 508).

²⁵⁰ Cf. *ibidem*, p. 534.

²⁵¹ Cf. *ibidem*, p. 607.

²⁵² Cf. **Crónica Del Rey Dom Pedro**, p. 403.

²⁵³ Cf. **Pedro I**, p. 51.

herdeiro faziam prever um papel de elevado destaque no panorama político castelhano caso, como veio a verificar-se, D. Pedro chegasse a alcançar o trono.

4.3.2. O reinado de Pedro I e a ascensão ao topo do poder

O reinado de Pedro I de Castela representa para os senhores de Meneses e de Albuquerque, paradoxalmente, o momento mais alto da sua influência política no reino castelhano e, ao mesmo tempo, o fim do impressionante percurso político iniciado no reinado de Afonso VIII. O facto destas duas situações ocorrerem neste dramático reinado confere-lhes uma dimensão trágica acrescida.

Com a morte de Afonso XI, João Afonso de Albuquerque, que até aí já ocupava uma posição de elevada notabilidade na sociedade castelhana, irá ter a oportunidade de fazer a sua grande aposta política, ao aspirar à liderança política do reino. Como aio e mordomo do infante D. Pedro, que agora ascendia ao trono, e com as boas relações que se conheciam com a prima, a rainha D. Maria, não perderá tempo em tentar tomar as rédeas do reino.

O clima que se vive logo após o falecimento do rei castelhano revela que as tensões que se tinham acumulado ao longo dos últimos anos estavam prestes a despoletar uma situação de imprevisível violência. Imediatamente, Leonor de Gusmão, que como amante do rei tinha conseguido granjear para os seus filhos senhorios significativos e ocupara de facto o lugar de rainha que pertencia a D. Maria de Portugal, abandona a corte quando esta se dirigia para Sevilha a fim proceder ao enterro do rei. Recolhe-se em Medina-Sidónia, vila que lhe pertencia, e os seus filhos e partidários dispersam-se para as suas terras, onde se fortificam²⁵⁴.

Se no reinado que findara o senhor de Albuquerque tinha mantido uma certa oposição silenciosa a Leonor de Gusmão, opção que se percebia facilmente até pela sua ligação a D. Maria, com o seu falecimento a oposição torna-se aberta. Escreve Ayala que «*Don Juan Alfonso, Señor de Albuquerque, luego que vindo á Doña Leonor entrada en la villa de Medina, trató con algunos de los que ende iban, que seria bien que estuvieses como presos el Conde Don Enrique, é el Maestre de Santiago, sus fijos, fasta que visesen lo que facia Doña Leonor*»²⁵⁵. D. Leonor apenas consegue chegar a Sevilha com a ajuda de João Nunes de Lara, vindo mais tarde a ficar aí detida por ordem do rei²⁵⁶. De facto, as rivalidades existentes faziam prever sérios conflitos entre os vários grupos que disputavam

²⁵⁴ Cf. **La Crisis de la Reconquista**, pp. 8-9.

²⁵⁵ Cf. **Crónica Del Rey Dom Pedro**, p. 405.

²⁵⁶ Cf. *ibidem*, p. 408.

o poder. Desde logo, entre D. Maria — de quem Albuquerque era apoiante — e D. Leonor, mas este antagonismo era apenas uma parte do grande jogo onde ainda se movimentavam João Nunes de Lara e o infante D. Fernando, filho de D. Leonor, rainha de Aragão, e primo de Pedro I²⁵⁷. Apesar de tudo, ter-se-á tentado a concórdia, e o equilíbrio entre os vários partidos. Os oficiais da corte nomeados no início do reinado reflectiam esse equilíbrio. Relativamente aos ofícios mais importantes, João Nunes de Lara era nomeado mordomo-mor e alferes-mor; João Afonso de Albuquerque chanceler-mor; e o infante D. Fernando tornava-se *adelantado* da fronteira²⁵⁸.

Em Agosto de 1350, D. Pedro I adoecia gravemente e o equilíbrio iria desfazer-se. Perante a eventualidade da morte do rei sem descendentes, projectam-se várias soluções para o trono. Um dos candidatos é o infante D. Fernando, de quem se aproximam João Afonso de Albuquerque e o Mestre de Calatrava, que propunham, para maior solidez da candidatura, o seu casamento com a rainha D. Maria. Outros, como Afonso Fernandes Coronel e Garcilaso de la Vega, antigos fiéis de Afonso XI, defendiam a subida ao trono de João Nunes de Lara, na medida em que era neto de Fernando de Lacerda, e igualmente o casamento com D. Maria²⁵⁹. O empenho em fazer o casamento com a rainha viúva leva a crer que o apoio de Portugal era fundamental para o sucesso de qualquer um dos candidatos.

Acontece, porém, que D. Pedro acaba por recuperar e João Nunes sai da corte, partindo para o seu senhorio na Biscaia onde, verificando que a sua influência sobre o rei era ultrapassada pela de Albuquerque, reúne tropas, acusando este último de manipular o monarca e de fazer um mau governo²⁶⁰. Com efeito, João Afonso, pela recuperação de Pedro I, de quem fora mordomo enquanto infante; pelo afastamento do Lara — que faleceria pouco depois, a 28 de Novembro — e dos bastardos de Afonso XI; pela prisão de D. Leonor em Sevilha; e pelo apoio de D. Maria, começava a sobressair na corte castelhana e a dirigir a administração do reino. Segundo Ayala, «*todos los fechos é libramientos del Regno é de la casa del Rey se facian por mandado de Don Juan Alfonso de Alburquerque*»²⁶¹.

²⁵⁷ Cf. **La Crisis de la Reconquista**, pp. 7-10, e **La Consolidación de los Reinos Hispánicos**, pp. 151-153.

²⁵⁸ Cf. **Pedro I**, pp. 59-60. Contudo, o primeiro documento que se conhece onde João Afonso ostenta o cargo de chanceler-mor data de 15 de Abril de 1351, na carta de convocatória para as Cortes de Valladolid (cf. Luis Vicente Díaz Martín, *Los oficiales de Pedro I de Castilla*, 2ª ed. Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1987, p. 65).

²⁵⁹ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 409.

²⁶⁰ Cf. *ibidem*, pp. 407-108.

²⁶¹ Cf. *ibidem*, p. 410.

No final de 1350, João Afonso de Albuquerque era, efectivamente, o líder político de Castela, indo manter-se nessa posição durante mais alguns anos. Este aspecto colocava, depois de tantos anos de redução, a rainha D. Maria numa situação favorável e que lhe permitia mandar matar Leonor de Gusmão em Talavera, lugar que era seu e para onde esta última fora enviada por ordem de D. Pedro I a conselho de Albuquerque, pelo que esta vingança se fazia com o beneplácito destes dois²⁶². Além da morte de Leonor de Gusmão, Ayala faz cair sobre a responsabilidade de João Afonso algumas violências contra nobres conduzidas pelo rei, como acontece nos casos de Garcilaso de la Vega e de Afonso Fernandes Coronel, antigos apoiantes de João Nunes de Lara, entretanto falecido²⁶³. Garcilaso de la Vega, poderoso em Burgos, é aprisionado em 1351, aquando da visita do rei àquela cidade e este, prontamente e ao que parece por conselho do senhor de Albuquerque, manda-o matar no dia 22 de Maio²⁶⁴. É bem possível que a versão seja verdadeira, e que este tratasse de ir aniquilando a sua oposição política. Antes da sua chegada a Burgos, alguns homens-bons da cidade tentaram pedir ao rei que João Afonso não entrasse na cidade porque o temiam e receavam a deflagração de confrontos se tal acontecesse²⁶⁵. Logo depois disso, os tutores de Nuno de Lara, então com três anos e filho do recém-falecido João Nunes, fugiam do reino com o menino para o colocar a salvo do rei e do Albuquerque, que o perseguem, embora fosse um esforço desnecessário, pois no ano seguinte a criança iria falecer²⁶⁶.

Apesar de tudo, é promovida uma reconciliação com os filhos de D. Leonor, conseguida com D. Fradique, mestre de Santiago, e com D. Telo, mantendo-se Henrique de Trastâmara como o único que desafiava a autoridade do rei, refugiado nos seus inacessíveis domínios asturianos²⁶⁷. D. Fradique beneficiaria João Afonso de Albuquerque, em Maio de 1351, com a doação em vida da vila e do castelo de Castrotorafe, pertencente à Ordem de Santiago²⁶⁸, certamente porque fora por intermédio do chanceler que a reconciliação era feita e porque mantinha, apesar das rivalidades, a sua posição²⁶⁹. Esta doação, na qual o rei se empenhou, era de extrema importância para o Albuquerque, pois localizando-se entre as

²⁶² Cf. *ibidem*, p. 412.

²⁶³ Ayala diz que o senhor de Albuquerque sempre quisera mal a Garcilaso de la Vega porque este tomara o partido de João Nunes de Lara quando o monarca adoeceu. Cf. *ibidem*, p. 414 e **Pedro I**, p. 71.

²⁶⁴ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, pp. 414-415.

²⁶⁵ Cf. *ibidem*, p. 414.

²⁶⁶ Cf. *ibidem*, pp. 415-417, e **Pedro I**, p. 72. Com a morte de Nuno de Lara o importante senhorio da Biscaia caía na posse da coroa.

²⁶⁷ Cf. **La Crisis de la Reconquista**, p. 9.

²⁶⁸ Cf. *ibidem*, p. 13; e **Crónica de Don Pedro I**, p. 436, nota 1. Cf. Carta de doação em **Salazar y Castro**, maço d-16, fl. 85.

²⁶⁹ Cf. **Pedro I**, p. 82.

duas grandes zonas onde ele e D. Isabel detinham senhorios — a Tierra de Campos e a Extremadura — permitia criar uma grande mancha senhorial ao longo de todo o reino.

Quando se reúnem as cortes de Valladolid, na segunda metade do ano, já Albuquerque tinha consolidado a sua posição de líder político do reino e conseguira destruir potenciais movimentos de oposição ao rei²⁷⁰, ao mesmo tempo que continuava a conseguir colocar pessoas da sua confiança em cargos cortesãos e ofícios públicos. João Garcia Manrique, que o apoiava, recebe o *adelantamiento-mor* de Castela — antes pertencera a Garcilaso de la Vega —; o seu próprio filho, Martim Gil, era nomeado a 10 de Julho *adelantado-mor* de Múrcia; e o seu antigo almoxarife, Samuel Levi, tornava-se tesoureiro-mor do rei²⁷¹. Nessas mesmas cortes, João Afonso iria promover, sem sucesso, uma reforma das beetrias do reino. O seu projecto, considerando que D. Isabel era a maior senhora da Tierra de Campos, passava por obter importantes benefícios pessoais na medida em que a proposta fazia com que aqueles senhorios passassem de beetrias a honras²⁷².

Uma ausência notada nas cortes de Valladolid, que haviam fortalecido João Afonso de Albuquerque, era a de Afonso Fernandes Coronel, senhor de Aguilar, sobre quem o rei era informado de que guarnecia aquela sua terra e os seus castelos²⁷³. Segundo Ayala, Afonso Fernandes guardara, no reinado de Afonso XI, a vila de Medina-Sidónia pela sua senhora, Leonor de Gusmão. Contudo, após a morte deste monarca, tinha informado a dita D. Leonor que não teria mais o castelo por ela²⁷⁴. De acordo com o cronista, fazia-o porque decidira transferir o seu apoio para João Afonso de Albuquerque, de quem esperava, dada a sua influência sobre o D. Pedro, ajuda para conseguir o senhorio de Aguilar, que solicitava havia anos. Além de deixar o serviço de D. Leonor, prometia entregar ainda a Albuquerque, caso ele o ajudasse nesta petição, e conseguisse que o rei o fizesse rico-homem, a vila e o castelo de Burguillos, bens que recebera de Afonso XI quando a ordem do Templo fora extinta²⁷⁵. Apesar das promessas, e de ter conseguido o que almejava por

²⁷⁰ Cf. *ibidem*, pp. 81-82 e **La Crisis de la Reconquista**, pp. 14 e 15.

²⁷¹ Cf. **Pedro I**, p. 82.

²⁷² Cf. **La Crisis de la Reconquista**, p. 15 e **Crónica de Don Pedro I**, p. 417.

²⁷³ Cf. *ibidem*, p. 423. Sobre este nobre, a sua relação com o rei e João Afonso de Albuquerque e o seu enquadramento neste período, cf. Emilio Cabrera, «La revuelta de Alfonso Fernández Coronel y su contexto histórico (1350-1353)», in Carlos M. Reglero de la Fuente (coord.), *Poder y sociedad en la baja Edad Media hispánica. Estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín*, tomo 1, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2002, pp. 59-80. Como em relação aos aspectos aqui abordados este trabalho segue, de forma global, a crónica de Ayala, toma-se esta como a principal referência.

²⁷⁴ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 405.

²⁷⁵ Segundo a crónica: «Don Alfonso Ferrandez Coronel fabló com Don Juan Alfonso de Alburquerque, que tenía al rey en su gobernanza, é por él se facian todos los libramientos del Regno, é pidióle que le ayudase á cobrar la dicha villa de Aguilar, é que el Rey ge la diese, é le ficiese rico ome, é le diese pendon é caldera: (ca estonce, el dicho Don Alfonso Ferrandez era Caballero, é muy bueno, mas non le tenían por

intervenção de João Afonso, Afonso Fernandes, além de não chegar a entregar Burguillos, toma um partido diferente deste último durante o período em que D. Pedro adoece, tendo apoiado João Nunes de Lara, o que provocou a ruptura entre os dois²⁷⁶. Por estas razões torna-se alvo da ira do poderoso privado do rei. Observando a forma como aquele ia afastando os seus adversários, sobretudo com o sucedido a Garcilaso de la Vega, decidira proteger-se em Aguilar e armar os seus castelos²⁷⁷.

Ao saber do comportamento de Afonso Fernandes, Pedro I, terminadas as cortes em Valladolid e acompanhado como sempre por João Afonso de Albuquerque, dirige-se para Aguilar, encontrando-se no seu percurso com Afonso IV de Portugal, seu avô, em Ciudad Rodrigo²⁷⁸. Junto do monarca português estava então Henrique de Trastâmara, que procurara refúgio em Portugal por temor do irmão desde a morte de Garcilaso de la Vega. A pedido de Afonso IV, o rei castelhano perdoa a D. Henrique a saída do reino e permite-lhe o regresso às suas terras nas Astúrias²⁷⁹, continuando depois a sua jornada para Aguilar a fim de resolver os seus problemas com Coronel.

Chegado a Aguilar, em 17 de Janeiro de 1352, Pedro I é impedido de entrar na vila por Afonso Fernandes, que se justifica com o argumento de recear represálias de João Afonso de Albuquerque²⁸⁰. O Coronel chega mesmo ao ponto de receber com pedras e setas os homens que se aproximavam das portas com o pendão real²⁸¹. Apesar de aconselhado por alguns amigos para procurar algum entendimento com o rei, o seu receio era tão elevado que não ousava sair fora de muros²⁸². Assim sendo, o monarca decide montar cerco àquela vila e confiscar todos os bens do rebelde, partindo depois para norte e tomando-lhe pelo percurso os castelos de Montalbán, Burguillos, Capilla e Torija²⁸³. A obstinação de Afonso Fernandes e a partida de D. Pedro em direcção às Astúrias, deixando Aguilar sitiada durante algum tempo, estavam relacionadas com o facto de D. Henrique de

rico ome) é que el dicho don Alfonso Ferrandez daria al dicho Don Juan Alfonso una su villa con un castillo muy fermoso y muy bueno, que dicen Burguillos, que el Rey Don Alfonso le diera cuando la Orden del Templo fué desatada » (*ibidem*, pp. 423-424).

²⁷⁶ Cf. *ibidem*, p. 424.

²⁷⁷ A crónica aponta, além de Aguilar, Montalbán, Capilla, Burguillos, Torija e Bolaños em Campos. Cf. *ibidem*, p. 424.

²⁷⁸ Cf. *ibidem*, p. 423.

²⁷⁹ Cf. *ibidem*, p. 423.

²⁸⁰ Cf. **La Crisis de la Reconquista**, pp. 16-17, e **Pedro I**, pp. 95-96.

²⁸¹ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 424.

²⁸² Cf. *ibidem*, p. 425. Desde os seus senhorios fronteiros a Aragão, e certamente com a autorização de D. Telo, o mordomo deste, Pedro Rodrigues de Villegas, terá corrido algumas terras castelhanas. Comprometendo-se a não fazer guerra ao rei, evita o cerco, sobrevivendo depois o perdão de D. Pedro a D. Telo.

²⁸³ Cf. *ibidem*, pp. 425-426.

Trastâmara se armar e abastecer nas suas fortalezas²⁸⁴. Talvez Afonso Fernandes esperasse alguma ajuda.

Em 24 de Junho de 1252, já o rei e Albuquerque tinham montado cerco a Gijón, pertencente a D. Henrique. Este optara por se colocar a salvo nas impenetráveis montanhas asturianas, deixando na cidade a sua esposa, D. Joana²⁸⁵. Contudo, o sítio seria curto, pois as duas partes chegavam a acordo de forma muito rápida, logo a 26 de Junho²⁸⁶. O rei prometia retirar as suas forças da região e permitia que o irmão mantivesse as suas possessões, em troca da sua homenagem, promessa de fiel serviço e de não lhe fazer guerra²⁸⁷.

Saindo das Astúrias, D. Pedro dirigiu-se para Monteagudo, que era de D. Telo, então fugido em Aragão. Refugiara-se neste reino e fizera-se vassalo de Pedro IV depois de saber que o monarca castelhano cercava Afonso Fernandes Coronel e se encaminhava para ir de encontro a D. Henrique, seu irmão. Também aqui se chega a um entendimento pacífico, depois da mediação do rei aragonês, que pedia ao seu homólogo castelhano que se reconciliasse com D. Telo²⁸⁸. É indubitável, pela maneira como geria a relação com os irmãos, que o monarca procurava um entendimento pacífico. Considerando que o seu principal conselheiro era João Afonso de Albuquerque, que em certa medida detinha de facto o governo do reino, esta postura seria também defendida pelo grande valido. Promoviam assim, através do perdão, uma reconciliação entre as principais figuras do reino, evitando certamente uma guerra civil onde a participação exterior, sobretudo aragonesa, estaria garantida. O passo lógico a tomar depois das tréguas com D. Telo seria a assinatura de um tratado de paz com Aragão. Este viria a ser assinado em 4 de Outubro de 1352, depois de negociações levadas a cabo por João Afonso de Albuquerque, do lado castelhano, e por Bernardo de Cabrera, da parte aragonesa, os dois líderes políticos de cada um dos reinos²⁸⁹.

D. Pedro I ficava então com espaço para tratar da sublevação de Afonso Fernandes Coronel. Este, tendo-se levantado o cerco sobre Aguilar, fazia algumas devastações sobre

²⁸⁴ Cf. *ibidem*, p. 426.

²⁸⁵ Cf. *ibidem*, p. 426 e **Pedro I**, p. 98.

²⁸⁶ Cf. *ibidem*, p. 98.

²⁸⁷ Cf. **Pedro I**, p. 98 e **La Crisis de la Reconquista**, p. 17.

²⁸⁸ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 427.

²⁸⁹ Cf. **Pedro I**, p. 99. Um dos aspectos do tratado prende-se com a formalização da reconciliação entre D. Pedro e D. Telo e entre D. Pedro de Aragão e os filhos de Leonor de Castela, rainha de Aragão, designadamente D. Fernando e D. João, então em Castela. Findava assim um conflito indirecto entre os dois reinos, levado a cabo pelo apoio e promoção a nobres desavindos com o rei vizinho (cf. **La Crisis de la Reconquista**, pp. 17-18).

territórios vizinhos²⁹⁰. Neste caso, o rei não adoptará uma posição tão conciliatória como a que tinha tomado com os irmãos. O rei ou Albuquerque, a fazer fé na crónica de Ayala.

Em Outubro já Aguilar estava novamente sobre assédio, e resistiria até 1 de Fevereiro de 1353, quando os sitiante conseguem minar e derrubar alguns panos da muralha²⁹¹. A vila é tomada e Afonso Fernandes capturado, sendo pouco depois mandado executar pelo monarca²⁹². Mas não sem antes ter a oportunidade de proferir palavras que se revelariam proféticas. Perante Pedro I, quando João Afonso de Albuquerque o questiona sobre os motivos do seu comportamento — «*Que porfia tomastes tan sin pró, seyendo tan bien andante en este Regno?*»²⁹³ — Afonso Fernandes responde-lhe assim: «*Don Juan Alfonso, esta es Castilla, que face los omes, é los gasta*».

Com efeito, em seguida seria a vez de Albuquerque ser «consumido» por esta dinâmica política que se tornara extremamente volátil, vindo a cair em desgraça junto do monarca, depois de ter conseguido alcançar uma posição de quase total domínio sobre o governo do reino. Curiosamente, a semente que provocaria o seu afastamento do rei já começara a crescer e fora, ao que tudo parece, plantada precisamente por si, na ânsia de um ainda maior poder.

4.3.3. A queda de João Afonso de Albuquerque

Por alturas do cerco de Gijón, em Junho de 1352, Pedro I conheceu Maria de Padilha, uma dama criada na casa de Isabel de Meneses, que viria a tornar-se sua amante²⁹⁴. Esta apresentação e relação teriam sido promovidas pelo chanceler do rei, com o objectivo de aumentar a sua influência sobre o monarca. Porém, o resultado não foi o previsto: «*al comienzo él [João Afonso] fué en el consejo que la tomase el rei, por quanto la dicha Doña Maria andaba doncella en casa de Doña Isabel, muger de Don Juan Alfonso, é cuidó el dicho Don Juan Alfonso apoderarse mas del Rey por ella, pues era de su casa; é non se le fizo después asi*»²⁹⁵.

Maria de Padilha adquire desde logo algum predomínio sobre o rei e, certamente com a aquiescência de Albuquerque, consegue colocar em redor do amante alguns

²⁹⁰ Cf. *Crónica de Don Pedro I*, p. 427.

²⁹¹ Cf. *ibidem*, pp. 427-428.

²⁹² Cf. *ibidem*, pp. 428-429. Os seus bens seriam outorgados a outros, nomeadamente alguns indivíduos ligado aos Padilha, excepto Aguilar, que o rei mantém para a coroa e onde manda arrasar os muros.

²⁹³ *Ibidem*, p. 428.

²⁹⁴ Cf. *ibidem*, p. 427.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 430.

elementos da sua parentela²⁹⁶. Contudo, começa a escapar-se à alçada do seu patrono e, tal como os seus, a tomar posições independentes ou mesmo contrárias às dele. Ora João Afonso, cioso da sua preponderância política, tentava afastar os novos rivais da proximidade do rei: «[João Afonso] *placiale de le* [o rei] *arredrar de Doña Maria de Padilla porque parientes suyos eran ya contra él*»²⁹⁷.

Em 1351 tinham sido iniciadas as conversações com vista ao casamento do monarca com D. Branca de Bourbón, filha do duque de Bourbón, sobrinha por via materna do rei de França, e cunhada de Carlos, o infante herdeiro francês, mais tarde Carlos V²⁹⁸. Este enlace, visto como o fim da neutralidade castelhana no conflito anglo-francês, terá sido promovido pelo papa Clemente VI e da responsabilidade de Albuquerque, que conduziu as negociações²⁹⁹. A 25 de Fevereiro de 1353, D. Branca já estava em Valladolid a fim de celebrar o casamento, sendo recebida pelas rainhas D. Maria e D. Leonor³⁰⁰. Todavia, o rei mantinha-se em Córdoba, para onde se dirigira depois de extinguir a revolta de Afonso Fernandes Coronel, na companhia de Maria de Padilha, que daria à luz uma filha do rei, D. Constança, a 23 de Março³⁰¹. Mantinha-se em Córdoba e mostrava muito pouco interesse em partir para Valladolid e celebrar o casamento com D. Branca.

Entretanto, tomado Aguilar, João Afonso de Albuquerque não estava com o rei, tendo-se deslocado a Portugal, onde tinha bastantes interesses. Quando regressa a Castela, acompanhado de João de Lacerda, genro de Afonso Fernandes Coronel que se havia refugiado naquele reino e agora se mostrava disposto a tornar ao serviço do rei, depara-se com uma realidade significativamente diferente daquela que deixara: o grupo de D. Maria de Padilha disputava a privança do rei e este mostrava-se mesmo resistente ao casamento com a dama francesa³⁰². A custo, acaba por conseguir convencer o monarca da necessidade de realizar o matrimónio para obter um herdeiro legítimo. D. Pedro I segue para

²⁹⁶ Designadamente João Fernandes de Hinestrosa, seu tio, Diego Garcia de Padilha, seu irmão, e João Tenório, amigo da família e que o rei faz seu reposteiro-mor. Cf. **D. Pedro I**, p. 115.

²⁹⁷ **Crónica de Don Pedro I**, p. 430.

²⁹⁸ Cf. **Pedro I**, p. 110. Já em 1345 se tinha tentado a aliança ao reino francês através do casamento entre o infante D. Pedro e D. Branca de Navarra, tendo João Afonso de Albuquerque sido o nobre destacado para se deslocar a França para fazer as negociações (cf. *ibidem*, p. 44).

²⁹⁹ Cf. *ibidem*, pp. 109-113 e **La Crisis de la Reconquista**, pp. 10-11 e 19.

³⁰⁰ Cf. **Pedro I**, p. 113.

³⁰¹ Cf. *ibidem*, p. 114. Esta filha receberia logo alguns bens do malogrado senhor de Aguilar, designadamente os castelos de Montalbán, Capilla, Burguillos, os lugares de Mondejar e de Yuncos (cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 429).

³⁰² Cf. **La Crisis de la Reconquista**, pp. 20-21, e **Pedro I**, pp. 114-115.

Valladolid, onde desposaria D. Branca no dia 3 de Junho de 1353, deixando D. Maria bem defendida em Montalbán, pois temia alguma acção de João Afonso de Albuquerque³⁰³.

A rivalidade entre o Albuquerque e os Padilha era real, e fazia-se pela disputa da privança com o rei. Uma rivalidade que era naturalmente visível para as outras personagens do reino, muitas delas cobijando a preponderância política que João Afonso conseguira alcançar e manter ao longo de três anos, e desejosas de vingarem agravos.

Por esta altura, os principais opositores do senhor de Albuquerque parecem ser os bastardos de Afonso XI: D. Henrique de Trastâmara e D. Telo. Aquando do casamento, estes dois dirigem-se para Valladolid para assistir à boda, acompanhados de muitos homens de armas, e recusam-se a entrar na cidade sem toda a sua companhia por temerem João Afonso, que também teria trazido grande número de vassalos³⁰⁴. Este tenta fazer com que o rei ataque e mande capturar os dois irmãos, insistindo que o facto de virem com muitas gentes e pretenderem comparecer no casamento com os seus homens armados era um gesto de sublevação³⁰⁵. Ao contrário do que Albuquerque defendia, o rei não ataca os seus dois irmãos e oferece garantias aos dois mensageiros que estes lhe enviam, não mostrando qualquer vontade de iniciar um conflito. D. Telo e D. Henrique acabam por vir para junto do irmão em pública submissão e concórdia. Por trás desta aproximação entre o monarca e os irmãos estavam os Padilha, que com o conhecimento do rei defendiam o contrário de Albuquerque e procuravam o entendimento entre os irmãos. Escreve Ayala que *«el Rey non avia voluntad de pelear con el Conde, por quanto ya non amaba tanto á don Juan Alfonso de Alburquerque como solia; como quier que lo non entendían asi todos. Otrosi los parientes de Doña Maria de Padilla, que era Juan Ferrandez de Henestrosa, su tío, é Diego Garcia de Padilla, su hermano, é otros Caballeros que y eran que los querían bien é los ayudaban, trataban ya con el Conde, sabiéndolo el Rey, contra Don Juan Alfonso, é ponían con él sus amistades quanto podían»*³⁰⁶. O desacordo entre o rei e o senhor de Albuquerque manifestava já o início do que haveria de ser uma grave ruptura. D. Pedro recebe então D. Henrique e D. Telo, acompanhados de pequenas escoltas, em Valladolid, onde estes e João Afonso de Albuquerque firmavam a sua reconciliação e

³⁰³ **Crónica de Don Pedro I**, p. 430.

³⁰⁴ Cf. *ibidem*, p. 430.

³⁰⁵ Na realidade, não é possível deixar de ver em tal comportamento uma provocação. Luís Vicente Díaz Martín diz que o pretendido com esta acção era apenas pressionar o rei a aceitá-los na corte. Cf. **Pedro I**, pp. 116-118.

³⁰⁶ **Crónica de Don Pedro I**, p. 431.

amizade, o que confirma a existência de sérias divergências entre o chanceler e os irmãos do rei³⁰⁷.

Apesar de debilitada, e de ter deixado de ser hegemónica, a preponderância de Albuquerque sobre o monarca parecia não ter desaparecido na totalidade. Era mesmo o padrinho de casamento de Pedro I com D. Branca de Bourbon³⁰⁸. De certa forma, também apadrinhara o seu relacionamento com D. Maria de Padilha. A cerimónia matrimonial transmitia uma imagem de paz e de harmonia que apenas o era à superfície, pois as rivalidades acumuladas preparavam-se para desencadear em seguida um período bastante conturbado.

Três dias passados do casamento, D. Pedro deixa a esposa e vai para junto de Maria de Padilha³⁰⁹. Terá procedido assim não somente pela paixão que o unia a esta dama mas porque, aparentemente, D. Branca lhe comunicara a incapacidade financeira francesa para pagar-lhe o combinado no dote³¹⁰. Pouco depois, muitos nobres iriam reunir-se ao rei: D. Henrique, D. Telo, João de Lacerda — genro do malogrado Afonso Fernandes Coronel —, e os infantes de Aragão, D. Fernando e D. João, filhos da rainha D. Leonor. Segundo Ayala, «*todos eran contra Don Juan Alfonso Señor de Alburquerque*»³¹¹. Possivelmente, o monarca castelhano responsabilizava-o pelo casamento com D. Branca e pela ausência de dote, uma vez que o enlace fora tratado por si e durante o seu governo³¹². Todavia, esta viragem de D. Pedro surge também como uma emancipação em relação ao valido que durante a sua juventude e os primeiros anos do seu reinado o acompanhara e dirigira a sua vida. O isolamento do chanceler advinha do facto de ter criado significativas inimizades durante os três anos em que estivera à frente dos destinos do reino. Com efeito, João Afonso era uma figura bastante incómoda para os outros nobres, que cobiçavam a sua influência, e mesmo para o rei, que começava a mostrar-se indisposto ante aquela presença tutelar quase asfixiante. É por esta altura que o senhor de Albuquerque irá perder o cargo de chanceler-mor, sendo mencionado pela última vez como tal numa carta de 12 de Agosto de 1353³¹³. A 15 do mesmo mês, D. Pedro substituíu Martim Gil no *adelantamiento* de Múrcia, nomeando para este cargo João Fernandes Orozco³¹⁴.

³⁰⁷ Cf. *ibidem*, p. 432.

³⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. 432.

³⁰⁹ Cf. **Pedro I**, p. 118.

³¹⁰ Cf. **La Crisis de la Reconquista**, p. 21.

³¹¹ **Crónica de Don Pedro I**, p. 434.

³¹² Cf. **Pedro I**, p. 119.

³¹³ Cf. **CD Pedro I**, doc. 833.

³¹⁴ Cf. *ibidem*, doc. 835.

Em Valladolid, ao lado de João Afonso, ficavam o Mestre de Calatrava, João Nunes de Prado, e as «tristes rainhas»³¹⁵: D. Maria, D. Leonor e D. Branca. Todos eles concordam na necessidade em trazer o rei para junto da esposa, não apenas para reposição da dignidade e honra da coroa³¹⁶, mas sobretudo para o extrair à influência dos adversários políticos deste grupo, sobretudo os Padilha. O senhor de Albuquerque parte então em direcção a Toledo, onde D. Pedro se encontrava com os seus novos conselheiros. Com ele, seguia um numeroso séquito, onde se encontrava, entre outros, Álvaro Pires de Castro, irmão da famosa Inês de Castro³¹⁷. Contudo, a caminho daquela cidade, e pernoitando em Almorox, chega junto de si Samuel Levi, tesoureiro-mor de Pedro I — cargo que tinha conseguido, como foi visto, por intermédio de João Afonso e que agora era muito próximo do rei e de D. Maria de Padilha³¹⁸. Dizia ter sido enviado pelo rei para o conduzir a Toledo, dando-lhe todas as garantias de segurança — o que por si já seria um sinal de justificada preocupação. Todavia, alguns dos que com ele iam contavam que o rei lhe preparava uma cilada, tendo mesmo destituído o aguazil-mor de Toledo, Soeiro Teles de Meneses — descendente de Soeiro Teles, irmão de Afonso Teles, *o Velho* — porque era favorável a João Afonso de Albuquerque, substituindo-o por Afonso Jufre Tenório, aliado dos Padilha³¹⁹.

Com legítimo receio, até porque conhecia bem os métodos de tratamento que se aplicavam aos personagens que se tornavam politicamente inconvenientes, João Afonso decide enviar mensageiros a D. Pedro e não ir pessoalmente a Toledo. A confirmação de que algo se preparava contra si é dada no dia seguinte, quando Pedro Gonçalves Orejón, cavaleiro do rei, lhe reitera as garantias de segurança. Tanta garantia do monarca para o seu antigo privado era motivo de desconfiança. Assim, Albuquerque envia-lhe o seu mordomo-mor, Rui Dias Cabeça de Vaca, que em seu nome lhe transmite que teme ir a Toledo, pois sabia que alguns dos seus novos privados o incitavam contra si. Recordando-lhe os muitos serviços que lhe havia feito desde o seu nascimento, como seu aio e mordomo, e à rainha D. Maria sua mãe, afirmava não entender qual a razão por que agora estava descontente consigo³²⁰.

³¹⁵ Para usar uma muito adequada expressão empregada por Diaz Martín, que lhes chama as «*entristecidas reinas*». Cf. **Pedro I**, p. 122.

³¹⁶ Cf. **La Crisis de la Reconquista**, p. 22.

³¹⁷ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 434.

³¹⁸ Cf. *ibidem*, pp. 434-435.

³¹⁹ Cf. *ibidem*, p. 435.

³²⁰ Cf. *ibidem*, p. 435.

Apesar do rei responder a Rui Dias que João Afonso não deveria crer em certos rumores e que deveria ir ao seu encontro e à sua mercê, este não se dirige para Toledo. Encontrando-se com o Mestre de Calatrava, que também vinha de Valladolid, decidem ambos partir para as suas terras e esperar para ver como evoluía a situação. O Mestre de Calatrava segue então para as terras da Ordem e João Afonso encaminha-se para a fronteira portuguesa, passando antes por Valladolid para se reunir com a rainha D. Maria e informá-la do sucedido, não chegando a entrar na vila — para correr o menor risco possível — e prosseguindo depois pelos seus domínios para zonas mais seguras: desde Valladolid, passa por Ampudia, Montalegre, Castromonte, Villalba del Alcor e Castrotorafe, e chega a Carbajales, onde se reúne com muitas das suas gentes³²¹. Pelo caminho recolhera os tesouros que guardava naquelas fortalezas, o que reflecte bem a forma como analisava a situação em que agora se encontrava.

Acontece que também para João Afonso o rei parece ter tido uma atitude conciliatória. Após a sua saída para Carbajales, perto da fronteira portuguesa, e estando Pedro I em Olmedo, este envia àquele castelo João Tenório e Soeiro Pires de Quiñones por mensageiros para chegarem a um entendimento que foi facilmente conseguido, o que demonstra a vontade mútua num apaziguamento da relação. João Afonso comprometia-se a não fazer guerra ao rei desde as suas fortalezas em Castela nem a provocar distúrbios no reino; em troca mantinha todas as suas possessões e podia passar a Portugal quando bem entendesse sem prejuízo algum, coisa que terá feito em seguida. Como segurança deste acordo, João Afonso entregava ao rei, como refém, o seu único filho lídimo, Martim Gil³²². Com Martim Gil seguia ainda um outro filho seu, Diogo Afonso, havido ilegitimamente, e outros cavaleiros que apesar de vassalos do rei o apoiavam, entre os quais o já citado Álvaro Pires de Castro³²³. Este último, durante o percurso, haveria de ser avisado por Maria de Padilha, antes de entrarem em Olmedo, de que D. Pedro o pretendia matar. Foge rapidamente em direcção a Medina del Campo, onde se encontravam as rainhas D. Maria e D. Branca, relatando-lhes o sucedido, e daí para Castroñuno, sendo perseguido e quase capturado por João Afonso Benavides, enviado para tal a mando do rei, antes de se conseguir refugiar em Castrotorafe, junto do Albuquerque³²⁴. Compreensivelmente, João

³²¹ Cf. *ibidem*, p. 436.

³²² Cf. *ibidem*, pp. 436-437.

³²³ Cf. *ibidem*, p. 437.

³²⁴ Cf. *ibidem*, pp. 437-438. Irá relatar então o sucedido, e como alguns dos cavaleiros que tinham escoltado Martim Gil haviam fugido ou sido aprisionados por ordem do monarca. Depois seguirá para Portugal, para junto do infante D. Pedro, que por esta altura mantinha um acesa romance com a sua irmã, D. Inês.

Afonso tinha razões para temer pelo filho, que deixava por estas alturas de ostentar o *adelantamiento-mor* de Múrcia³²⁵.

Enquanto Albuquerque era afastado decisivamente dos círculos de decisão política do reino e aqueles que surgiam como seus apoiantes eram tidos como desleais ao monarca e como tal perseguidos, nos círculos próximos do rei, além dos parentes de Maria de Padilha, reforçava-se a posição dos bastardos de Afonso XI, com o regresso de D. Fradique à corte³²⁶. Ao mesmo tempo que assumia João Afonso como seu único e potencial inimigo, o rei aumentava significativamente o poder dos irmãos. Henrique de Trastâmara já detinha importantes domínios nas Astúrias e D. Fradique a liderança da Ordem de Santiago, fundamental para contrapor ao eventual apoio que Albuquerque poderia receber da Ordem de Calatrava. Mas os filhos de Leonor de Gusmão iriam ainda reforçar o seu poder com o casamento, em Outubro de 1353, de D. Telo com Joana de Lara, que permitia àquele assenhorear-se do importante senhorio da Biscaia e de outros domínios na meseta³²⁷. Escreve Ayala que *«este casamiento hicieron parientes de Doña Maria de Padilla, por cobrar á don Tello de su parte, é al Conde Don Enrique, é al Maestre Don Fradique sus hermanos, que querian mal á Don Alfonso de Alburquerque»*³²⁸. Contudo, e para algum desagrado e muitos dos membros da velha nobreza, incluindo os irmãos do rei, eram os parentes e apoiantes de Maria de Padilha que iam ocupando cargos da administração, sendo afastados aqueles que tinham sido nomeados por João Afonso: *«se mudaron otros ofícios asi en su casa como en el Regno, en guisa que ninguno que oficio ovo por ayuda de Don Juan Alfonso de Alburquerque non fincó en él»*³²⁹.

O ano de 1354 começava com a prisão e captura do Mestre de Calatrava, João Nunes de Prado, partidário de Albuquerque, e a entrega do mestrado desta Ordem a Diogo Garcia de Padilha, irmão de D. Maria, que pronto trataria de mandar executar o seu predecessor³³⁰.

Confiante nos apoios que tinha à sua volta — sobretudo os Padilha, mas também os bastardos de Afonso XI e os infantes de Aragão, três partidos que tinham como único motivo de união a rivalidade com João Afonso —, Pedro I resolve entrar em guerra aberta com Albuquerque, que estava então em Portugal, na corte de Afonso IV. Em Março, o rei

³²⁵ Cf. **Pedro I**, p. 125. Testemunha pela última vez um documento de Pedro I em que ainda é *adelantado* de Múrcia a 12 de Agosto de 1353 (cf. **CD Pedro I**, doc. 833).

³²⁶ Cf. *ibidem*, p. 126 e **Crónica de Don Pedro I**, p. 438.

³²⁷ Cf. **Pedro I**, p. 127 e **Crónica de Don Pedro I**, p. 438.

³²⁸ *Ibidem*, p. 439.

³²⁹ *Ibidem*, p. 439.

³³⁰ Cf. *ibidem*, p. 440. Seria morto a 10 de Março de 1354 (cf. **Pedro I**, p. 129).

castelhano cerca o castelo de Medellín que, por impossibilidade de socorrer, o senhor de Albuquerque manda não resistir. O monarca acaba por mandar derrubá-lo, liderando em seguida as tropas contra o castelo de Albuquerque, que pelas suas características nem chega a tentar tomar³³¹, e assedia, sem sucesso, o castelo de La Codosera, antes de partir para Cáceres e deixar por fronteiros naquela região D. Henrique e D. Fradique³³².

Pedro I tenta então outra estratégia para submeter João Afonso, enviando à corte portuguesa dois emissários, Henrique Henriques e Fernando Sanches de Valladolid — o novo chanceler-mor, no lugar de João Afonso —, para pedirem a Afonso IV a entrega do nobre exilado a fim de que este prestasse contas da sua administração diante do rei castelhano³³³. A chegada dos embaixadores à corte faz-se precisamente quando se celebrava em Évora o casamento do infante Fernando de Aragão, um dos opositores a Albuquerque, com D. Maria de Portugal, neta do monarca português.

Antes que aqueles falassem, João Afonso pede a palavra e argumenta em sua defesa. O discurso que Ayala põe na sua boca é um sumário das acções que o nobre caído em desgraça tinha realizado em prol do rei e do reino, transmitindo a ideia de que o seu desfavor actual provinha de uma injustiça do monarca. Defende que tomara conta do governo desde o início do reinado para bem do rei, e que o fizera o melhor e mais lealmente que pode e soube, por ter sido seu mordomo enquanto infante. Recorda que este aspecto, aliado à sua ligação próxima com a rainha D. Maria, fizera com que passasse grandes perigos fomentados por parte de Leonor de Gusmão. Enquanto à frente do governo do reino, tomara decisões e nomeara oficiais que deviam responsabilizar-se pelas suas acções, mas se daí resultou prejuízo para o reino oferecia-se para pagar com os seus bens esses mesmos prejuízos. Desafiava os contadores reais a dizerem o que é que ele tinha tomado indevidamente, garantindo nunca o ter feito, e sublinhava o facto de ter protegido os domínios da coroa, ao não pedir qualquer bem realengo nem permitindo que se fizessem doações a partir destes, salvo das terras de Garcilaso de la Vega e de Afonso Fernandes Coronel, que o rei entregou segundo a sua vontade. Mencionava ainda ter conseguido ao rei um casamento muito favorável e ter evitado graves conflitos ao promover a concórdia entre o rei e os seus irmãos bastardos e com os reinos vizinhos, como se verificava pela

³³¹ O rei tenta entrar na vila mas é impedido por Martim Afonso Botelho, cavaleiro português e alcaide do castelo de Albuquerque. Aquele protesta e emite uma sentença de condenação ao alcaide mas este responde que sendo natural do reino de Portugal aquela sentença era ilegítima, nem lhe causava qualquer preocupação: «*Martin Alfonso Botello, que era Alcayde del dicho castillo, decia que el era natural del Regno de Portugal, é nom podia el Rey pasar contra él, nin curaba dello*». **Crónica de Don Pedro I**, p. 441.

³³² Cf. *ibidem*, p. 441.

³³³ Cf. *ibidem*, pp. 441-442.

realidade que Castela vivia³³⁴. Os embaixadores replicam que lhe competia ir junto de Pedro I apresentar as suas justificações como este lhe pedia, e solicitam a Afonso IV que lhes entregasse João Afonso para tal. Contudo, o monarca português opta por oferecer a sua protecção ao sobrinho, e coloca um ponto final na discussão quando o nível de agressividade da argumentação começava a fazer adivinhar algum confronto entre as duas partes³³⁵.

4.3.4. *A liderança da liga nobiliárquica*

A situação de aparente segurança em que Pedro I se colocara altera-se decisivamente quando, surpreendentemente e por iniciativa de D. Henrique e D. Fradique, se iniciam conversações entre estes e João Afonso de Albuquerque, precisamente quem aqueles tinham ficado de combater na fronteira castelhana³³⁶. Negociações conduzidas através de Frei Diego Lopes, confessor de D. Henrique, e feitas dentro do séquito da rainha D. Maria, que tinha vindo a Portugal para ver o seu pai e assistir ao casamento mencionado. Aparentemente, eram feitas sem o aval da rainha, que ao tomar conhecimento destes encontros teme que o filho pense que tinha aí alguma responsabilidade, dada a ligação que sempre mantivera com João Afonso³³⁷.

As entrevistas entre Albuquerque e o emissário dos bastardos de Afonso XI evoluíam de forma auspiciosa para ambos, na medida em que todos eles defendiam uma viragem na política castelhana através do afastamento dos Padilha e fazendo com que a administração do reino voltasse às mãos da alta nobreza³³⁸. João Garcia de Padilha, que ficara com D. Henrique e D. Fradique na fronteira castelhana, é logo aprisionado por estes dois. De seguida, João Afonso, depois de todos concertados, conduz os revoltosos para o castelo de Albuquerque e entrega aí aos dois irmãos duzentos mil maravedis, possivelmente para despesas da revolta ou como paga pelo seu apoio, entregando ainda os castelos raianos de Albuquerque, La Codosera, Azagala e Alconchel ao mordomo de D. Telo, Pedro Rodrigues de Villegas, como penhor de verdadeira amizade³³⁹.

Para os conjurados, a noção de que se preparavam para, irremediavelmente, romper relações com o monarca castelhano fá-los colocar a hipótese de substituição do rei, vendo

³³⁴ Para todo este discurso, cf. *ibidem*, p. 442.

³³⁵ Cf. *ibidem*, p. 442.

³³⁶ Cf. *ibidem*, p. 443.

³³⁷ Cf. *ibidem*, p. 443.

³³⁸ Cf. **Pedro I**, pp. 133-135.

³³⁹ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 443.

no infante D. Pedro de Portugal, porque neto legítimo de D. Sancho IV, um bom candidato³⁴⁰. O convite terá mesmo chegado a ser feito, utilizando como porta-voz da proposta Álvaro Pires de Castro, cuja irmã, então já mãe de três filhos do infante português, podia ser capaz de o influenciar decisivamente no sentido de a aceitar³⁴¹. Algo que era susceptível de gerar uma situação que colocaria em causa a paz entre Castela e Portugal, que já se mantinha desde 1339, com resultados imprevisíveis³⁴². Por enquanto, apesar de tentado a aliar-se aos nobres sublevados, D. Pedro de Portugal, a instâncias do pai, não toma qualquer decisão³⁴³.

Um outro claro sinal da ruptura irreversível de João Afonso com D. Pedro I de Castela parece perceber-se do comportamento da rainha D. Maria no seu regresso a Castela, após a elaboração da confederação contra o filho. Até aí, D. Maria e o Albuquerque haviam sido sempre muito próximos, amparando-se mutuamente. Contudo, ao empreender o seu caminho para Castela, a rainha evita passar pelos domínios do primo, seguindo a fronteira portuguesa acompanhada do irmão, o infante D. Pedro, rumo a norte, entrando no reino vizinho por Mogadouro e seguindo daí para Zamora e depois para Toro, onde se encontra com o filho, demarcando-se publicamente da rebelião que se organizava na Extremadura³⁴⁴. João Afonso perdia aquela que até aí parecia assumir-se como o seu principal patrocínio em Castela. Outra hipótese, menos provável, é ter-se tratado de uma bem disfarçada estratégia, e D. Maria ter patrocinado, na sua comitiva, o entendimento entre Albuquerque e os filhos da sua rival — algo de muito inverosímil, uma vez que teria sido ela a mandar matar D. Leonor de Gusmão —, com vista ao afastamento de Maria de Padilha e à aproximação do filho à rainha legítima, D. Branca. Apesar desta leitura não ter grande solidez, a verdade é que a situação da actual rainha de Castela, semelhante à que ela própria havia experimentado com Afonso XI, não podia deixar de lhe provocar um sentimento de solidariedade para com ela e, ao mesmo tempo, antipatia pela Padilha.

D. Pedro I sabe da traição dos irmãos e da sua concórdia com Albuquerque quando este e D. Henrique já marchavam para Ciudad Rodrigo e se encontravam perto desta cidade com Fernando de Castro. Sem perder tempo, o rei sai de Castrojeriz, onde se

³⁴⁰ Cf. *ibidem*, p. 443.

³⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 443. Tal como Álvaro Pires de Castro, que como vimos acompanhava João Afonso de Albuquerque, também Inês de Castro estava intimamente ligada a esta família, tendo sido criada por Teresa Martins, mãe de João Afonso (cf. **D. Pedro I**, p. 181, **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 188, **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 192, nota 160).

³⁴² Cf. **D. Afonso IV**, pp. 164-165.

³⁴³ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 443.

³⁴⁴ Cf. *ibidem*, p. 443.

encontra, e encaminha-se para Campos, determinado em atacar os castelos da região que pertenciam a D. Isabel de Meneses. Em Julho, assedia Montealegre, onde D. Isabel se encontrava e que consegue resistir, e Ampudia e Villalba de los Alcores, praças onde tem melhor sorte e que consegue tomar³⁴⁵. Segue depois para Cea, que se entrega e cujo castelo manda derrubar; e Grajal, que também consegue ocupar, enviando em seguida contra os revoltosos o infante D. Fernando de Aragão com bastantes cavaleiros³⁴⁶.

Apesar da réplica decidida do rei, os nobres sublevados conseguiam atrair para o seu lado mais um aliado de peso, D. Fernando de Castro. Pouco depois, enquanto o monarca, saindo de Campos, tentava submeter o infante D. Fradique nas terras da Ordem de Santiago, dava-se o levantamento de Toledo, que iria beneficiar decisivamente os rebeldes³⁴⁷.

D. Pedro tinha mandado conduzir àquela importante cidade a rainha D. Branca, que logo que pôde se refugiou na catedral, com medo de vir a ser aprisionada ou mesmo assassinada. Consegue aí apoios que em solidariedade consigo acabam por provocar um levantamento urbano em Agosto de 1354, que culmina com a ocupação do alcácer, cujas defesas entregam a nobres de confiança. D. Branca envia depois emissários a D. Fradique e aos outros revoltosos solicitando-lhes que viessem tomar conta da cidade, o que vem a provocar a deserção do exército real de muitos cavaleiros até aí com D. Pedro e levantamentos e manifestações semelhantes em várias cidades, nomeadamente Cuenca, Córdoba, Jaén, Ubeda, Baeza e Talavera³⁴⁸.

Além de D. Fradique ter ocupado Toledo, os nobres sublevados que se levantavam contra o rei conseguiam cada vez mais apoios, incluindo do próprio papado, a quem D. Branca tinha apelado, indignada com a sua situação desde o casamento³⁴⁹. D. Pedro I ficava cada vez mais isolado perante uma revolta nobiliárquica incitada pelos irmãos e que se aglomerava em torno do senhor de Albuquerque. Muitos nobres deixam o rei e dirigem-se para Montealegre, que continuava a resistir. Entre eles estavam os infantes de Aragão, D. Fernando e D. João, até aí uns dos principais apoiantes do rei e praticamente os únicos da alta nobreza que o faziam³⁵⁰.

No início de Agosto de 1354, João Afonso de Albuquerque, Henrique de Trastâmara e Fernando de Castro partem com numerosas gentes — mais de 1200 cavaleiros e 3500

³⁴⁵ Cf. *ibidem*, pp. 445-446, e **Pedro I**, p. 141.

³⁴⁶ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 446.

³⁴⁷ Cf. *ibidem*, pp. 446-451.

³⁴⁸ Cf. *ibidem*, pp. 449-450.

³⁴⁹ Cf. **Pedro I**, p. 144.

³⁵⁰ Cf. *ibidem*, p. 145 e **Crónica de Don Pedro I**, p. 450.

peões — desde Salas de los Barrios, em Leão, a caminho de Villalón de Campos, que pertencia a D. Telo. Este encontrava-se em Tamariz com os infantes de Aragão e D. Leonor, mãe destes, local para onde os três magnates se encaminham, vindo a entrevistar-se todos eles. Da reunião sai a decisão de enviar cartas a todo reino, sobretudo às cidades sublevadas, ao rei e à rainha, anunciando as razões da sua união e as suas reivindicações. Indicavam que pretendiam defender D. Branca e que aquilo que os movia era o bem do reino. Pediam que D. Pedro deixasse D. Maria de Padilha e chamasse para junto de si a sua legítima esposa, e que ordenasse correctamente o reino e a sua casa, rodeando-se dos melhores homens e escolhendo-os de acordo com o seu estado³⁵¹. Como é óbvio, o que estava aqui em causa e o que no fundo pretendiam era o afastamento dos Padilha e de outros membros da nova nobreza dos lugares de poder e a sua substituição pelos representantes das velhas famílias.

Ao ver a enorme frente que se levantava contra si, o monarca refugia-se em Tordesilhas com a sua mãe e Maria de Padilha, acompanhado por apenas uns 600 homens a cavalo, esperando aí pelos revoltosos. Estes, depois de se reunirem em Montealegre, marcham em direcção àquela cidade, dispondo as suas imensas forças nas povoações em redor. Porém, não ousam atacar o rei, apesar de estarem em esmagadora maioria, enviando para negociar a rainha D. Leonor, que apresentava as suas demandas: prometiam vir à sua mercê caso o rei fizesse vida com D. Branca e se separasse de D. Maria, que deveria ser enviada para alguma casa religiosa em Aragão ou França. Devia ainda apartar da sua privança os parentes da dita D. Maria³⁵². Todavia, e apesar de se encontrar cercado, o rei recusa-se terminantemente a aceitar aquelas exigências.

Decorridos alguns dias, não se decidindo o rei e sem que os nobres resolvessem atacar Tordesilhas, estes partem para Campos, tentando, sem sucesso, tomar Valladolid, acontecendo o mesmo resultado depois em Salamanca. Têm mais sorte com Medina del Campo, que ocupam no final de Setembro, apesar do rei ter enviado para aí reforços³⁵³. Quando tudo parecia correr bem à federação nobiliárquica, esta sofria um pesado revés: João Afonso de Albuquerque, figura tutelar do movimento, falecia a 28 de Setembro de 1354³⁵⁴. Segundo alguns rumores, envenenado por um físico a mando do monarca, facto

³⁵¹ Cf. *ibidem*, pp. 450-451 e **Pedro I**, p. 146.

³⁵² Cf. **Crónica de Don Pedro I**, pp. 451-452.

³⁵³ Cf. *ibidem*, p. 452.

³⁵⁴ Cf. Esteban Rodríguez Amaya, «Dom Juan Alfonso de Alburquerque, canceller de D. Pedro el Cruel», *Sep. de Revista de Estudios Extremeños*, nº 5, 1949, pp. 59.

que não é, obviamente, confirmável³⁵⁵. A morte de João Afonso não era importante apenas pelo poder de que ele dispunha mas sobretudo porque o movimento não tinha uma unidade e era composto por elementos bastante distanciados ou mesmo rivais, como os bastardos de Afonso XI e os filhos de Leonor de Castela, os infantes de Aragão. Até aí Albuquerque fora a sua figura aglutinadora, que pelo seu passado político era aceite como cabeça da rebelião. Uma rebelião que se encontrava agora, com a sua morte, numa situação de hesitação, despojada do único indivíduo susceptível de ser reconhecido por todos como o líder da poderosa mas previsivelmente precária coligação nobiliárquica³⁵⁶. A solução imediata para que as rivalidades não desmantelassem a coligação, que aconteceria inevitavelmente caso tivessem de eleger um chefe do movimento, foi tão simples como bizarra: manter como líder — obviamente que de um ponto de vista simbólico — o falecido João Afonso de Albuquerque.

4.3.5. *João Afonso de Albuquerque, o do Ataúde*

Os nobres aliados decidem que até que as suas reclamações fossem atendidas pelo rei, o cadáver do João Afonso seria mantido insepulto e acompanharia o exército, e que o mordomo do falecido magnate, Rui Dias Cabeça de Vaca, tomaria pelo seu senhor a voz no conselho dos sublevados³⁵⁷. Não o podia fazer Martim Gil porque tinha sido entregue como refém ao rei, como foi dito atrás.

Através desta estranha solução, sobrevivia a revolta, que viria a obrigar o rei a fazer algumas concessões, pois encontravam-se alinhados contra si os mais importantes nobres do reino: D. Fernando de Aragão e o seu irmão, D. João; D. Henrique de Trastâmara e os irmãos, D. Fradique e D. Telo; D. Fernando de Castro; D. João de Lacerda, e outros poderosos. As suas forças, incluindo as gentes de Albuquerque, contariam aproximadamente 5000 homens de cavalo e muitos mais a pé, mas mais uma vez não atacam o rei, então em Toro. Preferem enviar emissários, que voltam a apresentar os mesmos pedidos antes expostos por D. Leonor, sendo mais explícitos na exigência dos nobres em deter a capacidade de intervenção efectiva no governo do reino: *«le pedian por merced, lo primero, que él quisiese tornar á la dicha su muger, é traerla consigo como debia: otrosi que á Juan Ferrandez de Henestrosa, tio de Doña Maria de Padilla, é á Don Diego Garcia su Hermano, que les ficiese merced ena l; mas que él, é el Regno non se*

³⁵⁵ Cf. *Crónica de Don Pedro I*, p. 452.

³⁵⁶ Cf. *Pedro I*, pp. 146-147 e *La Crisis de la Reconquista*, pp. 28-29.

³⁵⁷ Cf. *Crónica de Don Pedro I*, p. 452.

*governasen nin rigiesen por ellos, nin por aquellos que estonce tenia por privados, pues non honraban á los grandes Señores é Caballeros que venian á la su Corte»*³⁵⁸. Mais uma vez se percebe que, apesar da situação de D. Branca ter sido o argumento principal invocado para justificar a discórdia, era visível para todos que o motivo do levantamento estava mais ligado à preponderância que os parentes e amigos de Maria de Padilha tinham obtido à custa do afastamento dos principais nobres das esferas do poder, circunstância que tinha criado nestes um profundo descontentamento.

Apesar de pressionado, o rei não aceita o pedido, propondo antes um encontro entre as duas partes, que se faz em Tejadillo, segundo determinadas condições. O porta-voz dos nobres, Fernando Pires de Ayala, pai do cronista, volta a apresentar as mesmas exigências, mencionando ainda a injusta perseguição a Albuquerque e a outros por instigação dos Padilha³⁵⁹. Curiosamente, quando essa perseguição se iniciara encontravam-se com o rei e defendiam-na aqueles que agora seguiam o caixão de João Afonso.

Embora a força que a oposição mostrava fosse muito superior, mais uma vez D. Pedro I não cede às exigências e volta para Toro onde vê passar o cortejo dos vassalos de João Afonso de Albuquerque, que transportavam o corpo do seu senhor num ataúde sobre umas andas, coberto por panos de ouro³⁶⁰. Nesse mesmo dia, e enquanto os nobres se organizavam para esperarem ali o tempo necessário para que o rei tomasse uma decisão, este sai para Urueña, onde estava D. Maria de Padilha, mostrando assim que não estava disposto a fazer o que lhe pediam. A rainha D. Maria comunica a fuga do filho aos nobres que estavam acampados fora da cidade, convidando-os a pernoitar dentro dos muros, numa manifestação de amizade, o que poderia conduzir o rei a reconsiderar a sua posição e a aceitar as recomendações que até aí rejeitara liminarmente. Os revoltosos aceitam o convite da rainha-mãe e convocam ainda para junto desta várias senhoras do seu partido, como Isabel de Meneses, viúva de João Afonso e então ainda em Montealegre; D. Joana, esposa de Henrique de Trastâmara; e a rainha D. Leonor, mãe de D. Fernando e de D. João. Estando assim reunida em Toro a principal nobreza do reino, assemelhava-se a uma corte sem rei. Envia-lhe por isso mensageiros a Urueña para que torne a Toro³⁶¹.

Não obstante alguns dos novos privados do rei se recusarem a acompanhá-lo por temerem represálias por certas acções que antes tinham feito, e apesar de o aconselharem a não voltar a Toro, o rei D. Pedro I acede ao pedido, submetendo-se à vontade dos

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 453.

³⁵⁹ Cf. *ibidem*, p. 455-456.

³⁶⁰ Cf. *ibidem*, p. 456.

³⁶¹ Cf. *ibidem*, pp. 456-457.

sublevados. É recebido por estes em Toro, e os revoltosos beijam-lhe a mão em sinal de vassalagem. Quando o monarca se encontra com as rainhas D. Maria e D. Leonor, é nítido para todos que o seu estatuto pouco diferia do de um prisioneiro. Os revoltosos prendem o camareiro-mor do rei, João Fernandes de Hinestrosa, o tesoureiro Samuel Levi e o chanceler, Fernando Sanches de Valladolid³⁶², repartindo depois entre si os ofícios da casa do rei: D. Fradique passava a ser camareiro-mor; D. Fernando de Aragão era nomeado chanceler-mor; D. João de Aragão recebia a alferesia-mor; e D. Fernando de Castro tornava-se mordomo-mor³⁶³.

Com o rei manietado e os Padilha e amigos afastados das esferas de influência próximas, João Afonso de Albuquerque tinha terminado, depois de morto, aquilo a que se propusera, sendo transportado para o mosteiro de Santa Maria de La Espina, onde seria enterrado. Acompanhavam-no pela última vez a esposa, D. Isabel, os seus servidores, e ainda a rainha D. Leonor, D. Telo, D. João de Lacerda e outros cavaleiros³⁶⁴. Apesar do seu papel nesta complicada e conturbada trama ter acabado, esta não terminava aqui, pois pouco depois, sentindo-se naturalmente privado da liberdade, o rei conseguia escapar de Toro para Segóvia, preparado para recuperar a sua autoridade. Suceder-se-iam novos episódios que terminariam, como se sabe, na morte de Pedro I às mãos do irmão D. Henrique, em Montiel, na noite de 22 para 23 de Março de 1369 e na aclamação deste como Henrique II, depois de uma luta sem quartel entre os dois³⁶⁵.

Segundo o conde D. Pedro no seu Livro de Linhagens, o facto que despoletara a deposição e morte de D. Pedro de Castela fora o afastamento de João Afonso do governo do reino: «*E depois que se del partio dom Joham Afonso d'Albuquerque e de Medelim, que o conselhava mui bem e verdadeiramente com gram prol dos fidalgos e dos outros do reino, houve privados que o conselharom mui mal, prazenceando e dando-lhes mãos conselhos por tirarem del mercees*», levando-o a cometer muitos pecados, crimes e injustiças, «*e por estes pecados o desemparouo Deus, e alçou-se o reino contra ele*»³⁶⁶.

Para a história ficava não apenas a recordação do senhor de Albuquerque em vida e dos seus longos serviços na administração do reino mas ainda a memória do seu papel depois de morto como referência simbólica da poderosa rebelião nobiliárquica que atravessou Castela entre 1353 e 1354.

³⁶² Cf. *ibidem*, pp. 455-456.

³⁶³ Cf. *ibidem*, p. 456.

³⁶⁴ Cf. *ibidem*, p. 459.

³⁶⁵ Cf. **Pedro I**, pp. 338-339.

³⁶⁶ Cf. **Livro de Linhagens**, 21A15.

4.4. MARTIM GIL E A EXTINÇÃO DOS MENESES E ALBUQUERQUES EM CASTELA

O senhor de Albuquerque, ao falecer em Medina del Campo, em 28 de Setembro de 1354, deixava um filho legítimo, Martim Gil, que como foi dito fora entregue como refém ao rei D. Pedro no Verão de 1353. Apesar de passar a ser o líder da família, nunca mais esta voltará a ter o poder que exibiu durante a vida do pai. As relações com o rei D. Pedro ter-se-ão regularizado depois da morte de João Afonso, pois em 25 de Outubro de 1360³⁶⁷ sabe-se que volta a confirmar documentos régios, o que já não acontecia desde 12 de Agosto de 1353, quando ainda ostentava o cargo de *adelantado-mor* de Múrcia³⁶⁸. Irá manter-se na corte durante os anos seguintes, confirmando documentos pelo menos até 1 de Maio de 1364³⁶⁹. É aí arrolado como «*Don Martin Gil, señor de Alborquerque e Medellin*», o que significa que, apesar do rei castelhano ter arrasado o castelo desta última vila aquando do início dos confrontos com João Afonso, o senhorio se tinha mantido na posse da família.

Também em Portugal Martim Gil irá tratar dos seus interesses, designadamente dos domínios que o pai houvera. Assim, em Setembro ou Outubro de 1357, o rei D. Pedro de Portugal irá confirmar-lhe as jurisdições e terras que haviam pertencido a João Afonso³⁷⁰. A 9 de Junho de 1362, após reclamação de Martim Gil, o monarca português confirmava-lhe os privilégios do couto e honra de Souto de Rebordões³⁷¹, vindo a fazer o mesmo em 16 de Abril de 1364³⁷².

Ayala narra de forma lacónica a morte de Martim Gil, em 1365, que constitui a extinção das casas de Menezes e de Albuquerque em Castela: «*E en este año morió en Sevilla Don Martin Gil, Señor de Alburquerque, fijo de Don Juan Alfonso é de Doña Isabel su mujer, é decian que morió com hiervas que le dieron*»³⁷³. Aparentemente, mais uma vítima do monarca castelhano.

³⁶⁷ É aí apresentado como Martim Gil, filho de João Afonso de Albuquerque. Cf. **CD Pedro I**, doc. 1120.

³⁶⁸ Cf. *ibidem*, doc. 833.

³⁶⁹ Cf. *ibidem*, doc. 1247.

³⁷⁰ Cf. **Chancelaria de D. Pedro I**, doc. 142 e Fátima Regina Fernandes, «A extinção da descendência varonil dos Menezes de Albuquerque... cit.», p. 1454.

³⁷¹ Cf. **Chancelaria de D. Pedro I**, doc. 648. A reclamação surge depois dos lavradores, foreiros e povoadores deste domínio terem sido obrigados a prestar serviço nos muros da vila de Ponte de Lima pelo concelho desta localidade. Os serviços não deviam ter lugar pois Souto de Rebordões era terra coutada e honrada, pelo que o rei notificava através desta carta o seu corregedor de Entre Douro e Minho.

³⁷² Cf. *ibidem*, doc. 892. Trata-se de um despacho ao corregedor de Entre Douro e Minho e aos juízes de Ponte de Lima. Aparentemente, os homens da vila continuavam a constranger os moradores do Souto de Rebordões a prestar os serviços a que não eram legalmente obrigados.

³⁷³ **Crónica de Don Pedro I**, p. 536.

Além de Martim Gil, do casamento entre João Afonso de Albuquerque e de Isabel de Meneses nascera um outro filho, de nome João Afonso. Este varão, mais velho do que Martim Gil, chegou mesmo a confirmar privilégios rodados de Afonso XI e a ocupar um ofício na casa do infante herdeiro, D. Pedro. Encontramo-lo em quatro documentos deste tipo, entre 20 de Março de 1345³⁷⁴ e 15 de Março de 1348³⁷⁵, desaparecendo depois da documentação, o que significa que terá falecido pouco depois. É mencionado nestes documentos como tendo o ofício de alferes-mor da casa do infante, onde o pai também pertencia como amo e mordomo-mor.

Com o desaparecimento de Martim Gil, os senhorios de João Afonso de Albuquerque passavam para a coroa, e no ano seguinte, no dia 7 de Abril, Henrique de Trastâmara, que invadira Castela e ocupava grande parte do território, vai ceder essas terras — Albuquerque, Codosera, Alconchel, Medellín —, ao seu irmão D. Sancho, outorgando-lhe o título de conde de Albuquerque³⁷⁶.

A morte dos dois filhos leva a que muitos dos imensos domínios das casas de Meneses e de Albuquerque venham a cair nas mãos de D. Isabel de Meneses, que se arroga herdeira legítima de Martim Gil nos senhorios em Portugal, estatuto que ainda reclama em 26 de Outubro de 1367: «*dona Isabel molher que foe de dom Joham Afonso dalbuquerque me dise que per morte de seu filho dom Martinho ficou legitima herdeyra em todos seus bñes e herdades e todos em sólido e jusdições e senhorios e padroados*»³⁷⁷. Irá nomear Maria de Vilalobos sua testamenteira em Portugal — «*dona Maria de vila lobos me enviou dizer que ella como testementeira de dom Joham afonso dalbuquerque ja pasado e por outrogamento e doaçam e renunciaçom que lhe fez dona Isabel*»³⁷⁸ —, para que sejam cumpridos os preceitos testamentais do falecido marido, retendo alguns bens e alienando outros, administrando o património familiar através desta senhora³⁷⁹.

Apesar de o rei D. Pedro de Portugal reconhecer inicialmente a posse de alguns bens a Maria de Vilalobos, acaba por confiscar todos os que faziam parte da herança de Martim Gil. Estes viriam a ser distribuídos mais tarde por vários indivíduos, incluindo a

³⁷⁴ Cf. **CD Alfonso XI**, doc. 303.

³⁷⁵ Cf. *ibidem*, doc. 335. Confirma ainda duas cartas em 10 de Janeiro de 1345 e em 10 de Março de 1348 (cf. *ibidem*, docs. 320 e 334).

³⁷⁶ Cf. **Salazar y Castro**, maço M-43, fl. 120v.

³⁷⁷ **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 21.

³⁷⁸ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 22.

³⁷⁹ Sobre a evolução do património de João Afonso de Albuquerque após a sua morte e a de Martim Gil, cf. Fátima Regina Fernandes, *ob. cit.*. Maria de Vilalobos, ou Maria Rodrigues de Vilalobos, era filha de Teresa Sanches e de Rui Gil de Vilalobos. Como Teresa Sanches casara em primeiras núpcias com João Afonso de Albuquerque, o primeiro conde de Barcelos, era portanto tia de João Afonso, o do ataúde, e tia-avó de Martim Gil. A evolução do património será analisada com maior pormenor em ponto específico.

testamenteira e alguns descendentes de João Afonso³⁸⁰. Quando D. Fernando sobe ao poder, D. Isabel e Maria de Vilalobos tratam de apresentar ao novo rei demandas no sentido de recuperar alguns dos bens, iniciando-se o processo de desembargamento logo em 8 de Abril de 1367³⁸¹. Ora de todos os bens que João Afonso de Albuquerque — e depois Martim Gil — tinha em Portugal, D. Isabel apenas reteve Jarmelo, uma terra a poucos quilómetros a este da Guarda³⁸². Mas a 20 de Janeiro de 1370 o monarca português doa perpetuamente a João Afonso Telo, irmão de Leonor Teles, essa mesma terra de Jarmelo, justificando a mercê por D. Isabel estar em seu desserviço no reino castelhano³⁸³. Não há notícias posteriores de Isabel de Meneses, pelo que se presume que terá falecido pouco tempo depois, revertendo os seus senhorios da Tierra de Campos, por não ter herdeiros, para a coroa castelhana.

Terminava desta forma, por extinção biológica, o notável percurso dos ramos principais dos Meneses e Albuquerque em Castela. Um percurso de dois séculos, iniciado no reinado de Afonso VIII e que veria o seu fim no acidentado reinado de Pedro I. Mas estes dois ilustres apelidos não iriam desaparecer. Vão renascer em Portugal, onde distinção e honra semelhantes estariam reservadas aos seus detentores, herdeiros da memória dos Meneses e dos Albuquerque e seus descendentes por via secundogénita — descendentes de Gonçalo Anes Raposo — e ilegítima — filhos bastardos de João Afonso de Albuquerque, *o do Ataúde*. Com efeito, João Afonso de Albuquerque deixava filhos ilegítimos de uma ligação amorosa com Maria Rodrigues Barba: Fernando Afonso de Albuquerque, Beatriz Afonso de Albuquerque e Maria Afonso de Albuquerque³⁸⁴. Conhece-se ainda um outro filho, Diogo Afonso, que poderá também ter sido filho de Maria Rodrigues, e cuja única notícia identificada foi o facto de acompanhar o meio-irmão Martim Gil quando este é entregue como refém a Pedro I de Castela³⁸⁵.

Fernão Afonso de Albuquerque seria o progenitor dos Albuquerque portugueses que se iriam destacar ao longo da segunda dinastia. As duas irmãs Beatriz Afonso e Maria Afonso, por sua vez, irão desposar dois irmãos com origens comuns, João Afonso Telo e Gonçalo Teles, descendentes de Gonçalo Anes Raposo e, por conseguinte, descendentes de

³⁸⁰ Cf. *ibidem*, pp. 1455-1456.

³⁸¹ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 5v.

³⁸² Cf. *ibidem*, liv. 1, fl. 21. Documento de 26 de Outubro de 1367.

³⁸³ Cf. *ibidem*, liv. 1, fl. 51.

³⁸⁴ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 188-189. D. Maria seria legitimada em 23 de Outubro de 1372 e o documento indica o nome da mãe (cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 106v).

³⁸⁵ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 437.

Afonso Teles, o Velho, por via secundogénita³⁸⁶. Na medida em que todos se vão fixar em Portugal após a extinção dos ramos de Meneses e de Albuquerque e vão conseguir grande evidência do tecido nobiliárquico português do reinado de D. Fernando, serão tratados no capítulo seguinte, relativo aos Teles portugueses.

³⁸⁶ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 189.

5. OS TELES PORTUGUESES

5.1. GONÇALO ANES RAPOSO E A ORIGEM DOS TELES PORTUGUESES

Como foi apontado atrás, os famosos Teles do final da primeira dinastia descendem de Gonçalo Anes Raposo, filho de João Afonso, segundo senhor de Albuquerque. Este Gonçalo Anes terá vivido sempre em Castela, e  participado nas campanhas militares contra os muçulmanos onde ganhou alguma celebridade, a avaliar pelo apodo que lhe  atribuído — *Raposo* — e que Argote de Molina justifica pela astúcia que demonstrou nos combates¹. Apesar disso, não há muita informação sobre este nobre. Já foi referido que a 24 de Abril de 1268, com a mãe, Berenguela Gonçalves, e os irmãos Rodrigo Anes e Telo Afonso, doavam a pesqueira de Gozn e várias herdades ao Mosteiro de Palazuelos, pela missa dos 20 dias em alma do pai². Voltam a surgir notícias suas no final do reinado de Afonso X, quando os principais ricos-homens castelhanos já haviam trocado a corte d’o *Sábio* pela companhia do infante D. Sancho ou o exílio. Passa então a confirmar os documentos reais. F-lo desde 1 de Setembro de 1283 quando surge arrolado como «*Gonal Yuannes, f de don John Alfonso*»³. O seu irmão desaparecera da documentação havia bastantes anos, desde 1276⁴, e é muito possível que Gonçalo Anes, apesar de poder frequentar a corte desde há muito, apenas ascendesse à dignidade de testemunha dos diplomas régios devido ao facto da corte ter sofrido uma enorme sangria dos seus mais prestigiados membros habituais. Esta circunstância levou a que nobres até  em posição secundária, apesar de poderosos, fossem chamados para ocupar os lugares normalmente ocupados por um grupo muito restrito de magnates.

Durante o reinado de Sancho IV  possível que tenha continuado a figurar na lista de subscritores dos documentos régios, pois é mencionado por vezes é um Gonçalo Anes entre 18 de Outubro de 1284⁵ e 8 de Agosto de 1288⁶, na coluna dos nobres leoneses, e que se tratará, com elevado grau de possibilidade, de Gonçalo Anes Raposo. Apesar de se poder tratar de um homnimo das famílias Vinhal ou Aguilar, não  crível que o seja, uma

¹ Cf. *Nobleza del Andaluzia*, fl. 91.

² Cf. *Salazar y Castro*, maço D-16, fl. 80v.

³ Cf. *Diplomatário Andaluz*, doc. 515. Ir testemunhar outro diploma a 10 de Janeiro de 1284, sendo designado da mesma forma (cf. *ibidem*, doc. 520)

⁴ Cf. *Afonso X*, p. 318.

⁵ Cf. Bonifácio Palácios Martin, *Collecion Diplomática Medieval de la Orden de Alcntara (1157?-1494)*, 1º vol., Madrid, Fundación San Benito de Alcntara – Editorial Complutense, 2000, doc. 520.

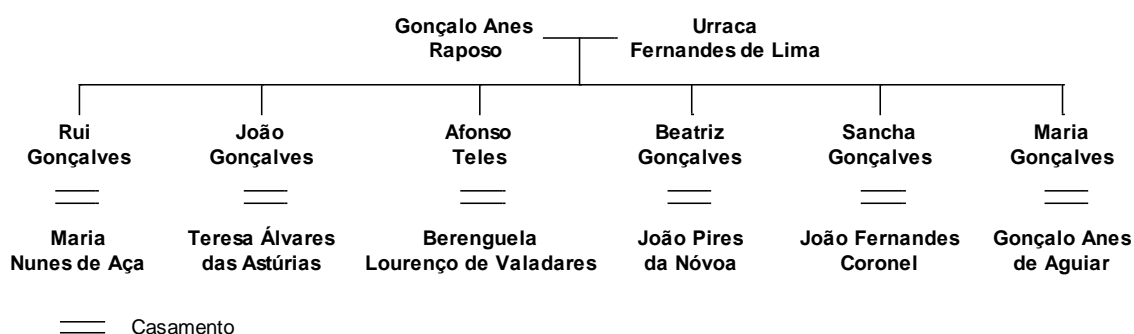
⁶ Cf. *Sancho IV*, 3º vol., doc. 211.

cunhado Afonso Teles de Córdova e de Rodrigo Froilaz¹⁰, como foi apontado atrás no capítulo apontado ao primeiro. Como estes dois, também recebeu de Fernando III uma doação maior após a tomada desta cidade¹¹.

Do casamento entre Gonçalo Anes e Urraca Fernandes nasceram seis filhos: Rui Gonçalves, João Gonçalves, Afonso Teles, Beatriz Gonçalves, Sancha Gonçalves e Maria Gonçalves¹². De todos estes, é particularmente relevante para este trabalho Afonso Teles, progenitor do ramo familiar — geralmente conhecido por Teles ou Teles de Meneses e aqui denominado de Teles portugueses —, que iria, nos reinados de D. Pedro I e D. Fernando, alcançar a preeminência social em Portugal.

O interessante desta prole é a diversificação dos casamentos que contraem¹³. Assim, e deixando de parte Afonso Teles, que merecerá maior atenção adiante, verificamos que Rui Gonçalves casou com Maria Nunes de Aça¹⁴, filha de Nuno Gil de Aça e de Aldonça Rodrigues de Saldanha¹⁵. Nuno Gil, rico-homem, era o líder da linhagem de Aça, uma velha família firmemente enraizada em Castela nas regiões de Burgos e Saldaña¹⁶.

Árvore Genealógica 11 – *Filhos de Gonçalo Anes Raposo*



Por sua vez, João Gonçalves desposa Teresa Álvares das Astúrias¹⁷, prima da Teresa Álvares que contrai matrimónio com Afonso de Meneses. Era filha de Álvaro Dias das

¹⁰ Cf. **Primera Crónica General**, tomo II, pp. 750-753 e Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... cit.», p. 92.

¹¹ Cf. **Fernando III**, 1º vol., p. 173.

¹² Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 577 e **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 192-194.

¹³ Para todos os casamentos indicados em seguida, além das fontes e bibliografia citadas, cf. *ibidem*, pp.192-195.

¹⁴ Cf. *ibidem*, p. 192.

¹⁵ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 577.

¹⁶ Cf. Salvador de Moxó, *ob. cit.*, pp. 77-82.

¹⁷ Cf. **Livro de Linhagens**, 14C5, 24A6, 57S4.

Astúrias, irmão mais novo de Pedro Álvares¹⁸, pai da mencionada esposa de Afonso de Meneses. Já foram atrás feitas algumas observações sobre esta família, uma das mais poderosas e antigas do reino de Leão, também ela pertencente à denominada nobreza velha¹⁹.

Beatriz Gonçalves tem por marido João Pires da Nóvoa²⁰, descendente de uma família de origem galega com antigas ligações aos Trava por linha materna²¹ cujos membros tinham ocupado lugar de destaque na cúria portuguesa nos reinados de Afonso II e de Sancho II²².

Uma outra filha, Sancha Gonçalves, vai casar com João Fernandes Coronel e serão os progenitores do malfadado Afonso Fernandes Coronel, que tem um percurso político notável no reinado de Afonso XI²³, vindo mesmo a conseguir a rico-homia no reinado seguinte²⁴ e que, como foi observado, foi executado por ordem de Pedro I de Castela, eventualmente instigado por João Afonso de Albuquerque, em Aguilar, no ano de 1353. Esta família tinha ligações próximas com os Meneses através dos avós paternos de João Fernandes, Gonçalo Anes Coronel e a sua esposa, Maria Fernandes. Em 28 de Setembro de 1254, Gonçalo Anes tinha recebido metade de Villavelasco, a norte de Cea, por doação de João Afonso, segundo senhor de Meneses, e da sua esposa Berenguela Gonçalves²⁵; Maria Fernandes fora a ama da rainha D. Maria de Molina, e no reinado de Sancho IV pertenceu à sua casa, sendo aí ama da infanta D. Isabel²⁶.

A última filha de Gonçalo Anes, Maria Gonçalves, contraiu matrimónio com Gonçalo Anes de Aguiar, chefe desta casa, rico-homem das cortes de Sancho IV e de Fernando IV²⁷ e filho do cavaleiro e trovador português Gonçalo Anes de Aguiar ou do Vinhal. Este, vindo para Castela, participou na campanha murciana do infante D. Afonso²⁸

¹⁸ Cf. *ibidem*, 14A4 e B5.

¹⁹ Cf. Salvador de Moxó, *ob. cit.*, pp. 143-145.

²⁰ Cf. **Livro do Deão**, 1908-9 e **Livro de Linhagens**, 13C7-8, 36BE10, 57L4.

²¹ Cf. **Livro de Linhagens**, título 13.

²² Pêro Anes da Nóvoa, antepassado do João Pires casado com Beatriz Gonçalves, fora mordomo de Afonso II (cf. **D. Afonso II**, pp. 194-195) e de Sancho II (cf. **Sancho II**, p. 92).

²³ Cf. Salvador de Moxó, «La sociedad política castellana en la época de Alfonso XI»...*cit.*, pp. 267-268.

²⁴ Cf. Emilio Cabrera, «La revuelta de Alfonso Fernández Coronel...*cit.*», p. 63.

²⁵ Cf. **Salazar y Castro**, maço M-52, fl. 126v.

²⁶ Cf. **Crónica de Don Sancho IV**, p. 75.

²⁷ Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... *cit.*», p. 139.

²⁸ Sobre este nobre, Cf. Henrique David, «Os portugueses nos livros de Repartimiento da Andaluzia (século XIII)», *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, nº 3, 1986, p. 60 *et passim* e *idem*, «Os Portugueses e a Reconquista Castelhana e Aragonesa do século XIII» in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 3º vol., INIC, Porto, 1989, pp. 1031-1036.

e depois no cerco de Sevilha, sendo aí herdado²⁹. Recebeu mais tarde, em 1257 de Afonso X, o senhorio de Aguilar de la Frontera³⁰.

5.2. AFONSO TELES E O ESTABELECIMENTO EM PORTUGAL

Diz Argote de Molina que «*Don Alonso Tellez de Meneses passo a Portugal*»³¹, e esta passagem fez-se de facto, embora não se saiba em que moldes, uma vez que há pouca informação sobre este nobre. Sabe-se que acompanhou o infante D. Afonso na juventude deste e durante o conflito que o opõe ao pai, o rei D. Dinis. A 21 de Dezembro de 1317 é arrolado como o primeiro dos nobres que se encontram junto de D. Afonso em Beja, quando este elabora uma carta de contestação à doação da vila de Tomar — antes pertencente à recentemente extinta Ordem do Templo — pelo papa João XXII ao cardeal Bertrando³². Também aí se encontrava Lopo Fernandes Pacheco, que mais tarde emergiria como a principal figura da corte de Afonso IV³³ e que casaria uma filha sua, Guiomar Lopes, com João Afonso Telo, filho de Afonso Teles³⁴. A 15 de Outubro de 1318 estava ao lado do rei e do infante na cerimónia de fundação do mosteiro de Odivelas, encabeçando novamente a lista de testemunhas inscritas na referência feita a esta carta de fundação por frei Francisco Brandão, na Sexta Parte da Monarquia Lusitana³⁵.

Terá alinhado ao lado de D. Afonso no conflito que se estendeu entre 1319 e 1324, pois no início de Maio de 1322 é um dos nobres que o acompanha e confirma as pazes que firma com o pai³⁶. Apesar desta ligação próxima ao infante herdeiro, não surgem notícias suas no reinado de Afonso IV. Este seu desaparecimento só se pode justificar por três aspectos: por ter tornado a Castela, e não há indicações neste sentido; por não ter tido a bem sucedida carreira política que se adivinhava, uma hipótese que se apresenta como pouco provável, considerando a carreira dos filhos e netos; ou pelo facto de ter falecido precocemente.

²⁹ Recebeu uma doação menor, de 100 aranças e 10 jugadas. Cf. **Repartimiento de Sevilla**, 2º vol., pp. 231 e 248.

³⁰ Cf. Henrique David, *ob. cit.*, p. 60.

³¹ **Nobleza del Andalusia**, fl. 91.

³² Cf. **Monarquia Lusitana VI**, pp. 267-268.

³³ Cf. **D. Afonso IV**, pp. 114-119.

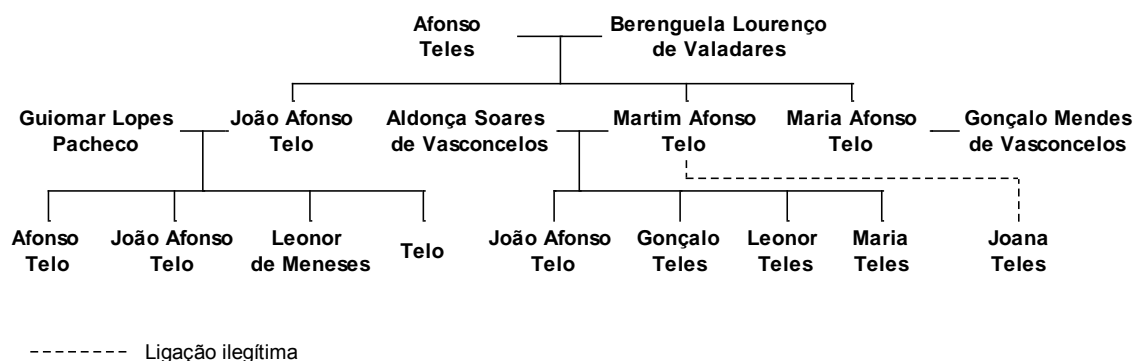
³⁴ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 194-195.

³⁵ Cf. **Monarquia Lusitana VI**, p. 273.

³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 422-423 e **D. Dinis**, p. 194.

Salazar y Castro apresenta-o como mordomo-mor de Afonso IV³⁷, não se conseguindo, contudo, confirmar a posse deste ofício, que nas referências portuguesas nunca lhe é atribuído. Porém, considerando o prestígio que os seus descendentes iriam alcançar, não seria de todo surpreendente que tal fosse uma realidade.

Árvore Genealógica 12 – *Filhos de Afonso Teles*



Afonso Teles casou com Berenguela Lourenço de Valadares, filha de Sancha Nunes de Chacim e de Lourenço Soares de Valadares³⁸, rico-homem e conselheiro de D. Afonso III e de D. Dinis entre 1268 e 1298, tenente de Riba Vouga em 1273 e de Riba Minho entre 1279 e 1287³⁹. Foi aio de Pedro Fernandes de Castro, que traz em 1305 ainda criança para Portugal para o apartar de uma possível perseguição por parte de Fernando IV⁴⁰. Este Pedro Fernandes manteria depois uma relação ilegítima com uma filha do seu aio, Aldonça Lourenço de Valadares, de onde nasceriam Álvaro Pires de Castro e Inês de Castro⁴¹. Ao observar que Afonso Teles e Berenguela Lourenço tiveram como filhos Martim Afonso Telo e João Afonso Telo, além de Maria Afonso Telo⁴², verificamos que destas duas filhas de Lourenço Soares descendem os Teles e os Castro que irão ocupar as mais elevadas posições nobiliárquicas do reino português nos reinados seguintes.

³⁷ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., pp. 556 e 577.

³⁸ Cf. *ibidem*, pp. 556 e 577, **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol, pp. 793-796 e **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 190 e 194.

³⁹ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., p. 793.

⁴⁰ Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, «Los Castro gallegos del siglo XIV: apuntes para un análisis de su proyección en la historia política de Castilla», *Hispania. Revista española de historia*, vol. 45, nº 161, 1985, p. 478.

⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 493 e **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 190-191.

⁴² Cf. *ibidem*, pp. 194-195 e **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., pp. 108-110.

Maria Afonso Telo casou, em data anterior a 1343⁴³, com Gonçalo Mendes de Vasconcelos⁴⁴, que lhe iria sobreviver e ganhar bastante notoriedade durante os reinados de D. Pedro e, sobretudo, de D. Fernando. Gonçalo Mendes era filho de Mem Rodrigues de Vasconcelos e da sua segunda esposa, Constança Afonso de Brito⁴⁵. Mem Rodrigues fora alcaide de Guimarães, meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho entre 1321 e 1324 e participara ao lado de D. Dinis durante a guerra civil do final do reinado, vindo por isso a perder este último cargo por exigência do infante D. Afonso⁴⁶. A família tinha adoptado como estratégia de sobrevivência para este conturbado período a diversificação das ligações políticas, estendendo os vínculos aos dois campos em conflito: o seu irmão Nuno Rodrigues de Vasconcelos era mordomo de Afonso Sanches⁴⁷, vindo mesmo a falecer em Albuquerque⁴⁸; um outro irmão, João Rodrigues de Vasconcelos, era por sua vez mordomo do infante D. Afonso⁴⁹. Não obstante a inimizade, o infante D. Afonso irá regularizar a sua relação com Mem Rodrigues de Vasconcelos, após a subida ao trono⁵⁰.

Surgem notícias de Gonçalo Mendes a 5 de Agosto de 1355, quando testemunha o juramento de reconciliação entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro⁵¹. Encontrava-se aí ao lado de D. Pedro. Cinco anos depois, a 18 de Junho de 1360, era um dos nobres que estava presente no juramento que este fazia relativamente ao casamento com Inês de Castro⁵². No reinado de D. Fernando será por diversas vezes beneficiado, numa altura em que os Teles, seus parentes, detinham o governo do reino. Não houve filhos deste enlace, vindo Gonçalo Mendes a casar uma segunda vez com Teresa Rodrigues Ribeiro⁵³.

⁴³ Cf. *ibidem*, p. 344.

⁴⁴ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 195.

⁴⁵ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., p. 838.

⁴⁶ Cf. *ibidem*, p. 837.

⁴⁷ Cf. *ibidem*, p. 836.

⁴⁸ Cf. **Livro de Linhagens**, 36N11.

⁴⁹ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., p. 833.

⁵⁰ Cf. *ibidem*, 838.

⁵¹ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 159-160.

⁵² Cf. **As Gavetas da Torre do Tombo**, vol. V, doc. 3668.

⁵³ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 159-160.

5.3. JOÃO AFONSO TELO E A ASCENSÃO DOS TELES EM PORTUGAL

5.3.1. A morte de Martim Afonso Telo

Os filhos de Afonso Teles seguem carreiras distintas, embora com alguns aspectos semelhantes. É geralmente apontado como primogénito Martim Afonso Telo, sendo filho segundo João Afonso Telo⁵⁴. Seria porém este último a conseguir uma maior notabilidade.

Martim Afonso acompanhou D. Maria, filha de D. Afonso IV, para Castela, em 1328, aquando do casamento desta com Afonso XI⁵⁵. Escreve Pedro Lopes de Ayala que «*Martin Alfonso Tello, que era natural de Portugal, é viniera con la Reyna Doña Maria quando ella vino de Portugal*»⁵⁶. Fez parte da sua casa onde, segundo algumas versões, desempenhou o ofício de mordomo-mor⁵⁷. É possível que o tenha feito durante vários anos, apesar do lugar ter sido ocupado por João Afonso de Albuquerque entre 1331 e 1332 e, mais tarde, entre 1351 e 1353⁵⁸.

Foi executado em 1356 a mandato de Pedro I, quando se encontrava em Toro, com a rainha D. Maria, não por qualquer acção em concreto que se conheça mas aparentemente apenas porque fazia parte da casa da rainha, a quem o rei D. Pedro condenava por não o ter apoiado frente aos nobres que o tinham reduzido, praticamente, a um estado de cativo. Contudo, integrava uma rede de poder que constituía uma ameaça concreta para o rei, como se verá adiante⁵⁹. Em 1355, D. Pedro tinha lançado uma violenta resposta à audácia nobiliárquica. Fugira de Toro e organizara desde Valladolid uma ofensiva contra aqueles que nos anos anteriores o tinham humilhado, iniciando assim a guerra civil⁶⁰. Passam para o seu lado os infantes de Aragão⁶¹, o que com o desaparecimento no ano anterior de João Afonso de Albuquerque fazia do conflito uma luta entre irmãos: o rei contra os bastardos de Afonso XI. Um dos seus alvos vai ser Toro, que assedia a partir de Setembro, e onde se encontravam inicialmente Henrique de Trastâmara, D. Fradique e a rainha D. Maria. Os

⁵⁴ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 108.

⁵⁵ Cf. *ibidem*, pp. 108-109.

⁵⁶ **Crónica de Don Pedro I**, p. 465. Anselmo Braancamp Freire diz que era amante de D. Maria (cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 108.).

⁵⁷ Cf. **Casa Farnese**, 2º vol., p. 556, **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., pp. 108-109.

⁵⁸ João Afonso de Albuquerque surge com este ofício pela primeira vez a 27 de Janeiro de 1331, mantendo-o até Setembro de 1332, pelo menos (cf. **CD Alfonso XI**, docs. 164 e 204, respectivamente) e mais tarde, depois de ter sido mordomo e aio do infante, irá ostentá-lo de novo, acumulando-o com o de chanceler do rei, entre pelo menos 12 de Maio de 1351 (cf. **CD Tordesillas**, doc. 74) até 12 de Agosto de 1353 (**CD Pedro I**, doc. 833) ou posterior.

⁵⁹ Cf. ponto 6.4.

⁶⁰ Cf. **La crisis de la Reconquista**, pp. 31-32.

⁶¹ Cf. *ibidem*, p. 32.

dois primeiros conseguem fugir e quando o rei entra na cidade vai liquidar alguns dos cavaleiros que ali estavam, incluindo o citado Martim Afonso, para grande desgosto da rainha, que havia pedido o perdão para os defensores da cidade⁶².

Martim Afonso Telo casara, muito provavelmente quando ainda estava em Portugal, com Aldonça Soares de Vasconcelos, filha de João Mendes de Vasconcelos e de Aldara Afonso Alcoforado⁶³. Este João Mendes, sendo filho de Mem Rodrigues de Vasconcelos e da sua primeira esposa, Maria Martins Zote⁶⁴, era pois meio-irmão de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, casado por sua vez com Maria Afonso Telo.

À morte de Martim Afonso, os seus filhos, que provavelmente estariam consigo e com a mãe em Castela, terão vindo para Portugal, onde seriam acolhidos pelo tio, João Afonso Telo. Serão, todos eles, nobres de elevado prestígio e bastante conhecidos: João Afonso Telo, que será conde de Barcelos; Gonçalo Teles, mais tarde conde de Neiva; Leonor Teles, rainha de Portugal; e a desventurada Maria Teles⁶⁵. Martim Afonso teve ainda uma filha bastarda de Senhorinha Martins, de seu nome Joana Teles, comendadeira do mosteiro de Santos, em Lisboa, e mais tarde esposa de João Afonso Pimentel⁶⁶, casal de onde descendem os condes de Benavente, em Castela⁶⁷.

5.3.2. *A ascensão de João Afonso Telo e a construção do bloco familiar*

João Afonso Telo é um dos mais prestigiados e influentes nobres portugueses — muito provavelmente o mais prestigiado e influente — dos reinados de D. Pedro e D. Fernando e a sua ascensão social está directamente ligada àquele primeiro rei.

Em 1353 é apresentado como conselheiro do infante D. Pedro numa súplica de dispensa de impedimento de afinidade que este envia ao papa Inocêncio VI, a favor daquele, para que possa casar com Guiomar Lopes Pacheco. O pedido será atendido por resposta de 29 de Outubro desse mesmo ano⁶⁸.

⁶² Cf. **Crónica de dom Pedro I**, pp. 470-471.

⁶³ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., p. 839.

⁶⁴ Cf. *ibidem*, p. 838-839.

⁶⁵ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 195-196 e **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., pp. 108-112.

⁶⁶ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, INCM, 2000, p. 285 e Joel Silva Ferreira Mata, «D. Joana Teles de Meneses — a comendadeira que deixou o mosteiro para casar com D. João Afonso Pimentel» in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao professor doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, 1º vol., Porto, FLUP/Civilização Ed., 2003, pp. 653-658.

⁶⁷ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, pp. 302-304.

⁶⁸ Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana. I. Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*, introd. e notas de António Domingues de Sousa Costa, Porto, Editorial Franciscana, 1968, p. 281, doc. 39).

D. Guiomar era filha de Maria Rodrigues de Vilalobos e de Lopo Fernandes Pacheco⁶⁹, nobre com origens na nobreza regional que ascende à rico-homia⁷⁰ e se vem a assumir como o mais destacado privado da corte de Afonso IV, o principal conselheiro do rei e por várias ocasiões seu embaixador⁷¹. Foi ainda encarregado pelo rei da educação dos infantes D. Leonor e D. Pedro, de quem foi mordomo-mor enquanto infante, desempenhando ainda o ofício de chanceler da rainha D. Beatriz⁷². Como foi visto, Lopo Fernandes fora um dos companheiros do infante D. Afonso nas suas lutas contra o pai, ao lado de Afonso Telo, pai de João Afonso Telo, agora seu genro. Com este tinha em comum o facto de pertencer à casa do infante, sendo mesmo possível que tenha sido D. Pedro a promover o enlace, garantindo assim uma maior solidez entre os seus dependentes. Um enlace que não seria do desagrado de nenhuma das partes. Por um lado, João Afonso Telo casava com uma filha do principal nobre da corte, por outro, Lopo Fernandes fortalecia a sua posição na esfera nobiliárquica superior, ao realizar um casamento com o líder, apesar de um ramo secundário, de uma linhagem com um passado bem mais prestigiado.

João Afonso era apresentado no despacho do papa à súplica do infante D. Pedro como «*dilectus et fidelis consiliarius*» do infante, o que revela bem a ligação já existente entre os dois. Uma relação que se irá desenvolver durante a reacção de D. Pedro à execução de D. Inês. A execução da Castro, no início de 1355, vai provocar a resposta violenta do infante e dos dois irmãos daquela dama, Fernando de Castro e Álvaro Pires de Castro, correndo os três com os seus homens as terras a norte do Douro e lançando forte devastação⁷³. Ao lado de D. Pedro encontrava-se João Afonso Telo, um dos homens da sua casa que em 1355 iria confirmar o seu juramento de perdão aos incriminados no assassinato de Dona Inês de Castro⁷⁴. Além desta relação com o infante, era primo de Inês de Castro e de Álvaro Pires por parte da mãe, e mantinha com estes outras ligações construídas em torno de Albuquerque — Álvaro Pires seguira e servira João Afonso de Albuquerque na revolta nobiliária que o opôs a Pedro I de Castela; Inês de Castro fora criada por D. Teresa Martins e quando afastada da corte refugiara-se em Albuquerque⁷⁵; e João Afonso Telo era parente dos senhores de Albuquerque.

⁶⁹ Esta Maria Rodrigues era a segunda esposa de Lopo Fernandes. Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa...cit.*, p. 1707.

⁷⁰ O conde D. Pedro escreve que «*Este Lopo Fernandez Pacheco foi rico-homem e muito honrado, e fez-o el rei dom Afonso, o quarto*». Cf. **Livro de Linhagens**, 50C7.

⁷¹ Cf. **D. Afonso IV**, pp. 114-119 e Mário Jorge Barroca, *ob. cit.*, pp. 1707-1709.

⁷² *Ibidem*, pp. 1707-1708.

⁷³ **Crónica de D. Afonso IV**, pp. 466-467.

⁷⁴ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, p. 194.

⁷⁵ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, p. 354.

Este apoio a D. Pedro enquanto infante trará a João Afonso resultados impressionantes quando aquele ascende ao trono português, em 1357. A privança com o rei continuará a ser uma constante, e será generosamente beneficiado durante o reinado, oferecendo em troca uma inatacável fidelidade. É desta forma que é feito conde logo nesse ano, tendo o rei organizado grandes festas em sua homenagem — «*hordenou el-rrei de fazer conde e armar cavalleiro Joham Affonso Tello, irmão de Martim Affonso Tello, e fez-lhe a moor honrra em sua festa que ataa 'quell tempo fora vista que rrei nêhũu fizesse a semelhante pessoa*»⁷⁶ — durante a qual foram armados muitos cavaleiros. Foi-lhe como tal entregue vitaliciamente a vila de Barcelos, ao qual o condado estava associado, no dia 10 de Outubro de 1357⁷⁷, data em que ocupava também o ofício de alferes-mor do rei: «*querendo fazer graça e mercee ao conde dom Joham afomso meu uassalo e alferez moor por que o fiz conde e por mujto seruiço que me fez E grandes diujdos que teem na mminha mercee dou lhe a mjnha ujlla de barcellos*»⁷⁸.

A esta importante distinção, que voltava a colocar o condado de Barcelos na posse dos descendentes de Afonso Teles, *o Velho*, iriam suceder-se muitas outras mercês régias: em 14 de Janeiro de 1358 recebia a honra de Paço de Aguiar, em Riba Douro, que havia pertencido ao conde D. Pedro e nas mesmas condições como este a tivera⁷⁹; em 6 de Fevereiro do mesmo ano era-lhe entregue a honra de Tuías, que fora igualmente do conde D. Pedro, nas mesmas condições⁸⁰; no dia 5 de Março de 1359 o rei confirmava-lhe a jurisdição sobre a honra de Britiande, de que já tinha tomado posse e que também pertencera ao conde D. Pedro⁸¹; a 10 de Fevereiro de 1360 era-lhe feita a doação perpétua do lugar de Aguda⁸²; em 16 de Junho de 1362 eram-lhe coutadas as herdades que tinha nas lezírias do termo de Azambuja⁸³; em 6 de Dezembro de 1362 o rei doava-lhe perpetuamente a quinta de Londrosa — ou Alondrosa — no termo de Santarém⁸⁴; em 29 de Março de 1363 recebia a jurisdição dos concelhos de Couce, Avelal e Repoula⁸⁵; e em 7 de Abril de 1364 recebia em doação perpétua a quinta da Mouta Bela, os casais da Ameixeira, a aldeia de Canave e a aldeia do Mosteiro de S. Jorge, sitas em Chão de Couce,

⁷⁶ **Crónica de D. Pedro**, p. 60.

⁷⁷ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol., p. 243.

⁷⁸ **Chancelaria de D. Pedro I**, doc. 167.

⁷⁹ Cf. *ibidem*, doc. 243.

⁸⁰ Cf. *ibidem*, doc. 254.

⁸¹ Cf. *ibidem*, doc. 367.

⁸² Cf. *ibidem*, doc. 423.

⁸³ Cf. *ibidem*, doc. 651.

⁸⁴ Cf. *ibidem*, docs. 724 e 767.

⁸⁵ Cf. *ibidem*, doc. 792.

no termo de Penela⁸⁶. Logo no dia 20 de Junho de 1357 o rei entregara a Gonçalo Pais de Meira, vassalo de João Afonso Telo, o castelo de Guimarães, não se sabendo, contudo, pelo sucinto documento, se a doação era feita directamente a este Gonçalo Pais ou se era uma mercê outorgada a João Afonso e delegada neste⁸⁷. Nos documentos de 16 de Junho de 1362 e de 29 de Março de 1363 João Afonso ostenta o ofício de mordomo do rei, sendo possível que tenha deixado de ocupar a alferesia.

Os benefícios que se acumulavam justificavam-se por vários serviços que João Afonso ia prestando ao monarca. Em Junho de 1360, em Cantanhede, o rei D. Pedro proclama, jurando pelos evangelhos, que havia casado com D. Inês de Castro em Bragança sete anos antes, sendo ainda infante⁸⁸. Mais uma vez, estava a seu lado João Afonso Telo, bem como vários outros fidalgos. Passados três dias do juramento e revelação do rei, este envia a Coimbra o conde de Barcelos, Vasco Martins de Sousa e Mestre Afonso das Leis para que ouçam e recolham os testemunhos de D. Gil, bispo da Guarda, e de Estevão Lobato, criado do rei, que corroboram e afiançam o testemunho de D. Pedro, adiantando o bispo que fora ele, então deão da Guarda, a realizar o casamento⁸⁹. Escutadas as testemunhas, são chamados os bispos de Lisboa, de Viseu, o prior de Santa Cruz de Coimbra e muitos fidalgos, tendo-lhes João Afonso Telo comunicado a declaração do rei e a confirmação das duas testemunhas, indicando que o monarca procedera assim porque não pretendia que aquele casamento ficasse por mais tempo encoberto, sendo legítimo⁹⁰. De facto, tratava-se de um processo com vista a uma legitimação não somente do enlace mas sobretudo dos filhos dele resultantes, uma incumbência que não poderia deixar de ter um significado bastante importante para o rei, a ponto de não ter hesitado em confiá-la no seu mais importante privado.

Também exerceu o papel de embaixador, sendo o escolhido para, em 1365, negociar em nome o rei os casamentos dos infantes D. Beatriz e D. Dinis, em Castela, com o rei D. Pedro e a infanta D. Isabel⁹¹.

Uma outra missão que o rei português delegou em João Afonso Telo foi a de receber, em Maio de 1366, o rei D. Pedro I de Castela, que saíra do seu reino perante a pressão de Henrique de Trastâmara e dos seus aliados e entrara em Portugal tentando o apoio do tio,

⁸⁶ Cf. *ibidem*, doc. 891.

⁸⁷ Cf. *ibidem*, doc. 22.

⁸⁸ Cf. **Crónica de D. Pedro**, pp. 123-124.

⁸⁹ Cf. *ibidem*, p. 125

⁹⁰ Cf. *ibidem*, p. 126.

⁹¹ Cf. **Chancelaria de D. Pedro I**, docs. 1005 e 1006.

Pedro I de Portugal, o seu último recurso na guerra civil⁹². Adiante tinha vindo D. Beatriz, filha do monarca castelhano e de Maria de Padilha, com o seu dote para apressar o cumprimento do casamento acordado pelos dois reis entre aquela dama e D. Fernando, o herdeiro português⁹³. Ao contrário do que o castelhano podia esperar, D. Pedro de Portugal, que se encontrava em Santarém, manda dizer ao seu homónimo, então em Coruche, que esperasse nessa vila antes de avançar mais em seu encontro. Por esta altura já Henrique de Trastâmara dominava a maior parte do reino vizinho, e muitos do conselho — eventualmente João Afonso Telo e Álvaro Pires de Castro, que tinham motivos pessoais para não sentir simpatia pelo monarca castelhano — diziam que aquela aliança, naquela situação, era muito desvantajosa, pois ajudar D. Pedro de Castela a recuperar o seu reino seria uma tarefa de grande esforço económico e militar. Os conselheiros observam que seria mais fácil recusar um pedido de ajuda ao castelhano se este não chegasse a ser recebido na corte, pois acolher um rei e não o ajudar seria uma grande desonra⁹⁴. Segundo Ayala, o monarca português decide então comunicar ao sobrinho que o não irá receber e que o infante D. Fernando não pretendia tomar por esposa D. Beatriz⁹⁵. Fernão Lopes conta a história de forma ligeiramente diferente, escrevendo que D. Pedro enviou a Coruche o conde de Barcelos para transmitir ao impaciente rei castelhano que, apesar de ser a sua vontade ajudá-lo, seria muito difícil fazê-lo, pois muitos dos nobres portugueses que já haviam participado na guerra civil estavam descontentes e escandalizados com algumas das suas acções⁹⁶. Com estas desculpas, o conde mostra de forma crua ao Pedro castelhano que o rei português não tinha vontade alguma de o ajudar na sua demanda. O consternado monarca segue de Coruche para Albuquerque, onde é impedido de entrar, chegando mesmo a ser abandonado por alguns que o acompanhavam. Reentra em Portugal e solicita ao tio um salvo-conduto que lhe permitisse atravessar o reino até à Galiza, receando alguma agressão por parte do infante D. Fernando de Portugal, sobrinho pelo lado materno de Joana Manuel, esposa de Henrique de Trastâmara⁹⁷. D. Pedro de Portugal envia então João Afonso Telo e Álvaro Pires de Castro para o escoltarem ao longo do reino, mas quando chegam à cidade da Guarda estes dizem não pretender avançar mais pois tinham sido ameaçados pelo infante português por irem a acompanhá-lo⁹⁸ — o que só

⁹² Cf. **Pedro I**, p. 289.

⁹³ Cf. **Cronica de Don Pedro I**, p. 543.

⁹⁴ O episódio está descrito com alguma minúcia por Fernão Lopes. Cf. **Crónica de D. Pedro**, p. 172-173.

⁹⁵ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 543.

⁹⁶ Cf. **Crónica de D. Pedro**, pp. 173-174.

⁹⁷ Cf. *ibidem*, pp. 175-176 e **Crónica de Don Pedro I**, p. 543.

⁹⁸ Cf. **Crónica de D. Pedro**, p. 176.

Leonor de Meneses e Telo¹⁰⁰. Uma realidade que seria extremamente favorável para o percurso político de todos eles. Pode-se até alvitrar a hipótese, que não é totalmente descabida, de que poderá ter também acolhido os filhos ilegítimos de João Afonso de Albuquerque — Fernando de Albuquerque, Beatriz de Albuquerque e Maria de Albuquerque.

Guiomar Lopes Pacheco, esposa de João Afonso Telo, era filha de Maria Rodrigues de Vilalobos, que como foi visto atrás era tia e testamenteira de João Afonso de Albuquerque, o que fazia daquela prima direita de este último. Começa-se então a delinear, sob o apadrinhamento e influência deste casal, um grupo de jovens nobres que no reinado de D. Fernando se irão salientar no panorama nobiliárquico português. Todos eles, curiosamente, descendentes de João Afonso, segundo senhor de Albuquerque, que na crise do final do reinado de Sancho II passara a Portugal em ajuda do infante D. Afonso, como se pode verificar pela árvore genealógica de abaixo.

Os dois casamentos que se fazem entre as duas filhas ilegítimas de João Afonso de Albuquerque e os dois varões de Martim Afonso Telo — Beatriz Afonso de Albuquerque com João Afonso Telo e Maria Afonso de Albuquerque com Gonçalo Teles —, certamente em Portugal e com grande grau de probabilidade pela iniciativa de João Afonso e de Guiomar Lopes — ou da mãe desta, Maria Rodrigues — ajudam a solidificar este grande bloco familiar de onde saem uma grande parte dos protagonistas políticos do reinado de D. Fernando.

5.4. O REINADO DE D. FERNANDO E A HEGEMONIA DOS TELES

Quando Rita Costa Gomes começa a sua recente biografia sobre D. Fernando, fá-lo desta forma: «*Na Primavera de 1372, vindo do Porto, chegou o rei D. Fernando à pequena localidade nortenha de Leça do Balio. Era neste lugar, rodeado dos seus mais fiéis cortesãos, que o rei contava realizar o seu casamento público com uma dona nobre chamada Leonor Teles de Meneses*»¹⁰¹. A própria autora reconhece que este matrimónio é o evento maior deste reinado, não apenas retrospectivamente mas aos olhos coevos¹⁰². Salvador Dias Arnaut, em 1960, na sua obra sobre a sucessão de D. Fernando, ainda hoje de leitura indispensável, não fazia algo muito diferente, iniciando assim a sua narrativa:

¹⁰⁰ Cf. Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Ed. Colibri/CIDEHUS, 2004, p. 194.

¹⁰¹ **D. Fernando**, p. 17.

¹⁰² Cf. *ibidem*, p. 19.

«Infringindo o tratado de Alcoutim, termo de uma guerra desastrosa para as suas armas, D. Fernando casou com D. Leonor Teles, talvez primeiro em segredo; sem a menor dúvida, públicamente em Leça do Bailio»¹⁰³. É perfeitamente compreensível que o façam, tal como se pode perceber o motivo pelo qual não há um trabalho de grande fôlego que se debruce sobre os Teles ao longo dos últimos anos na primeira dinastia. Na realidade, tal não seria necessário, uma vez que a história do reinado de D. Fernando corresponde, grosso modo, à história dos Teles neste reinado, cujo momento emblemático é o casamento de 1372.

Não sendo fácil trazer uma nova abordagem a este tema — ao percurso político dos Teles ao longo do mencionado reinado, cujas balizas referenciais são o casamento de 1372 e a batalha de Aljubarrota em 1385 —, tente-se fazer uma síntese que permita enquadrar o comportamento político da família.

Ao longo dos últimos anos, João Afonso Telo, conde de Barcelos, tinha-se afirmado no lugar cimeiro da nobreza portuguesa. Com D. Fernando manterá o estatuto, destacando-se desde logo como seu principal conselheiro e privado. Segundo Fernão Lopes, D. Fernando punha-se «em poder e conselheiro do conde dom Joham Affonssso Tello e d'outros»¹⁰⁴ e delegava tarefas de especial importância neste experiente político: «Este conde Dom Joham Affonso (...) era estonce o moor privado que el-rrei dom Fernando avia e de que moores cousas fiava por sua discrição e sajeza»¹⁰⁵. Entre outras missões, era o embaixador privilegiado nas relações com os reinos peninsulares.

No mês de Março de 1370, o rei português delegava em João Afonso Telo a entrega da quantia em ouro que acabara de reunir, necessária para o pagamento dos mil e quinhentos cavaleiros que o rei aragonês combinara fornecer em seu apoio nas lutas contra Henrique II de Castela¹⁰⁶, contra quem Fernando I declarara guerra após a morte de Pedro I. A candidatura ao trono castelhano por parte do monarca português não era uma levandade irracional, como já foi propalado¹⁰⁷, e nasce muito provavelmente da vontade dos adversários castelhanos de Henrique de Trastâmara em apresentar um candidato à

¹⁰³ Cf. *A crise nacional dos fins do século XIV. A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960, p. 9.

¹⁰⁴ *Crónica de D. Fernando*, p. 121

¹⁰⁵ Cf. *ibidem*, p. 165.

¹⁰⁶ Cf. *Crónica de D. Fernando*, pp. 162-163.

¹⁰⁷ Em 1879, Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, descrevia o reinado de D. Fernando como «desgraças de loucas empresas» e que «a política de D. Fernando era pois historicamente insensata, (...) pessoalmente absurda, porque os seus planos eram quimeras, tão breve nascidas como abandonadas» (Lisboa, INCM, 1988, p. 132 e 135).

coroa¹⁰⁸. Proclamando os seus direitos sobre o reino de Castela como descendente legítimo de Sancho IV, D. Fernando invade a Galiza no Verão de 1369, com as suas forças e com o apoio de nobres galegos, onde despontavam Fernando de Castro e Álvaro Pires de Castro¹⁰⁹. Não o fazia de forma irreflectida, sendo possível que se estivesse a desenhar à sua volta uma poderosa coligação composta não apenas por si mas ainda pelo partido castelhano adverso ao novo rei, pelos reis de Navarra, Aragão e Granada e com apoio inglês.

Em resposta, o Trastâmara acorria com as suas hostes e, perante o recuo de D. Fernando, tomava Braga e punha cerco a Guimarães¹¹⁰, acabando por retirar pouco depois devido a notícias de que Algeciras caíra ao assédio dos mouros de Granada, antes de dar batalha ao rei português, que avançava desde o Porto¹¹¹. A guerra ganhava então uma certa regularidade, tomando, por esses tempos, a forma de escaramuças e cavalgadas entre os dois lados, bem como cercos sobre certas fortalezas, procurando sobretudo debilitar opositor e não derrotá-lo¹¹². Importava garantir alianças que provocassem um desequilíbrio favorável.

Além da entrega do ouro em Aragão, uma significativa soma que ascendia a 4.000 marcos de ouro, cerca de dezoito quintais, João Afonso Telo tinha por missão terminar as negociações, já antes iniciadas, relativas ao casamento do monarca português com D. Leonor, filha de Pedro IV, e transportar para Portugal esta infanta¹¹³. Esta união era bastante importante para D. Fernando pois garantia-lhe uma aliança com um reino fronteiro a Castela cuja possível ajuda no conflito com Henrique II valia a pena garantir. Já em Aragão, o conde de Barcelos negociava com Pedro IV a forma com seriam ordenadas as lanças contratadas, conseguindo licença para, com o ouro e prata transportados, cunhar moeda. Contudo, segundo o cronista, o muito tempo que permanece em Barcelona e a opção por alistar um maior número de cavaleiros do que estava anteriormente previsto acaba por fazer com que o dinheiro se fosse gastando em sucessivos pagamentos sem que aqueles cavaleiros entrassem em guerra. No final de Junho de 1370, João Afonso empreende a viagem de regresso a Portugal sem que a campanha contra Henrique II estivesse decidida. Argumentando não estar na posse de uma dispensa papal que permitisse o enlace, pois Fernando de Portugal e Leonor de Aragão eram parentes, o rei aragonês não

¹⁰⁸ Cf. **La crisis de la Reconquista**, p. 130.

¹⁰⁹ Cf. **D. Fernando**, pp. 69-79, e **Crónica de D. Fernando**, pp. 101-103.

¹¹⁰ Cf. **D. Fernando**, p. 76, e **Crónica de D. Fernando**, pp. 109-113.

¹¹¹ Cf. *ibidem*, p. 117.

¹¹² Cf. **D. Fernando**, p. 75-79.

¹¹³ Cf. **Crónica de D. Fernando**, p. 163.

autoriza a vinda da infanta, regressando o conde de Barcelos a Portugal sem ter conseguido cumprir o que lhe fora pedido¹¹⁴. Pouco depois chegava de Aragão uma embaixada com a promessa de consumação do casamento assim que fornecida a dispensa papal¹¹⁵. Ao que parece, Pedro IV desconfiava de um súbito recuo português¹¹⁶.

A guerra atravessa então uma situação de impasse. Os vários inimigos de Henrique II pareciam incapazes de lançar uma ofensiva susceptível de o derrotar. A aliança entre Portugal e Aragão estava, de certa forma, em suspenso. E os reis de Portugal e Castela eram pressionados pelo papa Urbano V para tratar tréguas. Todas estas circunstâncias levaram a que se iniciassem negociações entre os dois lados, promovidas por legados papais. Reunidos os representantes em Alcoutim, viriam aí a assinar um tratado de paz em 31 de Março de 1371. Tratavam-se de negociações relativamente surpreendentes, como revela o facto do embaixador nomeado para as conduzir — outra vez João Afonso Telo — se preparar pouco antes para embarcar novamente rumo a Aragão com mais dinheiro para pagar os soldos dos cavaleiros combinados¹¹⁷. Mas surpreendentes apenas na aparência porque se a situação de Henrique de Trastâmara era extremamente delicada no início de 1371 — estavam coligados contra si todos os reinos peninsulares, os focos de petristas no interior do reino não tinham desaparecido e mostravam-se activos, e crescia o descontentamento entre a população castelhana pela progressiva inflação e pela presença dos mercenários de Du Guesclin que o haviam ajudado a derrotar o irmão¹¹⁸ — no final desse ano tinha-se alterado significativamente. Tinha conseguido umas tréguas com Granada, a dispensa das tropas de Du Guesclin, algum controlo da inflação¹¹⁹ e derrotado a frota portuguesa que durante mais de um ano bloqueava no Guadalquivir a cidade de Sevilha¹²⁰. Além disso, o envio dos legados papais em promoção da paz entre Castela e Portugal, certamente sob influência francesa, não deixava de surgir como um reconhecimento tácito por parte do papado da legitimidade de Henrique II. Se somarmos a isto o facto de Fernando de Castro ter sofrido uma vincada derrota no início de 1371 pelas tropas do rei castelhano¹²¹, verificamos que a opção de D. Fernando em entabular negociações era perfeitamente compreensível, e até mesmo adequada.

¹¹⁴ Cf. *ibidem*, p. 173-175

¹¹⁵ Cf. *ibidem*, 178.

¹¹⁶ Cf. **La crisis de la Reconquista**, p. 146.

¹¹⁷ Cf. **Crónica de D. Fernando**, p. 180

¹¹⁸ Cf. **La crisis de la Reconquista**, p. 141.

¹¹⁹ Cf. *ibidem*, 145.

¹²⁰ Cf. *ibidem*, 147.

¹²¹ Cf. **D. Fernando**, p. 81

Por este tratado, D. Fernando reconhecia Henrique de Trastâmara como legítimo rei de Castela, desistindo da sua reivindicação sobre este reino e entregando as terras que tinha ocupadas, o mesmo fazendo Henrique II. Combinava-se o casamento do rei português com D. Leonor, filha daquele, que traria em dote Ciudad Rodrigo, Valência de Alcântara, Monterrey e Allariz, terras que pertenceriam doravante ao reino de Portugal¹²². O acordo era passível de satisfazer os dois lados: D. Fernando não saía em desvantagem de uma aventura que podia começar a tornar-se perigosa, e o monarca castelhano, a troco de uma pequena compensação territorial, liquidava a candidatura portuguesa ao trono castelhano.

Pouco depois, tendo o rei português acabado por não respeitar o tratado matrimonial ao desposar Leonor Teles, sobrinha de João Afonso Telo, Henrique II não era obrigado a nenhum sacrifício territorial, facto que, obviamente, não o perturbou. Faziam-se algumas alterações ao acordado em Alcoutim. D. Fernando, além de não receber as terras mencionadas, tinha de devolver Arahujo, Cabreira e Alba de Aliste. Henrique II entregava Bragança e o castelo de Miranda. Para maior firmeza do acordado, e como usava fazer-se nestas situações, o rei português entregava dois reféns ao castelhano até que devolvesse os castelos mencionados, sendo escolhidos para este papel João Afonso, filho de João Afonso Telo, que se encontrava nas negociações, e um irmão da nova rainha, João Afonso ou Gonçalo Teles¹²³.

5.4.1. Leonor Teles, rainha de Portugal e o acrescentamento da linhagem

Segundo Fernão Lopes, a entrada de Leonor Teles na corte, onde não seria presença regular, faz-se quando visita a sua irmã Maria Teles, dama e moradora da casa da infanta D. Beatriz¹²⁴. Esta infanta, na ausência de uma rainha, desempenhava o papel de consorte real, congregando à sua volta as damas da corte¹²⁵. Costumando o rei visitar amiúde a sua irmã, acontece apaixonar-se por Leonor Teles, apesar de já a conhecer anteriormente: «quando vio dona Lionor em sua casa, louçãa e apostá e de boom corpo, pêro que a d'ante ouvesse bem conhecida, por entom mui aficadamente esguardou suas fremosas feições e graça [e] d'esta se começou de namorar maravilhosamente»¹²⁶. Ora D. Leonor era casada com João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, de quem já tinha um filho,

¹²² Cf. **Crónica de D. Fernando**, pp. 179-183.

¹²³ Cf. *ibidem*, pp. 205-207.

¹²⁴ Cf. **Crónica de D. Fernando**, pp. 198-199.

¹²⁵ Cf. **D. Fernando**, pp. 56-57.

¹²⁶ **Crónica de D. Fernando**, p. 199.

Álvaro da Cunha¹²⁷. Apesar disso, o rei decide tomá-la por mulher, convocando para tal a ajuda de Maria Teles e de João Afonso Telo, tio das duas irmãs e figura tutelar da família. Resolve pedir a separação do casal, sob o argumento de interdição de parentesco entre os dois, «*que he ligeira d'achar antre os fidalgos*»¹²⁸, e que vem a ser efectuada, saindo o senhor de Pombeiro para Castela e ficando D. Leonor livre para casar com o rei.

Para este casamento, que acabará por marcar profundamente o reinado, têm sido apresentadas tradicionalmente duas razões: a paixão do rei por esta dama, e a influência que sobre ele exercia João Afonso Telo¹²⁹. Este enlace amoroso era apenas mais um episódio num século fértil em romances arrebatados com graves efeitos políticos, como os havidos entre o infante Pedro I e Inês de Castro, Afonso XI e Leonor de Gusmão ou Pedro de Castela e Maria de Padilla. Todas estas damas tinham alguns pontos em comum, pois pertenciam a uma nobreza poderosa mas de certa forma secundária. Inês de Castro era bastarda do ramo principal dos Castro; Leonor de Gusmão fazia parte de uma família relativamente recente, que ganhara glória nas guerras de fronteira; e Maria de Padilla de uma família, ao que tudo indica, ligada por laços de dependência aos Albuquerque. A própria Leonor Teles descendia por via secundogénita dos senhores de Meneses e de Albuquerque e mesmo sendo sobrinha do grande valido João Afonso Telo, dificilmente se encontraria no patamar que se julgaria adequado a uma esposa de um rei. Um outro ponto em comum a três delas, sendo a excepção Leonor de Gusmão. Tratava-se do facto de todas fazerem parte de uma grande rede de poder em torno dos senhores de Meneses e de Albuquerque: Inês de Castro fora criada em casa de Teresa Martins; Maria de Padilla em casa de Isabel de Meneses, esposa de João Afonso, filho da mencionada Teresa Martins; e Leonor Teles era membro de um ramo familiar secundário dos Albuquerque.

Podem o amor do rei e a ascendência do conde de Barcelos justificar o casamento de D. Fernando com D. Leonor? É certo que o próprio monarca sabe que o enlace é de certa forma estranho, saindo de Lisboa para ir casar em Leça e tendo mesmo que apresentar justificações para tal. É em Leça que é comunicado que «*el-rrei nosso senhor, querendo viver em este estado, segundo a ell perteece, e consiirando como a mui nobre dona Lianor, filha de dom Martim Affonso Tello e de dona Aldonça de Vasconcellos decende do linhagem dos rreis, desi como todollos grandes e moores fidallgos destes rreinos têm com ella grande divendo de parentesco (...) e oolhando outrossi como a dita dona Lionor he*

¹²⁷ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., p. 958.

¹²⁸ **Crónica de D. Fernando**, p. 200.

¹²⁹ Cf. **D. Fernando**, pp. 22-23.

*mulher muito convinhavell pera elle por as rrazões sobre ditas, tem trautado com ella seu casamento, e porende a quer receber de praça per pallavras de presente, como manda a Santa Egreja»*¹³⁰. Era certamente necessário explicar de que forma é que a esposa do senhor de Pombeiro era «*muito convinhavell*» para o rei de Portugal. É crível que, a par das duas razões apontadas — o amor por D. Leonor e o predomínio do velho João Afonso Telo —, o casamento com D. Leonor fosse também uma manifestação de neutralidade no jogo político peninsular e até mesmo europeu¹³¹. Ao casar com D. Leonor, o rei português eximia-se a uma aliança com Castela e, por inerência, com a França, ou com Aragão e Inglaterra. Contudo, estava a proporcionar um maior protagonismo político a um ambicioso sector da alta nobreza do reino e entrava numa teia de influências dominada pela nova rainha e pelo velho conde de Barcelos, uma situação que estes não iriam desaproveitar.

Segundo Fernão Lopes, este casamento seria motivo de forte contestação no reino e de vários levantamentos populares. O enlace seria pois impopular, e a própria rainha parecia perceber isso: «*ella era certa que nom prazia aas gentes meudas de ella ser rrainha*»¹³². Contudo, estes tumultos não deverão ter como única origem o descontentamento com o casamento do rei, estando relacionados com as várias dificuldades que a população do reino atravessava — maus anos agrícolas, fomes, intensa inflação, guerra com Castela¹³³. A união do rei com D. Leonor, se bem que indesejada, era sobretudo um pretexto para a contestação. Claro que estes sucessos não impediram que o matrimónio aumentasse categoricamente a influência e poder dos Teles junto do rei, como era de esperar.

Como foi visto, João Afonso Telo não vivera uma perda de poder com a mudança de reinado, e continuava a ser o principal privado do rei e o seu principal conselheiro. Fora mesmo agraciado por D. Fernando muitas vezes: em 5 de Julho de 1367 recebera a jurisdição cível e crime de Britiande¹³⁴; em 1 de Agosto de 1367, a lezíria de Galego¹³⁵; em 12 de Junho de 1368, o padroado de São Lourenço do Bairro, no bispado de Coimbra¹³⁶; em 5 de Outubro de 1368, a terra de Pães, em Riba de Vouga e terra da Nóbrega¹³⁷; em 22

¹³⁰ **Crónica de D. Fernando**, pp. 215-216.

¹³¹ Cf. **D. Fernando**, p. 31 *et passim* e 100.

¹³² Cf. **Crónica de D. Fernando**, p. 227.

¹³³ Cf. **D. Fernando**, p. 25.

¹³⁴ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, Julho-Dezembro de 1983, p. 59.

¹³⁵ Cf. *ibidem*, p. 59.

¹³⁶ Cf. *ibidem*, p. 59.

¹³⁷ Cf. *ibidem*, p. 59.

de Setembro de 1369, os direitos na aldeia de Óis da Ribeira e da aldeia de Requeixo¹³⁸; em 5 de Janeiro de 1370, a vila de Ourém¹³⁹; em 25 de Janeiro de 1370, a vila de Torres Novas e o seu termo¹⁴⁰; em 12 de Julho de 1371, 1000 libras, pagas pelos direitos de Olivença¹⁴¹; em 17 de Julho 1371, a vila de Peral e a confirmação da doação da lezíria de Galego¹⁴²; em 1 de Dezembro de 1371, a jurisdição do Cadaval¹⁴³; em 13 de Dezembro de 1371, a jurisdição de Ançã, em pagamento de serviços feitos a D. Pedro e a D. Fernando¹⁴⁴; a quintã de Vilarinho, perto de Coimbra, em doação perpétua a 25 de Dezembro de 1371¹⁴⁵; e em 15 de Agosto de 1372, várias terras, Ponte de Lima, o julgado de Freitas, Guminhães, Samães, Silvares, Coima e Bulgosa(?)¹⁴⁶. Por volta dos finais de 1371 é titulado conde de Ourém¹⁴⁷, o segundo condado a ser criado em Portugal depois do condado de Barcelos, que já era seu. Durante algum tempo, irá deter os dois condados, até que o de Barcelos é concedido, em 20 de Março de 1372, ao seu filho Afonso Telo¹⁴⁸. Braamcamp Freire assinala que os dois, pai e filho, ostentaram o título de conde de Barcelos simultaneamente, eventualmente devido ao facto de Afonso Telo ser ainda muito jovem¹⁴⁹. Porém, e devido à sua morte precoce, o condado de Barcelos torna a João Afonso Telo¹⁵⁰.

A sua preeminência no tecido nobiliárquico possibilitava-lhe, em 20 de Março de 1368, ajustar casamento entre o seu filho João Afonso — que viria a ser conde de Viana do Alentejo — com D. Isabel, filha ilegítima do rei D. Fernando¹⁵¹. O casamento nunca terá sido consumado devido à idade dos noivos, vindo o acordo a ser dissolvido em data anterior a 1373, quando a mesma D. Isabel celebra matrimónio com D. Afonso, filho bastardo de D. Henrique II de Castela, em Santarém¹⁵².

Facto curioso é o de o velho conde não receber mais benefícios depois do ano em que casa a sua sobrinha com o rei de Portugal. Mas os membros que faziam parte da sua

¹³⁸ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol., p. 244.

¹³⁹ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 59.

¹⁴⁰ Cf. *ibidem*, p. 59.

¹⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 59.

¹⁴² Cf. *ibidem*, p. 59.

¹⁴³ Cf. *ibidem*, p. 59.

¹⁴⁴ Cf. *ibidem*, p. 59.

¹⁴⁵ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol., p. 244.

¹⁴⁶ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 59.

¹⁴⁷ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol., p. 244.

¹⁴⁸ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 120.

¹⁴⁹ Cf. *ibidem*, p. 120 e 3º vol., p. 246.

¹⁵⁰ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 121.

¹⁵¹ Cf. **ANTI**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fls. 24-24v.

¹⁵² Cf. Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV. A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960, p. 126.

rede próxima de poder — e da rede da sobrinha Leonor — serão altamente beneficiados. Segundo Fernão Lopes, e confirma-se pela documentação, D. Leonor, depois de rainha, encarregou-se, com o apoio do tio, que detinha sobre D. Fernando a influência já abordada, de se apropriar dos mecanismos de atribuição de mercês¹⁵³. Como já foi escrito em momento anterior, «*esta faculdade permitirá criar as bases de sustentação social e política que colocarão os Teles no patamar superior da alta nobreza portuguesa. A rainha vai assim conseguindo junto de D. Fernando a atribuição de bens, cargos e direitos aos seus familiares e pessoas de confiança, promove casamentos, cria uma teia de interesses baseada na capacidade de recompensar*»¹⁵⁴.

Fernão Lopes narra que a rainha fez «*grande acrecentamento espicialmente nos de seu linhagem; porque dous seus irmãos, scilicet, dom Joham Affonso Tello, aazou como fosse almirante, e Gonçallo Tellez fez conde de Neuva e de Faria, que he antre Doiro e Minho; e dous filhos do conde dom Joham Affonso seu tio, hũu fez fazer conde de Viana, que chamavom dom Joham, e outro foi conde de Barcellos, a que diziam dom Affonso; e porque era mui moço, deu-lhe por ayo hũu cavalleiro que chamavom Vaasco Perez de Caamoões; e fez fazer conde de Sea dom Henrrique Manuell seu cunhado; e fez como fosse conde d'Arrayollos dom Alvaro Pirez de Castro; e fez dar o meestrado de Santiago a dom Fernand'Afonso d'Albuquerque, que era irmão das molheres de seus irmãos; e fez dar o meestrado de Christus a hũu seu sobrinho, filho de sua irmã dona Maria, que chamavom dom Lopo Diaz; e fez poer todollos castellos e melhores fortellezas do reino nos que eram de seu linhagem. E porque Lixboa he principall logar do rreino, e quem e tiver por sua entende que tem todo o reino, fez ella dar depois o castello d'essa cidade ao conde dom Joham Affonso Tello seu irmão*»¹⁵⁵.

Ou seja, dos títulos apontados pelo cronista os parentes directos tinham, a determinada altura, quatro dos seis condados: Barcelos, Viana, Neiva e Ourém. Além disso, a rainha conseguirá o almirantado e a alcaidaria de Lisboa para o irmão João Afonso e dois mestrados, um, o de Santiago, para Fernando Afonso de Albuquerque, e o de Cristo para um sobrinho, Lopo Dias de Sousa, filho da sua irmã Maria Teles. O curioso é o facto de também ser atribuída a D. Leonor a responsabilidade da outorga dos títulos com que Álvaro Pires de Castro e Henrique Manuel foram beneficiados. Mas o primeiro recebe o

¹⁵³ Cf. José Mattoso, «A nobreza e a Revolução de 1383», in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 277-293, sobretudo as pp. 280 e 284; e Maria José Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 65.

¹⁵⁴ Cf. Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses... cit.*, p. 37.

¹⁵⁵ Cf. **Crónica de D. Fernando**, pp. 227-228.

condado de Viana a 1 de Junho de 1371¹⁵⁶, data em que o casamento entre D. Leonor e D. Fernando ainda não tinha sido realizado, pelo que a interferência daquela na outorga é, no mínimo, duvidosa. Contudo, não será desapropriado pensar que o velho conde de Barcelos poderá ter influído nesse sentido, dadas as antigas relações entre os dois magnates. Em relação ao outro nobre, também não se percebe a observação do cronista. D. Henrique Manuel era tio de D. Fernando e seria esta a principal ligação que conduzia à mercê. Mas a verdade é que os familiares próximos da rainha vão ser bastante beneficiados. Observemos com maior atenção as várias doações feitas à família, que confirmam o «*grande acrecentamento espicialmente nos de seu linhagem*» denunciado por Fernão Lopes.

Em relação a João Afonso Telo, irmão de D. Leonor, — que já tinha adquirido por doação régia, a 20 de Janeiro de 1370, a terra de Jarmelo, na Beira¹⁵⁷ — irá receber inúmeras mercês de D. Fernando. Em relação a terras e jurisdições, obterá os seguintes bens: os bens móveis e de raiz de Álvaro Vicente, não discriminados, em 1 de Maio de 1374¹⁵⁸; as terras de Bemposta e Penarroias com os seus tabeliados, e os foros de Mogadouro, de Paradela e de Vimieiro, e o meirinhado deste lugar, o tabeliados de Freixo de Espada à Cinta e de Torre de Moncorvo, e as terras de Mirandela e Lamas, em pagamento da sua quantia, para o servir com certas lanças, em 15 de Abril de 1376¹⁵⁹; no mesmo dia, e pelas mesmas razões, Samodães, Ribeira, Gondim, Berlães, Bálsamo, Mesquinhata, Mesão Frio, Numão, Moledo, Queimada, Alvelos e Parada¹⁶⁰; com a mesma finalidade, as terras de Mafamude, Laborim e Lavadores, do almoxarifado do Porto, em 23 de Maio de 1376¹⁶¹; as terras de Vilasboas e Vilharelhos, no almoxarifado de Torre de Moncorvo, com todas as suas rendas, em pagamento da sua quantia, em 19 de Julho de 1376¹⁶²; as terras de Paços, Azagais e Carregosa, no julgado da Feira, em 19 de Novembro de 1377¹⁶³; a terra de Santa Maria da Feira, com os seus julgados e termos de Cabanões, Ovar, terra de Cambra e seus julgados¹⁶⁴; a jurisdição de Rebordães, Roriz, São Martinho do Campo, Santa Maria de Negrelos, Santo Isidro, Virães, Santiago e São Salvador, no

¹⁵⁶ Cf. **Brasões da Sala da Sintra**, 3º vol., p. 245.

¹⁵⁷ Antes pertencente a Isabel de Meneses, que a herdara de João Afonso de Albuquerque, o do Ataúde. Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 51.

¹⁵⁸ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 109.

¹⁵⁹ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 192.

¹⁶⁰ Cf. *ibidem*, fl. 192.

¹⁶¹ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 109.

¹⁶² Cf. *ibidem*, p. 109.

¹⁶³ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 60.

¹⁶⁴ A data é incerta pois é registada em três documentos diferentes da chancelaria de D. Fernando com datas diferentes. No liv. 1, fl. 114, com a data de 10 de Fevereiro de 1371 (Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*); no liv. 2, fls. 99v-100, com a data de 27 de Janeiro de 1383 (cf. *ibidem*); e no liv. 3, fls. 59-60, com a data de 27 de Janeiro de 1382 (cf. *ibidem*).

judgado de Refóios e de Sanguinhedo, pertencentes à jurisdição no judgado de Aguiar de Sousa, em 26 de Junho de 1383¹⁶⁵.

Além deste impressionante rol, destacam-se ainda a cedência da alcaidaria do castelo de Lisboa, pelo qual já havia feito homenagem, em 22 de Outubro de 1372¹⁶⁶; da alcaidaria do castelo de Monsanto, pelo qual já havia feito homenagem, em 17 de Junho de 1376, data em que já detém o almirantado¹⁶⁷; e da alcaidaria do castelo da Feira, a 30 de Junho de 1383¹⁶⁸. Em 20 de Março de 1379, eram-lhe confirmadas todas as rendas e direitos da alcaidaria de Lisboa¹⁶⁹; e em 6 de Junho de 1380, a confirmação dos seus direitos e privilégios do almirantado¹⁷⁰. De suma relevância é a concessão do título de conde de Barcelos, com que já aparece em 14 de Agosto de 1382, sucedendo ao seu tio homónimo após a morte deste¹⁷¹.

Gonçalo Teles, irmão deste João Afonso, também irá ser bastante favorecido. Em 18 de Novembro de 1371, quando Leonor Teles ainda não tinha casado com o rei mas seguramente já se tinha iniciado o relacionamento, D. Fernando confirmava-lhe a doação do judgado de Faria¹⁷²; em 22 de Outubro de 1372, entregava-lhe a terra de Neiva, no almoxarifado de Ponte de Lima, a terra de Aguiar de Pena, e a terra de Mirandela, no almoxarifado de Torre de Moncorvo, em pagamento da sua quantia¹⁷³; em 13 de Abril de 1373 cedia-lhe as rendas e os direitos do almoxarifado de Leiria, excepto o dos judeus, em pagamento da sua quantia para o servir com certas lanças¹⁷⁴; em 16 de Agosto de 1373, doava-lhe perpetuamente os bens móveis e de raiz de João Lobeira, morador de Lisboa, que os perdera por desserviço¹⁷⁵; em 9 de Fevereiro de 1376, mandava entregar-lhe a terra do judgado de Vermoim, enquanto fosse sua mercê¹⁷⁶, e em 19 de Janeiro de 1377 dava-lhe perpetuamente essa mesma terra¹⁷⁷; em 28 de Junho de 1378, a quinta de Cataperal, no almoxarifado de Gaia¹⁷⁸; em 3 de Julho de 1381, a terra de Barroso, no valor de 3020

¹⁶⁵ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 60 e **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., pp. 109-110.

¹⁶⁶ Cf. *ibidem*, p. 109.

¹⁶⁷ Cf. *ibidem*, p. 109.

¹⁶⁸ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3, fl. 84.

¹⁶⁹ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 109.

¹⁷⁰ Cf. *ibidem*, p. 109.

¹⁷¹ Cf. *ibidem*, p. 110, e 3º vol., p. 250. O velho conde teria falecido pelo Natal de 1381 (cf. *ibidem*, 1º vol., p. 118).

¹⁷² Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 60 e **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol. pp. 247-248.

¹⁷³ Cf. *ibidem*, pp. 247-248.

¹⁷⁴ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 122.

¹⁷⁵ Cf. *ibidem*, fl. 128.

¹⁷⁶ Cf. *ibidem*, fl. 188 e **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol. p. 248.

¹⁷⁷ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 60.

¹⁷⁸ Cf. *ibidem*, p. 60.

libras, e a terra de Pena, no valor de 350 libras, em pagamento da sua quantia¹⁷⁹; em 12 de Agosto de 1382, confirmava-lhe a doação da jurisdição cível e crime de Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Zurara e Pindelo, como a possuía o falecido João Afonso Telo, seu tio, feita com o aval da abadessa do Mosteiro de Vila do Conde¹⁸⁰; e em 3 de Julho de 1383 doava-lhe as terras da Maia, Gouveia, Celorico, Tremede, Crespo, Travaços, de Barroso, a terra de Pena, no almoxarifado de Chaves, a terra de Bouças, no almoxarifado do Porto e a terra de Viana de Riba de Lima, em pagamento da sua quantia de 7800 libras¹⁸¹.

Tal como o irmão, também recebeu algumas alcaidarias, designadamente a do castelo de Neiva, em 22 de Outubro de 1372¹⁸²; a do castelo de Leiria, em 12 de Novembro desse mesmo ano¹⁸³; e as dos castelos de Valença e Lapela, em 1 de Julho de 1375¹⁸⁴. Também recebeu a do castelo de Gaia, pois sabe-se que em 1384 «*Airas Gomçallves de Figueiredo tiinha o castello de Gaya da mão do Comde dom Gomçallo*»¹⁸⁵. Terá tido ainda direitos sobre o castelo de Coimbra, pois no início de 1384, quando D. João I de Castela e Leonor Teles se encontram em Santarém e aquele pretende tomar posse de Coimbra, a rainha intercede a seu favor, escrevendo a Gonçalo Teles e a Gonçalo Mendes de Vasconcelos para que entregassem a cidade. Gonçalo Teles estava ausente mas combinara com o tio, que ficara na cidade, que o castelo não fosse entregue a nenhum dos partidos sem que ambos tivessem decido qual destes apoiar¹⁸⁶. A sua principal distinção é, porém, o condado de Neiva, que lhe é concedido em 31 de Julho de 1373, embora já o ostentasse no dia 16 desse mesmo mês¹⁸⁷.

Observe-se em seguida os filhos do velho conde de Barcelos e de Ourém. Já foi mencionado o facto de Afonso Telo ter recebido o condado de Barcelos em 20 de Março de 1372, data em que também lhe foram doadas as terras e julgados de Refóios, Santo Tirso, Aguiar de Sousa, Lousada, Felgueiras, Vila Boa, Roças, Vieira, Lanhoso, Entre Homem e Cávado, e do julgado de Regalados¹⁸⁸. Em 15 de Agosto de 1372 recebeu ainda a terra de Gondomar, do almoxarifado do Porto, em pagamento da sua quantia¹⁸⁹. Morreu em vida do pai, em data posterior a 12 de Maio de 1376, dia em que simbolicamente lança

¹⁷⁹ Cf. *ibidem*, p. 60.

¹⁸⁰ Cf. *ibidem*, pp. 60-61 e **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol. p. 248.

¹⁸¹ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, p. 61.

¹⁸² Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol. p. 247.

¹⁸³ Cf. *ibidem*, p. 248.

¹⁸⁴ Cf. *ibidem*, p. 248.

¹⁸⁵ Cf. **Crónica de D. Fernando**, p. 324.

¹⁸⁶ Cf. *ibidem*, p. 124.

¹⁸⁷ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol. p. 247.

¹⁸⁸ Cf. *ibidem*, p. 246.

¹⁸⁹ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 110v.

a segunda pedra na fundação do Convento da Graça de Santarém, levada a cabo pelos pais¹⁹⁰. Com a sua morte, o condado de Barcelos regressou à posse do progenitor.

Quanto a João Afonso, o outro varão, é possível que tenha sido feito conde de Viana do Alentejo antes de 19 de Março de 1373, data em que é assinado o tratado de Santarém que põe fim à segunda guerra com Henrique II. Fernão Lopes indica que para garantia do cumprimento do contrato entregavam-se como reféns, durante três anos, algumas terras — Viseu, Miranda, Pinhel, Almeida, Celorico da Beira, Linhares e Segura — e pessoas, entre as quais João Afonso Telo, irmão da rainha, e o conde de Viana, João Afonso¹⁹¹. Porém, é muito provável que a afirmação, escrita anos mais tarde, não pretenda esclarecer que à data João Afonso já havia sido feito conde de Viana mas apenas tornar mais fácil a identificação da pessoa em causa. Sabe-se que já detém o condado em 10 de Abril de 1376, quando D. Fernando lhe entregava as alcaidarias de Beja e de Viana em pagamento da sua quantia¹⁹². Fernão Lopes fala de umas festas realizadas em Évora, organizadas pelo rei e que lhe foram dedicadas — «*hũuas grandes justas que el-rrei dom Fernando fazia, a hũua festa que hordenou do conde de Viana, filho do conde velho*»¹⁹³ — sendo possível que tenham sido festas comemorativas da sua elevação a conde, tal como acontecera com o seu pai. Também recebeu outras mercês: em 5 de Novembro de 1371, recebia Arraiolos e Pavia em pagamento da sua quantia¹⁹⁴; em 17 de Fevereiro de 1377, os direitos reais da vila da Lousã, em préstimo¹⁹⁵; em 14 de Janeiro de 1381 era-lhe confirmada a alcaidaria de Beja¹⁹⁶; e em 15 de Julho de 1382, sucedia ao pai, já falecido, nas beetrias de Canaveses e de Britiande, após escolha pelos habitantes¹⁹⁷.

Mas além de todos estes condados, terras e alcaidarias, também dois mestrados iriam passar para as mãos de membros da família: o da Ordem de Santiago e o da Ordem de Cristo. Fernando Afonso de Albuquerque recebera em 21 de Junho de 1373 todos os direitos e rendas de pão e vinho em Aveiro, Vila Nova de Anços, Pereira e outras terras em pagamento da sua quantia¹⁹⁸; em 23 de Agosto de 1373, os direitos e a alcaidaria da

¹⁹⁰ Cf. Trespelado do documento de instituição do convento em ANTT, OFM, Província de Portugal, *Convento da Graça de Santarém*, liv. 5, fl. 15.

¹⁹¹ Cf. *Crónica de D. Fernando*, p. 287.

¹⁹² Cf. *Brasões da Sala de Sintra*, 3º vol. pp. 246-247 e ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 192.

¹⁹³ Cf. *Crónica de D. Fernando*, p. 348.

¹⁹⁴ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl.82v.

¹⁹⁵ Cf. *Brasões da Sala de Sintra*, 3º vol. p. 247.

¹⁹⁶ Cf. *ibidem*, p. 247.

¹⁹⁷ Cf. *ibidem*, p. 247.

¹⁹⁸ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl.130.

Guarda¹⁹⁹; em 16 de Janeiro de 1377, as terras de Lordelo e Bouças, em préstamo, no almoxarifado do Porto²⁰⁰; em 19 de Dezembro de 1378, em préstimo, os direitos, rendas e foros dos lugares de Terena, Ferreira e Moledo, que pertenciam à infanta D. Beatriz²⁰¹; em 1 de Junho de 1379, em doação perpétua, todos os bens móveis e de raiz, coutos, honras e jurisdições que haviam sido confiscados a João Lourenço da Cunha, ex-marido da rainha²⁰². Será nomeado mestre de Santiago entre esta última data e 20 de Junho de 1381, quando é mencionado pela primeira vez como detendo o mestrado e o rei lhe confirma os privilégios enquanto mestre de Santiago²⁰³.

A liderança da Ordem de Cristo será entregue a Lopo Dias de Sousa, filho de Maria Teles e de Álvaro Dias de Sousa²⁰⁴, ainda sendo mancebo, no ano de 1373, aproximadamente²⁰⁵. Recebera anteriormente Linhares, em 1372²⁰⁶.

O favor régio estendeu-se ainda a Gonçalo Mendes de Vasconcelos, tio da rainha. Fora-lhe cedida, em 7 de Outubro de 1369, a terra de Pereira, no almoxarifado de Coimbra²⁰⁷, mas depois do casamento real as doações multiplicam-se: em 10 de Março de 1372, recebia perpetuamente as terras de Soalhães, Gondiços e Duas Igrejas de Vale de Pombos, no julgado de Vila Chã e Bualim; em 12 de Dezembro do mesmo ano, a terra de Frades e os casais de Sendim, Gondinhães e Duas Igrejas, em pagamento da sua quantia; em 28 de Fevereiro de 1374, era-lhe coutada a sua quintã de Nomães, no julgado de Vermoim; em 25 de Dezembro de 1375, recebia a terra de Francos e casais de Sandim, com todos os seus direitos e foros; em 15 de Março de 1377, eram-lhe confirmados os privilégios de couto da quintã de Vila Nova, no julgado de Penela de Riba de Lima; em 28 de Abril de 1378, recebia a jurisdição de Soalhães, Vila Chã, Loivos e Penela; em 8 de Junho de 1378, as rendas da Lousã, salvo a sua jurisdição; em 11 de Abril de 1380, os casais de Vizela, no termo de Guimarães, em préstamo; a 15 de Dezembro de 1382, as rendas e direitos de Coimbra ou da Lousã; a 7 de Março de 1383, era-lhe feita a

¹⁹⁹ Cf. *ibidem*, fl. 135v.

²⁰⁰ Cf. *ibidem*, fl. 200.

²⁰¹ Cf. *ibidem*, liv. 2, fl. 36v.

²⁰² Os bens não estão discriminados. Cf. *ibidem*, liv. 2, fl. 45v-46.

²⁰³ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3, fl. 70 e Maria Cristina Ribeiro de Sousa Fernandes, *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, policopiada, 2002, p. 112.

²⁰⁴ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 2º vol., p. 279.

²⁰⁵ Para um maior aprofundamento de D. Lopo e do seu papel enquanto mestre de Cristo, cf. Isabel Luísa Morgado de Sousa e Silva, «A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)», *Militarium Ordinum Analecta – As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, nº 1, Porto, 1997, pp. 5-126.

²⁰⁶ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 92.

²⁰⁷ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., pp 342-343.

confirmação da doação em préstamo da terra de Varzela (sic). Além desta impressionante quantidade de terras, D. Fernando confia-lhe ainda a alcaidaria do castelo de Coimbra, em 25 de Julho de 1373²⁰⁸.

Observando todos os bens e privilégios atrás enumerados percebe-se perfeitamente que o engrandecimento apontado por Fernão Lopes estava bem longe de ser apenas uma expressão. Com imensas terras e jurisdições, os condados de Barcelos, Ourém, Neiva e Viana do Alentejo, a liderança das Ordens de Cristo e de Santiago, o almirantado do reino e as alcaidarias de Lisboa, Coimbra, Beja, Monsanto, Faria, Neiva, Gaia, Valença, Lapela, Leiria e Guarda, o grande bloco familiar tutelado por João Afonso Telo assumia-se como dominante no palco sócio-político do reino. A partir de certa altura não podia suceder outra coisa além da sua implosão.

5.4.2. A desagregação do bloco familiar

Os inúmeros benefícios conseguidos pelos membros da família tinham obviamente despertado invejas por parte de outros nobres, que assistiam à monopolização dos lugares cimeiros da corte por parte daqueles. Mas a própria unidade familiar, a partir de determinada altura, parecia começar a estar em causa.

Entre 1376 e 1378, iniciara-se um romance secreto entre o infante D. João, irmão do rei, e Maria Teles, irmã da rainha²⁰⁹. Encontravam-se às escondidas, e D. Maria teria convencido o infante da necessidade de casarem, sublinhando-lhe que o enlace não estava abaixo do seu estatuto: «*bem veedes vós que eu som irmãa da rainha de padre e de madre, e de seermos filhas d'algo bem sabees quanto o somos, tam bem da parte do padre como da madre, assi dos Tellos como dos Meneses, que vem do linhagem dos rreis*»²¹⁰. O matrimónio terá acabado por se realizar. O relacionamento do casal — mas eventualmente não o casamento — chega aos ouvidos do rei e da rainha, parecendo dar azo a uma clivagem entre as duas irmãs, ou aumentar uma discórdia já existente, a medir pelo descontentamento que D. Leonor sente pelo casamento entre aqueles e pelo facto de ter urdido uma intriga com objectivos funestos, segundo o relato de Fernão Lopes. Escreve este que não tendo aquele casamento sido anunciado publicamente, D. Leonor terá feito saber a D. João, através do seu irmão João Afonso Telo, que estaria interessada em que ele viesse a desposar a pequena infanta D. Beatriz, herdeira do reino na ausência de um outro

²⁰⁸ Para todos estes dados, cf. *ibidem*, pp 342-343.

²⁰⁹ Cf. Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV...cit.*, pp. 127-129.

²¹⁰ Cf. *Crónica de D. Fernando*, p. 357.

filho. Desta forma, o infante seria rei de Portugal e mantinha-se a coroa em descendentes da família real portuguesa. Claro que a esta possibilidade obstava o facto de ele estar casado com Maria Teles. A partir daqui, e porque o aliciante de um reino é sempre susceptível de alterar a importância relativa das coisas, o infante D. João terá passado a ver a esposa como um empecilho no seu caminho para o trono²¹¹. Diz o cronista que «*desejo de rreinar he cousa que nom rrecea de cometer obras contra rrazom e dereito, nom podia o iffante penssar em outra cousa salvo como avia de casar com a iffante e seer quite de dona Maria per morte*»²¹². Como se sabe, o infante D. João acaba por matar Maria Teles, sob o argumento de infidelidade e de ter denunciado o casamento²¹³, numa data entre o final de Junho e o início de Julho de 1379²¹⁴. Foge de imediato para a Beira, para Ribacôa, onde passa algum tempo. Entretanto, o tio do infante, Álvaro Pires de Castro, intercedia junto do conde de Ourém para que o sobrinho fosse perdoado, o que virá a acontecer por decisão do rei e da rainha, «*cuja voz vallia mais que todos*»²¹⁵. Mas o possível casamento entre D. João e a jovem D. Beatriz nunca virá a ter lugar. Apesar do perdão, o infante acabaria por sair do reino rumo a Castela, onde já se encontravam os seus irmãos, D. Dinis e D. Beatriz²¹⁶. Fazia-o a fim de escapar ao ódio perseguidor de Lopo Dias de Sousa, mestre de Cristo e filho da infeliz D. Maria, e dos outros familiares desta, designadamente dos dois irmãos, João Afonso Telo e Gonçalo Teles e do primo João Afonso, conde de Viana²¹⁷. Não é fácil analisar todo este episódio, que se conhece pela pena agradável mas tendenciosa de Fernão Lopes.

É necessário recordar que fora através de Maria Teles que a rainha D. Leonor se introduzira na corte e conhecera D. Fernando. Terá mesmo sido aquela a promover o romance entre a irmã e o monarca, que tão bons resultados trouxera à família. Apesar disso, parece ter havido realmente uma discórdia entre as duas. É a partir do relato de Fernão Lopes, que traça um retrato da rainha longe de ser isento²¹⁸, que se sabe da animadversão de Leonor Teles para com D. Maria e a saída desta da corte. Esta perspectiva é ainda reforçada por um documento de 25 de Julho de 1396 no qual D. João I doava

²¹¹ A evolução do romance e a intriga preparada por D. Leonor Teles ocupa várias páginas da crónica. Cf. *ibidem*, pp. 357-363.

²¹² *Ibidem*, p. 363.

²¹³ Cf. *ibidem*, p. 371.

²¹⁴ Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, p. 138.

²¹⁵ **Crónica de D. Fernando**, pp. 376-377.

²¹⁶ Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, p. 147.

²¹⁷ Cf. *ibidem*, p. 385.

²¹⁸ Sobre a representação de D. Leonor Teles feita por Fernão Lopes, cf. Ana Paula Sousa, *Leonor Teles: "huuma maa molher"?*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, policopiada, 2004.

perpetuamente a Fernão Martins Coutinho os lugares de Mafra, Ericeira e Enxara dos Cavaleiros e outros lugares e bens que Gonçalo Rodrigues de Sousa tinha comprado, sendo que as ditas terras tinham sido penhoradas por dívidas que Maria Teles tinha para com D. Leonor²¹⁹. Resta saber se uma dívida resolvida judicialmente, que de facto parece revelar uma relação de desarmonia entre duas irmãs, seria suficiente para que uma delas, perante determinada situação, planeasse a morte da outra. Porque a fazer fé no cronista, o estratagema da rainha fora montado com o objectivo final de afastar D. Maria de um eventual acesso à coroa, pois «*viia sua irmãa bem-quiste de todos e o iffante dom Joham amado dos poboos e dos fidalgos tanto como el-rrei; e penssava de sse poder aazar per tall guisa que rreinaria o iffante dom Joham e sua irmãa seeria rrainha, e ficaria ella fora do senhorio e rreinado, moormente nom seendo el-rrei saão, e mais geitoso pêra durar pouco que viver perlongamente*»²²⁰. Com efeito, por volta de 1378 D. Fernando começava a apresentar os sinais de uma saúde frágil que marcaria os últimos anos do seu reinado e que adivinhavam a sua morte para breve²²¹.

Um aspecto interessante em todo o episódio prende-se com todo o secretismo relacionado com a relação entre o infante D. João e Maria Teles, e que é uma das razões pelas quais o infante justifica o assassinato da mulher. Ainda pela palavras do cronista, D. João diz a alguns vassalos que o acompanham, momentos antes de executar aquele acto, que «*he dito que dona Maria irmãa da rrainha nom cessa de pubricar e dizer que he minha molher e eu seu marido, e que tem escripturas e fidallgos por testemunhas d'ello; e esta cousa ou he assi ou nom; e posto que assi fosse, compria seer guardado em gram segredo, por sua honrra e minha; e ora que por parte sua se levantopu e descobrio cousa de que sse a mim rrecrecia gram perigo e cajom, e a ella, outrossi, eu vou hu ella está, falar e fazer com ella o que compre a minha honrra e estado*»²²². Pouco depois, quando já está nas casas de Maria Teles, volta a vincar o mesmo aspecto, desta vez dirigindo-se à esposa: «*vós andastes dizendo que eu era vosso marido e vós minha molher, e enxemprastes o rreino todo, ataa que o soube el-rrei e a rrainha e toda a sua corte, que era aazo de me mandarem matar ou poer em prisom por sempre; e vós deverees d'encobrir tall rrazom contra todollos do mundo; e se vós minha molher soões, portanto merecees vós melhor a morte, por me poerdes as cornas dormindo com outrem*»²²³.

²¹⁹ Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, doc. 107 dos anexos.

²²⁰ **Crónica de D. Fernando**, p. 361.

²²¹ Cf. **D. Fernando**, pp. 125.

²²² **Crónica de D. Fernando**, pp. 369-370.

²²³ *Ibidem*, p. 371.

Por que motivo necessitava o infante de manter o casamento sob sigilo? Qual a razão que fazia do enlace entre o irmão do rei e a irmã da rainha uma ligação clandestina? Conta-se que o relacionamento andou muito tempo encoberto, mas que pouco a pouco se começou a saber que «*o iffante dormia com dona Maria e que era sua mulher rrecebida*»²²⁴. O rumor chega à corte e aos ouvidos dos reis, que não ficam agradados com o romance, sobretudo a rainha, mas D. Fernando parece ser bem mais indulgente, dizendo a D. Leonor que «*pois se elles contentavom ambos, que nom pesasse a ella, ca el pouco lhe pesava*»²²⁵.

Dias Arnaut já sugeriu a possibilidade deste matrimónio ter anulado um compromisso anterior, mesmo que apenas verbal, eventualmente combinado entre D. João e a pequena D. Beatriz, o que faria com que o casamento com Maria Teles constituísse, de facto, um desrespeito para com o rei²²⁶. Claro que esta proposta contraria a versão de Fernão Lopes, que apresenta o projecto de casamento entre os dois infantes como posterior à ligação entre D. João e Maria Teles e sugerido pela rainha D. Leonor com o fito de eliminar a irmã. Contudo, mesmo que os sucessos tenham decorrido desta forma, uma vez eliminada D. Maria e perdoado D. João, por que razão não foi o matrimónio entre este e a sobrinha realizado? Não só não é realizado como o infante acaba por deixar o reino. Seguindo qualquer dos raciocínios, tudo leva a crer que as maquinações de Leonor Teles narradas por Fernão Lopes, a terem de facto existido, visaram não apenas eliminar politicamente a sua irmã mas ainda o infante D. João.

Claro que se pode partir de um outro pressuposto, que é o facto do infante D. João, ao contrário do exposto por Fernão Lopes, actuar de acordo com a sua própria vontade e não manipulado por Leonor Teles. Sabe-se que em 1378 D. Fernando adoece gravemente. A partir desta data, irá estar permanentemente doente e a sua morte previa-se como próxima²²⁷. Nesta situação, e considerando que a infanta D. Beatriz tinha somente cinco anos, era normal que se reunissem as atenções em torno do infante D. João, que pela posição na linha de sucessão ao trono surgia como um candidato perfeitamente viável para assumir os destinos do reino. Além disso, a hipótese do seu casamento com a infanta, lembrada ou não pela rainha, apresentava-se como uma solução adequada para uma previsível morte do rei. De um momento para o outro, D. Maria aparecia como o único obstáculo para o casamento e o infante toma a violenta solução para o problema. Não

²²⁴ *Ibidem*, p. 361.

²²⁵ *Ibidem*, p. 361.

²²⁶ Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, pp. 131-132.

²²⁷ Cf. **D. Fernando**, p. 125.

conseguindo contrair matrimónio com a sobrinha, ao contrário do que esperava, e ameaçado pelos familiares de D. Maria, que pretendiam vingar-se, D. João acaba por sair do reino. Nada obriga a que se parta do princípio de que D. Leonor tenha sido a instigadora do assassinato da irmã, uma perspectiva que nos é dada pelo relato de Fernão Lopes, que tem óbvios propósitos propagandísticos.

Mas a cisão familiar irá fazer-se. Terá o seu momento mais visível após o falecimento de D. Fernando, mas o ponto de viragem terá sido a morte do velho João Afonso Telo, conde Barcelos e de Ourém. Sabe-se que a grande figura tutelar da família terá desaparecido por volta do Natal de 1381²²⁸, sendo enterrado no Convento da Graça de Santarém, que fundara com D. Guiomar em 12 de Maio de 1376²²⁹. Parece também ter levado a unidade familiar com ele. Imediatamente após esta data, os seus condados são entregues. O de Barcelos, a João Afonso Telo, irmão da rainha, e condado de Ourém a João Fernandes Andeiro²³⁰. Este João Fernandes, nobre galego, fizera-se partidário de D. Fernando em 1369, aquando da invasão da Galiza, e depois de se refugiar em Portugal, exilara-se em Inglaterra²³¹. Em 1379, torna-se o intermediário do rei português junto do conde de Cambridge, com o objectivo de conseguir auxílio para atacar Castela²³², e regressa a Portugal no âmbito da chamada terceira guerra fernandina, em 1380²³³. Vem então a envolver-se romanticamente com a rainha e desta forma conseguir uma impressionante ascensão social e política no reino, sendo titulado conde de Ourém através da intercessão de D. Leonor, de acordo com Fernão Lopes: «*morreu o conde d'Ourém dom Joham Affonssso Tello, e foi per aazo da rrainha dado o condado a Joham Fernandez d'Andeiro*»²³⁴.

Rita Costa Gomes observa que «*embora o nobre galego cultivasse a privança da rainha e do próprio D. Fernando, no entanto, nunca demonstrou tão ampla acção quanto o seu antecessor no título, nem substituiu de facto o “conde velho” na liderança da família dos Teles de Meneses*»²³⁵. Não só não substituiu — como poderia fazê-lo? — como foi factor de dissidência entre os membros da família. Desde logo, podendo ter grande

²²⁸ Cf. **Crónica de D. Fernando**, pp. 471.

²²⁹ Cf. Trespelado do documento de instituição do convento em ANTT, *Convento de Nossa senhora da Graça de Santarém*, liv. 5, fl. 15.

²³⁰ João Afonso Telo é titulado conde de Barcelos em data anterior a 27 de Janeiro de 1382 e João Fernandes Andeiro pela mesma altura. Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol, pp. 250-251.

²³¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da Nova História de Portugal, dir. de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, Ed. Presença, 1986, p. 520.

²³² Cf. Salvador Dias Arnaut, *ob. cit.*, p. 34 e **Crónica de D. Fernando**, pp. 417-418.

²³³ Cf. A.H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp.520-521 e **D. Fernando**, p. 149.

²³⁴ **Crónica de D. Fernando**, pp. 471.

²³⁵ **D. Fernando**, p. 148.

influência sobre a rainha, não podia ser o líder dos Teles portugueses porque esta faculdade não dependia de um título, fora construída por João Afonso Telo durante anos de actividade social e política e perante conjunturas muito particulares. Nem poderia ser o líder dos Teles porque João Afonso Telo, o novo conde de Barcelos e almirante do reino, que fora aprisionado em resultado da batalha de Saltes, a 17 de Junho de 1381²³⁶, quando regressa ao reino depois das pazes de Elvas, em Agosto de 1382, e sabe da relação amorosa entre a irmã e o conde de Ourém, pensa imediatamente em matá-lo: «*soube que a nom boa fama que a rrainha sua irmãa aviia com o conde Joham Fernandez era cada vez muito peor e de maa guisa pobricada a todos (...) pôs em sua voontade de o matar*»²³⁷. Ter-se-á deslocado a Rio Maior, onde aquele se encontrava, a fim de tentar realizar aquele propósito, mas João Fernandes acaba por escapar, aparentemente por ter sido avisado pela rainha²³⁸.

De facto, a ligação entre Leonor Teles e João Fernandes afastara decisivamente os dois irmãos, sendo possível que o mesmo acontecesse em relação a outros membros da família. Fernão Lopes escreve que «*amtre aquelles, a que desto [assassinato de João Fernandes de Andeiro] muito pesava, era este Comde dom Joham Affonsso irmão da Rainha que dissemos, seendo gram privado delRei e muito de seu consselho, e a que elRei mostrava gram boa voomtade. A Rainha per contrairo, posto que sua irmã fosse, nom era ell tanto em sua privança e amor, semtimdo ella que ell nom avia boom desejo ao Comde Joham Fernamdez, por a ffama que ambos aviam*»²³⁹. O argumento apontado para que João Afonso Telo pretendesse liquidar o Andeiro era o da reposição da honra familiar, que seria suficiente para justificar tal acção, mas é possível que outras razões estivessem por detrás desta, e que a influência que o conde de Ourém demonstrava sobre a rainha pudesse ser motivo de inveja entre um número significativo dos nobres da corte. Assim se justifica que na conjura que se montava para eliminar o conde estivessem nomes como o do Mestre de Avis, do Prior do hospital e de Gonçalo Vasques de Azevedo, além de João Afonso Telo²⁴⁰. O próprio rei terá pensado em mandar matá-lo, encomendando a missão ao seu

²³⁶ Cf. **Crónica de D. Fernando**, pp. 443-445 e **D. João I**, p. 31.

²³⁷ **Crónica de D. Fernando**, p. 544. Fernão Lopes acaba por afirmar o mesmo na **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte., p. 4: «*o Conde dom Joham Afonso, irmão da Rainha, quamdo veo de Castella que foi alla preso na de Saltes, e chegou a Lixboa, achamdo a fama de sua irmã, muito peor do que a leixara com este Comde que dissemos [Andeiro], ouve dello grã queixume, e determinou de o matar*».

²³⁸ Cf. *ibidem*, p. 4.

²³⁹ Cf. *ibidem*, p. 5.

²⁴⁰ Cf. *ibidem*, p. 5.

irmão, o Mestre de Avis, vindo a adiar esta decisão²⁴¹. Não chegou a ter oportunidade de o fazer, pois morreria pouco depois.

Todavia, a morte de D. Fernando não acabou com a vontade daqueles em acabar com a vida de João Fernandes, pelo que se percebe que o desagravo da honra não era o principal motivo que estava por detrás desta vontade. O quadro não era novo: morre um rei, deixa por herdeira uma filha menor. Era óbvio desde há alguns anos, com o adoecimento do rei, que se apresentava uma conjuntura propícia aos jogos políticos nobiliárquicos com o fito de conseguirem os maiores benefícios possíveis. Na medida em que um nobre, ainda por cima um *parvenu*, ganhava avanço a todos os outros pelo seu relacionamento com a rainha, ultrapassando mesmo os familiares desta, era normal que fizesse confluir contra si as invejas e ódios dos restantes membros da sua esfera social. Curioso é o facto da hostilidade vir de outros campos, incluindo oficiais do desembargo e autoridades concelhias, que acabariam por ter uma importância decisiva na mobilização do apoio popular²⁴². É nestas circunstâncias que se começa a planear o decisivo atentado contra o conde Ourém.

Enterrado D. Fernando, Álvaro Pais, oficial aposentado do desembargo, fala com o conde de Barcelos para eliminarem o Andeiro, e este diz ao primeiro para combinar tudo com mestre de Avis²⁴³. Apesar de algumas hesitações iniciais, o projecto desenvolve-se. No dia 6 de Dezembro de 1383, quando o mestre de Avis entra no paço, em Lisboa, decidido a matar João Fernandes, o conde de Barcelos encontra-se junto da irmã. Aquele confia-lhe que está ali para acabar de uma vez por toda com a situação e João Afonso Telo disponibiliza-se para o ajudar. Disfarçadamente, trocam palavras: «Conde, hiivos daqui, ca eu quero matar o Conde Joham Fernamdez. *E que ell rrespomdeo que sse nom hiria, mas estaria hi com elle pera o ajudar*»²⁴⁴. D. João insiste em que o irmão da rainha vá para as suas casas e combina ir ter com ele assim que termine a tarefa a que se propunha. Assim será feito. João Fernandes é atraído para uma sala onde será morto pelo mestre de Avis e pelos homens que o acompanhavam antes de conseguir refugiar-se na câmara da rainha²⁴⁵. Depois, D. João sai e vai jantar com o conde de Barcelos que, satisfeito, o recebe nos seus paços dizendo: «*Mamtenhavos Deos, Senhor. Sei que nos tirastes de grande cuidado, mas vos mereçiees esta homrra melhor que nos. Amdaae,*

²⁴¹ Cf. *ibidem*, pp. 6-7.

²⁴² Cf. **D. João I**, pp. 34-35.

²⁴³ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, p. 10.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 18.

²⁴⁵ Cf. *ibidem*, pp. 18-19.

vaamos logo comer»²⁴⁶. Nesta altura, ainda não nascera a tão propalada rivalidade entre os Teles e D. João, mestre de Avis. A cumplicidade do conde de Barcelos com a conspiração levada a cabo por D. João era perceptível. Uma cumplicidade que se estendia aos levantamentos populares que se faziam sentir em Lisboa, por acção de Álvaro Pais e em apoio daquela mesma conspiração. Durante o jantar, quando alguns dizem ao mestre de Avis que as gentes pretendiam matar o bispo da cidade e este se prepara para levantar-se e ir proteger o prelado, João Afonso Telo diz-lhe: «*Nom curees disso, Senhor, se o matarem, quer o matem quer nom; ca posto que elle moira, nom mimguara outro Bispo portuguees que vos serva melhor que elle*»²⁴⁷. O coitado do bispo acaba mesmo por ser morto²⁴⁸.

Terminada a refeição, e ainda no mesmo dia, o conde e o mestre dirigem-se novamente aos paços da rainha para que este último peça perdão pelo sucedido. Não pelo homicídio em si, mas pelo facto de ter sido cometido nas casas da rainha, como sublinha D. João: «*E por ho eu matar em vossos Paaços, desto vos peço eu perdõ e nom dooutra cousa; ca a morte que lhe eu dei, Deos que he sabedor de todallas cousas, sabe bem que muito há que me elle tiinha mereçido de lha eu dar*»²⁴⁹. O conde de Barcelos intercede pelo mestre, bem como o conde de Arraiolos, Álvaro Pires de Castro, respondendo a rainha com ironia e informando-lhes que D. João I de Castela pretendia entrar no reino para fazer valer os direitos da esposa, a infanta D. Beatriz. Quando o mestre lhe diz que deverá mobilizar as suas gentes e fazer tudo para impedir a vinda do rei castelhano, D. Leonor responde que nem quando o rei estava vivo conseguiram fazê-lo, quanto mais agora. Sentindo-se ofendido, Álvaro Pires levanta-se e declara que deverão sair, pois os seus conselhos não parecem agradar à rainha²⁵⁰. Saem todos do paço. Nunca mais os caminhos de João Afonso Telo e do mestre de Avis seriam traçados lado a lado. Menos de dois anos passados, os dois importantes nobres que se banquetevavam depois da eliminação de um rival político comum, estariam em lados opostos na decisiva batalha que colocaria o mestre de Avis, de forma definitiva, na posse da coroa portuguesa.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 23.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 23.

²⁴⁸ Cf. *ibidem*, pp. 24-28.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 27.

²⁵⁰ Cf. *ibidem*, pp. 27-28.

5.5. A CRISE DE 1383-85 E O «FIM» DOS TELES

Ao contrário do que tem sido geralmente difundido, não é inteiramente correcto que na crise que conduz à confirmação de D. João no trono de Portugal os Teles tenham estado no lado que acaba por perder. Apesar de tudo, é a subida ao poder de D. João I que irá provocar o «desaparecimento» dos Teles. Uma observação sumária da posição dos vários membros da família — do bloco familiar anteriormente encabeçado pelo velho conde João Afonso Telo — ao longo do conflito permite esclarecer esta perspectiva.

Quando D. Leonor sai de Lisboa — onde a população lhe era pouco afeiçãoada e se colocava ao lado do mestre de Avis — rumo a Alenquer, seguem com ela um número significativo de destacados nobres²⁵¹, incluindo o seu irmão João Afonso Telo; o mestre de Santiago, Fernando Afonso de Albuquerque; Gonçalo Mendes de Vasconcelos, seu tio; e João Afonso Pimentel, seu cunhado²⁵². É provável que o seu outro irmão, Gonçalo Teles, e João Afonso, seu primo, também o façam, pois iremos encontrá-los mais tarde ao seu lado. Dava-se aqui a primeira cisão entre o grupo que se unira contra o Andeiro. Alguns dos que estavam ao lado do mestre de Avis, ainda em Lisboa, abandonavam-no, estavam hesitantes quanto ao caminho a tomar. Este pensa mesmo em abandonar o reino para fugir de uma vingança de D. Leonor, que entretanto chamara o genro, o rei castelhano, em seu auxílio²⁵³. Levanta-se a hipótese, no lado dos partidários de D. João, de acordar um casamento entre este e a rainha, o que permitiria terminar logo com a separação entre os dois grupos que começavam a desenhar-se, apaziguar o reino, e apresentar uma oposição mais firme às intenções do rei castelhano²⁵⁴. Como bem observava o conde de Barcelos, nesta altura «*Castella era contra Portugall, e Portugall contra ssi meesmo*»²⁵⁵. Contudo, não se chega a qualquer acordo acerca do casamento.

Apesar disso, o mestre de Avis decide arriscar. Ainda em Dezembro de 1383, era aclamado regedor e defensor do reino e escolhia os homens para o seu governo, o que fez com que muitos da cidade saíssem para junto da rainha ou para outros lugares, temendo o pior: «*como o Meestre tomou voz de rregedor e deffensor do rregno, muitos que eram criados da Rainha e feitos per ella e seus familiares, sse forom logo da cidade para ella, e*

²⁵¹ Cf. *ibidem*, pp. 32-33.

²⁵² João Afonso Pimentel desposara Joana Teles, meia-irmã da rainha, por iniciativa desta, segundo Fernão Lopes, que diz que D. Leonor casou «*sua irmã dona Johana, que era bastarda e comendadeira de santos, com Joham Affonso Pimentel, e fez-lhe dar Bragança de jur e d'erdade*». Cf. **Crónica de D. Fernando**, p. 229.

²⁵³ Cf. **D. João I**, pp. 36-37.

²⁵⁴ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, pp. 43-45.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 45.

*assi pera outros logares. E partiamssse de Lixboa tememdo destar em ella pollo grande alvoroço que viiam nas gentes, e medo mui forte delRei de Castella»*²⁵⁶. Mas outros vinham para o seu lado, como era o caso do conde de Arraiolos, Álvaro Pires de Castro²⁵⁷. Em Lisboa, preparava-se a guerra que se via como inevitável. O regedor do reino doava os lugares e bens das pessoas que estavam com a rainha ou que apoiavam o rei de Castela aos seus partidários; emitia cartas de perdão a quem o servisse; reunia dinheiros necessários ao recrutamento e pagamento de tropas²⁵⁸. É dentro desta última linha de acção que chega a tomar um tesouro de Beatriz Afonso de Albuquerque, esposa do conde de Barcelos, que estava guardado e escondido na igreja de S. Domingos²⁵⁹.

Depois do Natal, a rainha parte de Alenquer para Santarém. Dá-se neste momento uma ruptura com alguns membros que até aqui a acompanhavam. O seu irmão João Afonso Telo segue para Santarém, mas Gonçalo Teles é mais cauteloso: *«sabemdo como elRei de Castella viinha e nom seendo çerto como sse os feitos aviam de seguir, a poucos dias se partio dhi, e se foi pera Coimbra»*²⁶⁰. Apesar de ser irmão da rainha, o conde de Neiva preferia apartar-se durante algum tempo para depois decidir qual a melhor maneira de agir e qual o partido que devia apoiar.

A pedido de D. Leonor, e obviamente de forma a proteger os seus próprios interesses, o rei castelhano entrava pela Beira, onde muitos nobres, indecisos, adoptavam uma postura idêntica à de Gonçalo Teles, afastando-se e tentando adiar uma decisão sobre qual o lado pelo qual deviam alinhar²⁶¹. D. João passa por Coimbra, cidade governada por Gonçalo Teles, e onde permanecia Gonçalo Mendes de Vasconcelos, mas não lhe é permitida a entrada. Estes dois importantes membros da rede familiar eram daqueles que preferiam adoptar uma atitude expectante. O monarca tem melhor sorte com outro membro da família, pois em Miranda encontra-se com o conde de Viana, João Afonso, que sai a recebê-lo e segue a sua causa. Daí encaminha-se para Tomar, onde esperava ter a mesma recepção por parte do mestre de Cristo, Lopo Dias de Sousa, filho de D. Maria e por isso sobrinho da rainha, mas não o encontra na cidade, pois este estava em Pombal, também ele a adiar uma decisão²⁶². O rei castelhano chega a Santarém no dia 12 de Janeiro de 1384, e no dia seguinte, D. Leonor, ao que tudo indica pressionada pelo genro, renunciava à

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 49

²⁵⁷ Cf. *ibidem*, p. 45.

²⁵⁸ Cf. *ibidem*, p. 50.

²⁵⁹ Cf. *ibidem*, p. 50.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 55.

²⁶¹ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, «A nobreza no reinado de D. Fernando...cit.», p. 74.

²⁶² Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, p. 106.

regência do reino²⁶³. D. João fazia-se aclamar rei de Castela e de Portugal, e entre aqueles que o apoiavam encontravam-se quase todos os maiores do reino, incluindo os condes de Barcelos e de Viana, ambos de nome João Afonso; o conde de Seia, Henrique Manuel de Vilhena; o prior do Hospital, Pedro Álvares Pereira, irmão de Nuno Álvares, entre muitos outros. Sobressaíam ainda João Afonso Pimentel, que como foi visto era cunhado da rainha, e João Rodrigues de Portocarreiro, sogro do conde de Viana²⁶⁴. Alinhava-se uma força impressionante contra a facção erigida a partir de Lisboa, mas estes também tinham começado a concentrar as suas forças.

Com efeito, tinham vindo para o lado do mestre de Avis um número significativo de cavaleiros, entre os quais Nuno Álvares Pereira, cuja figura iria despontar em sucessos de armas subsequentes²⁶⁵. O castelo de Lisboa, cuja alcaidaria era do conde de Barcelos, fora entregue pacificamente²⁶⁶, mas em outras cidades do país as dissidências que se viviam entre os partidos de Lisboa e de Santarém iriam reflectir-se em rivalidades regionais que se percebem pelos conflitos que antecederam a tomada, por parte dos militantes da causa do mestre de Avis, de alguns castelos, designadamente dos de Beja, de Portalegre, de Estremoz, de Évora e do Porto²⁶⁷.

Por esta mesma altura, com o rei castelhano em Santarém, «*dō Fernamdo Affonssso dAlbuquerque, estando na villa de Pallmella, se veo com todas suas gentes a Lixboa pera o Meestre, e o rreçebeo por senhor, e ficou por seu vassallo pera o servir. Mas porem nom embargando esto, por quamto ell fora feito pella Rainha, rreçeamosse del que sse poderia deitar com elRei de Castella, e lhe dar as fortellezas do Mestrado, disserom que era bem que fosse por Embaxador*»²⁶⁸. Parece claro que, neste caso, apesar das ligações familiares não determinarem a opção política de Fernando Afonso de Albuquerque, o seu peso não era ignorado, e foi tomada uma opção preventiva, enviando-o a Inglaterra como embaixador, nos finais de Março de 1384, acompanhado do chanceler do regente e defensor do reino, Lourenço Anes Fogaça, que tinha abandonado o lado de D. Leonor aquando da chegada do rei castelhano²⁶⁹. A embaixada prolongou-se durante longos meses

²⁶³ Cf. *ibidem*, p. 110 e **D. João I**, p. 43.

²⁶⁴ Sobre este João Afonso Portocarreiro, cf. Humberto Baquero Moreno, «Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388)», in *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1990, pp. 26-56, sobretudo as pp. 46-49.

²⁶⁵ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *op. cit.*, p. 75.

²⁶⁶ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, pp. 69-72.

²⁶⁷ Cf. *ibidem*, pp. 73-78 e 81-82.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 83.

²⁶⁹ Cf. **D. João I**, pp. 94-97.

antes que de Inglaterra tomassem qualquer resolução, pois a situação em Portugal não estava clara. Os dois embaixadores, em troca do apoio naval ao duque de Lencastre para que este pudesse reclamar o trono de Castela, requeriam permissão para recrutar naquele reino homens de armas e arqueiros para apoio à causa do mestre de Avis. Conseguiriam reunir um pequeno exército — cerca de 800 homens de armas e arqueiros — mas apenas após o cerco de Lisboa ter sido levantado e de Nuno Álvares Pereira ter derrotado uma força castelhana nos Atoleiros. Os homens recrutados chegariam a Lisboa, Setúbal e Porto na Primavera de 1385²⁷⁰.

Em Santarém, a rainha D. Leonor intervinha a favor do genro junto do irmão, Afonso Teles, e do tio, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, ainda em Coimbra, escrevendo-lhes a solicitar que entregassem a cidade a D. João I²⁷¹. Porém, e apesar de Gonçalo Teles estar ausente no Porto, combinara com o tio, que ficara na cidade, para que este não entregasse o castelo de Coimbra a nenhum dos partidos sem que antes tivessem decidido entre os dois²⁷². Pouco depois, D. Leonor é politicamente afastada por D. João de Castela, passando praticamente ao estatuto de prisioneira do rei castelhano, no seguimento de uma discórdia entre os dois que fez com que a rainha incitasse alguns dos homens que estavam com ela em Santarém a tomar o partido do mestre de Avis²⁷³. Diz Fernão Lopes que a rainha começou a arrepender-se prontamente de ter pedido ajuda a genro e de ter renunciado à regência, e que começou a enviar secretamente cartas a muitos lugares do reino que D. João de Castela tencionava tomar, recomendando que não se entregassem²⁷⁴.

O rei castelhano avança para Coimbra, acompanhado das duas rainhas e de todos os principais, incluindo os condes de Barcelos e de Viana, com a intenção de a ocupar. Todavia, apesar de prometer muitas mercês aos seus líderes, Gonçalo Teles e Gonçalo Mendes de Vasconcelos dizem que apenas entregariam a cidade a quem «*fosse de direito*»²⁷⁵, adiando mais uma vez um compromisso com qualquer das partes. Não abrem as portas das muralhas a D. João e chega mesmo a haver uma escaramuça em Arregaça, entre gentes de Coimbra e uma força comandada pelo conde de Viana.

As forças vindas de Santarém permanecem junto dos muros, esperando que Gonçalo Teles e Gonçalo Mendes tomassem uma decisão, e é durante este período que Leonor Teles, que se via despojada de qualquer poder, terá tentado armar uma trama com D.

²⁷⁰ Cf. *ibidem*, pp. 95-96.

²⁷¹ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, pp. 124-125.

²⁷² Cf. *ibidem*, p. 125.

²⁷³ Cf. *ibidem*, pp. 129-131.

²⁷⁴ Cf. *ibidem*, p. 130.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 131.

Pedro, conde de Trastâmara, com vista ao assassinato do rei castelhano, à fuga imediata para dentro da cerca coimbrã e ao casamento entre os dois, que assumiriam o governo do reino de Portugal, depois de entendimento com o Mestre de Avis²⁷⁶. Para tal, precisavam da ajuda de Gonçalo Teles, que aceita abrir-lhes as portas da cidade pensando apenas que queriam sair da alçada de D. João I e desconhecendo qualquer propósito de o matar e de um eventual casamento entre os dois²⁷⁷. Os contactos feitos entre os dois irmãos, de que o monarca tinha conhecimento, eram assumidos por D. Leonor, que dizia ao genro estar a tentar convencer o conde de Neiva a entregar Coimbra. A trama é descoberta pelo rei, vindo o conde de Trastâmara fugido para o Porto e acabando D. Leonor por ser conduzida para Castela e detida no Mosteiro de santa Clara, em Tordesilhas²⁷⁸. Politicamente vencida, acabaria por falecer aí, depois de 1390²⁷⁹.

Em Lisboa, preparava-se a cidade para o inevitável cerco que seria levado a cabo por D. João de Castela; no Alentejo, Nuno Álvares Pereira, nomeado fronteiro dessa região, conduzia as operações de guerra, conseguindo uma moralizante vitória nos Atoleiros, em 16 de Abril de 1384²⁸⁰. Pouco depois, ingressavam no seu partido dois indivíduos da parentela de D. Leonor. A 11 de Julho de 1384, o mestre de Cristo, Lopo Dias de Sousa, que até então estivera afastado dos acontecimentos, toma pacificamente a vila de Ourém, que se inclinara por D. João de Castela, e passa a alinhar pelo partido do Mestre. Naquela vila captura dois filhos do conde de Barcelos: «*no quall logar foram emtom tomados e presos dous filhos do comde dom Joham Affomssso, Comde de Barçellos*»²⁸¹. No mês seguinte, já começado o cerco de Lisboa, por iniciativa dos homens-bons do Porto, D. Martim Gonçalves, abade de Paço, entrava em contacto com Gonçalo Teles, tentando convencê-lo a entregar Coimbra ao partido do mestre, ao que ele responde «*que sse o meestre lhe quisesse dar as terras que foram da Rainha dona Lionor sua irmãa, que ell tomaria sua voz, e o serveria na frota, e em toda a cousa que em seu serviço fosse*»²⁸². Como sempre, procurava-se conseguir retirar os maiores dividendos possíveis de um momento de crise. As terras que o conde de Neiva pretendia já haviam sido cedidas a Nuno Álvares Pereira, que apesar de tudo diz que prescinde delas para garantir o apoio do conde

²⁷⁶ Cf. *ibidem*, pp. 132-137.

²⁷⁷ Cf. *ibidem*, p. 136.

²⁷⁸ Cf. *ibidem*, pp. 135-139.

²⁷⁹ Cf. Isabel Maria Garcia de Pina N. Baleiras S. Campos, *Leonor Teles, uma mulher de poder?*, dissertação de mestrado apresentada à FLUL, policopiada, 2008, p. 238.

²⁸⁰ Cf. D. João I, pp. 45-47.

²⁸¹ *Crónica del Rei dom João I*, 1ª parte, p. 199. Não se sabe quem são estes filhos, pois não se conhece qualquer descendência de João Afonso Telo.

²⁸² *Ibidem*, p. 212.

de Neiva. O rei, perante a resposta do fronteiro, promete entregar as ditas terras ao conde D. Gonçalo, fazendo logo mercê de Bouça e Lordelo a D. Martinho, seu filho²⁸³. Era o terceiro familiar próximo de D. Leonor que passava para o lado de D. João, mestre de Avis. E não se tratavam de indivíduos de pouca monta. Dois mestres das ordens militares, entidades de indiscutível valia bélica, e o conde de Neiva e senhor de Coimbra, cidade fundamental para o domínio do centro do reino. Do lado contrário mantinham-se os condes de Barcelos e de Viana e João Afonso Pimentel.

Nos meses seguintes iria arrastar-se o cerco de Lisboa, que por providencial pestilência seria levantado a 3 de Setembro. Mas não sem antes se ter descoberto uma traição por parte de alguns partidários do mestre de Avis, designadamente João Lourenço da Cunha, o primeiro marido de D. Leonor Teles, e Pedro de Castro, filho de Álvaro de Castro, casado com Leonor de Meneses²⁸⁴, filha do velho conde João Afonso Telo e, por conseguinte, irmã do conde de Viana. Pretendiam abrir uma porta da cidade e entregá-la ao rei castelhano, mas a trama é descoberta e são ambos presos²⁸⁵.

Nos meses que se seguem ao levantamento do cerco de Lisboa, e durante os quais D. João, mestre de Avis, toma a iniciativa militar e se desloca para norte, vamos encontrar ao seu lado o conde de Neiva, que faz parte do seu conselho de guerra²⁸⁶ e que traz arregimentadas consigo cerca de duzentas lanças que participarão no cerco de Alenquer²⁸⁷. É durante este período agraciado com alguns bens, nomeadamente no dia 17 de Setembro, data em que recebe os bens que pertenciam ao seu irmão João Afonso Telo²⁸⁸, e ainda as terras de Unhão, Vilar de Torno, Manhancelos, Atães, Vila Cais, Bulhões e Rogilde²⁸⁹. Fernão Lopes enumera outros indivíduos que seguiam o regente do reino, destacando «*O Meestre de Christos, dom Lopo Dias de Sousa, que seendo sobrinho da rainha dona Lionor, e teendo mais terras em Portugall que o Meestre dAvis, por ser verdadeiro Portuguees, e veer que elRei de Castela quebrara os trautos, teve voz por Portugall e sérvio o Meestre como rregedor, atee seer preso em teemdo cercado Torres Novas, que tunha voz por Castella*»²⁹⁰ e «*O Meestre de Samtiago dom FernamdAffomsso dAlbuquerque, filho bastardo de Joham Affomsso dAlbuquerque, o quall se veo pêra o*

²⁸³ Cf. *ibidem*, p. 212.

²⁸⁴ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., pp. 124-125.

²⁸⁵ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, p. 239 e 328.

²⁸⁶ Cf. *ibidem*, p. 285.

²⁸⁷ Cf. *ibidem*, pp. 313-314.

²⁸⁸ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl., 30. Bens não discriminados.

²⁸⁹ Cf. *ibidem*, fl. 29v.

²⁹⁰ **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, p. 304.

Meestre e lhe ofereção as terras do Meestrado»²⁹¹. Aponta ainda João Lourenço da Cunha e o seu filho havido com D. Leonor, Álvaro da Cunha, vindos de Castela²⁹².

O mestre de Cristo sofreria em Novembro um duro revés militar, ao sair de Tomar juntamente com Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Hospital, e com Rodrigo Álvares Pereira, irmão de Nuno Álvares, em marcha sobre Torres Novas. Vêm a ser vencidos por reforços vindos de Santarém e são capturados e aprisionados nesta cidade, situação em que permanecerão até Aljubarrota²⁹³.

Os familiares que se encontravam no outro partido recebem também alguns benefícios. D. João I, em Santarém e antes de regressar a Castela, distribui algumas alcaidarias por alguns dos seus partidários, cabendo Penela e Miranda ao conde de Viana²⁹⁴. Já o conde de Barcelos opta por acompanhar o rei castelhano no regresso ao seu reino, vindo aí a ser titulado conde de Mayorgas²⁹⁵.

É durante o cerco de Torres Novas que se dará a desinteligência entre o mestre de Avis e o conde de Neiva. Fernão Lopes refere o episódio que, segundo ele, está na origem deste atrito. Um vassalo de Gonçalo Teles, Aires Gonçalves de Figueiredo, que «*fora seu ayo e governador de sua casa em seendo moço*»²⁹⁶, tinha o castelo de Gaia por si. Por alguns abusos levados a cabo pelos do castelo nas aldeias vizinhas, sobretudo ao nível da recolha de mantimentos, as gentes do Porto atacam e derrubam o castelo. D. Gonçalo reclama junto do Mestre e este diz-lhe que agora nada se pode fazer mas que lhe daria um castelo tão bom ou melhor e muitas mercês²⁹⁷. Contudo, a relação entre os dois mostrava-se mais fria. Diz o cronista que se armava no cerco de Torres Vedras uma tentativa de assassinato de D. João instigada pelo monarca castelhano e preparada pelo conde de Trastâmara, D. Pedro. Estavam ainda incluídos na conspiração Pedro de Castro, que conseguira ser perdoado depois da sua intenção em abrir as portas de Lisboa aos castelhanos, e dois cavaleiros castelhanos, João Afonso de Beça e Garcia Gonçalves de Valdés²⁹⁸.

Não se sabe se Gonçalo Teles estava conluiado com aqueles quatro, mas devido ao ataque ao castelo de Gaia, corria o rumor de que pretendia partir para Coimbra com os seus

²⁹¹ *Ibidem*, p. 304.

²⁹² Cf. *ibidem*, p. 305.

²⁹³ Cf. *ibidem*, p. 319-320.

²⁹⁴ Cf. *ibidem*, pp. 288-289.

²⁹⁵ Cf. *ibidem*, p. 293.

²⁹⁶ *Ibidem*, 324.

²⁹⁷ Cf. *ibidem*, p. 325.

²⁹⁸ Cf. *ibidem*, pp. 330-331.

e daí opor-se aos propósitos do mestre²⁹⁹. Temendo vir a assistir a uma deserção e a uma passagem de facção por parte do conde de Neiva, D. João, a 8 de Janeiro de 1385, convoca o seu conselho e manda-o prender, bem como a Aires Gonçalves e a D. Martinho, filho do primeiro³⁰⁰. São conduzidos ao castelo de Tomar e daí levados para Évora³⁰¹. Alguns dos bens de Gonçalo Teles serão confiscados e atribuídos a diversos até 1387, data em que será libertado do seu cativeiro³⁰². Ao saber disso, os conjurados, porque Gonçalo Teles fazia parte da intriga, porque estava a par dos seus propósitos ou porque, apesar de não estar incluído na sua maquinação, temerem que o rei tivesse descoberto o que preparavam, tentam fugir e abandonam o arraial. O conde D. Pedro refugia-se dentro da vila de Torres Vedras; Pedro de Castro e João Afonso de Beça correm para Santarém. Garcia Gonçalves de Valdês também tenta escapar mas é aprisionado e torturado antes de confessar o crime, denunciar os seus intervenientes e ser condenado à morte pela fogueira³⁰³.

Sem que consiga tomar a cidade, D. João levanta o cerco sobre Torres Vedras e segue para Coimbra, onde se realizam as famosas cortes que resultarão na sua aclamação como rei de Portugal. Gonçalo Mendes de Vasconcelos, que sempre permanecera na cidade, não o vem receber, mas depois está presente na eleição do mestre e segue o seu partido. Continuara fiel à política que adoptara desde o início do conflito: esperar para ver. Já os seus filhos, Mem Rodrigues e Rui Mendes, há algum tempo que seguiam o mestre e estão também na eleição em Coimbra³⁰⁴. Por precaução, o recém-aclamado rei de Portugal irá retirar a alcaidaria a Gonçalo Mendes³⁰⁵.

Aproximava-se Aljubarrota e os destinos dos vários membros da família — sempre considerando como tal o grupo familiar promovido ao longo do reinado de D. Fernando por João Afonso Telo — não podiam ser mais distintos. Leonor Teles estava aprisionada em Tordesilhas; João Afonso Telo, conde de Barcelos, também estava em Castela junto de D. João I de Castela e fora aí titulado; Fernando Afonso de Albuquerque encontrava-se em Inglaterra, como embaixador de D. João I de Portugal; Gonçalo Teles detido em Évora, por precaução do mesmo rei, aparentemente sem provas concretas de traição; também se encontrava preso Lopo Dias de Sousa, mas em Santarém, e pelo partido contrário; Gonçalo Mendes de Vasconcelos fora afastado da alcaidaria de Coimbra, mas depois de tanto

²⁹⁹ Cf. *ibidem*, p. 332.

³⁰⁰ Cf. *ibidem*, p. 333.

³⁰¹ Cf. *ibidem*, p. 336.

³⁰² Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 111.

³⁰³ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 1ª parte, p. 333.

³⁰⁴ Cf. *ibidem*, pp. 341-344.

³⁰⁵ Cf. *ibidem*, 2ª parte, p. 12.

esperar conseguira acertar no partido vencedor. Pior sorte teve o conde de Viana, que como foi visto, havia tomado partido pelo rei castelhano e que fora por este nomeado alcaide de Penela e Miranda³⁰⁶. Fora morto por aldeães nas imediações da primeira destas vilas, enquanto andava a saquear povoações: «*teendo-a [Penela] o conde de Vijana quando el-Rey dom Fernando morreo, tomou logo voz por Castella, recebendo soldo del-Rey quando veo çercar Lixboa; e teendo-(a) assy por elle, sayu fora do logar por tomar mantijmentos contra vontade de seus donos, como os seus auyam em custume: e leuando comssygo huuns quarenta de cauallo, sem outros peeões nem beesteiro(s), juntarom-sse contra elle os das aldeas e comarcas derredor pera lhos defeender, todos pee terra. E emuorilhando-sse com elles, remessarom-lhe o cauallo, e cayu com elle em terra; e foy huum vyllaão rijamente, que chamauom dalcunha Cazpirre, e cortou-lhe a cabeça, e assy morreo*»³⁰⁷.

Chegados a Aljubarrota, o único destes indivíduos que encontramos na batalha é João Afonso Telo, conde de Barcelos, que é um dos nobres que instiga o monarca castelhano a fazer batalha, contra muitos conselhos contrários³⁰⁸. Do lado contrário estavam os seus primos Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos, filhos de Gonçalo Mendes de Vasconcelos e comandantes da *Ala dos Namorados*³⁰⁹. Quando se dá o impetuoso mas insensato ataque castelhano, o conde de Barcelos lidera a carga: «*E aballando com orgulhosos passos e trigoso edsprezamento vijnham os portugueses todos diante, e o conde dom Joham Affonssso antelles, huma lança darmas dauantagem com outra nas mãos, como ardido cavaleiro*»³¹⁰. Vem a morrer no confronto, merecendo depois especial consideração pelo rei português: «*El-Rey esteue tres dias no campo segundo costume de taaes batalhas; e por o fedor dos mortos, que era grande, e por nom comprir destar ally mais, hordenou de sse partir logo. E fez soterrar primeiro o conde dom Joham Affonso Tello, que fora aazador da seer a batalha, e mis nom*»³¹¹. É possível que o fizesse em memória de tempos não muito longínquos, quando se encontravam no mesmo lado a preparar a morte de João Fernandes de Andeiro.

Em Aljubarrota, não se enterrava apenas João Afonso Telo. Embora a maior parte lá não estivesse, eram «os Teles» — enquanto projecto de poder associado a um grupo familiar — que também ali terminavam. Mas não desapareceriam totalmente, pois

³⁰⁶ Cf. *ibidem*, 1ª parte., p. 289.

³⁰⁷ *Ibidem*, 2ª parte, p. 46.

³⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. 79.

³⁰⁹ Cf. *ibidem*, p. 84.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 97.

³¹¹ *Ibidem*, p. 110.

deixavam a semente dos novos Meneses e Albuquerque que iriam ressurgir com redobrado vigor logo no reinado que agora começava.

5.6. A «MORTE» DOS TELES E O RENASCIMENTO DOS MENESES E ALBUQUERQUES

Pelos percursos dos vários membros da família observados atrás, verificamos que não actuaram como um bloco coeso durante a crise, optando por partidos diferentes com êxitos diferentes. Apesar de ser significativo que os dois chefes de linhagem, ambos de seu nome João Afonso, condes de Barcelos e de Viana, seguissem o partido castelhano, acabando os dois por morrer nos conflitos, e que João Afonso Pimentel tomasse a mesma opção — com melhores resultados, como veremos — não se pode ignorar que Gonçalo Teles, Fernando Afonso de Albuquerque e Lopo Dias de Sousa apoiaram o mestre e que Gonçalo Mendes de Vasconcelos acabou por fazê-lo. Tal como o fez Pedro de Castro, casado, como foi visto, com Leonor de Meneses, irmã do conde de Viana, e que apesar de algumas acções com vista a prejudicar o mestre de Avis, esteve durante muito tempo ao seu lado.

Pode argumentar-se que o conde de Neiva se preparava, no início de 1385, para passar para o lado de Castela, algo que não sendo impossível parece pouco provável. Ainda em Setembro tinha sido levantado o cerco de Lisboa e o partido que apoiava tomara a iniciativa da guerra e ganhava terreno. Fora beneficiado com os bens do irmão, o conde de Barcelos, e ainda com outras terras, integrando-se assim na lógica indicada por José Mattoso, que justifica o facto da esmagadora maioria dos filhos segundos das várias linhagens se aliarem à facção criada em Lisboa³¹² porque viam na luta contra D. Leonor — e depois D. João de Castela — uma possibilidade de se apropriarem das terras da família que de outra forma dificilmente herdariam³¹³. Quando Fernão Lopes escreve a forma pela qual Gonçalo Teles é libertado, fica-se com a ideia de que efectivamente não se confirma qualquer tentativa deste em prejudicar a causa que seguia, e que fora detido como medida preventiva pelo rei. Estamos em 1387 e D. João I adoece em Corval, entre Porto e Coimbra. Estando de cama, o duque de Lencastre pede-lhe que liberte Gonçalo Teles, Martinho de Meneses e Aires Gonçalves de Figueiredo, que estavam detidos desde há dois anos, e o rei confessa que *«Em verdade (...), eu nunca os mandey premder por cousa que emtendesse que comtra mym obrassem; mas fize-o por me nom fazerem desseruiço, que me*

³¹² Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, «A nobreza no reinado de D. Fernando...cit.», pp. 82-83.

³¹³ Cf. José Mattoso, «A nobreza e a Revolução de 1383» cit., p. 286.

pereção que queriam fazer, e por em os retiue ataa ora; amte mandaua dar mantimento a elles e a suas molheres, como sabedes por verdade. Mas pois a uos, senhor, praz, eu som ledó que os soltem logo»³¹⁴. De facto, se tivesse mesmo colaborado num projecto de assassinato do mestre de Avis, o mais provável era ter acabado por ser condenado à morte. Ora apesar de alguns dos seus bens terem sido confiscados³¹⁵, não perdera o título de conde e continuava a receber a sua quantia, no valor de 500 libras mensais, que eram vinte dobras, tal como Aires Gonçalves, a quem cabiam 6 dobras, ou seja 150 libras³¹⁶. Depois de libertado, no dia 7 de Junho de 1387, eram-lhe restituídas todas as terras, lugares e rendas que tinha no tempo de D. Fernando, incluindo aquelas que haviam sido cedidas a outros³¹⁷. No ano seguinte assistia com as suas gentes as forças de D. João I no cerco de Melgaço³¹⁸.

Desta forma, não é totalmente verdade que os Teles, se aplicarmos esta designação a um grupo relativamente alargado, tenham alinhado do lado do rei castelhano, e nota-se uma cisão vertical do grupo familiar, como de resto acontece com muitas outras famílias³¹⁹. Apesar de tudo, e de os elementos da família deixarem descendentes, é verdade que os Teles desaparecem com Aljubarrota. Mas em compensação renascem os Meneses e os Albuquerque. A explicação é simples e fácil de entender ao observarmos os destinos dos descendentes dos Teles do reinado de D. Fernando e uma opção comum a todos eles no reinado de D. João I: abandonam o patronímico Teles e vão adoptar as apelidos Meneses e Albuquerque.

Vejamos os vários descendentes. D. Beatriz, rainha de Portugal nunca tida como tal, não deixa descendência depois de morrer em Toro³²⁰. Quanto a João Afonso Telo, conde de Barcelos, apesar de Fernão Lopes apontar que quando Lopo Dias de Sousa toma Ourém capturou dois filhos seus, nada se sabem desses filhos e não se conhece a sua

³¹⁴ **Crónica del Rei dom João I**, 2ª parte, p. 240.

³¹⁵ Os reguengos do termo de Lisboa, incluídas as ribeiras do sal, haviam pertencido a Leonor Teles e tinham sido doadas a Gonçalo Teles, com grande grau de probabilidade, quando este passara a apoiar o mestre e como contrapartida dessa opção, fora entregue, a 7 de Abril de 1385, a Nuno Álvares Pereira (cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 116). Faria fora doada a João Fernandes Pacheco a 16 de Janeiro de 1386 e Neiva e Aguiar de Neiva a João Rodrigues de Sá a 24 do mesmo mês (cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 111).

³¹⁶ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 2ª parte, p. 240.

³¹⁷ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., pp. 111-112.

³¹⁸ Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 2ª parte, p. 278.

³¹⁹ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *ob. cit.*, pp. 82-83. É este também o caso dos Pimentéis, por exemplo (cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis... cit.*, p. 294).

³²⁰ Sobre a rainha D. Beatriz é de particular interesse a obra de César Olivera Serrano, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*, Santiago de Compostela, CSIC/Xunta de Galicia/Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», 2005.

descendência³²¹. A sua esposa, Beatriz Afonso de Albuquerque, parte para Castela no rescaldo de Aljubarrota, para junto da rainha D. Beatriz, vindo aí a falecer³²². Lopo Dias de Sousa, mestre de Cristo, tem muitos filhos bastardos, mas todos eles adoptarão o nome Sousa. Dos seus filhos, saliente-se uma filha, Leonor Lopes de Sousa, que iria casar com Fernão Martins Coutinho³²³, nascendo deste casal Beatriz Coutinho, terceira esposa de Pedro de Meneses, o primeiro capitão de Ceuta, filho do conde de Viana³²⁴. Já os descendentes de Joana Teles terão outro destino. Esta dama, como se viu, estava casada com João Afonso Pimentel, que esteve sempre ao lado do partido da rainha D. Beatriz. Virá a conciliar-se depois com D. João I de Portugal, mas em 1398 passa definitivamente para Castela, em ruptura com o rei português, vindo neste reino a receber o título de conde de Benavente e a fundar uma casa que se destacará a partir de então no panorama nobiliárquico castelhano³²⁵.

Interessam sobretudo a descendência de Gonçalo Teles, de João Afonso, conde de Viana e de Fernão Afonso de Albuquerque. Braancamp Freire diz que o primeiro terá falecido por volta de 1403, depois de mais uma vez ter caído em desfavor junto de D. João I, tendo-lhe sido confiscados os bens em 1391 por desserviço³²⁶. Deixa por herdeiro o já mencionado D. Martinho, senhor de Cantanhede. Ora este nobre adoptará o nome Meneses, tal como os seus descendentes. O seu bisneto, Pedro de Meneses, será titulado conde Cantanhede, a 6 de Agosto de 1479³²⁷.

Fernando Afonso de Albuquerque será pai de duas filhas, Joana e Teresa de Albuquerque, segundo Braamcamp Freire geradas com uma dama inglesa durante a sua permanência em Inglaterra como embaixador³²⁸. Ambas vão casar com nobres que durante a crise apoiaram o mestre de Avis. Joana de Albuquerque foi a segunda esposa do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, tendo os seus descendentes adoptado o apelido peterno³²⁹. Teresa de Albuquerque casará com Vasco Martins da Cunha, o Velho, sendo também a segunda esposa deste nobre³³⁰. Terão dois filhos: Pêro Vasques da Cunha e

³²¹ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 110.

³²² Cf. **Crónica del Rei dom João I**, 2ª parte, p. 128.

³²³ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 281.

³²⁴ Cf. Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses...cit.*, p. 143.

³²⁵ Sobre a passagem dos Pimentéis a Castela, cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, ob. cit., pp. 285-313.

³²⁶ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 112.

³²⁷ Cf. *ibidem*, p. 112, 3º vol., p. 327 e Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia», *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril de 1988, p. 106.

³²⁸ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 2º vol., p. 197.

³²⁹ Cf. *ibidem*, p. 197.

³³⁰ Cf. *ibidem*, p. 197 e 1º vol., p. 166.

Isabel de Albuquerque. Da mesma forma que neste casamento os filhos tomam um e outro apelido, assim sucederá com os ramos familiares de Pêro Vasques³³¹. Um neto de Pêro Vasques, Lopo de Albuquerque, será camareiro-mor de Afonso V, sendo por este titulado primeiro conde de Penamacor em Maio de 1475³³². Os filhos de Leonor de Albuquerque, por sua vez filha de Isabel de Albuquerque, manterão todos o apelido materno e terão grande destaque na Expansão Portuguesa³³³. De entre os seus descendentes sobressaem Afonso de Albuquerque, *o Grande*, governador da Índia e Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia³³⁴.

A mais poderosa prole nasce do único filho de João Afonso, conde de Viana, chamado Pedro de Meneses. Depois de passar com a mãe para Castela, imediatamente após Aljubarrota, e de permanecer durante uns anos nesse reino, Pedro de Meneses regressa a Portugal onde vai empreender um extraordinário processo de recuperação social a partir da ligação à casa do infante D. Duarte e sobretudo devido ao seu desempenho enquanto capitão de Ceuta que o conduzirá aos lugares cimeiros da nobreza portuguesa³³⁵. Será o primeiro nobre titulado no reinado de D. João I fora Nuno Álvares Pereira, os infantes e os descendentes por bastardia do monarca, recebendo em 1424 o condado de Vila Real³³⁶ e em 1433 o de Viana do Alentejo³³⁷. A partir das bases de poder que constrói, os seus muitos herdeiros poderão ostentar, ao longo da segunda dinastia, inúmeros títulos nobiliárquicos a somar ao condado de Vila Real, designadamente o marquesado e ducado de Vila Real, o ducado de Caminha, os condados de Ourém, de Valença, de Alcoutim, de Penela, de Portalegre, de Viana do Minho, de Monsanto, de Valença, de Loulé e de Tarouca³³⁸. E isto apenas os descendentes por via masculina e que adoptaram o apelido de Meneses. Não era uma opção fútil a adopção do nome «Meneses», resgatado a uma herança bastante distante. Este nome, que até ao reinado de D. João I nunca fora utilizado por qualquer membro da família em Portugal, será então activamente promovido por D. Pedro de Meneses³³⁹. Inscreve-se obviamente num processo de reabilitação social dos

³³¹ Cf. *ibidem*, 1º vol, p. 167.

³³² Cf. *ibidem*, 3º vol., p. 307 e Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, *ob. cit.*, p. 109.

³³³ Para os vários percursos, cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 2º vol., pp. 199-219.

³³⁴ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 167.

³³⁵ Para o percurso sócio-político do primeiro capitão de Ceuta, cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*.

³³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 119-120.

³³⁷ Cf. *ibidem*, p. 210.

³³⁸ Cf. *ibidem*, pp. 175-176 e Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 102-112.

³³⁹ Quando institui um grande morgadio associado ao dote da filha D. Beatriz, aquando do casamento desta com Fernando de Noronha, em 8 de Março de 1431, morgadio esse que constitui a grande referência patrimonial da casa de Vila Real, uma das disposições que D. Pedro impõe para que os seus sucessores possam herdar a administração do morgadio é a obrigatoriedade da adopção do apelido «Meneses». Os

descendentes dos Teles, que ficam inevitavelmente marcados por uma memória associada à rainha D. Leonor. A solução para ultrapassar o deslustre do nome Teles é extremamente simples, como todas as boas soluções. Bem longe da *Tierra de Campos*, o nome Meneses voltava a ocupar as altas esferas sociais e viveria assim durante mais uns bons séculos.

primogénitos da casa usarão sempre o nome, acontecendo que em 1637, muitos anos passados, falecendo Miguel de Meneses sem filhos, o seu irmão, Luís de Noronha, tenha de tomar o apelido, passando a chamar-se Luís de Noronha e Meneses, para que pudesse herdar a administração do mencionado morgadio. Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 172-174

6. O PODER

Feita a narrativa dos vários ramos da família ao longo dos vários capítulos, é necessário agora proceder a alguma síntese da informação exposta, para que se possam identificar de que forma desenvolveu as suas estratégias de poder. Em primeiro lugar é necessário entender como é que a família se via a si própria no âmbito da nobreza.

6.1. A IDENTIDADE

6.1.1. *O nome*

Os indivíduos, socialmente, são desde logo identificados pela atribuição de um nome. Todavia, este factor de identificação não é apenas uma referência individual mas também uma componente da representação social do grupo familiar, na medida em que esse grupo necessita de ser reconhecido como tal para o resto da sociedade utilizando elementos que lhe proporcionem uma coesão identitária¹. A utilização de certas fórmulas nominais e a repetição de certos nomes evidenciavam essa mesma coesão. Além disso, a escolha de nomes próprios idênticos aos dos antepassados, além de reflectir uma consciência de grupo, servia para projectar no presente e no futuro a memória, os exemplos e o valor desses mesmos antepassados².

Ora as terminologias utilizadas ao longo do trabalho — Meneses, Albuquerque, Teles — são construções posteriores, que se tornam úteis para a leitura e identificação dos vários ramos familiares mas que para os olhos coevos tinham outras acepções. Interessa aqui ver de que forma a família constrói e projecta a sua identidade através das fórmulas nominais de identificação individual e colectiva.

O conde D. Pedro, no seu Livro de Linhagens, quando trata do capítulo respeitante aos descendentes de Afonso Teles, intitula-o desta maneira: «*De dom Afonso Telez, o*

¹ Sobre a importância dos nomes para a identidade familiar nos grupos nobiliárquicos medievais vejam-se as óptimas introduções de Antonio Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana en la Plena Edad Media: El Linaje de Lara... cit.*, 1º vol., pp. 401 *et passim* e Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis... cit.*, pp. 276-280.

² Cf. Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimónia, 1999, p. 45.

Velho, o que pobrou Albuquerque, donde decenderom os Telos»³. Inclui aí os filhos dos dois casamentos, que atrás distinguimos como Meneses, Albuquerque e Teles.

Há também um grupo familiar com o mesmo nome — «*Tellos*» — no *Libro Becerro de las Behetrías*, quando se apontam os naturais dos vários lugares⁴. Trata-se, portanto de um verdadeiro nome de família ao qual responde um grupo familiar que se identifica e faz identificar com a designação. Deve dizer-se, porém, que os Telos apontados no *Becerro* poderão corresponder não aos descendentes de Afonso Teles mas sim aos do seu pai. De facto, o nome de família Telos — ou Teles — é construído a partir do sobrenome patronímico criado a partir de Telo Peres — pelo genitivo do seu nome próprio — e atribuído aos seus filhos, pelo que esta possibilidade seria, à partida, a mais provável. Contudo, não é possível ter a certeza se o nome engloba todos os descendentes de Telo Peres ou se apenas os de Afonso Teles.

No mesmo *Becerro de Behetrías* há ainda uma outra referência à família, relativamente aos lugares de Galleta, na comarca de Cerrato e de San Cebrián de Meneses, na comarca de Campos⁵. São aí arrolados como naturais «*los de Meneses*», utilizando-se aqui um apelido de origem toponímica. Quem são estes «de Meneses»? Não serão certamente os mesmos que os «*Tellos*», pois se o fossem não seria necessário utilizar uma designação diferente. A dúvida é a mesma: considerando que o primeiro senhor de Meneses é Telo Peres, estes «de Meneses» são os descendentes deste indivíduo ou de Afonso Teles, em quem recai a chefia da casa? Tendo em conta que os descendentes de Soeiro Teles utilizam o apelido de origem toponímico «de Meneses» em épocas posteriores⁶, ao contrário do que acontece com os descendentes de Afonso Teles, deverão tratar-se aqui dos descendentes de Telo Peres. Ora isto faz com que os «*Tellos*», que no *Becerro* são diferenciados dos «de Meneses» sejam, à partida, os indivíduos da prole de Afonso Teles, e que, por isso, correspondem aos «Telos» do *Livro de Linhagens*. O que faz com que o epónimo do grupo familiar «Telos» seja não o indivíduo que fornece o

³ Cf. **Livro de Linhagens**, título LVII. No **Livro do Deão**, 1A6 e 19X4 também é apontado como «*dom Afonso Teles, o que pobrou Albuquerque*».

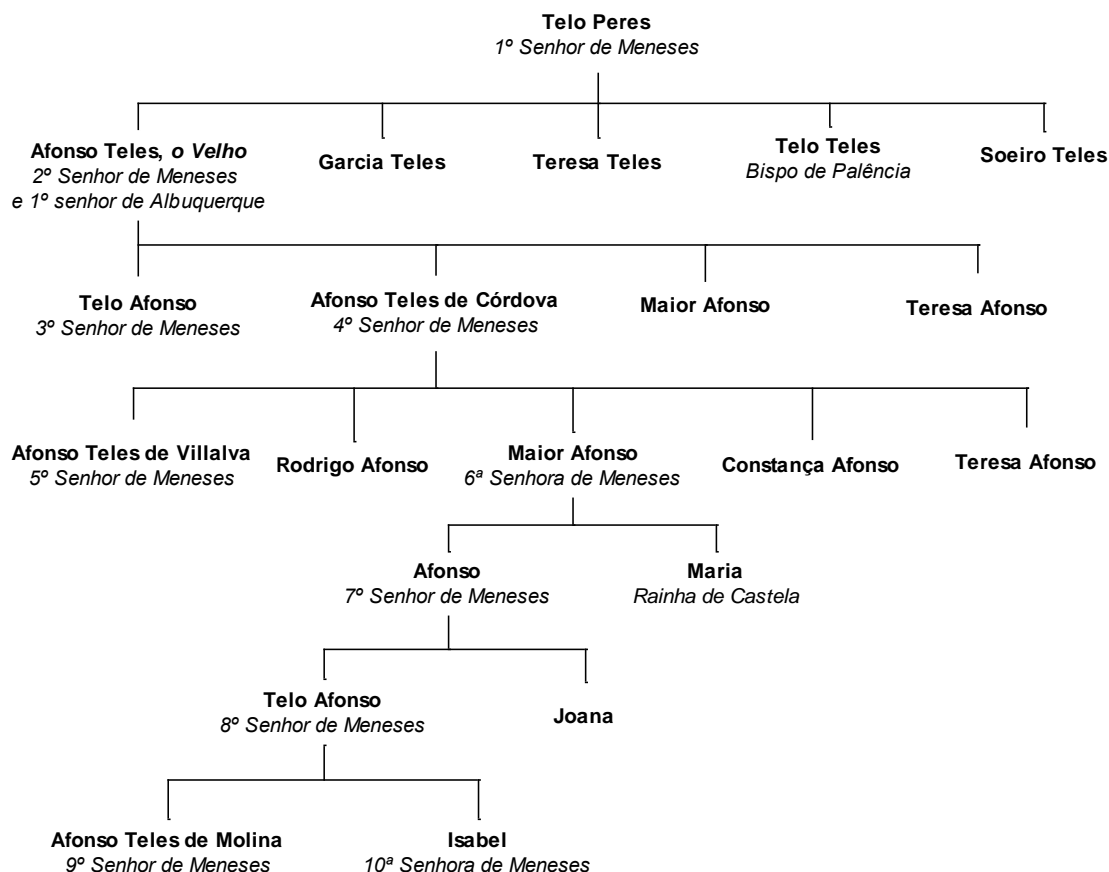
⁴ São assim designados como naturais dos lugares de Baquerín de Campos e Fuentes de Nava na comarca de Campos e de Calzada de los Molinos, Villamoronta, Ribeiros de la Cueva, Villalcón, Bohígo e Boadilla de Rioseco, na comarca de Carrión. Cf. **Libro Becerro de las Behetrías**, 1º vol., pp. 292-293, 313, 319, 326, 336 e 348.

⁵ Cf. *ibidem*, pp. 134 e 283.

⁶ É o caso de «*Gutier Suarez de Meneses*», filho de Soeiro Teles, que confirma com esta fórmula nominal documentos de Afonso X entre 3 de Janeiro de 1273 e 20 de Janeiro de 1284 (cf. **Diplomatário Andaluz**, docs. 399 e 520), respectivamente. Outros descendentes deste ramo familiar utilizarão o mesmo apelido (cf. **Casa Farnese**, 2º vol. p. 578).

patronímico identificativo da mesma mas sim o seu filho. É precisamente este grupo que aqui nos interessa.

Árvore Genealógica 14 – Os Senhores de Meneses



Veja-se primeiramente o caso dos senhores de Meneses⁷. Ao olharmos para este ramo familiar, verificamos uma regularidade do nome Afonso, seja como nome próprio, na maioria das vezes, seja como sobrenome com funções patronímicas. E se contarmos apenas os líderes da casa, salvo as duas senhoras que por extinção biológica da linha varonil principal acedem a essa mesma liderança, a realidade é esclarecedora: todos, sem excepção, usam o nome Afonso, mais uma vez como nome próprio ou sobrenome. Há ainda uma característica comum para todos eles excepto para o caso do 7º senhor de Meneses, que é apenas designado nas crónicas e documentos coevos como «Dom Afonso», «Dom Afonso, filho do infante Afonso de Molina»⁸ ou «Dom Afonso irmão da rainha»⁹.

⁷ Agora considerados como foram tidos no capítulo 3 deste trabalho, ou seja, como os filhos de Afonso Teles, o Velho e Elvira Rodrigues Girón.

⁸ Em inúmeros documentos, por exemplo um de 15 de Julho de 1272, onde é arrolado como «Don Alfonso fíio del infante don Alfonso de Molina». Cf. **Diplomatário Andaluz**, doc. 357.

Tem a ver com o facto de se associar o nome Afonso ao nome Telo, sendo este também utilizado como nome próprio ou pronome patronímico, originando as fórmulas nominais Afonso Teles ou Telo Afonso.

Com efeito, há mesmo uma apropriação destes nomes compostos por parte da família, que a distingue perfeitamente das outras. Estas fórmulas não são utilizadas por mais nenhuma linhagem excepto em uma ocasião, respeitante aos Haros de Cameros, cuja razão se percebe perfeitamente. Trata-se de Afonso Teles de Haro, que é neto de Afonso Teles de Córdova, filho segundo de Constança Afonso e João Afonso de Haro¹⁰. Foi-lhe atribuído o nome do avô materno.

Nas primeiras gerações, apenas num caso parece ser utilizada a fórmula comum da repetição do nome do avô no neto primogénito¹¹: Afonso Teles, *o Velho*, dá ao seu filho primogénito, Telo Afonso, o nome próprio do avô paterno ao qual associa como sobrenome com função patronímica o nome Afonso. Mas ao seu filho segundo atribuí o seu próprio nome completo: Afonso Teles. Este também coloca ao filho varão o nome próprio do avô paterno. Contudo, este também é o seu. Está a dar ao filho o nome do avô e o seu próprio nome. Nestes dois exemplos o nome Teles deixa de surgir como sobrenome patronímico e passa a assumir-se como apelido, sendo possivelmente deste facto que começa a nascer a consciência do «Telos» como designação de identificação colectiva. Mas não há ainda a consciência de um apelido, pois os restantes filhos de Afonso Teles *o Velho* e de Afonso Teles de Córdova utilizam não um apelido mas um sobrenome de função patronímica: Afonso.

Devido a acidentes biológicos, a mesma fórmula nominal — Afonso Teles — será utilizada gerações mais tarde, quando o 8º senhor de Meneses, Telo Afonso, dá ao seu filho esse mesmo nome composto: Afonso Teles. Há, contudo, diferenças. Neste último caso a construção do nome coloca problemas. Ao baptizar o filho de Afonso Teles, o que fazia Telo Afonso? Estava a dar ao filho o nome próprio do avô, isso é inequívoco; mas qual a origem do Teles? Trata-se de um sobrenome patronímico ou de um apelido? A extinção biológica deste ramo familiar não permitiu que se pudesse confirmar a existência clara de um apelido neste período, embora o *Livro de Linhagens* e o *Becerro de Behetrías*

⁹ Como por exemplo num documento de 15 de Agosto de 1295, apresentado como «*Don Alffonso hermano de la reyna*». Cf. **CD Sahagún**, 4º vol., doc. 1882.

¹⁰ Cf. Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja... cit.», p. 53.

¹¹ Cf. Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba de la Llave, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 75.

permitam afirmar, com grande grau de segurança, que estamos perante um nome de família perfeitamente definido.

Todavia, há alguns laivos de individualidade nominal nos vários Afonso Teles. Se esta repetição dava uma eficaz consistência à identidade do grupo, era necessário distinguir os vários membros da família com o mesmo nome. Os segundo e quarto senhores de Meneses são conhecidos nas fontes coevas simplesmente como Afonso Teles. Porém, para uma melhor identificação, vemos que nos Livros de Linhagens lhes estão associados outros elementos, que possivelmente os autores apenas reproduziam, oriundos portanto de uma memória colectiva. Pelo conde D. Pedro, o primeiro vê acrescentado ao nome a alcunha *o Velho*, uma referência ao facto de ter sido o fundador do ramo familiar¹². O seu filho homónimo, por sua vez, será apresentado como Afonso Teles de Córdova¹³, adicionando-se ao nome composto um sobrenome toponímico originado da cidade com a qual estava relacionado, tendo sido aí alcaide e defensor. Mas outros membros da família usaram em vida outros elementos distintivos. O 5º senhor de Meneses tem associado um sobrenome toponímico — de Villalva — que estará relacionado com o importante herdamento recebido pelo pai em Sevilha. O 9º senhor de Meneses tem também no nome um sobrenome de origem toponímica — de Molina — mas que tem aqui uma conotação de apelido, uma vez que se tratava de um indivíduo que não detinha este senhorio. A referência, neste caso, era feita à memória do bisavô, o infante Afonso de Molina. Há ainda o caso de um outro membro da família que ostenta o nome Afonso Teles, filho do casamento de Afonso Teles, o Velho, com Teresa Sanches. Também ele tem um elemento nominal adicional que o distingue, neste caso uma alcunha: Afonso Teles *Tizón*, ou *Tição*¹⁴.

A fórmula «Telo Afonso» foi utilizada apenas por duas vezes. A primeira percebe-se perfeitamente. Como foi dito, o 2º senhor de Meneses deu ao filho o nome próprio do avô paterno associando-lhe o sobrenome de função patronímica. Já no caso do 8º senhor de Meneses, Telo Afonso, tendo o seu último antepassado directo homónimo sido Telo Peres, seu 4º avô, trata-se de uma memória muito longínqua para fazer vir deste a razão da atribuição do nome. O seu nome próprio deverá advir da nominalização do nome de família, ao qual se somou o sobrenome Afonso.

¹² Cf. e **Livro de Linhagens**, 15B2, 21A8, 22D12 e 57D1.

No **Livro Velho**, 2X7, é uma vez citado como «*Afonso Teles de Castela*».

¹³ Cf. **Livro do Deão**, 6AY6-7 e 19N6, e **Livro de Linhagens**, 13A4 e B6, 21A9, 33F3, 57A1-2 e B3.

¹⁴ Cf. **Livro do Deão**, 6B17 e **Livro de Linhagens**, 57D1 e G2.

Em relação aos outros filhos, surgem apenas algumas inovações nos nomes dos indivíduos femininos das gerações mais recentes. Todos os outros utilizam nomes de avós ou outros familiares.

Telo Peres dá aos outros filhos nomes de Garcia, Teresa, Telo e Soeiro. Garcia e Teresa correspondem aos nomes dos avós maternos dos dois, os pais de Guntrodo Garcia; Telo é o seu próprio nome. Soeiro poderá eventualmente provir do nome do avô materno de Telo Peres, que os Livros de Linhagens dizem ser Soeiro Mendes da Maia¹⁵.

Afonso Teles, além dos filhos varões já observados, tem duas filhas de nome Maior e Teresa. Já antes se tinha usado o nome Teresa, como foi visto, e Maior é o nome da mãe de Elvira Rodrigues Girón, repetindo-se portanto o nome da avó.

Quanto aos filhos de Afonso Teles de Córdova, voltam a utilizar-se os nomes Afonso, Maior e Teresa, surgindo duas inovações: Rodrigo e Constança. Em boa medida, Rodrigo já tinha ido o nome de um antepassado, apesar de afastado: o pai de Elvira Rodrigues Girón, e portanto avô materno de Afonso Teles de Córdova. Quanto a Constança, é de facto um nome novo na família, que não voltará a repetir-se.

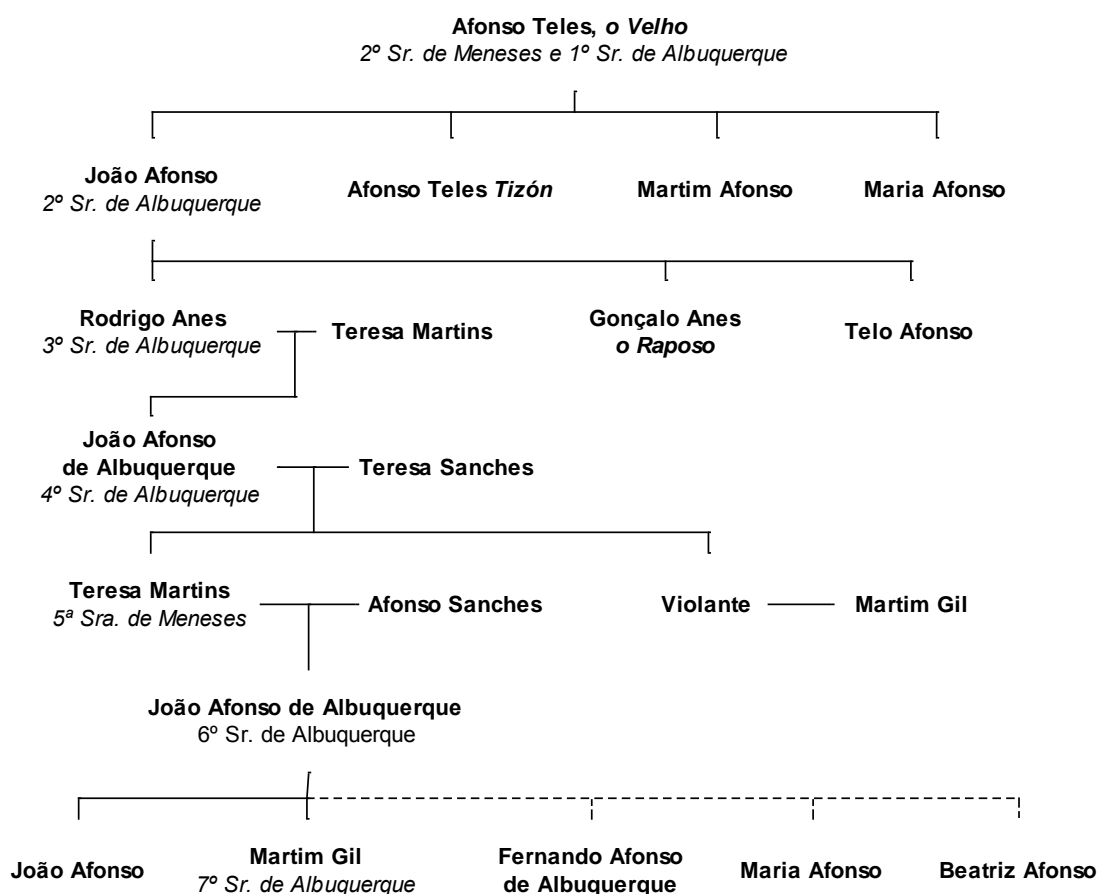
Azares biológicos levam a que a sucessão da linhagem se faça por linha feminina, através de Maior Afonso, cujos dois filhos, Afonso e Maria, ostentam nomes de peso diferente na família. Afonso, 7º senhor de Meneses, que nunca utilizou qualquer sobrenome, tem o nome do pai, o infante Afonso de Molina e dos avós, Afonso IX e Afonso Teles de Córdova. Quanto a Maria, trata-se de um nome novo na família, que começa portanto a apresentar algumas inovações ao nível dos nomes próprios femininos. É o caso da filha do 7º senhor de Meneses, Joana e da 10ª senhora de Meneses, Isabel.

Concluindo, verifica-se que há uma fórmula nominal privilegiada para os membros masculinos da família, Afonso Teles, que é exclusiva da mesma e que constitui um elemento de eficaz identificação social. A fórmula alternativa é Telo Afonso, facilmente associável à primeira. Ao nível das primeiras gerações há uma repetição de nomes próprios em vários indivíduos, acontecendo algumas inovações para as mulheres nas últimas gerações da linhagem. Apesar de não ser utilizado por outros membros além dos já mencionados vários Afonso Teles, parece haver para o século XIV — data de elaboração do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro e do *Libro Becerro de las Behetrías* — a consciência de uma identificação familiar com o sobrenome «Teles», que se torna assim no nome de família.

¹⁵ Cf. ponto 1.1.1. deste trabalho.

Relativamente ao ramo designado neste trabalho como Albuquerque, que trata do ramo principal dos descendentes de Afonso Teles, *o Velho* e Teresa Sanches, identifica-se também uma regularidade: todos os varões primogénitos com a excepção de um têm por nome João Afonso. O primeiro a ostentá-lo é o segundo senhor de Albuquerque, filho de Afonso Teles, *o Velho*. O nome próprio surge como uma inovação na família, ao qual se adicionou o sobrenome de função patronímica, como acontece com os restantes irmãos, à excepção de Afonso Teles Tizón — Tição — o secundogénito, que tem o mesmo nome do pai. Algo que, como foi visto, sucedeu também com o secundogénito do primeiro casamento do primeiro senhor de Albuquerque, Afonso Teles de Córdova.

Árvore Genealógica 15 – Os Senhores de Albuquerque



A partir deste momento, João Afonso torna-se a fórmula nominal preferencial dos primogénitos dos senhores de Albuquerque. A excepção é Rodrigo Anes, cujo nome próprio não é facilmente associável a um antepassado próximo. Tem um tio-avô com esse

nome, Rodrigo Sanches, irmão de Teresa Sanches. Igualmente longínquo é o avô paterno da mãe, Rodrigo Girón.

Como era comum, o nome João Afonso passa do avô para o neto primogénito. Contudo, é transmitido não somente o nome próprio mas o conjunto de nome e sobrenome, todo o nome composto, sem existência de patronímico. Assim sucede com o filho de Rodrigo Anes, que não ostenta nenhum patronímico. Também se faz a passagem do nome para o filho de Teresa Martins, e é crível que a lógica aqui subjacente seja a mesma, embora o «Afonso» do 4º senhor de Albuquerque funcione como patronímico, uma vez que o pai é Afonso Sanches. O 6º senhor de Albuquerque não baptiza o filho mais velho com o nome do avô, preferindo dar-lhe o seu próprio nome, numa altura em que aquela fórmula — João Afonso — estava intimamente ligada a este ramo familiar e identificaria com eficácia os senhores de Albuquerque.

Porém, o conjunto nominal João Afonso não era exclusivo deste grupo familiar, pois também os Haros de Cameros têm dois chefes de linhagem com este nome — João Afonso de Haro —, que se distinguem desde o final do reinado de Afonso X ao início do reinado de Afonso XI¹⁶. Contemporâneos, por isso, dos 4º e 6º senhores de Albuquerque. Deverá ser por esta razão, para se distinguirem dos Haro, que estes dois associam ao João Afonso de baptismo o sobrenome patronímico «de Albuquerque», que por enquanto não se irá transformar em apelido familiar.

Relativamente aos filhos segundos há alguns nomes novos. Já vimos o caso de Afonso Teles Tição, que recebe o nome do pai. Para o seu irmão Martim temos uma novidade onomástica, pois não há parentes próximos com este nome próprio. Em linha directa ascendente, encontramos apenas o seu presumível trisavô, Martim Peres de Tordesilhas, demasiado remoto para que se possa por esta ligação justificar a atribuição do nome. Quando a Maria Afonso, ter-lhe-á sido dado o nome da sua avó materna, Maria Pais Ribeira. O mesmo fenómeno acontece com Gonçalo Anes Raposo, que tem o mesmo nome do avô materno, Gonçalo Rodrigues Girón, ao qual se adicionou o patronímico e um sobrenome por alcunha. Telo Afonso, o outro filho de João Afonso, recebia uma das fórmulas comuns do ramo dos senhores de Meneses, tendo um nome idêntico ao do tio, o irmão mais velho do pai e personagem de referência nos palcos de batalha meridionais.

As duas filhas do 4º senhor de Albuquerque recebem nomes comuns na família. Teresa Martins tem um nome próprio idêntico ao da mãe, mas tendo como sobrenome

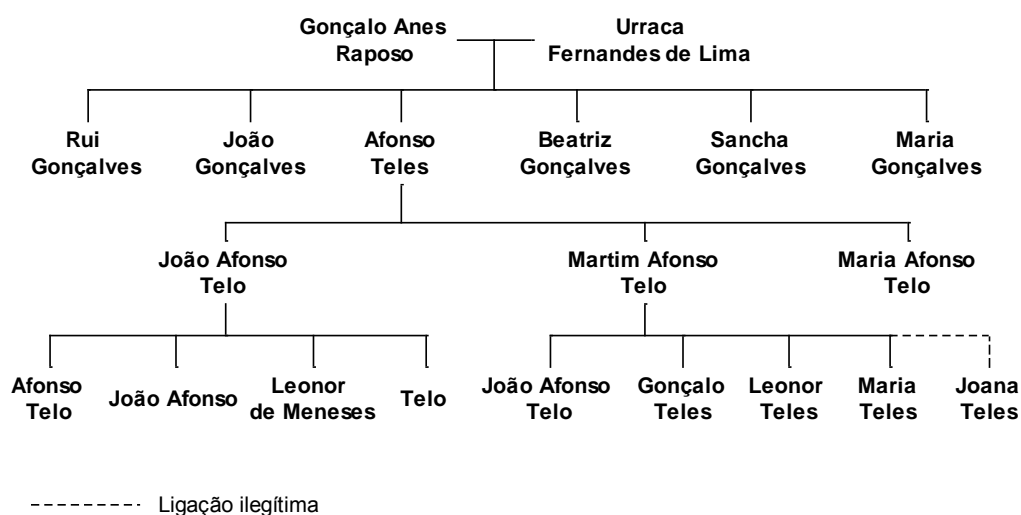
¹⁶ Cf. Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja... cit.», pp. 53 e 57 e Máximo Diago Hernando, «Los Haro de Cameros...cit.», pp. 784-801.

Martins percebe-se que recupera o nome da avó paterna. Violante irá receber o mesmo nome da tia materna, Violante Sanches, irmã de Teresa Sanches, ambas filhas bastardas de Sancho IV. Por sua vez, esta Violante Sanches tinha sido baptizada com o mesmo nome da avó paterna, a rainha Violante de Aragão.

Os filhos de João Afonso de Albuquerque têm, à excepção do primogénito, nomes bastante diversos. O outro filho legítimo é baptizado de Martim Gil, nome idêntico ao do tio-avô, casado com D. Violante, embora pela rivalidade deste com o avô Afonso Sanches a referência familiar pudesse ser ignorada. Os filhos bastardos do 6º senhor de Albuquerque têm todos nomes inovadores, embora mantenham o Afonso que lhes proporcionava significativa identidade familiar. No caso do varão, ostentará mesmo o apelido Albuquerque: Fernando Afonso de Albuquerque, Maria Afonso e Beatriz Afonso.

Quanto aos descendentes de Afonso Teles que aqui designámos como Teles portugueses, verificamos uma grande diversificação dos nomes próprios para os filhos de Gonçalo Anes Raposo. Dois deles — Beatriz e Sancha — constituem inovações, mas os outros são nomes conhecidos da família. Rui recebe o nome do irmão do pai — Rodrigo Anes, terceiro senhor de Albuquerque. Um é baptizado com a fórmula típica do ramo principal, Afonso Teles. Um outro, João, recebe o nome do avô paterno e Maria, como vimos, não é uma novidade, pois uma das tias de Gonçalo Anes fora denominada assim.

Árvore Genealógica 16 – Os *Teles Portugueses*



O fenómeno mais importante dá-se em relação aos filhos de Afonso Teles. Também recebem nomes próprios conhecidos e utilizados anteriormente — João, Martim e Maria

—, a que se soma o sobrenome patronímico Afonso e, aqui de modo inequívoco, um apelido: Telo. Apelido que na sua forma nominal primitiva Telo ou no genitivo Teles irá ser aplicada aos seus netos. Estamos pois perante um apelido com o qual o grupo familiar se identifica e que identifica eficazmente esse mesmo grupo, um apelido que reportava às distantes e prestigiadas raízes familiares e que o relaciona com a linha principal dos senhores de Meneses. Mas há ainda uma outra circunstância e que tem a ver com o facto de três dos membros mais importantes deste ramo familiar terem o nome João Afonso, que aludia directamente ao ramo da família detentor do senhorio de Albuquerque. Fazia-se desta forma uma referência aos ramos primogénitos da família, que eram também os mais prestigiados e poderosos, de forma a marcar socialmente uma clara distinção.

Sucede porém que o apelido não será utilizado durante muito mais tempo. Após os sucessos políticos que conduzem o mestre de Avis à coroa de Portugal, deixa de ser utilizado pelos indivíduos da família, devido à conotação com o partido perdedor na crise de 1383-1385. Recuperam-se então os sobrenomes toponímicos Meneses e Albuquerque que irão ser utilizados pelas gerações vindouras¹⁷.

6.1.2. *As armas*

Nos séculos XI e XII os cavaleiros começam a utilizar sinais identificativos na face externa dos seus escudos de defesa que, de um fim inicialmente bélico, começam progressivamente a ganhar novas funções, transformando-se num elemento de identificação pessoal permanente que dava a conhecer o indivíduo em outros âmbitos além do militar. A partir de determinada altura, por volta da segunda metade do século XII, estes sinais, que constituíam então verdadeiros emblemas pessoais, passam a ser transmitidos hereditariamente e a ser expressos segundo regras elaboradas, tornando-se assim em mais um aspecto da consciência colectiva¹⁸. Numa sociedade em que o domínio da palavra escrita era bastante reduzido, esta forma de representação revelava-se extremamente eficaz. Proporcionava uma fácil identificação, e apresentava-se como uma garantia da transmissão da imagem que o grupo familiar fazia de si próprio.

Segundo Braancamp Freire, as armas originais dos Meneses são um escudo de ouro liso¹⁹. A leitura que à partida surge como mais provável revela uma impressionante

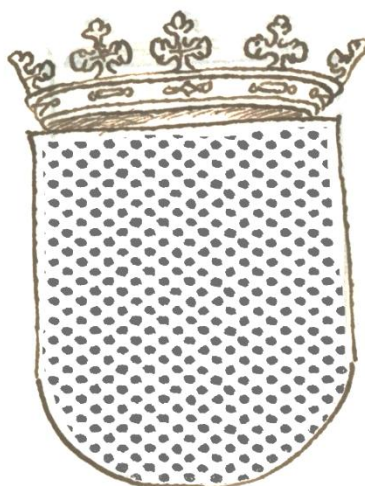
¹⁷ Cf. ponto 5.6. deste trabalho.

¹⁸ Cf. Antonio Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana en la Plena Edad Media: El Linaje de Lara...* cit., 1º vol., pp. 409-410 e Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis...* cit., pp. 280-281.

¹⁹ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 1º vol., p. 103.

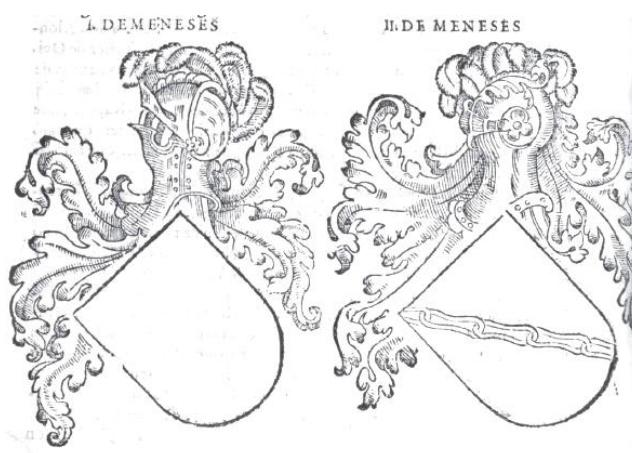
manifestação de orgulho: a família não precisa de qualquer sinal para se distinguir das outras. Se assim é, são estas quem têm de se distinguir dos Meneses.

Também Salazar y Castro, que reproduz vários selos e escudos de armas, representa as insígnias dos Meneses com um escudo de ouro liso²⁰:



Argote de Molina diz que o escudo de armas se manteve assim até à batalha das Navas de Tolosa, onde, por se ter distinguido na lide, Afonso Teles, tal como aconteceu com Sancho VII de Navarra e muitas outras linhagens, o teria alterado²¹. Passaria desde então a ter uma corrente transversal ao escudo, simbolizando as cadeias cortadas no ataque ao palanque do rei muçulmano e aludindo desta forma à coragem e bravura demonstradas em batalha.

De acordo com o adiantado por Argote de Molina, o escudo de armas teria sofrido a seguinte alteração²²:

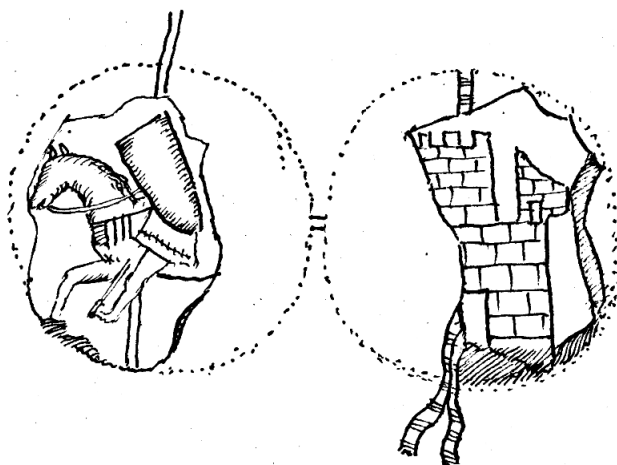


²⁰ Cf. por exemplo, **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 5.

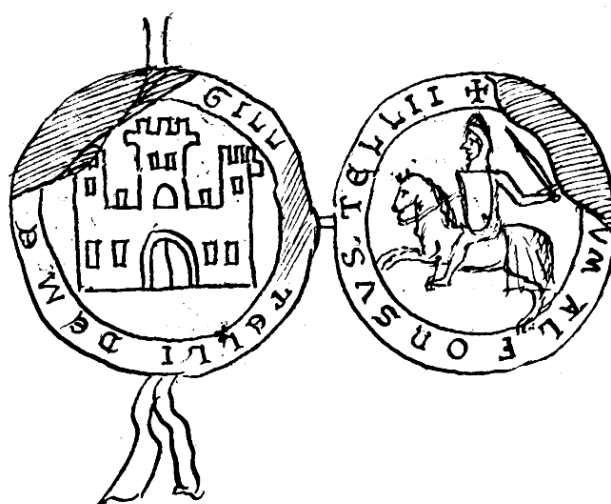
²¹ Cf. ponto 2.2. deste trabalho.

²² Imagem retirada de **Nobleza del Andalucia**, fl. 91v.

Porém, Salazar y Castro reproduziu dois selos antigos de documentos de Afonso Teles, *o Velho*, que apresentam algumas diferenças daquele que é apontado como o escudo original. O primeiro data de 20 de Janeiro de 1222 e autentica a doação que o senhor de Meneses faz à catedral de Toledo dos lugares de Dos Hermanas, Malamonedá, Cedenilla e Muro²³:



Neste selo vemos no anverso uma representação equestre com um escudo liso e no reverso uma torre forte, que terá eventualmente um valor territorial que dificilmente se poderá identificar, visto o senhor de Meneses deter várias fortalezas. Um selo semelhante, onde se percebe o braço armado e o cavalo é representado em galope, mais visível, certifica uma escritura de 25 de Abril de 1226, pela qual Afonso Teles doava com a esposa, Teresa Sanches, umas herdades ao hospital de Talavera²⁴:

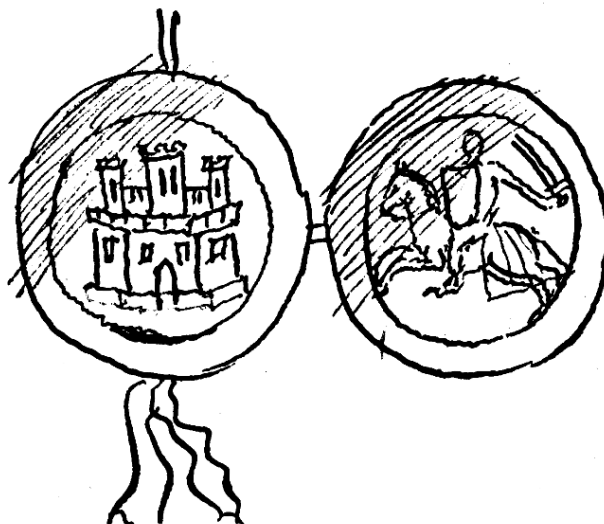


Nestas insígnias lêem-se as legendas das duas representações. Na imagem do cavaleiro lê-se «...VM ALFONSVS TELLII» e na da torre forte «TELLI DE ME...», que

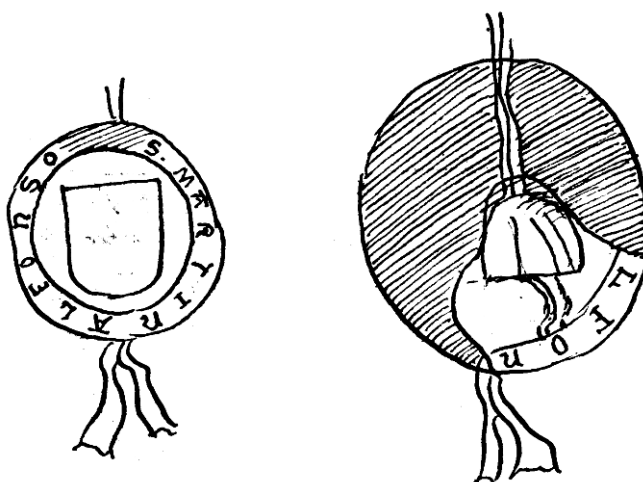
²³ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl 58.

²⁴ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 61.

deverá corresponder a Telo de Meneses. Desta forma, o selo com o castelo pertenceria a Telo Peres e o cavaleiro a Afonso Teles. Estas insígnias serão transmitidas ao seu filho Telo Afonso. Este, em 27 de Maio de 1233, doava com o irmão Afonso Teles uma herdade em Ballesteros ao hospital de cativos de Talavera²⁵. Na carta de doação via-se o seu selo, idêntico ao do pai e do avô:



O selo de Afonso Teles foi depois assumido pelo irmão de Telo Afonso, Afonso Teles de Córdoba, que em Maio de 1252 fazia a já mencionada carta de concórdia com o meio-irmão Martim Afonso. Salazar y Castro reproduz aqui as armas dos dois irmãos²⁶, onde surge de facto o escudo de armas liso, mas que corresponde a Martim Afonso:



O escudo de armas de Afonso Teles de Córdoba continua a ser o do irmão mais velho e o do pai. Verificamos porém que o ramo de Albuquerque tinha adoptado o escudo liso a partir de uma escritura de doação de metade de Villavelasco outorgada por

²⁵ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 68.

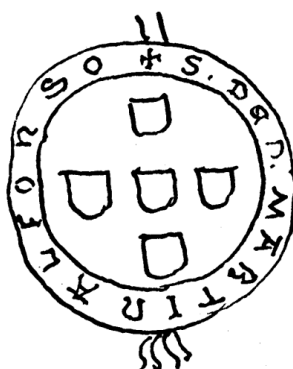
²⁶ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 62v.

João Afonso, senhor de Albuquerque e Berenguela Gonçalves, sua mulher, a favor de Gonçalo Anes Coronel, datada do mesmo ano no dia de 28 de Setembro²⁷. Também aqui eram apresentadas as armas de João Afonso, idênticas às do irmão Martim Afonso:



Parece portanto que enquanto os senhores de Meneses adoptam como insígnias a representação equestre, o ramo familiar de Albuquerque opta pelo escudo liso. Sucede porém que tendo-se extinguido o ramo varonil principal dos senhores de Meneses, e caindo a liderança da casa em Afonso, filho de Afonso de Molina e de Maior Afonso, as armas adoptadas por esta nova linha poderão ter sofrido alterações, sendo perfeitamente adequado que este Afonso adoptasse as armas reais de Leão e de Castela, como filho de Afonso IX e D. Berenguela.

O próprio escudo de armas de João Afonso e Martim Afonso seria logo alterado pelo ramo Albuquerque. Martim Afonso, dez anos passados, em 1262, altura em que se encontrava em Portugal, já havia alterado o seu selo, somando ao escudo liso que ostentava anteriormente os cinco escudetes em cruz adoptados pela família real portuguesa. Este novo selo pode ver-se num documento de convénio sobre alguns bens que Martim Afonso outorgava à Ordem de Santiago e recebia em préstito vitaliciamente, assinado em Lisboa, em 21 de Outubro de 1262²⁸:



²⁷ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 80.

²⁸ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 70.

Martim Afonso reclamava assim o parentesco com a família real de Portugal, com a qual estava ligado por ligação ilegítima, sendo neto de Sancho I e primo do actual rei, Afonso III. Mais tarde estas armas iriam tornar-se mais complexas.

Argote de Molina²⁹ e Braacamp Freire³⁰ dizem que as armas antigas dos Albuquerque são outras, e que às insígnias de Martim Afonso, com as armas de Portugal, se teriam associado em cruz carregada, as armas de Leão e Castela, compondo um novo brasão que se apresentaria desta forma, segundo representação de Argote de Molina³¹:



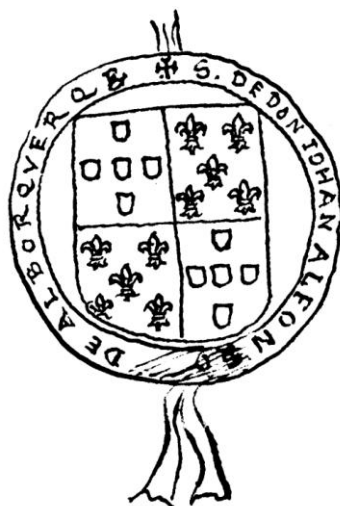
Poderiam, de facto, reunir-se pelo casamento de João Afonso de Albuquerque, 1º conde de Barcelos, e Teresa Sanches, bastarda de Sancho IV. Contudo, o neto deste casal, o poderoso João Afonso de Albuquerque, *o do Ataúde*, utilizará um escudo mais simples e com elementos diferentes. Mais uma vez, a representação é feita por Salazar y Castro, que as copia de uma carta de doação de 7 de Julho de 1351³². Nesta, o mestre de Santiago, D. Fradique, doava em vida a João Afonso, senhor de Albuquerque e de Medellín, chanceler-mor do rei e mordomo-mor da rainha, o castelo e vila de Castrotorafe com todas as suas aldeias e termos na condição de os devolver à Ordem após a sua morte. O selo de João Afonso era o seguinte:

²⁹ Cf. **Nobleza del Andaluzia**, fls. 90 e 92.

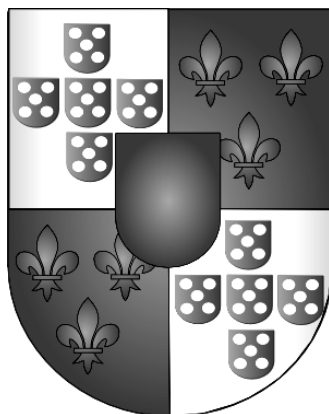
³⁰ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 2º vol., p. 186.

³¹ Representação retirada da obra citada de Argote de Molina, fl. 92.

³² Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl 85.



Como se pode verificar, os houve uma complexificação significativa das armas. O escudo é esquartelado, apresentando nos campos 1 e 4 as mesmas figuras adoptadas por Martim Afonso, e eventualmente pelos outros membros do ramo familiar, e nos campos 2 e 3 cinco flores-de-lis. Estas eram herdadas dos Soverosas, de cuja origem e memória João Afonso de Albuquerque era herdeiro. Recorde-se que Rodrigo Anes, terceiro senhor de Albuquerque, casara com Teresa Martins de Soverosa, filha de Martim Gil de Soverosa, chefe desta linhagem. Acontece que em 25 de Agosto de 1295 terá falecido Martim Anes de Soverosa, primo de D. Teresa Martins e líder da família, sem sucessores³³, pelo que o filho desta última, João Afonso de Albuquerque, o primeiro conde de Barcelos, se tornava o herdeiro da memória dos de Soverosa. As flores-de-lis irão assim passar aos descendentes da família³⁴. Braancamp Freire adianta que este escudo foi adoptado pelos descendentes do conde Gonçalo Teles e Maria Afonso de Albuquerque, filha do citado João Afonso de Albuquerque, que lhe sobrepuseram no centro um escudo de ouro liso, originando assim as armas da Casa dos futuros Meneses de Cantanhede³⁵:

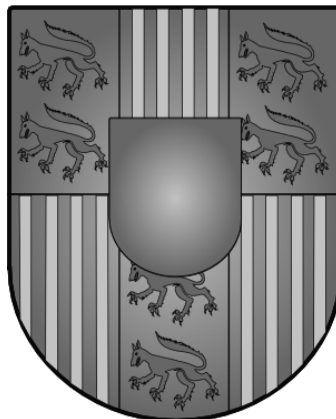


³³ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 2º vol., pp. 814-815.

³⁴ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 2º vol., p. 186.

³⁵ Cf. *ibidem*, 1º vol., p. 112.

Um fenómeno semelhante é levado a cabo pelos Meneses de Vila Real, descendentes de João Afonso, 1º conde de Viana³⁶. Neste caso, também irão justapor um escudete liso às armas de outras casas de onde descendiam, designadamente Vilalobos e Lima, originando assim o escudo que identificaria a Casa de Vila Real:



Este escudete liso é tido como originário dos Meneses. Porém, considerando que o ramo principal dos senhores de Meneses, nas primeiras gerações, ostentam nos selos a representação do castelo e a equestre, é possível que o escudo liso recuperado fosse não a insígnia deste ramo propriamente dito mas sim as armas originais do ramo familiar associado a Albuquerque. Algo que faz todo o sentido, uma vez que era a partir desta linha que Gonçalo Teles e João Afonso procediam.

Independentemente desse facto, o certo é que os dois principais ramos da família adoptam desde logo sinais identificativos que são transmitidos hereditariamente — por exemplo a representação equestre de Afonso Teles, *o Velho* que é adoptado por Telo Afonso e Afonso Teles de Córdova — e que funcionam como referencial colectivo — como se percebe pelo facto de João Afonso e Martim Afonso usarem o mesmo escudo liso. Mas cada ramo tem as suas armas, o que demonstra que há a consciência de uma identidade própria para cada um.

Comprova-se a eficácia destes sinais quando algumas gerações depois, no final do século XIV, são recuperados pelos descendentes de um ramo secundogénito da família com o claro intuito de os associar à memória e exemplos dos antepassados mais prestigiados e famosos.

³⁶ Cf. Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses... cit.*, p. 174.

6.2. ESTRATÉGIAS E LIGAÇÕES FAMILIARES

Olhando para as árvores genealógicas dos senhores de Meneses e de Albuquerque apresentadas atrás, e verificando que os dois principais ramos da família optam por armas diferentes para cada um deles, somos levados a crer que a determinada altura terão passado a adoptar uma estrutura linhagística plena. Porém, o que sucede é que, num certo momento, uma certa falência biológica dos casais conduziu a um número relativamente baixo de filhos, sendo a excepção o ramo secundário originado por Gonçalo Anes, os Teles portugueses. Nos ramos dos senhores de Meneses e de Albuquerque o que acontece é que em muitas ocasiões há apenas um filho ou um casal, o que facilita a sucessão na linhagem, pelo menos de um ponto de vista da liderança política.

De certa forma, há quase que uma imposição biológica para a adopção de uma primogenitura masculina. Se olharmos para o caso dos senhores de Meneses, verificamos que após o falecimento de Afonso Teles, *o Velho*, em todas as gerações, por morte do primogénito ou pela existência de apenas um filho, a sucessão política se faz de forma automática. A morte de Telo Afonso faz de Afonso Teles de Córdova o único varão deste ramo familiar; com os filhos deste passar-se-á algo parecido, tendo mesmo a chefia política recaído num seu neto, Afonso de Meneses, por via feminina. A partir daí, há apenas um filho homem por geração e falecem cedo, o que leva a que D. Isabel de Meneses surja como a única herdeira da casa.

Acontece algo semelhante com os senhores de Albuquerque. Depois de João Afonso, desaparecido em 1268, os seus descendentes têm apenas um filho por geração, tendo até sucedido que o 4º senhor de Albuquerque e 1º conde de Barcelos, João Afonso de Albuquerque, tivesse somente duas filhas, e uma delas, D. Violante, não deixasse sucessão.

Esta circunstância, se permitia fugir aos efeitos erosivos que a divisão equitativa dos bens em herança pelos vários filhos provocava sobre o património familiar³⁷, colocava outras questões. A existência de poucos descendentes levava a que fosse desde logo necessário escolher de forma rigorosa os casamentos a fazer pelos indivíduos da família, considerando que os casamentos tinham um papel fundamental na criação e reforço de relações de aliança, selando interesses comuns. De acordo com Bernardo Vasconcelos e Sousa, o casamento tem «uma dupla função ao nível da reprodução biológica e da

³⁷ Que era ainda, ao longo do século XIII e parte do XIV, a forma vigente de transmissão patrimonial. Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, «A nobreza portuguesa no período dionisino...cit.», pp. 129-133 e 140.

reprodução social, tanto mais importante quanto, no caso da nobreza medieval, as ligações matrimoniais se constituíam como estratégias de aquisição ou manutenção de poder que, por sua vez, davam corpo a uma autêntica teoria da aliança»³⁸.

Vejamos então de que forma foram traçadas as várias alianças matrimoniais pelos três ramos familiares, tentando entender as várias opções e as repercussões das mesmas³⁹. Deve porém ter-se em consideração que para o caso de Gonçalo Anes Raposo e dos seus filhos, tomando aquele como fundador do ramo dos Teles e incluindo todos neste ramo, a divisão entre Albuquerque e Teles não é algo de concreto mas artificial, feita no trabalho para melhor exposição narrativa. De facto, sendo aquele filho de João Afonso, o seu matrimónio tem de ser também tomado como uma ligação dos Albuquerque, uma vez que terá sido negociado pelo pai.

Assim, temos que as ligações matrimoniais realizadas pelos indivíduos analisados ao longo do trabalho e já observadas isoladamente, de acordo com os ramos familiares definidos e observando os casamentos a partir de Afonso Teles, foram as seguintes:

	<i>Meneses</i>	<i>Albuquerque</i>	<i>Teles</i>
Meneses		João Afonso de Albuquerque II	
Albuquerque	Isabel de Meneses		
Albuquerque por bastardia			João Afonso Telo II Gonçalo Teles
Família real castelhana	Maior Afonso II Maria (de Molina) Afonso Teles de Villalva		
Família real portuguesa	Telo Afonso		Leonor Teles Maria Teles
Bastardos régios castelhanos		João Afonso de Albuquerque	
Bastardos régios portugueses	Afonso Teles	Teresa Martins	
Girón	Afonso Teles	João Afonso Afonso Teles Tição	
Lima	Afonso Teles de Córdova		Gonçalo Anes <i>Raposo</i>
Trastâmara	Maior Afonso		
Vilalobos / Manzanedo	Maior Afonso II		
Haro de Cameros	Constança Afonso		
Álvares das	Afonso de Meneses		João Gonçalves

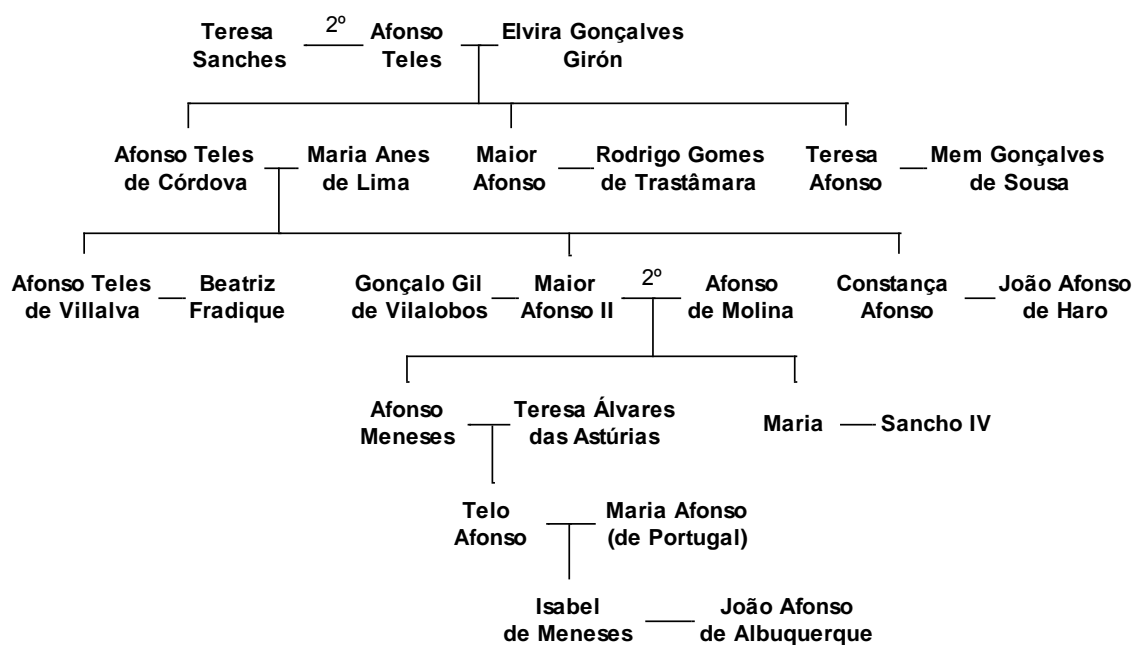
³⁸ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis... cit.*, pp. 182-183.

³⁹ Na medida em os dados relativos aos vários enlacs já foram apresentados nos capítulos anteriores, não serão indicados agora.

Astúrias			
Aça			Rui Gonçalves
Aguiar / Aguilar			Maria Gonçalves
Nóvoa			Beatriz Gonçalves
Coronel			Sancha Gonçalves
Aboim / Portel		Martim Afonso	
Sousa	Teresa Afonso		Maria Teles
Soverosa		Rodrigo Anes	
Riba de Vizela		Violante Sanches	
Valadares			Afonso Teles
Vasconcelos			Martim Afonso Telo Maria Afonso
Pacheco			João Afonso Telo
Castro			Leonor de Meneses
Portocarreiro			João Afonso
Cunha			Leonor Teles
Pimentel			Joana Teles

É perceptível desde logo, como seria de esperar, que as ligações realizadas se fazem com famílias de elevado prestígio. Isto é verdade para as três linhas embora surjam algumas diferenças.

Árvore Genealógica 17 – *Ligações matrimoniais dos Meneses*



Em relação aos Meneses, dos treze indivíduos considerados, os que contraíram matrimónio⁴⁰, nada menos do que cinco fazem-no com parentes das famílias reais portuguesa e castelhana: Afonso Teles com Teresa Sanches, filha bastarda de Sancho II; Afonso Teles de Villalva com Beatriz Fradique, filha do infante D. Fradique de Castela; Maior Afonso com o infante Afonso de Molina; D. Maria, filha deste último casal, com o infante D. Sancho, depois Sancho IV; e Telo Afonso com Maria Afonso, filha do infante D. Afonso de Portalegre. Trata-se de uma percentagem verdadeiramente impressionante. Mas se olharmos para as outras ligações veremos que são, também elas, feitas nas mais altas esferas nobiliárquicas.

As mulheres, Maior Afonso, Teresa Afonso, Maior Afonso II — mais tarde mulher do infante Afonso de Molina —, Constança Afonso e Isabel de Meneses vão desposar os líderes das linhagens de Trastâmara, Sousa, Vilalobos, Haro de Cameros e Albuquerque. Os varões, nomeadamente Afonso Teles, Afonso Teles de Córdova e Afonso de Meneses vão casar com damas das famílias Girón, Lima e Álvares das Astúrias. Tratam-se das mais distintas e poderosas famílias do ocidente peninsular, detentoras de rico património. Num patamar social bastante idêntico ao da família, portanto.

É bastante curioso que todas as linhagens, com a excepção dos Girón e dos Haros de Cameros, sejam originárias — ou estejam implantadas à data dos casamentos — dos reinos de Leão e de Portugal, frequência que leva a concluir que não se trata de mera coincidência mas sim de uma orientação perfeitamente definida. Além disso, de entre estas ligações, as realizadas com os Trastâmara e Sousa, bem como o casamento de Afonso Teles com Teresa Sanches, são feitas antes da união dos reinos de Castela e Leão. Pelo que se nota uma primeira orientação para a criação de ligações a Leão e a Portugal que se mantém após a união dos dois reinos. A família prefere pois casar não em Castela mas nas regiões ocidentais aos seus domínios.

Considerando que a zona de implantação senhorial original dos Meneses era a Tierra de Campos e o Cea, estendendo-se até ao vale do Carrión, e tendo em conta que esta era uma zona fronteira com Leão, podemos pensar que se tratava de uma porta para a ligação com a nobreza de Leão. É certo que se fazem ligações aos Sousa e com Teresa Sanches, filha de Sancho I, mas estes casamentos têm lugar quando esta última senhora e Mem

⁴⁰ Não estão por isso presentes Telo Afonso, Rodrigo Afonso, Joana Afonso e Afonso Teles de Molina. Teresa Afonso, putativa filha de Afonso Teles de Córdova, não está presente por não se conseguir confirmar o seu casamento com Pêro Martins da Vide, uma ligação bastante improvável, tendo esta família uma expressão regional (cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *ob. cit.*, p. 126) bastante inferior às outras com as quais os irmãos realizam matrimónios.

Gonçalves de Sousa se encontram, ao que tudo indica, na corte leonesa⁴¹. Assim, será uma certa proximidade territorial o motivo que está por detrás da tendência para a realização dos casamentos com estas famílias.

Estas alianças não terão como objectivo principal evitar uma certa desagregação patrimonial, embora este aspecto pareça ser bastante importante no que toca ao casamento entre Afonso Teles e Elvira Rodrigues Girón. Os Girón estavam, com efeito, solidamente implantados em zonas contíguas às dos Meneses, designadamente em Carrión⁴², além de frequentarem a corte de Afonso VIII a par de Telo Peres e Afonso Teles. Terá mais a ver com a possibilidade de poder levar a cabo alianças com famílias de indiscutível poder que tinham como principal área de influência o reino de Leão, cuja orientação política era susceptível de gerar sérios efeitos sobre as terras de fronteira, designadamente os senhorios dos Meneses.

Não será coincidência que Rodrigo Gomes de Trastâmara, casado com Maior Afonso desde 1222, e Gil Manrique de Manzanedo, pai de Gonçalo Gil de Vilalobos, que casou com Maior Afonso II, sejam dos primeiros nobres leoneses a aparecer na corte de Fernando III⁴³. No caso de Gil Manrique, antes mesmo da união dos reinos, desde 1228⁴⁴. Além disso, estes dois vão ser mencionados precisamente nas mesmas campanhas andaluzas onde encontramos os Meneses: estão na expedição a Jerez, em 1231, ao lado de Telo Afonso⁴⁵; em 1236, na tomada de Córdoba, onde os dois irmãos Meneses se destacam⁴⁶. Gil Manrique estivera em 25 de Abril de 1226 a testemunhar a fundação do hospital de redenção de cativos de Talavera por Afonso Teles, *o Velho*⁴⁷. É muito provável que as ligações familiares que os Meneses tinham construído com estas famílias constituíssem um factor que favorecesse a sua integração na corte de Fernando III, onde, pelos sucessos que conduziram à sua coroação, Afonso Teles e os seus familiares tinham um peso significativo.

Um peso que se viria a reflectir nos casamentos dos filhos de Afonso Teles de Córdoba, destacado não apenas na corte e pela ascendência familiar mas também através

⁴¹ O casamento de Teresa Sanches e Afonso Teles, entre 1211 e 1213, dá-se quando o padraсто de Teresa Sanches, João Fernandes de Lima, é mordomo-mor e alferes de Leão (cf. Julio González, *Alfonso IX*, 1º vol., Madrid, CSIC - Instituto Jerónimo Zurita, 1944, p. 227). Mem Gonçalves de Sousa está exilado neste mesmo reino entre 1211 e 1219, data em que se poderia ter realizado o casamento com Teresa Afonso (cf. **D. Afonso II**, pp. 70-72).

⁴² Cf. Salvador de Moxó, «De la nobleza vieja...cit.», pp. 72-74.

⁴³ Cf. **Fernando III**, 1º vol., pp. 171-173.

⁴⁴ Cf. *ibidem*, p. 155.

⁴⁵ Cf. **Crónica de Vinte Reis**, p. 308.

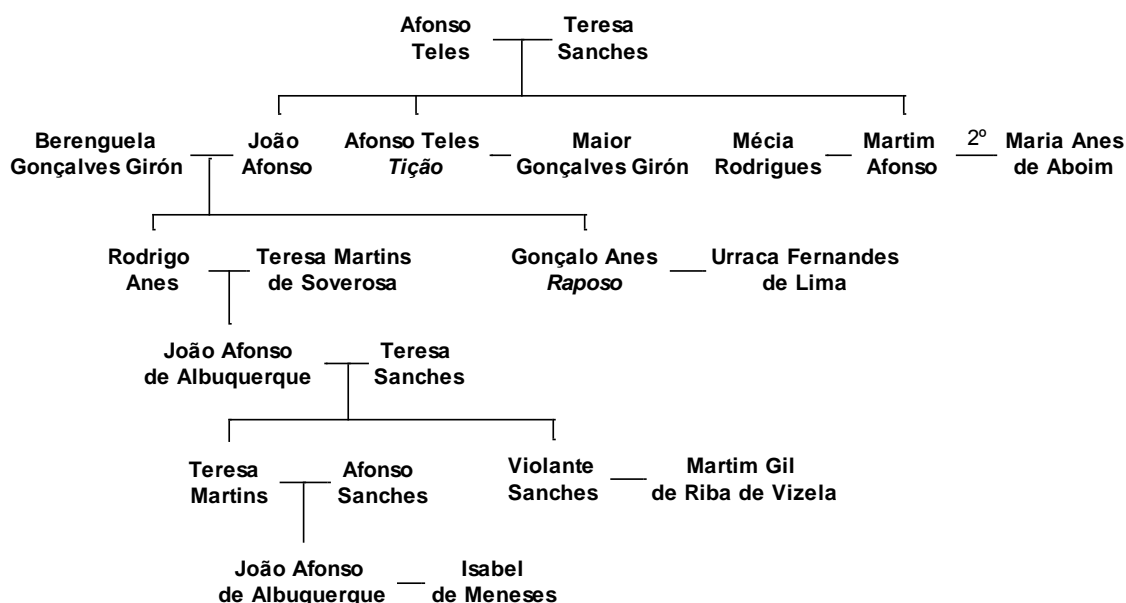
⁴⁶ Cf. **Crónica Latina**, p. 101.

⁴⁷ Cf. **Bulário de Santiago**, p. 86.

do seu desempenho nos campos de batalha andaluzes. Afonso Teles de Córdova casa um filho, Afonso Teles de Villalva, com a filha do infante D. Fradique; depois de falecido Gonçalo Gil de Vilalobos, Maior Afonso desposa o infante Afonso de Molina; Constança Afonso estabelece a única relação com uma família castelhana, através do matrimónio com João Afonso de Haro. A família estará, doravante, solidamente estabelecida no patamar mais elevado da hierarquia social. Na geração seguinte vai fornecer ao reino de Castela uma rainha.

Depois, virão mais duas ligações de inequívoca valia, com os Álvares das Astúrias e com uma filha do infante Afonso de Portalegre. Este último enlace, realizado no início do século XIV, demonstra bem o nível em que a família se encontrava. O infante Afonso de Portalegre teve quatro filhas, além de um filho, D. Afonso, que faleceu solteiro. Casou uma, D. Isabel, com D. João, *o Torto*, senhor da Biscaia, filho do infante D. João e por isso neto de Afonso X, sendo e herdeiro da casa de Haro da Biscaia por parte da mãe, Maria Lopes de Haro⁴⁸; outra, D. Constança, com Nuno Gonçalves de Lara; uma terceira com Pedro Fernandes de Castro, líder dos Castro; e D. Maria, que casou com Telo Afonso⁴⁹. O infante Afonso de Portalegre casava as filhas com membros das famílias Haro, Lara, Castro e Meneses. Famílias que eram, na passagem do século XIII para o XIV, as famílias nobres mais poderosas do ocidente peninsular.

Árvore Genealógica 18 – *Ligações matrimoniais dos Albuquerque*

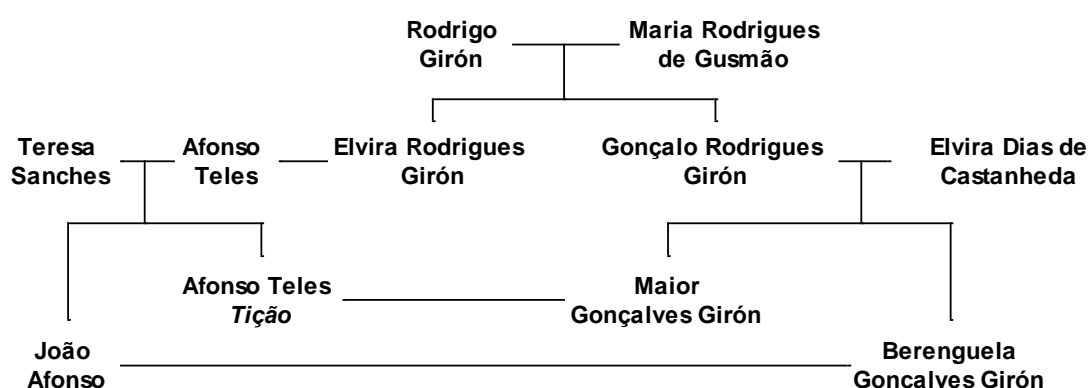


⁴⁸ Cf. Salvador de Moxó, *ob. cit.*, pp. 50-52.

⁴⁹ Cf. *Linhagens Medievais Portuguesas*, 1º vol. p. 171.

No respeitante aos senhores de Albuquerque, notam-se algumas diferenças. É significativa a ligação dupla aos Girón, por parte de dois varões na primeira geração. Considerando que o pai de ambos, Afonso Teles, tinha também ele desposado em primeiras núpcias Elvira Rodrigues Girón, tia das duas damas com quem aqueles casam, o objectivo passava obviamente por fortalecer os laços entre as duas famílias. Mas, e considerando a forma de transmissão de propriedade então vigente, que pressupunha uma repartição equitativa do património pelos vários filhos, este comportamento endogâmico visava impedir a fragmentação da propriedade familiar⁵⁰.

Árvore Genealógica 19 – Casamentos com os Girón

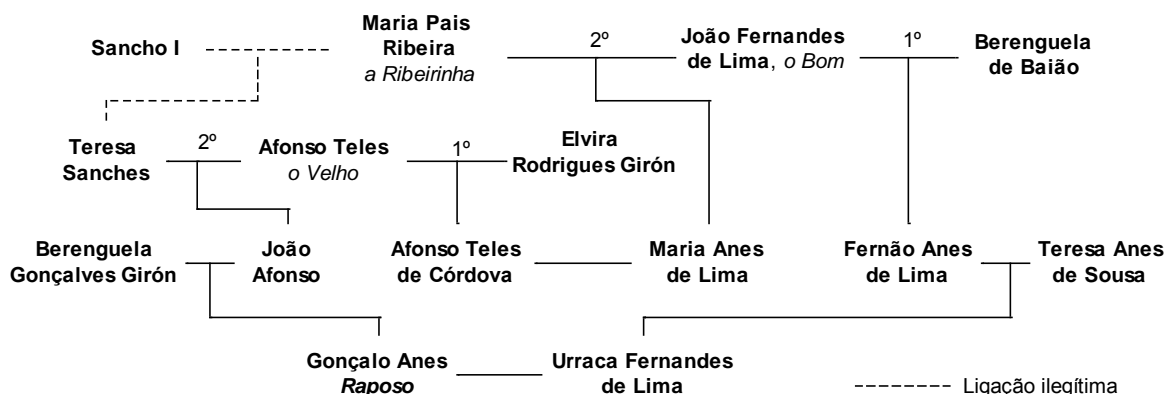


Também se verificam duas ligações a bastardos régios: o casamento de João Afonso de Albuquerque com Teresa Sanches, filha de Sancho IV e uma filha deste enlace, Teresa Martins, com Afonso Sanches, bastardo de D. Dinis. Não será alheia a estas duas relevantes ligações a consciência, por parte de cada um dos monarcas, da importância estratégica de Albuquerque, revelada no contexto dos conflitos que opuseram Sancho IV ao infante D. João no início do reinado do primeiro.

Tal como aconteceu com os Meneses, aqui há igualmente uma ligação aos Lima, levada a cabo por Gonçalo Anes Raposo, como já antes houvera com Afonso Teles de Córdova.

⁵⁰ Cf. Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba de la Llave, *Parentesco, poder y mentalidad...cit.*, p. 145.

Árvore Genealógica 10 – Casamentos com os Limas



Na realidade, tratava-se de uma aliança mais antiga, pois de certa forma o casamento de Afonso Teles com Teresa Sanches já pressupunha uma ligação àquela família. Além de uma relação que vinha de trás, havia uma base comum de sociabilidade baseada nos campos de batalha da Reconquista e que se consolidava com o matrimónio de Gonçalo Anes e Urraca Fernandes. Fernando Anes de Lima, como já foi dito, notabilizara-se no cerco de Sevilha, em várias operações ao lado do cunhado Afonso Teles de Córdova⁵¹. Tratava-se do mesmo espaço onde Gonçalo Anes tinha granjeado a distinção militar que o fizera merecedor do epíteto de «Raposo». Seria portanto normal que se reforçassem os laços entre as duas famílias, e que Afonso Teles casasse o sobrinho com uma filha do cunhado.

Elemento novo é o casamento de membros deste ramo da família com indivíduos de algumas linhagens portuguesas, designadamente os Aboim, os Soverosa e os Riba de Vizela. Tendo em conta o momento em que são feitos os enlances, salta à vista a importância dos mesmos. Rodrigo Anes une-se a Teresa Martins de Soverosa, filha de Martim Gil de Soverosa, eventualmente durante o exílio castelhano deste último; Martim Afonso, em data que não é fácil identificar, dado o seu casamento com Mécia Rodrigues⁵² que se sabe existir entre 1262 e 1285, terá desposado Maria Anes de Aboim, filha de João de Aboim, depois deste período; e Violante Sanches casa com Martim Gil de Riba de Vizela. Ora estas linhagens ocupam, pelas alturas em que se estabelecem as várias ligações, os lugares cimeiros na corte portuguesa. Martim Gil de Soverosa é o principal privado de Sancho II no final do seu reinado; João de Aboim é mordomo-mor de Afonso III e o seu principal privado; Martim Gil de Riba de Vizela é alferes-mor de D. Dinis e

⁵¹ Cf. **Primera Crónica General**, tomo II, pp. 750-753.

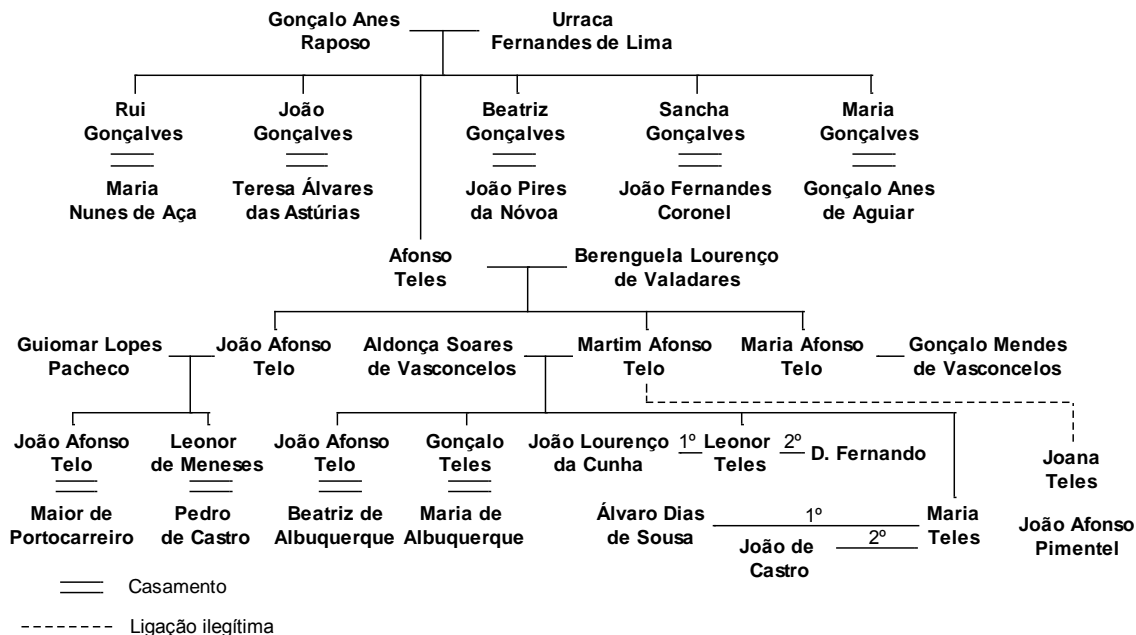
⁵² Não foi possível identificar a que família pertence esta senhora.

mais tarde 2º conde de Barcelos. Todos os casamentos se fazem com as linhagens que vivem os seus momentos mais altos, embora no caso do Soverosa se esteja a viver já um período de declínio⁵³.

O último casamento do ramo principal dos Albuquerque iria ser com D. Isabel de Meneses, com os resultados que se conhecem. Tratava-se de uma ligação que permitia voltar a reunir novamente, nas mãos do casal, grande parte dos bens detidos anteriormente por Afonso Teles, *o Velho*, sobretudo porque, pela pouca descendência dos vários filhos, o património familiar não se tinha dispersado.

Os elementos do grupo aqui apresentado como Teles, com a excepção dos outros filhos de Gonçalo Anes além de Afonso Teles e Beatriz Gonçalves, casam todos em Portugal. Já foram observadas as ligações por parte dos filhos de Gonçalo Anes, que no fundo diversificam as relações com outras famílias castelhanas de bastante poderio⁵⁴. Interessam sobretudo as relações por parte da descendência de Afonso Teles.

Árvore Genealógica 20 – *Ligações matrimoniais dos Teles*



O bloco familiar dos Teles foi analisado atrás, bem como a forma como actuou no reinado de D. Fernando. Das suas ligações destacam-se os casamentos na família real portuguesa, curiosamente ambos segundos casamentos, por parte das irmãs Leonor Teles e

⁵³ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, «A nobreza portuguesa no período dionisino...cit.», p. 117.

⁵⁴ Cf. ponto 5.1.1. deste trabalho.

Maria Teles. Um vínculo duplo que contribuiu, ao que parece, para a desunião familiar. Os irmãos destas, João Afonso Telo e Gonçalo Teles, também realizam uma dupla união com duas filhas por bastardia de João Afonso de Albuquerque, após a extinção desta linhagem em Castela. Há ainda uma ligação dupla aos Vasconcelos, uma linhagem que ganha progressivamente prestígio a partir do reinado de D. Dinis.

Se tomarmos em consideração as categorias da nobreza propostas por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro⁵⁵, encontramos alguns casamentos com linhagens de menor prestígio e poder do que aquelas que se relacionam com os ramos principais da família. Algo de perfeitamente normal, tendo em consideração que estes Teles se tratavam de um ramo secundogénito daquela. Apesar de tudo, deve observar-se que muitas das linhagens que concluem ligações com os Teles apenas vivem uma evolução significativa no seu prestígio e poder durante o século XIV. Observadas assim, verifica-se que há uma ligação aos Valadares, uma linhagem antiga da alta nobreza mas cuja linha principal se extingue durante o reinado de D. Dinis⁵⁶. Uma com os Pacheco, linhagem que conhece um decisivo aumento no seu poder através de Lopo Fernandes Pacheco durante o reinado de Afonso IV, passando de uma implantação regional à rico-homia através da privança régia.

Encontramos quatro matrimónios com famílias médias de corte: os Vasconcelos, por duas vezes, os Portocarreiro e os Cunha⁵⁷. Famílias que experimentam um crescimento ao longo do século XIV e para quem, pelo menos para os dois primeiros casos, o casamento com os Teles representa um passo importante com vista ou reforço do poder social. O mesmo acontece com a ligação com os Pimentéis, feita através de uma filha ilegítima de Martim Afonso Telo, que permite a João Afonso Pimentel a ligação a Leonor Teles e assim concluir em Portugal um lento mas sólido percurso de ascensão social que o conduziu ao topo da hierarquia nobiliárquica⁵⁸.

Há ainda uma ligação aos Castro, feita por Leonor de Meneses, filha de João Afonso Telo, conde de Barcelos e de Ourém, com Pedro de Castro, filho de Álvaro Pires de Castro, conde de Viana e depois de Arraiolos. Esta ligação selava um relacionamento entre descendentes daqueles que terão sido dos nobres mais influentes nos últimos dois reinados da primeira dinastia em Portugal.

⁵⁵ Cf. *ob cit.*, pp. 112-113.

⁵⁶ Cf. *ibidem*, p. 117.

⁵⁷ Cf. *ibidem*, p. 113.

⁵⁸ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, p. 285.

6.3. O EXERCÍCIO DO PODER

6.3.1. *Ofícios, dignidades e tenências*

Apesar de se tratarem de realidades diferentes, os ofícios cortesãos, as dignidades nobiliárquicas — neste caso, os condados — e as tenências constituíam fontes de poder com uma característica comum, que era o facto de todas elas reflectirem a existência de relações de poder com o rei, que era quem atribuía qualquer um dos cargos mencionados. Desta forma, ao observarmos o tipo de cargo mais frequente em cada um dos ramos familiares está-se ao mesmo tempo a identificar qual a natureza da relação de poder que cada um destes ramos tem com o poder real, permitindo desta forma uma melhor interpretação das opções políticas dos vários indivíduos.

Observem-se então os vários ofícios e tenências detidos pelos indivíduos do ramo familiar dos senhores de Meneses, num quadro que sintetiza os dados apontados ao longo do trabalho:

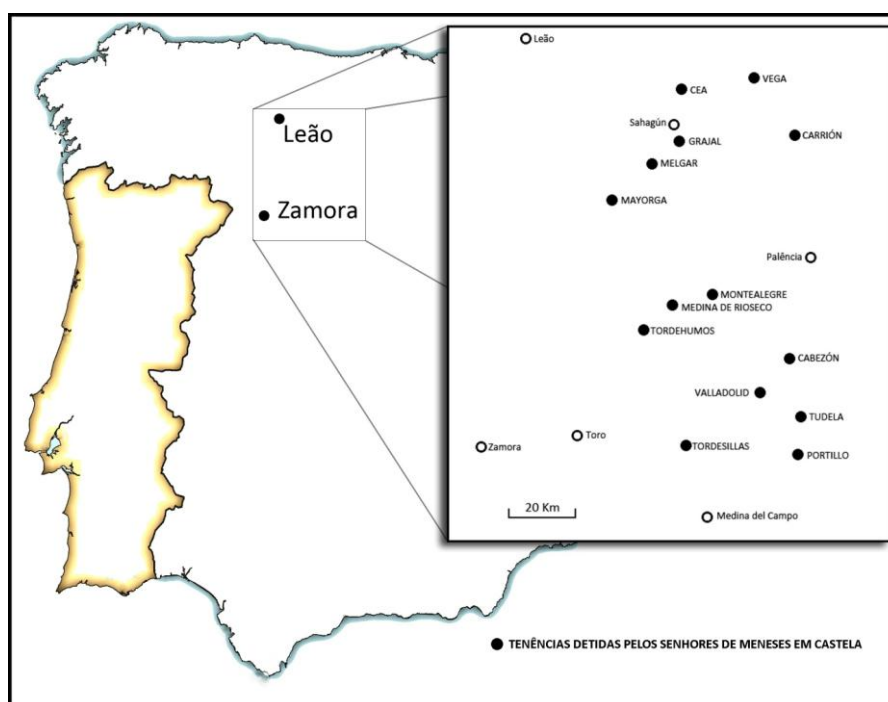
<i>Indivíduo</i>	<i>Reino</i>	<i>Cargo</i>	<i>Período</i>
Telo Peres	Castela	Tenente de Cea Tenente da Cantábria Tenente de Melgar Tenente de Grajal	1166-1194 1182-1184 1189 1194
Afonso Teles	Castela	Tenente de Cea Tenente de Grajal Tenente de Carrión Tenente de Melgar Tenente de Mayorga Tenente de Cabezón Tenente de Portillo Tenente de Tudela Tenente de Medina de Rioseco Tenente de Montealegre	1182-1210 1193-1210 1191-1202 1191-1193 1197-1200 1192-1201 1201 1201-1203 1202 1202
Soeiro Teles	Castela	Tenente de Grajal Tenente de Cea Tenente de Tordehumos Tenente de Cabezón Tenente de Vega Tenente do Infantado Tenente de Montealegre	1206-1220 1210-1220 1208-1209 1208-1211 1214 e 1223 1216 1217
Telo Afonso	Castela	Tenente de Cea Tenente de Grajal Alcaide de Córdoba	1223-1238 1223-1238 1236-1238
Afonso Teles de Córdoba	Castela	Tenente de Cea Tenente de Grajal Alcaide de Córdoba	1238-1268? 1238-1268? 1238-1268?

		Tenente de Tordesilhas Tenente de Medellín	1237 1259
Afonso de Meneses	Castela	Alferes-mor de Sancho IV	1288-1295
D. Maria	Castela	Rainha de Castela	1284-1321

Ao analisarmos o quadro relativo aos senhores de Meneses, que constitui o ramo primeiro da família, o que se nota desde logo é o facto de deterem quase exclusivamente tenências. Um leque bastante amplo com Telo Peres, Afonso Teles e Soeiro Teles⁵⁹ que se reduz, basicamente, a Cea e Grajal na geração seguinte, com Telo Afonso e Afonso Teles de Córdova.

Os primeiros três senhores detêm um número bastante significativo de tenências localizadas na *Tierra de Campos*, com a excepção da Cantábria, detida durante alguns anos por Telo Peres. Tratava-se de uma área de extrema importância estratégica, porque situada na fronteira leonesa e porque se tratava de uma região disputada pelos dois reinos. São particularmente interessantes as de Cea, Grajal, Melgar e Mayorga, uma vez que estas terras estão localizadas no vale do rio Cea, constituindo uma longa frente ao reino vizinho. Um pouco a este de Cea e Grajal, ficava Carrión e Vega — Saldaña. Outro núcleo localizava-se mais a sul, ainda na terra de Campos mas na cintura de Valladolid: Cabezón, Montealegre, Medina de Rioseco e Tordehumos.

Tenências dos senhores de Meneses em Castela



⁵⁹ Apesar de não fazer parte do ramo principal dos senhores de Meneses, Soeiro Teles, como foi visto, articula com o irmão a representação familiar na corte, pelo que faz todo o sentido que seja aqui analisado.

Como foi mencionado, os senhores seguintes apenas detêm as tenências de Cea e Grajal, surgindo Afonso Teles de Córdova por duas vezes como tendo Tordesilhas e Medellín. Apesar de desaparecerem as referências à detenção de terras, é possível que os senhores de Meneses tenham mantido a posse de Cea e Grajal até João Afonso de Albuquerque, ou seja, até à extinção deste ramo familiar. Sabe-se que este último tem os castelos de Cea e de Grajal em 1354, ano em que os mesmos são atacados por D. Pedro I no âmbito do levantamento nobiliárquico liderado pelo senhor de Albuquerque. Ambos são tomados, tendo o de Cea sido mandado arrasar pelo rei⁶⁰. Contudo, durante este tempo, a noção de tenência tinha-se alterado e estas tinham deixado de ser um elemento de grande distinção, pelo menos para os nobres mais poderosos.

Com efeito, originalmente, um tenente era um indivíduo a quem fora delegado pelo rei poderes administrativos, políticos, judiciais, militares e fiscais relativamente a um espaço concreto⁶¹. Em suma, tinha recebido do rei a faculdade de governar uma circunscrição a que se chamava geralmente «terra»; «tinha» esta terra por comissão régia. Porém, estas cedências levavam a um reforço significativo do poder dos vários tenentes e ao abuso por parte destes, levando mesmo à incapacidade dos monarcas em controlar as terras cedidas. A partir do reinado de Afonso VIII começa-se a limitar o poder dos tenentes através do favorecimento de cartas de foral a vários núcleos populacionais e da vulgarização do cargo de meirinho. Contudo, e considerando que havia necessidades especiais do reforço militar e administrativo nas zonas de fronteira imprecisa, como acontecia com a área da *Tierra de Campos*, nesta área não se procedeu por este período a um esvaziamento das competências dos tenentes. Havia sim que designar aqueles que davam maiores garantias de fidelidade. Para Afonso VIII, parecem ter sido os Meneses e os Girón⁶². Porém, após a união de Castela e Leão por Fernando III, o processo de recuperação de poder por parte da coroa pôde ser levado a cabo nestas regiões. A partir de Afonso X, com as várias medidas de centralização do poder levadas a cabo, os poderes dos tenentes passam a ser quase exclusivamente militares, com semelhanças aos de alcaide, e a tenência passa a outorgar pouco poder político. Percebe-se portanto que as menções à posse de terras como tenentes tenham deixado de ser mencionadas a partir de meados do século XII.

⁶⁰ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 446.

⁶¹ Para a evolução da concepção de tenência, veja-se Antonio Sánchez de Mora, *La Nobleza Castellana en la Plena Edad Media: El Linaje de Lara...* cit., 1º vol., pp.

⁶² Cf. **Alfonso VIII**, 1º vol., pp. 347-363.

Além das muitas tenências, Telo Afonso e Afonso Teles também detiveram a alcaidaria e o encargo de defender Córdova após a sua tomada. Tratava-se de uma distinção de significativa importância, dada a relevância desta cidade. Porém, tê-lo-ão feito por poucos anos, eventualmente apenas durante a fase de ocupação do território circundante.

Sobressai pela raridade a alferesia confiada a Afonso de Meneses no reinado de Sancho IV, desde a tragédia de Alfaro à morte deste rei. Mas esta excepção resulta do senhor de Meneses beneficiar do facto de ser irmão da rainha em momento particularmente delicado, após uma situação de conflagração entre o rei e os mais poderosos nobres do reino. Esta será a principal e a última distinção da família: ter uma rainha directamente ligada ao grupo familiar.

Em relação aos senhores de Albuquerque temos uma realidade bastante diferente. Além de ocuparem vários cargos não apenas em Castela mas ainda em Portugal, verifica-se que existe uma grande diversidade desses mesmos cargos.

<i>Indivíduo</i>	<i>Reino</i>	<i>Cargo</i>	<i>Período</i>
João Afonso	Castela	Tenente de Callosa	1243
		Tenente de Crevillent	1243
	Portugal	Alferes-mor de Afonso III	1248-1255
		Tenente de Ribaminho	1250-1255
	Castela	Pertigueiro de Santiago	1266-1268
Afonso Teles Tição	Portugal	Tenente de Viseu	1250-1256
		Tenente de Ribaminho	1256
		Tenente de Bragança	1256-1257
Martim Afonso	Portugal	Tenente de Santa Maria	1255-1257
		Tenente de Lafões	1256-1257
		Tenente de Bragança	1258-1262
		Tenente de Montemor-o-Velho	1270-1271
		Tenente de Chaves	1273-1282
		Tenente de Montenegro	1278
Rodrigo Anes	Castela	Pertigueiro de Santiago	1268-1276
João Afonso de Albuquerque	Castela	Adelantado-mor da Galiza	1289-1291
	Portugal	Mordomo-mor de D. Dinis	1297-1304
		Conde de Barcelos	1298-1304
Afonso Sanches	Portugal	Mordomo-mor de D. Dinis	1312-1323
João Afonso de Albuquerque, o do Ataúde	Castela	Mordomo-mor da rainha D. Maria	1331-1332 e 1351-1353
		Mordomo-mor do infante D. Fernando	1333
		Aio e mordomo-mor do	

		infante D. Pedro Chanceler do rei D. Pedro I	1339-1350 1351-1353
João Afonso	Castela	Alferes-mor do infante D. Pedro	1345-1348
Martim Gil	Castela	Adelantado-mor de Múrcia	1351-1353
Fernando Afonso de Albuquerque	Portugal	Mestre da Ordem de Santiago Alcaide do castelo da Guarda	1381-1387 1373-?

Enquanto em Castela, o segundo senhor de Albuquerque, João Afonso, recebeu, no âmbito da campanha murciana do infante D. Afonso, as tenências de Callosa e de Crevillent, localizadas entre Múrcia e Elche. Não as terá mantido durante muito tempo, não havendo mais referência às mesmas. Pouco tempo depois passava a Portugal, em apoio de Afonso de Boulogne, sendo aí feito alferes-mor no novo rei. Tratava-se de uma distinção bastante elevada, na medida em que este ofício constituía, a par dos de mordomo e chanceler, como um dos cargos de maior preeminência na corte⁶³. Ao mesmo tempo, recebia uma tenência neste reino, a de Ribaminho, uma região de tradicional implantação senhorial. Os seus dois irmãos, Afonso Teles e Martim Afonso, cada um em seu momento, iriam segui-lo nesta vinda para Portugal, recebendo um número significativo de tenências por parte de Afonso III, localizadas, todas elas, na região norte e centro-norte do reino, mais uma vez nas zonas de implantação senhorial e, no caso de Lafões, Viseu e Montemor-o-Velho, numa área de regime de transição para as regiões concelhias meridionais. O mais significativo, contudo, é verificar que estes três nobres, que conseguem uma relevância social indiscutível em Portugal, apesar de ricos-homens, pouca notabilidade têm em Castela, surgindo, de certa forma, numa posição subalterna do ramo familiar dos senhores de Meneses. Se em Castela não confirmam diplomas régios, em Portugal surgem de forma destacada na lista de confirmantes⁶⁴. Este facto revela um pouco da dimensão da nobreza portuguesa no âmbito peninsular.

Apesar deste destaque, acabam por tornar a Castela, onde voltam a não surgir na corte e praticamente desaparecem da informação. Apenas João Afonso aparece na corte castelhana, e somente entre 1266 e 1268, como foi visto em capítulo atrás, e porque

⁶³ Cf. Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, s.l., Difel, 1995, pp. 18 e 24.

⁶⁴ Veja-se, por exemplo, um documento régio de 20 de Maio de 1253, onde João Afonso ostenta o ofício de alferes e encima a lista de confirmantes, ou um outro de 4 de Abril de 1256, onde Afonso Teles e Martim Afonso ocupam as 3ª e 4ª posições na lista de testemunhas imediatamente após o alferes Gonçalo Garcia e o mordomo Gil Martins. Cf. **Chancelaria de D. Afonso III – Liv. 1**, docs. 6 e 86, respectivamente.

detinha então o importante cargo de *pertiguer* de Santiago⁶⁵. Uma nomeação para a qual, apesar de tudo, a sua carreira política em Portugal não deixaria de ter contribuído. O cargo acaba por ser transmitido ao seu filho, ficando na posse da família até 1276.

No reinado de Sancho IV o ramo familiar ganha maior relevância política. João Afonso de Albuquerque associava-se ao infante D. João e fazia valer a importância geoestratégica de Albuquerque, que não passava despercebida ao rei D. Dinis. Por influência daquele infante, terá recebido o cargo de *adelantado-mor* da Galiza, conseguindo desta forma um importante posto com responsabilidades militares, judiciais e governativas reportando directamente ao rei⁶⁶. Devido ao seu comportamento ao lado do infante D. João, promovido, ao que parece, pelo monarca português, cai em desgraça junto de Sancho IV. É atraído para Portugal por D. Dinis, onde receberá as maiores distinções. Recebe o mordomado-mor e será titulado conde de Barcelos, o primeiro título nobiliárquico de forma moderna⁶⁷. Um título sem os poderes amplos, apesar de difusos, dos velhos condes feudais, com uma autoridade bastante definida e circunscrita. Não deixa de ser importante a posse do senhorio que lhe está associado, mas o novo título de conde tem um teor substancialmente simbólico⁶⁸. Algo que, apesar de tudo, conferia ao seu detentor um prestígio acima de todo o restante tecido social, pois a partir daí e ao longo do século seguinte o condado irá assumir-se como a maior distinção nobiliárquica.

As rivalidades entre Afonso IV e o seu meio-irmão Afonso Sanches fazem com que a família acabe por se fixar em Castela. O parentesco com D. Maria de Portugal, rainha de Castela, abre uma porta de entrada privilegiada para João Afonso de Albuquerque, filho de Afonso Sanches, na corte castelhana. A partir da casa da rainha, onde vem a ser mordomo, consegue passar para a casa dos infantes. Primeiro como mordomo de D. Fernando e após a morte deste como aio o mordomo de D. Pedro, herdeiro da coroa. Introduz aí o filho varão, João Afonso, que ocupará o ofício de alferes durante alguns anos e virá a falecer em vida do pai, eventualmente em 1348, ano em que deixa de ser mencionado nas fontes. A subida ao trono do infante D. Pedro irá premiar as apostas políticas de João Afonso, que tendo uma inequívoca influência sobre o jovem rei, consegue a partir do ofício de chanceler tomar as rédeas do governo do reino e, entre outras coisas, colocar o outro filho

⁶⁵ Cf. ponto 4.1.3. deste trabalho. O *pertiguer*, um cargo de grande destaque, tinha a seu cargo as funções políticas, militares e judiciais na Terra de Santiago, pertencente ao arcebispado [cf. Rogelio Pérez Bustamante, *El gobierno y la administración de los reinos de la Corona de Castilla: (1230-1474)*, 1º vol., Madrid, Universidad Autónoma, 1976, pp. 277-278].

⁶⁶ Sobre a natureza do cargo, cf. José María Ortuño Sánchez-Pedreño, *El adelantado de la corona de Castilla*, 2º ed., Murcia, Universidade de Múrcia, 1997.

⁶⁷ Cf. **Brasões da Sala de Sintra**, 3º vol., p. 227.

⁶⁸ Cf. **D. Dinis**, pp. 158-159.

legítimo, Martim Afonso, na posse do *adelantamiento* de Múrcia. À sua queda política, num cenário de forte conflito régio-nobiliárquico, segue-se a extinção biológica dos ramos principais de Albuquerque e Meneses em Castela. Um seu filho bastardo, Fernando Afonso de Albuquerque, virá para Portugal, onde um clima político favorável e relações familiares propícias lhe permitirão vir a ser nomeado mestre da Ordem de Santiago, depois de ter recebido a alcaidaria da cidade da Guarda.

Ao contrário dos senhores de Meneses, este ramo familiar circula entre as cortes de Castela e de Portugal com impressionante à-vontade. E essas passagens parecem resultar em progressivos melhoramentos do estatuto da família ao nível da hierarquia social. Se bem que na primeira geração os seus membros se destacam igualmente por terem muitas terras em tenência, neste caso em Portugal, irão na sua globalidade conseguir ocupar mais ofícios curiais, designadamente alferes, mordomo e chanceler. Conseguem somar a estes outros cargos bastante relevantes, como o de pertigueiro de Santiago, os *adelantamientos* da Galiza e de Múcia e o mestrado de Santiago em Portugal. A sublinhar a preeminência, um condado em Portugal. Todavia, se considerarmos que a maioria dos cargos mais importantes estão relacionados com a proximidade física ao monarca, designadamente os ofícios, e que são ocupados no século XIV, percebemos que este imenso rol de distinções reflectiam também alterações da forma de relacionamento de poder entre a nobreza e o rei, que se faziam sentir desde meados do século anterior e que transformavam a corte no espaço privilegiado para obtenção do prestígio e poder necessários à manutenção da primazia social⁶⁹.

Vejam-se por último o ramo familiar que no âmbito deste trabalho foram designados como Teles, e que, tal como os senhores de Meneses, também têm como área de intervenção preferencial apenas um reino, neste caso Portugal. Apesar de originários de um ramo secundogénito dos senhores de Albuquerque, serão estes quem, funcionando como bloco, conseguirão obter uma posição de poder de maior predominância social e política, superiorizando-se de forma marcada das restantes famílias.

<i>Nobre</i>	<i>Reino</i>	<i>Cargo</i>	<i>Período</i>
Martim Afonso Telo	Castela	Mordomo da rainha D. Maria	?
João Afonso Telo	Portugal	Alferes-mor do rei D. Pedro Mordomo-mor do rei D. Pedro	1357-1362? 1362-1367

⁶⁹ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, «A nobreza portuguesa no período dionisino: Contextos e estratégias (1279-1325)», *En la España medieval*, nº 22, 1999, pp. 174-176.

		Conde de Barcelos Conde de Ourém	1357-1381 1371- 1381
Afonso Telo	Portugal	Conde de Barcelos	1372-1376?
João Afonso	Portugal	Conde de Viana do Alentejo Alcaide dos castelos de Viana e de Beja	1373-1384 1376-1384
Gonçalo Teles	Portugal	Alcaide do castelo de Neiva Alcaide do castelo de Leiria Conde de Neiva Alcaide dos castelos de Valença e de Lapela Alcaide do castelo de Coimbra Alcaide do castelo de Gaia	1372-1391? 1372-? 1373-1391? 1375-? ?-1385 ?-1384
João Afonso Telo	Portugal Castela	Alcaide do castelo de Lisboa Alcaide do castelo de Monsanto Alcaide do castelo da Feira Almirante do Reino Conde de Barcelos Conde de Mayorga	1372-1385 1376-1385 1375-1380 1376-1382 1382-1385 1384?-1385
Lopo Dias de Sousa	Portugal	Mestre da Ordem de Cristo	1373-1417
Leonor Teles	Portugal	Rainha de Portugal	1372-1390?

De facto, de toda a lista, apenas Martim Afonso Telo e o seu filho João Afonso parecem ter estado ligados a Castela de forma institucional. E em condições muito específicas. O primeiro como mordomo-mor da rainha D. Maria de Portugal, que terá acompanhado na sua ida para Castela, o segundo enquanto efémero titular do condado de Mayorga, no conturbado período que antecede a batalha de Aljubarrota. Porém, todos eles, excepto Martim Afonso Telo, fazem a sua carreira política em Portugal. Como foi visto atrás⁷⁰, a fundamentação para a imensa quantidade de títulos, ofícios e cargos exercidos prende-se com dois motivos. O primeiro é a privança do velho João Afonso Telo com o rei D. Pedro. Aquele acompanhou o monarca ao longo de toda a vida, prestando-lhe inúmeros serviços. Fez parte da sua casa enquanto infante e esteve a seu lado em momentos de conflitos que acentuaram essa relação, designadamente após a morte de D. Inês, de quem João Afonso era primo. Será recompensado após a ascensão ao trono de D. Pedro, ocupando os ofícios de alferes-mor e de mordomo-mor, e recebendo o condado de Barcelos, de que será o 4º titular. À data, este é o único título nobiliárquico do reino, o que, somado aos ofícios mencionados, colocam João Afonso Telo, indiscutivelmente, na posição cimeira da hierarquia nobiliárquica em Portugal. Consegue manter o ascendente sobre D. Fernando no reinado seguinte, no período em que o poder familiar dos Teles em

⁷⁰ Cf. pontos 5.3. e 5.4. deste trabalho.

Portugal se torna hegemónico, em grande medida devido ao segundo motivo para a outorga de cargos e mercês: o casamento de Leonor Teles com o monarca português. Assiste-se então a um crescimento explosivo das distinções feitas à família. Criam-se novos condados, cabendo os de Ourém, Neiva e Viana do Alentejo a familiares da rainha. Confiam-se a estes várias alcaidarias, algumas das mais importantes do reino, como Lisboa, Coimbra, Leiria, Feira, Guarda e Beja, entre outras; o almirantado do reino; dois mestrados das ordens militares⁷¹. E, de um momento para o outro, em resultado de um acidente biológico, neste caso do facto de D. Fernando não ter um filho varão, o poder da família decompõe-se, no âmbito de uma crise sucessória que conduz à fragmentação do bloco familiar. Virá a recrescer posteriormente, com outras características.

É curioso verificar que o ramo primogénito da família, que corresponde aos senhores de Meneses, é aquele que apresenta menos distinções, correspondendo a um ramo secundário, os Teles de Portugal, a exibição do leque mais vasto de cargos e dignidades. Contudo, se não é questionável que em termos relativos a posição de preeminência social e política destes últimos é superior à dos primeiros, pois conseguem na corte portuguesa uma distinção e prestígio que aqueles nunca atingem na corte castelhana — apesar de ambos ramos ostentarem no seu grupo uma rainha — já é discutível afirmar que, de facto, o seu poder era superior. Para isso, é necessário analisar um outro aspecto do poder nobiliárquico, e que se prendia com a posse de senhorios.

6.3.2. A implantação senhorial

Não é aqui o lugar para proceder à definição conceptual da diversidade social, política, institucional e económica que constitui o fenómeno senhorial. Apenas se pretende perceber a área de implantação geográfica por parte dos senhores observados que, pela amplitude do espaço em causa, levaria à constatação de várias realidades sócio-económicas e políticas que dariam azo, só por si, a um outro trabalho de igual dimensão. Assim utilizar-se-ão conceitos relativamente latos, considerando como senhorio o espaço onde determinado indivíduo é tomado como senhor, seja este espaço de natureza exclusivamente patrimonial, onde as relações de poder são essencialmente económico-fundiárias, ou

⁷¹ Incluindo aqui o mestrado de Santiago, detido por Fernando Afonso de Albuquerque.

jurisdicional, que acarreta o exercício de outros direitos extra-económicos sobre uma população ou um espaço⁷².

Enumeremos primeiro os vários registos de que se têm conhecimento antes de passarmos à análise propriamente dita.

6.3.2.1. *Telo Peres*

Há um bom conjunto de informação sobre os bens que, a determinada altura, se sabem ter pertencido a Telo Peres. Agrupando-os de acordo com a natureza de informação fica-se a saber o seguinte:

a) Bens que transmite em arras a D. Gutrodo, e que por isso se mantêm na família:

– 22 de Janeiro de 1161: Telo Peres entrega as herdades de Meneses, Villería, Villalinvierno, Barrio Falcon (Villalcón?), Villanueva, Escobar, Castrillo, Villafrondolfo, Villavelid, San Martín, Populatura (Población de Arroyo?), Feres e Mollesdes⁷³.

b) Mercês régias e escambos com o rei e posteriores doações destes bens:

– 28 de Janeiro de 1173: recebe de Afonso VIII a quinta de Sandrones, entre Villerías e Montealegre, e a igreja de Villanueva, entre esta última terra e Meneses⁷⁴. Mais tarde seria doada para fundação do Mosteiro de Matallana;

– 11 de Abril de 1173: recebe de Afonso VIII, a meias com Pedro Guterres, o castelo e a vila de Ocaña⁷⁵. A 15 de Fevereiro de 1174 estes dois magnates, Telo Peres e Pedro Guterres, doavam a quarta parte desta vila à Ordem de Calatrava e ao seu mestre⁷⁶. Em Janeiro de 1177, Telo Peres e D. Guntrodo doavam à Ordem de Calatrava metade da vila de Ocaña, com todos os seus direitos e pertenças⁷⁷, que corresponderia à parte que ainda detinha, prescindindo assim daquela vila;

⁷² Sobre a diferença entre propriedade dominial e domínio senhorial, e da transformação deste último conceito em senhorio jurisdicional já na Baixa Idade Média, por um processo de progressiva definição em relação ao primeiro, cf. Carlos Estepa Díez, «Formación y consolidación del feudalismo hispánico en Castilla y León», in *En torno al feudalismo hispánico*, I Congreso de Estudios Medievales, Ávila, Fundación Sanchez-Albornoz, 1989, pp. 157-256.

⁷³ Cf. **CD Gradefes**, doc. 91.

⁷⁴ Cf. **CD Matallana**, doc. 2.

⁷⁵ Cf. **Afonso VIII**, doc. 179.

⁷⁶ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 45.

⁷⁷ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 45.

- 10 de Novembro de 1173: Afonso VIII doa-lhe o infantado de Matallana, entre Ampudia e Montealegre⁷⁸. Em Dezembro de 1175, Telo Peres, D. Guntrodo e os filhos doavam este domínio e a quinta de Sandrones ao abade de Crista para fundação de um mosteiro, que viria a ser o mosteiro de Matallana⁷⁹ e no mesmo mês Afonso VIII confirmava o cenóbio⁸⁰;
- Dezembro de 1175: Afonso VIII dá-lhe um privilégio para que os vizinhos de Villanueva, Meneses, Población, San Cebrián, Villería e Villalinvierno (Campos, Palência) lhe paguem tributos duas vezes ao ano, como se pagava ao rei⁸¹;
- 3 de Janeiro de 1181: Afonso VIII entrega-lhe, em troca do castelo de Malagón, metade de Ocaña; metade de Tondos (Cuenca); a metade de uns moinhos sobre o Júcar e duas jugadas de herdade no vale deste rio, perto de Cuenca; três jugadas em Portella; cinquenta *aranzadas* de vinha; o lugar de Mojados com o seu termo, perto de Portillo (sul de Valladolid); Polentinos com o seu termo, perto de Resoba (extremo norte de Castela, perto da Cantábria); a herdade de Sandrones e o seu termo (Campos); a igreja de Villanueva com o seu realengo, na vila e fora dela; e as três searas realengas de Montealegre. Somavam-se ainda uns lugares nas proximidades de Cea com os seus direitos e termos: Eclam (sic), Ripam rubeam (sic) e metade de Rio de Cama e Matellan (sic) com o seu termo, entre Castromayor e Galegos⁸². Estas últimas propriedades em Castromayor seriam doadas em 15 de Novembro de 1181 ao Mosteiro de Trianos, num acto que se toma como a refundação do mosteiro⁸³.
- 24 de Junho de 1181: recebe de Afonso VIII a Igreja de San Cebrián de Meneses com todas as suas pertenças⁸⁴;
- 13 de Novembro de 1181: recebe de Afonso VIII 30 jugadas de herdade em Trianos e Villanueva, no alfoz de Cea⁸⁵;
- 15 de Novembro de 1181: Afonso VIII isenta de tributos as casas que Telo Peres e a sua mulher tinham em Castromayor⁸⁶;

⁷⁸ Cf. **Afonso VIII**, doc. 90.

⁷⁹ Cf. **CD Matallana**, doc. 6.

⁸⁰ Cf. *ibidem*, doc. 5.

⁸¹ Cf. *ibidem*, doc. 4.

⁸² Cf. **Afonso VIII**, doc. 354.

⁸³ Cf. **CD Trianos**, doc. 15.

⁸⁴ Cf. **CD Matallana**, doc. 8.

⁸⁵ Cf. **CD Trianos**, doc. 13.

⁸⁶ Cf. **Afonso VIII**, doc. 382.

- 24 de Outubro de 1182: Afonso VIII dá um privilégio aos vizinhos de Villagarcía para que fossem povoar Tordehumos (Campos). Parte dos tributos seriam para Telo Peres⁸⁷;
- 3 de Fevereiro de 1184: Afonso VIII concede a Telo Peres e D. Gontroda uns moinhos no Cea, perto de Villanueva⁸⁸;
- 23 de Abril de 1189: a pedido de Telo Peres, Afonso VIII outorgava aos moradores de Tordillos, lugar do Mosteiro de Trianos, isenções de alguns tributos e obrigações, como a fossadeira e o apelido⁸⁹;
- 23 de Abril de 1196: Afonso VIII confirma-lhe as herdades em Villafrechós⁹⁰;
- 21 de Agosto de 1196: Afonso VIII doa-lhe algumas herdades confiscadas em Villagarcía⁹¹;
- 8 de Maio de 1198: Afonso VIII isenta de tributação os solares e *collazos* de Villacreces, pertencentes a D. Telo⁹².
- S.d.: Afonso VIII isenta de tributação e cargas os *collazos* dados por don Telo ao hospital de San Nicolás del Camino⁹³.

c) Aquisições:

- 17 de Novembro de 1177: compra a Urraca Guterres e filhos uma herdade em Fontamián, no Valderaduey, por 60 maravedis⁹⁴;
- 1182: compra a Facundo Navarro cinco vinhas no termo de Villalmán, Cea⁹⁵;
- 1182: compra a Facundo Amaya cinco vinhas em Villalmán, Cea, por dois auréos⁹⁶;
- 14 de Março de 1184: compra toda a herdade que o convento de Gradefes tinha em Villagarcía por 70 morabitinos⁹⁷;
- 3 de Janeiro de 1185: compra a Maria Peláez e seus filhos parte de um solar em Villacalabuey⁹⁸;

⁸⁷ Cf. **CD Matallana**, doc. 9.

⁸⁸ Cf. **Afonso VIII**, doc. 419.

⁸⁹ Cf. **CD Trianos**, doc. 37.

⁹⁰ Cf. **Afonso VIII**, doc. 655.

⁹¹ Cf. *ibidem*, doc. 656.

⁹² Cf. *ibidem*, doc. 666.

⁹³ Cf. *ibidem*, doc. 959.

⁹⁴ Cf. **CD Trianos**, doc. 12.

⁹⁵ Cf. *ibidem*, doc. 18.

⁹⁶ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 1.

⁹⁷ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1410.

⁹⁸ Cf. **CD Trianos**, doc. 22.

- 13 de Setembro de 1185: compra ao convento de Gradefes a herdade de Villacreces, por 400 áureos⁹⁹;
- 18 de Outubro de 1185: confirmação real de uma venda feita por Teresa Peres, abadessa de Gradefes, a Telo Peres. Foram negociados os seguintes domínios: Infantado de Villacreces, o realengo de Bustillo e a vila de Tordillos¹⁰⁰;
- 1187: compra a Martim Peres e sua esposa, Maria Peres, uma herdade situada em Carbajal por 50 maravedis¹⁰¹. Esta herdade seria doada ao mosteiro de Trianos em 25 de Junho de 1187¹⁰²;
- 1188: compra a Domingo Bovadilla e sua mulher, María Tomé, uma herdade situada no lugar de Dehesea por 20 maravedís¹⁰³;
- 1195: compra a João Muñuz e D. Loba, sua mulher, três solares perto de Villanueva de San Mancio¹⁰⁴;
- 1197: Gonzalo Rodriguez e sua esposa, Sancha, vendem a Telo Peres a terça parte de uma herdade em Aguilar de Campos, por 133 maravedis¹⁰⁵;
- 1199: Maria Peres e os seus filhos vendem a Telo Peres, por 10 aureos, o direito de usar durante dois dias e três noites (desde sexta-feira à noite a segunda-feira de manhã) os moinhos de Uzo, na Cascajera¹⁰⁶.

d) Escambos:

- 15 de Abril de 1182: Telo Peres e D. Guntrodo fazem escambo com Teresa Peres (mãe de D. Guntrodo), abadessa de Gradefes e sua sobrinha Eslonza. O casal dá a metade do que tem em Villalmán pelos barriales e metade do que o mosteiro de Gradefes tinha em Fontemayor¹⁰⁷;
- 22 de Abril de 1182: Telo Peres e D. Guntrodo fazem escambo com Teresa Peres (mãe de D. Guntrodo), abadessa de Gradefes e sua sobrinha Eslonza. O casal doa um campo junto à estrada que liga Gradefes a Cea por um terreno perto do castelo de Cea¹⁰⁸;

⁹⁹ Cf. **CD Gradefes**, doc. 186.

¹⁰⁰ Cf. **Afonso VIII**, doc. 442.

¹⁰¹ Cf. **CD Trianos**, doc. 29.

¹⁰² Cf. *ibidem*, doc. 26.

¹⁰³ Cf. *ibidem*, doc. 36.

¹⁰⁴ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1505.

¹⁰⁵ Cf. **CD Trianos**, doc. 62.

¹⁰⁶ Cf. *ibidem*, doc. 65.

¹⁰⁷ Cf. **CD Gradefes**, doc. 164.

¹⁰⁸ Cf. *ibidem*, doc. 165.

– 20 de Julho de 1197: concerto de certos bens entre D. Telo e os seus filhos Afonso, Telo e Soeiro e o abade da igreja de Santa Maria de Valladolid. A igreja entregava a igreja de Santa Maria de Campo Raso e toda a herdade que tinha em Boadilla de Rioseco, com todas as suas pertenças, recebendo em troca uns campos e uma azenha na pesqueira de Cabezón¹⁰⁹.

e) Doações:

– 1185: Telo Peres, sua esposa Gotronde Garcia e seus filhos doam ao abade e mosteiro de Trianos todas as herdades que lhes pertencem em Trianos, Villacreces, Tordillos, San Nicolás e Fresno, pelas suas almas e as de seus pais¹¹⁰. Em 19 de Julho de 1187, Afonso VIII confirmava ao mosteiro de Trianos as vilas de San Nicolás, Villanueva, Tordillos e os bens em Trianos e Villacreces como os havia dado Telo Peres¹¹¹. Em 28 de Junho de 1195, Telo Peres fazia um acordo com o abade e mosteiro de Trianos para que fossem cedidas as herdades de Villacreces e San Nicolás para o sustento de 13 leprosos do Hospital de San Nicolás¹¹²;

– 9 de Julho de 1195: Telo Peres, com o assentimento dos seus filhos, doa a Sahagun as igrejas de Villanueva de San Mancio e algumas propriedades¹¹³;

– 28 de Fevereiro de 1198: Telo Peres e os filhos doam a San Nicolás um moinho em Cea¹¹⁴;

– 17 de Março de 1198: doa ao mosteiro de San Mancio umas casas¹¹⁵;

– 1200: doa a Martin, abade de Trianos, e ao seu mosteiro toda a herdade que Afonso VIII lhe tinha dado em Aguilar de Campos¹¹⁶.

f) Vendas:

– 12 de Fevereiro de 1192: Telo Peres tinha vendido anteriormente ao cabido de Ávila, por 400 morabitinos, umas herdades em Toledo. Nesta data, Afonso VIII conseguia estas propriedades através de escambo, dando em troca outras propriedades¹¹⁷.

¹⁰⁹ Cf. **Documentos da Igreja Colegial de Valladolid**, 1º vol, doc. LXIII.

¹¹⁰ Cf. **CD Trianos**, doc. 23.

¹¹¹ Cf. *ibidem*, doc. 25.

¹¹² Cf. *ibidem*, doc. 59.

¹¹³ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1502.

¹¹⁴ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 3.

¹¹⁵ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1517.

¹¹⁶ Cf. **CD Trianos**, doc. 72.

¹¹⁷ Cf. **Afonso VIII**, doc. 582.

Percebe-se desde logo que a maior parte dos negócios de Telo Peres estão directamente ligados à Tierra de Campos e ao Cea e que é aí que tem interesse em acrescentar o poder. Os domínios na sua carta de arras situam-se em duas áreas, uma perto de Meneses de Campos (Meneses, Villería, Villalinvierno, Villanueva) e outra entre Carrión e Sahagún, relativamente perto do vale do Cea (Barrio Falcon, Escobar, Populatura, Villavelid, San Martín, Castrillo)¹¹⁸, que constituirão, à partida, as suas áreas de implantação tradicional. Não é coincidência que, com a ajuda de Afonso VIII tenha procedido à fundação de Matallana e de Trianos, em 1175 e 1181, respectivamente, e que o primeiro mosteiro fique no centro da primeira área, e o outro ao lado de Cea.

Consegue alguns domínios em outras regiões, no âmbito das campanhas militares da Reconquista, como Ocaña, Malagón e Toledo, que acaba por alienar. Dá a primeira à Ordem de Calatrava; Malagón ao rei, em troca de vários domínios, uns deles em Cuenca, que são os únicos que mantém fora da sua área de implantação tradicional; e vende as herdades em Toledo ao cabido de Ávila.

Das doze compras que se sabe ter feito, todas são perto de Cea ou mais a sul, perto de Meneses e Montealegre de Campos, e os escambos com os vários mosteiros também incidem sobre estas áreas, certamente de forma a conseguir alguma continuidade territorial entre os vários domínios em sua posse.

6.3.2.2. Afonso Teles, o Velho

Em relação ao segundo senhor de Meneses verifica-se uma expansão da zona de implantação tradicional. Os dados recolhidos são os seguintes:

a) Mercês régias e posteriores doações destes bens:

- 5 de Fevereiro de 1209: Afonso VIII faz doação perpétua a Afonso Teles da vila de Montalbán com todos os seus termos e pertenças¹¹⁹;
- 1 de Setembro de 1210: Afonso VIII dá a Afonso Teles e a sua mulher D. Elvira a aldeia de Dos Hermanas e a torre de Mala Moneda com todos os seus termos e pertenças¹²⁰. Anos depois, a 20 de Janeiro de 1222, Afonso Teles vendia à catedral de Toledo os lugares e castelos de Dos Hermanas, Malamonedas, Cedenilla e Muro (estes

¹¹⁸ Não se identificaram Villafrondolfo, Feres e Mollesdes.

¹¹⁹ Cf. *ibidem*, doc. 837.

¹²⁰ Cf. *ibidem*, doc. 871.

últimos construídos por si) por 8000 maravedis e 1000 *cahíces* de trigo e cevada¹²¹. a 7 de Outubro de 1226, Fernando confirmava ao arcebispo a posse destes lugares e a liquidação da dívida¹²²;

– 28 de Julho de 1213: Afonso VIII dá a Afonso Teles e a sua mulher D. Elvira a vila de Palazuelos¹²³. No dia 1 de Agosto deste mesmo ano Afonso Teles iria fazer doação da vila e termo de Palazuelos ao mosteiro de San Andrés de Valvení, com a condição de que passem a casa religiosa deste lugar para Palazuelos, e que façam aí uma casa religiosa que observe o rito cisterciense¹²⁴;

– 26 de Maio de 1225: Fernando III concede a Afonso Teles cinco solares em Villamol¹²⁵;

– 5 de Janeiro de 1226: Fernando III dá a Afonso Teles tudo o que possuía m Villalba del Alcor¹²⁶.

b) Aquisições:

– 26 de Março de 1200: Afonso Teles compra a Toda, viúva de Diego Fernandes de Lagartos e seus filhos e netos tudo quanto lhes pertencia em Lagartos, Cea, por 800 maravedis¹²⁷;

– 31 de Março de 1200: Afonso Teles compra a Maria e Sancha Dias, filhas de Diego Fernandes de Lagartos, o seu património em Lagartos, Cea, por 60 maravedis¹²⁸;

c) Escambos

– 23 de Julho de 1200: Escambo com Pedro, Abade de Sahagún, e o seu convento. Afonso recebia vila de Boadilla de Rioseco com todos os seus bens e pertenças, entregando em troca, com o aval dos irmãos, 120 jugadas de terra em Villanueva de San Mancio e um solar com uma horta¹²⁹;

¹²¹ Cf. **Salazar y Castro**, maço D- 16, fls. 57-58v.

¹²² Cf. **Fernando III**, doc. 219.

¹²³ Cf. **Alfonso VIII**, doc. 907.

¹²⁴ Cf. **Salazar y Castro**, maço D- 16, fls. 44.

¹²⁵ Cf. **CD Matallana**, doc. 22.

¹²⁶ Cf. *ibidem*, doc. 23.

¹²⁷ Cf. **CD Trianos**, doc. 69.

¹²⁸ Cf. *ibidem*, doc. 70.

¹²⁹ Cf. **CD Gradefes**, 264.

– 22 de Fevereiro de 1211: permuta entre Alonso Teles e Roberto de Walas. Afonso Teles entregava a vila de Villulíes pela Torre de Malamonedá (aparentemente teria havido anteriormente uma cedência desta torre)¹³⁰.

d) Doações

– 30 de Janeiro de 1191: Afonso Teles doa ao Mosteiro de Moreruela toda a herdade que possuía em Vezdemarbán¹³¹;

– 25 de Abril de 1201: Afonso Teles e sua mulher, D. Elvira, doam a Sahagun a vila de Villanueva de San Mancio e o que têm em Fuenteugrillo. Recebem do mosteiro, em préstimo, a casa de Canalejas, com todas as suas pertenças, e 200 maravedis ao ano¹³²;

– 15 de Julho de 1210: Afonso Teles e sua mulher, D. Elvira Rodrigues, doam ao hospital de San Nicolás as suas possessões em Villalmán e Aguilar de Campos, três vinhas e uma horta em Sahagún, um monte em Castrillo e outro em Rioseco, uma herdade em Villazanzo e outra em Murera¹³³;

– 19 de Março de 1215: Afonso Teles dera anteriormente uma herdade em Aguilar de Campos e um solar ao hospital de san Nicolás del Camino, doações que o rei Henrique I confirmava nesta data¹³⁴;

– 1221: Afonso Teles doa ao mosteiro de Trianos parte da herdade que tinha em Villazanzo e em Carbajal, por alma de sua esposa, D. Elvira, e o seu irmão, o bispo Telo Teles faziam também doação de um solar em Villazanzo¹³⁵;

– 25 de Abril de 1226: doação de algumas herdades (15 jugadas de terra em Lorviga e uma vinha em Pastera) à Ordem de Santiago para fundação de um hospital de cativos em Talavera¹³⁶.

e) Conquistas

– 1210: Guadalerza, Los Yébenez¹³⁷;

– 1218: Albuquerque.

¹³⁰ Cf. **Salazar y Castro**, maço D- 16, fl. 54.

¹³¹ Cf. José Luis Rodríguez de Diego, «Documentación medieval del Archivo Histórico Provincial de Zamora», *Studia Histórica*, nº 2, Vol. I, 1983, pp. 181-208, doc. 6.

¹³² Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1545.

¹³³ Cf. **San Nicolás del Real Camino**, doc. 7.

¹³⁴ Cf. **Afonso VIII**, doc. 980.

¹³⁵ Cf. **CD Trianos**, doc. 95.

¹³⁶ Cf. *ibidem*, p. 86.

¹³⁷ Cf. **Crónica Latina**, p. 23.

Em relação a Afonso Teles, nota-se que há menos informação conhecida do que aquela em relação ao pai. Mas percebe-se uma alteração ligeira da política de implantação territorial. É certo que recebendo Dos Hermanas e Malamoneda, a sudoeste de Toledo, as virá a alienar, bem como outros castelos que aí tinha construído, à diocese de Toledo. Mas parece ter mantido Montalbán, perto daquelas, e sabe-se que teve grande empenho em conservar Albuquerque, que se tornará numa referência pessoal a partir da sua tomada. Lembrem-se os Livros de Linhagens que o apresentam como aquele que povoou Albuquerque.

De resto, recebeu duas doações régias, uma perto de Meneses e outra de Cea, adquiriu bens próximos desta última localidade, e conseguiu por escambo Boadilla de Rioseco, entre Meneses e Cea, o que parece confirmar a tentativa de proporcionar uma contiguidade senhorial entre os dois territórios. Fez significativas doações a casas religiosas da zona de Cea (Sahagún, Trianos, San Nicolás), e a outras, mas distantes e fundado um mosteiro perto de Valladolid (Palazuelos, em Cabezón de Pizierga).

6.3.2.3. *Os senhores de Meneses*

Da mesma forma como sucedeu com Afonso Teles em relação ao pai, também se conhecem menos dados sobre os filhos do seu primeiro casamento, designadamente Telo Afonso e Afonso Teles. Apesar de tudo, percebe-se perfeitamente que passam a ter interesses bem a sul, em Córdoba e Sevilha.

a) Doações régias:

- 1 de Fevereiro de 1237: Fernando III doa perpetuamente ao bispo de Cuenca, a Telo Teles e a Afonso Teles de Córdoba quatro rodas de Azenha no Guadalquivir¹³⁸;
- s.d.: 12 jugadas de terra, perto de Jaén¹³⁹;
- 20 de Fevereiro de 1241: Fernando III doa perpetuamente a Afonso Teles de Córdoba um herdamento de 30 aranças de vinha, sete aranças de horta, um forno e casa em Córdoba, e doze jugadas de herdade da torre de Diezmajusa, torre esta que doou a vários cavaleiros¹⁴⁰;

¹³⁸ Cf. **Fernando III**, doc. 592.

¹³⁹ Cf. **Corpus Mediaevale Cordubense**, doc. 227.

¹⁴⁰ Cf. **Fernando III**, doc. 669.

– 8 de Abril de 1241: Fernando III faz doação perpétua a D. Afonso Teles de uma herdade de 6 jugadas e um par de casas em Castro del Rio¹⁴¹;

– s.d., após a tomada de Sevilha: 133 aranzadas de herdade de olival e figueiral em Villalva, 20 aranzadas de seara em Villanova e 20 jugadas de herdade em Almaznoa, todas na região de Sevilha¹⁴².

b) Doações

– 10 de Março de 1233: Telo Afonso entrega ao mestre Pedro Gonçalves, da ordem de Santiago, metade do que lhe pertencia em Ballesteros, em campo de Alarcos, metade do que tinha em Cañete e quanta herdade tinha em Moya como penhor de uma dívida de 500 maravedis que mantinha para com aquele. As várias propriedades ficariam na posse da Ordem até que a dívida fosse saldada¹⁴³;

– 17 de Março de 1233: Telo Afonso e Afonso Teles de Córdoba doam à Ordem de Santiago uma herdade de duas jugadas, em Ballesteros, Alarcos, em favor do hospital de cativos de Toledo¹⁴⁴;

– 1244: Afonso Teles dá ao mosteiro de Matallana o monte de Navatomada com os seus lugares de Foyos de Galindo e Cameral¹⁴⁵;

– 8 de Agosto de 1254: Afonso Teles de Córdoba e sua mulher, Maria Eanes, dão a San Mancio o mosteiro e local de Villacolancio, entre Medina de Rioseco e Villanueva de San Mancio, com os seus bens e o que este mosteiro tinha em La Mudarra e Bunuellos¹⁴⁶.

c) Notícias da posse de outros bens:

– 1 de Abril de 1249: referência aos *cortijos* de Diezmajusa e de Miguel de Zorita, que haviam pertencido a Afonso Teles, num documento da catedral de Córdoba¹⁴⁷;

– 1252: o abade de Sahagún isenta do pagamento de portagem os vassallos de Afonso Teles em Villamol¹⁴⁸;

– 19 de Junho de 1260: referência à obrigação do cabido de Córdoba em pagar 225 maravedis anuais a Afonso Teles de Córdoba e a D. Maria Eanes¹⁴⁹;

¹⁴¹ Cf. *ibidem*, doc. 676.

¹⁴² Cf. **Repartimiento de Sevilla**, 2º vol., pp. 22 e 230.

¹⁴³ Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fl. 59.

¹⁴⁴ Cf. *ibidem*, maço D-16, fl. 40 e maço M-8, fl. 65.

¹⁴⁵ Cf. **CD Matallana**, doc. 24.

¹⁴⁶ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1717.

¹⁴⁷ Cf. **Corpus Mediaevale Cordubense**, doc. 343.

¹⁴⁸ Cf. **CD Sahagún**, vol. IV, doc. 1717.

- 12 de Julho de 1260: referência a um solar que foi de D. Telo e que agora pertence a Afonso Teles, em Córdoba, num documento do cabido¹⁵⁰;
- 12 de Março de 1264: referência a umas casas de Afonso Teles, em Córdoba, num documento do cabido¹⁵¹;
- 28 de Setembro de 1265: referência a umas vinhas pertencentes à catedral de Córdoba e que haviam pertencido a Afonso Teles. Não se sabe se foram doadas ou vendidas¹⁵².

Como se pode ler, apenas as doações feitas pelos dois irmãos dizem respeito a bens fora da área de Córdoba e de Sevilla, onde ambos, tendo participado activamente nas operações militares que conduziram à sua tomada, acabaram por ser generosamente recompensados com benefícios régios. O espaço de intervenção senhorial da família, sempre ligada à guerra, alterava-se substancialmente com as grandes conquistas de Fernando III. Ao contrário da política anterior, Afonso Teles de Córdoba mantinha as grandes propriedades andaluzas, até porque a existência de muitos irmãos fizera com que os bens em Campos, no vale do Cea e em Albuquerque detidos pelo pai fossem fragmentados.

6.3.2.4. *Os senhores de Albuquerque*

Como foi visto atrás, um dos aspectos que terá levado a que os senhores de Albuquerque tivessem passado a Portugal pela primeira vez poderá também estar relacionado com algumas reclamações sobre algumas terras a que se julgassem com direitos depois da morte do seu tio Rodrigo Sanches na lide de Gaia¹⁵³. Dos seis filhos de Sancho I e Maria Pais Ribeira, apenas Teresa Sanches, segunda esposa de Afonso Teles, teve filhos legítimos, designadamente os aqui chamados de Albuquerque e Maria Afonso, abadessa de Gradefes¹⁵⁴.

D. Sancho tinha feito algumas doações a Maria Pais. Em 23 de Abril de 1200¹⁵⁵, outorgara-lhe as vilas de Parada e Pousadela com os seus termos; em Julho de 1207, fizera

¹⁴⁹ Cf. **Corpus Mediaevale Cordubense**, doc. 587.

¹⁵⁰ Cf. *ibidem*, doc. 599.

¹⁵¹ Cf. *ibidem*, doc. 688.

¹⁵² Cf. *ibidem*, doc. 727.

¹⁵³ Cf. ponto 4.1.2. deste trabalho.

¹⁵⁴ Cf. **Patronos do Mosteiro de Grijó**, pp. 183-185.

¹⁵⁵ Cf. **Documentos de Sancho I**, doc. 125.

doação de Vila do Conde aos filhos de ambos, com reserva do usufruto para D. Maria¹⁵⁶; em Maio de 1209 entregava-lhe a herdade de Almofala. No seu testamento, de Outubro de 1210, indica claramente as propriedades que tinha dado a Maria Pais e aos filhos: Vila do Conde, Parada, Pousadela e Pereiro.

Em Portugal, os três irmãos vão tentar herdar aqueles bens ou parte deles, bem como outros detidos pelos tios. Em 3 de Junho de 1253, Afonso III doava a João Afonso a herdade da Benavila, perto de Avis, com todos os seus direitos e pertenças tal como Rodrigo Sanches a havia detido, excepto o patronato do local, que o próprio Rodrigo Sanches tinha anteriormente cedido à diocese da Guarda¹⁵⁷. Anos depois, em 23 de Fevereiro de 1257, Martim Afonso e Afonso Teles Tição, com Constança Sanches, tia de ambos, vão conseguir, após disputa com Teresa Anes de Lima e o seu filho Gonçalo Anes de Sousa, ver reconhecidos os seus direitos sobre Parada, Pousadela e Vila do Conde¹⁵⁸. Já foi visto que apesar do percurso bastante destacado dos três irmãos junto de Afonso III, todos terão optado por regressar a Castela depois de períodos significativos neste reino.

Um interessante documento, o testamento de Martim Afonso, ajuda a esclarecer um pouco de que forma se tinha fragmentado o património familiar, nomeadamente o detido por Afonso Teles, *o Velho*, ajudando também a perceber como a implantação deste ramo familiar ultrapassara em muito os limites do Cea e de Campos. É datado de 15 de Junho de 1285, redigido em Zamora¹⁵⁹, e neste faz várias doações a várias casas religiosas, em pagamento de certas encomendas litúrgicas:

- Mosteiro de San Pedro de La Espina: doação perpétua de tudo o que tinha em Arroyo de Meneses, em Palacios e em San Cebrián de Meneses com todos os seus direitos e pertenças. Mandava ser enterrado neste mosteiro, de que era patrono, e onde teria mandado construir uma igreja, ou pelo menos se prontificava a acabá-la¹⁶⁰;
- Sacristia do Mosteiro de La Espina: doação perpétua de tudo o que tinha em Villales e 3000 maravedis;
- Mosteiro de Matallana: doação perpétua de propriedades em Villalba del Alcor;

¹⁵⁶ Cf. *ibidem*, doc. 169.

¹⁵⁷ Cf. **Chancelaria de D. Afonso III - Livro 1**, doc. 8.

¹⁵⁸ Cf. *ibidem*, doc. 105. Teresa Anes de Lima era filha de Maria Pais Ribeira e de João Fernandes de Lima, sendo portanto meia-irmã de Constança Sanches e Teresa Sanches e, por conseguinte, tia dos Albuquerque.

¹⁵⁹ Cf. José Luis Rodríguez de Diego, *El Tumbo del Monasterio Cisterciense de la Espina...cit.*, doc. 17.

¹⁶⁰ No testamento pode ler-se «*mando a los mi mansessores que, si la yglesia de la Espina no fuere acabada quando yo finare, que ellos ge la fagan acabar de lo mio que yo los leixo e que paguen para labrar en ella a la razon que yo solia pagar al Abbad Don Paulo quando el mandava labrar*».

- Mosteiro de Palazuelos: doação perpétua do que tinha em Villavelasco e Quiñones, e a sua parte da pesqueira de Gozón, no Pisuerga;
- Mosteiro de Trianos: doação perpétua do que tinha em Villamol e Villacalabuey;
- Mosteiro de Gradefes: doação perpétua do que tinha em Santa María del Rio;
- Hospital de San Nicolás del Real Camino: o que tinha em Santa Maria de Valdecespedes, Azevedo, Villasirga, Revenga, Villarmermento, o que tem em Amayuelas e em Castellás, perto de Santa Maria de Fosiellos (sic);
- Igreja de Santa Maria de La Codosera: 100 morabitanos;
- Igreja de San Pedro de La Codosera: 100 morabitanos;
- Igreja de Santa Maria de Albuquerque: 50 morabitanos;
- Igreja de San Mateos: 50 morabitanos;
- Igreja de Santa Maria del Castillo: 50 morabitanos;
- Igreja de Benavente: 20 morabitanos;
- Igreja de Santa Maria de Teresa: 30 morabitanos;
- Igreja de Santa Eulália de Zamora: 100 morabitanos;
- Mosteiro de Ygiaco (sic): o que tinha em Cortegaça e Maçãs;
- Mosteiro de Pandoces (sic): o que tinha em Bueyro (sic);
- Ordem do Hospital e do Templo: as suas lorigas e protecções de corpo e cavalo para combaterem;
- Igreja de S. Cipriano de Lisboa: 1 marco de prata;
- Igreja de S. Brás de Lisboa: 1 marco de prata;
- Convento dos frades pregadores de Luas (sic): 100 morabitanos;
- Convento dos frades pregadores de Zamora: 150 morabitanos;
- Convento dos frades menores de Zamora: 100 morabitanos.

Doa ainda vários bens a algumas pessoas, designadamente:

- À esposa, D. Mécia: o que devia haver em Vila do Conde, Regufe, Aveleda, Pedra Redonda e Navais, o seu quinhão e o de Maria Afonso, abadessa de Gradefes, sua irmã;
- À filha Teresa Martins: o que devia haver em Almallafes (Almofala?) em Apemella (Penela?) e em Ballesteros, as casas de Montiel, o que tinha em Caria, em Viseu, em Vila Nova, em Passos, perto de Viseu e o que tinha em Pazueldamianos, em Castela, mais o que comprara a Pedro Peres de Calabaçanos. Dava-lhe ainda 8.000 morabitanos; os mouros, mouras, servos e servas salvo Maria Martins e Joana Martins, que mandou fazer cristãos e

que sejam forras após a sua morte; os gados que tinha em La Codosera e Albuquerque (30 porcas, 5 barrascos, 25 vacas, 1 touro, 50 ovelhas, três mulas seladas e aparelhadas e duas azémolas);

– À filha D. Maria: o que devia haver em La Codosera, em Ulvayra (Couto de Ulveira, Oliveira de Frades), em Para (sic)¹⁶¹, em Pousadela, Galegos, Crespos e Villanova de Mormos (sic) e o que tem em Ponte, salvo o que dera às Ordens, a D. Mécia ou a Teresa Martins. Deixava-lhe ainda mais 5.000 morabitanos e uma mula selada e enfrenada;

– Aos filhos Afonso Martins, Vasco Martins e Gil Martins: 5.000 morabitanos a cada um, várias mulas e mulos selados e aparelhados; várias lorigas de corpo e de cavalos com os seus brasões;

– Ao sobrinho Afonso de Molina: o seu quinhão do castelo de Albuquerque;

– Ao sobrinho Gonçalo Anes Raposo: o que tem e deve haver em Frechilla, perto de Palência, o solar e o *cortijo* que mandou aí fazer e tudo com todos os seus direitos e pertenças como comprou a Fernão Fernandes. Deu-lhe ainda tudo o que tinha no termo de Moya e Canete, a oeste de Cuenca, como devia herdar;

– À sobrinha Maria Afonso, filha do irmão Afonso Teles Tição: metade do que tinha em Villerías de Campos tudo o que tinha em Valoria del Alcor;

– A Rui Guterres de Villalba, seu vassalo: metade do que tinha em Villerías;

– A Salvador Dias, seu criado: tudo o que tinha em Benavente, perto de Albuquerque;

– A distribuir pelos criados que forem ao enterro: 5.000 morabitanos;

– A distribuir pelos criados que não possam ir ao enterro: 3000 morabitanos;

– Aos testamenteiros: as herdades que tem em Albuquerque, em Trigueros del Valle, Galleta, Corcos, Población de Meneses, Becerril de Campos, Villazanzo del Valderaduey, Mozos de Cea, Valenoso, Cubillas, Quintanilla, Villacerán, San Pedro de Valderaduey, Villalalón, Herrín, Valdeguenna, Fagues, Carvajal, Castroañe, e outas que não forem mencionadas e que as vendam com todas as suas pertenças e o que sobrar dêem pela sua alma. E as lorigas que tiver, as pratas que não foram dadas, os cavalos, mulas, gado e outros bens móveis, manda que vendam e paguem as suas dívidas.

Nomeava como seus testamenteiros João Afonso, bispo de Palencia; o abade de la Espina; D. Paulo, abade de Valdeiglesias; D. Pedro de Valdenenbro, prior de La Espina; frei Barnabé, prior dos pregadores de Zamora; frei Gomes, dessa mesma ordem; Rui Guterres, seu vassalo; Pedro Mendes, clérigo de Santa Eulália de Zamora; Salvador Dias,

¹⁶¹ Parada?

seu criado; Afonso Peres, seu criado e escrivão; Pedro Collago, seu criado e clérigo. Entre outras determinações, mandava que estes armassem e pagassem a um cavaleiro para ir em cruzada a Sevilha, com as suas armas, loriga e brasões, se ele próprio lá antes não fosse.

O documento é, de facto, muito rico em informação. Desde logo, percebe-se perfeitamente que o terceiro filho do segundo casamento de Afonso Teles era um nobre de abastada fortuna, distribuindo um imenso rol de propriedades e dinheiros por várias casas religiosas, familiares e vassalos. Uma fortuna que se estendia por vários lugares, sendo este talvez um dos aspectos mais interessantes.

Martim Afonso era detentor de vários senhorios organizados em pequenos núcleos com alguma unidade territorial mas que se encontravam, uns dos outros, a uma significativa distância. Assim, e apesar de não se terem identificado todas as terras, podemos reconhecer vários núcleos.

Na zona de implantação tradicional de Campos e do vale do Cea, temos:

- Na zona de Cea: Villamol, San Pedro de Valderaduey, Villacalabuey, Villavelasco, Villazanzo, Mozos, Villacerán, Santa María del Rio e Castroañe;
- A SE de Carrión: Amayuelas, Población de Meneses, Revenga, Villarmentero e Villasirga;
- A NO de Palência: Villalón, Herrín, Frechilla e Becerril;
- No vale do Pisuerga, entre Palência e Valladolid: Quintanilla, Trigueros del Valle, Cubillas, Corcos, Galleta e Valenoso.

Temos depois alguns bens, em menor número, em zonas bastante distantes, mas onde a família actuou, a determinada altura, no âmbito da reconquista:

- A oeste de Cuenca: bens em Moya e Cañete;
- A sudeste de Ciudad Real: bens em Ballesteros.

Em Castela, encontra-se ainda um núcleo em torno de Albuquerque, composto por esta localidade, La Codosera e Benavente.

Em Portugal também se podem encontrar alguns núcleos, embora as terras que os compõem sejam em muito menor número:

- Na zona centro do País, propriedades em Penela e parte da herdade de Almofala, a sul de Penela;
- Em Viseu, bens nesta cidade e em terras próximas, designadamente Passos, Vila Nova e Caria;

- Perto de Vila do Conde, esta vila, Regufe, Aveleda e Navais;
- Na zona de Póvoa de Lanhoso: Galegos, Parada, Crespos e Pousadela.

À partida, os bens em Castela, até porque se tratam de zonas onde Telo Peres ou Afonso Teles tiveram bens, terão sido deixados por herança paterna, embora Martim Afonso pudesse ter procedido a algumas aquisições ou escambos. Em relação aos bens em Portugal, também terá acontecido algo semelhante, desta vez por herança materna, pois tratam-se de zonas onde D. Maria Pais teve propriedades dadas por D. Sancho, como se viu. A excepção prende-se com o núcleo de Viseu, que Martim Afonso terá conseguido por doação régia ou por aquisição. Também aqui havia alguma relação da família e do próprio Martim Afonso com a zona, uma vez que, como se viu atrás, Afonso Teles Tição foi tenente de Viseu entre 1250 e 1256 e Martim Afonso tenente de Lafões entre 1256 e 1257.

À extrema amplitude de implantação geográfica dos bens ostentados — bem diferente do que acontecera com Telo Peres — que se devia ao grande avanço na Reconquista e sobretudo ao facto de poder aceder a património em Portugal por via materna, soma-se um outro aspecto de grande relevância. Sendo Martim Afonso um terceiro filho e podendo exibir tamanha abastança em áreas de tradicional poder da família, é praticamente certo que a herança de Afonso Teles e de Teresa Sanches foi repartida equitativamente pelos vários filhos, não havendo por isso lugar a uma exclusão dos secundogénitos, reveladora de uma organização familiar que ainda não adoptou a primogenitura masculina e a estrutura agnática como referência plena. Isto apesar de, em Castela, o primogénito masculino surgir nas listas de confirmantes dos diplomas régios e os restantes irmãos não, o que fazia daquele, de certa forma, o líder familiar¹⁶². Um bom exemplo desta opção de transmissão de heranças, do problema que a mesma colocava e das formas como se tentavam ultrapassar esses problemas pode ser visto através do caso de Albuquerque.

Apesar de ao longo do trabalho termos feito a separação entre senhores de Albuquerque e de Meneses, de forma a apresentar de forma mais legível algumas interpretações, a verdade é que a transmissão do senhorio de Albuquerque se faz entre todos os filhos de Afonso Teles, *o Velho*, falecido em 1230. Reveladora, portanto, de uma

¹⁶² Recorde-se que durante muito tempo Soeiro Teles apenas confirmou documentos régios quando o irmão mais velho, Afonso Teles, não estava presente nos mesmos, e que aconteceu de igual forma com Afonso Teles de Córdova em relação a Telo Afonso. Os próprios Albuquerques não testemunham privilégios castelhanos, ficando a cargo de Afonso Teles de Córdova a representação da família. Este aspecto não constituía nenhuma novidade. Nas palavras de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, para o século XIII e mesmo XIV, a nobreza dividia-se «em termos sucessórios, entre um agnatismo político e um cognatismo patrimonial» (cf. «A nobreza portuguesa no período dionisino...cit.», p. 132).

concepção familiar cognática ao nível da transmissão patrimonial. Sabe-se que Afonso Teles de Córdova tinha tentado ficar com parte substancial de Albuquerque. Negociara com a sua irmã Maior Afonso e com a sobrinha Maria Mendes, filha e única herdeira de Teresa Afonso, também sua irmã e presumivelmente falecida, tendo acordado comprar às duas a parte dos direitos que elas tinham sobre aquele senhorio por 1700 maravedis. Na medida em que o seu irmão Telo Afonso tinha falecido sem herdeiros, ficaria desta forma com metade de Albuquerque, enquanto a outra metade cabia aos filhos do segundo casamento de Afonso Sanches: João Afonso, Afonso Teles Tição, Martim Afonso e Maria Afonso. Porém, não chega a liquidar esta verba, tendo negociado em Maio de 1252 com o seu meio-irmão Martim Afonso aquela compra a meias¹⁶³. Assim, e crendo que o ajuste foi concluído, estes dois irmãos terão ficado com uma parte maior dos direitos sobre Albuquerque. Partindo do princípio que todos os irmãos tinham herdado o mesmo, e que tinham por herança um oitavo do castelo, com esta compra os dois magnates ficavam a deter, entre os dois, metade do castelo.

A 15 de Junho de 1285, Martim Afonso elaborava o seu testamento, onde, a par de um impressionante rol de propriedades distribuídas por Castela, Leão e Portugal que deixava a vários indivíduos, determinava que fosse entregue ao seu sobrinho D. Afonso, filho do infante de Molina, o que era seu e devia haver no castelo de Albuquerque¹⁶⁴. Sendo este Afonso neto de Afonso Teles de Córdova, e aquele em quem tinha caído a liderança da casa, é provável que já tivesse herdado anteriormente a parte do castelo que o avô detinha, ficando portanto com uma percentagem importante de direitos sobre o mesmo. Algo que não é possível de comprovar, dada a ausência de informações que esclareçam de que forma foi herdada a parte detida por Afonso Teles de Córdova. Sabe-se, contudo, que por esta data, quando o documento é elaborado, João Afonso, filho de Rodrigo Anes, testemunha documentos na corte sendo aí apontado como João Afonso de Albuquerque¹⁶⁵, o que indica, à partida, a existência de direitos significativos sobre o local. Este João Afonso, que será o primeiro conde de Barcelos em Portugal, no seu testamento, em 6 de Maio de 1304, menciona o seguinte: «*mamdo a Gómez Paaez que de o meu castello Dalbuquerque, que de my tem, a meu senhor el Rey. E vos, senhor, devedes saber que o*

¹⁶³ É a partir deste documento, onde além deste negócio os dois irmãos fazem uma carta de concórdia e aliança contra todos os homens do mundo salvo o rei, os irmãos e os primos, que sabemos das negociações anteriores. Cf. **Salazar y Castro**, maço D-16, fls. 62-62v.

¹⁶⁴ Cf. José Luis Rodríguez de Diego, *El Tumbo del Monasterio Cisterciense de la Espina*, Valladolid, Secretariado de Publicações da Universidade, 1982, doc. 17.

¹⁶⁵ Fá-lo desde 10 de Agosto de 1284. Cf., Diego Ortiz de Zúñiga, *Anales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*, tomo I, Madrid, Imprensa Real, 1795, pp. 348-356.

*feito de Albuquerque se passou sempre assy em guisa que o overam sempre os filhos mayores. E peço vos, senhor, per merçee que o entreguedes a Thareyja Martinz, minha filha e vossa criada»*¹⁶⁶. Ou seja, apesar dos direitos sobre o castelo de Albuquerque serem repartidos por vários filhos após a morte de Afonso Teles, a posse efectiva do castelo parecia fazer-se pelo ramo primogénito dos filhos do segundo casamento deste último. Daí a sua associação ao senhorio que fazia com que João Afonso, o 1º conde de Barcelos, o adoptasse como sobrenome toponímico, apesar de Afonso de Meneses deter metade dos direitos sobre ele.

Como foi atrás visto¹⁶⁷, Afonso Sanches, que pelo seu casamento detinha uma parte do castelo, irá adquirir a Afonso de Meneses, em 1308 e por 60.000 maravedis mais a vila de San Felices de los Gallegos, os restantes direitos sobre este domínio, de forma a ficar com a posse completa sobre Albuquerque. Setenta e oito anos passados da morte do seu primeiro detentor, a totalidade do senhorio voltava a ficar reunida nas mãos de um único senhor.

Da mesma forma que aconteceu com Albuquerque, que foi distribuído pelos vários filhos, assim terá sucedido com os restantes senhorios detidos por Telo Peres e Afonso Teles. Porém, tal como Albuquerque, também a maioria deles se voltariam a reunir. Este reagrupamento aconteceria anos mais tarde, após o casamento entre João Afonso de Albuquerque e Isabel de Meneses.

6.3.2.5. O casamento de João Afonso de Albuquerque e Isabel de Meneses e o reagrupamento do património familiar

Com o casamento de João Afonso de Albuquerque e de Isabel de Meneses, voltam a reunir-se os dois ramos principais da família que se tinham separado com a morte de Afonso Teles, o Velho. Por motivos biológicos, que conduziram a que quer os senhores de Albuquerque quer os de Meneses tivessem poucos filhos, sendo a excepção os descendentes de Gonçalo Anes Raposo, não se tinha assistido a uma grave fragmentação dos bens.

O casamento de Teresa Martins com Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis e bastante herdado por este, tivera por consequência o acrescentamento significativo de bens no único filho do casal, João Afonso de Albuquerque, único descendente do avô

¹⁶⁶ Testamento publicado em Esteban Rodríguez Amaya, «Dom Juan Alfonso de Alburquerque... cit.», pp. 80-81.

¹⁶⁷ Cf. ponto 4.2.3. deste trabalho.

homónimo e primeiro conde de Barcelos. Com a morte deste conde, inicia-se uma disputa sobre os seus bens entre Afonso Sanches e Teresa Sanches, por uma parte; e Martim Gil e Violante Sanches, por outra. A decisão de D. Dinis só vem a ser tomada em 3 de Janeiro de 1312¹⁶⁸, após o falecimento de D. Violante, e revela bem que o conde de Barcelos, enquanto em Portugal, aumentara bastante o seu património.

Por essa decisão, Afonso Sanches e Teresa Martins recebiam Safões, Soverosa e Macieira, tudo o que o falecido conde tinha em Santarém e em Lisboa, e nos seus termos, no Lumiar, em Alcobela, Alcoentre, Campo Maior, Souto de Rebordões, Varzim de Jusão e Touguinha. Além disso era-lhes entregue tudo o que Martim Gil tinha em Oliveira e em Cortegaça. Martim Gil recebia Cerva, Atei, Azagala e Lemos, e o rei entregava ainda por sua conta Mondim e Ferrarias, no julgado de Celorico de Basto. Martim Gil teria recebido antes outras terras da herança de João Afonso de Albuquerque, mas, sentindo-se prejudicado, passou a Castela, como se viu, e elaborou testamento onde mandava vender, para pagamento das disposições executórias, os bens daquela herança e outros¹⁶⁹. Mas determinava que os seus testamenteiros não vendessem nada a Afonso Sanches. Contudo, não conseguiu impedir a compra de muitos dos bens por parte do cunhado e rival, que foi, mais uma vez, beneficiado pelo pai. Poucos dias depois deste testamento, D. Dinis doava a Afonso Sanches 20.000 libras para o compensar dos gastos que tivera na compra de muitos dos bens que tinham sido de Martim Gil, designadamente Cerva, Atei, Atães, Vila Caiz, Vila Marim, unhão, Barlhães, Veiga, Vilar de Torno, Tagilde, Palmeira, Miradoiro, Paços, Baião, S. Martinho de Ovelha, Mancelos, Almagais, Carrazedo, Sequeiros, Besteiros, Novelos, Nevogilde, Regilde, Veariz, Mato de Sovelhães, Lordelo e Avintes, bem como todos os outros bens que Martim Gil detivera em Entre-Douro-e-Minho, com a excepção de Mondim e das Ferrarias¹⁷⁰.

Porém, as rivalidades e os conflitos de Afonso Sanches com Afonso IV levaram ao confisco de alguns bens, que mais tarde, depois da morte de Afonso Sanches, foram em parte recuperados por Teresa Martins. Em 14 de Julho de 1330, Afonso IV mandava-lhe entregar, e ao seu filho João Afonso de Albuquerque, os bens que tinham sido arrestados, com excepção de Souto de Rebordões, Alcoentre e do Lumiar¹⁷¹. Após nova reclamação, Teresa Martins iria, em 28 de Agosto de 1341, conseguir ver confirmadas a posse de jurisdições sobre Vila do Conde, o julgado de Souto de Rebordões, Alcoentre, Parada,

¹⁶⁸ Pub. em **Cartulário de Santa Clara de Vila do Conde**, doc. VIII.

¹⁶⁹ Testamento datado de 23 de Novembro de 1312, publicado em **Monarquia Lusitana VI**, pp. 578-582.

¹⁷⁰ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 80v-81.

¹⁷¹ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 193, nota 161.

Pousadela, as terras a sul de Varzim e Atouguinha¹⁷². Todavia, em 24 de Julho de 1324, eventualmente porque não pudesse comprovar a sua posse, perdeu as jurisdições de S. Martinho de Ovelha, Cerva, Soverosa, Daqui, Menquefecta, Senhomil, Assquiz, Vila Marim, Ouda, S. Lourenço de Bairro, Ameal, Paredes, Casal, Casalinho, Ujerra, Novelos, Atães, Nespereira, Vila Caiz, Tagilde, Regilde, Pereira de Faro, Novegilde, Capães, Macieira, Unhão e Lordelo, todos no Entre-Douro-e-Minho, e Maças de Dona Maria, perto de Pombal¹⁷³.

Apesar de deter alguns dos bens que os primeiros Albuquerque conseguiram garantir aquando da vinda para Portugal em meados do século XIII, o seu património neste reino estava substancialmente acrescentado. Longe, para bem melhor, do que Martim Afonso apresentava em 1285, que já era significativo. Mas em Castela, tem-se uma ideia bem mais concreta dos bens de João Afonso de Albuquerque e de Isabel de Meneses.

A fonte mais importante é o *Libro Becerro de Behetrías*¹⁷⁴, originado a partir das cortes de Valladolid de 1351 e da proposta de João Afonso de Albuquerque e de outros fidalgos em promover a extinção das beetrias mediante a sua conversão em terras solarengas¹⁷⁵. Embora não se tivesse processado essa alteração, foi feito o registo de muitos senhorios a norte do Douro, com especial incidência para as terras das actuais províncias de Burgos, Palência, Cantábria, Soria, La Rioja e Valladolid. A partir do registo, consegue-se perceber a dimensão da implantação senhorial de João Afonso de Albuquerque e de Isabel de Meneses. Mas há o problema de não se distinguirem quais os senhorios que pertencem a cada um deles, pois todos surgem como sendo detidos por João Afonso. Independentemente de nenhum dos senhorios ser apresentado com detido por Isabel de Meneses, sabe-se que, como herdeira dos Meneses, tinha em algumas daquelas regiões a maior parte dos seus domínios. Assim, apesar de serem apresentadas como terras de João Afonso de Albuquerque, que também era herdeiro em Campos pelo facto de descender de Afonso Teles, é necessário ter presente que muitos lhe advêm por parte de D. Isabel. Os registos do casal e do filho de ambos, Martim Gil¹⁷⁶, no *Becerro de Behetrías* dizem o seguinte:

¹⁷² Doc. publicado em **Cartulário de Santa Clara de Vila do Conde**, doc. XVII.

¹⁷³ Cf. **Linhagens Medievais Portuguesas**, 1º vol., p. 193, nota 161.

¹⁷⁴ Cf. **Becerro de Behetrías**.

¹⁷⁵ Cf. **La Crisis de la Reconquista**, p. 15, **Crónica de Don Pedro I**, p. 417 e Pedro Fernandez Martín, «El ultimo señor de las behetrías de Campos», *Hispania*, tomo XIX, nº LXXV, 1959, pp. 205-229.

¹⁷⁶ Os senhorios de Martim Gil são identificados como tal no quadro.

<i>Comarca (Merindad)</i>	<i>Lugares detidos em exclusivo</i>	<i>Lugares detidos em regime partilhado</i>
Cerrato		<ul style="list-style-type: none"> • Galleta: lugar de Rui Gonçalves de Castanheda, tem por naturais os Lara, os Aza, os Tições e os Meneses;
Infantado de Valladolid	<u>Solares:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Cirajas: lugar solarengo; • Castromonte: solarengo • Villagarcía: senhorio • Ceinos de Campos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Valverde, Valência: lugar de de João Afonso de Albuquerque, Mécia Fernandes e Pêro Fernandes de Valverde;
Monzón	<ul style="list-style-type: none"> • San Cebrián de Campos: lugar da ordem de S. João tido por João Afonso de Albuquerque; 	<ul style="list-style-type: none"> • Osorno, bispado de Palência: lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque, João Rodrigues de Sandoval, Fernão Garcia de Ferreira, e outros
Campos	<u>Solares</u> <ul style="list-style-type: none"> • Corcos • Villaramiro • Torremormojón • Ampudia (dado pela rainha) • Valoria del Alcor • Villalba de los Alcores • Montealegre • Meneses de Campos • Padilla • Abarca <u>Beetrias</u> <ul style="list-style-type: none"> • Trigueros del Valle • Cubillas de Santa Marta • Palacios de Meneses • Villarramiel • Capillas 	<ul style="list-style-type: none"> • San Martín de Valvení: solar de João Afonso de Albuquerque, João Ramires de Gusmão, Fernando Peres de Portocarreiro, e do mosteiro de Palazuelos; • Fuenteungrillo: solar, metade do abade de Matallana e a outra metade de João Afonso de Albuquerque, de Maria Afonso, Sancha Garcia e Sancha Gonçalves; • San Cebrián de Meneses: solar de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Meneses; • Villerías: solar de João Afonso de Albuquerque e de Pêro Rodrigues Sarmento; • Baquerín de Campos: beetria de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Lara, os de Biscaia, os Girón, os Teles, os Hurtados e os Sarmentos; • Castromocho: beetria de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Lara, os de Biscaia, os Girón, os Manriques, os Cisneros, os Vilalobos, os Aça, os Sarmentos e os Sandoval; • Fuentes de Nava: beetria de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Lara, os Biscaia, os Girón e os Teles; • Frechilla: beetria, tem por naturais os Lara, Biscaia, Teles, Villegas, Sarmento e outros; • Becerril de Campos: beetria de João

		Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Lara, os de Biscaia, os Telos, os Girón, os Gusmão, os Castanheda, os de Pero Alvares, os Cisneros, os Aça e os Coronel.
Carrión	<p><u>Solares</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • San Nicolás del Real Camino • Villacidaler • Villalaco (Villa Vellaco) • Mahudes • Villalumbroso <p><u>Beetrias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Quintanella de la Cueva • Cervatos de la Cueva <p><u>Não discriminados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Grajal de Campos 	<ul style="list-style-type: none"> • Calzada de los Molinos: beetria de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Lara, Biscaia, Teles, Girón, Cisneros, Sarmento e Saldanha; • Villanueva de los Nabos: lugar solarengo, metade de João Afonso de Albuquerque e a outra metade de Diego Peres Sarmento e de Constança Nunes; • Villamoronta: solar e beetria de João Rodrigues de Cisneros e Nuno Nunes de aça e João Rodrigues de Sandoval e da abadessa de Avia, tem por naturais os Biscas, Cisneros, Girón, Teles e Coronéis; • Ribeiros de la Cueva: beetria e abadengo de João Afonso de Albuquerque e do abade de Sahagún, do abade de S. Zuil (sic) e de Santa Maria de Villasirga. Tem por naturais os Lara, os Biscaia, os Teles, os Cisneros e os Sarmentos; • Añoza: lugar de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Lara, os Biscaia, os Girón, os Cisneros, os Gusmão, os Castanheda e os Sarmentos; • Villanueva del Rebollar: beetria de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Girón e os Cisneros • Villalcón: beetria de Nuno Nunes, tem por naturais os Lara, os de Biscaia, os Manzanedos, os Girón, os Aça, os Sarmentos os Castanhedos e os Teles; • Bercianos del Real Camino: lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque e do mosteiro de Sahgún; • Bohígo: duas partes solarenga e duas partes beetria e é de Nuno Nunes, tem por naturais os Lara, os de Biscaia, os Girón e os Teles; • Pozo de Urama: beetria de João Afonso de Albuquerque, tem por naturais os Lara, os de Biscaia, os Girón; • Boadilla de Rioseco: beetria de Martim Gil, tem por naturais os Lara, os

		de Biscaia, os Teles, os Girón e os Cisneros.
Saldaña	<p><u>Solares</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Bustocirio • Villazanzo de Valderaduey • San Andrés de la Regla • Villadiego de Cea • Villambrán de Cea • Villamol • Valdavida <p><u>Não discriminados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Otero de Guardo • Mantinos • Guardo • Velilla del Rio Carrión • Villalba de Guardo • Fresnillo • Villota • Bustillo de la Vega • Quintanadiez de la Vega • Villafrades • Villagatón • Villalafuente • Villarrodrido (de la Vega) • Villapún • Villaluenga (de la Vega) • Gabinos (Villaluenga) • Sanibáñez • Santovenia • Saldaña • Aldea (Saldaña) • San Llorente del Parámo • Lagunilla (de la Vega) • Villabustillo (c. Villarrabé) • Villarrabé • Villarobejo • San Martín del Valle • Velilla (del Duque) • Fresno del Río • Villosilla (de la Vega) • Acera (de la Vega) • Pino del Río • Villafruel • Villambroz • Villacuerno (Barrios de la Vega) • Santa Olaja (de la Vega) 	<ul style="list-style-type: none"> • Villota del Páramo: lugar de João Afonso de Albuquerque, de Gonçalo Gonçalves e de Pêro Gonçalves de Villa Fruel; • Calzadilla (de los Hermanillos): lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque, Nuno Nunes de Aça, Gonçalo Nunes de Aça e Urraca Nunes de Aça e abadengo de Santa Maria d'Aruas (sic); • Santa Maria del Monte (de Cea): lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque e de Afonso Fernandes Coronel e abadengo de San Nicolás del Real Camino; • Hoques (despovoad, Villacalabuey): lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque e abadengo da Ordem do Hospital; • Villacerán: lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque e abadengo de Sahagún;; • Valdebaniego (despovoad, Villavelasco de Valderaduey): lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque; • Castroañe: lugar solarengo de João Afonso de Albuquerque e abadengo de Gradefes (apenas 1 vassalo); • Yecla (despovoad, Villaverde de Arcayos): da Ordem de S. João, João Afonso tem alguns direitos; • Villalmán: abadengo de Gradefes: João Afonso tem alguns direitos.

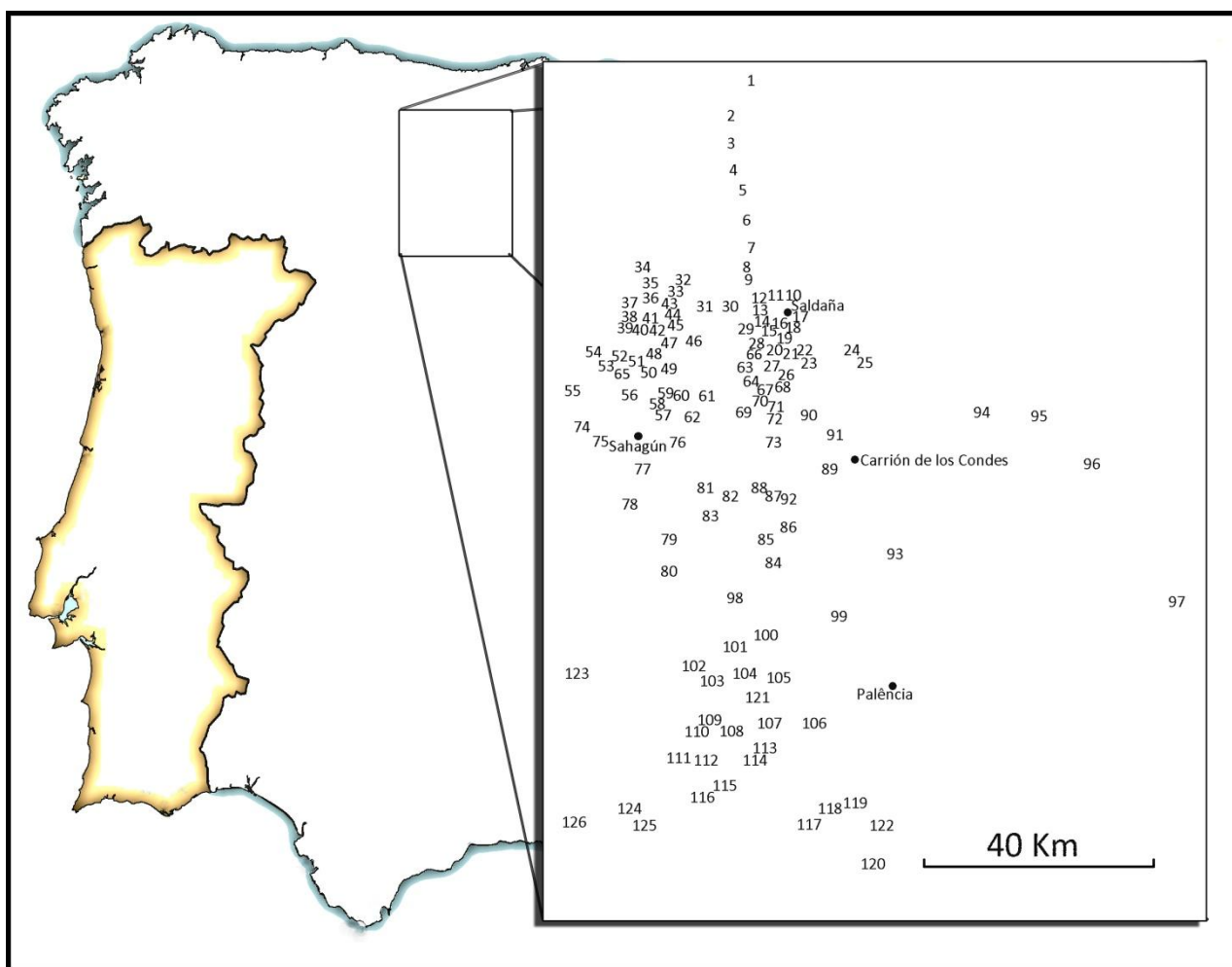
	<ul style="list-style-type: none"> • Valcavadillo • San Martín (Martineja) • Villacelambre (Villacelebrín) • Cea • Banecidas • Bustillo (del Cea) • Barriales (Saelices del Rio) • Villaselán • Santa María del Rio • Villacalabuey • Valdescapa • Mozos • Renedo (de Valderaduey) • Castrillo (de Valderaduey) • Velilla (de Valderaduey) • Carbajal (de Valderaduey) • Villavelasco • San Pedro de Valderaduey • Joara • Celada de Cea • San Martín de la Cueva • Santervás (de la Vega) 	
Castrojeriz	<ul style="list-style-type: none"> • Villasilos: lugar do senhor de Lara, agora tido por Martim Gil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melgar de Fernamental: beetria de D. Pedro, filho de D. Diego, e de Martim Gil. Tem por diviseiros, com direitos, D. Nuno, D. Telo, Fernando de Castro e três filhos de Rodrigo Peres de Vilalobos e Fernão Rodrigues de Vilalobos.
Candemuño	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Maria del Campo, beetria de muitos está agora em posse de Martim Gil 	

Os números são impressionantes: João Afonso de Albuquerque e Isabel de Meneses detêm, contando com os dois senhorios de Martim Gil em Castrojeriz e Candemuño, 94 lugares em regime de exclusividade, a que se somam mais 33 de forma partilhada, num total de 127 senhorios. Não há outros senhores que tenham registo semelhante. A maior parte localizada na comarca de Saldaña, que corresponde ao território entre os vales dos rios Carrión e Cea: 64 senhorios em regime de exclusividade e 9 partilhados. Seguem-se depois em número os bens em Campos, entre os rios Sequillo, Carrión e Pisuerga, num total de 24 lugares, 15 deles em exclusivo; e em terceiro os de Carrión, perto desta localidade, com 8 terras em regime exclusivo e 11 em partilha. Confirma-se uma grande implantação nas zonas de origem tradicional, e uma intensa presença também na zona mais

próxima a Saldaña, que as informações relativas a Telo Peres e Afonso Teles não indicavam, ou pelo menos não faziam tão expressiva.

Mas o que é verdadeiramente notável é a resistência à fragmentação por parte da unidade patrimonial familiar ao longo de mais de cento e cinquenta anos e a extensão da mesma. Os domínios registados no *Becerro de Behetrías* identificam uma unidade que consiste numa faixa de território que se alarga desde a Montanha Palentina, a norte, até aos Montes Torozos, a noroeste de Valladolid, limitada a este pelos vales dos rios Carrión e Pisuerga e a oeste pelos Sequillo, o Valderaduey e, mais a norte, o Cea. Uma faixa com mais de 100 quilómetros de comprimento e com uma largura variável mas que atinge em muitas das suas zonas os 50 quilómetros.

Senhorios de João Afonso de Albuquerque, Isabel de Meneses e Martim Gil arrolados no *Becerro de Behetrías*



Saldaña

1. Otero de Guardo

2. Velilla del Rio Carrión

3. Guardo

4. Mantinos

5. Villalba de Guardo

6. Fresno del Río
 7. Pino del Río
 8. Acera (de la Vega)
 9. Villosilla (de la Vega)
 10. Villafruel
 11. Valcavadiello
 12. Sanibáñez
 13. Villacuerno (Barrios de la Vega)
 14. Santa Olaja (de la Vega)
 15. Villaluenga (de la Vega)
 16. Gabinos (Villaluenga)
 17. Villalafuente
 18. Saldaña
 19. Aldea (Saldaña)
 20. Quintanadiez de la Vega
 21. Santovenia
 22. San Martín (Martineja)
 23. Velilla (del Duque)
 24. Villota
 25. Fresnillo
 26. Bustillo de la Vega
 27. Villarrodrigo (de la Vega)
 28. Santervás (de la Vega)
 29. Villapún
 30. Villota del Páramo
 31. San Andrés de la Regla
 32. Renedo (de Valderaduey)
 33. Castrillo (de Valderaduey)
 34. Yecla
 35. Valdavida
 36. Valdebaniego
 37. Villaselán
 38. Castroañe:
 39. Santa María del Río
 40. Villacerán:
 41. Mozos
 42. Valdescapa
 43. Velilla (de Valderaduey)
 44. Carbajal (de Valderaduey)
 45. Villazanzo de Valderaduey
 46. Villadiego de Cea
 47. Villavelasco
 48. Barriales (Saelices del Río)
 49. San Pedro de Valderaduey
 50. Cea
 51. Bustillo (del Cea)

52. Villacalabuey
 53. Banecidas
 54. Santa María del Monte (de Cea)
 55. Calzadilla (de los Hermanillos)
 56. Villamol
 57. Villacelambre (Villacebrín)
 58. Villalmán
 59. Joara
 60. Celada de Cea
 61. Villambrán de Cea
 62. San Martín de la Cueva
 63. Villagatón
 64. Villafrades
 65. Hoques
 66. Villarobejo
 67. San Martín del Valle
 68. Lagunilla (de la Vega)
 69. Villambroz
 70. Villarrabé
 71. Villabustillo (c. Villarrabé)
 72. San Llorente del Páramo
 73. Bustocirio

Carrion

74. Bercianos del Real Camino
 75. Mahudes
 76. San Nicolás del Real Camino
 77. Grajal de Campos
 78. Villalaco (Villa Vellaco)
 79. Villacidaler
 80. Boadilla de Rioseco
 81. Bohígo
 82. Villalcón
 83. Pozo de Urama
 84. Villalumbroso
 85. Añoza:
 86. Villanueva del Rebollar
 87. Cervatos de la Cueva
 88. Quintanella de la Cueva
 89. Calzada de los Molinos
 90. Villamoronta:
 91. Villanueva de los Nabos
 92. Ribeiros de la Cueva

Monzón

93. San Cebrián de Campos
 94. Osorno, bispado de Palência

Castrojeriz

95. Melgar de Fernamental
 96. Villasilos

Candemuño

97. Santa María del Campo

Campos

98. Frechilla
 99. Becerril de Campos
 100. Fuentes de Nava
 101. Abarca
 102. Villarramiel
 103. Capillas
 104. Castromocho
 105. Padilla
 106. Villaramiro
 107. Torremormojón
 108. Villerías
 109. San Cebrián de Meneses
 110. Meneses de Campos
 111. Palacios de Meneses
 112. Montealegre
 113. Ampudia (dado pela rainha)
 114. Valoria del Alcor
 115. Villalba de los Alcores
 116. Fuenteungrillo
 117. Corcos
 118. Trigueros del Valle
 119. Cubillas de Santa Marta
 120. San Martín de Valvení
 121. Baquerín de Campos

Cerrato

122. Galleta

Valladolid

123. Ceinos de Campos
 124. Valverde
 125. Castromonte
 126. Villagarcía

A esta grande e intensa presença em Castela somam-se os bens de João Afonso de Albuquerque na Extremadura, que consistiam não apenas na localidade de Albuquerque mas ainda em La Codosera, e em Benavente, localidades próximas daquele castelo e mencionadas no testamento de Martim Gil. Sabes-se que detinha Medellín, atacado e

arrasado por Pedro I após a ruptura entre os dois¹, e Alconchel². Em 7 de Julho de 1351 tinha conseguido do mestre D. Fradique a doação em vida de Castrotorafe, na província de Zamora, pertencente à Ordem de Santiago³. Perto desta vila possuía ainda Carvajales, para onde se refugia depois de desavindo com Pedro I, e onde se levantava o seu castelo de Alba de Aliste⁴. Na medida em que tudo indica que D. Isabel mantivesse o senhorio de San Felices de los Gallegos, na província de Salamanca, conseguido por Afonso de Meneses em troca dos seus direitos sobre o castelo de Albuquerque, João Afonso tinha como que um canal de ligação entre os imensos territórios em Campos e no Cea e os domínios extremenhos.

A ligação matrimonial entre os representantes e sobreviventes dos dois ramos de Meneses e de Albuquerque proporcionara-lhes uma posição de referência ao nível do poder senhorial. Mas que duraria pouco, por contingências políticas que opuseram o senhor de Albuquerque ao rei; e biológicas, pois os filhos do casal iriam falecer sem descendentes. Em Castela parte dos bens seriam, como foi aflorado, conduzidos para o condado de Albuquerque que Henrique II iria outorgar ao irmão Sancho, nomeadamente Albuquerque, Codosera, Alconchel e Medellín⁵.

Como foi visto⁶, os bens que a família deixava em Portugal seriam entregues por Isabel de Meneses a Maria de Vilalobos, executora das disposições testamentais de João Afonso de Albuquerque designada pela primeira. O património era entregue para que fossem cumpridos os preceitos definidos em testamento, mas acabam por ser confiscados por D. Pedro I e, com a subida ao poder de D. Fernando, serão alvo de tentativas de desembargamento por parte de Isabel de Meneses e de Maria de Vilalobos, a partir de 8 de Abril de 1367⁷. D. Isabel apenas pretende manter Jarmelo⁸, mas em 20 de Janeiro de 1370 esta mesma terra seria doada a João Afonso Telo, irmão da rainha Leonor Teles⁹. Os

¹ Estebán Rodríguez Amaya inclui nos domínios de Medellín as localidades de Medellín, Valdetorres, Guareña, Mengabril, Don Benito, Don Lorente, Rena, Villar e Miajadas. Cf. «Dom Juan Alfonso de Alburquerque... cit.», p. 19.

² Cf. *ibidem*, p. 20.

³ Cf. *ibidem*, p. 13; e **Crónica de Don Pedro I**, p. 436, nota 1. Cf. Carta de doação em **Salazar y Castro**, maço d-16, fl. 85.

⁴ Cf. **Crónica de Don Pedro I**, p. 436.

⁵ Cf. **Salazar y Castro**, maço M-43, fl. 120v.

⁶ Cf. Ponto 4.4. deste trabalho.

⁷ Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 5v.

⁸ Cf. *ibidem*, liv. 1, fl. 21. Documento de 26 de Outubro de 1367.

⁹ Cf. *ibidem*, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 51.

restantes bens seriam entregues a vários indivíduos, mas na sua maioria a Maria de Vilalobos¹⁰.

Desta forma, a implantação senhorial nos dois lados da fronteira, que tinha sido uma constante da linhagem ao longo de todo o século anterior, terminava por decisão régia. De facto, o reforço do poder real não se podia coadunar com esta capacidade dos nobres, que lhes permitia uma circulação entre os reinos e uma fuga ao controlo por parte dos monarcas.

Iniciava-se com D. Fernando um outro período, durante o qual, em poucos anos, os Teles iriam construir um poder muito próprio, através da apropriação dos mecanismos de atribuição de privilégios. Irão conseguir muitos senhorios, distribuídos por todo o reino, que na sua maioria não tinham nenhuma relação anterior com a família mas que lhes permitiam exhibir uma supremacia social inquestionável¹¹.

¹⁰ Cf. Fátima Regina Fernandes, «A extinção da descendência varonil dos Menezes de Albuquerque em Castela e suas implicações na administração do seu património em Portugal», in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2º vol, Porto, 1998.

¹¹ Na medida em que os bens dos Teles já foram apresentados no ponto 5.4.1., dispensa-se aqui a repetição da mesma informação.

6.4. AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E AS RELAÇÕES COM O PODER REAL: CORTE, SERVIÇO E CIRCULAÇÃO

Ao longo dos capítulos anteriores, já se identificaram algumas diferenças entre os vários ramos familiares, apesar de todos eles terem aspectos em comum. De forma global, a frequência regular na corte é uma estratégia comum a todos os ramos, e que todos eles desenvolvem com sucesso. Já o fenómeno da circulação entre os reinos é uma característica apenas dos Albuquerque.

Desde cedo que os membros da família frequentam a corte de Afonso VIII, embora Telo Peres, como foi visto, tenha preferido muitas vezes — ou fosse obrigado a isso — permanecer na fronteira com Leão, devido, quase sempre, a disputas territoriais entre os dois reinos. Mas sabe-se uma proximidade entre este magnate e o monarca, pelas doações régias de que é merecedor e pela participação nos conflitos contra os muçulmanos e na fronteira leonesa em períodos bastante críticos, como após Alarcos. Em 1181 é mesmo apontado como «*Tel Petriz, familiaris regis*»¹², o que denuncia essa mesma relação de proximidade.

Já o seu filho Afonso Teles, na última década do século XII e até 1230, terá uma presença muito mais intensa na corte, marcada por pequenos períodos em que se ausenta. Porém, quando tal acontece é substituído pelo irmão Soeiro Teles, demonstrando uma certa estruturação linhagística ao nível político, que já vimos não se verificar ao nível da transmissão das propriedades. Esta substituição reflecte também a importância que os dois dão à presença nas listas de confirmantes, que constitui um testemunho perene da ligação ao rei e da presença na corte. Contudo, apesar de frequentes na corte, não ocupam aí ofícios, conseguindo sobretudo tenências nas suas zonas de implantação tradicional que de certa forma constituem um reconhecimento de um poder pré-existente. Destacam-se nos campos de guerra na fronteira meridional, participando desta forma na política da coroa, e garantindo com isso o reconhecimento régio.

É particularmente relevante o desempenho que a família tem nos sucessos de 1217, onde, a par dos Girón, constituem os mais empenhados apoiantes de D. Berenguela na oposição ao tutor Álvaro Nunes de Lara. Dada a menoridade de D. Henrique I, não se tratava propriamente de uma oposição ao rei mas sim à forma como o Lara conduzia as

¹² DC Ávila, doc. 20. Trata-se de uma carta de 12 de Novembro de 1181 que regista a doação da Igreja de Santa Maria de La Vega pelo bispo de Ávila à Ordem do Hospital, sendo Telo Peres mencionado como tal pelo escrivão.

relações com os outros magnates, depois de ter afastado a rainha. Alinha-se toda uma frente nobiliárquica em oposição ao tutor cristalizada em torno de D. Berenguela, que acaba por ser bem sucedida. Afonso Telo e os irmãos iriam mesmo ter um papel decisivo na subida ao trono de Fernando III, com os benefícios que daí advinham. Com esta ligação a D. Berenguela e ao seu filho, dava-se continuidade a uma relação de fidelidade para com a família real castelhana que fora apanágio de Telo Peres. Mas apesar dessa relação, e da presença regular na corte, Afonso Teles actuava de forma bastante autónoma na guerra de fronteira, ainda e sempre enquadrado numa política que não desinteressava à coroa.

A geração seguinte segue a mesma estratégia, fazem a guerra de fronteira, independentemente ou enquadrados nas expedições do rei e frequentam a corte, notabilizando-se nas grandes campanhas andaluzes, onde são recompensados com importantes doações. Conseguem desta forma expandir a sua zona de implantação senhorial, que se estende agora até ao vale do Guadalquivir. Os irmãos mais novos da família, os Albuquerque, também começam a participar nestas operações, sabendo-se que João Afonso está na campanha de Múrcia do infante D. Afonso e do meio-irmão Afonso Teles de Córdoba. Mas parecem permanecer numa posição secundária do ponto de vista político em relação a este último, não confirmando os diplomas régios.

A crise sucessória no reino português vai abrir-lhes uma oportunidade de ganharem notabilidade e aumentarem o seu poder. Inicia-se aqui o percurso particular do ramo dito de Albuquerque. João Afonso e Afonso Teles Tição passam a Portugal, em apoio a Afonso de Boulogne, uma vinda que resulta do interesse comum entre as duas partes. O conde necessita de apoio militar para impor a sua autoridade no reino português. João Afonso, já conhecedor dos palcos de guerra e certamente líder de um bom número de vassallos experimentados, pode proporcionar-lho¹³. Além disso, detém o castelo de Albuquerque, na fronteira portuguesa, uma óptima base militar a partir da qual se podem lançar operações neste reino.

O Albuquerque procura duas coisas. Desde logo a confirmação dos direitos que julga ter sobre os bens que haviam pertencido à avó Maria Pais Ribeira e aos filhos que esta tivera de Sancho I, dos quais ele, os irmãos e uma irmã da mãe, D. Constança, eram os principais herdeiros. Mas esta razão, por si só, não explica a passagem para o reino português, pois poderia ter procedido à reclamação desde Castela. O segundo objectivo de

¹³ E sabe-se que proporcionou, como se viu na escritura da doação da herdade de Benavila feita por Afonso III a João Afonso, onde aquele menciona que faz a doação «*pro multo et bono ac fidei servitio et auxilio quod michi fecit cum corpore vassalis et amicis*». Cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, liv. 1, fl. 2v. pub. em **Chancelaria de D. Afonso III - Livro 1**, doc. 8.

João Afonso parece apresentar-se como uma justificação mais válida para a saída do reino castelhano. Prendia-se com a oportunidade de lucrar com uma situação de conflito, pois ao apoiar o candidato ao trono português estava, no fundo, a fazer uma aposta política que, caso fosse bem sucedida, poderia trazer-lhe importantes dividendos. E acabou por ser, pois sabe-se que em Portugal veio a conseguir o destaque cortesão que em Castela lhe estava aparentemente vedado. Mas também este objectivo se apresentaria de difícil realização se não detivesse algo que lhe permitisse a passagem e a integração ao partido de Afonso de Boulogne. Esse factor decisivo foi a rede de ligações familiares que o vinculavam a Portugal e faziam com que este reino constituísse uma área de intervenção política aberta. De facto, não sendo as relações familiares um factor determinante para a vinda dos Albuquerque para Portugal, são elas que facilitam e permitem que tal seja feito com sucesso.

As ligações em causa definem desde logo uma diferença em relação ao ramo primogénito da família, mais interessado em conservar o elevado estatuto conseguido em Castela, nas regiões de origem e nos territórios conquistados. E são geradas pelo casamento de Afonso Teles com Teresa Sanches, que faziam com que os Albuquerque fossem parentes por bastardia da família real portuguesa. Se é verdade que a ligação que os unia a Afonso de Boulogne era idêntica à que os relacionava com Sancho II, a convivência em Múrcia com o infante Fernando de Serpa, de quem também eram primos, e sobretudo o facto do tio Rodrigo Sanches apoiar o conde podem ter sido decisivos. Uma vez em Portugal, João Afonso e Afonso Teles Tição, que deverão ter vindo simultaneamente, ganham uma visibilidade social totalmente diferente da que tinham em Castela. O primeiro é feito alferes, ofício que a família nunca ostentara, e recebem algumas tenências. Poucos anos depois, Martim Afonso segue o mesmo caminho, pelo que este ramo familiar olhava para o reino de Portugal como mais vantajoso para o aumento do seu poder. Este último senhor beneficiava já da presença dos irmãos na corte de Afonso III e seria, também ele, favorecido.

A partir desta primeira vinda para Portugal, as relações com este reino começam a tornar-se mais sólidas, pois os três irmãos conseguem receber e herdar aí alguns senhorios. As próprias ligações matrimoniais dos membros da família reflectem essa orientação, ao procederem à realização de casamentos com nobres portugueses, designadamente Rodrigo Anes a desposar Teresa Martins de Soverosa e Martim Afonso a unir-se com Maria Anes de Aboim.

— ao contrário dos senhores de Meneses, arrolados na lista de magnates castelhanos. Além disso, durante algum tempo ocupa também o *adelantamiento* da Galiza, uma distinção com significativo prestígio e poder político.

O facto de surgir como testemunha dos diplomas de Sancho IV e de nunca ter feito o mesmo em relação aos privilégios de Afonso X pode sugerir que durante os conflitos entre aqueles dois terá estado ao lado do infante, como, de resto, o outro ramo familiar de Meneses fazia. A solidariedade familiar devia funcionar normalmente, fazendo com que os dois líderes de Meneses e de Albuquerque, que tinham ligações de parentesco com o infante, o apoiassem. Mas tudo se altera após a subida ao trono de Sancho IV. Apesar do estreito parentesco dos dois com o monarca — Afonso de Meneses é cunhado do rei e João Afonso de Albuquerque seu genro — e do reconhecimento de que são alvo na corte castelhana, as atitudes de cada um deles perante a coroa são muito distintas.

Há, desde logo, uma diferença a sublinhar. João Afonso adoptou o sobrenome Albuquerque, ou pelo menos passa a ser conhecido pelo nome do seu senhorio mais importante. E confirma documentos na corte de Sancho IV na coluna dos nobres leoneses, o que o distinguia perfeitamente do ramo castelhano da família, o dos senhores de Meneses. Há portanto, uma separação das duas linhas, com identidades bem diferentes, como seriam depois as políticas.

Afonso de Meneses surge como um dos nobres fiéis a Sancho IV, e um dos que está presente ao seu lado em momentos críticos, como em Alfaro, na sequência do qual recebe a alferesia, ou em conflitos posteriores na fronteira aragonesa. João Afonso de Albuquerque parece ser o oposto, participando em diversas situações de claro desafio ao rei como elemento perturbador, ao lado do infante D. João e, ao que tudo indica, com a intromissão de D. Dinis de Portugal. E fá-lo sempre a partir de Albuquerque. Creio ser este o factor decisivo da significativa diferença de política.

A implantação senhorial de João Afonso tinha semelhanças com a do infante Afonso de Portalegre. Dominava um poderoso senhorio junto à fronteira portuguesa, com uma dimensão militar extremamente significativa que se poderia tornar incómodo a qualquer um dos reinos e que por isso interessava manter sobre apertada vigilância, ou atrair para a sua área de influência. Obviamente que João Afonso estava ciente disso mesmo, quando alinha ao lado do infante D. João nas reclamações deste contra D. Sancho IV. E sabe-o D. Dinis, que parece estar interessado em conseguir trazer para a sua esfera o senhor de Albuquerque, que seria um elemento fundamental no apoio ao infante D. João com vista a

uma possível desagregação do reino castelhano. Algo que interessava ao rei português, mais do que ter por vizinho um reino extenso e poderoso.

De facto, João Afonso de Albuquerque acaba por vir para Portugal, depois de passar um período de tempo aprisionado em Castela, por ordem de Sancho IV. Mas não vem para este reino enquanto exilado. Vem já no reinado de Fernando IV, depois de libertado e readmitido nos círculos cortesãos castelhanos, e, ao que tudo indica, sem que lhe fossem retirados quaisquer dos seus bens. A passagem, feita nos finais de 1295, deve-se ao aliciamento por parte de D. Dinis, que mais tarde recompensaria o Albuquerque com a outorga do ofício de mordomo, em 1297, e o condado de Barcelos, em 1298. Elevadas distinções, para quem há tão pouco tempo entrara na sua corte.

O ano de 1296 vê os dois ramos familiares em lados opostos nos conflitos em Castela. Enquanto Afonso de Meneses — que ainda tem metade do senhorio de Albuquerque, embora não o seu usufruto funcional — está ao lado da irmã a defender os interesses de Fernando IV, João Afonso de Albuquerque invade o reino castelhano na hoste de D. Dinis. Não há políticas mais díspares. Cada um dos dois segue a política que pensa ser mais benéfica para a manutenção e acréscimo do seu poder.

Feitas as pazes, João Afonso permanece em Portugal, onde D. Dinis, através do casamento de Afonso Sanches e Martim Gil com as suas duas filhas, tenta e consegue fixá-lo no reino até à sua morte. O monarca português patrocina ainda a aquisição do senhorio de Albuquerque pelo filho bastardo Afonso Sanches, para que este consiga o domínio da totalidade do senhorio.

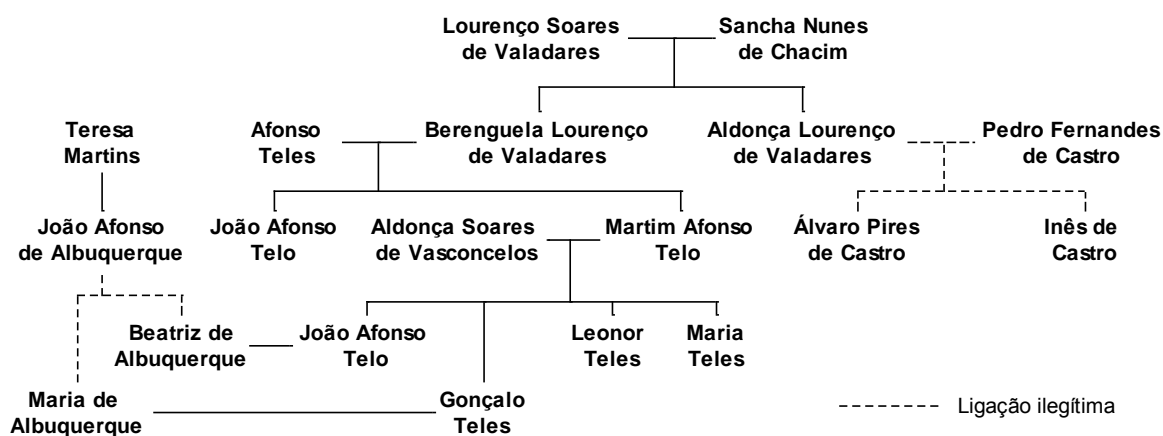
Em suma, se inicialmente uma primeira vinda para Portugal dos Albuquerque se devera, em grande medida, a factores que se prendem sobretudo com as ligações familiares, neste último caso são aspectos político-estratégicos subjacentes aos interesses do rei português a determinar a vinda de João Afonso de Albuquerque para o seu reino. D. Dinis, não apenas faz com que o Albuquerque venha para Portugal como o tenta fixar, outorgando-lhe um condado e tratando casamentos entre as suas herdeiras e membros destacados da corte. Tenta mesmo uma apropriação de Albuquerque através do filho. Esta estratégia do rei português, que traduz a importância de um senhorio de fronteira, revela também a forma como os nobres que os detinham podiam retirar importantes dividendos através de uma ousada e ambiciosa política pessoal.

Em Castela, Afonso de Meneses — e mais tarde Telo Afonso, seu filho — continuava a surgir como um dos principais suportes políticos e militares de D. Maria nas várias pugnas pela manutenção do poder e da dignidade real, até que a união das duas

casas, pelo casamento de Isabel de Meneses com João Afonso de Albuquerque, vai pela primeira vez fazer com que a estratégia dos dois ramos familiares, até aí bastante distintas, passasse a ser a mesma.

João Afonso de Albuquerque, *o do Ataúde*, depois de um primeiro momento em que o pai vive a hostilidade de Afonso IV, acaba por normalizar as relações com este último. Apesar disso, fixa-se em Castela. É normal que o faça, uma vez que pelo seu casamento com Isabel de Meneses tinha naquele reino um impressionante poder senhorial. Faz a carreira na corte, como próximo da prima D. Maria, a ligação ao infante herdeiro coloca-o numa situação política privilegiada. Participa activamente nas operações de Afonso XI na Batalha do Estreito e se veio a Portugal foi pontualmente. Mas não deixa de conceber o seu espaço de intervenção política como estendendo-se aos dois reinos. Albuquerque integra uma rede de poder que aparenta ser de suma importância no desenrolar de muitos dos sucessos nos dois reinos nos meados do século XIV. Esta rede demonstra bem como a nobreza, neste caso os Albuquerque, não ignorando as fronteiras entre os reinos — e como podiam, se era essa mesma fronteira que proporcionava o valor estratégico de Albuquerque? — promoviam uma capilaridade de poder que se sobrepunha a elas, baseada em relações pessoais.

Árvore Genealógica 22 – *Rede social com base em Albuquerque*



Recordem-se algumas das informações já mencionadas no trabalho. Se considerarmos que dois dos principais membros da alta nobreza em Portugal nos reinados de D. Pedro I e de D. Fernando são Álvaro Pires de Castro e João Afonso Telo

identificamos desde logo uma ligação entre os dois, pois são primos por parte das mães. Mas há outras ligações, que aparentam ser mais interessantes.

Álvaro Pires de Castro é um dos cavaleiros que está ao lado de João Afonso de Albuquerque durante os conflitos deste com o rei D. Pedro. A sua irmã, Inês de Castro, foi criada em Albuquerque, por Teresa Martins. E terá sido neste castelo que esta se refugiou, já depois de afastada da corte por Afonso IV, mantendo aí o seu romance com o infante D. Pedro. Parecem pois gozar da protecção e favor de João Afonso de Albuquerque. Não é por acaso que quando este e Henrique de Trastâmara concebem a hipótese de lançar a candidatura do infante D. Pedro ao trono castelhano lhe colocam o pedido através de Álvaro Pires. Contavam ainda, certamente, com a influência que Inês de Castro tinha sobre o infante¹⁴. Daí o perigo concreto que Afonso IV reconhecia nesta dama, cuja preponderância sobre D. Pedro poderia dar azo ao fim da neutralidade portuguesa e a sérios confrontos com Castela. Acrescia que um dos principais privados do infante era João Afonso Telo, dos Teles portugueses, primo dos Castro por linha materna e casado com Guiomar Lopes Pacheco, prima de João Afonso de Albuquerque e filha de Maria de Vilalobos, que viria a ser testamenteira deste último em Portugal. Não esqueçamos que o Albuquerque era um dos principais aliados da rainha D. Maria de Portugal em Castela, em cuja casa se encontrava Martim Afonso Telo — irmão de João Afonso Telo — seu parente relativamente distante, mas agora com uma base de sociabilidade comum, pois aparentemente ambos terão ocupado o cargo de mordomo-mor da rainha.

Sabe-se que não haverá uma intervenção portuguesa em Castela, mas episódios seguintes mostram como a rede continuará funcional apesar de vários reveses. Em 1354, morria João Afonso de Albuquerque, possivelmente envenenado; em 1355, Inês de Castro, por ordem de Afonso IV; em 1356, Martim Afonso, a mandado de Pedro I de Castela. O que se assiste em seguida mostra bem de que forma a estrutura montada, com uma componente de vínculos familiares a suportá-la, reagia a estes azares.

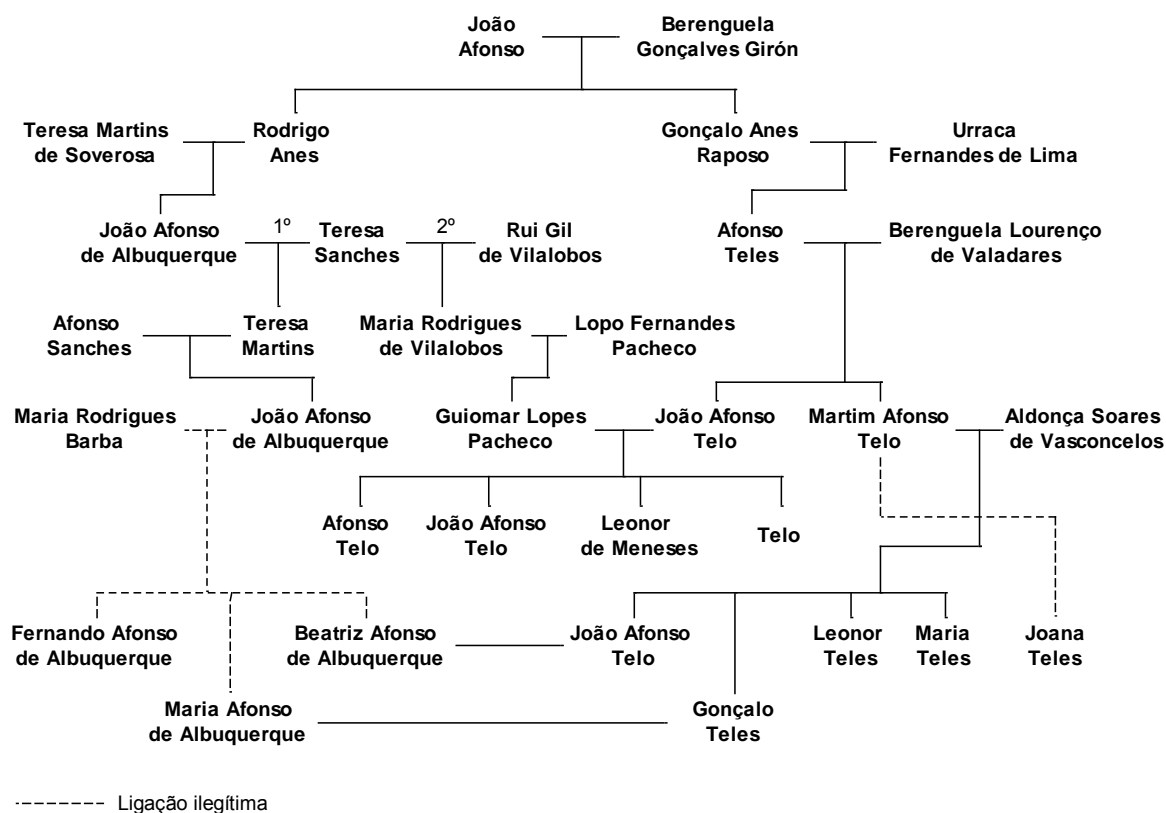
João Afonso Telo e Álvaro Pires de Castro unem-se ao infante D. Pedro, e os filhos de Martim Afonso Telo e os ilegítimos de João Afonso de Albuquerque passam a Portugal, onde são facilmente integrados nas estruturas nobiliárquicas do reino. De facto nunca tinham estado afastados delas, uma vez que estas se sobrepunham às fronteiras.

Mas há profundas alterações, uma vez que era o poder senhorial específico de João Afonso de Albuquerque, que os outros membros da rede não têm, ou pelo menos não têm

¹⁴ É legítimo supor que esta influência se integrava numa estratégia semelhante à que fora tentada com Maria de Padilha.

com a mesma expressão, que permitia uma intervenção decisiva no espaço político castelhano. A partir da morte de João Afonso de Albuquerque o que se processa é uma transferência da rede, que tinha um âmbito que se estende por Castela e Portugal, para o reino português, que passa a ser a sua área exclusiva de intervenção. As solidariedades dentro da própria estrutura são reforçadas com algumas ligações, designadamente entre os filhos de Martim Afonso Telo e as filhas de João Afonso de Albuquerque, estando os dois já falecidos. E se antes o bloco estava organizado em torno deste último, passa a ter como referência João Afonso Telo, privado do infante D. Pedro e depois Pedro I. O seu êxito já foi abordado.

Árvore Genealógica 13 – *Origens do bloco familiar tutelado por João Afonso Telo*



Apesar do fenómeno mostrar a capacidade de recuperação por parte da rede, que é na realidade uma rede familiar, traduzia também a adaptação a uma nova realidade de relacionamento com o poder político, designadamente o poder régio.

A morte de João Afonso de Albuquerque, o apagamento político do seu filho Martim Gil e a forma como os bens dos Meneses e os Albuquerque são depois distribuídos — os

que estão em Castela são confiscados pela coroa ou são dados para criação do condado de Albuquerque, em favor de D. Sancho; os de Portugal confiscados por Pedro I e depois entregues a vários indivíduos, sendo que a maioria é cedida a Maria de Vilalobos¹⁵ — faz com que, nesta família, desapareça a capacidade de intervenção política em dois reinos, simultaneamente. E isto porque além das imprescindíveis ligações familiares, esta capacidade estava, pelo menos no caso de Albuquerque, directamente ligada à implantação senhorial. Porque são estes dois factores — ligações familiares e poder senhorial, que não estão separados — que permitiam a circulação política.

O que este caso revela, e de certa forma confirma algo que já foi dito¹⁶, é que na segunda metade do século XIV se nota uma clara limitação à capacidade de circulação dos nobres pelos vários reinos peninsulares — neste caso, Portugal e Castela — como expressão da capacidade de implantação senhorial. Limitação que advém do reforço do poder régio conducente àquilo que será o estado moderno.

Se olharmos para os três ramos observados ao longo do trabalho, vemos que são os Albuquerques que circulam livremente em Portugal e Castela, precisamente aqueles que têm ligações familiares nos dois reinos que vão por sua vez gerar, através das heranças e das possibilidades dos percursos políticos, uma implantação senhorial em ambos. Uma implantação potencializada pela posse de um importante domínio de fronteira. Com os Meneses, que não dispõem dessas ligações familiares, a realidade é diferente, optando este ramo por uma ligação constante ao centro do poder político, o rei.

O mesmo acontece com os Teles portugueses, que baseiam o seu poder na corte. Mas se os Meneses não circulavam porque não dispunham dos recursos, designadamente as ligações familiares, com estes a realidade é diferente. São as monarquias que tratam de impor uma limitação. Os nobres podem circular entre os reinos, o que raramente conseguem é que tal seja feito enquanto expressão de um poder político válido nos dois lados da fronteira. Nas palavras de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, para o final do século XIV: *«o que cem anos antes se chamava “desserviço”, mas que permitia a um nobre ser alferes-mor num reino e depois num reino vizinho sem que, pelo menos aparentemente, isso significasse uma condenação quando regressava, agora chamava-se*

¹⁵ Cf. a síntese feita por Fátima Regina Fernandes, «A extinção da descendência varonil dos Menezes de Albuquerque em Castela e suas implicações na administração do seu património em Portugal», in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2º vol, Porto, 1998. Além de Maria de Vilalobos, da família apenas Gonçalo Teles receberá Faria, a 18 de Novembro de 1371, e Unhão, Vilar de Torno, Manhacelos, Atães, Vila Caiz, Bulhões e Regilde, que viria a perder logo no ano seguinte; e João Afonso Telo, irmão da rainha, receberá Jarmelo, a 20 de Janeiro de 1370.

¹⁶ Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *De e para Portugal... cit..*

“*traição*”»¹⁷. Esta diferença mental não deixava de reflectir aquilo que já era uma mudança política.

¹⁷ *Ibidem*, p. 9.

CONCLUSÃO

Ao longo de mais de dois séculos, entre o último quartel do século XII e o final do século XIV o nome dos Teles de Meneses foi uma referência nobiliárquica no ocidente peninsular. Desde a Velha Castela, os membros da família conseguiram, através de diferentes ramos familiares que adoptaram distintas estratégias adequadas aos seus recursos e possibilidades, construir um poder que os levou aos lugares cimeiros da hierarquia social nos reinos de Castela e de Portugal, a quem ofereceram duas rainhas. Mas não duas meras consortes. Maria de Molina — assim posteriormente conhecida — e Leonor Teles são duas das principais figuras políticas da sua época.

Um dos ramos, o dos senhores de Meneses, desenvolve uma certa cooperação política com a coroa castelhana, a que está fortemente ligado por interesses comuns: primeiro numa lógica de construção de poder a partir de uma área de interesse geoestratégico específico — a defesa da fronteira de Campos frente a Leão —, uma forte presença cortesã, passando depois por uma intensa participação militar na fronteira muçulmana — que lhes permite expandir a sua área de influência senhorial muito para além da sua zona de origem — e mais tarde pela ligação familiar à rainha D. Maria.

Assim, ao longo de todo o período analisado, vemos os senhores de Meneses a funcionar como importante suporte da coroa castelhana, e mesmo quando terminam as grandes conquistas e quando as rivalidades entre a nobreza e a coroa — que promove um sólido processo de reforço do seu poder à custa dos poderes detidos pelos senhores — desencadeiam graves conflitos que irão marcar toda uma época, apenas em uma ocasião os encontramos no lado oposto ao do poder legítimo. Mesmo assim, em circunstâncias muito específicas, na medida em que há uma forte ligação familiar que justifica a viragem política: o casamento de D. Maria com o infante D. Sancho.

Os senhores de Meneses funcionam mesmo como um recurso ao serviço da família real castelhana que esta utiliza para combater as linhagens mais poderosas do reino e outras forças em várias situações: alinham-se com D. Berenguela e depois Fernando III contra os Lara; apoiam Sancho IV nos conflitos deste contra os Haro e o infante D. João; são um dos principais suportes militares de D. Maria e de Fernando IV durante a violenta guerra civil que marca a menoridade deste rei; e continuam a sê-lo no início do reinado de Afonso XI, até se extinguirem por via varonil. Esta continuada fidelidade e constância política, que lhes permitia manter, sem sobressaltos, o elevado estatuto sociopolítico adquirido, fazem deles um caso particular num período marcado por incessantes conflitos.

Já o ramo familiar dos senhores de Albuquerque vive com outra realidade. Com fortes ligações familiares às elites portuguesas e na posse de um importante senhorio localizado na Extremadura espanhola, junto da fronteira com Portugal, a Norte de Badajoz, os Albuquerques irão durante mais de cento e cinquenta anos retirar vantagens dessa relevante posição estratégica. Uma posição que, aliada ao facto de manterem estreitas relações de parentesco nos dois lados da fronteira, se revelou uma fonte de poder fundamental para que pudessem participar activamente nas políticas dos reinos castelhano e português, de acordo com os seus interesses. Com efeito, desde meados do século XIII, quando João Afonso passa a Portugal, até à primeira fase dos conflitos régio-nobiliárquicos do reinado de Pedro I de Castela, a maioria dos senhores de Albuquerque aproveitou a localização do seu mais importante senhorio para circular entre os dois reinos, segundo as suas conveniências, numa clara estratégia de reprodução de poder.

Se é certo que o fenómeno da circulação entre reinos é, à época, comum a muitos outros nobres, bem como a presença alternada nas duas cortes e a participação política activa nesses espaços; e se é igualmente verdade que um dos factores mais importantes que permite essa circulação é a rede de relações familiares dos indivíduos, a posse de um importante senhorio hereditário perto da fronteira, além de aumentar as possibilidades de circulação — porque dilatava as possibilidades de contacto além-fronteira —, permitia aos seus detentores outro tipo de relação com as coroas, pois concedia-lhes a capacidade de tentar tirar partido de eventuais conflitos entre os dois reinos em seu proveito, ou até mesmo entrar em conflito com os próprios monarcas.

Porém, o reforço do poder real, levado a cabo de forma mais diligente a partir de meados do século XIII, e com maior eficácia no século seguinte, iria alterar as regras com que até aí se tinha jogado. Por isso, quando se dá a extinção por linha varonil dos senhores de Albuquerque, em Portugal os bens são ou confiscados ou doados a indivíduos, cuja área de intervenção se limitava ao reino português. Os reis percebiam perfeitamente que ao limitarem a capacidade de implantação senhorial dos nobres a um só reino estavam a criar as condições para uma mais eficaz e válida autoridade do poder real sobre aqueles.

Em Portugal, um ramo secundário da família criava o seu próprio poder a partir de um aspecto que se tornara decisivo: a privança régia. É a partir da ligação próxima entre João Afonso Telo e o infante D. Pedro, que se mantém depois da subida deste ao trono, que todo um bloco familiar — com muitos dos seus elementos vindos de Castela na sequência, ao que tudo indica, das mortes de João Afonso de Albuquerque e de Martim Afonso Telo — vai construir as bases de um poder hegemónico. O casamento de Leonor Teles com D.

Fernando vem confirmar a ascensão desta linha e da influência de João Afonso Telo. É um poder exercido exclusivamente em Portugal e vinculado à corte, decididamente o centro estruturador da hierarquia social. Uma realidade onde a honra proporcionada pela memória dos Teles de Meneses, de que eram herdeiros, e pelas dignidades nobiliárquicas, nomeadamente os títulos, distinguia a família do restante tecido social.

Contudo, o percurso político extraordinário dos membros deste ramo familiar seria gravemente afectado pela crise de 1383-1385, que culminaria com a obliteração nominal dos Teles, que passariam doravante a denominar-se Meneses e Albuquerque, resgatando a ilustre memória dos ramos principais extintos. Dois apelidos de origem castelhana que se extinguiriam no reino de origem e conheceriam na segunda dinastia portuguesa alguns dos seus momentos mais altos.

Mas essa, apesar de valer a pena ser contada, já é outra história.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*Chancelarias:

- D. Dinis, Livros 1, 2 e 3.
- D. Fernando, Livros 1, 2 e 3.
- D. João I, Livros 1, 2 3 e 5.

OFM, Província de Portugal, Convento da Graça de Santarém, livro 5.

Biblioteca da Real Academia de la Historia

Collección Luis Salazar y Castro, maços B-10, D-1, D-16, I-37, I-39, I-40, K-36, M-8, M-33, M-50, M-59, M-61, M-140, O-5,

FONTES IMPRESSAS

- AA.VV., *Colección diplomática del Monasterio de Sahagún (857-1500)*, 7 vols, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»/Caja España de Inversiones, Caja de España y Monte de Piedad/Archivo Histórico Diocesano de León, León, 1976-1999.
- Afonso X, *Cantigas de Santa Maria*, ed. Walter Mettmann, vol. II, Universidade de Coimbra, 1961, p. 265.
- AGUADO DE CORDOVA, D. Antonii Francisci (org.), *Bullarium equestris ordinis S. Iacobi de Spatha*, Madrid, Tipografia de João de Ariztia, 1719.
- ARGOTE DE MOLINA, Gonçalo, *Nobleza del Andalucia*, [em linha], Sevilla, Fernando Díaz, 1588. Disponível em URL: http://books.google.pt/books?id=btPiv51Fss4C&pg=RA2-PT223&dq=nobleza+del+andaluzia&hl=pt-PT&ei=8JImTJn2B4uOjAfl2ZycAQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCgQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false
- BARRIOS GARCÍA, Angel, *Documentos de la Catedral de Ávila (siglos XII-XIII)*, Ávila, Ediciones de la Obra Cultural de la Caja de Ahorros de Ávila, 2004.
- BENAVIDES, António, *Memorias de D. Fernando IV de Castilla*, 2 tomos, Madrid, Imprensa de José Rodriguez, 1860.
- BRANDÃO, António, *Quarta Parte da Monarchia Lusitana. Que contem a Historia de Portugal desdo tempo delRey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado delRey D. Afonso III* [em linha], Lisboa, imp. Pedro Craesbeeck, 1632. Disponível em URL: <http://purl.pt/12677>

- BURÓN CASTRO, Taurino, *Colección documental del Monasterio de Gradefes*, 2 vols., León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1998-2000.
- *Cancioneiro da Ajuda*, ed. crítica e comentada de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, 1º vol., Hidesheim – Nova Iorque, Georg Olms Verlag, 1980 [ed. fac-similada da ed. de Halle, Max Niemeyer, 1904].
- CASTRO TOLEDO, Jonás, *Colección Diplomática de Tordesillas*, Valladolid, Diputación Provincial, 1981.
- *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3 vols., Lisboa, INIC / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990-1992.
- *Chancelaria de D. Pedro I. 1357-1367*, Lisboa, INIC / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1984.
- *Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla*, tomo I, Madrid, Real Academia de la Historia, 1861.
- *Crónica de Castilla*, [em linha], ed. e apresent. de Patricia Rochwert-Zuilisemh, Paris, SEMH-Sorbonne, 2010. Disponível em URL: <http://e-spanialivres.revues.org/63>
- *Crónicas de los Reyes de Castilla: desde Don Alfonso El Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, 1º vol, Madrid, Atlas, 1953.
- *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica, introd. e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.
- *Crónica de veinte reyes*, coord. de César Hernández Alonso, Burgos, Ayuntamiento de Burgos, 1991.
- *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, intr. e trad. de Luis Charlo Brea, Cadiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cadiz, 1984.
- *Crónicas de los Reyes de Castilla: desde Don Alfonso El Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, 1º vol, Madrid, Atlas, 1953.
- CASADO QUINTANILLA, Blas, «Un privilegio rodado del Maestre de Calatrava», *Cuadernos de Estudios Manchegos*, nº. 15, 1984, pp. 91-103.
- DÍAZ MARTÍN, Luís Vicente, *Colección Documental de Pedro I de Castilla. 1350-1369*, 4 vols., s.l., Junta de Castilla y León, 1997.
- *Documentos de D. Sancho I*, ed. Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, 1º vol., Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979.
- *Documentos de la Iglesia Colegial de Santa María la Mayor: (hoy metropolitana) de Valladolid*, Manuel Mañueco Villalobos (transcrição) e José Zurita Nieto (notas), 3 vols., Valladolid, Imp. Castellana, 1917-1920.

- ECHÁNIZ SANS, María, *El monasterio femenino de Sancti Spiritus de Salamanca. Colección diplomática (1268-1400)*, Salamanca, Ed. Universidade de Salamanca, 1993.
- FERNÁNDEZ, Luis, «Collección Diplomática del Monasterio de Santa Maria de Matallana», *Hispania Sacra*, vol. XXV, 1972, pp. 391-435.
- FERNÁNDEZ, Luis, «Colección diplomática del Monasterio de Villanueva de San Mancio, filial de la abadía de Sahagún», *Archivos Leoneses*, nº 51, 1972, pp. 9-60.
- FERNÁNDEZ, Luís, *Colección diplomática de la Abadía de Santa María de Benevívere (Palencia). 1020-1561*, Madrid, s.n., 1967.
- FLOREZ, Henrique (pub.), «Anales Toledanos» in *España Sagrada*, tomo XXIII, Madrid, Antonio Marin, 1767, pp. 381-423. [Anales Toledanos I, pp. 381-400; Anales Toledanos II, pp. 401-409; Anales Toledanos III, pp. 410-423]
- FUENTE CRESPO, Josefa de la, *Colección documental del Monasterio de Triano (1111-1520)*, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»/Caja España de Inversiones/Archivo Histórico Diocesano de León, 2000.
- GONZÁLEZ CRESPO, Esther, *Colección documental de Alfonso XI. Diplomas reales conservados en el Archivo Historico Nacional. Sección de clero. Pergaminos*, Madrid, Universidad Complutense, 1985.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.), *Diplomatário Andaluz de Alfonso X*, Sevilla, El Monte – Caja de Huelva y Sevilla, 1991.
- GONZÁLEZ, Julio, *Repartimiento de Sevilla*, 2 vols., Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1998. [Reprod. facs. de la ed. de Madrid, Escuela de Estudios Medievales, 1951].
- *Gran Crónica de Alfonso XI*, ed. crítica preparada por Diego Catalán, 2 tomos, Madrid, Ed. Gredos, 1976.
- JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo, *Historia de los hechos de España* [De Rebus Hispaniae], trad de Juan Fernandez Valverde, Madrid, Alianza editorial, 1989, p. 284).
- *Libro becerro de las behetrías*, estudo e texto crítico por Gonzalo Martínez Diez, 3 vols., León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1981.
- *Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII*, pub. por Pedro A. de Azevedo, Lisboa, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003, pp. VII-XCVI [ed. fac-similada da ed. de Lisboa, Archivo Historico Portuguez, 1906-1910].
- LOPES DE AYALA, Pedro, «Crónica Del Rey Dom Pedro», in *Crónicas de los Reyes de Castilla: desde Don Alfonso El Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, 1º vol, Madrid, Atlas, 1953, pp. 393-614.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giuliano Macchi, 2ª ed., Lisboa, INCM, 2004.
- *Idem, Crónica de D. Pedro*, 2ª ed. revista, ed. Giuliano Macchi, Lisboa, INCM, 2007.

- *Idem, Crónica del Rei dom João I*, 2 vols., Lisboa, INCM, 1977.
- MANSILLA, Demetrio, *La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1965,
- *Memorial Histórico Español: coleccion de documentos, opúsculos y antigüedades, que publica La Real Academia de la Historia*, tomo I, Madrid, Imprensa da Real Academia de la Historia, 1851.
- *Monumenta Portugaliae Vaticana. I. Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*, introd. e notas de António Domingues de Sousa Costa, Porto, Editorial Franciscana, 1968.
- NIETO CUMPLIDO, Manuel, *Corpus Mediaevale Cordubense*, 2 vols. [I - 1106-1255; II – 1256-1277], Córdoba, Monte de Piedady Caja de Ahorros de Córdoba, 1979.
- PALÁCIOS MARTIN, Bonifácio, *Coleccion Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494)*, 2 vols., Madrid, Fundación San Benito de Alcántara – Editorial Complutense, 2000-2003.
- PÉREZ CARAZO, Pedro, *Colección diplomática medieval de Santa María de Herce y su abadengo en la Edad Media*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos / Universidad de La Rioja, 2008.
- PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, intr. e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos, 1977, pp. 319-476.
- *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série*, ed. José Mattoso e Joseph M. Piel, 3 tomos, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- *Primera crónica general de España*, ed. Ramón Menéndez Pidal, com estudo de Diego Catalán, 2 vols., 3ª reimpressão, Madrid, Editorial Gredos, 1977.
- RADES Y ANDRADA, Francisco de, *Crónica de las tres órdenes de Santiago, Calatrava y Alcántara*, com estudo sobre «La obra histórica de Rades y Andrada» por Derek W. Lomax, Barcelona, El Albir, 1980. [Reprod. facs. da ed. de Toledo, Imprenta de Juan de Ayala, 1572].
- RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis, «Documentación medieval del Archivo Histórico Provincial de Zamora», *Studia Histórica*, nº 2, Vol. I, 1983, pp. 181-208.
- RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis, *El Tumbo del Monasterio Cisterciense de la Espina*, Valladolid, Secretariado de Publicações da Universidade, 1982.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique, «Documentos para el estudio de la Orden de Calatrava en la Meseta meridional castellana (1102-1302)» [em linha], *Cuadernos de Historia Medieval — Secc. Colecciones Documentales*, nº 2, 1999. Disponível em URL: <http://www.uam.es/departamentos/filoyletras/hmedieval/especifica/cuadernos/coldoc/cd2.pdf>

- RODRÍGUEZ R. DE RAMA, Ildefonso, *Colección diplomática medieval de La Rioja*, 4º vol., Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1990.
- TAROUCA, Carlos da Silva, «O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde», *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. 4, 1947, pp. 11-119.
- TUY, Lucas de, *Crónica de España*, 1ª ed. do texto romanceado preparada e prologada por Julio Puyol, Madrid, Tip. da Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1926.
- VENTURA, Leontina; e OLIVEIRA António Resende de, *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- ZURITA, Jerónimo, *Anales de Aragón*, [em linha], ed. de Ángel Canellas López, ed. electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero, IFC, 2003. Disponível em URL: <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ebooks/id/2448>

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *En torno al feudalismo hispánico. I Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, Fundación Sanchez-Albornoz, 1989.
- AA.VV., *La Nobleza Peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales (León, 1997)*, Avila, Fundación Sánchez Albornoz, 1999.
- AGUADO GONZÁLEZ, Francisco Javier, *El ascenso de un linaje castellano, en la segunda mitad del siglo XV: los Tellez Girón, condes de Ureña. (el origen del Señorío de Osuria)*, Madrid, Universidad Complutense, 1991.
- ALABAU MONTOYA, José, *El señorío de Utiel. Un estudio biográfico y político de los distintos señores que ostentaron esta dignidad durante los siglos XIV y XV*, Utiel, Ayuntamiento, 1999.
- ALVAREZ ALVAREZ, C., *El condado de Luna en la Baja Edad Media*, León, Colegio Universitario, 1982.
- ÁLVAREZ BORGE, Ignacio, «Los dominios de un noble de la corte castellana en la primera mitad del siglo XIII. García Fernández de Villamayor», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVIII, nº. 230, 2008, pp. 647-706.
- *Idem*, «Nobleza y señoríos en Castilla la Vieja meridional a mediados del siglo XIV», *Brocar. Cuadernos de investigación histórica*, nº 21, 1997, pp. 55-117.
- ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel e SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Historia de España. Vol 6: La consolidación de los reinos hispánicos. (1157-1369)*, Madrid, Gredos, 1988.

- *Idem*, «La nobleza del reino de León en la Alta Edad Media», in *El Reino de León en la Alta Edad Media*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Colección Fuentes y Estudios de Historia leonesa - VIII, 1995, pp. 148-329.
- *Idem*, *Monasterios Cistercienses en Castilla (siglos XII-XIII)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1978.
- ALVIRA CABRER, Martín, *Guerra e ideología en la España medieval: cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglo XIII: batallas de las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*, [em linha], 2 vols., Tese de doutoramento da Universidade Complutense de Madrid, 2003. Disponível em URL: <http://eprints.ucm.es/tesis/19972000/H/0/H0036901.pdf> e <http://eprints.ucm.es/tesis/19972000/H/0/H0036902.pdf>
- ARBOR ALDEA, Mariña, *O cancionero de Afonso Sanchez: edición e estudio*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2001.
- ARNAUT, Salvador Dias, *A crise nacional dos fins do século XIV. A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960.
- AYALA MARTINEZ Carlos de, *Directrices Fundamentales de la Política Peninsular de Alfonso X (Relaciones castellano-aragonesas de 1252 a 1263)*, Madrid, Antiqua et Mediaevalia, 1986.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, «Paces castellano-aragonesas de Campillo-Ágreda (1281)», *En la España Medieval*, nº 8, 1986, pp. 151-168.
- BALLESTEROS BERETTA, Antonio, *Alfonso X el Sabio*, Barcelona, Ed. El Albir, 1984.
- BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols./4 tomos, Lisboa, FCG-FCT, 2000.
- BECEIRO PITA, Isabel; e CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, CSIC, 1990.
- *Idem*, *El condado de Benavente en el siglo XV*, Benavente, Centro de Estudios Benaventanos, 1998.
- BERAMENDI, Justo G., *La Historia Política: algunos conceptos básicos*, s.l., Tórculo Edicións, 1999.
- BONACHIA HERNANDO, J. A., *El señorío de Burgos durante la Baja Edad Media (1255-1508)*, Salamanca, 1988.
- BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I. O filho do fundador*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.
- CABRERA, Emilio, «La revuelta de Alfonso Fernández Coronel y su contexto histórico (1350-1353)», in Carlos M. Reglero de la Fuente (coord.), *Poder y sociedad en la baja*

Edad Media hispánica. Estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín, tomo 1, Valladolid, Universidade de Valladolid, 2002, pp. 59-80.

- CABRERA MUÑOZ, E., *El condado de Belalcázar (1444-1518). Aportación al estudio señorial en la Baja Edad Media*, Córdoba, 1977.
- CABRERA SÁNCHEZ, Margarita, *Nobleza, oligarquía y poder en Córdoba al final de la Edad Media*, Córdoba, Universidad – Cajasur, 1998.
- CALVO, Aurélio, *El Monasterio de Gradefes: apuntes para su historia y la de algunos otros cenobios y pueblos del Concejo*, León, Ed. Celarayn, 1984. [Ed. facsímil de la ed. de León, Imprenta Provincial, 1936-1944].
- CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. Baleiras S., *Leonor Teles, uma mulher de poder?*, dissertação de mestrado apresentada à FLUL, policopiada, 2008
- CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Ed. Colibri/CIDEHUS, 2004.
- CARMEN PALLARÉS, María del, e PORTELA Ermelindo, «Aristocracia y sistema de parentesco en la Galicia de los siglos centrales de la Edad Media: el grupo de los Traba», *Hispania: Revista española de historia*, vol. 53, nº 185, 1993 pp. 823-840.
- CASTÁN LANASPA, Guillermo, «San Nicolás del Real Camino: Un Hospital de Leprosos Castellano-Leones en la Edad Media (Siglos XII-XV)», *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*, nº. 51, 1984, pp. 105-221.
- CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco, e HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.), *Familia, poderosos y oligarquías*, Murcia, Universidad de Murcia, 2001.
- CLAVERO, Bartolomé, *Mayorazgo. Propiedad feudal en Castilla (1369-1836)*, Madrid, Siglo XXI, 1974.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o que re-colheu Boa Memória*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.
- *Idem*, «O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV», *Revista de História* (Universidade do Porto), vol. VIII, 1988, pp. 35-51.
- *Idem*, *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*, 2 vols, Lisboa, Horizonte, 1990.
- *Idem*; e VENTURA, Leontina, «Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência», *Revista de História das Ideias*, nº 9, 1987, pp. 33-77.
- *Idem e Idem*, «Vataça: uma dona na vida e na morte» in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Porto. 1985*, vol. I, Porto, INIC, 1987, pp. 159-194.
- COLMEIRO, Manuel, *Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla. Introducción escrita y publicada de orden de la Real Academia de la Historia*, 1º vol., Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1883.

- CRESPI DE VALLDAURA, Gonzalo, «Privilegio rodado de Alfonso X concediendo mercado semanal a Santa Cruz de Campezo (Estudio paleográfico y diplomático)», *Sancho el sabio: Revista de cultura e investigación vasca*, nº 14, 2001, pp. 145-154.
- CUMBRE, José Mário Pavia, *Os Melo: trajetórias familiares e percursos políticos (séculos XII a XV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- CUNHA, Mafalda Soares da, «A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 219-252.
- *Idem*, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.
- *Idem*, *Redes clientelares da Casa de Bragança (1560-1640)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999.
- DAVID, Henrique, «Os Portugueses e a Reconquista Castelhana e Aragonesa do século XIII» in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 3º vol., INIC, Porto, 1989, pp. 1029-1041.
- *Idem*, «Os portugueses nos livros de Repartimiento da Andaluzia (século XIII)», *Revista da Faculdade de Letras. História*, nº 3, 1986, pp. 51-75.
- *Idem*; BARROS, Amândio; e ANTUNES, João, «A família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis», *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, IIª série, vol. VI, 1987, pp. 69-87.
- *Idem*; e PIZZARO, José Augusto P. de Sotto Mayor, «Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII)», *Revista de História* (Universidade do Porto), vol. VII, 1986-1987, pp. 135-150.
- DEDIEU, Jean-Pierre, «Prólogo», in *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*, José María Imízcoz (dir.), Bilbao, Universidad del País Vasco. Servicio Editorial, 2001, pp. 9-13.
- DIAGO HERNANDO, Máximo, «Los Haro de Cameros en los siglos XIII y XIV: Análisis del proceso de su afianzamiento político en el ámbito regional», *Anuario de Estudios Medievales*, nº 24, 1994, pp. 775-806.
- DÍAZ MARTIN, Luis Vicente, *Los oficiales de Pedro I de Castilla*, 2ª ed. Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1987.
- *Idem*, *María de Molina*, Valladolid, Obra Cultural de la Caja de Ahorros Popular, 1984.
- *Idem*, *Pedro I. 1350-1369*, Palencia, La Olmeda – Diputación Provincial, 1995.
- DOUBLEDAY, Simon R., *Los Lara: nobleza y monarquía en la España medieval*, Madrid, Turner, 2004.

- ESCALONA, Romualdo, *Historia del Real Monasterio de Sahagún sacada de la que dexó escrita el Padre Maestro Fr. Joseph Pérez corregida y aumentada con varias observaciones históricas y cronológicas y con muchas memorias muy conducentes a la Historia General de España*, Madrid, Joaquín Ibarra, 1782.
- FERNANDES, A. de Almeida, «Acção dos Cisterienses de Tarouca. As granjas nos séculos XII e XIII», separata da *Revista de Guimarães*, Guimarães, 1976.
- *Idem*, «A honra de Gouviães e a sua estirpe (séculos XII-XIII)», separata de *Armas e troféus*, Braga, 1971.
- *Idem*, «A nobreza na época vimarano-portugalense. Parte I. *Problemata*», separata da *Revista de Guimarães*, Guimarães, 1981.
- FERNANDES, Hermenegildo, *D. Sancho II. Tragédia*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.
- FERNANDES, Fátima Regina, «A extinção da descendência varonil dos Menezes de Albuquerque em Castela e suas implicações na administração do seu património em Portugal», in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2º vol, Porto, 1998, pp. 1453-1467.
- *Idem*, *O Reinado de D. Fernando I no âmbito das relações régio-nobiliárquicas*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, 1996.
- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, policopiada, 2002.
- FERNÁNDEZ DE LARREA ROJAS, Jon Andoni, «La conquista castellana de Álava, Guipúzcoa y el Duranguesado (1199 y 1200) » [em linha], *RIEV. Revista Internacional de los Estudios Vascos*, n.º 45 – 2, 2000, pp. 425-438. Disponível em URL: <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/riev/45425438.pdf>
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Rafael, «Los hermanos Tellez de Meneses primeros alcaides de Córdoba en el siglo XIII», *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, nº 92, 1972, pp. 93-126.
- FERNÁNDEZ MARTÍN, Pedro, «El ultimo señor de las behetrías de Campos», *Hispania*, tomo XIX, nº LXXV, 1959, pp. 205-229.
- FERNÁNDEZ SUÁREZ, Gonzalo Francisco, *La nobleza gallega entre los siglos XIV-XV: Los Sarmiento Condes de Ribadavia*, Santiago de Compostela, El Eco Franciscano, 2002.
- FLANDRIM, Jean-Louis, *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, 2ª ed., Lisboa, Estampa, 1994, pp. 22-23.
- FLORANES, Rafael de, *Origen de los estudios de Castilla, especialmente los de Valladolid, Palencia y Salamanca, en que se vindica su mayor antigüedad*, s.l., s.n., 1793 [pub. em Miguel Salvá e Pedro Sainz de Baranda, *Colección de Documentos*

Inéditos para la Historia de España, tomo XX, Madrid, Imp. Viuda de Calero, 1852, pp. 51-279].

- FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- FORTÚN PÉREZ DE CIRIZA, Luis Javier, «La quiebra de la soberanía navarra en Álava, Guipúzcoa y el Duranguesado (1199-1200)» [em linha], *RIEV. Revista Internacional de los Estudios Vascos*, n.º 45 – 2, 2000, pp. 439-494. Disponível em URL: <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/riev/45439494.pdf>
- FRANCO SILVA, Alfonso, «El linage Sandoval y el Señorío de Lerma en el siglo XV» in *Actas del I Congreso de Historia de Castilla y León: El pasado histórico de Castilla y León*. Valladolid. 1982, vol. I (Edad Media), Burgos, Junta de Castilla y León, 1983, pp. 133-149.
- *Idem*, *La fortuna y el poder: estudio sobre las bases económicas de la aristocracia castellana (s. XVI-XV)*, Cádiz, Universidad de Cádiz – Servicio de Publicaciones, 1996.
- FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., s.l., INCM, 1996. [Ed. fac-similada da ed. de INCM, 1973 (a partir da ed. de 1921-1930, da Imprensa da Universidade de Coimbra)].
- FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de, *A Burocracia do “Eloquente” (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- *Idem*, «Teemos por bem e mandamos». *A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos*, 2 vols., Cascais, Patrimonia, 2001.
- GAGO, Alice João Palma Borges, *A casa senhorial de Diogo Soares de Albergaria*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, 2000.
- GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes, *Historia del reinado de Sancho IV de Castilla*, 3 vols., Madrid, Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1922-1928.
- *Idem*, *María de Molina, tres veces reina*, Madrid, Espasa-Calpe, 1967.
- GAMA, Luís Filipe Marques da, *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste. Uma linhagem medieval inédita*, Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos, 1997.
- GAMEIRO, Odília Filomena Alves, *A construção das memórias nobiliárquicas medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.
- GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Luís, *Señores y burgueses en la Edad Media hispana*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2009.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel, «Don Dionis de Portugal y la Minoría de Alfonso XI de Castilla», *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, nº 9, 1992, pp. 25-52.

- GARCÍA FITZ, Francisco, *Las Navas de Tolosa*, Barcelona, Ariel, 2005.
- *Idem*, *Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*, Universidade de Sevilla, 2002.
- GARCIA ORO, José, *La nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las casas nobles y sus relaciones estamentales*, Santiago de Compostela, Ed. Bibliofilos Gallegos, 1981.
- GARCÍA-OSUNA Y RODRÍGUEZ, José María Manuel, «El astur rey de León Fruela II Adefónsiz “El Leproso”», *Argutorio: revista de la Asociación Cultural “Monte Irago”*, Ano 9, nº 20, 2008, pp. 25-28.
- GERBET, Marie-Claude, *La Noblesse dans le Royaume de Castille. Étude sur ses structures sociales en Estrémadoure de 1454 à 1516*, Paris, Sorbonne, 1979. (ed. espanhola: *La nobleza en la corona de Castilla. Sus estructuras sociales en Extremadura (1454-1516)*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense», 1989.)
- *Idem*, *Les noblesses espagnoles au Moyen Âge. XI^e-XV^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1994. (ed. espanhola: *Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV*, Madrid, Alianza Ed., 1997).
- GHASARIAN, Christian, *Introdução ao estudo do parentesco*, s.l., Terramar, 1999. (ed. francesa: *Introduction à l'Étude de la Parenté*, Paris, Éditions du Seuil, 1996.
- GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, s.l., Difel, 1995.
- *Idem*, *D. Fernando*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, *Alfonso X el Sabio: Historia de un reinado. 1252-1284*, 2ª ed. corrigida e aumentada, Palência, La Olmeda – Diputación Provincial, 1999.
- *Idem*, «Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII», *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, nº 15, 1º vol., 1998, pp. 1-24.
- GONZÁLEZ, Julio, *Alfonso IX*, 2 vols., Madrid, CSIC - Instituto Jerónimo Zurita, 1944.
- *Idem*, *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*, 3 vols., Madrid, Escuela de Estudios Medievales, 1960.
- *Idem*, *Reinado y Diplomas de Fernando III*, 3 vols., Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Cordoba, 1980-1986.
- GONZÁLEZ MINGUÉZ, Cesar, *Fernando IV. 1295-1312*, Palencia, La Olmeda – Diputación Provincial, 1995.
- *Idem*, *Fernando IV (1295-1312): la guerra civil y el predominio de la nobleza*, Vitoria, Colegio Universitario de Álava, D.L. 1976.

- *Idem*, «La nobleza castellano-leonesa en tiempos de Fernando IV (1295-1312): una aproximación desde la historia del poder», in *El Tratado de Alcañices. Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VIII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997), Zamora y Alcañices, del 8 al 12 de Septiembre de 1997*, coord. de José Sánchez Herrero, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 249-277.
- GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo Pardo de, «Los Castro gallegos del siglo XIV: apuntes para un análisis de su proyección en la historia política de Castilla», *Hispania. Revista española de historia*, vol. 45, nº 161, 1985, pp. 477-511.
- HEERS, Jacques, *Le clan familial au Moyen Age. Etude sur les structures politiques et sociales des milieux urbains*, Paris, PUF, 1974.
- HENRIQUES, António Maria Braga de Macedo de Castro, *O rei e a Terra do Barroso. Montanha, periferia e poder régio (séculos XII a XIV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, 2003.
- IMÍZCOZ BEUNZA, José María (dir.), *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1996.
- *Idem* (dir.), *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco. Servicio Editorial, 2001.
- JULAR PÉREZ-ALFARO, Cristina, *Los adelantados y Merinos Mayores de León (siglos XIII-XV)*, León, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1990.
- KRUS, Luís, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1994.
- *Idem*, *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia Historica, 1994.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel, *Fiscalidad y poder real en Castilla (1252-1369)*, Madrid, Editorial Complutense, 1993.
- *Idem*, «La situación política de Castilla a finales del siglo XIII», *Anales de la Universidad de Alicante. Historia medieval*, nº 11, 1996-1997, pp. 241-264.
- LEVI, Giovanni, «Les usages de la biographie», *Annales ESC*, nº 6, Novembro-Dezembro 1989, pp. 1325-1336.
- LOPES, F. Félix, «O infante D. Afonso irmão de el-rei D. Dinis», *Itinerarium*, nº 43, 1964, pp. 190-220.
- LÓPEZ SANGIL, José Luis, *La nobleza altomedieval gallega: la familia Froilaz-Traba*, Noia - Corunha, Toxosoutos, 2002.

- LOURENÇO, Vanda, «Lopo Fernandes Pacheco: um valido de D. Alfonso IV», *Estudios humanísticos. Historia*, nº 5, 2006, pp. 49-69.
- MANN, Michael, *Las fuentes del poder social, I. Una historia del poder desde los comienzos hasta 1760 d.C.*, Madrid, Alianza Editorial, 1991. (ed. inglesa: *The sources of Social Power. Volume I. A History of Power from the Beginning to A.D. 1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986)
- MARÍN PAREDES, José Antonio, “Semejante pariente mayor”. *Parentesco, solar, comunidad y linaje en la institución de un pariente mayor em Gipuzkoa: los señores de el solar de Oñaz y Loyola (siglos XIV-XVI)*, Donostia, Disputación Foral de Gipuzkoa – Departamento de Cultura y Euskera, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da Nova História de Portugal, dir. de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, Ed. Presença, 1986.
- MARQUES, José, «D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Porto. 1985*, vol. 4, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – INIC, 1990, pp. 1527-1566.
- MARTÍNEZ DIEZ, Gonzalo, *Fernando III. 1217-1252*, Palência, La Olmeda – Diputación Provincial, 1993.
- MARTÍNEZ SOPENA, Pascual, «El conde Rodrigo de León y los suyos: herencia y expectativa del poder entre los siglos X y XII», in PASTOR DE TOGNERY, Reyna (coord.) *Relaciones de poder, de producción y de parentesco en la Edad Media y Moderna: aproximación a su estudio*, Madrid, CSIC, 1990, pp. 51-84.
- *Idem*, *El estado señorial de Medina de Rioseco bajo el almirante Enríquez (1389-1430)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1977.
- *Idem*, *La Tierra de Campos Occidental: poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII*, Valladolid, Institución Cultural Simancas, 1985.
- *Idem*, «Parentesco y poder en León durante el siglo XI: La “casata” de Alfonso Díaz», *Studia Historica. Historia Medieval*, nº 5, 1987, pp. 33-88.
- MARTÍNEZ VAL, José María, «La Batalla de Alarcos», *Cuadernos de Estudios Manchegos*, nº. 12, 1962, pp. 89-126.
- MATA, Joel Silva Ferreira, «D. Joana Teles de Meneses — a comendadeira que deixou o mosteiro para casar com D. João Afonso Pimentel» in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao professor doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, 1º vol., Porto, FLUP/Civilização Ed., 2003, pp. 653-658.
- MATTOSO, José, «A consolidação da monarquia e a unidade política», in *A Monarquia Feudal (1096-1480). Segundo Volume da História de Portugal*, José Mattoso (coord.), s.l., Círculo de Leitores, pp. 269-309.

- *Idem*, «A nobreza e a Revolução de 1383», in *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 277-293.
- *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1980.
- *Idem*, *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987.
- *Idem*, «O léxico feudal», in *En torno al feudalismo hispanico: I Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, Fundación Sanchez-Albornoz, 1989, pp. 293-312.
- *Idem*, *Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa*, Revista de História das Ideias, vol. 19, 1998, pp. 7-37.
- *Idem*, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- *Idem*, «Portugal no Reino Asturiano-Leonês» in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, 1º vol. [*Antes de Portugal*], s.l., Círculo de Leitores, 1992, pp. 439-565.
- *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos II e XII*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1985.
- MENDONÇA, Manuela, «Refugiados castelhanos e portugueses em Portugal e Castela no último quartel do século XV», in *Actas das I Jornadas Ibéricas de Investigadores en Ciencias Humanas y Sociales. Olivenza. 1985*, Badajoz, Disputación Provincial, 1987, pp. 399-411.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.), *História de España*, tomo XIV: La crisis de la Reconquista (c. 1350-c.1410), 3ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1981.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emílio, *Evolución de la nobleza en Castilla bajo Enrique III (1396-1406)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1968.
- *Idem*, «La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. XXVI, 1966, pp. 513-525.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre, *Campagnes et monts de Tolède du XIIe au XVe siècle*, Madrid, Casa de Velázquez, 1997.
- MONFAR Y SORS, Diego, *Historia de los Condes de Urgel*, tomo I, Barcelona, tip. José Eusebio Monfort, 1853.
- MONTERO TEJADA, Rosa María, *Nobleza y sociedad en Castilla: el linaje Manrique (siglos XIV-XVI)*, Madrid, Caja de Madrid, 1996.
- MORENO, Humberto Baquero, MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado Histórico*, Lourenço Marques, s.n., 1973.
- *Idem*, «Alguns acordos de extradição entre Portugal e Castela nos séculos XIII a XV», in *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1973, pp. 81-101.

- *Idem*, «Bandos Nobiliárquicos em Olivença nos fins do século XV», *Revista de História* (Universidade do Porto), vol. VI, 1985, pp. 121-144.
- *Idem*, «Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média», *Ler História*, n.º 13, 1988, pp. 3-14.
- *Idem*, «Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388)», in *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1990, pp. 26-56
- *Idem*, «Portugueses na Catalunha durante a realeza do Condestável D. Pedro (1464-1466)», in *Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo. Lisboa. 1987*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 99-120.
- MOXÓ, Salvador de, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media», *Cuadernos de Historia*, nº 3, 1969, pp. 1-210.
- *Idem*, «El auge de la nobleza urbana de Castilla y su proyección en el ambito administrativo y rural a comienzos de la Baja Edad Media», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, nº 178, 1981, 407-510.
- *Idem*, «El patrimonio dominical de un consejero de Alfonso XI. Los señoríos de Fernán Sánchez de Valladolid», *Revista de la Universidad Complutense*, nº XXII, 1973, pp. 123-162.
- *Idem*, *Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2000.
- *Idem*, «La nobleza castellana en el siglo XIV», *Anuario de Estudios Medievales*, VII, 1970-1971, pp. 493-511.
- *Idem*, «La nobleza castellano-leonesa en la Edad Media: problemática que suscita su estudio en el marco de una historia social», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. XXX, nº 114, Enero- Abril 1970, pp. 5-68.
- *idem*, «La sociedad política castellana en la época de Alfonso XI», *Cuadernos de Historia — Anexos de la Revista Hispania*, Madrid, nº 6, 1975, pp. 187-326.
- *Idem*, «Los Albornoz. La elevación de un linage y su expansión dominical en el siglo XV», *Studia Albornotiana*, nº XII, 1970.
- *Idem*, «Los señoríos: cuestiones metodológicas que plantea su estudio», *Anuario de Historia del derecho Español*, XLIII, 1973, 271-309.
- *Idem*, *Los Señoríos de Toledo*, Madrid, Centro Universitario de Toledo, 1972.
- *Idem*, «Los señoríos. En torno a una problemática para el estudio delo régimen señorial», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. XXX, nº^{os} 94, 1964, pp. 185-236; e 95, 1964, pp. 399-430.

- MOXÓ Y MONTOLIU, Francisco de, *La Casa de Luna (1276-1348). Factor Político y Lazos de Sangre en la Ascención de un Linage Aragonés*, Munster, 1990.
- MUÑOZ Y SOLIVA, Trifón, *Historia de la muy Noble, Leal é Impertérrita Ciudad de Cuenca, y del territorio de su provincia y obispado, desde los tiempos primitivos hasta la edad presente*, 2 vols., Cuenca, Imprensa de el Eco, 1866-1867.
- NIETO SORIA, José-Manuel, *Sancho IV. 1284-1295*, Palência, La Olmeda – Diputación Provincial, 1994.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá, «A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271: antecedentes regionais e significado político», *A Cidade: revista cultural de Portalegre*, nº 6, 1991, p. 19-45.
- NORTON, Manuel Artur, «Genealogias Medievais: Os Braganções», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1989, pp. 861-874.
- O'CALLAGHAN, Joseph F., *Alfonso X and The Cantigas de Santa Maria: A Poetic Biography*, Brill Academic Publishers, 1998.
- OLIVEIRA, António Resende de, «Trovadores Portugueses na Corte de Afonso X», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Porto. 1985*, vol. IV, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – INIC, 1990, pp. 1335-1348.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimónia, 1999.
- OLIVEIRA, Luís Filipe e RODRIGUES, Miguel Jasmins, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2º dinastia», *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril de 1988, pp. 77-114.
- OLIVERA SERRANO, César, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*, Santiago de Compostela, CSIC/Xunta de Galicia/Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», 2005.
- ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio, *La acción política y la proyección señorial de la nobleza territorial en el obispado de Cuenca durante la baja Edad Media*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid, policopiada, 2006.
- ORTIZ DE ZÚÑIGA, Diego, *Anales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*, tomo I, Madrid, Imprensa Real, 1795.
- ORTUÑO SÁNCHEZ-PEDREÑO, José María, *El adelantado de la corona de Castilla*, 2º ed., Murcia, Universidade de Múrcia, 1997.
- PAREDES MIRÁS, María del Pilar, *Mentalidade nobiliaria e nobreza galega: ideal e realidade na Baixa Idade Media*, Noia, Toxoutros, 2002. Prémio história medieval de galiza 2001.

- PASTOR, Reyna (comp.), *Relaciones de poder, de producción y de parentesco en la Edad Media y Moderna. Aproximación a su estudio*, Madrid, C.S.I.C., 1990.
- PÉREZ BUSTAMANTE, Rogelio, *El gobierno y la administración de los reinos de la Corona de Castilla: (1230-1474)*, 2 vols., Madrid, Universidad Autónoma, 1976.
- PEREZ DE TUDELA, María Isabel, *Infanzones y caballeros. Su proyección en la esfera nobiliaria castellano-leonesa (siglos XI-XIII)*, Madrid, Universidad Complutense, 1979.
- PÉREZ, Mariel V., «Estrategias de alianza y reproducción social en la aristocracia medieval leonesa: los Flaínez (siglos X-XI)», *Mirabilia: Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*, nº. 9, 2009, pp. 91-107.
- PIMENTA, Cristina, *D. Pedro I*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.
- PINA, Isabel Castro, «Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 12, 1993, pp. 9-26.
- PISELLI, Fortunata, «Reti sociali e comunicative», in *Reti. L'Analisi di Network nelle Scienze Sociali*, Fortunata Piselli (ed.), Roma, Donzelli Editore, 1995, pp. VII-LXXIII.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, «A nobreza portuguesa e as relações regionobiliárquicas no século de Alcanices (1250-1350)», in *El Tratado de Alcañices. Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VIII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)*, Zamora y Alcañices, del 8 al 12 de Septiembre de 1997, coord. de José Sánchez Herrero, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 279-298.
- *Idem*, «A nobreza portuguesa no período dionisino: Contextos e estratégias (1279-1325)», *En la España medieval*, nº 22, 1999, pp. 61-176.
- *Idem*, «D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII», *História. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, IIª série, vol. X, 1993, pp. 91-101.
- *Idem*, *D. Dinis*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.
- *Idem*, *De e para Portugal: a circulação de Nobres na Hispânia Medieval : (séculos XII a XV)*, Sumário da lição síntese integrada na disciplina de História Medieval Peninsular, para prestação de Provas de Agregação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007 [pub. em *Anuario de estudios medievales*, nº 40, 2, 2010, pp. 889-924].
- *Idem*, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, [em linha] 2 vols., Porto, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Disponível em URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18023> (pub. *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias, 1279-1325*, Porto, Universidade Moderna – Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999).
- *Idem*, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre. Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto, 1995.

- QUADRADO, José María, *Recuerdos y Bellezas de España. Valladolid, Palencia y Zamora*, Madrid, Imp. de Lopez, 1865. [Reprod. facs. da ed. de 1861].
- QUINTANILLA RASO, Maria Concepción, María Concepción Quintanilla Raso, «Élites de poder, redes nobiliarias y monarquía en la Castilla de fines de la Edad Media», *Anuario de estudios medievales*, nº 37, 2, 2007, pp. 957-981.
- *Idem*, «El protagonismo nobiliario en la Castilla bajomedieval: Una revisión histórica (1984-1997)», *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 7, 1997, pp. 187-234.
- *Idem*, «Estructuras sociales y papel político de la nobleza cordobesa (siglos XIV y XV)», in *Andalucía medieval. Actas del I Coloquio de Historia de Andalucía*, Córdoba, Renta de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1982, pp. 245-257.
- *Idem*, «Historiografía de una élite de poder: la nobleza castellana bajomedieval», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. L/2, nº 175, Mayo-Agosto 1990, pp. 719-736.
- *Idem*, *La nobleza señorial en la Corona de Castilla*, Universidad de Granada, 2008.
- *Idem*, «La tenencia de fortalezas en Castilla durante la Baja Edad Media», in *En La España Medieval – IV. Estudios en memoria del professor Claudio Sanchez Albornoz*, vol. II, Madrid, Universidad Complutense, 1986, pp. 861-897.
- *Idem*, *Nobleza y caballería en la Edad Media*, Madrid, Arco Libros, 1996.
- *Idem*, «Nobleza y señoríos en Castilla durante la baja Edad Media. Aportaciones de la historiografía reciente», *Anuario de estudios medievales*, 14, 1984, pp. 613-642.
- *Idem*, *Nobleza y señoríos en el reino de Córdoba: la Casa de Aguilar (siglos XIV e XV)*, Córdoba, Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1979.
- *Idem* (coord.), *Títulos, grandes del reino y grandeza en la sociedad política: sus fundamentos en la Castilla medieval*, Madrid, Sílex ediciones, 2006.
- REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel, *Espacio y poder en la Castilla medieval: los montes de Torozos (siglos X-XIV)*, Diputación Provincial de Valladolid, 1994.
- REILLY, Bernard F., *The Kingdom of Leon-Castilla under King Alfonso VII. 1126-1157*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1998.
- RIESCO DE ITURRI, María Begoña, *Nobleza y señoríos en la Castilla centro-oriental en la Baja Edad Media (siglos XIV y XV)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid, 2002.
- RILEY, Carlos Guilherme, «A Inglaterra como espaço de projecção da memória e imaginário linhagísticos da família Almada», in *Actas do Colóquio Comemorativo do IV Centenário do Tratado de Windsor. Porto. 1986*, Porto, Faculdade de Letras, 1988, pp. 161-172.

- *Idem*, «Aspectos da componente juvenil da fidalguia portuguesa no contexto da Crise de 1383-85», in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV e XV – Actas das I Jornadas de História Medieval. Lisboa. 20 a 22 de Junho de 1985*, Lisboa, História & Crítica, 1985, pp. 297-305.
- *Idem*, «Da origem inglesa dos Almadás: genealogia de uma ficção linhagística», *Arquipélago. História*, nº 11, 1989, pp. 153-169.
- RODRÍGUEZ AMAYA, Esteban, «Dom Juan Alfonso de Alburquerque, canceller de D. Pedro el Cruel», Sep. de *Revista de Estudios Extremeños*, nº 5, 1949.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, «Los fundadores del Monasterio de Gradefes», *Archivos Leoneses*, nº. 47-48, 1970, pp. 209-242.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, *Pedro Ansúrez*, León, Imprenta Provincial, 1966.
- RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana, «Linajes nobiliarios y monarquía castellano-leonesa en la primera mitad del siglo XIII», *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LIII/3, nº 185, Septiembre-Diciembre 1993, pp. 841-859.
- ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- *Idem*, «Quadros de organização do poder nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, patrimónios e percursos linhagísticos de quatro famílias de Portalegre», *A Cidade*, nº 6, 1991, pp. 47-65.
- ROYER DE CARDINAL, Susana, «El monasterio leonés de Santa María de Trianos y su articulación con otras instancias eclesiásticas (s. XII-XV)», *Hispania Sacra*, nº 119, Janeiro-Junho de 2007, pp. 7-33.
- SALAZAR Y CASTRO, Luis de, *Índice de las glorias de la Casa Farnese, que consagra a la Augusta Reyna de las Españas Doña Isabel Farnes*, 2 vols., Ollobarren (Navarra) Wilsen, 1997. [Ed. fac-similada da ed. de Madrid, Imp. de Francisco del Hierro, 1716].
- SALCEDO, Modesto, *La familia “Téllez de Meneses” en los tronos de Castilla y Portugal*, Palencia, Diputación de Palencia, 1999.
- *Idem*, «Vida de don Tello Téllez de Meneses, Obispo de Palencia», *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*, nº 53, 1985, pp. 79-266.
- SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, José, *Alfonso XI. 1312-1350*, Palencia, La Olmeda – Diputación Provincial, 1995.
- SÁNCHEZ DE MORA, Antonio, «Aproximación al estudio de la nobleza castellana: los llamados Salvadores-Manzanedo y sus relaciones con el linaje de Lara (ss. XI-XIII)», *Medievalismo*, nº 8, 1998, pp. 35-64.

- *Idem, La Nobleza Castellana en la Plena Edad Media: El Linaje de Lara (ss. XI-XIII)*, 2 vols., tese de doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha, 2003.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael, *Caballeria y linage en la Sevilla medieval. Estudio genealogico y social*, Sevilla, Disputación Provincial, 1989.
- *Idem, La nobleza andaluza en la Edad Media*, Granada, Universidad de Cádiz, 2005.
- SANTAMARTA LUENGOS, José Maria, *Señorio y relaciones de poder en León en la baja Edad Media: concejo y cabido catedral en el siglo XV*, León, Universidad de León. Secretariado de Publicaciones, 1993.
- SANTARÉM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, continuado por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo 9º, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1864.
- SENGALÉN, Martine, *Antropología histórica de la familia*, 2ª ed., s.l., Taurus Ediciones, 1997, (ed. francesa: *Sociologie de la famille*, Paris, Armand Colin, 1981).
- SOLIVÉREZ, Carlos Eduardo «Álvar Fáñez, su familia y sus hechos» [em linha], versão corrigida e ampliada da publicada in *Revista Electrónica de la Academia Costarricense de Ciencias Genealógicas*, nº 11, Setembro de 2008 [cit. em 11 de Maio de 2010 – 18:39]. Disponível em URL: <http://www.saber.es/web/biblioteca/libros/alvar-fanez-familia-hechos/alvar-fanez-familia-hechos.pdf>
- SOUSA, Ana Paula, *Leonor Teles: “huuma maa molher”?*, dissertação de mestrado apresentada à FLUP, policopiada, 2004.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.
- *Idem, Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, d.l. 2000.
- SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Nobleza y monarquía: entendimiento y rivalidad. El proceso de construcción de la Corona española*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2003.
- *Idem, Nobleza y monarquía: puntos de vista sobre la historia politica castellana del siglo XV*, Valladolid, 1975.
- TAROUCA, Carlos da Silva, «A Graça de Santarém – fundadores e fundações», *Brotéria*, vol. XXXV, fasc. 5, 1942, pp. 395-413.
- *Idem, «História da Raça – História da Família», Brotéria*, vol. XXX, fasc. 1 e 2, 1940, pp. 47-60 (1) e pp. 173-188 (2).

- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, nº 12, Julho-Dezembro de 1983, pp. 45-89.
- TORRES FONTES, Juan, «El monasterio cisterciense de Santa María la Real de Murcia, in *Medievo Hispano. Estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax*, Madrid, SEEM, 1995, pp. 369-383.
- TORRES SEVILLA- QUIÑONES DE LEÓN, Margarita, *Linajes nobiliários de León y Castilla. Siglos IX-XIII*, s.l., Junta de Castilla y León, 1999.
- *Idem*, «Relaciones fronterizas entre Portugal y León en tiempos de Alfonso VII: el ejemplo de la casa de Traba», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Historia*, nº. 15, 1, 1998, pp. 301-312.
- URREA FERNÁNDEZ, Jesús, *Catálogo Monumental de la Provincia de Valladolid: Antiguo Partido Judicial de Valoria la Buena*, Diputación de Valladolid, 2003 [1ª ed. de 1974].
- VELOSO, Maria Teresa Nobre, «A questão entre Afonso II e as suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais, sep. de *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, nº 18, 1980.
- VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.
- *Idem*, *D. Afonso III*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.
- *Idem*, «D. João Peres de Aboim. Da Terra da Nóbrega à corte de Afonso III», *Revista de história económica e social*, nº 18, pp. 57-73.
- *Idem*, «O cavaleiro João Gondesendes. Sua trajectória político-social e económica», *Revista de história económica e social*, nº 15, pp. 31-69.
- *Idem*, e OLIVEIRA, António Resende de «Os Briteiros (séculos XII-XIV). Trajectória social e política», *Revista Portuguesa de História*, nº 30, 1995, pp. 71-102.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II. Um rei sem tempo*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.
- *Idem*, «A ascensão de uma linhagem: a formação da casa senhorial de Abrantes», in *Comunicações I. Arqueologia do Estado*, Lisboa, 1988, pp. 331-344.
- YÁÑEZ NEIRA, Damián, «El Monasterio de Santa María la Real de Gradefes», *Tierras de León. Revista de la Diputación Provincial*, vol. 29, nº 74, 1989, pp. 29-48.
- *Idem*, «El Monasterio de Santa María la Real de Gradefes y sus abadesas», *Tierras de León. Revista de la Diputación Provincial*, vol. 8, nº 9, 1968, pp. 27-63.

